



RETRATO DA
REPRESSÃO POLÍTICA
NO CAMPO
BRASIL 1962-1985

CAMPONESES TORTURADOS, MORTOS E DESAPARECIDOS

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

RETRATO DA REPRESSÃO POLÍTICA NO CAMPO

BRASIL 1962-1985

CAMPONESES TORTURADOS, MORTOS E DESAPARECIDOS



DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

GUILHERME CASSEL
Ministério de Estado do Desenvolvimento Agrário

CAIO GALVÃO DE FRANÇA
Chefe de Gabinete

DANIEL MAIA
Secretário Executivo

ROLF HACKBART
Presidente do Instituto Nacional de Colonização e
Reforma Agrária

ADONIRAM SANCHES PERACI
Secretário de Agricultura Familiar

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA
Secretário de Reordenamento Agrário

JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA
Secretário de Desenvolvimento Territorial de Direitos
Humanos da Presidência da República

JOAQUIM SORIANO
Coordenador Geral do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural

VINICIUS MACÁRIO
Coordenador Executivo do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

PAULO VANUCHI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos
Humanos da Presidência da República

MARIA VICTÓRIA HERNANDEZ
Chefe de Gabinete

ROGÉRIO SOTTILI
Secretário Adjunto

MAURICE POLITI
Diretor do Programa Direito à Memória e à Verdade

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E
DESAPARECIDOS POLÍTICOS

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES BARBOSA
Presidente

PEDRO WILSON
Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos
Deputados

DIVA SOARES SANTANA
Representante dos familiares

BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR e
AUGUSTINO PEDRO VEIT
Representantes da sociedade civil

MARIA ELIANA MENEZES DE FARIAS
Representante do Ministério Público

TEN. CORONEL JOÃO BATISTA FAGUNDES
Representante das Força Armadas

PEDRO PONTUAL
Secretário Executivo da CEMDP

RETRATO DA REPRESSÃO POLÍTICA NO CAMPO
BRASIL 1962-1985

CAMPONESES TORTURADOS, MORTOS E DESAPARECIDOS

Brasília, dezembro de 2010

Coordenação do Projeto e da Publicação

Caio Galvão de França

Maurice Politi

Vinicius Macário

Supervisão da pesquisa

Moacir Palmeira

(Museu Nacional/UFRJ)

Pesquisadoras e autoras dos textos

Ana Carneiro

Marta Cioccarri

Estagiária da pesquisa

Juliana Lantini

Capa, projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol Produção Gráfica

caco@cacobisol.com.br

Produção editorial

Ana Carolina Fleury

Mariana Cardoso

Copyright © 2010 - Ministério do Desenvolvimento Agrário/
Secretaria de Direitos Humanos (SDH)

ISBN 978-85-60548-80-4

Tiragem da 1ª edição: 1.000 exemplares

Impresso no Brasil

1ª edição: 2010

O conteúdo disponível também nos sites

SDH: www.presidencia.gov.br/sedhMDA: www.mda.gov.br**Ministério do Desenvolvimento Agrário**

Esplanada dos Ministérios - Bloco A - 8º andar

CEP 70050-902 - Brasília-DF

www.mda.gov.br/portal/**Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**

SCS B – Quadra 09 - Lote C - Ed. Parque Cidade Corporate -

Torre A - 10º andar

Brasília/DF - 70308-200

direitoshumanos@sdh.gov.brwww.direitoshumanos.gov.br

As opiniões expressas nos textos são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário ou da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ou do Governo Federal.

C289r
Carneiro, Ana.

Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos / Ana Carneiro ; Marta Cioccarri ; – Brasília : MDA, 2010.
360p. ; 21 x 27,8 cm

ISBN 978-85-60548-80-4

1. Direitos Humanos. 2. Repressão e perseguição política. 3. Trabalhador rural.
4. Tortura. 5. Campo. I. Carneiro, Ana. II. Cioccarri, Marta. III. Título.

CDD 323.044

SUMÁRIO

9 APRESENTAÇÃO

13 INTRODUÇÃO GERAL

CAPÍTULO 1 NORDESTE, UMA REGIÃO “PERIGOSA”

33 INTRODUÇÃO

39 PERNAMBUCO

- Marcos Martins da Silva 39
- Manoel Gonçalo Ferreira 45
- José Inocêncio Barreto, Luiz Inocêncio Barreto e João Inocêncio Barreto 46
- Amaro Luiz de Carvalho, o Capivara 53
- Manoel Aleixo da Silva, o Ventania 54
- Mariano Joaquim da Silva 56
- Amaro Félix Pereira 57
- Adauto Freire da Cruz 58
- Lista de Vítimas da Repressão no Campo em Pernambuco 70

77 PARAÍBA

- João Pedro Teixeira 77
- Elizabeth Teixeira 81
- João Alfredo Dias, o Nego Fuba 83
- Pedro Inácio de Araújo, o Pedro Fazendeiro 85
- Francisco de Assis Lemos Souza 88
- Margarida Maria Alves 94
- Lista de Vítimas da Repressão no Campo na Paraíba 97

101 CEARÁ

- Vicente Pompeu da Silva 101
- Francisco Nogueira Pio Barros, o Pio Nogueira 106
- Lista de Vítimas da Repressão no Campo no Ceará 112

115 MARANHÃO

- Manoel da Conceição Santos 115
- Elias Zi Costa Lima e Raimundo Alves da Silva 124
- Lista de Vítimas da Repressão no Campo no Maranhão 126

135 BAHIA

Otoniel Campos Barreto, Olderico Campos Barreto e José de Araújo Barreto 135
Lista de Vítimas da Repressão no Campo na Bahia 141

149 RIO GRANDE DO NORTE

José Rodrigues Sobrinho 149
Luiz Oliveira 154
Lista de Vítimas da Repressão no Campo no Rio Grande do Norte 157

CAPÍTULO 2

SUDESTE, O CAMPONÊS “FORJADO” NAS MASSAS

169 INTRODUÇÃO

177 RIO DE JANEIRO

José Pureza da Silva, o Zé Pureza 171
Josefa Paulino da Silva Pureza 175
Rosa Geraldo da Silva 177
Bráulio Rodrigues da Silva 181
Manuel Ferreira Lima 185
Lista de Vítimas da Repressão no Campo no Rio de Janeiro 187

189 SÃO PAULO

Lyndolpho Silva 189
Jôfre Corrêa Neto 192
Aparecido Galdino Jacinto 196
Lista de Vítimas da Repressão no Campo em São Paulo 198

199 MINAS GERAIS

Randolfo Ferreira de Lima 199
Francisco Raimundo de Paula 201
Eloy Ferreira da Silva 206
Lista de Vítimas da Repressão no Campo em Minas Gerais 210

CAPÍTULO 3

CENTRO-OESTE E NORTE, AS TERRAS PIONEIRAS E O SANGUE DAS FRONTEIRAS

219 INTRODUÇÃO

223 GOIÁS

José Porfírio de Souza 223
Dirce Machado 227

José Ribeiro, João Soares, Sebastião Gabriel Bailão, Geraldo Tibúrcio, Geraldo Marques 230
Lista de Vítimas da Repressão no Campo em Goiás 235

239 MATO GROSSO

Antonio Tavares Sobrinho 239
Dom Pedro Casaldáliga 242
Lista de Vítimas da Repressão no Campo no Mato Grosso 250

253 PARÁ

Raimundo Ferreira Lima, o Gringo 253
Expedito Ribeiro 257
Padre Josimo Morais Tavares 261
Lista de Vítimas da Repressão no Campo no Pará 266

275 ACRE

Wilson Pinheiro 275
Lista de Vítimas da Repressão no Campo no Acre 282

CAPÍTULO 4

REVOLTAS E OCUPAÇÕES: A ORDEM DESAFIADA NO SUL

289 INTRODUÇÃO

291 RIO GRANDE DO SUL

João Machado dos Santos, o João Sem Terra 291
Leopoldo Chiapetti 299
Silvano Soares dos Santos 304
Zelmo Bosa 306
Lista de Vítimas da Repressão no Campo no Rio Grande do Sul 308

309 PARANÁ

Manoel Jacinto Correia 309
Lista de Vítimas da Repressão no Campo no Paraná 320

319 ADVOGADOS VÍTIMAS DA REPRESSÃO

331 DOCUMENTÁRIOS

337 BIBLIOGRAFIA

351 GLOSSÁRIO DE SIGLAS

355 AGRADECIMENTOS

APRESENTAÇÃO

Há muito está superada a idéia de que a história é algo absoluto, plano, fixo e que comporta uma única visão sobre os acontecimentos do passado. A história se redesenha a partir de diferentes lugares de reconstrução e da valorização de uma variada gama de fontes de informações e de linguagens.

Um país pode, por exemplo, reconstruir a visão sobre sua própria história contando com o acesso a documentos anteriormente restritos que passam a ser disponibilizados e com um universo maior de depoentes que apresentam seus relatos memorialistas e dão visibilidade a dimensões pouco percebidas e pouco conhecidas.

Reconstruir uma visão sobre o passado do Brasil é ainda mais importante quando nos referimos ao último ciclo ditatorial. Jogar luzes sobre este período de sombras e de arbítrio e abrir todas as informações sobre violações de Direitos Humanos ocorridas durante a ditadura militar é um imperativo da reconstrução histórica e, ao mesmo tempo, um imperativo da própria democracia brasileira.

Isso vem sendo feito com coragem e generosidade há mais de dez anos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que a partir de uma iniciativa do Executivo federal, assumiu a responsabilidade para reconhecer formalmente, caso a caso, a responsabilidade do Estado pela morte de opositores ao regime militar em decorrência da ação de seu aparelho repressivo, aprovar a reparação indenizatória e buscar a localização dos restos mortais.

A Comissão mantém uma coerente linha de continuidade que já percorreu, até o momento, quatro mandatos presidenciais. Um marco nesta trajetória foi a publicação, em 2007, do livro relatório “Direito à Memória e à Verdade” que registra e divulga o trabalho realizado pela Comissão ao longo de onze anos. Um resultado da combinação do esforço perseverante e tenaz dos familiares dos mortos e desaparecidos e do reconhecimento da legitimidade e da importância deste trabalho pelo governo federal.

Com a publicação do livro “Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962/1985, Camponeses torturados, mortos e desaparecidos” damos mais um passo importante nesta caminhada. Sua realização contou com o dedicado, intenso e competente trabalho de duas pesquisadoras, Ana Carneiro e Marta Cioccarri, que em um curto espaço de tempo foram capazes de apresentar, como elas próprias assinalam, um “mapeamento, certamente inacabado”, mas “nem por isso ele é menos impactante”, pois o que “pode lhe faltar em amplitude é revelado pela intensidade das narrativas”.

O livro contou com a colaboração generosa de pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram para a definição do escopo do projeto, do delineamento inicial da estratégia de sua execução e, também, no decorrer da pesquisa, com a indicação de novas fontes e o acesso a pesquisas e entrevistas, inclusive de materiais inéditos. Não podemos deixar de registrar, em especial, a colaboração militante de Moacir Palmeira, Leonilde Medeiros, Heloisa Starling, Christine Dabat, Maria do Socorro Abreu, Antônio Montenegro, Wagner Cabral, Cesar Barreira e Francisco Amaro de Alencar. Registramos, ainda, nosso agradecimento a Caio Galvão de França, Maurice Politi e Vinicius Macário, que coordenaram toda a execução do projeto com cuidado, rigor e a atenção. E não se pode deixar de assinalar que o projeto se enriqueceu muito com a disposição e a disponibilidade de lideranças camponesas em dar seu depoimento. Algo, que em alguns casos, significou romper com um silêncio de décadas, na dura batalha cotidiana de conviver com a memória da dor provocada pela ditadura. A eles nosso especial agradecimento e o reconhecimento da rebeldia subversiva de suas trajetórias.

As informações reunidas e a experiência registrada nas narrativas das próprias lideranças camponesas nos ajudam a compreender a singularidade da repressão no campo durante a ditadura militar. Uma repressão em geral “ocultada sob o cotidiano de uma histórica relação de opressão e humilhação dos representantes do latifúndio contra os lavradores”, uma violência que se desenvolveu “longe dos instrumentos institucionais legais”.

Uma repressão política que expressa uma violência de dupla face, uma comandada diretamente pelo Estado, pela ação das forças policiais e do exército, e, outra, privada, expressa pela ação de milícias e jagunços a mando de latifundiários. Um imbricamento que expressa a singularidade da repressão política no campo, e que não deixa dúvida de que a resistência dos camponeses, na sua luta por terra e por direitos, trazia em si toda a energia da luta pelas transformações democráticas do campo e do país.

O livro revela uma riqueza de mobilizações camponesas como movimentos de massa, como formações coletivas autônomas e criativas, como força política própria. Aparece com força a vinculação de diversas lideranças com organizações políticas de esquerda e com a Igreja Católica, e, ao mesmo tempo, tensões, divergências e descompassos entre a orientação das organizações e as decisões das lideranças e dos movimentos camponeses na condução das lutas. Aparecem, também, diversas situações que indicam a criação de sindicatos de trabalhadores rurais e também das Ligas Camponesas, de baixo para cima, no próprio processo de organização das lutas. Um sindicalismo forjado a quente em diversas localidades que se contrapõe a leituras que percebem a construção do sindicalismo rural como mera implementação burocrática da estrutura sindical oficial em espaços de conflitos silenciados.

O livro traz, ainda, algo muito especial. São personagens com uma vida militante, com um engajamento na luta dos trabalhadores que antecede ao golpe de 1964 e que prossegue na redemocratização. E, por isso, foram vítimas da repressão política também em outros momentos históricos. Nas narrativas destas lideranças camponesas não só aparecem dimensões pouco conhecidas da repressão durante a

ditadura militar, que nos ajudam a reconstruir uma visão sobre a história recente, como também nos lembram, de forma recorrente, que a democracia brasileira e o desenvolvimento nacional têm muito a ganhar com a reforma agrária.

Chacinas como a de Corumbiara, em 1995, Eldorado dos Carajás, em 1996, Felizburo, em 2004, poderiam ter sido evitadas – ou pelo menos não ficariam marcadas pela impunidade – se livros como este já tivessem resgatado, há mais tempo, as raízes históricas e profundas da violência no campo, particularmente durante a ditadura de 64, apontando mecanismos para a superação democrática dos conflitos na área rural.

A democracia brasileira rompe o silêncio, busca a verdade e supera a omissão, afiança o desenvolvimento com distribuição de renda e superação das desigualdades, afirma sua disposição de seguir ampliando e alargando as liberdades como condição para o Brasil tornar-se uma nação cidadã. Esta foi a luta destes grandes personagens de nossa história e este é o compromisso a animar a militância de muitos homens e mulheres que não abrem mão de seguir lutando.

Guilherme Cassel

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Paulo Vannuchi

Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

INTRODUÇÃO

O PERCURSO

Diante de uma incumbência deste porte – um retrato nacional da repressão da qual foram vítimas os camponeses e seus líderes no regime militar – parece que todo investimento de pesquisa torna-se apenas um esboço provisório de uma realidade muito mais complexa, extensiva e multiforme. O que apresentamos aqui é um mapeamento, certamente inacabado, da violência política ocorrida no campo no período entre 1962 e 1985. Nem por isso ele é menos impactante. O que pode lhe faltar em amplitude é revelado pela intensidade das narrativas. Muitos dos personagens, mulheres e homens trabalhadores rurais e líderes sindicais, tiveram, eles mesmos, de suportar o profundo mal-estar que gera o tema das torturas sofridas durante a ditadura para contar a sua saga (a nós, pesquisadoras, ou a outros de seus entrevistadores). Considerados “comunistas” ou “subversivos”, seus “crimes” foram uma luta incansável pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais. Outros dos nossos entrevistados viram no projeto representado por esta publicação uma motivação para romper com o silêncio de um exílio auto-imposto, depois de décadas vivendo uma vida semi-clandestina nos confins do país – sacrifícios esses acrescidos à cota de sofrimentos derivada da perseguição de latifundiários e de pistoleiros. Outros nomes e outras histórias – dezenas, centenas talvez – não menos reveladoras e importantes, mereceriam estar aqui. Tivemos de fazer uma escolha, que carrega sempre certa arbitrariedade.

Este levantamento se beneficiou enormemente de um acumulado de pesquisas acadêmicas e jornalísticas, bem como as realizadas no âmbito de outras organizações e entidades (e fora delas), em todas as regiões do país. É preciso assinalar a importância para o desenvolvimento deste trabalho da orientação rigorosa, ao mesmo tempo generosa e paciente, do antropólogo Moacir Palmeira, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ). Um dos principais estudiosos sobre a questão do campesinato no país, ex-assessor da Contag e ex-diretor do Incra, Moacir dividiu conosco não só sua experiência e suas próprias preocupações acerca do tema como franqueou-nos o acesso aos arquivos do *Projeto Memória Camponesa* e a obras preciosas e raras, reunidas por ele ao longo das últimas décadas, abrigadas hoje no Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), na mesma instituição. Nosso esforço de pesquisa consistiu, assim, num “mergulho” neste universo por meio de entrevistas realizadas por nós mesmas e com o uso de outras já

publicadas, registros impressos e audiovisuais contendo depoimentos de quem viveu a luta, material de imprensa da época, filmes biográficos e publicações acadêmicas baseadas em tais registros.

A definição inicial do escopo do projeto, as primeiras indicações do percurso a ser adotado e dos estados a serem priorizados foram fruto do diálogo com pesquisadores, com largo acúmulo na área, que, generosamente, atenderam ao convite do projeto, entre eles, Moacir Palmeira, Leonilde Sérvo de Medeiros, Heloisa Starling, Christine Rufino Dabat, Maria do Socorro de Abreu e Lima, Antônio Torres Montenegro e Wagner Cabral. A base da pesquisa seria o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade* – elaborado pela Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), em 2007 – com a incorporação de informações de outras fontes e de pesquisas realizadas anteriormente. O projeto foi coordenado por Caio Galvão de França e Vinícius Macário, respectivamente, chefe de gabinete e coordenador executivo do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e por Maurice Politi, coordenador geral do Projeto Direito à Memória e à Verdade da SEDH.

Ao nos debruçarmos na construção de um roteiro que nos permitisse abarcar, ao menos, os casos mais representativos de violências sofridas por trabalhadores rurais em cada região do país, mantivemos longas e produtivas conversas com Moacir Palmeira, no Museu Nacional. Cada um desses encontros constituiu-se, por si só, numa aula densa e comovente sobre um Brasil praticamente desconhecido. Muitos dos personagens que elegemos para contar suas trajetórias já haviam fornecido um ou mais depoimentos no âmbito do *Projeto Memória Camponesa*, alguns deles transcritos, outros com registro audiovisual. O Memória Camponesa surgiu no âmbito do Núcleo de Antropologia da Política, do Museu Nacional-UFRJ (NuAP-MN-UFRJ), coordenado por Moacir Palmeira, em parceria com várias outras universidades no país e que contou com o apoio do NEAD em várias de suas iniciativas. Para conhecer essas histórias, assistimos a dezenas de horas das gravações em vídeo dos seminários estaduais do Memória Camponesa, nos quais lideranças camponesas de importância nos anos de 1960 a 1980¹ concederam seus depoimentos. Desses relatos, e a partir das definições preliminares do projeto, extraímos nossa pauta inicial de investigação, partindo então para a pesquisa em acervos de memória e núcleos de pesquisa. No Museu Nacional, contamos, ainda, com o engajamento do professor José Sergio Leite Lopes, cujas investigações realizadas nos arquivos do DOPS no Arquivo Público de Recife (PE), trouxeram à luz aspectos menos conhecidos da repressão contra as Ligas e os militantes comunistas daquele estado.

No Rio de Janeiro, foi fundamental a colaboração da professora Leonilde Sérvo de Medeiros (CPDA-UFRJ), que nos ajudou a traçar um panorama acerca dos conflitos em cada estado e dos possíveis personagens em cada região. Além disso, pudemos nos beneficiar de materiais preciosos reunidos nos acervos do Núcleo de Documentação, Pesquisa e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, no CPDA-UFRJ, coordenado por ela, tais como a longa entrevista feita pela própria Leonilde com a líder camponesa Elizabeth Teixeira, da Paraíba.

1. O projeto compreendeu os estados do Rio de Janeiro (2005), Pernambuco (2005), Rio Grande do Norte (2005), Paraíba (2006), Ceará (2006), Paraná (2007), Rio Grande do Sul (2007), São Paulo (2008) e Goiás (2008).

Em Minas Gerais, tivemos o precioso auxílio do Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, sob coordenação da professora Heloísa Starling, que desenvolveu em parceria com o NEAD o *Projeto Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República*.

Além do acervo e bibliografia disponibilizados por esses núcleos, recolhemos dados e documentos históricos em outros arquivos e centros de memória, visitando a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; o Programa de História Oral do CPDOC-Fundação Getúlio Vargas; o Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp (AEL) e o Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem). Privilegiando a procura por relatos fornecidos pelos próprios trabalhadores e seus líderes, garimpamos entrevistas notáveis, como a concedida por Francisco Julião à socióloga Aspásia Camargo, em 1977, no México, disponível no CPDOC-FGV. Na Biblioteca Nacional, tivemos acesso a edições da revista *O Cruzeiro* e dos periódicos *Movimento e Terra Livre*.

Logo no primeiro mapeamento, notamos que este universo era bem mais vasto do que imaginávamos. A cada novo contato com os pesquisadores, as pistas se multiplicavam, informando-nos sobre episódios de repressão e indicando pessoas que nos ajudariam a lembrá-los. Esses encontros, assim como a escuta de relatos já registrados, nos forneceriam o fio condutor. Neste sentido, a disposição dos pesquisadores que nos ajudaram é digna de nota. Encontramos ali, para além do envolvimento intelectual, um interesse engajado na reconstrução desta memória, coerente, aliás, com o comprometimento político traduzido em seus próprios objetos de pesquisa. Nosso objetivo não foi fazer um levantamento exaustivo dos acervos, mas entrever ali apenas “a ponta do *iceberg*” da brutal repressão a que foram submetidos homens e mulheres trabalhadores do campo e seus líderes, durante o período militar. Como foi dito, apresentamos nesta publicação uma determinada seleção de vítimas da repressão, a título de ilustração. O leitor verá que nas listas que se seguem aos capítulos, há outros casos que, embora menos explorados, teriam uma importância equiparável. Colocadas sob uma lupa imaginária, essas listas revelariam pistas de outros percursos, outras configurações de força, medo e coragem, além das que foram esmiuçadas aqui. Desenhar este retrato da repressão no campo consistiu, enfim, em percorrer trajetórias individuais – e também coletivas – que representaram caminhadas de sonho e sofrimento compartilhados.

Tínhamos em mente realizar uma série de viagens a vários estados para contatos e entrevistas com pesquisadores, líderes camponeses e outras pessoas de referência em cada região. Nem tudo o que estava previsto inicialmente pôde ser realizado. A própria organização do material obtido consumia esforço e tempo considerável. Mesmo assim, algumas viagens de pesquisa foram realizadas. Na viagem feita a São Paulo, em agosto de 2010, foram especialmente importantes as entrevistas concedidas por Cliford Welch, do Departamento de História da Unifesp; Juvenal Boller, ex-procurador do Instituto de Terras de São Paulo; e Roberto Novaes, do Instituto de Economia da UFRJ, todos envolvidos – por vias diversas – na história da questão agrária daquele estado. Em comunicações à distância ou em conversas informais, devem-se registrar ainda as contribuições feitas por Dainis Karepovs (Fundação Per-

seu Abramo); Elaine Zanatta (AEL); Eliane Cantarino (UFF); Flamarion Silva (Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado); José de Souza Martins (USP); Juarez Ferraz de Maia (Projeto de extensão sobre Trombas e Formoso); Marcelo Hernandez (UERJ); Paulo Ribeiro da Cunha (Unesp); Regina Beatriz Guimarães Neto (UFPE); Regina Novaes (UFRJ); Sonia Bergamasco (Unicamp) e Vera Botta (Uniara).

Início de setembro. Durante uma viagem a Pernambuco, recebemos as contribuições das professoras Maria do Socorro de Abreu e Lima, Christine Rufino Dabat e Vera Lúcia Acioli e do professor Antônio Torres Montenegro, todos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nesses encontros, ficava nítido que os temas de pesquisa, de parte a parte, e as convicções sobre a importância do resgate destas memórias em torno das violências sofridas por camponeses estavam intimamente entrelaçados. Mais de uma visita foi realizada ao Centro de Memória e História da UFPE, coordenado por Antônio Montenegro, e que abriga, num convênio do Programa de Pós-Graduação em História com o TRT 6ª Região, cerca de 120 mil processos trabalhistas das décadas de 1960, 1970 e 1980 *begin_of_the_skype_highlighting*. Neste cenário, frente a prateleiras repletas de velhos documentos, deu-se uma memorável entrevista com Jurandir Bezerra, de 83 anos, filho do líder comunista Gregório Bezerra. Um dia antes, tínhamos assistido a imagens, guardadas no acervo, de uma entrevista com o próprio Gregório, produzida em 1976, no exílio. Em uma passagem, o líder comunista contava sobre as inúmeras prisões e torturas que sofreu. A voz mansa e pausada de Gregório – parte de sua “ternura revolucionária”, como definiu Antônio Callado (1979), num texto sobre greves na zona canavieira – faziam vivo contraste com as atrocidades narradas. Os semblantes dos pesquisadores não escondiam a sensibilização pelo relato. Há coisas que se pode ouvir uma centena de vezes, mas que continuam a nos chocar. Entre os materiais fornecidos pelo Centro de Memória e História da UFPE a este projeto, contendo imagens e dados da repressão, é preciso mencionar, particularmente, uma longa entrevista (em sua maior parte inédita) realizada por Montenegro, em 1998, com o ex-líder camponês Luiz Inocêncio Barreto, na qual o trabalhador narra o conflito ocorrido em Escada (PE), em 1972, conhecido como a “Chacina de Matapuruma”.

Em Recife e em Carpina, depois de uma visita à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), uma série de entrevistas com ex-líderes e ex-assessores da entidade foi descortinando, em cores vivas, aquilo que conhecíamos de textos lidos, de produções audiovisuais e das conversas com pesquisadores. As histórias das violências sofridas pelos trabalhadores, tanto em sua dimensão pública, comandada diretamente pelo Estado, por intermédio do aparato militar e dos órgãos de repressão, como em sua face privada, patrocinada por latifundiários, grandes proprietários de terra, senhores de engenho e grileiros, com suas complexas e mútuas imbricações, ganhavam corpo e alma nessas narrativas, uma mais chocante do que a outra.

Esta região foi durante longo tempo – e continua a ser – um fértil campo de pesquisa de equipes de antropólogos do Museu Nacional, em projetos coordenados por Moacir Palmeira desde 1969. Deve-se creditar, assim, a essa longa e consagrada relação parte da calorosa acolhida que recebemos. Faltava cerca de um mês para as

eleições de outubro de 2010 e quase todos os nossos interlocutores, ativos em suas lutas, estavam às voltas com os compromissos de campanha. Nem por isso deixaram de arranjar tempo para nos conceder depoimentos ricos e reveladores, ora pontuando as conformações da repressão vivida pelos trabalhadores rurais em âmbito nacional e os casos mais emblemáticos em cada região – como na conversa com o ex-presidente da Contag José Francisco da Silva e sua mulher, Josefa Reis, funcionária do Incra –, ora explicitando meandros por vezes insuspeitos de situações extremas vividas pelos camponeses em Pernambuco, como nos encontros com o ex-presidente da Fetape Euclides Nascimento e com os ex-assessores da federação Romeu da Fonte e Severino “Biu” da Luz. Euclides Nascimento relatava, por exemplo, o caso de um trabalhador que, sob as ordens e as ameaças do patrão, foi enterrado vivo pelos próprios companheiros de trabalho. Sob a mira de espingardas, os jagunços obrigaram os colegas a cavarem um buraco, onde o trabalhador foi metido, de pé, ficando com ombros e a cabeça para fora. Outro trabalhador deveria passar com o caminhão sobre a vítima. Ele foi salvo quando o pneu do caminhão estava a poucos centímetros de sua cabeça. Euclides, então presidente da federação dos trabalhadores, procurou as autoridades e denunciou publicamente o caso.

A viagem continuou no Ceará. Os contatos vinham sendo costurados nas semanas anteriores com os professores Francisco Amaro de Alencar e Cesar Barreira, da Universidade Federal do Ceará (UFC) – organizadores do seminário Memória Camponesa realizado naquele estado, em 2007. Amaro era o intermediário para um encontro com o líder sindical Vicente Pompeu da Silva, de 85 anos, ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece). Tínhamos planejado ir à cidade de Itarema, onde mora Pompeu, mas a entrevista acabou sendo realizada em Fortaleza, na casa de um dos filhos do líder camponês, porque este, acostumado a enfrentar dificuldades maiores em décadas de militância no PCB e nas entidades de trabalhadores, quis nos poupar o “trabalho” de irmos a seu encontro. Impossível não ser afetado pela agudeza do relato e pela dignidade do narrador.

Nesta fase do trabalho, tivemos o apoio da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Ceará, por meio de seu titular, Francisco Sombra, e da agrônoma Ana Andrade. Uma ajuda importante partiu ainda da Secretaria de Desenvolvimento Agrário daquele estado, que nos cedeu carro e motorista (convertido em participante ativo na pesquisa) para os deslocamentos mais distantes. O próprio secretário Antônio Amorim cavou uma brecha em sua apertada rotina de trabalho para nos contar em detalhes suas próprias vivências à frente de sindicatos de trabalhadores rurais e os numerosos atentados que sofreu, a mando de latifundiários da região. Depois disso, na companhia do sociólogo Cesar Barreira fizemos uma visita à fazenda Japuara, em Canindé (CE), região palco de um intenso conflito, em janeiro de 1971, envolvendo camponeses, jagunços contratados pelo proprietário da área, um delegado do DOPS e soldados da polícia militar. Barreira nos conduzia, generosamente, ao interior de seu próprio campo de pesquisa. Ali ele havia feito, até meados dos anos 90, uma série de entrevistas com o líder camponês Pio Nogueira, hoje falecido. Tínhamos então o privilégio de assistir a esse reencontro histórico

entre o pesquisador e os filhos de Pio, cerca de 15 anos depois. Nossos investimentos de pesquisa no Ceará seriam completados com uma entrevista com o advogado Tarcísio Leitão, então candidato a senador pelo PCB, que enfrentou a prisão e a tortura no regime militar por defender os camponeses. Mantivemos contato, ainda, com o Delegado Regional do Trabalho, Papito de Oliveira, organizador do livro *Vozes silenciadas*, publicado em 2009, que reúne histórias de repressão colhidas pela Comissão de Anistia no estado.

Em outubro de 2010, uma nova etapa da pesquisa de campo nos levou a Brasília e a Goiás. Em Riacho Fundo (DF), o ex-líder sindical Sebastião Santiago, presidente do STR de Palmares (PE) entre 1970 e 1972, narrou em detalhes o assassinato de um trabalhador em frente à casa-grande de um engenho em Pernambuco, em 1970. Sebastião seria o mediador de um encontro nosso com Marcos Martins da Silva, ex-presidente do STR de Escada (PE), que, desde o início dos anos 80, vive de forma semi-clandestina no interior de Goiás. Tendo sobrevivido às prisões e torturas inflingidas por militares em aliança com senhores de engenho, antes e depois de 1964, o sindicalista passou a ser perseguido por pistoleiros contratados para executá-lo. Seu caso ilustra bem a conjugação e a possível alternância das matrizes e formas de violência perpetradas contra os trabalhadores rurais: ora sofrendo a ação conjunta de latifundiários e militares, ora sendo perseguido por pistoleiros. Nesta relação de confiança mediada, ali, por Sebastião e, à distância, por Moacir Palmeira, Marcos concordou em nos receber. Uma certa fragilidade de sua figura, hoje, aos 85 anos, estabelece um contraste apenas aparente com a força e a coragem de um homem que enfrentou o ódio de senhores de engenho em Escada. Em Brasília, um encontro com o ex-presidente da Contag Francisco Urbano forneceria novos elementos sobre a repressão ocorrida em diferentes regiões do país. Nesta conversa, Urbano partilhava reflexões lúcidas – e incômodas – acerca dos limites das homenagens prestadas pelo Estado e pelas entidades sindicais aos “heróis” e “mártires” das classes populares, como no caso dos ex-líderes camponeses. Mencionava o risco de que, findas as cerimônias que os enaltecem, na sua vida ordinária estes trabalhadores continuem sujeitos à miséria, ao abandono, à solidão e à doença.

Ao longo deste percurso, fizemos uma série de reuniões com a coordenação deste projeto, por vezes em Brasília, outras no Rio de Janeiro. Um destes encontros ocorreu no início de outubro, na sede do MDA, em Brasília, quando apresentamos o roteiro dos capítulos que constariam da publicação e um mapa descritivo dos avanços obtidos pela pesquisa. Outros encontros foram realizados no Museu Nacional, UFRJ, contando, também, com a participação de Leonilde Medeiros e José Sergio Leite Lopes. Deve-se registrar que a amplitude e a complexidade da tarefa que assumimos foi em muito facilitada pelas ricas discussões mantidas com a coordenação deste projeto em torno do delineamento da obra, pelo incentivo e suporte durante todo o investimento na pesquisa de campo e bibliográfica e, de forma mais vasta, por um permanente encorajamento. Para além dos textos e das imagens aqui impressos, mais visíveis ao leitor, trata-se de relações que foram sendo tecidas e/ou aprofundadas ao longo dos últimos meses, cuja intensidade é atravessada pela alma, a memória e a história de nossos protagonistas – os camponeses.

AS QUESTÕES CENTRAIS

Da espessura do silêncio

A exposição corajosa dos narradores desta publicação deve servir menos a construções idealizadas em torno de um heroísmo individual diante da opressão de patrões e de proprietários rurais, assim como frente à repressão militar, e mais para evidenciar as estratégias de resistência – em alguns casos, seria mais apropriado dizer, de sobrevivência – neste período sombrio da história brasileira. Estas trajetórias revelam momentos de ousadia, de coragem, até mesmo de bravura, mas não se deve ignorar o fato de que são constituídas também, e não só em seus interstícios, pelo medo, pela dor, pela frustração, pela revolta e a tristeza diante de numerosas perdas – desde o afastamento de parentes e amigos e a morte de companheiros até os exílios prolongados, e mesmo definitivos, fora e também dentro do próprio país. Se há heroísmos, trata-se, antes desse heroísmo forjado na luta obstinada de todos os dias, que deixa no corpo as suas marcas, não como medalhas, mas como cicatrizes, que remetem sempre a uma memória dolorosa, inseparável do próprio sujeito. Não raro, os detalhes de violências sofridas ou testemunhadas ocultam-se sob uma camada espessa tecida pelo medo, o silêncio e a vergonha surgida da experiência do absurdo. Mesmo quando muita coisa é revelada, outras tantas coisas continuam a ser caladas. Como observou o ex-líder dos posseiros no Maranhão Manoel da Conceição Santos, referindo-se às torturas que ele próprio sofreu, em suas nove detenções, durante o regime militar: “São coisas que me chocam muito até hoje. Se faço alguma coisa é porque considero que tenho um dever, já que, devido à censura, a sociedade não tomou conhecimento de muitos desses fatos”.

Por outro lado, resgatar a memória do que ocorreu no campo durante o regime militar é contar uma história que, pelas características próprias à área rural, foi construída em grande medida no anonimato, em geral ignorada pelos documentos oficiais. Não apenas devido às experiências de clandestinidade política, como ocorreu na área urbana, mas, sobretudo, porque foi ocultada sob o cotidiano de uma histórica relação de opressão e humilhação dos representantes do latifúndio contra os lavradores, os posseiros, os trabalhadores da terra. A violência política no campo desenvolveu-se, muitas vezes, longe dos instrumentos institucionais legais e da consciência de classe que faria valer os direitos humanos. Assim, os traços de sua memória durante a ditadura encontram-se, em boa parte, na voz daqueles que formaram tal consciência política, envolvendo-se nas mobilizações coletivas de luta pelo direito à terra. Como indica o documento “Violência no campo”, organizado pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 1985, a violência atravessa o cotidiano dos trabalhadores no campo, mas somente em alguns momentos é rompido o silêncio em torno dela. Isso ocorre porque justamente um dos aspectos da opressão que sofre o camponês é também o esforço direcionado para silenciar a sua voz, para que ela não chegue aos jornais, à televisão, ao rádio, para que em torno dela não se crie uma rede de solidariedade

Num depoimento, Élio Neves, presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), sugeria que, tão terrível quanto a violência física praticada pelos órgãos de repressão, foi a que subjogou os trabalha-

dores pelo silêncio: “As pessoas até hoje têm medo de contar a sua história porque há uma mordaca colocada nas suas bocas”, observava. Neste sentido, o advogado trabalhista Tarcísio Leitão de Carvalho, dirigente comunista no Ceará, que esteve preso em celas contíguas com o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, em Recife, logo após o golpe de 1964, sinalizava, durante entrevista em Fortaleza, que ao ser solicitado por jornalistas a referir nomes de companheiros que viveram, como ele, os horrores do cárcere, “esquece-se subitamente” desses nomes – tal foi o mecanismo de defesa introjetado por ele durante as torturas, como forma de evitar qualquer revelação que pudesse comprometer outras pessoas.

A alguns, o preço da luta pelo direito ao trabalho e à moradia foi a perda de suas próprias identidades, levados à clandestinidade longe de seus familiares, forçados a romperem seus vínculos mais essenciais. A outros, o terror do passado deixou derradeiras marcas emocionais, que não esmaecem nem se apagam. Ainda hoje, os relatos de muitos dos que sofreram com a repressão pós-64 são atravessados por essa espécie de mal-estar físico, misto de horror e náusea, pontuados por numerosos silêncios e reticências. Como sugere o depoimento de Tarcísio Leitão, neste período qualquer informação sobre nomes de companheiros e locais de encontros de trabalhadores, registrada pelos agentes da repressão, podia ter efeitos nefastos sobre as vidas de lideranças, mas também no destino de simples camponeses. Tais indícios de participação política podiam ser suficientes para o enquadramento na perigosa categoria de “comunistas” e “subversivos”, sinônimos de “inimigos da nação” – de forma que, daí em diante não precisava muito para que se tornassem perseguidos e, então, presos políticos, aos quais se aplicavam penas tão cruéis quanto inimagináveis.

De “camponeses” e “trabalhadores rurais”

Em algumas circunstâncias, o silêncio é instrumento de resistência. Em outras, é a força das palavras o que as torna proibidas pelo sistema opressor. Durante a ditadura militar no Brasil, o uso do termo “camponês” poderia ser suficiente para desencadear prisões, torturas e assassinatos. Mas o que o regime fazia calar não eram as palavras. Deve-se lembrar que a designação “campesinato” tem uma história política que a reveste, construída por meio de eventos e experiências coletivas vivenciadas nos enfrentamentos em defesa do uso do solo e de uma distribuição justa da terra. Sem ignorar a importância de lutas anteriores, foi a partir dos anos 1950 que os movimentos passaram a generalizar o uso do termo “camponês” no país, revestindo demandas locais em propostas políticas vinculadas a um projeto nacional. A palavra reunia ampla gama de categorias – lavradores, trabalhadores rurais, meeiros, foreiros, agricultores familiares, pequenos proprietários, posseiros –, articulando reivindicações diversas: direitos trabalhistas, acesso à previdência social, direito à posse, reforma agrária, etc. Assim, carregava um significado simbólico e um sentido político.

Foi justamente esse sentido político do termo “camponês” que passou a ser combatido, não apenas pelos agentes da repressão militar, como também por latifundiários e seus capangas. Durante a entrevista realizada em Brasília, o ex-líder sindical Sebastião Santiago nos contava que, em Palmares (PE), os jagunços do senhor

de engenho onde ele trabalhava, com vistas a humilhar os trabalhadores do campo, costumavam chamar os cães que os acompanhavam pelo termo "camponês" – tão caro aos sindicalistas daquela região do país. "Quando passavam por nós, eles se dirigiam aos cães e diziam: 'Vem cá, Camponês!'" Mais do que um episódio pitoresco, esse detalhe narrado revela com clareza as tentativas de desmoralização e de menosprezo de uma história de lutas dos trabalhadores no campo.

É importante se considerar que o termo "camponês" passou a ser adotado no Brasil em meio às ações do Partido Comunista Brasileiro, quando este se lançou na "conquistas das massas rurais", a partir de meados dos anos 40, difundindo ali o linguajar adotado pela III Internacional Comunista. Mas que o termo "camponês" tenha se originado de uma espécie de "importação política", fora da realidade rural brasileira, não se pode deduzir disso que as mobilizações sociais no campo não tenham sido iniciativas genuínas. Ao contrário, nas trajetórias de trabalhadores reunidas neste livro, sobressai o engajamento político – seja ele partidário ou não – decorrente de distintas iniciativas de "camponeses" na condução dos movimentos em cada região do país.

Um dos estudiosos do tema, Silva (2006) nota que foi o advento e a expansão das Ligas Camponesas, sobretudo no nordeste, sob a liderança de Francisco Julião, que contribuiu para a popularização do termo camponês, que passou a significar "aquele que luta pela reforma agrária", com uma conotação política. No sul do país, o uso do termo manteve-se restrito aos iniciados no sindicalismo de esquerda, especialmente os militantes comunistas.² Depois de incorporar um sentido político, a palavra camponês tornou-se também um conceito acadêmico. Com o tempo, o termo foi perdendo terreno para a expressão "trabalhador rural", considerada mais abrangente. Se nas décadas de 40 e 50 esta expressão ainda era tida como sinônimo de "assalariado" ou de "empregado" rural, no início dos anos 60, com a organização dos sindicatos, legitimou-se, mediante a sua adoção pelo sindicalismo de matiz comunista, tornando-se eficaz na contraposição a "fazendeiro", por exemplo, e sendo consagrada no Estatuto do Trabalhador Rural, criado em 1963. Este estatuto serviria à defesa dos direitos dos trabalhadores no regime militar, quando outras reivindicações estavam amordaçadas pelo clima de arbítrio.

Das lutas pelos direitos e da violência no campo após 1964

Muito antes do golpe militar de 1964, o campo brasileiro já era um trágico palco de abusos e assassinatos de trabalhadores rurais. A violência, como se sabe, atravessou todo o processo de colonização do país. Estava presente na destruição do território indígena, passou pela degradação dos quilombos e pelas lutas entre camponeses e o Exército, em Canudos, nos sertões da Bahia, em 1896 e 1897 – assim como na guerra do Contestado, no Paraná e Santa Catarina, entre 1912 e 1916. Registre-se aí, ainda, a repressão imposta aos colonos migrantes durante as greves de 1911 nas fazendas paulistas, para limitarmos-nos a alguns exemplos.

Nos limites deste trabalho, porém, o objetivo é caracterizar a singularidade da violência no campo no período compreendido entre 1962 e 1985. Neste período, a violência privada era exercida sob a cobertura e estímulo oficial, baseada em

2. Ver Silva, 2006, p.28-32.

compromissos de classe, que aliavam grandes proprietários e empresários rurais ao governo militar. A lei da violência que caracterizava as práticas privadas vinha ao encontro dos interesses defendidos pelo regime a fim de barrar a organização crescente dos trabalhadores do campo.

As décadas de 40 e 50 já haviam sido marcadas por numerosos conflitos, mas com uma característica local, isolada, como ilustra o caso da guerrilha de Porecatu, no Paraná, e de Trombas e Formoso, em Goiás. Então, foi com o surgimento e a expansão das Ligas Camponesas e com a organização dos sindicatos dos trabalhadores do campo, nas décadas de 50 e 60, que essas lutas passaram a ganhar uma dimensão nacional e a preocupar mais intensamente o poder público. Foi o período também de surgimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais, organizados sob a influência do PCB ou da Igreja Católica. Nas décadas de 50 e 60, as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja Católica eram as três principais forças que disputavam entre si a organização dos camponeses.

Associações de trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas expandiram-se nas décadas de 50 e 60, depois de um ensaio do PCB nos anos 40. Ainda que as experiências mais significativas tenham se desenvolvido no nordeste, essas organizações tiveram núcleos também no Paraná, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e em Goiás. Entre 1960 e 1961, havia federações das Ligas em dez estados brasileiros. O principal líder da organização foi o advogado Francisco Julião, deputado estadual e federal pelo partido socialista, que contribuiu de forma decisiva para a expansão das Ligas por todo o país. Em 1962, o assassinato de João Pedro Teixeira, um dos líderes da Liga de Sapé (PB) – retratado no filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho –, demarcava de forma contundente a reação do latifúndio ante o avanço da organização.

Desde o início dos anos 60, a Igreja católica, por sua vez, buscava ampliar sua influência no campo, atuando no nordeste por meio do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), desde 1961, e do Serviço de Assistência Rural (SAR), em funcionamento no Rio Grande do Norte, desde 1949. Muitos trabalhadores, em diferentes regiões do país, aprenderam suas primeiras lições sobre organização no interior do Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 pela Igreja Católica, com o apoio do governo federal. Em Pernambuco, o Sorpe fundou 45 sindicatos rurais em 1963 e outros dois em 1964, mantendo naquele período o controle sobre 68 sindicatos rurais do estado.³

Com uma origem ancorada no movimento operário, o PCB somente voltou-se a pensar mais profundamente sobre a questão agrária e camponesa em 1928, em seu III Congresso. Em meados da década de 40, durante seus 18 meses de existência legal, quando registrava 200 mil militantes, o partido dedicou-se à organização das primeiras ligas camponesas, formadas principalmente nos estados de Pernambuco, Goiás, São Paulo e Paraná. Nesse período, a principal reivindicação dos camponeses era a posse da terra.⁴ A experiência de Porecatu, no norte do Paraná, no início dos anos 50, constituiu-se na única experiência de guerrilha rural orientada pelo PCB. Apesar de ter sido derrotada pelas forças policiais, ela multiplicaria as ligas camponesas e as “uniões gerais de trabalhadores”, até o surgimento dos sindicatos agrícolas

3. Koury, 2010, p.121.

4. Silva, 2006, p.32-37.

na região. No início dos anos 60, no nordeste do país, o partido investiu fortemente na organização de sindicatos de trabalhadores rurais, em cujo trabalho se destacava o líder comunista Gregório Bezerra. O STR de Palmares (PE), por exemplo, de orientação comunista, tornou-se um dos mais combativos da região e, também, um dos mais perseguidos pelo novo regime. A hegemonia do PCB na organização dos camponeses, já afetada pela crise surgida no congresso de Belo Horizonte de 1961, se dissolveria de vez em 1964, quando a organização foi brutalmente atingida pela repressão.

Se até meados dos anos 60 havia em curso uma aliança unindo as oligarquias rurais e as forças do Estado, no regime militar tal relação tornou-se a regra. Logo nos primeiros dias de abril de 1964, com a garantia da impunidade, proprietários de terras e grileiros aproveitaram para pôr fim às suas desavenças, animados com as ações praticadas pelos militares contra trabalhadores e líderes camponeses. Em entrevista ao *Pasquim* em 1979, Julião salientava que a Liga foi a primeira organização atingida:

*Imediatamente após o golpe, foi posta na ilegalidade e começaram a perseguir e prender camponeses e assassinaram vários, enforcaram, queimaram... (...) Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, na Paraíba, foi pendurado numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região.*⁵

Quase todos os dirigentes das Ligas foram presos ou mortos. No dia 21 de abril de 1964, o *Diário de Pernambuco* noticiava que a polícia havia encontrado o corpo do presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, em adiantado estado de decomposição. Nessas execuções sumárias, ficavam evidentes os compromissos entre o latifúndio e o poder militar que comandava o país. A maior parte dos trabalhadores e lideranças mortas no campo no período “foi sacrificada pelas milícias privadas dos proprietários rurais ou com a ajuda direta dos mesmos”, segundo pesquisa conduzida por Koury (2010).⁶

De forma geral, no país, a organização dos trabalhadores rurais foi duramente golpeada pela ditadura. Durante e após o golpe militar, vários dirigentes sindicais foram mortos, torturados, presos e perseguidos, como atesta o caso de Lyndolpho Silva, ex-presidente da Contag, entre muitos outros. No nordeste, uma das regiões mais atingidas, os efeitos foram imediatos e brutais, com a prisão e o assassinato de dezenas de líderes. O Exército ocupou e interveio na maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais da região. Dos 40 sindicatos rurais existentes na época na zona da mata de Pernambuco, 38 sofreram processos de intervenção imediatamente após o golpe. Destes, 26 tiveram mais de um processo de intervenção pela DRT, até 1967.

Nos primeiros anos da ditadura, apesar da violência registrada, ainda havia certo espaço para as manifestações populares, mas a situação se tornaria ainda mais crítica nos anos 1970, quando ocorre o maior número de casos de prisões e assassinatos de líderes camponeses. Um estudo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicou que entre 1964 e 1989, o Brasil contabilizou 1.566 assassinatos de trabalhadores rurais, dos quais há registro apenas de 17 julgamentos e de oito condenações, numa clara caracterização da impunidade. Parte deste estudo foi publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*, constituindo-se numa das principais fontes que subsidiaram nosso próprio levantamento de dados sobre a violência no campo.⁷

5. Entrevista de Julião ao jornal *Pasquim*, em 1979, citada por Koury, 2010, p. 206

6. Koury, 2010, p.206.

7. A versão publicada em 1987 contou com pesquisa de Maria Cristina Vanucchi Leme e Wânia Maria de Araújo Pietrafesa.

Diante dos limites impostos pela repressão, o sistema de organização adotado pelos sindicatos, prevendo um delegado sindical em cada engenho, como no nordeste, por exemplo, possibilitava enfrentar a violência dos patrões. Como observou José Francisco da Silva, ex-presidente da Contag, em Vicência (PE), os próprios sindicalistas tinham de andar armados e montar esquemas que envolviam a presença de grande número de trabalhadores para protegê-los. O que ouviam era: “Não entra que morre! Não entra que morre!” No período posterior ao golpe, o esforço era para restabelecer o funcionamento dos sindicatos interditos, mesmo que fosse para atuarem nas limitações do estatuto dos sindicatos e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesta época, as lutas sindicais se ancoravam no cumprimento da legislação em vigor – o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural (aprovado somente em março de 1963). No entanto, mesmo a defesa de direitos já consagrados em lei era encarada como um desafio à ordem imposta pela ditadura, nas suas alianças com os grandes proprietários de terra e com senhores de engenho. Isso ficaria evidente, por exemplo, nos depoimentos, não apenas de José Francisco, como de Marcos Martins da Silva e de Luiz Inocêncio Barreto, com atuação em Pernambuco, e de Vicente Pompeu da Silva, do Ceará, além de figurar nos documentos dos órgãos de repressão.

Como registra o estudo “Violência no Campo”, a violência privada sobre os trabalhadores rurais, antes e depois de 1964, é complexa e diversificada em suas formas: vai desde ações de impacto e ostensivas – como assassinatos, espancamentos e prisões – até outras mais sutis, cotidianas, que procuram minar a sua capacidade de resistência. Incluem-se neste segundo caso as invasões da roça por gado, a morte de animais domésticos, o fechamento de caminhos, etc. Em algumas situações, os agentes são conhecidos, em outras, aparecem de forma ambígua, acobertados pela impunidade. Em determinadas regiões como na zona canavieira, isso é facilitado pela concepção vigente – propalada pelos senhores de engenho – de que, sendo trabalhadores que usam como instrumentos de trabalho a faca e a foice para cortar cana, a única forma possível de fiscalização do seu trabalho é a coação constante, a possibilidade, sempre presente, de agressão física sobre o trabalhador.⁸

Uma parte significativa das violências contra camponeses e seus líderes, como demonstram os casos narrados ao longo desta publicação, é praticada por pistoleiros, jagunços e capangas, que são contratados por latifundiários e empresas para matar e, muitas vezes, para compor milícias privadas. Há casos em que a função é exercida por policiais em férias ou em serviço extra. Essas milícias privadas, comandadas em sua maior parte por policiais, atuam junto com a própria força pública na repressão aos trabalhadores rurais. No caso dos conflitos de terra, os jagunços e pistoleiros são encarregados pelos grileiros – supostos proprietários –, pelos latifundiários e pelos grupos econômicos interessados em áreas ocupadas pelos lavradores para proceder a chamada “limpeza da área”. Por meio de violências físicas e coerções – como se verá em vários dos casos narrados ao longo deste livro – espalham o pânico entre as famílias para forçá-las a abandonar suas benfeitorias e a se deslocarem a outras regiões. Deve-se notar que a mesma violência tradicional

8. *Violência no campo*, 1985, p. 8-9.

que havia no campo, envolvendo latifundiários, grileiros, senhores de engenho, nas últimas décadas se manifesta ainda com a face moderna de grupos industriais e de conglomerados financeiros.⁹

Em algumas regiões, os conflitos de terra envolvem, como foi dito, “posseiros”, que são vítimas de violências cometidas por “grileiros”. A origem do termo “grilagem” surgiu com a prática de se colocar algum papel de “comprovação” de propriedade dentro de uma gaveta com grilos – os dejetos do inseto dariam uma aparência envelhecida ao papel. Tornou-se uma denominação que se refere à pessoa que pretende comprovar a antiguidade da ocupação de uma determinada propriedade. É considerado grileiro quem se apossa de terras públicas ou pertencentes a outras pessoas por meio da falsificação de escrituras de propriedade ou, mesmo, sustentando a sua existência sem apresentá-las. Já o posseiro é aquele que ocupa um pedaço de terra sem ser seu dono ou possuir título legal de propriedade. Neste caso, a posse de terra pode vir a ser legalmente definida.¹⁰

Inúmeras formas de violência são descritas ao longo desta publicação. Há a punição em que o trabalhador é mergulhado em um tanque com mel e, amarrado pelo pescoço, conduzido para ser lambido por vacas, ficando com o corpo em carne viva. Outro é espancado e trancafiado numa cadeia privada, “fechada como caixão de defunto”, com apenas um buraco para respirar, apelidada de “Benedita”. Há os que são obrigados a trabalhar sob a vigilância de armas, algumas privativas das Forças Armadas – como no caso do pivô da “Chacina de Mari”, ocorrida na Paraíba. Muitos dos episódios registrados nesta publicação evidenciam que, mesmo quando os trabalhadores decidem ingressar na Justiça para enfrentar o grileiro ou o fazendeiro, na maior parte das vezes, a lentidão dos julgamentos e a parcialidade do Poder Judiciário faz com que não consigam esperar uma solução: são expulsos antes de suas posses ou são obrigados a lançar mão de formas mais violentas de resistência. Quando os trabalhadores reagem e uma morte acontece, o julgamento é rápido e exemplar. Um exemplo foi a prisão, no Pará, de treze posseiros e dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, acusados do assassinato de um funcionário do Getat. Em contrapartida, os assassinos dos líderes camponeses Raimundo Ferreira Lima (PA), Wilson Pinheiro (AC), Margarida Alves (PB), José Cícero (AL), entre muitos outros, nunca foram punidos.

A DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

No Capítulo 1, “Nordeste, uma região ‘perigosa’”, vemos que o tal “perigo” de uma revolução iminente que começaria naquela região do país, noticiado pela imprensa nacional e internacional no início dos anos 60, serve de pretexto para ações de articulação do golpe militar e para a perseguição dos líderes camponeses, justamente no momento em que os trabalhadores obtinham avanços importantes em sua organização. Em boa parte do nordeste, nesta época, os camponeses eram obrigados ao pagamento do “cambão” (dois ou três dias de trabalho semanal de graça ao engenho ou fazenda) e do “foro” (renda paga anualmente). Os direitos dos trabalhadores eram ignorados ou golpeados pelas violências de latifundiários e de

9. *Violência no campo*, 1985, p.9.

10. Motta, *Dicionário da Terra*, p. 238, 373-376.

suas milícias privadas, quase sempre com a conivência policial. As principais vítimas do golpe militar no estado foram os membros de ligas camponesas e de sindicatos rurais e os dirigentes dessas organizações. “A verdade é que a repressão atingiu amplamente as classes assalariadas da região, no campo e na cidade. Mas o maior peso da repressão, direta e brutal, foi descarregado sobre os trabalhadores rurais”, afirmou Ianni.¹¹ O que ocorreu ali é que, a partir da aliança entre as forças policiais e as oligarquias rurais, a ditadura jogou muito da sua brutalidade sobre as forças democráticas daquela região.

Um conjunto expressivo de trajetórias, das quais já se veio falando ao longo desta introdução, fornece um panorama das formas de violência perpetradas contra os trabalhadores na região, sejam as comandadas diretamente pelo Estado, sejam as acionadas pela mão do latifúndio. Um registro feito por Paulo Cavalcanti (1980) fornece-nos a exata medida da violência e da humilhação a que foram submetidos os camponeses nos dias que se seguiram ao golpe. Em abril, os detidos “se amontoavam” na Secretaria de Segurança Pública de Recife (PE), onde eram redistribuídos pelos comissariados dos subúrbios. Homens, mulheres e crianças eram “tocados como animais, aos tropeços, pontapés e empurrões”. Nesses tristes destinos, Mariano, camponês do engenho Piaçaluçu, foi obrigado a desfilar em trajes menores pelas ruas da cidadezinha, puxado por um jipe do Exército – o mesmo tratamento cruel e ultrajante que foi dispensado ao líder de comunista Gregório Bezerra, no dia 2 de abril de 1964, com o desfile medieval pelas ruas de Recife, depois de ter sido barbaramente torturado. Outro camponês, mencionado por Cavalcanti, João Severino, “passeou” pelo engenho Serra, do latifundiário Alarico Bezerra, amarrado pelos testículos. Outros tantos – como Mendes, camponês de Paudalho, Sinhá Maria, do engenho Tiriri, Raimundinho, do município de Abreu e Lima, Biu, de Goiana, Jerônimo, da cidade de Amaraji, Severino Biu, da cidade de Gaibu, Pedro Fazendeiro e João Alfredo, de Sapé, na Paraíba – “não tiveram direito ao macabro ritual do ‘desfile’”, pois foram brutalmente assassinados.

O capítulo 2, “O ‘camponês’ forjado nas massas”, remete-nos à força das associações, sindicatos e federações que foram se formando nos anos anteriores a 1964 em toda a região sudeste. Em um dos seminários do *Projeto Memória Camponesa*, realizado no Rio de Janeiro, o professor Afrânio Garcia (EHESS) lembrava às lideranças camponesas presentes que, nas lutas conduzidas pelos trabalhadores rurais antes de 1964, 23 fazendas havia sido desapropriadas no estado do Rio de Janeiro. Já no período compreendido entre 1964 e 1980, apenas uma. No mesmo encontro, o ex-líder sindical Eraldo Lírio de Azevedo contava, por sua vez, o susto que teve ao ouvir pelo rádio a deflagração do golpe militar de 1964. “Naquela caminhada, nós já estávamos ali discutindo o salário mínimo. Era outro modelo que dava para gente, trabalhador rural lá no campo”. Líderes como Eraldo, Bráulio Rodrigues e Manuel Ferreira Lima, que participavam do evento Memória Camponesa eram os “heróis”, na definição adotada pelo advogado Paulo Amaral, que à época assessorou as organizações camponesas.

A consciência de seus direitos, especialmente do direito à posse, pontuou o percurso de formação política de boa parte dos lavradores desta região. Entre eles, muitos foram forjados como lideranças nos dispositivos da “aliança operário-

11. Ver “Octávio Ianni e a questão Nordeste”, In: Bernardes, 2005, p.40-41.

camponesa”. José Pureza líder sindical da Baixada Fluminense, chamava a atenção para a valiosa transformação dos trabalhadores rurais em quadros de liderança, conduzindo-nos a ver a amplitude da repressão aplicada no período militar. Mais do que indivíduos isolados, o que se atingia duramente era o “movimento camponês”. Assim, os episódios de prisão, tortura e assassinato que se seguiram ao 1º de abril de 1964 chegam a ser, às vezes, deliberadamente silenciados por suas testemunhas. O que se constrói é, antes, a memória das conquistas interrompidas. Como se, na saudade irrevogável da esperança vivida nos anos pré-64, se desvelasse a mais brutal das práticas de violência.

Se, como sugeria Zé Pureza, “a massa faz o líder”, o caso de Aparecido Galdino, que de benzedor se torna líder messiânico em Rubinéia (SP) recria, nas palavras de José de Souza Martins, “o percurso biográfico dos nossos profetas do sertão”, acrescentando que “neste país de místicos, oprimidos e marginalizados, o profeta sertanejo é a voz dos que não têm voz”.¹² O que causara a fúria dos militares contra o profeta foram suas palavras: era preciso salvar o “povo”, o “camponês”, garantindo-lhe a terra como fonte da vida. A violência cometida contra os camponeses após o golpe, fossem eles lideranças políticas ou não, ressalta-se então como forma de calar as reivindicações de classe. Com isto, ganharam força os que à época se opunham a tais demandas; o Estado endossaria assim a violência cometida por pessoas que, ligadas à grilagem de terras, aproveitaram-se para cometer atrocidades em nome do “interesse nacional”.

Por outro lado, a repressão nem sempre se faz de atos criminosos; sua força brutal reside também em disputas sutis. Este aspecto é destacado na trajetória de Jôfre Soares, que sofreu um atentado envolto em contradições em Santa Fé do Sul (SP). Versões foram espalhadas de que o disparo contra o camponês havia sido motivado por questões de ordem pessoal. Estaria nisto uma forma de deslegitimar a importância política de tal ato e enfraquecer a liderança de Jôfre? Na memória das trajetórias camponesas da região sudeste, disputas simbólicas como esta constituem um pano de fundo constante, concretizando-se às vezes em formas de hostilidade usadas especificamente contra militantes lavradores. Embora tenha sido enquadrado, juntamente com seus companheiros, na Lei de Segurança Nacional, o líder sindical Manuel Ferreira Lima não foi encarcerado como preso político: “Não gozei o privilégio político, fui atirado no meio dos marginais”.

Como fica evidenciado no Capítulo 3, “As terras pioneiras e o sangue das fronteiras”, abordando casos das regiões centro-oeste e norte, os relatos de humilhação parecem crescer à medida que nos encaminhamos rumo ao norte do país. Criadas no rastro dos grandes empreendimentos do capital nas “terras sem homens da Amazônia”, as trajetórias descritas guardam a memória de extermínios atroz: retirar a pele do rosto para que o corpo não fosse reconhecido, obrigar a vítima a comer fezes e sapo vivo, montar em suas presas humanas como se fossem cavalos e obrigar os lavradores a ter relações sexuais entre si são apenas alguns exemplos do que foi realizado por soldados e jagunços. O “processo civilizador” das “terras selvagens” – conforme o discurso de campanhas oficiais do governo Médici – devastaria os trabalhadores da terra à maneira com que tratores devastavam as matas,

12. Cf. Martins, 1985.

engolindo-as em nome do “progresso da Nação”. Potencializou-se assim, sobretudo durante os anos 70 e 80, uma seqüência repetida de variações na política agrária de Estado: estimular a migração para, em seguida, temer a ocupação das terras como foco de “subversão”. A história começa ainda na Era Vargas, quando a campanha da “Marcha para o Oeste” atrai ao estado de Goiás gente como José Porfírio e seus companheiros de Trombas e Formoso, cuja vitoriosa organização de resistência seria dizimada logo após o Golpe Militar. O percurso da violência estende-se no tempo e no espaço, acompanhando os movimentos migratórios rumo ao norte. Assim, se a construção da Transamazônica ativou um processo de colonização que chegou a promover desapropriações em favor de posseiros, a chegada de empresários do sul – motivados por subsídios governamentais – reverteria tal configuração política. Sobretudo a partir de 1973, em meio às operações militares armadas contra a Guerrilha do Araguaia, o governo assume a política repressiva, em geral alimentada pela paranóia militar em relação a agentes externos, “os comunistas”, “os subversivos” (fossem sindicalistas, guerrilheiros, religiosos ou agentes pastorais).

Ainda no capítulo 3, vemos a expropriação das populações rurais para implantação da grande empresa capitalista se intensificarem com a ajuda de órgãos estatais como a Sudam e o Getat, e a opressão patronal contra os lavradores mistura-se à repressão oficial contra as mobilizações pelo direito à terra. Ligando o norte do Mato Grosso e o sul do Pará, abrangendo parte do Maranhão, a área alvo do Getat aparece como uma espécie de síntese. O conjunto de biografias ali descritas não corresponde às fronteiras regionais da União, mas antes àquelas abertas à custa de sangue. É significativo que tenha ocorrido nesta área a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), “nascida da região do Araguaia”, “nascida do chão, do sangue, da repressão”, como conta Dom Pedro Casaldáliga. Os religiosos têm um papel de peso nessas lutas, mas não estiveram sozinhos. Casaldáliga destaca, por exemplo, a importância do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) na formação da CPT. Mas as populações indígenas, de modo geral, não foram encaradas pelos militares como “atores sociais”, com peso político. Talvez fossem considerados demasiado selvagens, e nesta idéia se pode vislumbrar mais uma forma de violência. Neste sentido, se é a noção de “campesinato” que surge nos anos 60 e 70 como questão central no debate sobre o desenvolvimento nacional, cabe-nos ressaltar a trajetória de Wilson Pinheiro e a semente política plantada por ele em favor dos “povos da floresta”, expandindo, na luta pelo direito à terra, o próprio conceito do que seria o “camponês” em questão.

No capítulo 4, “Revoltas e ocupações, a ordem desafiada no Sul”, evidencia-se que entre os líderes camponeses que se constituíram em alvo privilegiado da repressão militar no Rio Grande do Sul encontram-se os militantes dos Grupos dos Onze e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), surgido nos anos 50. Um exemplo é o do agricultor Leopoldo Chiapetti, militante do Grupo dos Onze em Mariano Moro (RS), preso em 30 de abril, quando foi brutalmente torturado, para que “entregasse informações sobre as ações do grupo e as armas”. Da mesma forma, um dos líderes do Master, João Machado dos Santos, mais conhecido como “João Sem Terra” foi perseguido e encarcerado. Durante uma sessão de torturas, João chegou a pedir ao agente da repressão que “o matasse de uma vez”, pois havia ultrapassa-

do o limite do suportável. A história de João nos remete ao drama dos brasileiros que foram exilados em seu próprio país: sem identidade e sem passado. Ele permaneceu 25 anos vivendo de forma clandestina no interior de Goiás. O Master, ao qual João dedicou boa parte de sua vida, foi uma espécie de precursor do MST. Anos depois, no final da década de 70, a luta pela terra no estado ressurgiria com a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, no complexo da Fazenda Sarandi – desembocando na criação do MST, em 1984.

Cenários de lutas memoráveis, travadas por posseiros, o norte e o sudoeste do Paraná forneceram experiências de organização dos trabalhadores rurais que, posteriormente fariam germinar as suas sementes. Essas mobilizações ficaram conhecidas como “A Guerrilha de Porecatu”, no norte do estado, e a “Revolta dos posseiros”, no sudoeste. Ainda que houvesse um esforço das lideranças para romper com o isolamento em cada um desses conflitos, especialmente dos líderes do PCB, a deflagração do golpe de 1964 acabou de lançar por terra essa possibilidade. Um dos personagens referidos neste capítulo, Manoel Jacinto Correia, militante do PCB e, depois, do PCBR, foi um dos líderes na Guerrilha de Porecatu. Em função de suas atividades políticas, ele enfrentou 17 prisões e cinco processos, tendo vivido dez anos na clandestinidade. A Guerrilha de Porecatu, especialmente, aportaria um aprendizado significativo à organização dos trabalhadores rurais nas gerações seguintes. Nos anos 80, outras formas de organização surgiriam, por intermédio do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens – inspiradas nas velhas e valentes lutas de posseiros.

Cabe dizer, por fim, que nosso intuito é que esta publicação, ao romper com o silêncio e jogar luzes sobre a repressão política no campo entre 1962 e 1985, contribua para uma melhor compreensão sobre a importância da democratização no meio rural como sendo um imperativo para a democracia e o desenvolvimento do país como um todo. Desejamos que este livro possa estimular novas investigações e estudos acerca do tema, assim como a publicação e a ampla divulgação de pesquisas já concluídas ou em andamento.

Ana Carneiro e Marta Cioccarri

Foices ao alto:
manifestação das Ligas
Camponesas na Paraíba,
início dos anos 60.

(Acervo Iconographia)



NORDESTE, UMA REGIÃO “PERIGOSA”

PERNAMBUCO
PARAÍBA
CEARÁ
MARANHÃO
BAHIA
RIO GRANDE DO NORTE



INTRODUÇÃO

“A ditadura instalada no País elegeu o Nordeste como uma região particularmente importante, perigosa, na qual desencadeou uma repressão política selvagem”.¹ A afirmação do sociólogo Octávio Ianni descreve com notável agudeza a perseguição desencadeada às lideranças camponesas da região, após o golpe militar de 1964. Tal “perigo” se desenharia no momento em que os trabalhadores obtinham avanços importantes em seus direitos e em sua organização. Até então, os direitos dos homens e mulheres do campo ou inexistiam ou eram vilipendiados pelas violências de latifundiários e de milícias privadas, quase sempre com a conivência policial. Após o golpe, a própria defesa dos direitos dos camponeses passou a figurar como “subversão” e a repressão mais direta e brutal encampada simultaneamente pelas forças de repressão do Estado e pelas oligarquias rurais – foi desfechada justamente sobre os trabalhadores do campo e seus líderes. Um dos efeitos dessa ruptura é que o nordeste, embora não tivesse gestado diretamente o golpe, foi a região mais prejudicada, a que verdadeiramente “pagou o pato”, pois toda a política de mudança social foi destruída, como já observaram o economista Celso Furtado e o sociólogo Francisco de Oliveira.²

A eleição do governador Miguel Arraes, em Pernambuco, em 1962, tinha sido emblemática: pela primeira vez a polícia militar pernambucana comparecia aos centros de conflitos de terra sem espancar ou prender trabalhadores. Isso era suficiente para que as oligarquias rurais considerassem tratar-se de um “governo comunizante”.³ Já em 1958, durante as eleições estaduais em Pernambuco, havia se formado a “Frente de Recife”, reunindo as oposições. Desde a posse do novo governador, as Ligas Camponesas ampliaram a sua mobilização. Em três meses realizaram 80 atos públicos.



A ferro e fogo:

Gregório Bezerra foi torturado em praça pública, em abril de 1964.

(Acervo Iconographia)

1. Ver “Octávio Ianni e a questão Nordeste”, In: Bernardes, 2005, p.40-41.

2. Entrevista de Celso Furtado ao *Estado de S. Paulo*, 04/03/2004; entrevista de Francisco de Oliveira ao *Diário de Pernambuco*, publicada em 17/07/2009.

3. Gregório Bezerra, *Memórias*, 1979, Segunda parte, p. 175

Folha do Povo denuncia a "farsa" da polícia.
(Folha do Povo, Acervo DOPS, Arquivo Público Recife/PE)

ASSALTADA PELA POLÍCIA A SÉDE DA LIGA CAMPONESA DE VITÓRIA

VITÓRIA, 31 (Do correspondente) — Domingo último a polícia invadiu a sede da Liga Camponesa local, levando todo o seu material. Antes, a própria polícia espalhou pela cidade o boato de que os comunistas iam fazer um comício em Piritiba, procurando com

Presos três membros da diretoria — O povo liberaliza as ameaças

isto, forjar uma das suas contínuas farsas, para justificar a chacina que pretendia levar a efeito. Fracassando no seu objetivo, a polícia prendeu o sr. José Alves de Albuquerque e Luiz Estanislau de França, respectivamente 1.º secretário e gerador da Liga Camponesa.

Os abusos que vêm se desenvolvendo nesta cidade, por parte da polícia, são bem um espelho da situação a que se reduziu Pernambuco, pelo governo do sr. Barbosa Lima. Os patriotas e democratas deste município, estão dispostos a todos os sacrifícios para derrotar essa reação imperialista e guerreira.

Folha do Povo

1-11-64

27 FEV 1962

Criação De Liga Resultou Em Tiroteio Numa Fazenda: Paraíba

CAMPINA VERDE, 26 (do correspondente, Quênia Penna) — Corredor de uma fazenda de um sítio e seis feridos. Foi o que resultou a tentativa de instalação da Liga Camponesa, na Fazenda Boa Vista, na município de Massaranduba, Paraíba.

O sítio se tornou por volta das 11 horas da manhã, e a frente do movimento, estava o sr. Manoel Cabral, presidente da Liga Camponesa de Massaranduba, acompanhado de outros membros da Liga Camponesa de Massaranduba e de outros líderes camponeses desta cidade.

FERIDO



O sr. Manoel Cabral, presidente da Liga Camponesa de Massaranduba, Paraíba, após o tiroteio.

A fazenda chegou de um sítio e de proprietários de Massaranduba. Agora que, segundo o correspondente, já havia sido informado de que se pretendia instalar uma filial da Liga Camponesa, na sua propriedade. O sítio chegou quando chegavam a fazenda os líderes camponeses. O sítio foi tomado. Um sítio, houve um tiroteio, sendo este o fim de qual parte da Liga Camponesa de Massaranduba e o sr. Manoel Cabral, presidente da Liga Camponesa de Massaranduba, Paraíba, foi ferido. O sr. Manoel Cabral, presidente da Liga Camponesa de Massaranduba, Paraíba, foi ferido. O sr. Manoel Cabral, presidente da Liga Camponesa de Massaranduba, Paraíba, foi ferido.

18 ABR 1962

Revolução Comunista Em Marcha No Nordeste: Líderes Rurais Denunciam

Tiroteio na criação de Liga em Massaranduba (PB) deixou um morto e seis feridos.
(Diário de Pernambuco, Acervo DOPS, Arquivo Público Recife/PE)

Nas décadas de 50 e 60, as principais forças que atuavam na organização dos trabalhadores rurais na região eram as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja Católica. As Ligas Camponesas eram associações de trabalhadores rurais surgidas nas décadas de 50 e 60, que se seguiram a uma experiência embrionária conduzida pelo Partido Comunista nos anos 40. O principal líder das Ligas era o advogado Francisco Julião, deputado do Partido Socialista, inspirado como um poeta, orador inflamado nos campos e nas tribunas. Desde criança, Julião, filho e neto de senhores de engenho, conheceu de perto os dramas vividos pelos camponeses. Tinha crescido no engenho Boa Esperança, em Bom Jardim (PE). Costumava dizer que seu aprendizado com o povo havia iniciado na experiência de ter sido nutrido por uma ama de leite. Ao se engajar nas lutas dos trabalhadores, Julião foi preso e amargou as agruras do exílio. Antes mesmo do golpe militar de 1964, porém, o assassinato de João Pedro Teixeira, da Liga de Sapé (PB), forneceu a tônica do ódio que as Ligas despertavam entre grandes proprietários de terra.

A organização dos camponeses pelo PCB foi, em boa parte, fruto do trabalho de Gregório Bezerra, ex-sargento do Exército e deputado federal em 1946. Ele mesmo um camponês nascido no Agreste pernambucano – órfão de pai e de mãe aos sete anos, alfabetizado já adulto – que conheceu intimamente a miséria dos lavradores e as violências dos latifundiários. A mesma coragem e disciplina de que lançou mão para organizar trabalhadores rurais em Pernambuco, Goiás, São Paulo e no Paraná, parecem ter sustentado sua dignidade inquebrantável diante das torturas em vinte e dois anos de cárcere. No dia 2 de abril de 1964, uma cena para o país não esquecer: Gregório, aos 64 anos, foi obrigado a desfilar pelas ruas de Recife com três cordas amarradas no pescoço, puxado por um jipe, enquanto era espancado por militares, sob o comando do coronel Darci Villocq. Diante do povo estupefato, ele foi conduzido “como um moderno condenado medieval”, como escreveu o jornalista Flávio Tavares, um de seus companheiros de desterro.⁴ Essas cenas ainda assombram a memória do filho, Jurandir Bezerra, de 83 anos, que concedeu entrevista a este projeto em setembro de 2010. Ele contou que, na época, sua mãe ficou em “estado de choque” ao ver as cenas de Gregório sendo ultrajado e golpeado com um cano de ferro, depois que já carregava no corpo as marcas de bárbaras torturas. Parte dessas memórias está para ser resgatada com a produção do filme *História de um valente*, de Cláudio Barroso, em referência ao poema que Ferreira Gullar dedicou ao líder comunista em 1964, em uma campanha por sua libertação. Certos versos bem serviriam à saga de muitos líderes camponeses da região.

Mas existe nesta terra muito homem de valor/ que é bravo sem matar gente mas não teme matador,/ que gosta de sua gente e que luta a seu favor /como Gregório Bezerra, feito de ferro e de f or.

Além das Ligas e do PCB, a Igreja Católica também buscava ampliar sua influência no campo. Em 1961, surgiu o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sor-



Em Havana: Francisco Julião e sua mulher, Alexina Crespo, aplaudem exibição do Circo de Moscou, ao lado de Fidel Castro, em 1961.

(Álbum da família Julião, reproduzido em Santiago, 2001)

4. Eles integravam o grupo de presos políticos exilados em 1969, em troca da libertação do embaixador americano Charles Elbrick, seqüestrado por organizações de esquerda. Ver Tavares, 1999, p. 125-126.

pe), criado pelo padre Crespo, nomeado vigário do Cabo por Dom Helder Câmara. O Sorpe organizou seus próprios sindicatos rurais. No Rio Grande do Norte, desde 1949 funcionava o Serviço de Assistência Rural (SAR). Também no Ceará e no Maranhão, as lideranças religiosas tiveram um papel fundamental na organização dos camponeses. Nomes como o de Dom Antônio Fragoso, Dom Helder Câmara e dos padres Paulo Crespo e Servat ainda são referidos constantemente nos relatos dos trabalhadores.

Depois de 1964, a aliança entre forças policiais e oligarquias rurais se acentuou. Com a garantia da impunidade, proprietários de terras e grileiros puseram fim às suas contendas, animados com as violências praticadas pelos militares. Neste contexto foi assassinado Manoel Tenório da Silva, delegado sindical do engenho Belmonte (PE) que reclamava direitos trabalhistas. As Ligas foram também um alvo privilegiado. Em 21 de abril de 1964, a imprensa noticiava a morte do presidente da Liga de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, ao que tudo indica morto por milícias privadas. Em entrevista ao *Pasquim*, em 1979, Julião salientava que as Ligas foram a primeira organização posta na ilegalidade. Na seqüência, “começaram a perseguir e prender camponeses e assassinaram vários, enforcaram, queimaram...”⁵ O Exército ocupou e interveio na maioria dos sindicatos rurais do nordeste. Em Pernambuco, dos 40 sindicatos existentes na zona camavieira, 38 sofreram intervenção. Entre 1964 e 1970, 40% dos mortos em conflitos de terra no país eram da zona da mata nordestina.⁶

As atrocidades cometidas contra os trabalhadores rurais e seus líderes no nordeste aparecem de forma pungente nos relatos de Marcos Martins da Silva e Luiz Inocêncio Barreto, de Pernambuco; Manoel da Conceição, do Maranhão; Vicente Pompeu, do Ceará; José Rodrigues, do Rio Grande do Norte, entre os que resistiram com vida, apesar de tudo.

Uma revolução “à brasileira” começaria em Pernambuco

5. Entrevista de Julião ao jornal *Pasquim*, em 1979, citada por Koury, 2010, p. 206.

6. Dados da revista da Fetape, 40 anos, 2006.

7. As reportagens resultaram nas obras: *Os Galileus de Pernambuco e os industriais da seca* (1960), e *Tempo de Arraes: a revolução sem violência* (1980).

8. Artigo de Antônio Montenegro, *As Ligas Camponesas e a construção do golpe de 64*, p.6.

“Pernambuco nem se parece com Cuba nem com a URSS. Por outro lado, já não parece muito com o resto do Brasil”. Assim o jornalista Antônio Callado descrevia as mudanças que vinham ocorrendo no nordeste no período pré-64, em matérias publicadas entre 10 e 23 de setembro de 1959 no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Ele notava que a pobreza da região continuava enorme, mas que “sua atividade revolucionária”, em busca de soluções imprimia-lhe vitalidade. Nesse período, Callado fez uma série de reportagens sobre as condições de vida e lutas dos camponeses em meio à seca e à exploração dos latifundiários.⁷ Essas reportagens faziam parte de um plano do governo Kubitschek para mobilizar a opinião pública para a aprovação no Congresso do projeto Operação Nordeste, implementado por Celso Furtado, e que resultaria na criação da Sudene.⁸ Em viagem ao Ceará, Paraíba e Pernambuco, Callado descreveu a mobilização dos trabalhadores do Engenho Galiléia e a criação da primeira Liga Camponesa. Em julho de 1964, no prefácio à obra *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*, que reuniu parte desses textos, ele enunciava:

A revolução de Pernambuco era ‘piloto’, no sentido de que provavelmente inspiraria a revolução maior, brasileira, e ambas tinham um jeito de triunfar à brasileira, com bons modos e pouco sangue. O que inconscientemente deseja talvez o regime do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 é contrariar a revolução do povo para ver a cara do Brasil desconhecido (...).⁹

Nesta época, reportagens do jornalista americano Tad Szulc, publicadas no *The New York Times*, em 31 de outubro e 1º de novembro de 1960, mostravam a preocupação dos Estados Unidos com o nordeste brasileiro. A guerra fria e o anticomunismo americano, assim como a ocorrência da recente revolução cubana e sua influência sobre o continente latino-americano eram o pano de fundo das matérias do jornalista sobre as Ligas Camponesas. Numa de suas reportagens, sob o título “Pobreza no Nordeste gera ameaça de revolta”, Szulc citava trecho de um discurso inflamado de um líder das Ligas, transmitindo a idéia de que uma revolução comunista iminente estava por ser desencadeada naquela região do país.¹⁰ O perigo de uma revolução que se propagasse do nordeste representava ao governo americano mais do que a disputa pela hegemonia no continente: tinha ainda implicações na estratégia de defesa militar.¹¹ Preocupado em conter a ação das Ligas, o presidente americano John Kennedy enviou uma equipe ao país em outubro de 1961 para a “Missão de estudos ao Nordeste do Brasil”. Dois irmãos do presidente estiveram na região em 1961 e em 1965.¹² A presença americana no nordeste foi relatada pelo brasilianista Joseph Page, em *A revolução que nunca houve* (1972). Após o golpe, em junho de 1965, o próprio Page foi preso no DOPS de Recife e teve apreendidas as anotações do livro que preparava.¹³



9. Callado, 1980, p. 42.

10. *The New York Times*, October, 31, 1960, citado por Montenegro.

11. Reportagem de Tad Szulc, citada por Montenegro.

12. Uma descrição desse período pode ser encontrada ainda em Porfírio (2009).

13. Ver Santiago, Vandeck. “Papel dos camponeses na revolução”. Diário de Pernambuco, 15/07/2009.

A praça é do povo: multidão de camponeses no encerramento de congresso na Praça da Independência, em Recife, 1958.

(Arquivo Público de Recife IPE)

PERNAMBUCO

MARCOS MARTINS DA SILVA

“Ou renuncia ao sindicato ou morre!” A frase, dita por um policial à paisana, em meio a uma sessão de espancamentos, em 1963, nunca saiu da cabeça do líder camponês Marcos Martins da Silva, um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada (PE), um ano antes. Sua trajetória como sindicalista foi marcada pela defesa intransigente dos direitos dos camponeses e, paralelamente, por uma perseguição violenta tanto por parte dos senhores de engenho e seus pistoleiros como pela polícia – antes e durante o regime militar. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte. O temor perpetrado por essas violências fez com que ele, em diversas ocasiões, se recusasse a contar a sua história e a deixar-se fotografar ou filmar. Ainda hoje, aos 85 anos, vive numa espécie de exílio forçado no interior de Goiás, onde apenas os amigos mais próximos têm acesso. Mesmo com a saúde fragilizada – que lhe acentuava a rouquidão da voz e transparecia a fadiga –, aceitou falar longamente a este projeto, em outubro de 2010. No sítio em que mora, pôs-se a contar, de forma contundente, os principais momentos de sua trajetória, na presença do ex-companheiro de lutas, Sebastião Santiago, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares (PE). No momento em que posavam para uma fotografia, Sebastião, que segurava um vinil autografado por Francisco Julião, ainda perguntou a Marcos se ele concordava em ser fotografado junto à imagem de um “comunista” que liderou as Ligas. Marcos estava decidido: ia contar a sua história.

Filho de camponês, nascido em Vitória de Santo Antão – município que ficaria conhecido pela atuação das Ligas Camponesas nos anos 50 –, Marcos começou a trabalhar aos sete anos num engenho de açúcar em Pernambuco. Com as dificuldades para freqüentar a escola, o menino só conseguiu aprender a ler e a escrever. Na vida difícil do engenho, em que os trabalhadores eram explorados e constantemente agredidos pelos capangas dos senhores de engenho, foi se forjando a sua determinação. Em 1962, ao ser eleito presidente do sindicato de Escada, começou uma campanha pelo direito dos camponeses a receber o 13º salário, garantido pela lei, mas ignorado pelos senhores de engenho. Convocou uma assembléia e falou em nome dos trabalhadores rurais de Pernambuco. Na convocação, escreveu uma nota, “meio violenta”, como frisa. Dizia: “80 mil trabalhadores rurais de Pernambuco vão para a greve se não receberem o 13º salário”. Na assembléia, defendeu a paralisação e recebeu o apoio da categoria. Estava decidido: se os patrões não pagassem, parariam tudo – “até o vento parava”, enfatiza. Naqueles dias, recebeu uma intimação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Nas duas primeiras audiências, foi sozinho,



Marta Cioceari/NUA/PMN-UFRJ

EX-PRESIDENTE DO SINDICATO DE ESCADA FOI SEQUESTRADO, TORTURADO E TRANCAFIADO NUMA CADEIA PRIVADA NA USINA CAXANGÁ, APELIDADA DE “BENEDITA”

depois o padre Paulo Crespo, que tinha sido o fundador do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), passou a acompanhá-lo.

No momento em que Marcos falou do direito dos camponeses ao 13º salário, o assessor de um usineiro, resmungou: “Mania de comunista...” O sindicalista não deixou por menos: “O senhor é doutor?”, perguntou. “Sou”, disse o outro. “Então, deve conhecer a legislação que diz que o trabalhador rural faz jus ao 13º salário”. Ao narrar essa história, ele mencionava que os senhores de engenho “batiam o queixo de raiva”. Marcos denunciou que os trabalhadores rurais não tinham nem folha de pagamento, o que era mais uma irregularidade. O representante da DRT propôs um acordo: as usinas teriam trinta dias para fazer a folha de pagamento. O sindicalista percebeu que isso não ia entrar em ata. “Na assembléia, vou depor aos trabalhadores que não vai ter documento. Pode botar na ata que constou tudo o que foi acertado”. O acordo foi então assinado.

Quando estava acabando o prazo dos trinta dias, sem qualquer sinal de que haveria o pagamento pelas usinas, Marcos convocou outra assembléia para a deflagração da greve. Recebeu então uma ameaça, resumida assim: “Se a greve for declarada, para os trabalhadores, bala. Pra mim, uma surra que não morro e não fico bom”. Revoltado, quis saber se os senhores de engenho poderiam mandar esse recado também por escrito. Pouco antes da decretação da greve, foi abordado em sua residência por soldados a paisana que chegaram num jipe. “Seu Marcos, o coronel da Secretaria da Segurança Pública, convoca o senhor para um entendimento”. Subiu no carro e ouviu a ameaça:

Policial - Moreno, o senhor sabe pra onde está indo?

Marcos - O senhor disse que íamos para a secretaria!

Policial - O senhor não vai voltar mais...

Marcos conta que o trajeto foi uma “guerra de nervos”. Aqueles homens queriam aterrorizá-lo. Mas ele ainda não conseguia pensar em coisa pior, pois considerava que o país estivesse vivendo numa democracia com o governo João Goulart. Essa sua primeira prisão ocorreu em 17 de janeiro de 1963. Depois de seqüestrado, foi violentamente espancado. As agressões começavam pelos ossos da canela, depois iam subindo pelo joelho e o resto do corpo. “Espancamento na caixa dos peitos, cassetete nas costas, nos braços. O cassetete roncando...”. Um dos policiais o ameaçava: ‘Você vai renunciar ao sindicato: ou renuncia ou morre!’ Depois dessa primeira “sessão”, os homens pretendiam levá-lo a um canal do engenho Espinho, mas se perderam em meio às plantações de cana e decidiram conduzi-lo à usina Caxangá, já conhecida pelas denúncias de maus-tratos aos trabalhadores. Além de prisão e espancamentos, outro método de tortura usado nessa usina era mergulhar o camponês num tanque de mel e levá-lo amarrado pelo pescoço para ser lambido por vacas. O supliciado saía com o corpo em chagas. Neste período, o senhor de engenho era Júlio Maranhão.

Me botaram num quarto incomunicável. Toda usina tinha uma cadeia escondida chamada ‘Benedita’ - um quartinho pequeno, bem fechado, como uma catacumba de defunto, que só tinha um buraquinho pra tomar fôlego. (...) Eles me dizendo: ‘No outro dia, nós viemos pra te levar para a mata do Espinho...’

Era uma senha de que seria executado. O local ficava no arruado em que moravam os trabalhadores. O orifício da cadeia estava voltado para a vila operária. Foi o que salvou a vida de Marcos. Daquele lugar, escuro como breu, ele viu uma garotinha passando e pediu socorro. Contou a ela que estava ali preso e sentenciado à morte e pediu que ela lhe trouxesse um papel para que pudesse escrever um bilhete para ser levado ao sindicato. A menina teve medo: “Se eu fizer isso, eles vão me matar...”. Mas entregou-lhe papel e lápis. Ele escreveu uma única frase: “Marco[s] em Caxangá, sentenciado à morte à meia-noite”. A menina disse que ia falar com sua mãe. Logo voltou correndo: “Mamãe arrumou um portador pra seu bilhete”. Ele podia ter esperanças de sobreviver: a mensagem havia sido levada ao sindicato. O líder sindical ficou naquele cubículo quase sem ar das quatro da manhã até às sete horas da manhã do outro dia. Assim que recebeu o bilhete, a direção da entidade foi procurar um militar do IV Exército, conhecido dos trabalhadores. Este pediu sigilo e sugeriu que fossem falar com o comandante. A denúncia foi feita: “Nosso companheiro foi seqüestrado na usina Caxangá”. O coronel foi até a usina:

O que está havendo com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Escada? Quero o homem liberado e trazido para as autoridades para ver se ele tem crime para responder!

No outro dia, de madrugada, já havia soldados do Exército cercado a “Benedicta”. O coronel do Exército falou com Marcos pelo orifício da parede. “Quem botou o senhor aqui?” O sindicalista contou-lhe a história. A ordem era que ninguém tocasse num fio de cabelo dele. Chegou então o sargento que o havia seqüestrado e foi logo se defendendo: “Eu não bati no senhor!” “Não bateu, mas mandou bater”, acusou o sindicalista. Interrogado, o sargento eximiu-se de responsabilidades. Marcos foi libertado no Colégio Agrícola da localidade e levou duas horas para chegar a sua casa.

Quando se recuperou um pouco das agressões, convocou outra assembléia e relatou aos trabalhadores: “Eles quiseram me matar para não pagar o 13º salário!” Dizia que se ele morresse, o sindicato deveria continuar com a luta. Em sinal de apoio, enquanto ele falava, os camponeses levantavam as foices para mostrar a sua revolta. A palavra de ordem era: “Eles têm bala, a gente têm foices!”

O segundo seqüestro de Marcos ocorreu já no regime militar, por volta de 1966. Nesta época, a sua defesa era em torno de um decreto que concedia ao trabalhador rural uma área para o plantio de subsistência. Neste período, ele já não estava à frente do sindicato, que tinha sofrido intervenção. Eleito, teve impedida a sua posse e passou a responder a um processo na Auditoria Militar, do qual foi absolvido depois de dois anos. Solicitou a um dos diretores do sindicato, Zé Severino, que



Memórias de luta:

Sebastião Santiago (à esq.) e Marcos Martins da Silva, exibem LP autografado de Julião e livro de Manoel da Conceição.

(Marta Cioccarri, NuAPI/MN-UFRJ)



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

FERNAMBUCOS

JOÃO INOCENCIO BARRETO
LUIZ INOCENCIO BARRETO
JOÃO JUSTINO DE OLIVEIRA
MARCOS MARTINS DA SILVA
ANICETO SEBASTIÃO FERREIRA
MANUEL VIEIRA DE SOUSA
JOSE TERTULIANO ou JOSE TERTO
MARIANO INOCENCIO BARRETO
ANTONIO ALVES DA SILVA
JOSE DOMINGOS
JOSE INOCENCIO
MANUEL ALVES DA SILVA
AMARO ALVES DA SILVA
ALBERTINO FRANCISCO BEZERRA
VITALINO FELIX DOS SANTOS
JOSE JOAQUIM

Na lista dos subversivos:
Marcos Martins da Silva foi
duplamente perseguido: pelos
militares e por senhores de
engenho em Escada (PE).

(Arquivo Memória Camponesa,
NuAP/IMN-UFRJ)



convocasse uma assembléia, aproveitando que o interventor estava fora. Mais uma vez, os trabalhadores apoiaram a reivindicação – só houve três votos contrários. “No outro dia, o Zé Severino foi expulso do sindicato... e eu, preso na Polícia Federal”.

Eram nove horas da manhã. Marcos estava em casa quando encostou um jipe. Um dos homens, a paisana, disse-lhe: “Seu Marcos, a gente estava passando por aqui e disseram que o senhor sabia onde era a sede do sindicato. Pode mostrar pra gente?” Ele foi andando ao lado do carro. Os homens então disseram que subisse, pois iriam mais depressa. Notou que ao entrar no jipe, eles emudeceram. “Quando chegou no centro da rua que desce para a matriz, ele pegou outra avenida”. Marcos observou: “Não, o sindicato é aqui!” Um dos homens: “Nós íamos, mas não vamos mais, não”. “Assim eu não vou”, disse Marcos, tentando descer do carro. Foi calado com uma “gravatada na goela”, como conta. Recebeu golpes de cotovelo nas costelas e no queixo. “Estão me seqüestrando?!”, protestou. Um dos homens respondeu: “A gente é polícia especial, o senhor está sendo levado para um depoimento”. Marcos ainda reagiu: “Se é polícia especial e faz isso, imagina se não fosse!”

Foi então algemado e teve os olhos vendados. “Me vendaram os olhos com uma lona preta que parecia ter saído de um poleiro de galinha de tão suja”. Depois de passarem por dois portões, em local que ele desconhecia, entraram num compartimento e lhe indicaram uma cadeira. Tiraram-lhe a venda dos olhos. Ele conta que só conseguiu identificar o lugar cerca de dois anos depois. Estava embaixo da linha de ferro de Jaboatão, num túnel que servia de local para ações da polícia. Estavam todos sem farda, mas afirmavam ser ali um quartel. Naquele momento, a passagem de um trem, fazendo o chão tremer, trouxe-lhe a percepção de estavam junto a uma linha férrea. Marcos começou a ser interrogado:

Agente - Você é comunista?

Marcos - Não, defendo o direito do trabalhador rural. Mas se defender os direitos do trabalhador rural é ser comunista, então eu sou...

Trouxeram-lhe um prato de comida: quase um quilo de carne podre. O sindicalista disse: “Pode desistir, que não vou comer!” Pediu que lhe trouxessem água. O agente então lhe ordenou: “Você vai fazer a história do movimento sindical”. Soltaram a sua mão direita das algemas e lhe deram uma folha de papel e caneta. De novo, a ordem: “Vai escrever um histórico do movimento sindical, político e estudantil”. Marcos escreveu: “O sindicato é o departamento para defender os direitos dos trabalhadores”. Sobre o movimento estudantil, escreveu que só tinha aprendido a assinar o próprio nome. E para terminar, anotou: “Político eu não sou. Só voto por dever de cidadão”. Quando entregou o papel, com as notas curtas, o policial lhe disse: “O senhor não sabe escrever muito não! Eu mandei lhe chamar para muitos testes, mas achei que o senhor fala a verdade”. À meia noite, ele foi solto.

A terceira série de perseguições ao sindicalista ocorreu na década de 80. Em 1980, o presidente do sindicato de Correntes, José Francisco dos Santos, tinha sido assassinado por dois pistoleiros. Os líderes sindicais discutiam com o advogado da entidade uma forma de obter a prisão dos criminosos. O assessor explicou que o promotor só podia fazer a acusação se dispusesse de uma peça denunciando o crime. Então, os líderes fizeram um ofício pedindo a punição dos matadores e do mandan-

te. Marcos conta que, naquele episódio, um fazendeiro “tinha uma questão com os moradores e botava o gado para destruir as plantações dos trabalhadores”. O sindicalista Zé Francisco, conhecido como “Zé Vaqueiro”, ingressou na justiça contra o proprietário e venceu a questão. Ele, em seguida, foi morto por pistoleiros. Tempos depois, o filho de Zé Vaqueiro, Djalma da Silva, em vingança, matou Edu Carlos Silva, jornalista que tinha fazendas na região e tinha sido o mandante do primeiro crime. Depois, o rapaz se entregou à polícia. Marcos lembrava que o mandante tinha comparecido ao velório de Zé Francisco, fingindo lastimar: “Mas como puderam fazer uma coisa dessas?”

A ruína que veio pra mim foi que eu fiquei insistindo para que os pistoleiros fossem presos. Aí começaram a me perseguir. No primeiro dia, escapei de um cerco... Aí me afastei. Tive que sair de Pernambuco. A própria polícia fazia parte do rol de pistoleiros. Era tudo embutido. Então, veio tudo para cima. Tinha muita gente na lista para morrer. O chefe dos pistoleiros era José Mendes, dono de um açougue para lavagem de dinheiro.

Antes de ser assassinado, o próprio fazendeiro Edu Carlos da Silva encomendou a execução de Marcos, que passou a ser procurado por matadores de aluguel. Numa fuga incerta, ele saiu do município de Escada e foi para Garanhuns, onde ficou morando numa localidade chamada Alto da Burra. Chegou lá num domingo. Na segunda-feira “já havia gente no canavial à minha procura”. O pistoleiro encontrou com um conhecido do sindicalista e mandou-lhe um recado: “Ele pode se socar num buraco de tatu, que nós acharemos ele”. Marcos convenceu-se de que teria que ir embora da sua terra: não era possível medir forças com pistoleiros. Ficou ainda algum tempo trabalhando em Carpina, mas soube que lá também andaram à sua procura. Decidiu então sair de Pernambuco em 1981. Desde então, passou a viver no interior de Goiás, numa espécie de clandestinidade forçada.

Se os maus-tratos lhe imprimiram seqüelas no corpo, as perseguições deixaram-lhe profundas marcas emocionais. Até hoje, passados trinta anos, só os amigos mais próximos do ex-sindicalista sabem de seu paradeiro. Marcos - que resistiu às torturas da polícia, em conluio com os senhores de engenho, e, depois, à caçada de pistoleiros – continua a ser assombrado por essas lembranças. O ex-sindicalista enfrenta ainda outros tormentos cotidianos, relacionados aos problemas de saúde e às dificuldades econômicas para a sobrevivência. No seu caso, como de outros líderes camponeses, a dignidade parece tecer-se no interior mesmo desses embates e resulta de uma certa têmpera entre força e vulnerabilidade.

Paisagem do exílio:

o ex-líder sindical no sítio em que vive, no interior de Goiás.

(Marta Cioccarri/NuAP/MN-UFRJ)



MANOEL GONÇALO FERREIRA

O líder sindical Manoel Gonçalves Ferreira, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panelas (PE) e da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (Fetape), foi preso e barbaramente torturado nos cárceres da ditadura logo após o golpe militar de 1964. Pequeno proprietário agrícola, Manoel Gonçalves recebeu sua primeira formação política no âmbito do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), organismo vinculado à Igreja Católica. Ele foi o primeiro presidente desse sindicato, fundado em 2 de setembro de 1961. Quando houve a criação da Fetape, em junho do ano seguinte, Manoel Gonçalves ocupou a presidência da entidade, controlada diretamente pelo Sorpe. Foi reconduzido ao comando da federação nas eleições seguintes e dirigiu a grande greve de canavieiros de 1963, que resultou na assinatura do Acordo do Campo e na conquista da tabela de tarefas.¹⁴

Com o golpe militar, Manoel Gonçalves teve de renunciar naquele mesmo ano, em meio à ofensiva no campo promovida pelo Exército e às intervenções na maior parte dos sindicatos de trabalhadores rurais do Nordeste. A federação reunia então trinta e dois sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e outros trinta e seis postulantes ao reconhecimento. Os militares ocuparam a sede da Fetape e o prenderam. Nesta época, era vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e estava ligado à Ação Popular (AP), organização surgida no início dos anos 60.

Manoel Gonçalves permaneceu encarcerado entre os meses de abril a agosto de 1964, sendo libertado no final daquele mês com outros camponeses.¹⁵ De acordo com seus companheiros de atividade sindical, ele nunca se recuperou totalmente das seqüelas físicas e psicológicas que resultaram das torturas sofridas na prisão.

Após a renúncia de Manoel Gonçalves da federação, Severino Manoel Soares, líder sindical de Timbaúba (PE), conhecido como “Biu de Timbaúba”, segundo secretário da Fetape, ocupou a presidência da entidade até 1966. Pouco tempo depois, ele próprio seria vítima de violências cometidas a mando de senhores de engenho. Em 1968, Severino foi seqüestrado e levado às terras da usina Cruangi, onde foi espancado e torturado sob a acusação de que se opunha ao candidato da Arena no município de Timbaúba.¹⁶ Sem condições de permanecer na região, devido às perseguições, Severino foi trabalhar na Contag, em Brasília, junto a José Francisco da Silva, na época recém-empossado na presidência da entidade.



Arquivo: Memória Camponesa, NUAP/MN-UFRU

SINDICALISTA
CARREGOU AO
LONGO DA VIDA
AS SEQÜELAS
EMOCIONAIS
DAS TORTURAS
SOFRIDAS
DURANTE O
REGIME MILITAR

14. Abreu e Lima, 2003, p. 185.

15. Koury, 2010, p. 213, citando informações do *Jornal do Comércio*, de 15/09/1964.

16. Koury, 2010, p. 219.

JOSÉ INOCÊNCIO BARRETO, LUIZ INOCÊNCIO BARRETO E JOÃO INOCÊNCIO BARRETO

IRMÃOS FORAM
METRALHADOS
NO “MASSACRE
DE MATAPIRUMA”,
EM ESCADA (PE)

Filhos de um camponês, os irmãos José, Luiz e João Inocêncio Barreto cortavam cana no Engenho Matapiruma, em Escada (PE), quando, em 5 de outubro de 1972, ocorreu o chamado “Massacre de Matapiruma”. Na ocasião, um grupo de lavradores trabalhava no canal quando chegaram três viaturas policiais, com oito homens armados que passaram a fuzilar os camponeses. Eram agentes do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). Cinco trabalhadores reagiram, defendendo-se com foices e facões, enquanto a maioria do grupo fugia. O conflito deixou dois mortos e vários feridos. O lavrador José Inocêncio Barreto, de 31 anos, foi morto a tiros, deixando órfãos dez filhos. Também foi morto o vigia do engenho, Severino Fernandes da Silva, que atuava como capanga do usineiro.

Alvejado com oito tiros, João Inocêncio Barreto, de 35 anos, foi internado no Hospital Pronto Socorro, assim como os investigadores Pedro Vieira e José Timóteo. O terceiro dos irmãos, considerado um dos líderes dos trabalhadores, Luiz Inocêncio Barreto, de 37 anos, conseguiu fugir. Na época, os jornais da região silenciaram sobre o massacre. Apenas uma reportagem publicada pelo *O Estado de São Paulo*, em 09/10/1972, noticiava o fato, com informações dadas pela única testemunha que se propôs a falar: o menino José Inocêncio Barreto Sobrinho, de onze anos. Quarenta e três dias depois do episódio, a Arquidiocese de Recife divulgou um boletim fornecendo os detalhes do conflito iniciado um ano antes e que teve ali seu triste ápice.

O enfrentamento entre o dono do engenho Matapiruma, José Metódio Pereira, e os trabalhadores na cana foi deflagrado quando setenta e dois empregados ingressaram na Justiça do Trabalho com ações reclamando o não pagamento de férias, 13º salário, repouso, entre outras irregularidades. Os trabalhadores venceram a questão em todas as instâncias, mas o proprietário do engenho recusou-se a pagar seus direitos. Os trabalhadores passaram a ser perseguidos não apenas pelo senhor de engenho, mas também pela polícia local, apontados como “comunistas”. Havia treze processos trabalhistas em fase de execução quando o clima de terror foi espalhado na propriedade, com vigias armados ameaçando os líderes para que recuassem do processo.

Os trabalhadores fizeram um documento detalhando o caso e o encaminharam à Secretaria de Segurança Pública, à Delegacia Regional do Trabalho, à Polícia Federal, a autoridades civis e militares, sem que nenhuma providência fosse tomada. O padre Antônio Melo sugeriu que os líderes do movimento apresentassem o caso ao Comando Militar, em Recife. Os camponeses enviaram, então, a documentação ao comandante do IV Exército. No dia 14 de setembro de 1972, um tenente e um sargento, apresentando-se como do Exército, foram até o engenho. Com uma relação de nomes de trabalhadores, o sargento passou a interrogá-los e apreender as armas que mantinham para sua defesa pessoal. Depois disso, o advogado dos camponeses dirigiu-se ao IV Exército e recebeu a informação de que não havia nenhuma ordem oficial para a ação.

Em entrevista concedida, em 1998, ao historiador Antônio Montenegro, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Luiz Inocêncio Barreto afirmava que, quando ocorreu o golpe de 1964, muitos trabalhadores rurais da região foram mortos.

Taxavam o cabra de comunista. E, por causa disso, queriam também me taxar de comunista, que eu nem era comunista, nem sou e nem sei o que é esse tal de comunista...

Em meio às mudanças do pai de um engenho a outro, Luiz tinha crescido no Engenho Matapiruma. As dificuldades para estudar eram grandes, mas o filho de um morador do sítio Olho D'Água montou uma classe para ensinar às crianças. Naquele grupo, Luiz era considerado o “mais desenvolvido”. Depois, a convite do professor, Luiz passou a freqüentar reuniões no Centro Social Urbano em Ribeirão. “Através do colégio, eu tive o conhecimento com Zé Pedro (diretor da escola) e esse Zé Metódio (dono do engenho) ficou dizendo que eu era comunista”.

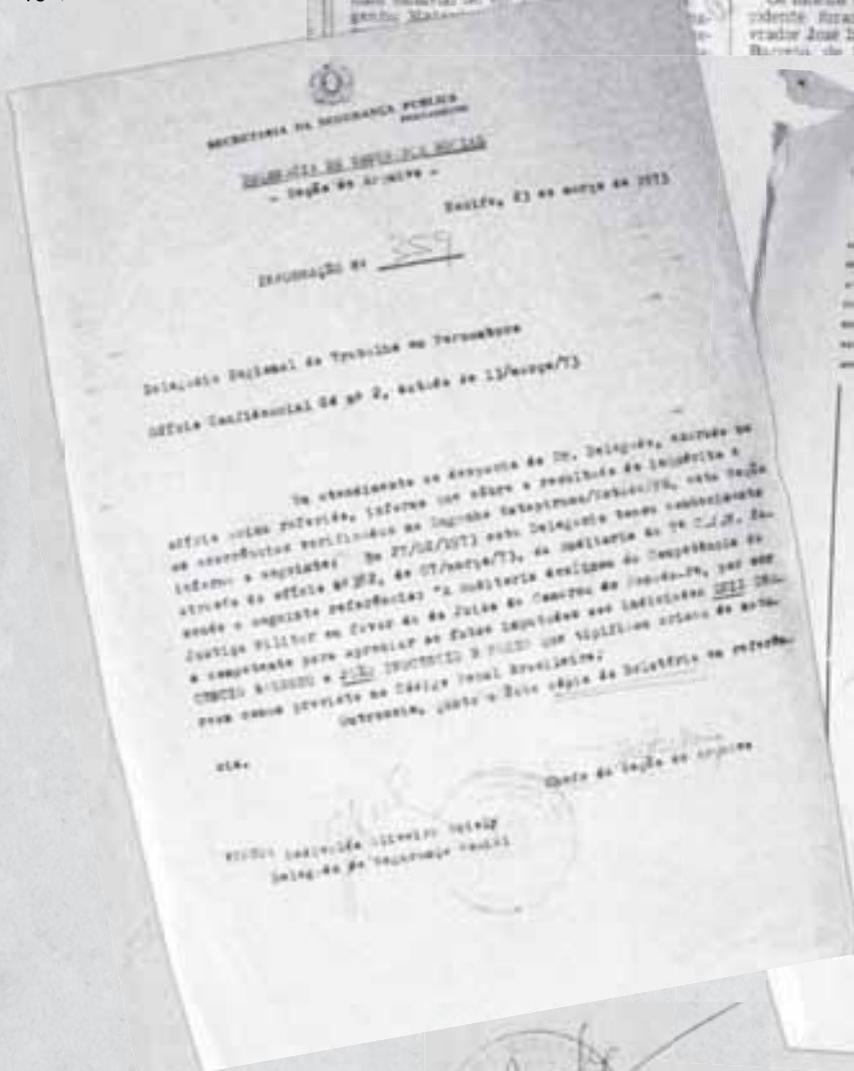
Na década de 1960, Luiz havia sido suplente numa chapa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada. Depois, veio uma nova campanha eleitoral e Marcos Martins da Silva, o então presidente, sugeriu seu nome como vice. Mas houve fraude nas eleições e a chapa perdeu. Nesta época, a vida era difícil no engenho. “Quando morria um trabalhador, o senhor de engenho não queria dar o caixão, nada, nem queria que o trabalhador fosse pro enterro”. Agora, se morresse alguém ligado à casa-grande, havia um caminhão à disposição para o transporte. Se uma morte ocorria nas famílias camponesas, sendo o cemitério distante,

iam dez pessoas, doze, no máximo eram quatorze pessoas pra arrastar três léguas um morto nas costas. A gente chegava com isso aqui... aqueles tampos arrancados, feridos. Então, quando foi um dia eu disse à turma: “Olha, nós estamos numa escravidão enorme. Então, vamos fazer o seguinte: quando morrer uma pessoa da nossa família, nós largamos o serviço e todos vão. Se precisar ir de tarde, então de tarde vamos para o enterro. Se a pessoa morre de noite, vamos de manhã”.

Daí surgiu a idéia de uma caixinha em que todos contribuíssem para as despesas da compra do caixão. Sabendo dessas iniciativas, o patrão mandou os capangas vigiá-lo. Não integrando a gestão do sindicato, Luiz passou a reunir-se com os companheiros na barbearia em que trabalhava nos fins de semana.

Eu aprendi o trabalho de barbeiro e eles se agrupavam pra gente trocar idéias. Quando é um dia os trabalhadores disseram: “Mas, rapaz, nós não ganhamos... décimo, nós não ganhamos férias, aqui nós não ganhamos nada, esse homem não paga direito nenhum”. Eu fui ao sindicato. No sindicato, um rapaz lá disse: “Olha, vamos botar na Justiça.” Aí nós nos juntamos e botamos na Justiça, eram 72 trabalhadores. Ganhamos todos os processos, aí foi que a marcação ficou em cima de nós. (...) Quando nós ganhamos a questão, o patrão não respeitou a Justiça, não. Foi preciso penhorar o gado dele. Penhoram o caminhão, penhoraram um jipe, uma máquina de datilografia. Ele não respeitava. Trabalhador com 25 anos no engenho ele botou pra fora. Tinha um vigia que era o terror de lá (...).

Ecoss da tragédia:
O Estado de S. Paulo
rompeu silêncio ao
noticiar massacre
de Matapiruma, em
Escada (PE), 1972.
(O Estado de S. Paulo,
Arquivo DOPS-PE,
Prontuário Matapiruma)



Indiciados: os irmãos Luiz Inocência
e João Inocência Barreto figuram em
correspondências da polícia de Escada.
(Arquivo DOPS-PE, Prontuário Matapiruma)

Confidencial: O IV Exército investigava as
atividades de trabalhadores do engenho.
(Arquivo DOPS-PE, Prontuário Matapiruma)

Numa ocasião o vigia estava limpando um rifle e fez um comentário ouvido por Francisco, um rapaz que trabalhava na casa-grande e que era amigo de Luiz Inocêncio: “Esse rifle já... tem muita morte, hein, Chico?” E passou a contar, vangloriando-se das atrocidades cometidas: “Olha, Francisco, nós chegava, naquela época de 64, nós chegava na fechadura, atirava na fechadura (...), entrava, pegava o trabalhador e metia...Matava no canto. Teve gente que foi arrastado no rabo do cavalo... Era amarrado e saía arrastado... naquela época de 64”. Apavorado, o rapaz que ouviu essas histórias contou-as aos companheiros. Em seguida, desapareceu.

Aí a gente soube que mataram o menino. O menino desapareceu... até hoje... Quando viemos a saber, chegou a ossada dele no cemitério de Escada. O coveiro não queria enterrar. Aí ele [o vigia] disse: “Ou enterra ou vai se dar mal!”. O coveiro, com medo de morrer, enterrou. Não tomaram nem conhecimento.

Quando era suplente da direção do sindicato, Luiz denunciou os crimes e violências praticados pelos capangas do usineiro, mas sabia que o delegado de polícia de Escada, o “capitão Bartolomeu”, como ele denomina, estava “do lado do patrão”. Recordava-se das perseguições e das ameaças de morte - de fato cumpridas - contra o trabalhador Severino Joaquim porque ele, com a esposa grávida, reclamava os seus direitos. Para acabar com o incômodo, o vigia atirou no trabalhador.

Tudo prenunciava a tragédia de Matapiruma. Até que na manhã do dia 5 de outubro de 1972, chegou o grupo de oito homens armados em três carros. Um dos carros estacionou na chamada Volta da Gamela. Outro ficou na curva do caminho que dava para a colheita. Eram 37 trabalhadores cortando cana. Naquele dia, às oito horas da manhã, os canavieiros haviam recebido a informação de que iam receber todos os seus direitos: o patrão ia pagar tudo o que devia.

Perto das dez horas, Luiz terminou de cortar a cana e amarrou os vinte e cinco feixes. Estava saindo para uma audiência na Junta de Conciliação e Julgamento de Escada. Viu quando chegaram os carros na estrada de cima. Um dos homens desceu e disse: “Chama aí, José Inocêncio Barreto e João...”. Depois acrescentou: “Não, são três: é Luiz também!” Luiz estava a uma distância de cinqüenta metros, encontrou José e lhe disse: “Não vá não, esses homem são estranhos. Não vá não... não vá não que isso aí tem coisa!” O irmão respondeu: “Quem não deve, não teme”. Luiz ainda insistiu: “Não vá não, José.” Mas a esta altura, o outro irmão, João, já andava em direção aos forasteiros: “Eles não tão chamando, quem não deve, não teme, vamos!” Vendo o irmão, José disse: “É, se... se você vai, eu vou também, se morrer um, morre os dois!” Luiz decidiu: “Assim não são os dois, são os três!” Foi seguindo os irmãos, a uma distância de dez metros. O vigia já chamando: “Venha você, venham, venham os três.” Quando os irmãos se aproximaram o vigia avançou sobre José, que desviou o corpo. Depois, atacou João. “Nós sabendo que ele era pistoleiro, quando ele foi em cima de João foi logo com a mão no revólver. Aí José não teve dúvida: meteu-lhe a foice, pegou na mão dele, o revólver caiu”. Policiais balearam José e João. José ainda se levantou. Luiz estava em meio ao tiroteio. A maior parte dos trabalhadores correu, jogando-se em meio às palhas da cana.

E o senhor de engenho, esperando na mata do lastro, com uma buchada de bode, que era para comer, para fazer tira-gosto.... E a gente ser torturado, que era pra dizer que a gente tinha envolvimento com comunista, com as pessoas comunistas. E a gente não tinha. Quer dizer que ele queria que a gente tivesse. Porque o Marco [Marcos Martins da Silva] também... O Marco que era presidente do sindicato foi pego três vezes como que fosse comunista e o Marco não era... Lá [no confronto] morreu meu irmão [José], morreu o vigia. O meu irmão [João] levou oito tiros. Eu saí baleado (...) e deles ficou cinco cortado. Um ficou sem orelha, outro ficou sem a mão, outro ficou sem o dedo... E eles pensando que iam só pegar... foi engano deles! Quando vieram, se os outros tivessem uma atitude, tinham tocado fogo logo no carro, tinham tocado fogo na cana, tocava fogo no carro que eles não tinham pra onde correr também. Mas eles pegaram o carro e saíram. Quando chegaram no rumo de Matapiruma com Campestre (...) tinha uma caixa d'água, que era da máquina, caíram com a Rural dentro da cana [acidentados]. E eles vieram pro hospital em Escada. Uns pistoleiros [do grupo] eram da Polícia Federal.

Depois do massacre, Luiz, com uma bala alojada no braço, rumou para a Volta do Cachorro. Entrou na cana, viu um carro e pôde escutar uma conversa: “É, um morreu, o outro não escapa, talvez não escape. E o outro... deve tá morto dentro da cana.” Continuou a andar até chegar num lugar chamado Rampa do Pixá, onde nasceu. Pensou: “Eu vou dormir naquele lajedo, vou dormir dentro dos matos”. Quando saiu dali, foi até a casa da irmã. Ela e o marido lhe deram dinheiro, assim como seu Justino e seu Amaro José, que lhe disse: “Pode ir embora, que se você ficar aqui vai ser morto!”

Escondendo-se, foi à casa de Zé Pedro, o diretor da escola. Por intermédio dele conheceu o padre Servat, que se tornou para ele uma espécie de “herói”. “Servat foi duas ou três vezes lá na casa de Zé Pedro conversar comigo”. Foi através dele que o líder camponês conheceu os bispos Dom Hélder, Dom Lamartine e Dom Fragoso. “Então, encontrei uma firmeza no padre Servat e uma coragem nele pela qual ele encorajava todo aquele pessoal”. O padre foi visitar seu irmão João, no hospital, e também foi ver sua família para levar notícias suas. Luiz soube que José, o irmão morto no conflito, havia sido enterrado como indigente. João permaneceu seis meses no hospital e outros vinte e seis meses preso. Outros dois irmãos, Mariano e Francisco, também foram detidos por algum tempo. Nem as rádios, TVs ou jornais da região noticiaram a tragédia. O fato estava encoberto por uma cortina espessa de medo. Mas, dias depois, o dono do engenho, José Metódio Pereira, “ficou horrorizado quando a notícia saiu no jornal do sul [O Estado de São Paulo]. Foi quando ele foi preso”.

Por longo tempo, Luiz teve de viver escondido, mudando de cidade e até de estado. “Eles estavam me procurando, nem a mulher sabia onde eu estava”. Nos recados que mandava para a esposa, mencionava, por exemplo, que se encontrava em Campina Grande quando, na verdade, já estava em Olinda. No interior de Campina Grande, ainda com a mão ferida, trabalhou numa plantação de tomates. Depois, já tendo recebido a indenização trabalhista, foi trabalhar como vigilante.

Nos documentos do DOPS, investigações sobre as “agitações subversivas”

A abertura dos arquivos do DOPS forneceu novas chaves para a elucidação do episódio de Matapiruma.¹⁷ Uma correspondência confidencial enviada pelo delegado do DOPS/PE, Bartolomeu Ferreira de Melo, ao comando do IV Exército, datada de 11 de janeiro de 1973, informava que havia sido instaurado, em 5 de outubro de 1972 – mesma data da chacina – um inquérito policial, já então em fase de conclusão, “para apurar as atividades subversivas que estariam ocorrendo no Engenho Matapiruma”, segundo os documentos confidenciais que haviam sido enviados pelo Delegado de Polícia de Escada (PE). Uma lista elaborada pela Secretaria de Segurança Pública continha 16 nomes de camponeses que estariam diretamente envolvidos em atividades de “subversão”. Entre eles, os irmãos Luiz e João Inocêncio Barreto e o sindicalista Marcos Martins da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada.

Nos arquivos, um documento confidencial, datado de 4 de outubro de 1972, que foi enviado pela Delegacia de Polícia de Escada ao DOPS, “em atenção à solicitação verbal”. Neste, eram mencionadas as “agitações subversivas” que existiriam nos Engenhos Matapiruma de Baixo, Cachoeira Tapada e Usina Barão de Suassuna, entre outras. Um item descrevia a rotina do trabalhador Luiz Inocêncio Barreto, conhecido como “Luiz Carneiro”, inclusive com pormenores de que, aos domingos vendia frutas na feira e que, aos fins de semana, exercia a atividade de barbeiro. Mencionava que ele era eleitor inscrito na zona eleitoral e também associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada, do qual tinha sido candidato a vice.

Outro item do documento informava que Luiz Inocêncio Barreto “vinha fazendo reuniões de camponeses em sua residência, muitas vezes à noite e a portas fechadas”. Mencionava que ele tinha passado a realizar reuniões na barbearia onde trabalhava, “para onde se dirigem seus adeptos, em pequenos grupos”. Além dos nomes de supostos subversivos – como Aniceto Sebastião Pereira, Manoel Vieira de Moura, Antônio Sebastião Ferreira e José Tertuliano, em outros engenhos -, o delegado de polícia de Escada remetia ao DOPS uma fotografia de Luiz Inocêncio Barreto. Uma correspondência anterior mostra que um relatório com essas informações havia sido solicitado ao DOPS pelo comando do IV Exército em 4 de setembro de 1972 – paralelamente aos esforços dos trabalhadores do Engenho Matapiruma para que seus direitos fossem reconhecidos.

Em 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), com base na Lei da Anistia, deferiu o requerimento apresentado pela família de José Inocêncio Barreto para o reconhecimento da responsabilidade do Estado na sua morte. O relatório da Comissão menciona que o nome de José Inocêncio e do vigia Severino Fernandes da Silva constam dos livros escritos pelo ex-comandante do DOI-CODI/SP, o conhecido torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, como tendo sido mortos em 06/10/1972 por “terroristas durante agitação no meio rural”.

17. Cópias destes documentos foram fornecidos a este projeto pelo historiador Antônio Montenegro, da UFPE.

AMARO LUIZ DE CARVALHO, O CAPIVARA

Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Amaro Luiz de Carvalho, conhecido como “Capivara”, foi assassinado por agentes de repressão em 22 de agosto de 1971. Acusado de pertencer aos quadros do Partido Comunista Revolucionário (PCR), o líder camponês cumpria pena de dois anos de prisão e estava prestes a ser liberado quando foi morto na Casa de Detenção de Recife (PE).

Nascido em Joaquim Nabuco (PE), em 1931, Amaro despontou como líder camponês desse sindicato durante as mobilizações anteriores ao golpe de 1964. Havia começado a militar no Partido Comunista Brasileiro (PCB) aos 15 anos de idade e teve uma participação destacada nas lutas da categoria têxtil da Região Metropolitana de Recife. Sua primeira prisão, em 1958, foi motivada por ter liderado uma greve no setor têxtil. Em 1961, por intermédio do partido, Amaro foi para Cuba acompanhar os primeiros passos da revolução ocorrida em 1959 naquele país. Ao retornar ao Brasil, descontente com as mudanças na política do partido, desligou-se da organização e ingressou no Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Depois do golpe, em abril de 1964, passou a atuar na clandestinidade na zona canavieira, especialmente nos municípios de Jaboatão, São Lourenço da Mata, Moreno, Vitória e Serinhaém. Como militante do PC do B, Amaro viajou à China para participar de um curso de formação e de capacitação político-militar. Ao retornar ao Brasil, participou da fundação do PCR, juntamente com Manoel Lisboa e Ricardo Zaratini Filho, em dezembro de 1966. Na condição de dirigente do PCR, atuou por quatro anos na zona canavieira, onde mobilizava os trabalhadores rurais da região e ajudava na criação de ligas camponesas e de sindicatos.

Ele foi preso no dia 21 de novembro de 1969. Ao anunciar a prisão de Capivara, o Secretário de Segurança de Pernambuco disse: “Acabou a subversão em Pernambuco!” A comemoração estava ligada ao suposto treinamento militar que Amaro teria recebido em Cuba e na China. Ainda no tempo das Ligas, ele integrara o movimento que em 1963 tentou montar a guerrilha no país.¹⁸ No “Livro negro” produzido por militares do CIE, consta, na página 254:

Em agosto (de 1968), Capivara arrendou o Sítio Borboleta, no município de Palmares, em Pernambuco, que passou a ser o centro do trabalho de campo do partido, atuando com um grupo nas regiões de Barreiros, Serinhaém, Rio Formoso, Água Preta e Joaquim Nabuco. Além do trabalho de recrutamento e divulgação do comunismo no meio rural, praticaram atos de sabotagem, como a queima de canaviais e de engenhos.



EXECUTADO
POR AGENTES
NA CASA DE
DETENÇÃO DE
RECIFE, POUCO
ANTES DA DATA
PREVISTA PARA
SUA LIBERTAÇÃO

18. Reportagem de Vandek Santiago, “Antes e depois do golpe, a luta armada”. *Diário de Pernambuco*, 14/07/2009.

Amaro foi morto em agosto de 1971, dois meses antes de terminar de cumprir a condenação imposta pela Justiça Militar. Os demais presos políticos ali detidos denunciaram que, devido à sua trajetória de militância, as autoridades militares não queriam liberá-lo vivo e que, por isso, teria sido executado por guardas do presídio. A Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco sustentou que ele teria sido morto por envenenamento pela ação de seus próprios companheiros, em função de supostas divergências políticas. Na época, o diretor da Casa de Detenção era o Coronel da Polícia Militar Olinto Ferraz.

Ao analisar a causa da morte, o relator do processo junto à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos destacou a contradição existente entre a versão oficial – de envenenamento – e o resultado da necropsia, assinado pelos legistas Nivaldo José Ribeiro e Antônio Victoriano da Costa Barbosa. O exame indicava “hemorragia pulmonar, decorrente de traumatismo do tórax, por instrumento contundente, o que também consta no atestado de óbito”. Os exames toxicológicos feitos em 27/08/71 pelos médicos Oswaldo Bittencourt de Andrade e Adhemar Cavalcanti Ramos tiveram resultado negativo.

MANOEL ALEIXO DA SILVA, O VENTANIA

O camponês Manoel Aleixo da Silva, nascido em 1931 em São Lourenço da Mata (PE), militante das Ligas Camponesas e, posteriormente, do Partido Comunista Revolucionário (PCR), foi morto pelos órgãos de repressão em 29 de agosto de 1973, em Ribeirão (PE). Seu apelido, “Ventania”, teria sido dado pelos companheiros de militância em função da rapidez com que cumpria suas tarefas.

A execução de Ventania deu-se no contexto de uma ofensiva dos órgãos de segurança pública em Recife e em outras cidades da região, no final de julho de 1973, contra o Partido Comunista Revolucionário (PCR) - organização nascida entre 1966 e 1967 como dissidência do Partido Comunista do Brasil (PC do B), cuja atuação se limitou aos estados do Nordeste. Dos fundadores do partido, o líder camponês Amaro Luís de Carvalho, o Capivara, tinha sido assassinado em 1971, e Manoel Lisboa de Moura foi um dos três mortos numa operação comandada pelo conhecido

torturador do DOPS/SP Sergio Paranhos Fleury.

Informações levantadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) dão conta que Manoel Lisboa e Emmanuel Bezerra foram presos em Recife no dia 16 de agosto, enquanto Manoel Aleixo foi capturado no dia 29 do mesmo mês. Apontado como o responsável pelo trabalho rural do PCR, Manoel Aleixo foi preso em sua casa, entre Ribeirão e Joaquim Nabuco, na Zona da Mata de Pernambuco. A viúva, Isabel Simplicia da Conceição, relatou à CEMDP:



Arquivo Direito à Memória e à Verdade - DMV

SEQUESTRADO
EM SUA CASA NA
ZONA DA MATA,
MILITANTE DO
PCR FOI MORTO
NA PERIFERIA DE
RIBEIRÃO

Estava em minha casa, deitada em nosso quarto, quando alguns homens, dizendo ser amigos de Ventania, o convidaram para descer o morro e foram em direção a um carro. Ainda ouvi quando um deles disse: “Vista a camisa, Ventania, e vamos descer, passa aí na frente”. O carro estava escondido embaixo de uma árvore, e da janela eu vi eles entrando. Era um carro grande e verde, mais escuro do que a cana. Deu para ver o carro sim, a casa ficava num alto e dava para ver os homens de costas. Eles estavam vestidos de roupas simples, só que um tinha botas de soldado. Foi tudo muito rápido, botaram Manoel no carro e saíram logo, e eu nunca mais soube dele vivo. (...) Os companheiros me disseram que, alguns dias depois, saiu no jornal que aconteceu uns tiros em Ribeirão e que Ventania tinha morrido. Na conversa, soube que os tiros tinham sido trocados com um sargento do Exército. Achei estranho, pois ele não andava armado. Foi quando comecei a colocar as coisas na minha cabeça. Tudo estava muito estranho e me lembrei que o carro verde parecia uma veraneio do Exército. Era muito verde, era diferente do verde da cana. Manoel já tinha sido preso outras vezes, em 69, quando fazia dois anos que a gente tinha casado. Mas só queria ter filhos depois que tudo passasse, só quando muitos camponeses tivessem suas terras. Queria justiça no campo. Acho que o mataram porque ele era das Ligas Camponesas.

No inquérito instaurado pelo DOPS/PE, consta a versão de que Manoel, ao receber voz de prisão, reagiu fazendo disparos de arma de fogo, o que teria resultado na sua morte. O policial Jorge Francisco Inácio prestou a informação que o relator do processo do CEMDP detectou como inverossímil e contraditória, de que prendeu Ventania acompanhado de outro agente desarmado: “Severino estava desarmado, porque era a pessoa encarregada de abordar o elemento para fazer o seu reconhecimento...”. “Seria possível que, obedecendo ao pedido de busca do IV Exército, o DOPS enviaria para a detenção de um ex-presos político, que o IV Exército dizia ter treinamento de guerrilha, um agente desarmado?”, questionou o relator da Comissão. O depoimento de Eptácio Ferreira pôs por terra a versão de tiroteio:

Conheci Ventania, camponês, militante ativista das Ligas Camponesas de Pernambuco (...). No dia em que Manoel foi preso, cruzei com ele, com vários homens dentro de um carro grande, que acho ser do Exército, num local próximo de Ribeirão, indo para Recife. O veículo estava parado e eu ia a pé, quando percebi as pessoas dentro do carro e Ventania dentro dele fazendo sinal para que eu passasse direto. Entendi que estava acontecendo algo anormal e fiz que não estava vendo nada. Foi quando eu peguei uma condução e fui para Joaquim Nabuco. Chegando lá, fui até a casa de Manoel, e a mulher dele, Isabel, disse que uns homens o haviam levado de carro. No dia seguinte, Manoel foi assassinado com vários tiros. A notícia saiu no jornal como um tiroteio em Ribeirão, mas ele não andava armado e jamais havia participado de tiroteio. Foi quando comecei a pensar e percebi que ele havia sido torturado até a morte.

Com a abertura dos arquivos do DOPS/PE, soube-se que Ventania foi preso, levado para Recife e, no dia seguinte, para a periferia de Ribeirão, onde foi morto ou deixado morto com um único tiro nas costas, disparado por Jorge Francisco Inácio, um agente da repressão política. A morte foi tratada pelo delegado do DOPS em Recife como estrito cumprimento do dever legal.

MARIANO JOAQUIM DA SILVA



PRESO E TORTURADO NO DOI-CODI DE RECIFE, FOI LEVADO À “CASA DA MORTE”, EM PETRÓPOLIS, QUANDO DESAPARECEU

Dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), Mariano Joaquim da Silva, conhecido como Loyola, é um dos 136 desaparecidos políticos cuja responsabilidade pelas mortes foi assumida pelo Estado brasileiro desde a publicação da Lei nº 9.140/95. Ele foi preso várias vezes por atividades consideradas “subversivas”, principalmente na organização dos camponeses, entre as décadas de 50 e 70. Na última vez, foi detido por agentes do DOI-CODI, em 1º de maio de 1971, na estação rodoviária de Recife e levado primeiro para o Rio de Janeiro, depois para São Paulo e novamente para o Rio, onde desapareceu.

Nascido em 1930, em Timbaúba (PE), numa família de camponeses pobres, Mariano começou suas atividades profissionais aos 12 anos como assalariado agrícola e, em seguida, como operário de fábrica de calçados. Militante do PCB a partir de meados dos anos 1950, integrou o Comitê Municipal de Recife. Em outubro de 1954, enfrentou sua primeira prisão por “atividade subversiva”, sendo liberado três dias depois. Foi novamente detido em maio de 1956. No início dos anos 60, foi eleito secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba e membro do Secretariado Nacional das Ligas Camponesas, atuando na organização do movimento nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Piauí.

Em 1963, estava em Brasília e participou do apoio à rebelião dos sargentos da Aeronáutica. Depois do golpe de 64, mudou-se para Goiás, onde permaneceu trabalhando na agricultura. Dois anos depois, foi decretada sua prisão preventiva e Mariano passou a viver na clandestinidade. Após um período de militância no Partido Comunista do Brasil (PC do B), ele vinculou-se à Ação Popular (AP) em 1967, tornando-se então o quadro mais importante da Comissão de Assuntos Camponeses. Em 1968, Mariano deixou a AP e, posteriormente, incorporou-se à VAR-Palmares, integrando o comando nacional da organização a partir do ano seguinte.

Em um relatório sobre as prisões que sofreu, a militante Inês Etienne Romeu contou que esteve com Mariano num sítio clandestino em Petrópolis (RJ), mantido pelas forças de repressão, e que ficou conhecido como “Casa da Morte”. Ela relatou que esteve com Mariano por três vezes: duas na presença de carcereiros e uma a sós. Ele lhe contou que havia passado 24 horas preso em Recife, onde foi torturado, saindo com o corpo coberto de chagas. Naquele sítio em Petrópolis, foi interroga-

do durante quatro dias ininterruptamente – sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu na casa até o dia 31 de maio, fazendo todo tipo de trabalho doméstico. Naquela data, Inês notou uma movimentação estranha na casa e percebeu que ele estava sendo removido. No dia seguinte, indagou a seus carcereiros sobre Mariano e ouviu que ele havia sido transferido para o quartel do Exército no Rio de Janeiro. Desde então, nunca mais soube de seu paradeiro. Em julho de 1971, um carcereiro apelidado de “Dr. Teixeira” disse a Inês que Mariano fora executado porque pertencia ao comando da VAR-Palmares.

AMARO FÉLIX PEREIRA

Pernambucano de Rio Formoso, um dos líderes dos trabalhadores rurais na região, conhecido como “Procópio” em sua militância no Partido Comunista Revolucionário (PCR), Amaro Félix Pereira foi detido várias vezes por suas atividades políticas: em 1960, em 1966 e em 1969 – culminando com seu desaparecimento, em 1972. Casado com Maria Júlia Pereira, com quem teve dez filhos, Amaro filiou-se, em 1963, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, o primeiro sindicato na região a ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Neste período, era presidente da entidade o conhecido líder camponês Júlio Santana. Amaro atuava entre os canavieiros e na Usina Central da cidade de Barreiros, onde era funcionário. Ali exerceu as funções de apontador e ferreiro do suprimento agrícola, tendo trabalhado ainda nos engenhos Soledade e Tibiri, ambos em Barreiros.

Em meados da década de 60, tentou candidatar-se a presidente do sindicato, mas - segundo as informações de um depoimento prestado por ele em 7 de setembro de 1970, quando estava preso na Casa de Detenção de Recife – sua candidatura não teria sido aceita por estar fora do prazo legal, de forma que apenas a chapa rival concorreu naquele pleito. Como protesto, Amaro não votou. Ao final do processo, foi preso, acusado de “agitar” as eleições, que não obtiveram o quórum necessário. Ficou recolhido no xadrez por três dias e, ao retornar à usina em que trabalhava, foi demitido. Passou a viver da horta que cultivava no quintal. Em 1967, ele foi candidato a vereador pelo MDB, a convite do ex-deputado Miguel Mendonça, candidato a prefeito, sem, contudo, eleger-se. Foi preso em 1969 quando trabalhava no sítio de propriedade de Amaro Luís de Carvalho, dirigente do PCR, que seria morto em 1971.

Em 20 de janeiro de 1970, Amaro foi recolhido à Casa de Detenção para cumprir condenação de um ano de prisão. Uma certidão fornecida pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), datada de 11/03/2005, declara que ele foi libertado em 24 de novembro de 1970. Não há registro de outra prisão. Amaro provavelmente foi seqüestrado e desapareceu em 1971 ou em 1972.

Um trabalhador rural que acompanhou Amaro em uma de suas prisões, Pedro Bezerra da Silva, afirmou que o companheiro foi visto certo dia, de madrugada,



NA ÚLTIMA VEZ EM QUE FOI VISTO, O LÍDER CAMPONÊS ESTAVA DEBAIXO DO BANCO DE UM CARRO, AMARRADO POR CORRENTES E ESCOLTADO POR POLICIAIS

depois de ter sido solto pela última vez. Estava dentro de um jipe de placa branca que estacionou em uma oficina para conserto de carros. Deitado debaixo do banco e amarrado por correntes, Amaro era escoltado por policiais quando foi visto pelo motorista e por funcionários da oficina. Outros depoimentos confirmaram as perseguições e as ameaças de morte que ele vinha sofrendo. Elias, o filho mais velho, contou que ele mesmo tinha sido preso e espancado pela polícia e por capangas da Usina Central. Na época do desaparecimento do pai, a família ouviu rumores de que seu corpo teria sido jogado dentro da caldeira da usina ou no rio Una.

ADAUTO FREIRE DA CRUZ

58

EX-MILITANTE
DAS LIGAS VIVEU
QUASE TODA A
SUA VIDA COM
NOME FALSO
PARA FUGIR DA
REPRESSÃO

Nascido em 1924, em Bananeiras, na Paraíba, Adauto Freire da Cruz começou a militar ainda nos anos 50. Tornou-se uma espécie de braço-direito de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas em Pernambuco. Ele morreu em 13 de maio de 1979, em decorrência de um infarto sofrido depois que foi espancado por policiais no interior de um ônibus que seguia do Rio de Janeiro para Teresópolis. O pedido de reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro na sua morte foi encaminhado à CEMDP por sua companheira, Delzuite da Costa Silva, com quem ele teve dois filhos.

Em suas atividades nas Ligas Camponesas, Adauto havia viajado a Cuba em julho de 1961, numa delegação de 13 líderes camponeses que foram visitar o país para conhecer os avanços da revolução socialista de 1959. O convite havia sido formulado, em março daquele ano, por José Felipe Carneado Rodriguez, membro do Comitê Central do Partido Comunista Cubano. O dirigente cubano veio ao Brasil convidar camponeses brasileiros para acompanhar os festejos pelo Dia do Trabalho e conhecer a reforma agrária promovida por Fidel Castro. No Brasil, o dirigente comunista cubano ficou hospedado na casa de Clodomir Morais, em Recife (PE). Neste mesmo ano, Francisco Julião teve seu segundo encontro com Fidel – o primeiro havia ocorrido no ano anterior – durante as comemorações do 1º de maio de 1961. Em julho de 1961, desembarcou na ilha o grupo de militantes das Ligas Camponesas, entre eles, Adauto Freire da Cruz, Amaro Luís de Carvalho, João Alfredo Dias, Pedro Inácio de Araújo e Joaquim Mariano da Silva. Todos eles seriam perseguidos pelo regime militar.

Registros feitos pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco sustentam que, na noite de 31 de março de 1964, Adauto teria comparecido ao Palácio do Governo daquele estado para distribuir armas aos camponeses organizados pelas Ligas. Ele foi formalmente inquirido pelos militares em 29 de maio de 1964. Em 1973, um documento oficial do Ministério do Exército solicitava informações a seu respeito. Desde o golpe militar, Adauto vivia na clandestinidade, usando o nome falso de Celestino Alves da Silva, que figurou na certidão de nascimento de seus filhos e em seu atestado de óbito.



Amanhã será um novo dia: campanha pela Anistia no final dos anos 70.

(Arquivo DMV)

Em entrevista a Dacier Barros e Silva e Cecília Santana, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Delzuite, a companheira de Aداuto, contou como ela própria passou a militar nas Ligas, em 1962. Tinha 26 anos quando conheceu Aداuto e se encantou pelo companheiro de militância. Ele tinha 46 anos e estava separado de seu primeiro casamento. Nesta época, Aداuto era o homem que assumia as funções na ausência de Julião. “Passei a adorar o que eu fazia, e a pregar ‘reforma agrária na lei ou na marra’. Quando eu subia num palanque e falava da reforma, eu dizia que a terra tinha que ser do homem do campo, a terra é para quem nela trabalha, com condições e com tecnologia. Eu já falava nessa linguagem. Eu era aclamada no meio dos camponeses”, contou Delzuite. Para manter sua relação amorosa teve que enfrentar o conservadorismo familiar. Como Aداuto era procurado pelos órgãos de repressão, eles se casaram usando os documentos falsos dele. Dias depois, Delzuite soube que os militares haviam invadido a casa da sua família, intimando que ela se apresentasse. Fazia apenas 15 dias que o golpe militar havia sido deflagrado. Submetida a seu primeiro interrogatório na Secretaria de Segurança, foi detida e acusada de “comunista”, mas conseguiu fugir.

Delzuite e Aداuto mudaram-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhavam com artesanato e participavam de atividades políticas. Até que, em maio de 1979, quando participavam de manifestações em defesa da Anistia, perceberam que estavam sendo seguidos. Voltavam para casa, num ônibus interurbano, quando ocorreu a sinistra abordagem dos policiais. Primeiro agrediram a mulher para lhe tomar das mãos os panfletos em defesa da Anistia. Aداuto tentou esconder o pacote de material de propaganda, mas os policiais apreenderam o material e pediram seus documentos de identidade. Ele dizia que os havia esquecido em casa. Um dos policiais começou a ler o panfleto e o acusou de “comunista”. Os policiais começaram então a espancá-lo. O casal foi jogado para fora do ônibus. Com as agressões, ele sofreu um infarto e tinha a perna quebrada. Delzuite conseguiu uma carona para levá-lo ao hospital, mas ele não resistiu.

Com a morte do marido, Delzuite achou que não conseguiria suportar a dor de sua perda: “Entrou uma névoa na minha cabeça que eu não sabia quem eu era, não sabia o que fazer. Voltei pra casa e abracei os meninos. Eu só queria sair de lá morta,

junto com as crianças. Fiquei com meus filhos esperando o pior”, contou. Nesta época, ela descobriu que estava grávida de dois meses. O bebê nasceu prematuro de oito meses e não resistiu. Alguns anos depois, ela perderia outro filho, atropelado, aos 13 anos.

Cerca de três meses após a morte de Aduato, em 28 de agosto de 1979, o governo assinou a Lei 6.683, conhecida como Lei da Anistia. Em sua dor, Delzuite escreveu versos em homenagem ao “companheiro Freire”:

“Teu filho último/ Tu não viste nascer/ A flor de maio/ Tu não viste brotar /Tanto que lutou /Tanto que esperou/ Tu não viste/ A anistia chegar (...)”

Os camponeses
eram como
um punhado
de areia, a
Liga seria o
cimento capaz
transformá-la
em bloco
sólido

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi pioneiro na tentativa de organizar as Ligas Camponesas, entre os anos de 1945 a 1947. Quando o partido caiu na clandestinidade, a experiência embrionária das Ligas se dissolveu. Em 1955, surgiu a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) - mais tarde chamada de Liga Camponesa da Galiléia. Como explica Francisco Julião, em seu livro *Que são as Ligas Camponesas?*, publicado em 1962, a iniciativa coube aos próprios camponeses do Engenho Galiléia, em Vitória do Santo Antão. As Ligas eram uma sociedade civil beneficente, de auxílio-mútuo, e tinham como objetivo fundar uma escola primária e criar um fundo “para adquirir caixóezinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, morriam em proporção assustadora”, salientou Julião. No engenho Galiléia, moraram 140 famílias somando cerca de mil pessoas. Os camponeses constituíram então a diretoria da sociedade e convidaram o senhor de engenho para figurar como Presidente de Honra. O relato de Julião fornece bem o contexto:

Houve posse solene, saindo o dono da terra satisfeito porque era o único da região a receber essa homenagem. Advertido, pouco depois, por outros latifundiários, de que acabara de instalar o comunismo em seus domínios, tomou imediatas providências para impedir o funcionamento da escola. Não quis ser mais Presidente de Honra da sociedade. Foi além, exigindo a sua extinção. Os camponeses resistiram. Ele os ameaçou de despejo. Os camponeses se dividiram. A maioria não se intimidou. Era liderada pelo ex-administrador da Galiléia José Francisco de Souza, o velho “Zezé”, que resistiu a todas as ameaças e violências contra ele e os demais camponeses, sendo conduzido, várias vezes, à presidência efetiva da Liga.

Com as intimações e as convocações para se apresentarem à polícia, à presença do promotor, do prefeito e do juiz, os camponeses buscaram a ajuda de um advogado. Procuraram então por Francisco Julião e ele assumiu a missão de defender a Liga.

Ali, ao cair de uma tarde de domingo, em frente à casa do velho “Zezé”, onde foi posta a placa da primeira Liga Camponesa, casa famosa que tem sido visitada por jornalistas do mundo inteiro, deputados, prefeitos, governadores, estudantes, líderes sindicais e até o irmão do presidente Kennedy, iniciamos a campanha que haveria de se tornar, dentro de alguns anos, conhecida em todo o país e respeitada pela adesão sempre crescente das massas camponesas.¹⁹

Quando se tornou, efetivamente, o principal líder das Ligas, Julião já havia sido eleito deputado estadual por Pernambuco. Sensível ao sofrimento dos trabalhadores e tocado pelos ideais socialistas, via na estrutura capitalista e latifundiária “a fonte de todos os males e injustiças contra os humildes”. Em inspirados discursos, dizia aos camponeses que a liberdade estava em suas mãos:

Eles eram como um punhado de areia que, jogada, se desfazia no ar. A Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco.

A luta era conduzida em três frentes: no campo, na Justiça e na Assembléia. No campo, Julião mantinha contato direto com os camponeses, escrevendo boletins, como o “Guia do Camponês”, o “ABC do Camponês”, a “Cartilha do Camponês” e a “Carta de Alforria do Camponês”. Na Justiça, promovia ou contestava ações que se multiplicavam rapidamente, com o alastramento das Ligas por outros municípios do estado. Na assembléia, fazia denúncias e protestos contra as violências, as arbitrariedades, prisões e assassinatos de camponeses, praticados por capangas e pela polícia. Somente no ano de 1956, mencionava Julião, registraram-se no país seiscentos e trinta prisões políticas de camponeses, operários e estudantes. “Foi debaixo do clima de terror que as Ligas se desenvolveram”, acentuava. A Liga Camponesa de Pernambuco - organização de caráter regional com jurisdição para todo o estado - inspirou a criação das outras.

Naquele contexto, uma verdadeira batalha jurídica foi travada para a desapropriação do engenho Galiléia. Até que, em 1959, os camponeses obtiveram a aprovação, na Assembléia Legislativa, do projeto de autoria do deputado socialista Carlos Luiz de Andrade, estabelecendo a desapropriação.

Foi uma peleja cheia de lances inesquecíveis. Os camponeses das Ligas mais atuantes (Galiléia, Limão, Espera, Cova da Onça, Miroeira) desceram sobre a cidade do Recife. Eram três mil. Concentraram-se desde o amanhecer em torno da Assembléia Legislativa. A batalha durou todo o dia e entrou pela noite. Houve passeata até o Palácio do Governo. O governador desceu as escadarias para falar aos camponeses. Os deputados se revezavam na



Dias de vitória: Líderes Zezé da Galiléia (esq.) e Julião, na desapropriação do Engenho Galiléia, em 1959, em Vitória de Santo Antão (PE).

(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)

tribuna, aplaudidos quando defendiam o projeto e vaiados, se combatiam. (...) Pouco antes da meia-noite, a batalha estava ganha pelos camponeses.

Mas a alegria durou pouco. Depois de sancionar a lei, o governo incorporou as terras da Galiléia a uma Companhia de Revenda e Colonização, criada especialmente para combater as Ligas, ao invés de entregá-las aos camponeses, dispostos a explorá-las por meio de uma cooperativa. Mesmo assim, com a desapropriação do engenho Galiléia, as Ligas Camponesas cresceram de forma vertiginosa pelo nordeste. Em 1962, começaria a circular o jornal *A Liga*, que ajudou a disseminar uma das palavras-de-ordem da organização: “Reforma agrária na lei ou na marra”.

Depois de ter sido deputado estadual por duas vezes, Julião foi eleito deputado federal por Pernambuco em 1962, tendo o mandato cassado por ocasião do golpe militar de 1964. Foi perseguido e preso. Do cárcere, escreveria uma longa carta à filha de dois meses de idade, a quem aguardava para conhecer. Essa “carta de amor”, como ele definia, converteu-se no livro *Até quarta, Isabela!* Libertado em 1965, Julião exilou-se no México, retornando ao Brasil em 1979, beneficiado com a Lei da Anistia. Morreu de enfarte, em julho de 1999, na cidade de Cuernavaca, México, onde vivia desde que se recolheu, em 1997, para escrever um livro de memórias

Verve de poeta: Julião denunciou nos campos, tribunas e livros a crueldade das ações contra camponeses.

(Clovis Campelo)



Depoimento

Francisco Julião: “Com um ferro em brasa, marcam-lhes o peito e as nádegas”

“É nesta fase [fins dos anos 50 e começo dos 60] que surgem os primeiros mártires da luta pela reforma agrária. Crimes são praticados, diariamente, pelos latifundiários, cuja polícia privada age sob as vistas complacentes e com a própria conivência da polícia do governo. A ordem, a lei, a paz, são invocadas, como se o latifúndio não fosse a subversão da ordem, como se o capanga não fosse a negação da lei, como se o silêncio imposto pelo terror fosse a paz.

Tais crimes chegam a ser hediondos. Derrubam os casebres e arrancam, de trator, as fruteiras dos camponeses, rebeldes contra o aumento extorsivo do foro, o “cambão”, o “vale do barracão”, o “capanga”, o salário de fome. Arrastam-nos de jipe, deixando-os em carne viva. Amarram-nos sobre o caminhão como se faz com o gado e passeiam com eles até a cidade. Com um ferro em brasa, marcam-lhes o peito e as nádegas. Um é posto lambuzado de mel sobre um formigueiro. Outro é metido numa cuba cheia d’água, permanecendo noite e dia a pão seco, servindo-se daquela mesma água, contaminada pela

urina e pelas fezes, onde fica mergulhado até a boca. Um terceiro é caçado como uma raposa e morto a tiros de revólver e de rifle. E quando a família põe uma cruz tosca de madeira, como é de costume, no lugar onde tombara, a fúria do latifúndio se abate sobre a cruz, que é desfeita em pedaços. Tem havido até camponeses mutilados em presença de outros, sendo os pedaços de sua carne oferecidos aos cães para servir de exemplo. Existe o caso de um desgraçado que teve os testículos presos a uma gaveta no interior do seu próprio mocambo de capim, a que atearam fogo em seguida. Em São Paulo, um camponês teve os dois braços amputados pelo latifundiário enfurecido. Na Bahia, uma aldeia com mais de duas mil pessoas é incendiada por um grupo de jagunços, a mando de um senhor de terras, com a participação ostensiva de um juiz togado e no pleno exercício do cargo.

Todas essas cenas selvagens se passam agora e aqui no Brasil. (...) A imprensa estipendiada pela reação silencia sobre tudo isso. Mas a Liga nasce, como uma flor, por cima dessa podridão."

Trecho do livro de Francisco Julião, *Que são as Ligas Camponesas?*, 1962, p. 32-33.

Depoimento

Massacre nas usinas Estreliana e Caxangá, um relato de Gregório Bezerra

"Ao apagar das luzes do Governo Cid Sampaio [janeiro de 1963], o Sr. José Lopes da Siqueira Campos, dono da usina Estreliana, junto com seus capangas, matou covardemente cinco camponeses indefesos, dentro de sua usina. Isso porque os cinco trabalhadores agrícolas foram pedir ao patrão o pagamento da diferença salarial, que não tinham recebido. O facínora José Lopes perguntou a um homem do grupo quem os chefiava; este respondeu que não tinha chefes e que tinham ido pedir o pagamento porque seus filhos estavam com fome, precisavam comer um 'feijãozinho'. Como resposta, recebeu uma rajada de metralhadora, disparada pelo dono da usina. O camponês foi atingido pela frente e caiu de costas, aos pés do seu matador; os quatro restantes foram fuzilados pelas costas, ao tentarem fugir. Não escapou nenhum. Estavam desarmados; alguns possuíam apenas quicês de picar fumo de rolo. Esse massacre bárbaro de assalariados agrícolas continua



Lições de sobrevivência:
Gregório Bezerra (à dir.)
reencontra seu companheiro
de desterro Flávio Tavares,
com a Anistia de 1979.
(Publicado em Tavares, 1999)



Chacina de Estrelina: rajada de metralhadora foi a resposta à cobrança por direitos.

(*Diário de Pernambuco*, 9/11/1963, reproduzido em Porfírio, 2009)

impune até hoje e serviu de escola para assassinatos e ferimentos graves em dezenas de camponeses pobres, durante o ano de 1963 entre os estados de Pernambuco e Paraíba.

Nessa época, eu me achava girando pelas zonas do agreste e do Sertão do Estado. Voltei ao Recife para ir a Ribeirão, onde se dera o massacre dos cinco camponeses desarmados. As autoridades fizeram um arremedo de inquérito, só para inglês ver, e tudo ficou na mesma. Esse bárbaro crime serviu para despertar a unidade dos camponeses pobres e dos assalariados agrícolas.

Desgraçadamente, alguns meses após a posse de Miguel Arraes, o administrador e os pistoleiros da usina Caxangá, de propriedade do Sr. Júlio Maranhão, mataram o delegado sindical do município de Ribeirão e feriram gravemente um seu companheiro. O usineiro providenciou imediatamente um caixão rústico, improvisado, e mandou enterrar a vítima no pátio de sua usina. Os operários da usina e os trabalhadores agrícolas da mesma, que já se achavam em greve há quase dez dias, revoltados com o covarde assassinato, desenterraram o corpo do irmão tombado na luta e o levaram para a sede do sindicato rural, onde lhe deram um caixão decente e velaram seu corpo toda a noite. Sepultaram-no ao dia seguinte no cemitério local, com a presença de milhares de camponeses e da maioria da população da cidade. Houve muitos discursos, inclusive um discurso meu, condenando a onda de assassinatos de camponeses, praticados por senhores de engenho ou a mando destes. O enterro foi precedido de uma grande agitação e concentração de camponeses no pátio da usina Caxangá, onde concitamos a massa a sindicalizar-se, concentrando-se cada vez mais nos sindicatos rurais, não só para a defesa dos seus interesses, mas também para revidar a matança de camponeses pelos senhores de engenho e seus capangas. Ressaltamos, então, que qualquer crime ou agressão física praticados pelos senhores de engenho ou latifundiários devia ser revidado na mesma medida – olho por olho, dente por dente – como única solução para estancar a onda sanguinária e terrorista do patronato rural. Propusemos, também, que o caixão fornecido pelo usineiro fosse colocado na porta do escritório da usina, onde tombaram as duas vítimas e guardado dia e noite por uma gigantesca turma de camponeses e assalariados, até a vitória total e a consecução das reivindicações pleiteadas, bem como a punição severa dos criminosos. Apelamos para a solidariedade de todas as categorias do campesinato e para a solidariedade do proletariado pernambucano, em ajuda de seu principal aliado. E assim, graças à firmeza da massa grevista e à sua unidade, graças à solidariedade de seus irmãos camponeses e da classe operária, através de seus sindicatos, a greve foi vitoriosa, depois de quase

um mês de duração. Isso serviu de estímulo para a corrida aos sindicatos na zona açucareira do Estado.

Durante os dias tumultuosos da usina de Caxangá, o Governo do Estado mandou um destacamento da Polícia Militar. Pela primeira vez na história de Pernambuco, a Polícia atuou no sentido de manter a ordem justa, sem espancar nem prender camponeses, pois até então a polícia vinha sendo usada para defender os latifundiários e o patronato espoliador dos camponeses. Essa orientação democrática do Governo Arraes evitou muitos conflitos na região canaveira e as sérias conseqüências que poderiam daí advir. Por isso, o patronato rural o tachou de ‘Governo comunizante’.”

Trecho da obra de Gregório Bezerra, *Memórias. Segunda parte: 1946-1969*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979, p.173-175.

Depoimento

As lutas pelos direitos no campo e a morte de Manoel Tenório

Havia muita história de senhor de engenho com seus capangas que não nos deixavam fazer reuniões com os trabalhadores. Lá em Vicência, por exemplo, não só eu, mas outros também foram ameaçados: “No meu engenho não entra, não faz reunião”. O usineiro puxou o revólver; ele e, depois dele, os capangas dele. E nós, aos poucos, convidávamos o pessoal para fora do engenho, para a casa de um delegado sindical do engenho mais próximo, em Trigueiros, que era perto dali, e íamos conversando com os trabalhadores e assumindo os riscos. Dizia: “Eu vou lá visitar vocês no corte de cana. Agora, só vou lá se vocês garantirem que os 40 trabalhadores de lá que cortam cana, ou 50, estão do nosso lado, porque eu vou enfrentar o patrão e eles não vão deixar. Eu vou ficar desmoralizado; ele vai me enfrentar com o revólver e daí? Quem vai me ajudar? Quem é que vai me defender?” Primeiro, eu fazia esse trabalho de mentalização. Quando o pessoal dizia assim: “Você vai que a gente garante o delegado, você vai que a gente garante”. Aí eu dizia: “Vou chegar tal hora”.

E o senhor de engenho via e atravessava o carro dele na estrada para não passarmos. Nós saltávamos do carro. Quando era um lugar mais brabo, mais simples, íamos a cavalo mesmo. Mas quando era uma pessoa mais violenta, alugávamos um carro e chegávamos lá. Parávamos... para sacar um revólver, né? Nós também andávamos armados. Iam três, quatro pessoas, acima de tudo os trabalhadores. Realmente, não foi fácil. (...) Esse usineiro de Carpina se desesperou tanto que... ele sabia que eu dormia numa casa



A denúncia de Zé Francisco: “Não só o mataram, como ainda cortaram o seu rosto e quebraram suas pernas”.
(Arquivo Contag, Memória Camponesa, NuAP/IMN-UFRJ)

lá perto do sindicato. Chegou lá, com os capangas dele, e vararam a porta do sindicato à bala, lá em Vicência, pensando que eu estava lá. Os capangas dele entraram à noite, jogaram as coisas no chão. Ele ficou na porta da rua esperando com o carro. No outro dia, eu o denunciei. Fui à Secretaria de Segurança Pública e ele foi processado. Foi assim... A gente escapou por um fio. Antes do golpe, houve embates também, mas, depois de 1964, eles se sentiram todo-poderosos, mais poderosos ainda.

Esse episódio do sindicato varado a bala acho foi em 64, final do corte de cana, no verão de 1964. Isso é um entre tantos exemplos de engenhos que a gente chegava lá: “Não entra que morre! Não entra que morre!” A gente voltava para denunciar. Para denunciar, porque os trabalhadores não estavam tão preparados assim, e a gente ia testando e ia testando, mas foi uma luta muito pesada. As armas... não era todo sindicalista que usava. Tinha que ter certo conhecimento. Aí apareciam uns sujeitos que compravam de soldados e vendiam pra gente.

A questão da motivação de 1962 e 1963... do pessoal criar coragem para defender os direitos foi tão rápida! Foi aquele negócio: “Agora, eu sou gente. Agora, tenho direitos. Agora eu tenho um governador ao meu lado, tenho um sindicato ao meu lado.” Isso até 1964. Foi muito boa essa coragem do pessoal do campo aqui em Pernambuco. Depois do golpe, o cacete veio. E aí para retornar esse direito foi muito difícil. (...)

Inicialmente, eu era o secretário-geral do sindicato de Vicência. Em 1964, com a intervenção na Fetape e o afastamento da diretoria, João, o presidente do sindicato, veio para a federação, com Euclides [Nascimento] e Severino [Soares], de Timbaúba. Os três eram os primeiros suplentes da federação. Assim que o Severino, o Euclides e o João assumiram a Fetape, em 1964, eu assumi a presidência do sindicato de Vicência. O sindicato ficou ainda uma semana fechado por ocasião do golpe. Fomos chamados ao quadro do Exército umas duas vezes para prestar depoimento, mas como estávamos numa atividade de base, regional, o processo não evoluiu – por certo foi arquivado depois. O fato é que eu prestei depoimento duas vezes. Depois, o sindicato foi reaberto e, a partir daí, assumi a presidência. Em 65, terminou o mandato e fui reeleito.

Muita gente caiu depois dessa passagem do golpe de 64, mas mesmo assim escapou ainda um bom grupo de delegados sindicais. A gente continuou, não com o mesmo entusiasmo de antes, mas aproveitando os espaços, fazendo reuniões, defendendo os direitos trabalhistas, buscando o caminho da Justiça do Trabalho, dos advogados. Era uma ação que a gente chamava de ação coletiva, no sentido de que nasceu do grupo. Porque ao invés de você encaminhar uma reclamação de um engenho de uma pessoa só, pegava uns 30, 40 trabalhadores daquele engenho que estavam com o mesmo direito retido, no caso, salarial, 13º mês, e fazia uma ação só. Então, facilitava, porque era um processo só, um julgamento só, uma execução só, e os delegados sindicais, com o sindicato, foram preparando os trabalhado-

res para esse ingresso na justiça do salário retido. E isso era em Vicência e em vários outros municípios que percorreram o mesmo caminho.

Havia essa ação, apesar das limitações, mas a violência era terrível. Por exemplo, eu não me esqueço do assassinato de um companheiro nosso, da diretoria de sindicato. Eu já estava na federação – em dezembro de 1967 - quando foi morto o companheiro Manoel Tenório, que morava perto de Vicência, no engenho Belmonte. Foi um horror. Ele era um dos delegados mais ativos, primeiro suplente da diretoria e estava ajudando nessa mobilização da cobrança dos direitos trabalhistas. Lá o senhor de engenho [Francisco Xavier] mandou seus capangas à casa de Manoel e ele foi seqüestrado. Levaram Manoel para a casa-grande e não só o mataram, como ainda cortaram o rosto dele, quebraram suas pernas. Jogaram o corpo no porta-malas de um carro e foram soltá-lo lá no estado da Paraíba, no município de Natuba.

Isso foi um escândalo terrível, houve denúncia, a gente foi à imprensa, aos órgãos de segurança. Eu estou falando assim na conclusão, porque na época ninguém sabia o que aconteceu: “Desapareceu, desapareceu...” Ninguém sabia. Mas depois foi desvendado tudo. Isso porque, quando encontraram o corpo lá em Natuba, no bolso dele havia uma cartinha da sobrinha chamando-o de “Tio Manoel Tenório”... Era uma mensagenzinha dela ao tio, uma cartinha escrita por ela. A sobrinha morava no engenho de Campina Verde. Com essa cartinha, foi desvendado o crime.

Houve todo esse trabalho da luta pela retomada do sindicato, através da liberação. Era uma repressão terrível, mas procurávamos um caminho para colocar os sindicatos interdito na normalidade, mesmo que dentro das limitações do estatuto dos sindicatos e da CLT.”

Trecho de depoimento de José Francisco da Silva, ex-presidente do STR de Vicência e ex-presidente da Contag, ao antropólogo Moacir Palmeira (MN-UFRJ). Parte do relato consta de entrevista a este projeto, em setembro/2010.

Depoimento

“Amarraram o trabalhador na carroceria de um caminhão, como um crucificado, e bateram nele até a morte”

“Palmares sempre foi muito perseguida pelas autoridades. Nós tivemos a morte trágica de dois trabalhadores numa mesma fazenda”, contou o líder camponês Sebastião Santiago, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares entre 1970 e 1972, em entrevista a este projeto em outubro de 2010. Ele lembrava o caso do trabalhador que havia sido baleado por capangas do senhor de engenho porque ganhara uma causa na justiça e o patrão não quis pagar seus direitos. Depois da morte do trabalhador, o proprietário do engenho Fanal da Luz, onde o crime ocorreu, foi preso, mas passava o dia em casa e somente à noite retornava à cadeia.



68

Fanal da Luz: Sebastião Santiago fez relatório sobre torturas sofridas por José Benedito.

(Marta Cioccari/NuAPI/MN-UFRJ)

Depois que este engenho foi vendido a outro proprietário, mais uma tragédia. No dia 8 de junho de 1970, o trabalhador rural José Benedito da Silva estava tentando defender os seus direitos quando foi preso e agredido por capangas do senhor de engenho Leão Diniz de Souza Leão Neto. “Amararam o trabalhador na carroceria de um caminhão, como se fosse um crucificado, e bateram nele quase até a morte”. As humilhações e torturas prosseguiram por longo tempo. Coagido por jagunços, ele era obrigado a subir num coqueiro, com uma corda amarrado ao pé. Quando chegava ao topo, era arrastado pela corda e espancado. “Quando ele não agüentou mais, tiraram a roupa dele e pegaram um facão, cortaram aqui nele assim e tiraram uma tira de couro até a bunda”. A mulher do trabalhador também foi espancada.

Quando estava entre a vida e a morte, o trabalhador foi levado para um casebre, sendo vigiado para não receber qualquer atendimento médico. Pereceu ali dos ferimentos decorrentes das agressões. Uma mulher sugeriu à viúva que ela dissesse aos capangas que vigiavam o corpo do trabalhador que iria arranjar uma flor para colocar no caixão do marido. O plano deu certo e ela conseguiu fugir. Em certo momento de sua fuga, foi socorrida e levada ao hospital. Tinha o corpo coberto por hematomas. Um dos médicos do hospital em que ela foi socorrida comunicou o fato ao sindicato dos trabalhadores rurais. Sebastião Santiago, então presidente da entidade, denunciou as violências à polícia. A esta altura, o senhor de engenho já havia providenciado um caixão rústico e uma certidão de óbito falsa. O corpo do trabalhador estava prestes a ser enterrado.

Chegamos lá, abrimos o caixão e o rapaz estava lá, emborcado, nu, com esse pedaço do couro tirado. Ai nós fizemos um levantamento. O delegado estava presente. No outro dia eu fui ao engenho. O pessoal recomendou: “Não vá! No Fanal da Luz já é o segundo crime...” Eu disse: “Eu vou assim mesmo!” Se eu fosse encontrar guerra, já ia preparado. Fizemos um relatório, mas sempre olhando pra ver se não vinha alguém para nos dar um tiro. Preparamos esse processo. Isso faz 40 anos e até hoje esse homem não foi preso.

Um relatório das violências cometidas no engenho foi enviado às autoridades no estado e no país. Uma matéria, com uma imagem do trabalhador amarrado à traseira de um caminhão e sendo espancado, foi publicada em 7 de julho de 1970 no Jornal do Comércio, de Recife. Passaram-se três meses. Certo dia, Sebastião recebeu a visita de dois policiais federais no sindicato. Solicitavam-lhe uma conversa “reservada”. Algo que chamou a atenção do

sindicalista é que os agentes carregavam uma cópia do relatório que ele havia enviado e que denunciava aquelas atrocidades e o assassinato do trabalhador. Um deles lhe perguntou:

Agente - Foi o senhor que escreveu isso?

Sebastião – Fui eu mesmo.

Agente - Mas como é que foi isso? Como é que foi escrito?

Sebastião – Eu fui até o engenho atrás dessas informações. Eu mesmo escrevi esse relatório lá do engenho.

Os policiais foram embora. Pouco tempo depois, ocorreria a primeira audiência em Palmares para apuração das responsabilidades sobre a morte do trabalhador. O líder sindical ficou estarecido: um dos agentes da Polícia Federal que o visitara naquele dia estava lá como testemunha do senhor de engenho. “No dia que era para ser testemunha, ele era a testemunha do patrão. Isso aconteceu em Palmares. A morte do José Benedito. E até hoje está impune.”

Depoimento de Sebastião Santiago, ex-presidente do STR de Palmares (PE), durante a Mesa Redonda “As lutas no campo”, no evento 40 anos de 68, realizado em 2008, no Rio de Janeiro. Parte deste relato também consta de entrevista concedida a este projeto, em outubro de 2010.

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

Marcos Martins da Silva, presidente do STR de Escada, seqüestrado, preso e torturado antes e durante o regime militar. Sua primeira prisão foi numa cadeia privada da usina Caxangá, em 1963. Foi preso novamente por policiais em 1966. Respondeu a processo na Auditoria Militar. No início dos anos 80, passou a ser perseguido e ameaçado de morte por pistoleiros. [Fonte: Contag; Seminário Memória Camponesa-PE, 2006; entrevista com Marcos Martins da Silva, 2010]

Albertino José de Oliveira, ex-presidente das Ligas Camponesas em Vitória de Santo Antão, assassinado em 1964, foi encontrado morto, já em estado de putrefação, nas matas do engenho São José. Na época, uma nota da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco sustentava que ele havia se suicidado por envenenamento, sem que houvesse qualquer indício neste sentido. [Fontes: MST; Contag]

Manoel Gonçalo Ferreira, líder sindical, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (Fetape), preso e torturado pelo regime militar em 1964. [Fonte: Fetape; Contag; Koury, 2010]

Manoel Santos da Silva, presidente do STR de Vitória de Santo Antão, preso durante o regime militar. [Fonte: Contag]

João Gonçalves dos Santos, presidente do STR de Paulista, preso durante o regime militar. [Fonte: Contag]

Cláudio Negreiros de Araújo, líder sindical de Jaboatão, preso durante o regime militar. [Fonte: Contag]

Severino Geraldo dos Santos, presidente do STR de São Lourenço, detido durante o regime militar. [Fonte: Contag]

Francisco Damião, presidente do STR de Pesqueira, preso durante o regime militar. [Fonte: Contag]

José Galdino, delegado sindical do engenho Barra do Dia e engenho Palmares, preso durante o regime militar. [Fonte: Contag]

Otávio José da Silva, delegado sindical geral do STR de Palmares, perseguido e preso durante o regime militar. [Fonte: Contag]

Manoel Maximino, trabalhador rural de Palmares, preso e desaparecido durante o regime militar. [Fonte: Contag; MST]

Manoel Félix, trabalhador rural, preso em sua casa e desaparecido durante o regime militar. [Fonte: Contag; MST]

Severino Correia da Silva, presidente do STR de Condado, assassinado durante o regime militar. [Fonte: Contag]

Joaquim Celso Leão, líder sindical de Engenho Novo, Goiana, morto durante o regime militar. [Fonte: Contag]

Miguel Farias, presidente do STR de Surubim, assassinado durante o regime militar. [Fonte: Contag].

Lucas Francisco da Silva, presidente do STR de Brejão, morto durante o regime militar. [Fonte: Contag]

Manoel Camarão, líder sindical em Timbaúba, assassinado durante o regime militar. [Fonte: Contag]

Manoel Gonçalves da Silva, agricultor, morador da Fazenda Progresso, município de Gravatá, assassinado em 1965 por Delmiro José de Lima, devido a questões de terra. [Fonte: MST]

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

José Sabino dos Santos, lavrador do município de São Bento do Una, morto a tiros, em 1966, pelo fazendeiro José Honório, proprietário do Sítio Colônia, onde o lavrador trabalhava. [Fonte: MST]

Antônio Soares de Moraes, trabalhador rural do município de Custódia, tocado e morto a tiros de revólver em maio de 1966, em função de uma disputa de terras com Luís Alves do Amaral, responsabilizado como o executor. [Fonte: MST]

José Raimundo Félix, empregado de fazenda, morador do povoado Neves, município de Jupi, assassinado em junho de 1966, em Neves. O crime foi cometido pelo fazendeiro José Isidoro Filho. [Fonte: MST]

Valdomiro Manoel de Lima, agricultor do município de São Caetano, assassinado a tiros em outubro de 1966 pelo fazendeiro Valfredo Florentino de Andrade. [Fonte: MST]

José Roque da Silva, agricultor, morador do Engenho Batinga, morto a tiros e golpes de faca peixeira, tendo os pés e mãos decepados, em novembro de 1966, por Apolônio Teodósio, arrendatário do estabelecimento, e seu filho, conhecido por Marinho. [Fonte: MST]

Mário Batista da Silva, secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura Canavieira de Marial, município de Marial, morto por pistoleiros com oito tiros em dezembro de 1966. [Fonte: MST]

Domingos Inácio da Silva, delegado sindical do Engenho Vasconcelos, de Buenos Aires e Nazaré da Mata, assassinado em 1967. [Fontes: Contag; MST].

Manoel Tenório da Silva, agricultor, líder sindical, morador num sítio das terras do engenho Belmonte, no município de Vicência, seqüestrado em dezembro de 1967, num automóvel dirigido pelo cunhado do dono do referido engenho. Seu corpo foi encontrado, com marcas de brutal violência que desfiguraram seu corpo, num matagal na fronteira entre Pernambuco e Paraíba. O corpo só foi reconhecido porque Manoel Tenório portava no bolso da camisa uma carta de sua sobrinha, endereçada ao “Tio Manoel Tenório”.. [Fonte: Contag; MST; entrevista com José Francisco da Silva]

Severino Manuel Soares, ex-presidente do Sindicato de Timbaúba e então presidente da Fetape, preso e torturado em 1968. Ele foi seqüestrado e levado às terras da usina Cruangi, onde foi espancado e torturado sob a acusação de que se opunha ao candidato da Arena no município de Timbaúba. Depois disso, ficou preso 180 dias na Casa de Detenção de Recife. [Fontes: Contag; Fetape; Koury, 2010]

José Benedito da Silva, trabalhador rural, filiado ao STR, engenho Fanal da Luz, município de Palmares, assassinado por jagunços em junho de 1969, a mando de Leão Diniz de Souza Leão Neto, proprietário do engenho, porque o trabalhador foi solicitar os salários atrasados. Em frente à casa-grande, ele foi amarrado por três jagunços à carroceria de um caminhão e torturado. [Fonte: MST; Contag; relato de Sebastião Santiago]

Júlio Santana, líder camponês, organizador de STRs na zona canavieira, presidente do STR de Serinhaém e Rio Formoso, preso em 1963 e con-

Em terras da Cruangi:
Severino Soares, ex-presidente da Fetape, foi torturado por capangas da usina.

(Arquivo Fetape)



**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

denado a 25 anos de prisão. Morreu em dezembro de 1977, com 54 anos, em consequência de lesões cerebrais que sofreu em torturas na prisão. [Fonte: Contag; MST; CPT]

Severino Silvestre Pereira, trabalhador rural e morador do engenho Alegre, do município de Gameleira, assassinado em 1969, pelo proprietário do engenho, Rubens Gonçalves Pereira, em frente à casa-grande, na presença de sua esposa e do filho menor. Na ocasião, Severino continuava plantando lavoura de subsistência no sítio que ocupava no engenho, enquanto aguardava uma indenização. [Fonte: MST]

Amaro Luís de Carvalho, o “Capivara”, dirigente sindical do STR de Barreiros, município de Barreiros, assassinado em agosto de 1971. O líder camponês, acusado de pertencer ao PCR, cumpria pena de dois anos de prisão e estava prestes a ser libertado quando foi morto na Casa de Detenção de Recife. [Fontes: Contag; MST; DMV].

Mariano Joaquim da Silva, trabalhador rural, dirigente da VAR-Palmares, conhecido como Loyola, preso em Recife e levado para o Rio de Janeiro, onde desapareceu em 31 de maio de 1971. [Fonte: DMV]

Amaro Félix Pereira, líder camponês conhecido como “Procópio”, militante do PCR, preso na Casa de Detenção em Recife, desapareceu em 1971 ou 1972. Amaro já havia sido detido por suas atividades políticas em 1960 e em 1966. Em 1969, trabalhava no sítio de propriedade de Amaro Luís de Carvalho, dirigente do PCR, quando foi preso novamente. Em 20 de janeiro de 1970, foi recolhido à Casa de Detenção para cumprir condenação de um ano de prisão. Ele desapareceu em 1971 ou em 1972. [Fonte: DMV]

José Francisco Pereira, líder camponês, assassinado em 1972. [Fontes: Contag; MST].

José Correia de Araújo, pequeno agricultor do município de Passira, morto em agosto de 1972, a mando do fazendeiro com quem mantinha conflitos de terra. O fazendeiro, José Luís Teixeira, contratou o pistoleiro José de Belmiro para que executasse o crime. Como prova da missão cumprida, este lhe remeteu uma orelha da vítima pelo correio. [Fonte: MST]

Joaquim Inácio da Silva, presidente do STR de Machado, município de Machado, morto em setembro de 1972 no engenho Mascuaba. Ele interviu numa discussão entre João Augusto, administrador do engenho, e um trabalhador, que havia apostado sua enxada e não queria entregá-la ao ganhador, alegando que ficaria sem ter com o que trabalhar. O trabalhador apostara com o administrador que o candidato da Arena tinha mais chances na prefeitura de Machado. Como o trabalhador estava sem dinheiro, a enxada ficou como objeto da aposta. Joaquim passou no momento da discussão e ao assistir à cena pediu ao administrador que desistisse do confisco da enxada. Na sequência, o administrador armou uma emboscada para o líder sindical e o matou a tiros na estrada que leva à sede do município. [Fonte: MST]

José Inocêncio Barreto, canavieiro, assalariado, do engenho Matapiruma, município de Escada, morto em outubro de 1972 devido a conflitos

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

- Cumaru, em Carpina, assassinado em agosto de 1982, por ter reclamado na Justiça contra o ex-patrão. [Fonte: Contag; MST]
- João Correia de Santana**, delegado sindical de Lagoa de Itaenga, perseguido e ameaçado de morte, em 1983. [Fonte: Contag]
- José Costa da Silva e Severino Ribeiro da Silva**, trabalhadores do engenho Fortaleza, município de Lagoa de Itaenga, espancados em 1983. [Fonte: Contag]
- José Francelino Gomes**, trabalhador de engenho no município de Ferreiros, sobreviveu a tentativa de assassinato, em 1983. [Fonte: Contag]
- Severino Pereira de Souza**, ex-empregado da fazenda Caxangá Veículos, município de Carpina, sobreviveu a tentativa de assassinato, em 1983. [Fonte: Contag]
- Antonio Cândido Lourenço**, trabalhador rural, espancado, em 1983, pelo administrador do engenho Barra Velho, de propriedade do então prefeito de Barreiros. [Fonte: Contag]
- Ananias Oliveira da Silva**, trabalhador rural de Barreiros, morto em 2 de março de 1983 pelo administrador do engenho Una. O crime se insere num quadro de violências praticadas a mando do proprietário do engenho que pretendiam atemorizar os trabalhadores e fazê-los desistir de sua defesa do cumprimento do dissídio coletivo. [Fonte: MST; Contag]
- Josias Paulino de Almeida**, delegado sindical do STR de Ibimirim, morador do lugar conhecido como Serra da Inveja, morto por pistoleiros em 15 de agosto de 1983. Ele liderava a luta de 100 famílias que durante décadas ocupavam as terras de Ângelo Gomes de Lima. A partir de 1978, com a morte do fazendeiro, seus herdeiros passaram a pressionar os posseiros, numa ação que culminou com o assassinato de Josias. Dias após a morte, foi realizado um ato público na localidade com o apoio de sindicatos e outras entidades, no qual os manifestantes pediam a punição dos mandantes e executores. [Fonte MST; Contag]
- Amaro Vicente da Silva**, trabalhador rural no engenho Poço, em Palmares, assassinado em setembro de 1983. Na ocasião do crime, o administrador do engenho, Amaro Marcolino, escondido em meio ao canavial, surpreendeu o trabalhador e disparou contra ele com uma espingarda calibre 12, diante dos filhos da vítima. Amaro Vicente da Silva estava sendo visado pelo administrador porque costumava orientar os seus companheiros a entrarem na Justiça para cobrar seus direitos trabalhistas. O crime ocorreu durante a greve dos 250 mil canavieiros de Pernambuco, cuja legalidade foi reconhecida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Numerosos casos de violência contra os trabalhadores e seus líderes foram denunciados pelos sindicatos. Durante a greve, os patrões lançaram mão da violência em toda a Zona da Mata, através de jagunços ou de milícias privadas. [Fonte: MST]
- Reginaldo da Silva**, trabalhador rural, espancado no engenho Petribu 1, em Carpina, em 1983, enquanto outros 40 trabalhadores eram expulsos do engenho sob a ameaça de armas. [Fonte: Contag]

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

**Caixão
guarnecido:**
velório de líder
sindical morto em
Pernambuco.
(Arquivo Fetape)



Antônio Joventino dos Santos, trabalhador rural do engenho Ubarquinha, de propriedade da usina Trapiche, município de Serinhaém, morto em 16 de dezembro de 1983. Na ocasião, ele havia procurado o cabo do referido engenho, Nivaldo Antonio da Silva, para saber se este havia apontado o dia de serviço, já que a tarefa tinha sido estabelecida acima do fixado no dissídio coletivo. O cabo Nivaldo recusou-se a apontar a tarefa e, diante dos protestos do trabalhador, sacou do revólver e matou-o à queima-roupa. [Fonte: MST]

Antônio Rodrigues dos Santos, trabalhador rural, 72 anos, morador havia mais de 40 anos do engenho Caraúbas, em Paudalho, morto a tiros pelo vigia do referido engenho, em 10 de janeiro de 1984, por se recusar a deixar o sítio em que vivia. Antônio Rodrigues era sogro do presidente do STR de São Lourenço da Mata e tio do presidente do STR de Paudalho. [Fontes: Fetape; MST]

Arlindo de Lira Gomes, trabalhador rural de São Lourenço, morto com um tiro em 28 de abril de 1984. Havia muito tempo, o trabalhador vinha sendo perseguido pelos proprietários e administradores da usina Bulhões e do engenho Queira Deus, por ter liderado greves de trabalhadores na região. [Fontes: Fetape; Contag; MST]

Deocláudio Pereira da Silva, dirigente sindical, presidente do STR de Passira, assassinado a tiros no dia 23 de julho de 1984, pelo pistoleiro e vigia da fazenda Santa Maria. O proprietário da fazenda, Abelardo Beltrão, também era o dono do engenho contra o qual o sindicato havia ingressado com ações trabalhistas. Dirigentes da Fetape denunciaram a violência organizada pelos senhores de engenho e latifundiários, afirmando que não se trata apenas de uma questão policial, mas também política. [Fontes: Fetape; MST]

Gilvan José da Silva, trabalhador rural, morto em setembro de 1984, nas terras do engenho Mauriti, onde trabalhava. Poucos dias antes de sua morte, havia ingressado com uma ação na Justiça do Trabalho, exigindo

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

de seu patrão, Itaney Rodrigues, o pagamento de indenização. Após a sua morte, cerca de mil trabalhadores rurais do município de Igarassu e Itapissuma promoveram uma passeata nas terras dos engenhos Três Ladeiras e Mauriti para protestar contra o assassinato. [Fonte: MST]

Francisco Nogueira, líder sindical do município de Água Preta, morto em sua residência em 28 de outubro de 1984, ao ser alvejado na cabeça por um tiro disparado por pistoleiro. Ele vinha sendo ameaçado em função de sua atividade de defesa dos direitos dos trabalhadores. [Fonte: MST]

José Noel Teixeira, delegado sindical em Barreiros, morador havia 30 anos nas terras do engenho Roncador, na Zona da Mata, encontrado morto em novembro de 1984, com um tiro de espingarda nas costas. Ele foi tocado nas terras do referido engenho. Segundo a esposa do sindicalista, Maria José Teixeira, seu marido havia sido jurado de morte pelo administrador do engenho. [Fonte: MST]

Pedro Gonçalves da Silva, trabalhador rural, morador e delegado sindical do engenho Guerra, onde trabalhava havia 14 anos, no município de Maraial, assassinado quando se dirigia ao seu local de trabalho, em 08 de maio de 1985. O delegado sindical atuava para fazer cumprir as cláusulas do dissídio coletivo, julgado em setembro do ano anterior. Com isso, contrariou o patrão, o dono do engenho Guerra, Sebastião de Arruda Falcão Filho, e o administrador, José Telvino da Silva. Pouco antes do crime, ele recebeu ordens para trabalhar em local separado e distante dos seus companheiros, o que facilitou a sua execução. O suspeito do assassinato foi contratado três semanas antes para trabalhar no engenho, ao lado da vítima. As circunstâncias da morte foram relatadas pela trabalhadora Angelita Fernandes Pimentel, que no dia do assassinato, foi transferida a outro local: “Mais tarde recebemos a triste notícia. Pedrinho foi assassinado covardemente com cinco tiros de revólver, um de espingarda, e com sua própria enxada foi cortado nas pernas e em outras partes do corpo”. [Fonte: MST]

Evanduir (ou Evanduil) Pereira da Silva, presidente do STR do município de Aliança, 27 anos, morto com um tiro de espingarda no dia 2 de setembro de 1985, por um ex-líder sindical a serviço dos patrões.



Revolta: trabalhadores protestam contra assassinato do sindicalista Evanduir Pereira da Silva, em Aliança (PE), 1985. (Arquivo Fetape)

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

Evanduir era uma liderança importante dos canavieiros da Zona da Mata, num momento em que os trabalhadores estavam em campanha salarial. [Fonte: MST]

Sebastião Gomes da Silva e José Bartolomeu, trabalhadores rurais, pai e filho, respectivamente, moradores na Zona da Mata, no município de Ribeirão, assassinados com nove tiros, em outubro de 1985. Os crimes foram cometidos pelo administrador do engenho Taquara. [Fonte: MST]

PARAÍBA

JOÃO PEDRO TEIXEIRA

Fundador e vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé (PB), uma das mais combativas e atuantes do país, o líder João Pedro Teixeira foi assassinado a tiros por pistoleiros, a mando de latifundiários da região, em 2 de abril de 1962. Desde criança, João Pedro – nascido em 1918 no distrito de Pilões, município de Guarabira (PB) – tinha vivido na pele a violência dos latifundiários. Seu pai, que arrendava a área de um fazendeiro, entrou em conflito com o proprietário e, atacado por jagunços, baleou um deles e fugiu. Não voltou mais. João Pedro tinha apenas seis anos de idade quando isso aconteceu. Depois de trabalhar na agricultura, na juventude, João Pedro tornou-se operário, empregando-se em pedreiras na Paraíba e, depois, em Jaboaão (PE). Nesta época, já estava casado com Elizabeth Teixeira. Foi na vida de operário que aprendeu a lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Perseguido pelos patrões, voltou ao trabalho agrícola em 13 de maio de 1954, ao aceitar a oferta do sogro para trabalhar num sítio de sua propriedade em Sapé (PB). Ali, passou a organizar os camponeses para lutarem por seus direitos, visitando-os de casa em casa e organizando comícios nas feiras. Em 1958, com a ajuda de outros companheiros, fundou a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, a Liga Camponesa de Sapé. Na direção da Liga, estavam, além de João Pedro, João Alfredo Dias (apelidado de Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (o Pedro Fazendeiro).

A reação dos latifundiários ao trabalho da Liga foi violenta. Em 14 de março de 1961, foi assassinado Alfredo Nascimento, líder dos camponeses no engenho Miriri, pertencente aos Ribeiro Coutinho. Em 23 de dezembro daquele ano, Pedro Fazendeiro foi baleado num atentado – três anos depois, ele seria assassinado. Preocupada com as ameaças que os líderes recebiam, a esposa de João Pedro, Elizabeth, sugeriu ao marido que se mudassem da Paraíba. Ele respondeu: “Você e meus filhos podem ir; fico com os retratos, mas não me acovardo”. A cada crime cometido pelos latifundiários, os trabalhadores reagiam com denúncias e manifestações de protesto.

Em três anos, a Liga Camponesa de Sapé já reunia 15 mil camponeses, além de trabalhadores urbanos, estudantes, profissionais liberais e pequenos comerciantes. A organização inspirava o trabalho em outros municípios da região. Era uma ameaça à tradicional dominação dos fazendeiros. Quando um proprietário ficava sabendo que um morador estava envolvido na Liga, colocava-o para fora da propriedade. João Pedro ia até lá tentar uma solução. Mas o trabalhador era espancado e João Pedro, preso. A violência sobre os trabalhadores vinha tanto dos latifundiários como da polícia local. Elizabeth Teixeira lembra que havia uma forte repressão contra o marido; “João Pedro foi preso muitas vezes, batido, chegava em casa com as costas roxas de pau da polícia de Sapé da Paraíba”. Mas não falava em desistir da luta.



Memorial das Ligas Camponesas de Sapé - PB

LÍDER CAMPONÊS
FOI TOCAIADO
E ASSASSINADO
COM BALAS
DE FUZIL
DISPARADAS POR
PISTOLEIROS

A casa do líder camponês era rondada continuamente. Até que uma trama foi tecida para eliminá-lo. O sogro de João Pedro, que nunca concordou com suas atividades e, inclusive, tinha sido contra o casamento com sua filha (sob os argumentos de que ele era “pobre” e “preto”), vendeu o sítio onde eles moravam a um proprietário de terras e vereador de Sapé, Antônio Vitor. Pressionado, João Pedro recusou-se a sair das terras. O novo proprietário entrou com uma ação de despejo e com interdito proibitório para que ele não pudesse plantar. As ameaças tornavam-se constantes. “Tinha momentos em que ele chegava em casa e me abraçava, ficava abraçado comigo e dizia que iam tirar a vida dele”, contou Elizabeth. Ele perguntava à mulher se, caso isso acontecesse, ela iria assumir o lugar dele na Liga. Nesses momentos, ela ficava calada. Ele dizia: “Vão tirar a minha vida, minha filha, mas a reforma agrária vai ser implantada em nosso país para que a vida do homem do campo melhore, para que eles tenham o direito de criar seus filhos”. Depois da renúncia de Jânio Quadros, o líder camponês foi preso na Paraíba e levado para Recife, onde ficou detido num quartel durante 18 dias. Neste período, os proprietários da Várzea paraibana fizeram a ele uma oferta em dinheiro para que desistisse da luta.

No dia 2 de abril de 1962, João Pedro foi a João Pessoa para uma reunião que ocorreria com advogados. Era uma emboscada. Seria morto quando, depois de descer do ônibus, estava voltando a pé para casa na estrada entre Café do Vento e Sapé. Ele carregava cadernos e livros escolares que havia comprado para os filhos. Foi assassinado com balas de fuzil disparadas às 17h40 daquele dia. Um amigo de João Pedro contava que uma pessoa de sua família viu os três homens, “cada um montado num cavalo, o fuzil redobrado debaixo da cela”. As investigações indicariam, posteriormente, tratar-se de dois soldados da PM e de um vaqueiro. O corpo do líder camponês foi encontrado agonizando. Ali Elizabeth tomou a sua decisão.

No momento em que tomei conhecimento de que ele estava morto, em Sapé... cheguei lá, ele estava na pedra (...) aquele poço de sangue... Foi quando eu peguei na mão de João Pedro, olhei os olhos dele cheios de terra, da terra que quando ele recebeu os tiros. Caiu e recebeu a terra nos olhos. Comecei a tirar aquela terra dos olhos dele e disse: “João Pedro, a partir de hoje, eu dou continuidade à sua luta, para o que der e vier. Estou aqui para o que der e vier! Não tenho medo também de que eu seja assassinada”. E aí eu continuei a luta do João Pedro.

João Pedro Teixeira deixou a esposa e onze filhos. Na cerimônia do sepultamento, estavam presentes cerca de cinco mil camponeses da região. Na ocasião, o deputado estadual Raimundo Asfora, um apoiador das Ligas, disse: “Não vamos enterrar um homem; vamos plantá-lo. Pararam o teu coração. Surgirão novos camponeses revoltados, outros João Pedro, numerosos lutadores. Julgaram que desapareceste. Estás agora em toda a parte!”

A morte de João Pedro teve repercussão nacional e internacional. Os trabalhadores prepararam uma grande manifestação para o dia 10 de abril daquele ano, em

João Pessoa, mas não a realizaram por causa da operação militar realizada por tropas do IV Exército. Na véspera, os militares aprisionaram lideranças das Ligas e simpatizantes, sob pretexto de estar dando continuidade a um inquérito policial-militar destinado a apurar a responsabilidade de pessoas que estariam usando as Ligas para práticas subversivas e para o contrabando de armas.

Diante disso, o ato foi transferido para o 1º de maio. Reuniu cerca de 40 mil pessoas. As pressões levaram o então governador da Paraíba, Pedro Gondim, a exigir a apuração dos responsáveis e sua punição. Os mandantes do crime foram identificados: o usineiro Aguinaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Taveres, vulgo “Antônio Vítor”, conforme concluiu o juiz Walter Rabelo, em 27 de março de 1963. Os executores foram os pistoleiros cabo Antônio Alexandre da Silva, vulgo “Gago”, soldado Francisco Pedro da Silva, vulgo “Chiquinho”, “Nobreza” ou “Chicão”, e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, ou “Arnaud Claudino”. Todos foram condenados, menos Aguinaldo Veloso Borges, dono da usina Tanques. Sexto suplente de deputado estadual, ele obteve a “renúncia” de todos os outros para assumir e se beneficiar da imunidade parlamentar. Os dois soldados da PM foram presos. O vaqueiro desapareceu.

Em depoimento à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) o jornalista Jório de Lira Machado, que, em 1962, como repórter do jornal *Correio da Paraíba*, fez a cobertura do assassinato de João Pedro, relatou que os trabalhadores do campo ergueram um monumento a João Pedro Teixeira no local onde tombara, com a seguinte inscrição: “Aqui tombou João Pedro Teixeira, mártir da Reforma Agrária”. No dia 1º de abril de 1964, o monumento foi destruído por policiais e capangas dos latifundiários. Os grandes proprietários de terra da Paraíba realizavam assim, o primeiro ato comemorativo do golpe militar de 64.

Em 1964, o cineasta Eduardo Coutinho passou a produzir o filme *Cabra Marcado para morrer*, contando a história de João Pedro e da organização das Ligas. Após o golpe militar, o filme foi interrompido e só pôde ser retomado em 1981, com o lançamento em 1984. Manoel Serafim, que conheceu João Pedro em Pernambuco e tornou-se um dos narradores do filme, contou como soube da morte do líder camponês:

Por volta de oito horas mais ou menos estavam vendendo já a Folha do Povo com toda notícia, com toda reportagem dele, o pessoal tudo comprando e dizia assim: rapaz, mataram o presidente da Liga Camponesa da Paraíba. E aquele nome surgia assim numa notícia, como se fosse uma grande pessoa né... E sentimos uma tristeza assim. Houve isso, parece que o sol esfriou assim, não quis sair do lugar, e foi aquela serenidade fria, assim, aquela tristeza arrancando assim, aquela vida, com aquela saudade. Porque existe saudade sem alegria, aquela saudade com tristeza. E todo mundo sentiu.²⁰



O dia seguinte: Elizabeth teve de espalhar seus filhos entre os parentes para fugir da repressão.

(Memorial das Ligas Camponesas de Sapé – PB)

20. Depoimento no filme *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho, registrado em artigo de Antônio Montenegro, de 1999.



Manchete do Correio da Paraíba sobre a morte de João Pedro Teixeira. (Acervo DOPS, Arquivo Público de Recife)



Convite da federação dos trabalhadores para uma "passeata monstro" em protesto contra o assassinato do líder camponês. (Acervo DOPS, Arquivo Público de Recife)



Edição do Jornal Memorial das Ligas Camponesas de Sapê, em 2010. (Memorial das Ligas Camponesas de Sapê - PB)



Manchete do Diário de Pernambuco sobre a realização da passeata. (Acervo DOPS, Arquivo Público de Recife)

Um memorial para as Ligas em Sapé

Em janeiro de 2007, foi fundada em Sapé (PB) a organização não-governamental Memorial das Ligas Camponesas, com o objetivo de manter viva a memória das lutas camponesas. No aniversário de 48 anos da morte de João Pedro Teixeira, em 2 de abril de 2010, a ONG realizou uma homenagem ao líder camponês. O evento, denominado “Caminhada em Memória de João Pedro Teixeira”, começou com uma celebração ecumênica e política no município de Sobrado e seguiu até o crucifixo que marca o local do assassinato. Dali a procissão seguiu em direção ao povoado de Barra das Antas, município de Sapé, onde fica a casa em que morou o líder camponês. Um projeto em tramitação prevê a desapropriação do imóvel e sua conversão em um museu para a preservação da memória das Ligas Camponesas.

ELIZABETH TEIXEIRA

Depois da morte de João Pedro Teixeira, a luta dos camponeses de Sapé continuou, com a liderança de Elizabeth Teixeira, de João Alfredo Gonçalves (Nego Fubá) e de Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro). Numa ocasião, duas viaturas policiais foram até de líder sindical. Para assustá-la, fizeram-na caminhar entre fileiras de soldados, que disparavam tiros rentes a seus pés.

Quando eu cheguei lá, os pés cobertos de terra, eu disse: ‘Tenente, isso é mais uma prova de covardia. Não mataram João Pedro de emboscada? Não botaram uma emboscada e tiraram a vida de João Pedro? E por que não tiram a minha? Fazem isso’. Tantos disparos de tiros, foram muitos que a vizinhança, até muitos vizinhos pensavam que eu tinha sido assassinada. (...) Aí ele disse: “Entre no carro”. Eu disse: “Eu vou voltar para pegar os documentos porque eu não vou sem documento”. Aí voltei, quando eu cheguei em casa, a minha filha mais velha, Marluce Teixeira, me abraçou e disse: “Vão tirar a sua vida, minha mãe, vão tirar a sua vida e você não vai mais voltar”. Eu disse: “Não, filha, eles não vão tirar a minha vida. É só para me fazer medo e abandonar a luta”. “Não, mainha, vão tirar”. Aí eu peguei meus documentos e vim presa. Ela [a filha] mandou comprar veneno, ingeriu veneno com mel, tomou e morreu.

Quando ela tinha que se ausentar, sua filha caçula, de três meses, ficava sob os cuidados dessa filha mais velha, Marluce. Naquela ocasião, com a intercessão de um advogado da Liga, Elizabeth foi liberada. O carro do advogado foi levá-la em casa.



Memorial das Ligas Camponesas de Sapé - PB

ELA TIROU A TERRA DOS OLHOS DO COMPANHEIRO MORTO E FEZ ALI SUA PROMESSA: “JOÃO PEDRO, DE AGORA EM DIANTE, VOU CONTINUAR A SUA LUTA”

**História na carne:**

Elizabeth numa cena do filme *Cabra marcado para morrer*, em 1964.

(<http://www.escrevercinema.com>)

Quando chegou à casa, encontrou a filha passando mal devido ao veneno que havia ingerido. Levou-a ainda para um hospital, mas ela não resistiu. Era mais uma prova dura que a líder camponesa teria de enfrentar. “Então, eu senti o desespero dentro de mim, desespero para enfrentar a luta para o que desse e viesse”. Muitas das reuniões eram feitas na casa onde Elizabeth morava com os filhos.

Antes deste fato, um dos filhos, Paulo Pedro Teixeira, com dez anos, tinha sido atingido na cabeça por um disparo feito por um pistoleiro. Revoltado com a morte do pai, o menino começou a ficar na janela da casa e gritar para a rua: “Matararam o meu pai, mas quando eu crescer eu mato o bandido que matou o meu pai!” Elizabeth lembra que estava na sala, conversando com camponeses de Anta, quando ouviu o disparo. Correram e viram o sujeito saindo com a espingarda. Conseguiram dominar o pistoleiro, tomaram sua arma e o levaram à polícia. O menino estava caído no chão, com a bala alojada na testa. Passou vários dias em coma e seis meses internado por conta deste atentado. Mas sobreviveu. Era adulto quando veio a falecer.²¹

Veio então a ditadura militar de 64, que proibiu o funcionamento das Ligas Camponesas e interveio nos sindicatos de trabalhadores rurais. No dia 1º de abril houve prisões em massa em Sapé. Quando Elizabeth assumiu as atividades da Liga, a repressão voltou-se contra ela. A líder camponesa – que havia espalhado os filhos entre os parentes e enviado um deles para Cuba, onde cursaria medicina – passou a viver na clandestinidade. O regime militar – que prendeu, torturou e matou camponeses – libertou os dois soldados que assassinaram João Pedro Teixeira.

Pouco depois do golpe, Elizabeth foi presa e passou quase três meses detida no Grupamento de Engenharia. Ao sair da prisão, foi para a casa do pai, mas ele a rejeitou, dizendo que um dos filhos era a cara de João Pedro, o marido morto. A líder camponesa foi, então, para Recife, procurar um antigo vizinho, Manoel Serafim, militante do PCB. O amigo considerou que ela, muito visada pela polícia, não poderia ficar ali. Foi então para o Rio Grande do Norte, e durante algum tempo trabalhou na roça, apanhando feijão e arrancando batatas. Depois, tornou-se lavadeira. Nesta época, via muitas crianças nas calçadas e chorava, lembrando dos filhos que haviam ficado em Sapé. Usava o nome falso de Marta Maria da Costa. Conseguiu um trabalho alfabetizando crianças e permaneceu no Rio Grande do Norte durante 16 anos. Ao longo desse período, voltou às atividades políticas.

Num depoimento no seminário Memória Camponês, realizado em 2006, em João Pessoa (PB), Elizabeth Teixeira lembrava que muitos outros trabalhadores, além de João Pedro, haviam sido assassinados por defenderem a reforma agrária. Aos 81 anos, ela lembrava o quanto essa luta tinha lhe custado:

Hoje eu estou tão cansada, eu sofri tanto, tanto, que eu imagino até assim, como é que eu estou viva ainda hoje, pelo sofrimento que eu passei na vida. Não foi fácil ficar sem João Pedro Teixeira, com meus filhos. Depois, ficar sem meus filhos. Deixar tudo abandonado na ditadura militar. Foi muito triste.

21. Relato de Elizabeth em *Cadernos do Cedi*, 1985; e, ainda, na obra *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*, organizada por Bandeira, Miele e Godoy, 1997.

JOÃO ALFREDO DIAS, O NEGO FUBA

Líder das Ligas Camponesas em Sapé (PB), João Alfredo Dias, sapateiro e trabalhador rural, conhecido como “Nego Fuba”, foi uma das vítimas da repressão promovida pelo regime militar naquele estado. Preso e torturado pelos órgãos de segurança, João Alfredo, que era militante do PCB, desapareceu em setembro de 1964, quando foi solto do 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa, e estava respondendo inquérito sob a responsabilidade do major José Benedito Cordeiro. O nome de João Alfredo consta da lista dos 136 desaparecidos anexa à Lei 9.140/95, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes de opositores políticos no enfrentamento do regime militar.

Antes de 1964, João Alfredo já havia sido encarcerado diversas vezes em função de suas atividades políticas. Nas eleições municipais de 1963, já um membro atuante nas Ligas, ele tinha sido eleito vereador em Sapé com mais de 3 mil votos. A irmã do líder camponês, Marina Dias, recorda-se que em meados de 1961, logo após o casamento dela, ele fez uma viagem de seis meses para Cuba e China para aprimorar sua formação política.

Filho de um dos membros das Ligas em Sapé, Expedito Maurício da Costa, em relato para o livro *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba*²², ele mencionava que João Alfredo não era letrado, mas falava como se fosse “um homem formado”. Nos comícios, “ele falava em prol da reforma agrária, da defesa dos camponeses e abolição do chamado cambão nas fazendas”, recordava-se. João Alfredo era um orador entusiasmado e eloquente. Marina Dias lembrava-se que, quando jovens, o irmão recebia muitos livros e, sem energia elétrica em casa, lia com a luz de querosene. Ela, analfabeta, não sabia como ele havia aprendido a ler.

Em depoimento no seminário Memória Camponesa, realizado em João Pessoa (PB), em 2006, Marina contava que antes de seu irmão morrer, por três vezes, soldados invadiram sua casa, procurando por armas. Nunca encontraram nada. “Acordava de manhã cedo com eles na minha casa, a gente dormindo e eles lá na porta. E se nós não abrissemos a porta, eles invadiam, quebravam a porta e entravam”. Ela relatou que no dia do golpe militar, em 31 de março de 1964, um médico da localidade que era amigo do irmão levou-o para uma fazenda, pois sabia que ele estava correndo riscos. Como João Pedro Teixeira havia sido assassinado dois anos antes, a ameaça pairava no ar – fosse pela ação de latifundiários, fosse pela ação da polícia, e agora, do Exército. João Alfredo foi descoberto pelos militares na fazenda onde estava escondido. Levado à prisão, foi espancado. Em um exercício de sadismo, os policiais fizeram a irmã acreditar que ele já estava morto. Detalhes dolorosos que Marina nunca conseguiu esquecer:



“PODEM ME CORTAR EM 50 PEDAÇOS, MAS SERÃO 50 PEDAÇOS DE UM COMUNISTA”

22. Livro organizado pela Irmã Antônia Ham e Alder Calado, entre outros, publicado em 2006, em João Pessoa (PB).

Bateram muito nele, depois, passaram na minha porta tocando uma música, cantando e falando. Eles inventaram: “O Nego Fuba está morto, cortado em não sei quantos pedaços, está dentro de um saco”. Olha, isso foi uma dor muito grande que eu senti, lá dentro, quando eu senti aquelas palavras. Foi uma dor que eu não esqueço nunca. Depois meu irmão ficou preso três meses, incomunicável. Eu ia visitá-lo toda semana, mas não conseguia falar com ele. Depois de quase três meses foi que eu consegui falar com ele e com pouco tempo ele saiu, foi para casa. Com 15 dias, foi preso de novo e eu fui visitar ele, ainda o vi. Dessa última vez que ele foi preso, ele não vinha para a sala falar comigo. Nós falávamos por uma grade. E a última vez que eu o vi, ele falou assim: “Minha irmã, chega de sofrer, chega de fazer você sofrer. Eu não posso mais ver você sofrendo, eu vou embora, eu vou embora daqui”.

João Alfredo fazia esses planos para quando saísse da prisão. No último encontro, Marina deu ao irmão algum dinheiro para o momento em que fosse libertado. A família também vivia sérias dificuldades financeiras. A cada vez que ia a João Pessoa visitá-lo, Marina juntava todas as economias para a viagem. Recorda-se que, numa das vezes em que conseguiu abraçá-lo na prisão, percebeu que estava inchado. Tinha uma costela quebrada devido aos espancamentos e torturas que sofrera.

No período de 15 dias em que ficou fora da prisão, João Alfredo recebia conselhos do pai e do irmão para que fosse embora da cidade porque corria o risco de ser morto. “Ele dizia que não, que o lugar dele era aquele ali e se ele morresse, que morria um homem e morria sendo um comunista. Cortava ele em quatro, dez, vinte, trinta, quarenta, cinquenta pedaços e eram cinquenta pedaços de comunista”, relatou Marina Dias à Irmã Antônia Ham, em entrevista reproduzida no livro *Memórias do povo*.

Depois que ele voltou a ser preso, Marina o visitou outras vezes no quartel. “Lembro como se fosse hoje. Tinha um corredor comprido e eu entrava naquele corredor e ele vinha de lá de dentro e eu ficava na porta, uma porta larga. Ele ficava do lado de dentro e eu do lado de fora”. No dia 7 de setembro de 1964, seu marido ouviu a notícia de que João Alfredo havia sido libertado dias antes. A informação era de que ele teria sido solto no dia 28 de agosto. Mas não apareceu em casa.

Ela dirigiu-se ao quartel e lá recebeu a confirmação: “Ele foi solto no dia 27”. No dia seguinte, retornou ao quartel: “Meu irmão não apareceu! Onde está meu irmão?” Nunca obteve a resposta.

Uma notícia publicada em jornal da região dava conta que João Alfredo teria sido libertado. O que Marina sabe é que no dia 6 de setembro, uma segunda-feira, o irmão e outro trabalhador, Pedro Fazendeiro, foram transportados numa caminhoneta do Exér-

Reportagens noticiam o desaparecimento de João Alfredo, em 1964.

(Arquivo DMV)



cito, e “no outro dia apareceu aquele corpo mutilado, com três dias”. Ela se refere a uma foto publicada no jornal *Correio da Paraíba*, mostrando dois corpos carbonizados que haviam sido encontrados na estrada que vai para Caruaru, perto de Campina Grande. As cabeças estavam esfaceladas, mas Marina diz ter reconhecido o irmão pelo short listrado que ele usava. “O jornal era preto e branco, mas meu irmão era bem escurinho e na parte que era meu irmão era uma parte mais escura”, relatou Marina. Ela notou ainda a imagem de Pedro Fazendeiro, que tinha uma perna mais curta do que a outra e, na foto, estava com a perna encolhida. Ex-companheiro de cela, Antônio Bolinha reconheceu também o calção que Pedro Fazendeiro usava na prisão. Com o jornal nas mãos, Marina voltou ao quartel e interpelou um militar pedindo notícias sobre o paradeiro do irmão. Sugeriram que procurasse o Coronel Macário. Ela foi até a casa do militar e o encontrou com o Major Cordeiro. Os militares lhe asseguraram que tomariam providências para localizar seu irmão. Mas nada foi feito.

Dali em diante, Marina teve a sensação de que havia virado um monstro naquela cidade. Quando saía à rua, ouvia simpatizantes da UDN cochicharem: “Lá vai a irmã do Nego Fuba, a Nega Fuba”. No ano seguinte, ficou viúva. A situação financeira da família era difícil, pois seu pai, que trabalhava na usina Santa Helena, havia sido afastado do trabalho depois da prisão de João Alfredo. Por causa das humilhações e dessas lembranças dolorosas, Marina mudou-se para o Rio de Janeiro.

PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO, O PEDRO FAZENDEIRO

Lavrador e dirigente das Ligas Camponesas de Sapé (PB), Pedro Inácio de Araújo, conhecido como Pedro Fazendeiro, estava preso no 15º Regimento da Infantaria da Paraíba quando foi solto em 7 de setembro de 1964 e, desde então, nunca mais foi visto. Juntamente com João Alfredo, ele respondia a inquérito no Nordeste, sob a responsabilidade do coronel Hélio Ibiapina Lima, que foi promovido posteriormente ao generalato. Em 1993, um relatório das Forças Armadas, divulgado pela Comissão Externa de Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte do trabalhador. Em entrevista em 1979, Francisco Julião denunciava: “Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, na Paraíba, foi pendurado numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região”.

Antes de ser preso pelo regime militar, Pedro Fazendeiro, militante do PCB como seu colega João Alfredo, havia sofrido violências da polícia e de grandes proprietários de terra. Monsenhor Odilon Pedrosa escreveu, em seu livro de registros, que conheceu o líder camponês ao encontrá-lo em algumas manhãs no Hospital Sá Andrade, onde tratava de ferimentos que sofreu em decorrência de uma emboscada. Informações da imprensa local registram um atentado a bala, além de ferimento de faca peixeira, que teria sido praticado pelo cabo da Polícia Militar Antonio “Gago”. Na ocasião, testemunhas teriam impedido o



Arquivo DMV

LÍDER CAMPONÊS
FOI PENDURADO
NUMA ÁRVORE E
QUEIMADO COM
GASOLINA



Edição do jornal *Memorial das Ligas Camponesas de Sapé*, maio-junho, 2010. (*Memorial das Ligas Camponesas de Sapé*)

em João Pessoa (PB), recordava-se da ocasião em que a casa da família foi cercada pelo Exército e os militares invadiram a residência procurando armas. Encontraram somente panfletos que o pai havia trazido da viagem a Cuba, feita com João Alfredo e outros companheiros.

Recordo também das perseguições, quando ele estava no campo, às vezes trabalhando ou ajudando outros companheiros. A lavoura havia sido arrancada e ele ia com um grupo de camponeses e replantava a lavoura daquele camponês. A polícia surgia, comandada pelo Coronel Luiz de Barros, e prendia meu pai.

Neide ainda era criança quando, certa vez, ao retornar do colégio, viu seu pai passar num caminhão do Exército.

Eu não sei o que eles iam levando, se era um homem ou o maior bandido, como eles classificavam. (...) O certo é que meu pai ia escoltado em cima de um caminhão, com fileira de soldados... Aqueles caminhões que tinham bancos em cima, as fileiras de soldados de um lado e do outro e meu pai no meio deles. Na passagem dele, em casa, eu não sei distinguir o semblante dele, só sei que, para a gente, era muita tristeza.

Logo após o golpe de 1964, Pedro Fazendeiro havia passado algum tempo escondido na fazenda Mussuré, de Álvaro Magliano. Depois de algum tempo, ele se apresentou ao 15º R.I., na companhia de um advogado. A família tinha medo da polícia, mas “ainda acreditava no Exército”. Ao apresentar-se, porém, ele foi detido. As plantações que Pedro mantinha como posseiro, em Miriri, haviam sido destruídas.

A última vez em que Neide viu o pai foi no dia 6 de setembro de 1964. Nesse dia, durante a visita da família, que só podia durar sete minutos, Pedro chorou. A

assassinato. O policial foi um dos executores de João Pedro Teixeira, a mando de senhores de engenho.

Na obra *Que são as Ligas Camponesas?*, publicada em 1962, Francisco Julião refere-se ao fato de que o camponês Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, foi emboscado por um pistoleiro e, baleado duas vezes, ficou aleijado de uma perna. O atentado teria ocorrido depois que uma delegação formada por camponeses, operários e estudantes tinha viajado a Cuba para assistir às comemorações do Dia do Trabalho.^{23 24}

Neide Araújo, a filha de Pedro Fazendeiro, em depoimento no Seminário Memória Camponesa, realizado em 2006,

23. Ver Julião, 1962, p. 43.

24. *O Povo*, de 04/09/1983, citado por Barreira, 1992.

filha conta que a mãe perguntou a ele: “Pedro, quando você sai?” Ele respondeu: “Eu não sei. Major Cordeiro quer que eu diga coisas que eu não sei”. Acreditava que, na pior das hipóteses, ia passar ainda muito tempo na prisão. Quando voltaram para visitá-lo, no domingo seguinte, receberam a notícia que ele havia sido solto. Numa dessas ocasiões, carregando as roupas do pai que haviam sido levadas para lavar, a jovem perguntou ao Major Cordeiro sobre seu paradeiro. Ele respondeu:

Major Cordeiro - Eu soltei seu pai.

Neide – Não, o senhor não soltou meu pai!

Major – Se o seu pai não chegou em casa é porque ele foi para Cuba...

Neide – O meu pai não faria isso! Eu conheço o pai que tenho. Eu sei do amor dele pelos filhos e pela família. E eu sei que se meu pai fosse se ausentar para qualquer canto, houvesse o que houvesse, minha mãe seria comunicada.

Diante da sua insistência, o major perguntou se ela queria percorrer o 15º R.I.. A jovem recusou, pois temia que, assim como poderiam ter matado seu pai, ela – que havia entrado sozinha na sala – e também seu irmão, que havia ficado na recepção, tivessem o mesmo fim. Muitas vezes voltou lá.

Volta e meia aparecia algum homem na porta da casa, fingindo-se de mendigo e especulando se a família pensava em vingança. Ao mesmo tempo, chegavam cartas do IV Exército, de Recife, dirigidas a Pedro, convocando que se apresentasse. “Ora, se eles tinham matado o meu pai, como é que o meu pai ia se apresentar?” Com grande sacrifício, sua mãe, acompanhada de uma prima, ia até Recife. Quando chamavam pelo nome de Pedro Inácio, ela respondia: “Esse homem não chegou em casa. Esse homem desapareceu! Eu sou a esposa dele”. Ouvia como resposta: “A senhora não pode responder por ele”. Em meio à angústia do desaparecimento, a família lutava como podia contra a miséria. A única pista sobre o trágico fim de Pedro acabou sendo uma fotografia de dois corpos carbonizados encontrados perto de Campina Grande, que foi publicada no *Correio da Paraíba* em 10 de setembro de 1964.



Corpos carbonizados: ao verem essas imagens, parentes e amigos identificaram Pedro Fazendeiro e João Alfredo. (*Correio da Paraíba*, 02/09/1995)

Quando eu vi o jornal, não tive a menor dúvida. Eu sabia que aquele homem era o meu pai, pela composição física dele, pela composição física do João Alfredo, porque eu também conhecia João Alfredo, então eu não tive a menor dúvida. E nos pulsos do meu pai tinha arame farpado, amarrado. Quem pegar a foto e olhar detalhadamente, como eu que sou filha e olhei, vai ver isso. Veio a anistia, só que eu não acredito nesta anistia porque anistia é uma coisa aberta, uma coisa assim para você saber tudo e até hoje eu não sei. Eu sei por comentários, que vazaram os olhos do meu pai com agave, que fizeram atrocidades, mas eu não sei pelas autoridades o que realmente aconteceu com meu pai. Sei que o fizeram passar por ladrão porque o jornal dizia assim: “Esquadrão da morte executa mais dois”. (...) Então, o fizeram passar por ladrão, denegriram a imagem dele, mas eles denegriram a si mesmos, por serem tão covardes.

FRANCISCO DE ASSIS LEMOS SOUZA

Memória Camponesa, NUAP/MN-UFRJ



88

EX-DEPUTADO E
DIRIGENTE DAS
LIGAS FOI PRESO,
TORTURADO
E TEVE SEU
MANDATO
PARLAMENTAR
CASSADO EM
1964

Nascido em 1929, em Areia (PB), Francisco de Assis Lemos Souza exercia a atividade de agrônomo quando passou a observar que os trabalhadores do campo na região nordeste não recebiam salários pelo trabalho prestado aos proprietários de terras. Tinham que se abastecer em barracões e eram submetidos a um verdadeiro sistema feudal. Foi para tentar mudar esta ordem de coisas que ele, um professor universitário, passou a trabalhar nas Ligas Camponesas da Paraíba, juntamente com os líderes João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro e João Alfredo. “A Liga Camponesa surgiu para quebrar esse sistema, para que os camponeses passassem a receber salário e pagar o aluguel da terra, ficando livres do barracão”, explicou Assis Lemos, em depoimento no Seminário Memória Camponês, realizado em João Pessoa (PB), em 2006. Na época, aos 77 anos, ele resgatava detalhes ainda dolorosos de sua trajetória política. Quarenta e dois anos depois da perseguição sofrida no regime militar – que lhe impôs ainda o exílio no próprio país – voltou à Paraíba para contar o que viveu.

No início dos anos 60, Assis Lemos tornou-se presidente da Federação das Ligas da Paraíba e, em 1962, elegeu-se deputado estadual com a maior votação do estado. Com o golpe militar, foi preso, torturado e ameaçado de morte. Perdeu o mandato de deputado estadual, os direitos políticos e a cátedra universitária. Entre 1954 e 1964, tinha sido professor de Economia Rural na Escola de Agronomia do Nordeste, e professor catedrático de Economia na Universidade Federal da Paraíba e na Escola de Engenharia, entre 1960 e 1961. Ele é autor do *Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 1964*, publicado inicialmente em 1996 e relançado em 2ª edição em 2008. Nesta obra, narra as atividades das Ligas, revelando as violências praticadas pela polícia e pelos latifundiários contra os trabalhadores e seus líderes.

Antes mesmo do regime militar, Assis Lemos sofreu violências de jagunços comandados por proprietários de terra que tentavam barrar a sua ação nas Ligas. Um episódio ocorreu em 1961, quando ele e Pedro Fazendeiro foram a Itabaiana, com o objetivo de visitar o local onde seria instalado um posto médico, conquistado pela Liga.

Estávamos na sede da Liga Camponesa, em Itabaiana, quando entrou um grupo de cerca de 10 homens, liderado por Manfredo Veloso Borges, começou a agredir Pedro Fazendeiro. Um deles me reconheceu e Manfredo disse: “Esse é para matar”. Aí um homem forte me deu uma joelhada e caí fora, na calçada, o que me permitiu fugir. Procurei o delegado de Polícia para que fosse pegar Pedro Fazendeiro, que estava todo ensanguentado. De lá fui levado ao Palácio da Redenção, em João Pessoa, onde fui recebido por Luiz Oliveira Lima, chefe da Casa Civil, que me levou para o Pronto Socorro. O médico Jacinto Medeiros me atendeu e determinou que eu ficasse internado por 40 dias.

Enquanto estava hospitalizado, recebeu a visita do almirante Cândido Aragão, então comandante dos Fuzileiros Navais, que desejava saber que arma ele portava. “Disse que não tinha arma nenhuma e ele afirmou que eu era um louco, por andar desarmado. Com isso, ele me deu um Colt 45, privativo das Forças Armadas, fazendo-me assinar um termo de empréstimo”, afirmou.

Em 31 de março de 1964, reuniu-se, em João Pessoa, com um grupo que discutia a iminência de um golpe militar no país. Por uma decisão do grupo, Assis Lemos, entre outros, foi a Recife conversar com o então governador Miguel Arraes. Naquela noite, um comício havia sido marcado no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa, para protestar contra um quartel da polícia militar criado em Sapé. Ao chegar de Recife, encontrou-se com o deputado José Maranhão e ambos foram jantar. Quando se dirigiram para participar do comício, às 20h30, não encontram ninguém no local. Aí receberam a informação de que os participantes tinham sido levados presos para o 15º Regimento. “Foi aí que pensamos que o golpe militar já estava começando”, ressaltou.

No dia 6 de abril, Assis Lemos foi procurado pelo Exército em Recife. Estava escondido na casa de Osmar de Aquino, cuja esposa era prima do general Antônio Bandeira. Mas alguém o viu no alpendre da casa e o denunciou à polícia. A esposa de Osmar disse que percebeu movimentação na frente da residência e que, se fosse do Exército, ele deveria saltar o muro nos fundos. Confirmada a suspeita, ele pulava o muro, quando foi preso, sob a mira de uma metralhadora. Preso, foi interrogado pelo coronel Hélio Ibiapina Lima, chefe da Infantaria Militar no Nordeste, sobre a arma privativa do Exército. Respondeu que havia jogado o Colt 45 no rio Capibaribe, na noite do dia 31 de março, quando havia chegado a Recife. Ficou detido na Companhia da Guarda. “Fui o primeiro preso a chegar naquela Companhia, depois vieram outros, como Miguel Arraes”, lembrou. Na noite do dia 9 de abril, o coronel Ibiapina o trouxe de Recife para João Pessoa, onde ficou no 15º Regimento de Infantaria.

Na saída do Recife, no bairro de Macaxeira, o coronel Hélio Ibiapina mandou parar o jipe e tirar minha roupa. Me amarraram num galho de árvore, como pau-de-arara, querendo saber das armas que eu tinha trazido de Cuba para os camponeses. Mas só que eu não tinha armas, só faca e instrumentos de trabalho. Depois dessa tortura, colocaram-me no jipe e fui trazido a João Pessoa, onde cheguei quase meia-noite.

O episódio de cassação do seu mandato teve início no dia 9 de abril de 1964, através de um pedido encaminhado pelo deputado Joacil de Brito Pereira, sob a alegação de que ele estava praticando atos anti-revolucionários. No dia 10 de abril, saiu o Ato Institucional nº 1, estabelecendo que só o Comando Militar poderia fazer a cassação. Os deputados favoráveis à sua cassação, no entanto, encontraram uma forma de subtrair-lhe o mandato alegando “falta de decoro parlamentar”.

Por causa da cassação pela Assembléia Legislativa da Paraíba, onde era um dos oito deputados do Partido Socialista – então a segunda maior bancada – Assis Lemos

teve os direitos políticos suspensos por 10 anos. No dia 12 de abril, foi mandado para a ilha de Fernando de Noronha, com outros prisioneiros. “Houve um fato interessante, quando chegamos no aeroporto de Recife. Ficamos sentados no chão. Um tenente disse ao capitão que tinha verdadeiro pavor de viajar de avião, pois teria de ir a Fernando de Noronha, e pediu para que houvesse o fuzilamento”. Dois oficiais retiraram-se por algum tempo e depois retornaram.

Quando voltaram, nos levaram para um lugar de menor movimento e nos colocaram em frente a um muro, preparando os fuzis. Aí um dos integrantes do grupo caiu no chão, lamentando que não iria ver a filha, que tinha acabado de nascer. Eu também tinha uma filha que nascera há 13 dias. Aí o deputado Gilberto Azevedo disse que parasse o choro e que, se era para morrer, iriam morrer como homens. Quando estava tudo preparado, os militares nos levaram para outro canto, para almoçar. Foi apenas uma guerra de nervos.

90



Reencontro: Neide Araújo, filha de Pedro Fazendeiro, ao lado de Assis Lemos no Seminário Memória Camponesa da Paraíba, em 2006 .

(Memória Camponesa, NuAPI/MN-UFRJ)

O ex-deputado permaneceu em Fernando de Noronha até o dia 30 de maio de 1964. Depois, foi encarcerado no quartel do 15º Regimento de Infantaria de João Pessoa, na mesma prisão em que se encontravam Pedro Fazendeiro e João Alfredo. “Éramos acusados da mesma coisa e eles dois foram mortos”. Acredita que seria a próxima vítima. Foi justamente a descoberta do desaparecimento de Pedro Fazendeiro e de João Alfredo que o alertou para o risco de ser assassinado quando saísse da cadeia. No dia em que estava recebendo a visita de sua mulher, Assis Lemos viu a esposa de Pedro Fazendeiro entrando no quartel e perguntou-lhe como estava Pedro, que havia sido solto dias antes. Dona Maria disse que estava ali para visitá-lo e ainda insistiu que tinha que entregar as roupas trazidas de Sapé a João Alfredo. Foi quando ele avisou a mulher de que o marido dela e João Alfredo já haviam sido libertados. Recomendou então à sua esposa que fosse com sua mãe procurar o Major Cordeiro para lhe dizer que, caso tivesse planos de libertá-lo, Assis Lemos só sairia acompanhado pela família.

Depois, fui transferido para a prisão em Recife e fui solto no dia 14 de outubro de 1964. Saí da prisão no dia 16. Fiquei dois dias lá no quartel, por minha conta, com o apoio do Arraes, do Gregório Bezerra e daqueles companheiros todos, porque o dia da visita era na quarta-feira. Então, eu fui solto e saí com minha família.

Assis Lemos teve que deixar o estado para não ser morto. Ficou vivendo no Paraná. Uma das cenas dolorosas que guarda na memória é do impacto que seu filho pequeno teve, ao descobri-lo preso.

Meu filho, na hora em que eu estava preso no Quartel do 15º Regimento de Infantaria foi me visitar e eu estava atrás das grades. Na hora em que eles iam sair, pediu que eu fosse com eles, e eu não pude ir. Ele perguntou: "O senhor está preso?". Eu disse: "Não, não estou preso". Mas quando ele insistiu e eu fiquei na grade, ele caiu no choro dizendo que eu, de fato, estava preso. A partir daquele momento, ficou gago e sofre até hoje com isso.

Depoimento

Alfredo Nascimento, do engenho Miriri, foi o primeiro líder camponês morto na Paraíba nas ações pré-64

"Na Paraíba, sobretudo aqui na Várzea, o trabalho do homem era o trabalho gratuito, o chamado "cambão" - em que o trabalhador, para morar em uma fazenda, tinha que dar dois, três, quatro e até cinco dias de trabalho de graça para poder plantar ao redor do seu casebre. Tudo aquilo que ele produzia não podia levar à feira da cidade, tinha que entregar ao barracão da fazenda e tudo aquilo que o camponês precisasse também tinha que ir buscar no barracão da fazenda. Nessa relação não entrava dinheiro. Quantos companheiros, quantos camponeses, naquela época, a gente encontrava já com o cabelo branco, que nunca tinha botado uma moeda no bolso porque o seu trabalho, o seu relacionamento era esse, era a troca daquilo que produzia por aquilo que tinha no barracão da fazenda.

Em Rio Tinto, onde era cobrado o maior "cambão" da Paraíba, toda a terra pertencia ao grupo Lundgren, até a casa do padre era do grupo. Então, os trabalhadores trabalhavam cinco dias por semana de graça e tinham que fazer o relacionamento com o barracão. No dia em que o camponês precisasse sair do município para ir a outro lugar era preso porque estava devendo ao barracão. E como o camponês ia saber se estava devendo ao barracão, se a grande maioria não sabia ler nem escrever? E pelo fato de que grande parte dos camponeses não sabia ler nem escrever, surgiu em João Pessoa uma organização chamada Ceplar, que usava o método Paulo Freire. Essa campanha de alfabetização foi uma coisa espetacular, uma grande conquista que os camponeses da Paraíba tiveram.

Então, a luta maior foi acabar com o "cambão". O camponês pagaria o foro da terra, o aluguel de sua casa, mas receberia na base do salário, da época, o trabalho que desse na propriedade. Quando se faziam as contas, o camponês ia verificar que estava sendo violentamente explorado pelo dono da terra. Então, passou a lutar contra o "cambão". O início da Liga foi exatamente isso. Quem começou isso, subindo nos tamboretas, nas feiras, para fazer o discurso, falar com os camponeses foi o João Pedro Teixeira, o Pedro Fazendeiro e o Nego Fuba, que era o orador das Ligas Camponesas de Sapé. Era ele quem convencia mais aqueles moradores, no dia da feira, a entrarem nas Ligas.

Assim foi se conseguindo uma vitória atrás da outra, até que houve uma reunião em João Pessoa entre um grupo de proprietários e as Ligas Cam-

ponesas, onde o governo conseguiu um acordo, que a partir daquele dia estava acabado o “cambão” na Paraíba. O engenho que primeiro se organizou foi o engenho Miriri, que tinha o companheiro Alfredo Nascimento como líder. Todos os camponeses de Miriri participavam das Ligas. Alfredo foi ameaçado de morte, veio a João Pessoa e aqui, jornalistas, líderes sindicais, líderes dos estudantes, todos se organizaram – eu estava presente também – e fomos à casa do governador Pedro Gondin. Ele morava em Tambaú, nós fomos lá pedir garantia de vida para que Alfredo pudesse voltar ao seu trabalho. O governador deu a garantia, chamou o comandante da Polícia, o secretário de Segurança e disse que, a partir daquele instante, Alfredo Nascimento estava com a sua vida garantida. Alfredo voltou, estava chegando à fazenda, quando o administrador, um sargento da Polícia, atirou nele e o matou. Foi o primeiro líder camponês morto na Paraíba. Ele era um grande líder: tinha conseguido que todos os camponeses – cerca de 700 ou 800 – que moravam no engenho Miriri, se associassem à Liga Camponesa de Sapé. A partir daí a luta contra o “cambão” se intensificou.

No sertão da Paraíba, o trabalhador e sua família plantavam o algodão até a sua colheita e teriam direito à metade, ou à terça parte da produção. O resto ficava para o proprietário. Mas na hora de pesar o produto – isso nós descobrimos no município de Souza, em uma visita dos estudantes de Agronomia a uma fazenda – o camponês era roubado. Quando chegamos lá, tinha uma fila enorme de mulheres, homens, todos com um saco cheio de algodão colhido para pesar numa balança que estava lá, no meio do campo. O peso da balança era uma pedra. Quando terminou, um estudante de Agronomia disse: “Espere aí, quantos quilos tem essa pedra?”. O fazendeiro disse: “Tem dois”. “E essa aqui?” “Essa aí tem um”. (...) Isso mostrava que até no peso do algodão o trabalhador era enganado.

Nas usinas da Paraíba, não sei se os antigos companheiros se lembram, quando o trabalhador cometia algum erro – um erro para o usineiro, não um erro para o camponês – ele era colocado dentro de um tanque d’água. Um tanque cheio d’água, no o camponês ficava com água até o pescoço. O tanque era trancado e o camarada podia ser condenado a um dia, a dois, a três. Se o camponês não resistisse e se afogasse, morresse, não tinha problema. Abria o tanque, tirava o cadáver e enterrava. Era isso o que acontecia na Paraíba. Era uma violência, uma coisa tremenda.

As Ligas Camponesas ficaram conhecidas no mundo inteiro. Jornalistas da Alemanha, dos Estados Unidos, da França, vinham para cá e até o presidente Kennedy ficou de vir diretamente a Sapé. Houve uma revolta muito grande, na época, porque como é que o líder americano viria exatamente a Sapé, onde havia sido derramado sangue de vários camponeses? Então, as lideranças estudantis, operárias, ficaram contra a vinda do presidente Kennedy, mas Luiz Carlos Prestes, com sua inteligência espetacular, mudou tudo, dizendo que se devia apoiar essa vinda de Kennedy à Paraíba, porque o representante dos camponeses paraibanos iria falar na saudação a Kennedy. Só falariam três

pessoas: o líder da Paraíba, camponês, Jacqueline Kennedy, que queria falar, e o presidente John Kennedy. Três oradores, mas iriam falar para o mundo todo. Então, Prestes disse: “Quem for falar em nome dos camponeses, vai fazer uma denúncia não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro que vai transmitir a vinda do Kennedy”. Porque o Kennedy havia dito que o Nordeste seria o segundo Vietnã. Disse que aqui iria haver uma revolução tão grande quanto a do Vietnã, e ele precisava vir para saber a real situação, para poder dar ajuda para os camponeses. Isso não aconteceu porque o Kennedy foi assassinado.

Então, a mãe do Che Guevara, o presidente Juscelino Kubitschek, o presidente João Goulart, todos vinham para conhecer a real situação dos camponeses. A luta na Paraíba que fez com que o presidente João Goulart, no dia 13 de março de 1964, decretasse a reforma agrária. Dez quilômetros de cada lado da estrada federal, rodovia ou estrada de ferro, ou açude seriam desapropriados para que os camponeses pudessem plantar. Isso foi interrompido com o golpe militar de 1964.

Trecho do depoimento de Francisco de Assis Lemos Souza, ex-deputado e ex-presidente da Federação das Ligas da Paraíba, no seminário *Memória Camponesa*, realizado em 2006, em João Pessoa (PB).



Palco e palanque:

presidente Juscelino, sob o guarda-chuva, ao lado de Assis Lemos (à esq.), discursa na visita a Sapé.

(*Memória Camponesa, NuAPI/MN-UFRJ*)

Um conflito envolvendo camponeses, policiais e capangas de um fazendeiro, ocorrido em 15 de janeiro de 1964, no município de Mari (PB), conhecido como a “Chacina de Mari”, provocou a morte de onze pessoas. Entre os mortos, estavam dois policiais, três vigias, um economista, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela localidade, Antonio Galdino. Alguns documentos sobre o conflito foram encontrados pelo historiador Valdir Porfírio da Silva nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em pesquisa realizada em 2003. Durante o seminário *Memória Camponesa*, ocorrido em 2006, em João Pessoa (PB), o historiador mencionou que, na ocasião do massacre, os latifundiários tentaram jogar a culpa do conflito sobre os camponeses. Entidades se mobilizaram para desmentir esta versão.

No mesmo seminário, o ex-deputado Francisco de Assis Lemos Souza, ex-dirigente das Ligas Camponesas na Paraíba, contou que, em 1964, naquela região, começou a chover mais cedo e os camponeses partiram em grupos para solicitar aos proprietários uma área para poder começar a plantar mais cedo. Ao lado de Mari, havia uma fazenda pertencente a Nesinho de Paula, que

“Chacina de Mari”: o pivô foi uma arma do Exército que estava nas mãos de um administrador da fazenda

consentiu que os camponeses plantassem. Então, mais de 300 camponeses entraram na área e começaram a plantar. Outro grupo continuou procurando uma área para plantar e entrou na fazenda da esposa do usineiro Renato Ribeiro Coutinho. A sua passagem foi impedida pelo administrador da fazenda, de arma em punho. Os camponeses cercaram o administrador e tomaram a sua arma. Teria sido um fato de menor importância se a arma não fosse um revólver Colt 45, privativo das Forças Armadas. Naquela época, quem fosse pego com uma arma das forças armadas era condenado a dois anos de prisão sem direito a defesa. A usina se mobilizou, levou o destacamento de polícia de Santa Rita para procurar o trabalhador que estaria com a arma. O revólver estava com o presidente do sindicato de Mari, Antônio Galdino. Sob a mira de metralhadoras, o sindicalista – sem saber das implicações envolvidas no fato de uma arma como aquelas estar nas mãos de um administrador da fazenda – entregou o revólver à polícia. O desfecho é narrado por Assis Lemos:

Na hora em que ele entregou, um policial do grupo atirou nele e o matou. Os camponeses, com seus instrumentos de trabalho, entraram na luta e, ao final, foram onze mortos. Os camponeses se apropriaram da arma, trouxeram para mim à noite e me entregaram. Eu anunciei que ia entregar ao ministro da Guerra para denunciar que os senhores de engenho e os latifundiários tinham armas privadas das Forças Armadas. Era o maior escândalo, por isso que eles fizeram toda aquela aventura para recuperar a arma.

MARGARIDA MARIA ALVES

Acervo Fundação Margarida Alves



PRESIDENTE DO
SINDICATO DE
ALAGOA GRANDE
FOI MORTA A TIROS
POR PISTOLEIRO
ENCAPUZADO,
DIANTE DO MARIDO
E DO FILHO

Era em torno de 18 horas do dia 12 de agosto de 1983 quando Margarida Maria Alves, 50 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, foi assassinada a tiros por um pistoleiro encapuzado. Ela foi fulminada à porta de sua casa, à vista do marido, enquanto contemplava o filho de dez anos que brincava na rua. O assassino, contratado por senhores de engenho da região do brejo paraibano, aproximou-se paralelamente à parede da casa e ao chegar frente à porta disparou com uma espingarda calibre 12, carregada com pregos enferrujados e chumbo grosso, contra a cabeça de Margarida. De acordo com registros do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), “devido à violência do impacto, o umbral da porta e as paredes da casa ficaram salpicados de restos de cérebro, sangue e pele...” Depois de matá-la a queimadura, o assassino retirou-se calmamente, indo ao encontro de outros dois capangas que o aguardavam. A cena do corpo de Margarida, ensanguentado e jogado ao chão, perdurou na memória do filho, José de Arimatéia Alves.

Naquele período, a sindicalista havia conquistado na Justiça a readmissão de trabalhadores em usinas. O enfrentamento dos senhores de engenho que exploravam a mão-de-obra dos trabalhadores do campo tornou-se uma das marcas de sua

atuação como sindicalista. A exigência de carteira assinada, 13º salário, redução da jornada de trabalho e férias, entre outros direitos, levou-a dar entrada em 73 ações trabalhistas contra os latifundiários da região. No ano anterior, Margarida Alves já havia sido agredida por José Mil, dono do engenho Miranda. No Brejo Paraibano, tornava-se conhecido e temido o “Grupo da Várzea”, que reunia senhores de engenho e grandes donos de terra dispostos a eliminar os líderes dos camponeses. Foram os mandantes da morte de Margarida.

Pouco antes do assassinato ela havia sido ameaçada por Agnaldo Veloso Borges, proprietário da usina Tanques. Este mesmo usineiro havia sido apontado pelo pistoleiro que assassinou João Pedro Teixeira como o mandante do crime ocorrido em 1962. Margarida Alves levava a público as ameaças e intimidações que vinha sofrendo. Dias antes de sua morte, ciente dos riscos que corria, disse: “Não fujo da luta...”. Em seu último discurso, sustentava que era preferível “morrer na luta que morrer de fome”. Outras ameaças haviam lhe sido feitas naquele período. Segundo o Centru,

o filho de um senhor de engenho espancou uma moradora de suas terras, sendo esta velha e aleijada. Tomando conhecimento do fato, o Sindicato de Alagoa Grande, na pessoa de Margarida Maria Alves, moveu um processo no valor de 2 milhões e trezentos mil cruzeiros. João Carlos de Melo, pai do agressor e proprietário do engenho Jenipapo teria ameaçado Margarida e a moradora dizendo que ‘ela podia receber o dinheiro, mas não ia gastar’.

Caçula de uma família de nove irmãos, Margarida começou a trabalhar na terra aos oito anos de idade. Ao completar 28, foi morar na zona urbana do município e continuou a estudar. Foi através da ajuda e influência do padre Geraldo que começou a se inserir no STR de Alagoa Grande. Iniciou as atividades como tesoureira da entidade, elegendo-se presidente do sindicato quando tinha 40 anos. Em suas gestões, moveu mais de 600 ações trabalhistas contra senhores de engenho e senhores de engenho da região. Se sua eleição havia sido algo inédito no Nordeste da época, mais inédito ainda foi o fato de ter permanecido no cargo por 12 anos. A trajetória de Margarida Alves estimularia outras mulheres a se tornarem líderes rurais.

Depois do crime, o Tribunal de Justiça da Paraíba rejeitou, por 12 votos a 2, a representação do governo estadual para a formação de uma comissão judiciária para apurar o assassinato de Margarida. Foi aberto inquérito e o delegado Gilberto Rosa identificou o criminoso, decretou sua prisão preventiva, mas não conseguiu prendê-lo. O nome não foi revelado para “não prejudicar as investigações”. Conforme o delegado, seis pessoas estavam envolvidas no assassinato, sendo que três delas já haviam sido presas: José Nicolau Alves da Silva, Roberto Alves Cavalcanti (respectivamente, pai e filho) e Félix Vicente. Entre os autores estavam o soldado da Polícia Militar Betaneo Carneiro dos Santos, os irmãos Amauri José do Rego e Amaro José



Uma morte anunciada: ameaças feitas por integrantes do Grupo da Várzea não intimidaram a líder sindical.

(Acervo Fundação Margarida Alves)

do Rego, além de Biu Genésio, motorista do veículo utilizado no crime e morto em 1986 como “queima de arquivo”.

Vinte sete anos depois, o assassinato de Margarida continua impune e o processo foi arquivado. Dos cinco acusados de serem mandantes do crime, ligados ao Grupo Várzea, apenas dois foram julgados e absolvidos: Antônio Carlos Coutinho e José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque. Dos outros mandantes, Agnaldo Veloso Borges já faleceu e os irmãos Amaro e Amauri José do Rego estão foragidos. Em julho de 1994, o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, criou uma organização não governamental em homenagem à líder sindical: a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos “Margarida Maria Alves”. Desde o ano 2000, entidades do campo organizadas pela Contag e pela CUT realizam a “Marcha das Margaridas”, uma mobilização que reúne milhares de mulheres trabalhadoras rurais em Brasília.

Alfredo Nascimento, líder da Liga Camponesa de Sapé que atuava no engenho Miriri, assassinado pelo administrador do engenho, em 14 de março de 1961. Primeiro ativista das Ligas a ser assassinado no estado. Alfredo já vinha sendo ameaçado de morte em função de sua atuação na organização dos trabalhadores contra o "cambão", juntamente com uma comissão formada por parlamentares e líderes sindicais e estudantis tinha ido à residência do então governador da Paraíba, Pedro Gondin, pedir garantias de vida. Obteve a garantia de que nada iria acontecer com ele. Ao retornar à fazenda, foi atingido mortalmente por um tiro disparado pelo administrador do engenho, também sargento da polícia. [Fonte: Seminário Memória Camponesa da Paraíba, 2006]

João Pedro Teixeira, fundador e vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé (PB), uma das mais combativas e atuantes do país, assassinado a tiros por pistoleiros, a mando de latifundiários da região, em 02 de abril de 1962. [Fonte: Cadernos do Cedi, n.14, 1985; livro *Memórias do povo*; Seminário Memória Camponesa da Paraíba, 2006]

Antônio Galdino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da localidade de Mari (PB), morto numa ação conjunta da polícia e de capangas de latifundiários, na chamada "Chacina de Mari", ocorrida em 15 de janeiro de 1964, que resultou em 11 mortes: quatro pessoas que atuavam ao lado dos camponeses e outras sete ligadas à polícia e aos proprietários da área. [Fonte: Seminário Memória Camponesa da Paraíba, 2006]

João Alfredo Dias ("Nego Fuba"), lavrador, líder das Ligas Camponesas em Sapé, desaparecido desde 29 de agosto de 1964, quando foi solto do 15º R.I. da Paraíba e estava respondendo inquérito sob a responsabilidade do major Cordeiro. [Fonte: MST; Livro *Memórias do povo*; Seminário Memória Camponesa da Paraíba, 2006]

Pedro Inácio de Araújo ("Pedro Fazendeiro"), lavrador, líder das Ligas Camponesas de Sapé, desaparecido em 7 de setembro de 1964, ao ser solto do 15º R.I. da Paraíba onde estava preso. Juntamente com João Alfredo, ele respondia inquérito no Nordeste, sob a responsabilidade do general Ibiapina Lima. [Fonte: MST; Contag; Livro *Memórias do povo*; Seminário Memória Camponesa da Paraíba, 2006]

Elizabeth Teixeira, líder das Ligas Camponesas de Sapé, viúva de João Pedro Teixeira, perseguida e ameaçada de morte por latifundiários da região, foi presa por diversas vezes durante o regime militar. Para fugir às perseguições, ela viveu por 16 anos com um nome falso no interior do Rio Grande do Norte. [Fonte: Cadernos do Cedi, n.14, 1985; livro *Memórias do povo*; Seminário Memória Camponesa da Paraíba, 2006]

Francisco de Assis Lemos Souza, agrônomo, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, deputado estadual, foi preso, torturado, ameaçado de morte e teve seu mandato cassado pelo regime militar em abril de 1964. [Fonte: Seminário Memória Camponesa da Paraíba, 2006]

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO



Na lei ou na marra: líderes das Ligas Camponesas foram alvo privilegiado das atrocidades de latifundiários e do regime militar.

(Arquivo Público de Recife-PE)

José Silvano Valdivino, lavrador, posseiro da Fazenda Salamargo, em Cruz do Espírito Santo, assassinado em outubro de 1981, vítima de conflito pela posse de terras. O lavrador foi atingido por seis tiros de revólver. Segundo testemunhas, o criminoso, a mando do patrão, já havia derubado com um trator o casebre onde José Silvano residia e começou a invadir com outros capangas o roçado de vários moradores da região. [Fonte: Contag, MST]

José Severino da Silva, lavrador, posseiro da Fazenda Pedra do Marinheiro, em Serra Redonda, assassinado em outubro de 1981. O autor do crime foi o pequeno proprietário de terras em que José Severino trabalhava. A vítima havia entrado com uma ação de manutenção de posse da terra, obtendo uma liminar. [Fontes: Contag; MST]

Luís Pedro da Silva, trabalhador rural, vítima de tentativa de assassinato por parte do capataz da Fazenda Árvores Alta, em Alhandra, em 1982. [Fonte: Contag]

José Francisco de Oliveira e José Henrique da Silva, trabalhadores, espancados, tiveram suas casas e pertences queimados por jagunços da Fazenda Camocim, município de Pitimbu, em 1982. [Fonte: Contag]

Margarida Maria Alves, presidente do STR de Alagoa Grande, assassinada a tiros por pistoleiros contratados por grandes proprietários de terra, em 1983. [Fontes: Contag; MST]

Antônio Nunes da Silva, trabalhador rural, morador do sítio Raimundo, município de Dona Inês, morto em 15 de fevereiro de 1984, na estrada que liga o referido sítio ao município. Ele ocupava uma área de dois hectares encravada na fazenda de Raimundo Idalino. O fazendeiro vinha ameaçando-o de expulsão desde setembro de 1983, ape-

sar de o posseiro ter recebido liminar garantindo a sua permanência na terra. Após o crime, o latifundiário e sua família abandonaram a área. [Fonte MST]

Antônio Miguel de Brito, lavrador, morador do engenho Bonfim, no município de Alagoa Grande, encontrado morto, amordaçado, com as mãos e os pés amarrados, degolado e jogado em um buraco, dentro da propriedade onde trabalhava e residia. O assassinato ocorreu em 03 de abril de 1984. A esposa do lavrador afirmou que vinha sendo ameaçado pelo patrão, Marcelo Venturino, por ter pedido o 13º salário. Ela declarou que outros companheiros de seu marido foram agredidos a tapas e coronhadas de revólver pelo usineiro por terem feito a mesma reivindicação. [Fonte: MST]

Anastácio Abreu de Lima, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto, morador do município de Rio Tinto, morto em 10 de novembro de 1984, com seis tiros e três facadas. O crime teria sido encomendado por proprietários dos canaviais, como revide à atuação do sindicato na greve dos cortadores de cana, em outubro. O então presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais da Paraíba, Álvaro Diniz, responsabilizou o governo do Estado pelo clima de violência na zona rural. [Fonte: MST]

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO



A infância e as Ligas: parede ao fundo mostra uma inscrição sobre Francisco Julião.

(Projeto República/Departamento de História da UFMG)

CEARÁ

VICENTE POMPEU DA SILVA

“A minha vida sempre foi um sacrifício”. Foi assim que o camponês e ex-presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará (Fetraece), Vicente Pompeu da Silva, começou a narrar sua história, na casa de um dos filhos, em Fortaleza, em setembro de 2010. Aos 85 anos e com problemas de saúde, ele não havia achado difícil deslocar-se de ônibus de Itarema (CE), a cerca de 220 quilômetros, até a Capital, para conceder uma entrevista. Mantinha na tez, na postura e na prosa a dignidade dos velhos militantes. Apresentava-se com uma camisa de mangas compridas, de um branco impecável, e com chinelos nos pés. As mãos enormes, calejadas e de grandes gestos, acompanhavam a fala enfática e articulada. Pompeu considera-se ainda um camponês, pois ele próprio cultivava sua terra, mas já esteve à frente das mais importantes lutas dos trabalhadores rurais da região. Líder sindical e militante do PCB, ele foi preso várias vezes, torturado e, como diz, “seviciado” durante o regime militar.

Filho de camponês, Pompeu nasceu em Potengi (CE). “O pai tinha terra nas unhas, como eu”, dizia. A família mudou-se para Iguatu quando ele tinha três anos. Com sete, o menino começou a trabalhar na roça. Um dia, apareceu o pretenso dono da propriedade, um coronel da aeronáutica, declarando que aquela terra tinha sido vendida. Desde pequeno, ele conheceu essa situação vivida pelas famílias de posseiros. Conta que foi à escola para aprender a cartilha do ABC e as quatro operações, mas nunca abandonou a leitura. Ao longo da vida, foi lendo livros sobre a classe trabalhadora, sobre as revoluções socialistas e também sobre religiões. Não fazia muito, parte de sua história havia sido publicada em *Vozes silenciadas*, organizado por Papito de Oliveira.

Desde a adolescência, Pompeu trabalhou na condição de meeiro numa propriedade alheia. Entre 1954 e 1963, fundou com outros companheiros 29 associações de trabalhadores rurais no Ceará, tendo sido eleito presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, entidade que depois foi transformada em sindicato, do qual ele foi o primeiro presidente, em 1962. Fazendo palestras, ia aglutinando trabalhadores e difundindo a importância da organização. Depois, foi eleito presidente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará. “A palavra de ordem era a reforma agrária. Mesmo que não fosse radical, que fosse parcial, e para que os que trabalhassem para patrão tivessem a carteira assinada”, contou Pompeu ao jornalista Raimundo Madeira, de *O Povo*, em 2004. Mas defender os direitos dos camponeses já era, naquele contexto, uma “subversão”.



“QUANDO LIGAVAM O INSTRUMENTO DE TORTURA, A GENTE SABIA: ROLAVA NO CHÃO, OS DENTES CORTAVAM A LÍNGUA, O SANGUE ESCORRIA...”

Pompeu ocupava a presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará, fundada em 19 de setembro de 1963, quando foi preso em 03 de abril de 1964 – três dias após o golpe militar. Naquele dia, voltava do roçado carregando um saco de milho verde nas costas para alimentar os oito filhos quando foi abordado pela polícia. “Não fui preso no mesmo dia do golpe porque não me encontraram”, contou. Um ano antes da tomada do poder pelos militares, o movimento sindical havia conseguido reunir cerca de dois mil trabalhadores na região de Iguatu para a escolha dos cem delegados ao Congresso da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (Faltac), em Fortaleza. Durante a ditadura, centenas de camponeses passaram a rasgar as suas carteiras de sócios do sindicato, com medo dos patrões e da polícia.

Na primeira vez em que foi preso, Pompeu foi mantido incomunicável durante 30 dias numa cela no subsolo de um prédio da Polícia Federal. Depois, foi conduzido ao 23º Batalhão de Caçadores, onde se encontrou com figuras como os ex-delegados regionais do Trabalho Amadeu Arraes e Olavo Sampaio, e o advogado trabalhista e militante comunista Tarcísio Leitão, também presos. Estavam detidos ali presidentes dos sindicatos dos alfaiates, ferroviários, bancários, sapateiros, motoristas, metalúrgicos, além de líderes estudantis e professores. Ele ficou encarcerado por mais 45 dias. Na cadeia, sua experiência como barbeiro ajudava os companheiros a manter uma aparência de dignidade. Quando foi solto, não cessaram as perseguições e as ameaças por parte da repressão.

Numa ocasião, estava na casa de um companheiro em Quixadá e soube que a polícia estava procurando os líderes em localidades onde os sindicatos tinham sido criados. Saiu de madrugada da casa e assim conseguiu escapar. Quando a polícia bateu lá, um soldado disse ao homem: “O senhor está convidado a conversar com o Exército”. O morador tentou despistar: “Sei que o Pompeu fundou o sindicato, mas nunca mais vi ele”. “Isso é o que você diz!”, declarou o policial em tom de ameaça. No dia seguinte, o morador amanheceu triste e não quis tomar o café da manhã. Foi para a roça, amarrou uma corda numa árvore, colocou a corda no pescoço e se enforcou. Ao relatar esse episódio, Pompeu comentava: “Já pensou, rapaz?! Ele morreu por medo de morrer!”

Depois de voltar à liberdade, Pompeu não encontrou mais nada da sede da federação que ficava no bairro Padre Andrade, hoje Jardim Iracema. O prédio simples, que também servia de escola para crianças, foi demolido já nos primeiros dias do novo regime. Não ficou nenhum vestígio da construção. Os documentos que estavam na sede da entidade só não foram extraviados ou apreendidos porque Pompeu, pressentindo tempos duros, tratou de enterrar 18 cartas sindicais no pátio da casa de um vizinho. Quando deixou a prisão, desenterrou o material e essa documentação foi encaminhada à DRT. Sob intervenção ou dirigidos por simpatizantes do governo, os sindicatos ficaram longo tempo manietados. Os principais líderes estavam sendo perseguidos. Pompeu ainda foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza, mas seria obrigado a renunciar pela DRT. Um interventor assumiu o comando do sindicato por três meses, e a sede, que ficava na Granja Portugal, também foi derrubada.

Militante histórico do PCB, Pompeu foi convidado a ir à União Soviética pelo partido entre 1967 e 1968, ficando cerca de seis meses em Moscou, onde fez cursos de formação política. Lá, Anita Leocádia Prestes, a filha de Prestes e de Olga Benário, foi sua tradutora. Mas ele chegou a aprender algumas palavras em russo: o suficiente para “pedir cerveja e ovos cozidos”, agradecer e, sobretudo, dizer “bom dia, camarada” e “boa noite, camarada”. “Tudo o que aprendi e sei de política devo ao partido”, comentava. Considerava que, nesta visita à União Soviética, entendeu de fato “o que é a honestidade”, pois lá “ninguém rouba ninguém”. Convivia com um grupo de cerca de 30 brasileiros usando codinome de Cazuza. Em seu passaporte, estava registrado que ele esteve em Portugal, na Suíça e na Itália, mas não na União Soviética. Ao passar por Roma, ainda lembrou-se de comprar um retrato do Papa para levar ao Brasil. Com os religiosos, tinha lá suas discordâncias. Certa vez, um padre lhe perguntou: “Acredita em Deus?” Pompeu respondeu: “Rapaz, eu não. Eu nunca vi Deus! A minha religião é ‘amar uns aos outros’. Mas eu nunca vi Deus.”

Em seu retorno ao país, o líder camponês veria o tempo se fechar. Uma palestra na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza foi o pretexto para uma nova prisão. “Um cidadão se aproximou de mim e me disse: ‘Vamos ali’.” Ele não imaginava que estava sendo detido mais uma vez. Era abril de 1974 quando foi preso e levado para a Polícia Federal. “Eu era taxado de comunista”.

Dali em diante viveria a mais dura experiência de sua vida. Lembra-se de ter sido colocado num avião na Base Aérea, “algemado, com um capuz na cabeça e amarrado numa das poltronas”. Depois de três horas de voo, o avião aterrissou no meio da mata. Ele e outros quatro presos – dois homens e duas mulheres – desceram do avião, ainda encapuzados. Foram jogados na parte traseira de uma caminhoneta e cobertos por uma lona. Pelos ruídos do trânsito, perceberam que haviam chegado a uma cidade. Estavam sendo levados ao quartel do Exército, em Pernambuco. Ali, foram colocados nus numa pequena cela, no chão frio – “não tinha nada, muito menos colchão”. Naquele quarto escuro, nos primeiros dias não sabiam se era dia ou noite, a não ser quando os passarinhos cantavam pela manhã e a corneta tocava para a troca do serviço. O horário do suplício, no entanto, foi ficando terrivelmente familiar.

Às duas e meia da manhã aparecia um “fardado” para nos levar para a tortura. A primeira atitude que tomava era colocar um capuz na cabeça dos prisioneiros e algemar as mãos destes para trás. Em seguida – isso na sala de interrogatório –, tirava a roupa do detento e colocava um fio de choque nas orelhas e nos testículos. Quando ligavam o instrumento de tortura, a gente sabia: descia e rolava pelo chão, os dentes cortavam a língua, o sangue escorria dos joelhos e dos cotovelos.

Quando já estavam ensangüentados, os policiais os banhavam e os penduravam em paus-de-arara, com a cabeça para baixo e com uma vela acesa no ânus, para que o líquido quente lhes queimasse as nádegas. Uma sessão desse tipo durava em torno de 20 minutos. Mas as formas de martírio eram diversas. Pompeu se recordava

que, numa noite de chuva, foi posto com as mãos erguidas e atadas pelas algemas debaixo de um pé de manga. Ficou ali dependurado durante dez dias - quatro deles sem comer nem beber. O torturador passava por perto, dava-lhe tapas nas costelas, socos e disparava tiros para o alto. O terrorismo psicológico ainda envolvia comentários sobre outro preso que teria sido enterrado ali mesmo. “Amanhã é você”, diziam com sarcasmo. Quando parecia desmaiado, ouvia: “Mete o dedo no olho dele pra ver se ainda está vivo”. Para os agentes dos órgãos de repressão, aquilo era uma diversão. Com a sucessão de maus-tratos, durante a entrevista, quase 40 anos depois, considerava um milagre que ainda estivesse vivo: “Não sei como não morri, andei perto de morrer”, dizia. Nos interrogatórios, a pergunta repetida com insistência era se ele era comunista e se planejava atividades armadas.

Agente - Senhor Pompeu, o senhor quer fazer a revolução a mão armada?

Pompeu - Não, nem sei usar espingarda.

Agente - Mas sabe onde estão as armas?

Pompeu - Sei. Estão nas mãos da polícia - dizia, justificando que as únicas armas que já tinha visto nas mãos de trabalhadores eram a enxada, a foice e o martelo.

Condenado a dois anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, foi libertado do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde cumpriu a pena, em 24 de novembro de 1976. Do lado de fora da prisão, passaria ainda por outras formas de sofrimento. Sem emprego e sem fonte de renda, com a saúde maltratada, teve de enfrentar outras humilhações e dificuldades para retomar o curso da vida.

Em segundas núpcias, Pompeu se casou com uma viúva, que vivia em terras que eram alvo de conflito. Certa vez, o pretense proprietário enviou um pistoleiro para intimidá-los. Os vizinhos alertaram o desconhecido: “Cuidado, que o Pompeu é macumbeiro!”. Depois de ter enfrentado a ditadura, não parecia assim ser tão difícil ao ex-líder sindical encarar um pistoleiro. Pouco depois de ter se casado com a viúva, Pompeu entrou com uma ação de reintegração de posse e obteve a legalização da área. O grileiro recorreu da decisão, mas perdeu. A mulher de Pompeu, hoje com 73 anos, morava lá desde os 11. Recentemente, o líder camponês, beneficiado com a Lei da Anistia, recebeu uma indenização do Estado que planejava distribuir entre os oito filhos.

Senhor dignidade:

Pompeu sobreviveu a bárbaras torturas e manteve sua defesa dos direitos dos camponeses.

(Marta Cioccarri, NuAPI/MN-UFRJ)



FRANCISCO NOGUEIRA PIO BARROS, O PIO NOGUEIRA

Retrato de família



LÍDER
CAMPONÊS
VIVENCIOU A
“CHACINA DE
JAPUARA”, EM
CANINDÉ

Francisco Nogueira Pio Barros, o Pio Nogueira, foi um dos trabalhadores rurais presos pela Polícia Militar, depois de uma caçada no mato que se sucedeu ao conflito ocorrido na fazenda Japuara, no sertão de Canindé (CE), em janeiro de 1971. O confronto, conhecido como a “Chacina de Japuara”, envolveu moradores, parceiros, jagunços contratados pelo proprietário e a polícia local e deixou um saldo de quatro mortos e quase duas dezenas de feridos. Tombaram no enfrentamento um pistoleiro, um trabalhador rural, um soldado da PM e um delegado do DOPS. Pio Nogueira, então delegado sindical da região de Canindé e um dos primeiros moradores da fazenda, contava:

Nunca pensei em tirar a vida do meu semelhante. A gente vivia em paz na Fazenda Japuara até que no nosso caminho apareceu o Júlio Cesar Campos, querendo passar por cima da lei e massacrar pobres agricultores. (...) O que houve aqui foi a defesa dos direitos, a reação de chefes de família atacados em seus lares por indivíduos armados até os dentes, dispostos mais a matar do que a morrer.²⁵

Cunhado do antigo ocupante da fazenda, Pio morava desde 1950 na área onde, juntamente com outros parceiros, tinha promovido benfeitorias. Ativista do movimento sindical desde 1962, nos eventos tensos de Japuara ele se tornou um líder da resistência dos camponeses. Carregaria pela vida inteira as marcas daquele conflito. Tamanha comoção lhe provocava essas lembranças que ele se recusava a detalhar os acontecimentos. A desavença entre moradores e parceiros, de um lado, e proprietários, do outro, vinha há pelo menos cinco anos. A frase de uma moradora, na época, resumiu os fatos de forma impactante: “Em questão de segundos Japuara virou pé de guerra”. O estopim foram ações de violência praticadas pelo proprietário da área, Júlio Cesar Campos, detentor de outras propriedades e homem com grande influência na política local. Disposto a despejar os moradores, ele contratou jagunços para arrombarem o açude e destelharem as casas. Os moradores reagiram e daí desencadeou-se o primeiro confronto, com a morte de um dos jagunços.

Num segundo momento, o conflito explodiu entre moradores e a polícia local, quando ocorreram outras mortes. Depois desse episódio, Canindé passou a viver dias de suspense e medo. Os moradores que participaram diretamente dos eventos abandonaram suas casas e esconderam-se no mato, sendo caçados por forte aparato policial. Em buscas sucessivas na propriedade, a polícia aprendeu quatro facões, seis foices, dois machados, três cacetes, duas enxadas e três facas - instrumentos de trabalho dos camponeses. Dez trabalhadores rurais foram indiciados como implicados na morte do pistoleiro, do soldado e do delegado. Ninguém foi indiciado pela morte do trabalhador.

25. Ver Barreira, 1992, p. 48.

O conflito surgiu da venda da propriedade, em 1968, por um dos herdeiros, a Julio Cesar Campos, um comerciante proprietário de outras duas fazendas no município.²⁶ O primeiro dono da área, Francisco Amorim, ainda em vida, havia entregado as terras para serem exploradas por Pio Nogueira. Ao colocar a propriedade à venda, o herdeiro assumiu o compromisso de dar prioridade ao antigo ocupante, mas diante de uma proposta financeira mais atraente, descumpriu o acordo, vendendo a área a outro interessado. O ocupante deu entrada na Justiça a uma ação preferencial de compra e outra exigindo indenização pelas benfeitorias. O novo proprietário, por sua vez, solicitou imissão de posse, ganhando a questão. Em 1969, foi expedido o mandado contra o ocupante e contra os moradores-parceiros. A ação atingiu então 59 trabalhadores rurais e suas famílias. O mandato judicial dava 24 horas para que os moradores deixassem a área. Um advogado designado pela Fetraece dedicou-se à causa dos moradores, obtendo uma decisão favorável que sustou a ação de despejo. Declarações do Delegado Regional do Trabalho, em 1971, acusaram Campos de querer “fazer justiça com as próprias mãos”, negando a existência de uma lei federal, o Estatuto da Terra. Ressaltava que Japuará era “teatro de sangrento conflito provocado pela precipitação e pela resistência ao cumprimento da nova legislação federal”.²⁷

Os moradores contavam que o novo proprietário mantinha, desde o início, uma atitude hostil e provocadora. Aumentou as exigências em relação à repartição do algodão produzido. Enquanto que o antigo dono exigia 30% da produção, este último passara a cobrar 50%. A partir da recusa dos moradores, começou a ameaçá-los de expulsão. Nos primeiros dias de 1971, o proprietário tentou até evitar o plantio dos roçados. Não era a primeira vez que o fazendeiro ia parar nas páginas dos jornais por questões de terra. A imprensa havia noticiado, em 1963, que outra propriedade dele em Canindé tinha sido palco de confronto.²⁸ A matéria informava sobre a invasão de uma área “por agricultores filiados à Liga Camponesa”, que teria sido criada naquele município pelo líder camponês José Leandro. Como os trabalhadores começavam a se organizar na região, havia uma preocupação, entre os proprietários, com a atuação das Ligas, criadas em Pernambuco e na Paraíba. Ao ter suas terras invadidas, o proprietário soltou o gado para destruir as lavouras de algodão dos camponeses.

Depois do massacre em Japuará, a Fetraece encaminhou pedido de desapropriação da fazenda ao In-cra fundamentado na existência do conflito, na irregularidade da venda

26. Barreira, 1992, p.49.

27. *O Povo*, edições de 04/01/1971 e de 05/02/1971, citadas por Barreira, 1992.

28. *O Povo*, de 10/09/1963, citado por Barreira, 1992.

Cenário de resistência:

Antigo vizinho, filhos e neto de Pio em frente à casa que jagunços tentaram destelhar, em 1971.

(Marta Cioccarri, NuAP/IMN-UFRJ)



da área e no fato de que 80% das benfeitorias existentes pertenciam aos moradores-parceiros. Um mês depois, o governo federal assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício de 39 famílias. A inusitada rapidez punha a nu a preocupação do regime militar em evitar que o estopim de Japuara se espalhasse.

Um drama
em dois atos:
primeiro, os
jagunços,
depois, a
polícia

Quase 40 anos depois, o conflito da fazenda Japuara ainda é relatado com tristeza e revolta pelos moradores. As lembranças daqueles dias intermináveis estão bem vivas na memória dos filhos do falecido líder camponês Pio Nogueira. Francisco Blaudes de Souza Barros, hoje com 58 anos, embarga a voz quando se refere ao episódio que manchou de sangue aquela terra e que marcou de forma indelével a vida de sua família. Recorda-se que no dia 2 de janeiro de 1971, um sábado, seu pai ia a Canindé vender produtos na feira. O filho pediu que ele não fosse porque tinha tido um sonho estranho – parecia-lhe um mau presságio. As ameaças feitas pelo proprietário da fazenda geravam apreensão. O rapaz estava em casa quando, pouco depois, chegaram os caminhões carregados de jagunços. Eram cerca de 80 homens, armados com revólveres, facões e foices. “Eu mesmo recebi a turma, era um banditismo danado, todo mundo gritando...”. Com armas em punho, o bando começou a ameaçar e a agredir os moradores. Um dos homens dirigiu-se a ele:

Jagunço - Onde tá Seu Pio?

Blaudes - Papai tá em Canindé...

Jagunço - É filho dele?

Blaudes - Sou.

Jagunço – Nesse caso pode ir tirando a família de casa porque as casas vão ser tudo destruídas...

Blaudes - A mando de quem vocês tão fazendo isso?!

Jagunço - A mando do dono!

Blaudes - Quem?

Jagunço - Cesar Campos!

Blaudes - Mas vocês não vão fazer isso!

Jagunço - Não tamo aqui pra conversa!

Blaudes - Tá ouvindo, mãe?! A senhora fecha a porta e não sai ninguém!

A mãe – Deixe que derrubem as casas.... vou me arretirar. Vamos ter fé em Deus! – disse a senhora, enquanto cerrava a porta.

Pio Nogueira estava no roçado. Ao chegar, encontrou as famílias em pânico, em meio às violências praticadas pelos jagunços. Afrontado por dois jagunços, perguntou por que estavam fazendo aquilo. “São ordens!”, disseram. O morador, revoltado, respondeu: “Então, se vieram fazer vosso serviço, que continuem!” Os gritos dos moradores se misturavam ao estrondo das telhas

que voavam para o chão. Um senhor idoso implorou: “Não façam isso! Vocês desacatam uma família toda por causa de uma mixaria!” Alguns jagunços hesitaram. O chefe deles chamou-os de “covardes” e subiu ele mesmo no telhado. Logo depois, foi atingido por um tiro que teria sido disparado por Pio. Na queda, tombou sobre uma estaca e morreu. Depois disso, os outros jagunços foram expulsos pelos camponeses.

Dias depois, a área foi tomada por soldados da PM e pelo delegado do DOPS, Cid Martins. “Foi aí que a guerra começou”, contou Plauto. Segundo informações publicadas na *Gazeta de Notícias* (04/01/1971), o número total de mortos no confronto teria chegado a seis – um morador, o delegado, o irmão do delegado, um soldado e um carreteiro. A manchete dizia: “Luta entre policiais e camponeses em Canindé termina com seis mortos”. Blaudes recordava que os policiais já chegaram com revólveres em punho, indagando: “Cadê o bandido Pio? Já fugiu?” Um clima de tensão e de pavor imperava na fazenda. Um homem idoso que segurava uma foice foi interpelado pelo delegado: “O que está fazendo com essa foice na mão, velho?!” Ele tentou explicar, mas eles começaram a agredi-lo. Um tiro disparado pela polícia atingiu o camponês no rosto. Na seqüência, o delegado Cid Martins foi atingido. Numa versão contada pelos moradores, seria a própria foice do trabalhador que o matou. Em outra, narrada pelo ex-líder sindical Vicente Pompeu, quando o delegado atirou no velho, o filho do velho atirou no delegado. “Então, o que matou o policial ficou 30 dias na minha casa, em Fortaleza”, revelou Pompeu.

Depois que o delegado foi atingido, os soldados passaram a atirar a esmo. As balas das metralhadoras abriam rombos nas casas. Blaudes embrenhou-se na luta com um soldado que, antes de cair ao chão, desferiu-lhe três tiros. Um morador, conhecido como Alfredo 21, gritava para ele: “Corre, rapaz!” Em meio ao tiroteio, os trabalhadores puseram-se a correr. Eram oito quando se encontraram no matagal. Estavam reunidos ali Pio e os filhos Blaudes e Plauto, Nonato, Joaquim Abreu, Antônio, Alfredo 21 e Jacob 21. “Da mata a gente ouvia o tiroteio, como se fosse uma guerra”, recorda-se Blaudes. Plauto de Souza Barros, o filho mais velho de Pio, ficou com dois revólveres que pertenciam à polícia. “Agora, vou viver ou morrer”, pensava. As mulheres e as crianças ficaram presas dentro das casas. Depois de “quatro dias e quatro noites” escondido no matagal, o grupo foi preso. A maior parte dos trabalhadores que resistiu ao ataque ficou 28 dias detida no Corpo de Bombeiros. Plauto foi levado primeiro à cadeia de Canindé e depois foi transferido para lá, ficando seis meses na prisão. Na véspera de sua detenção, sua esposa havia dado luz a gêmeos e ainda estava hospitalizada. Ele só pôde conhecer seus filhos cerca de três meses depois. Várias mulheres da fazenda foram levadas para interrogatório. Blaudes contou que sua mãe, Maria José, “foi forçada a se ajoelhar e dizer a verdade, mas como ela nada sabia, continuava o suplício”.



Japura em pé de guerra:

Blaudes lembrava que os policiais já chegaram de revólver em punho, perguntando: “Cadê o bandido do Pio?”.

(Marta Cioccarri, NuAPIUFRJ)

Com a defesa do advogado Lindolfo Cordeiro, todos os camponeses indiciados no processo foram absolvidos com base na legítima defesa e na negativa da autoria dos crimes.

O sociólogo César Barreira, da Universidade Federal do Ceará (UFC), realizou uma série de entrevistas com Pio²⁹, até pouco antes da morte do trabalhador, nos anos 1990. Pio Nogueira impressionava seu interlocutor pela agudeza de suas reflexões. Costumava ler a Bíblia e usava parábolas para explicar determinadas situações. Via-se como um homem disposto a lutar contra a miséria e as injustiças: “Na nossa terra as bênçãos são bem pouquinhos, mas as misérias é uma em cima da outra”, afirmava. Tecia suas próprias considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores:

O sofrimento é um professor, é como um balcão para um analfabeto. O analfabeto passa a negociar, vai adquirindo letras e coisas, fazendo uma continha e tal, com pouco, está escrevendo. (...) É o balcão o professor, e é o sofrimento um professor mais elevado que o balcão. Vai buscando um movimento, vai pensando, vai sonhando...

Quarenta anos depois, Blandes escreve livro sobre o confronto

Na véspera do massacre, Francisco Blandes de Souza Barros, um dos filhos de Pio Nogueira, teve um sonho estranho. Nas imagens oníricas, ele saía à porta de sua casa de manhãzinha. “O tempo estava meio nublado e começou a abrir aquele buraco nos céus como se fossem chamas”. Apareceram duas caminhonetas e ele viu chaves gigantes. Em seguida, ouviu um estrondo e percebeu uma carcaça de motor muito grande, sem nenhuma serventia, que parecia afundar a terra. Pessoas se reuniam ao redor. Depois, todos se afastavam e ele se via entrando na mata, com fome e com sede. “Eu comia frutos podres, como se fosse um fugitivo”. Para amenizar a sede, mastigava cascas de árvore amargas. Viu-se então com roupas maltrapilhas, indo para Fortaleza. As pessoas o olhavam com estranheza e ele sentia vergonha.

Ao comparar seu sonho com o pesadelo vivido em Japuara, dizia que “aconteceu quase a mesma coisa”. No mato, realmente os camponeses usaram a casca da catingueira para molhar a garganta e mitigar a sede. As cenas de sua prisão – com as roupas e corpos maltratados pelo confronto e pela fuga na mata – foram registradas por câmeras dos jornalistas. Com a intermediação do advogado da federação dos trabalhadores, Lindolfo Cordeiro, eles receberam garantias de vida. Alguns anos depois, o próprio advogado seria assassinado por pistoleiros a mando de fazendeiros da região.

Em setembro de 2010, não fazia muito tempo que Blandes – que saiu dali em 1974, morando no Rio Grande do Sul e no Maranhão –, havia retornado à localidade, acompanhado da mulher e da filha. Há muito ele nutria um projeto: escrever um livro sobre o drama de Japuara. No texto que vinha

29. Para mais detalhes, ver Barreira, 1992.



Memórias de um camponês: Blaudes escreve a mão um livro sobre massacre ocorrido em Japuará.

(Marta Cioccarri, NuAPI/MN-UFRJ)

redigindo a mão, numa letra caprichada, descrevia os momentos mais decisivos da tragédia. Trechos lidos em voz alta denotavam a riqueza e a força do relato que vai sendo tecido pelas mãos e a sensibilidade de um camponês. Sua memória é plena de detalhes, mas, mesmo assim, Blaudes faz incursões aos jornais da época, guardados no Arquivo Público do Estado, para cotejar com suas próprias lembranças. “Acho que a minha história está bem contada aqui por causa dessa emoção que sinto, porque estou contando a verdade”.

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

Vicente Pompeu da Silva, ex-presidente da Fetraece, preso por diversas vezes e barbaramente torturado durante o regime militar. Sua primeira prisão ocorreu em 3 de abril de 1964. [Fontes: DM; entrevista com o líder sindical, 2010]

Antonio Amorim, líder sindical, perseguido e ameaçado de morte, sobreviveu a vários atentados encomendados por latifundiários da região, que se sentiram contrariados por sua atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores do campo. [Fonte: entrevista com o sindicalista, 2010].

Antônio Almeida Silva, agricultor, do município de Canindé, morto em conflito na fazenda Parafuso, por causa de questões de terra. O assassinato teria ocorrido em 1970 ou 1971. Na ocasião, outros cinco lavradores ficaram gravemente feridos. A briga foi o desfecho de uma questão iniciada décadas antes, quando começou uma disputa entre posseiros e proprietários da fazenda Parafuso. [Fonte: MST]

Francisco Nogueira Pio Barros (“Pio Nogueira”), delegado sindical do STR de Canindé, líder dos camponeses na fazenda Japuara, no sertão de Canindé, perseguido e preso em janeiro de 1971, numa ação conjunta entre o DOPS e a Polícia Militar. [Fonte: Barreira, 2003; entrevista com filhos de Pio, 2010]

Nicolau “21”, líder camponês, assassinado em janeiro de 1971, na região de Canindé, por policiais comandados pelo agente do DOPS, Cid Martins, armados de metralhadoras. [Fontes: Contag; MST]

“Zé Soldado”, arrendatário, morador da fazenda Japuara, município de Canindé, morto em janeiro de 1971, durante conflito entre camponeses e a polícia. [Fonte: MST]

Francisco Ivo Feijó, agricultor, empregado, morador da fazenda Mata Fria, município de Boa Viagem, morto em março de 1975. Segundo informações disponíveis, o general reformado Wilcar de Paula Pessoa e outros 15 homens invadiram a fazenda Mata Fria para derrubar as cercas da propriedade do fazendeiro Alfredo Inácio. O gerente da fazenda, Abdias Santos, tentou afastar os invasores com o auxílio de alguns agricultores. Na troca de tiros, o agricultor Francisco Ivo foi atingido por uma bala na cabeça. [Fonte: MST]

Francisco Sobrera Lima, trabalhador rural de Tauá, assassinado em dezembro de 1980, em represália ao aviso que deu ao presidente do STR da contratação de pistoleiro para matá-lo. A causa do crime teria sido a disputa de terras entre trabalhadores rurais e o vereador José Armando, que anteriormente havia ameaçado de morte o presidente do STR de Mauá, Manoel Marques Costa. [Fonte: Contag; MST]

José Alves de Lima, lavrador do distrito de Quixelô, em Iguatu, morto em junho de 1980 pelo latifundiário Dórico Simplício de Oliveira. O trabalhador exigia que o fazendeiro cumprisse as normas de parceria e arrendamento do Estatuto da Terra. [Fonte: Contag; MST]

Manoel Messias Sabóia, presidente do STR de Cascavel, preso em 1981. [Fonte: Contag]

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

Francisco (“Chico”) Chagas do Nascimento, lavrador, morador da Fazenda Pé do Juá, em Porteiras, município de Caucaia, morto em agosto de 1982. Posseiro havia 30 anos, Francisco foi chamado pelo patrão para um assunto particular no dia da festa da padroeira. No encontro, testemunhado por uma criança de oito anos, o patrão encostou o revólver no abdômen do trabalhador e atirou. Antes da morte, o lavrador conseguiu dar um depoimento à polícia. Ele era membro do Conselho Comunitário de Porteiras e liderava a luta de dezenas de famílias ameaçadas de expulsão pelo fazendeiro. [Fonte: Contag; MST]

José Luiz da Silva, presidente do STR de Carius, sobreviveu a um atentado contra ele e sua família, em 1983. [Fonte: Contag]

José Amaro Macena (Americo), lavrador, 10 filhos, residente na fazenda Valparaíso, Vila Salitre, município de Canindé, morto com um tiro no dia 5 de junho de 1984, por reivindicar a aplicação do Estatuto da Terra, que lhe garantia direitos como trabalhador. Através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, os lavradores já tinham denunciado a ação do pistoleiro Ferreira. Entre as violências cometidas estavam a destruição das lavouras de milho e feijão de lavradores e parceiros nas fazendas Valparaíso e Conceição. O crime foi encomendado pelo então deputado Francisco Figueiredo de Paula Pessoa. [Fonte: MST]

Manoel Alves de Araújo, lavrador, morador do sítio São Benedito, distrito de Inhamuns, e secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá, assassinado numa emboscada com tiros de espingarda, em 22 de julho de 1984. Desde 1959, Manoel Alves e sua família viviam a trabalhavam na pequena propriedade de seu irmão. A partir de 1971, o fazendeiro Castro Castelo, posteriormente prefeito do município de Tauá, tentava expulsar Manoel e seus familiares da terra, com ameaças e queima de cercas. Em 1976, tinha mandado capangas derrubar um açude que abastecia as famílias de lavradores. [Fonte: MST]

Francisco Carneiro de Souza Filho, agricultor, morador do Morro dos Patos e líder sindical do município de Itarema, assassinado com 20 facadas e pauladas na cabeça, no dia 28 de julho de 1985. O crime foi cometido por membros da família do proprietário da terra, Francisco Luís Tavares, porque a vítima se recusava a pagar uma renda injusta. [Fonte: MST]

José Antônio da Silva, morador de Porteiras, município de Caucaia, morto pelo ex-patrão em 16 de outubro de 1985, na “Lagoa das Bestas”. Ele trabalhava como tratorista e, depois de um acidente, foi posto para fora do emprego. Depois disso, José Antônio ingressou na Justiça contra o patrão. O assassinato ocorreu quando ele retornou à fazenda, chamado por um dos moradores para colher mandioca, e foi alvejado a tiros. [Fonte: MST]

Raimundo Valério Ribeiro e Francisco José, pai e filho respectivamente, lavradores, moradores da fazenda São Boaventura, município de Quixadá, mortos em 27 de outubro de 1985, com oito tiros, facadas e pauladas. Eles eram parceiros da fazenda São Boaventura e assim

**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

como outras famílias haviam se recusado a entregar ao proprietário da fazenda cotas maiores da produção de algodão do que as previstas pelo Estatuto da Terra. Desde então, passaram a sofrer pressões para saírem da área. Alvo de perseguições, Raimundo ingressou na Justiça e ganhou a causa. Na ocasião dos assassinatos, o então presidente do STR de Quixadá, João Ventura Santos, lamentou que as advertências enviadas a vários órgãos governamentais, como o Incra e o Mirad, não tenham conseguido evitar as mortes dos agricultores, já que as ameaças haviam começado um ano antes. [Fonte: MST]

MARANHÃO

MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS

Líder dos posseiros em Pindaré-Mirim (MA), Manoel da Conceição, travou lutas duras e renhidas em defesa dos trabalhadores rurais. Sofreu na pele – e na carne – a violência de latifundiários e a repressão imposta pelo regime militar. Numa entrevista, em 1980, o jornal *Pasquim* referiu-se a ele como “um subversivo indomável”.³⁰ Tratava-se de um homem que resistiu a tudo e que continuava com a mesma determinação de antes. As lembranças deste passado, no qual foi mutilado – perdeu uma perna em conseqüência de ferimento num ataque da polícia a uma reunião de camponeses, em 1968 –, foi preso nove vezes e barbaramente torturado durante a ditadura, continuam a causar nele um profundo mal-estar. “São coisas que me chocam até hoje. Se faço alguma coisa é porque sinto que tenho um dever”, observava, explicando que, devido à censura, a sociedade não tomou conhecimento de muitos desses fatos. “Não foi só eu, foram centenas de outros companheiros, dos quais, infelizmente, uma boa parte foi morta”, observava.³¹ Revisitar as estranhas da história e da própria vida, três ou quatro décadas depois, é algo doloroso não apenas para Manoel da Conceição como também para todos aqueles homens e mulheres que sobreviveram às violências impostas pelo regime de exceção. A história de Manoel da Conceição correu o mundo e foi difundida com a publicação do livro de memórias *Essa Terra é Nossa* (1980) e sua reedição em *Chão de minha utopia* (2010).

Manoel da conceição completou 75 anos em 2010, mas costuma dizer que sua idade é o dobro disso (teria então 150 anos), pois onde nasceu e se criou – em Pirapemas, numa comunidade chamada Pedra Grande, hoje município, no Maranhão – a noite não era contada como dia. Seus avós costumavam dizer: um ano tem 365 dias e 365 noites. Nasceu numa família de camponeses pobres. Seu avô descendia de indígenas, seu pai de africanos escravos e sua mãe de portuguesas. A família habitava na região de Vargem Grande (MA), chamada de desemboque do Rio Parnaíba, entre o Piauí e o Maranhão. Depois, mudou-se para Pedra Grande, na beira do rio Itapecuru. Havia ali um proprietário de terras, o “capitão” Luís Soares, considerado o “pai dos pobres”. Este homem sugeriu que seu pai incluísse a terra que havia recebido de herança – uma gleba de 2 hectares, onde cultivava árvores frutíferas e produzia arroz, milho, mandioca e feijão – como sendo dele, sob o argumento de que assim o camponês estaria livre dos impostos. Ele disse: “Eu medi tuas terras, legalizei como se fossem minhas, fiz usucapião. Mas acontece o seguinte: isso é uma questão formal, as terras continuam sendo tuas”. Seu Antônio, o pai de Manoel, pensava: “Que patrão bom! Legalizou as terras pra mim!”



Felipe Kamf/Acervo UfMA

“SÃO COISAS QUE ME CHOCAM ATÉ HOJE”, AFIRMA O LÍDER CAMPONÊS PERSEGUIDO POR LATIFUNDIÁRIOS, PRESO E TORTURADO NOS PORÕES DA DITADURA

30. “Entrevista com um subversivo indomável”: Manoel da Conceição. *Pasquim*, 11 (549): 18-27, 4/10 jan 1980.

31. Relato durante a mesa-redonda “As lutas no campo”, durante o seminário *40 anos de 1968*, realizado em 2008, no Rio de Janeiro.

Pasquim, RJ, 11 (1969), 18-24, 4/10 jan 1980

ENTREVISTA COM UM SUBVERSIVO INDOMÁVEL:



Manoel da Conceição

Muitas vezes ouvimos falar de Manoel da Conceição que, devido a esses longos anos de censura à imprensa e também ao quase total desconhecimento que temos aqui pelo Sul e Sudeste sobre o que se passa no Maranhão, era para nós — ou pelo menos alguns de nós — um "organizador de guerrilhas" em seu estado.

Pasquim: depoimento memorável de Manoel da Conceição sobre rebeldia e ditadura.

(Acervo NMSC/CDPA/UFRJ)

Muitas vezes ouvimos falar de Manoel da Conceição que, devido a esses longos anos de censura à imprensa e também ao quase total desconhecimento que temos aqui pelo Sul e Sudeste sobre o que se passa no Maranhão, era para nós — ou pelo menos alguns de nós — um "organizador de guerrilhas" em seu estado.

Pois bem, depois de alguns anos de exílio na Europa, Manoel está de volta, hospedado na casa de velhos amigos, no bairro da Lapa, em São Paulo. Não podíamos perder essa chance, e não perdemos. Fomos lá e pedimos para Manoel contar sua história. Chico Vieira, Celso Vale Goes, Beatriz Blandy e eu ouvimos atentamente e cremos poder concluir foram



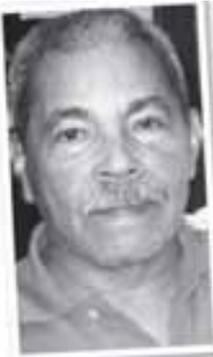
O caráter novo da luta pela terra

As condições em que acreditavam muitos políticos e estudiosos da questão agrária no início da década de 60, o aceleramento do processo de industrialização no Brasil ocorreu, nos últimos 18 anos, independentemente de uma profunda reforma agrária. Ao contrário: ao invés da reforma reivindicada como pré-requisito para a industrialização, enquanto fórmula criadora de um forte mercado interno, o que ocorreu no Brasil nestes anos foi um processo de concentração de terras maior do que já existia.

Partindo-se desta constatação e de outras semelhantes, pode-se facilmente chegar à conclusão de que qualquer discussão sobre a reforma agrária hoje no Brasil terá características substancialmente diferentes daquelas existentes até 1964.



Juliano: "O sindicato é a fruta" Conceição: o que podemos conquistar



"O meu único patrimônio é minha história de luta, movida por um ideal de libertação da classe trabalhadora; mais que um ideal, tenho plena consciência na firmeza e na capacidade revolucionária desta classe como protagonista das transformações da atual sociedade opressora e excludente rumo à sociedade socialista e solidária" (Manoel Conceição Santos).

Patrimônio de vida: palavras de Manoel da Conceição numa de suas muitas entrevistas. (Acervo Red Por Ti América)

Jornal Movimento: líderes debatem a questão da Reforma Agrária. (Movimento/Acervo Pessoal)

A vida inteira Seu Antonio acreditou nisso. Depois da morte do fazendeiro, no entanto, a viúva começou a cobrar as rendas da terra em que a família morava. Como ela se recusou a pagar, vieram centenas de jagunços e policiais para tratar da expulsão. Até a morte do patrão, em 1953, a família de Manoel achava que aquele “acordo” tinha sido feito apenas com eles. Não, o mesmo fato tinha se sucedido com centenas de famílias da região do cerrado maranhense. Manoel da Conceição contava:

Deixamos a casa, deixamos tudo e tivemos de ir embora para não morrermos fuzilados pelos fazendeiros, que mandavam seus pistoleiros fazerem distúrbios de perseguição e morte. E foi bem ali, naquela data, eu me lembro direitinho, que comecei a ser um rebelde.³²

A família mudou-se para a região de Mearim, município de Bacabal, onde ocupou terras devolutas e criou uma associação rural de agricultores. Três anos depois, em 1957, apareceu nesta localidade um sujeito chamado Manacé Castro, filho de Raimundo Lauro de Castro, que era delegado de polícia. Criador de gado, Manacé apresentou-se como o pretense proprietário das terras onde as famílias de posseiros viviam. Exigiu que saíssem, pois iria cercar aquela área. As famílias resistiram. Um dia, eles estavam reunidos numa casa, quando chegou à porta o grileiro Manacé, com uns 20 jagunços, dizendo: “Não corre ninguém, porque senão vai morrer todo mundo! Vocês vão ter que sair agora!” Havia 16 pessoas reunidas naquele ambiente. As cenas descritas por Manoel são chocantes:

A casa era um salão grande de um morador, da família Mesquita. Eles eram evangélicos da Igreja Batista. Aí entrou um dos jagunços e matou, sem troca de conversa, cinco pessoas, a bala e punhaladas nos rapazes e em uma senhora de mais ou menos 75 anos, que gritava na sala: “Não mate meus filhos!” Só que já tinha três rapazes mortos no chão. Deram um tapão na cabeça dela, jogaram a mulher no chão e cravaram nas costas o punhal. Ela ficou rodando no chão, esvaindo-se em sangue. Uma criança de uns três anos, vendo os mortos no chão, corria gritando: “Papai, papai...” Um dos jagunços pegou essa criança e deu uma estucada numa parede de taipa que a cabeça lascou, os miolos se espatifaram no salão. Eu escapei porque tentei furar o cerco para matar ou morrer, mas ainda levei um tiro na perna direita. Não quebrou porque só passou cortando a carne. Cai num mangueiral, já estava escurecendo, e eles não me vendo mais foram embora. Voltei para a casa onde tinha ocorrido a chacina e estavam lá as famílias do resto da vizinhança chorando. Nessa época, eu era da Assembléia de Deus, era professor de escola dominical para a juventude e trabalhava na minha comunidade.³³

Nesta época, aos 22 anos, Manoel tomou uma decisão: jurou que dedicaria a sua vida a lutar contra aquele tipo de situação provocada pelos latifundiários. Voltou a Pirapemas e criou uma associação para organizar a resistência dos trabalhadores. Em 1962, os lavradores resolveram retomar as terras que tinham perdido. A viúva de Luis Soares, Margarida Soares, foi então a São Luís queixar-se que “um bando

32. Entrevista a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo, em 2005.

33. Entrevista a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo, em 2005. Com pequenas variações, o relato está em *Chão de minha utopia*, 2010, p. 105; e na entrevista ao *Pasquim*, 1980.

de comunistas” tinha invadido Pirapemas e pedir providências à Secretaria da Segurança Pública. Voltou com o recado de que os lavradores da associação deveriam ir à sede conversar com um sujeito que chegaria da capital. Eles esperaram e nada. O pior estava por vir. A polícia tinha saltado do trem a uns cinco quilômetros, num lugarzinho chamado Catanhede, e foi a pé até lá. Eram 28 oito soldados e um tenente. Chegaram e foram perguntando: “Quem é o presidente dessa merda aí?”

O pessoal ficou tão atarantado que nem soube dizer quem era o presidente, que era um senhor chamado Antônio Vicente. Eles se enfezaram: “Rapaz, não tem presidente? Então lá vai bala!”. Foi muito tiro. Mataram sete companheiros e companheiras e feriram mais três: José Bonifácio, seu Leopoldo e Sena. Ficaram no chão todo retalhado de bala. Eles não morreram, mas os outros sete morreram. E o Antônio Vicente foi preso, levado para São Luís, e passou mais de três meses na cadeia, acusado de ter sido o culpado do massacre. Isso também botei na minha agenda. Mas, até 1962, eu era apenas um rebelde. Não entendia de política, só queria vingança daqueles crimes praticados. Estava quase a me transformar num segundo Lampião, pois minha vontade era, ao ver um fazendeiro, um latifundiário, meter bala. Era só revolta.³⁴

Naquele episódio, um camponês que havia levado uma velha arma de caça deu um tiro no peito do tenente. Outro, que carregava consigo uma peixeira, pegou um soldado pelo pescoço e lhe “deu umas oitenta facadas”. O soldado caiu, mas outro policial matou esse trabalhador a tiros. Ao todo, nove mortes. Manoel foi obrigado a sair de Pirapemas e ir para o Pindaré-Mirim. Neste período, envolveu-se um grupo do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Igreja Católica.

Participou de um treinamento dirigido aos lavradores em Santa Inês, num projeto que era coordenado pelo bispo Dom Antônio Batista Fragoso – que posteriormente atuou em Crateús (CE). No curso, eram discutidas questões relacionadas à política, ao sindicalismo e ao cooperativismo. Não havia ainda sindicatos de trabalhadores rurais na região. Dos 35 trabalhadores que fizeram o curso, a maioria era analfabeta. A primeira missão de Manoel e de outro companheiro foi criar escolas para ensinar adultos e crianças – que receberiam o nome de Escola João de Barro: “Era uma casinha só com uma porta, uma janelinha, mais um buraco para poder correr vento, e os bancos eram todos de madeira lavrada, no facão mesmo, no machado”. Vinte e oito escolas foram criadas. O pagamento aos professores era feito através de contribuições a uma caixinha comum. Na esteira deste trabalho, em 18 de agosto de 1963, os trabalhadores fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim, o primeiro sindicato camponês do Maranhão, reunindo mil famílias. A primeira reivindicação feita numa assembléia era de que os fazendeiros prendessem o gado para que este não comesse a produção dos trabalhadores.

Mesmo com as denúncias e pressões, os moradores não foram atendidos: o gado continuava à solta. Então, tomaram uma decisão: “A partir de hoje, o gado comeu roça, come bala”. A carne das reses seria vendida e o dono levaria o dinheiro que sobrasse depois da indenização do prejuízo dado na roça do lavrador. Assim fizeram. “Rapaz, todo dia, eram no mínimo quinze, vinte vacas. Camponês comia

34. Entrevista a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo, 2005.

carne à vontade! E dava carne, e vendia carne... Uma alegria! Aí eles começaram a prender o gado!” Mas isso provocou o ódio dos fazendeiros contra os lavradores. Os latifundiários começaram a organizar milícias paramilitares que funcionaram até 1969. Os trabalhadores tinham aprendido a se organizar: criaram cooperativas e mantinham um paiol de arroz.

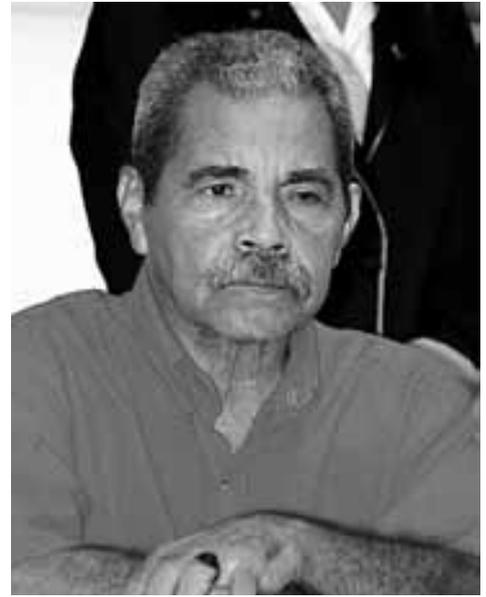
Quando veio o golpe militar de 1964, a sede do sindicato foi ocupada pelo Exército. A intervenção durou 60 dias. Mais de 200 lideranças foram presas e levadas para São Luís. Os trabalhadores mais preparados escondiam-se no mato. Manoel ressalta que, naquela época, no Maranhão, mesmo com a ditadura, “o único sindicato que colocava 50 mil trabalhadores na rua, em três cidades, num só dia, era o de Pindaré-Mirim”. Os trabalhadores ocupavam as cidades de forma que ninguém saía e ninguém entrava, porque não havia estradas e a polícia tinha que chegar de lancha. Naquele período, ele ainda se considerava “anticomunista”, mas quando ouvia falar de “subversivos”, dizia para si mesmo: “Sou um deles!” Até que o MEB não pôde mais prestar apoio aos trabalhadores. Ele começou então a militar na Ação Popular (AP), chegando a ser um dos membros do comitê central.

Desde que os militares ocuparam a sede do sindicato, em abril de 1964, os trabalhadores passaram a se reunir no mato e nas casas. Numa dessas reuniões, em julho de 1968, a polícia chegou interrogando: “Quem é o Manoel da Conceição, o presidente do sindicato clandestino?” Ele respondeu: “Sou eu”. Apresentou-se e a polícia disparou mais de cem tiros na direção dos trabalhadores. Três camponeses ficaram feridos.

Fui baleado no pé: peguei dois tiros de fuzil. O delegado me derrubou e puxou um revólver pra atirar no olho, na boca. Eu dou-lhe assim com a mão no braço, o revólver dele sai cantando no mundo e eu parto pra cima do homem...

Manoel foi preso. Apesar do ferimento enorme no pé, passou seis dias na cadeia em Pindaré-Mirim sem qualquer tratamento médico. Jogado num cubículo imundo, “melado de mijo”, via o sangue escorrer para fora da cela. Depois de uma semana, a gangrena já lhe subia pela perna. Manifestações de trabalhadores e estudantes fizeram com que ele fosse levado para São Luís para receber atendimento médico. Ali, teve a perna amputada. “Fiquei doente, doente moralmente. Puta merda! Agora vou ter que pedir esmola. O que eu conhecia no interior era que nego que perdia a perna, pedia esmola”.³⁵ Depois de voltar a andar, ele retornaria à sua luta. Mas as conseqüências do regime militar ainda iriam se acirrar.

Já vínhamos enfrentando os pistoleiros, os fazendeiros, a polícia. Agora, eles haviam mandado o Exército, arrancaram minha perna, mataram nossos companheiros. Depois que continuamos resistindo, eles mandaram tomar tudo o que tínhamos, casa, arroz, feijão, animais, nosso dinheiro no banco, nosso gadinho comunitário, e eu já tinha perdido até minha família, que tinha ido se esconder no interior do Piauí.



Doutor Manoel: líder camponês durante a cerimônia em que recebeu o título de doutor Honoris Causa, concedido pela UFMA, em 2010.

(Felipe Klamt/ Acervo UFMA)

35. Relato de Manoel da Conceição em *Essa terra é nossa*, 1980, p.161; e em *Chão de minha utopia*, 2010, p.212.

36. Entrevista a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo, 2005. Informações também constam do *Pasquim*, 1980.

37. Entrevista a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo, 2005.

Em meio à sua militância na AP, Manoel viajou para a China, onde faria um treinamento de guerrilhas. Neste período, começaram as suas divergências com aquela organização política em relação ao modelo de revolução considerado o mais adequado para o Brasil. Depois de nove meses morando na China – quando teve a oportunidade de se encontrar pessoalmente com Mao-Tse-Tung –, Manoel retornou ao Brasil.³⁶ Conta que aprendeu a arte da guerra, mas antes mesmo de usar esses conhecimentos foi preso pelos militares brasileiros, em janeiro de 1972.

Ficou detido 30 dias em São Luís (MA). Numa madrugada, raptado no DOPS, foi colocado num avião militar e levado para o DOI-Codi do Rio de Janeiro. “Não está escrito o que passei nessa prisão. Sabe o que é a pessoa passar oito meses em subterrâneos clandestinos, só saindo para ser torturado ou ir para o hospital?” Durante quatro meses, passou por violentas torturas, físicas, psicológicas e morais. Seis meses depois de seu encarceramento, a porta da cela foi aberta e um homem, já todo arreventado por torturas, foi jogado para dentro. Era Samuel Jorkevich. Ele lhe disse: “Se eu não morrer e sair, vou espalhar que você está aqui”. Manoel considera que foi essa ação que ajudou a salvá-lo, pois a notícia correu. Depois disso, foi transferido para a Bahia. Ficou confinado num quartel durante 15 dias, sob espancamentos e maus-tratos. De lá foi levado para Recife e depois a Fortaleza.

Em Fortaleza, foi apresentado à Auditoria da 7ª Região Militar, onde prestou depoimento mencionando tudo o que havia vivido e assistido: as mortes, as prisões, as torturas. Ali, Manoel da Conceição desafiou a Justiça:

*Quero saber qual foi a casa que incendiei, qual foi o banco que assaltei. Eu apenas tenho uma luta em defesa de um povo, e eu faço parte dele. E a gente quer terra, quer direitos, quer saúde, quer trabalho, quer liberdade. E se isso é negado, a gente tem de ser contra. Mas, se isso é crime, sou criminoso mesmo.*³⁷

Organização:

trabalhadores do campo durante uma assembléia .

(Arquivo Contag)



Foi julgado, condenado a três anos de prisão e solto, pois já havia cumprido três anos e meio. Sua advogada, no entanto, apelou para o Superior Tribunal e ele foi absolvido por unanimidade. Ganhou a liberdade no final de 1975. Ao chegar a São Paulo, no entanto, foi preso novamente. Mais 11 dias de torturas, confinado numa cela imunda e dormindo num colchão molhado.

Ao todo, fui preso nove vezes. Na nona vez, me levaram para o Rio de Janeiro e lá fiquei oito meses, comendo só pão e água, ficando em uma solitária onde fazia todas as necessidades fisiológicas, ali mesmo, não tinha privada. Então, ali foi que eu reí etí mais profundamente sobre meu ódio; comecei a imaginar que aqueles eram

*os inimigos jurados; que os verdadeiros inimigos eram aqueles que, principalmente, autorizavam a tortura. Não aqueles que torturavam e sim quem mandava no torturador e que eram os mesmos que mandavam nos jagunços – os capitalistas.*³⁸

Houve uma forte pressão no país e no exterior por sua libertação. Foi solto então pelos militares, sob a condição de que se exilasse. Antes do desterro, por causa das ameaças de morte, foi abrigado na casa de Dom Aloísio Lorscheider, arcebispo e presidente da CNBB. Manoel viajou então para a Suíça, onde permaneceu por três anos e meio. Lá, soube da fundação do Partido dos Trabalhadores, no qual se engajaria ao retornar ao país em 1979, após a Lei da Anistia. Em seu retorno, passaria algum tempo trabalhando em Pernambuco, antes de retornar ao Maranhão. Já não cultivava mais a terra, mas continuava a se considerar camponês – de coração, de alma e “de sangue”.

Quando Manoel da Conceição estava num hospital, em São Luís (MA), em julho de 1968, recuperando-se da operação de amputação de sua perna direita, o então governador do estado, José Sarney, enviou um representante para apresentar um pedido formal de desculpas ao líder sindical e fazer-lhe uma proposta: o governo lhe oferecia uma perna mecânica, uma casa, um carro e um emprego, em troca de apoio político.

Durante sua campanha ao governo do estado, lembra Manoel, Sarney prometia que ia fazer a reforma agrária para vingar os massacres sofridos pelos posseiros. O sindicalista ressalta, entretanto, que foi “a polícia dele” que chegou atirando na reunião do sindicato de camponeses. Na ocasião desta proposta, Manoel respondeu: “Não quero nada disso. Eu considero que sou um camponês mutilado e perdi essa perna numa luta e os camponeses podem me dar uma perna”. Disse na ocasião: “De agora em diante, considero que minha perna é minha classe!”³⁹ Na frase que se tornaria conhecida,⁴⁰ Manoel sintetizava toda a sua luta.

“Minha perna é minha classe”



Luta corporificada: Manoel foi mutilado em violência policial.

(Arquivo Red Por TI América)

Depoimento

Um inventário do horror: afogamentos, pau-de-arara, choques e torturas sexuais

“Amarraram os braços e me atiraram dentro d’água. Encapuzado. Supus que era piscina porque não ouvi barulho de mar. Amarrado como porco. Daqui a pouco me puxaram de novo. “Como é que é? Resolveu?”

38. Manoel da Conceição, In: *Utopias Agrárias*, 2008, p. 351.

39. Entrevista a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo, 2005.

40. A frase virou título de um dos capítulos de *Essa terra é nossa* (1980) e *Chão de minha utopia* (2010).

E assim umas três vezes. Eu já estava com a barriga cheia d'água. Botaram os pés pra cima e a cabeça para baixo. Vomitei muita água. Eles me levaram até o poste de luz. Lá algemaram os braços do outro lado. Tiraram a perna mecânica e o macacão. Fiquei nu, todo molhado. Aí veio pancada. De tudo: era de mão, golpe de caratê, cassetete nas costas, na cabeça. Depois os caras vinham assoviando: "Quando chegar bem pertinho, se não disser a primeira palavra abrindo o jogo, agüenta a porrada." O cara vinha: "fiu, fiu, fiu." Eu calado lá. Ele, pá! Passava de novo. O outro já vinha do outro lado. Eles me carregaram de lá quase de manhã. Me jogaram num lugar que não sei onde era. Sei que vinha médico, vinha enfermeiro. Eu estava com o corpo todo azul de porrada. Começaram a passar gelo para descoagular o sangue. Quando eu estava mais ou menos melhor, tomando injeção, me levaram novamente pra interrogatório.

Eles me penduraram os braços no diabo de uma grade e amarraram o pênis com uma corda pra eu não mijar. De vez em quando, vinha um dar porrada na cara. Não posso dizer quanto tempo eu fiquei assim. A gente nunca sabe, porque não tem relógio. Está lá nu. Perde a noção. Desmaiei e acordei em outro lugar. Não mexia com os braços nem com a perna, toda inchada. Lá fiquei em tratamento. O médico não falava nada. Via como estava o braço, tirava a pressão, depois desaparecia. Comecei a me movimentar e já saía pra mijar no banheiro. Então me botaram no mesmo lugarzinho: na grade, pendurado. Foi porrada no estômago, nas virilhas, nos testículos, nos ouvidos. Bateram até quando eu não vi mais nada. De novo no hospital. Era um quarto fechado, pequeno, tinha cama de hospital mesmo. Eu olhava pros braços e estavam novamente roxinhos. Nesse período o cabelo e o pelo do corpo começaram a cair. A cama ficava pretinha de cabelo. Quando eu estava melhor, me botaram numa cela. Aí é que dei fé que tinha soldado, que a roupa de cama era tudo coisa do Exército. Não me levaram de carro, fui andando teleguiado: "Sobe aqui, sobe acolá." O lugar onde tinha a cama e me fizeram o tratamento era o mesmo lugar onde tinha Exército. [Sobre as torturas no DOPS em São Luís (MA), em 1972]

(...)

Quando me botaram fora do carro, saíram teleguiando: "Vai aqui, vai acolá", mil voltas. Chegamos numa sala grande. Lá é que foi o inferno. Tiraram o capuz. Não tinha móvel. Paredes brancas. Não se ouvia barulho, nem de grilo. Suponho que era subterrâneo. Não tinha janela. Tudo silêncio. Tinha uns ganchos de ferro nas paredes e seis a oito cadáveres pendurados nos ganchos. Eu pensei logo: aqui é o fim. Não posso garantir, como eles diziam, que eram presos políticos. Podem ter sido marginais que o Esquadrão da Morte matou e depois botaram lá pra fazer assombração. Agora, era gente mesmo. Tinham cabelo, olhos, todos nus, secos. Gente nova, de vinte e cinco, trinta anos. Não dava pra ver se eram pretos ou estavam

queimados por outras razões. Os caras falavam de fora, mas eu não sabia onde eles estavam. "Se você não resolve abrir as coisas, vai ficar como essa gente. Você está aqui porque quis. Esses foram os chamados 'homens fiéis ao proletariado', assim como você está querendo ser. Resultou nisso. O nosso governo tomou a seguinte decisão: existem lugares onde se prende e investiga normalmente. E existem os lugares para os mais perigosos, onde se tortura e mata. É onde você está."

(....)

Fui então pela primeira vez para o pau de arara. Mas não era amarrado assim na perna, nos braços. Eles me amarraram pelos testículos. Esses caras queriam me matar mesmo. Choque nos testículos, orelha, nariz, dedo da mão, dedo do pé. Choque que você dava coice, grito, uma desgraça. Quando os caras viram que estavam perdendo tempo, começaram a dizer o seguinte: "Pendura de novo, prega o pau desse cara numa tábuia." E baixaram um prego em cima do pau. Quando tiraram o prego, eu estava que não agüentava mais mesmo, não. Desmaiando por todo canto, tendo suor todo o tempo. Vieram com um ferro, que tinha assim três carreiras de dente, como um serrote. "Isso aqui é para puxar a tripa do cu pra fora. Você agora vai dizer se era militante ou não." Me derrubaram no chão e ameaçaram meter o ferro. Nessa hora, eu disse "sou militante da Ação Popular, podem me matar." "Não, era só isso que nós queríamos saber. Tira o ferro do cu". Aí esses homens puxaram um monte de depoimento e disseram o seguinte: "Você já admitiu ser militante da Ação Popular. Agora vai confirmar um por um os nomes que estão aqui ou vai se foder". Esse chamado doutor Cláudio foi o comandante das torturas. Um cara dos olhos azuis, altão, meio gordo, veio lá quando eu já estava saindo desse lugar. Foi conversar com o doutor Cláudio e me ver, mas não apareceu lá pra torturar. "Se você confirma que é militante da Ação Popular, também conhece esses caras. Eles todos o conhecem. Como é que você não vai conhecer?" "Eu não conheço nenhuma dessas pessoas. Se eles dizem que são militantes da Ação Popular, que é que vocês querem perguntar? É problema deles. Tá dito". [Sobre as torturas nos quartéis do Exército e da Marinha no Rio de Janeiro, em 1972]

Relatos de Manoel da Conceição, contidos nos livros *Essa Terra é Nossa* e *Chão de minha utopia*.



Nas ruas e nos porões:
o regime de arbítrio
intensificado pelo AI-5, em
1968.

(Acervo Iconographia)

ELIAS ZI COSTA LIMA E RAIMUNDO ALVES DA SILVA

SINDICALISTAS
DE SANTA
LUZIA FORAM
ASSASSINADOS
A SANGUE-FRIO
POR PISTOLEIROS
CONTRATADOS
POR GRILEIROS

Lavrador e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, no Maranhão, Elias Zi Costa Lima, conhecido como “Zizi”, 42 anos, casado e pai de nove filhos, foi assassinado a tiros, a queima-roupa, no mercado da cidade em 21 de novembro de 1982. O crime, assistido por dezenas de testemunhas, foi praticado por filhos do latifundiário José Gomes Novaes – Delmi, Delmar e Leônidas. Baleado com dois tiros de revólver calibre 38, o sindicalista já estava no chão quando ainda foi alvejado no pescoço por um tiro de espingarda.

Elias apoiava numerosas famílias que lutavam contra a expulsão de uma área na região na Lagoa do Capim, considerada como devoluta e da qual o grileiro pretendia se apossar. O conflito começou em 1981, quando José Gomes avançou sobre a terra de 300 famílias que trabalhavam na área desde 1967, praticando violências e espalhando o terror entre os moradores: casas foram queimadas, plantações eram destruídas e os trabalhadores, ameaçados. Essas agressões e violências foram denunciadas à Delegacia de Polícia de Santa Luzia e à Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, sem que fosse tomada qualquer medida.

Em homenagem ao sindicalista, o cineasta Murilo Santos produziu, em 1986, um documentário de animação: *Quem matou Elias Zi?* O curta-metragem utiliza a poesia de cordel e o desenho animado para narrar o assassinato do líder sindical, reconstituindo as violências cometidas por latifundiários e pistoleiros contra os trabalhadores rurais daquela região e que culminou com a morte de Elias.

Dois anos após a morte de Elias Zi, em 17 de setembro de 1984, o sindicalista Raimundo Alves da Silva, o “Nonatinho”, tesoureiro do mesmo sindicato de Santa Luzia, e que foi o primeiro presidente da entidade, também foi assassinado a tiros. Dirigente comunista, o lavrador de 50 anos, casado e pai de 12 filhos, tinha sido um dos principais líderes na luta dos trabalhadores rurais na região de Pindaré. Ele foi morto nas proximidades de sua casa, em Santa Luzia, com quatro tiros disparados por pistoleiros.

Vários conflitos de terra na região do Pindaré fizeram com que o sindicato recebesse constantes denúncias sobre as questões da rua dos Marimbondos, do Centro dos Concurdas e da Lagoa do Capim, envolvendo o grileiro José Marciano; além dos conflitos na fazenda Karimã, pertencente a um grupo paulista. Esses grileiros, juntamente com o ex-prefeito Otávio Rodrigues e um ex-dirigente sindical pelego chamado Honorato Santana, estavam envolvidos no assassinato de Nonatinho. Durante o sepultamento de Raimundo, 5 mil camponeses compareceram para lhe prestar a última homenagem e protestar contra as atrocidades cometidas contra os líderes sindicais. Depois da morte do sindicalista, vinte deputados enviaram telegramas ao Ministério da Justiça e ao governo do Maranhão exigindo a apuração do crime e a punição dos criminosos.



Numa entrevista, a viúva de Raimundo, Francisca Conceição da Silva, mãe de dez filhos, contava que, antes da morte dele, muitos a aconselhavam a pedir ao marido que desistisse daquela luta. Ela, por sua vez, dizia que entendeu a motivação do companheiro: “Se a gente não lutar, morre, e se lutar, morre, então a gente tem que entrar na luta mesmo”. De acordo com Francisca:

Se ele estivesse matando gente, eu daria conselho pra ele. Mas ele não estava tomando nada de ninguém, não estava mandando matar ninguém. Apenas ele estava lutando por uma coisa que quer para a gente também, não só para os outros. A gente quer que o pessoal entenda que a luta da terra tem que lutar mesmo (...). Tem que ser com luta mesmo. Morre um, morre dois, dez e o resto fica. Eu não ia dar conselho pra ele sair. O pessoal não largava dele, ele ia se esconder do povo? Não! Ficava dentro.⁴¹

Mobilização: Trabalhadores rurais em manifestação ruidosa.

(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)

41. Registro de entrevista reproduzido por Antônio Montenegro no artigo *O sangue da terra*.

**LISTA
DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

**MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS**

Antônio Vicente, sindicalista de Pirapemas, preso em 1962, durante invasão da polícia a uma reunião de posseiros que lutavam para reaver áreas tomadas por latifundiários. [Fonte: Relato de Manoel da Conceição, em *Chão de Minha Utopia*]

Antônio Fernandes de Souza, trabalhador rural, morador de Coco, município de Tuntum, posseiro da área, assassinado em 1964, a mando do grileiro Josué Tavares de Almeida. [Fonte: MST]

João Maranhão, lavrador do município de Joselândia, morto em outubro de 1972, juntamente com o soldado Diniz, depois de um tiroteio entre 30 pistoleiros, agricultores e soldados da PM, em meio a um conflito sobre demarcação de terras. O lavrador foi morto a tiros pelos pistoleiros, provocando a revolta dos agricultores. Num segundo tiroteio, morreu o soldado. Os pistoleiros asseguravam, a mando dos proprietários, a demarcação de terras onde viviam dezenas de colonos posseiros. [Fonte: MST]

Gil de Oliveira Campos, trabalhador rural da fazenda Barra, no município de Caxias, morto em agosto de 1973. A esposa de Gil, “Dona Maria”, suicidou-se semanas depois do assassinato do marido. Conforme Luiz Lé Sobrinho, posseiro de uma pequena faixa de terra na demarcação Buenos Aires, município de Caxias, os atos de arbitrariedade, a mando de Gerson Moreira da Silva Melo, proprietário da fazenda, vinham sendo cometidos há muito tempo. Ele seria o mandante do assassinato de Gil de Oliveira Campos. Depois da morte deste, o fazendeiro teria invadido a propriedade, tomando tudo o que pertencia à família. Desesperada, a viúva se enforcou. Entre as denúncias feitas contra o fazendeiro consta que, em 1978, ele obrigou José Ribamar a trabalhar para ele: este trabalhador foi surrado, pisoteado, ameaçado de morte e marcado no peito com ferro. [Fonte: MST]

João Palmeira Sobrinho e José Vieira de Souza, ex-presidente do STR de Imperatriz e lavrador, respectivamente, ambos do município de Imperatriz, assassinados na fazenda Pindaré, município de Santa Luzia, enquanto almoçavam num barracão de trabalhadores, em janeiro de 1975. Após as duas mortes, um lavrador não identificado matou, com um tiro de espingarda, Jeová, empregado da fazenda Pindaré e que foi o executor de João Palmeira e José Vieira. Dois jagunços foram feridos no confronto. [Fonte: Contag; MST]

Francisco Cerqueira, posseiro, morador de Coquelândia, município de Imperatriz, morto por pistoleiros em agosto de 1976 devido a conflito de terras. O mandante foi o fazendeiro Raimundo Soares de Araújo, o “Fogoió”. [Fonte: MST]

José Ribamar Souza, trabalhador rural do município de Imperatriz, assassinado em julho de 1977, por questões de terra, perto do povoado de Angical, ao cair numa emboscada. Segundo a denúncia feita pelo advogado do STR de Imperatriz, Osvaldo Alencar Rocha, que alertou para a intensificação de conflitos entre os posseiros, grileiros e grandes fazendeiros de toda a pré-Amazônia maranhense, principalmente Santa Luzia, Santa Inês e Imperatriz, entre 1976 e 1977, 1.050 famílias esta-

vam sendo impedidas pelos fazendeiros de fazer as suas roças e pressionadas para que abandonassem suas terras. Ele acusou nominalmente dois fazendeiros de fazerem violências contra os posseiros: Olinto Garcia de Oliveira e Walter Machado de Castro. Apenas este último expulsou 20 famílias no povoado de Angical, todas elas possuidoras de cartas de ocupação. [Fonte: MST]

Francisco Pereira da Silva, trabalhador rural do município de Imperatriz, assassinado em dezembro de 1977, na fazenda Pindaré, por grileiros da região. [Fonte: MST]

Manoel Odinei, posseiro, da localidade de São Pedro da Água Branca, município de Imperatriz, morto em 1977, numa tocaia comandada pelo grileiro Zé Milton, o “Zé Branco”. Manoel Odinei, juntamente com outro lavrador, conhecido como “Fia”, tinha uma roça, numa terra que “Zé Branco” dizia ser dele. [Fonte: MST]

Valdir, posseiro, da localidade de Lagoa Vermelha, município de Açailândia, morto por questões de terra em 1977, num conflito iniciado ainda em 1969, segundo relatório da CPT regional, que estaria prejudicando 150 famílias. Os mandantes do crime foram Sebastião Mendes e seu filho, José Mendes Neto. [Fonte: MST]

Enoc Pessoa, trabalhador rural de Imperatriz, morto na fazenda Pindaré, em fevereiro de 1978. [Fontes: MST; Contag, Fetaema]

Antônio Batista da Rocha, jovem trabalhador rural, morador de Lagoas, município de Timbiras, morto em março de 1978, em meio a um massacre de lavradores, promovido pelo delegado da localidade e outros policiais. O conflito começou por causa da destruição das lavouras de Marcos Rocha, pai de Antônio, por vacas do posseiro Pedro Euclides, mortas dentro da roça de Marcos, depois de o proprietário ter se negado a retirá-las. O mediador para um acordo que não se realizou acabou sendo o próprio delegado José Antônio de Souza, partidário do posseiro. Marcos Rocha foi preso por não pagar a vaca abatida. Enquanto os policiais o conduziam, o filho, Antônio, desesperado, segurou a arma do delegado implorando que não matasse seu pai. Foi o suficiente para que o próprio delegado e os outros policiais abrissem fogo contra o jovem. Outros dois lavradores da mesma família ficaram feridos. [Fontes: MST; Contag]

Amadeu Manoel de Melo e sua mulher, posseiros em Sucuruizinho, município de Santa Luzia, mortos em julho de 1978, devido a conflitos na região – localizada no vale do rio Zutiua, onde mais de 600 famílias habitavam. Em 1974, começaram as tentativas de grilagem. Em 1975, a Comarca começou a retalhar a terra para grandes grupos. Os grileiros, à frente de um grupo de jagunços, praticaram violências contra os posseiros, obrigando-os a assinar recibos de venda das benfeitorias. Atearam fogo nas casas, espancaram e humilharam os posseiros. Um dos grileiros armou um pequeno exército, que usava farda e armamentos da PM e do Exército. [Fonte: MST]

Hermínio Alves da Luz, posseiro da Fazenda Maguary, município de Santa Luzia, morto por questões de terra em julho de 1978. Durante as co-

**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

memorações do Dia do Lavrador, o lavrador Antônio Alves Sobrinho narrou o desaparecimento de Hermínio, que morava havia quatro anos nas terras da fazenda Maguary, propriedade reivindicada pelo então senador José Sarney. O caso começou quando Antônio Rodrigues de Souza, conhecido como “Cearense Carlos”, que, até aquele ano já tinha praticado 11 grilagens, começou a cercar os povoados e intimou Hermínio a vender a sua terra, ao que ele se negou. Um vaqueiro de Cearense Carlos procurou alguém para matar Hermínio e logo depois ele desapareceu. [Fonte: MST]

José Barroso, lavrador, da localidade de Morada Nova, município de Tuntum, morto em agosto de 1979 por questões de terra e grilagem. O pistoleiro, após o crime, continuou ameaçando a família Barroso, que fez denúncias à Secretaria de Segurança Pública. [Fonte: MST]

Firmino Guerreiro dos Santos, trabalhador rural de Porto Franco do Caru, São João do Caru, município de Bom Jardim, assassinado em agosto de 1979, devido a conflitos de terras. Um mês antes do crime, Antônio Abreu, que se dizia dono das terras, usa dois capangas para pressionar os lavradores a pagarem o foro ou deixarem as áreas. Em agosto, Antônio Abreu ameaça, armado, o presidente do STR, Elizeu Alves da Costa, e mata Firmino Guerreiro dos Santos, ferindo gravemente outro trabalhador. Segundo nota da Contag, o motivo da agressão contra o presidente do sindicato foi sua atuação em defesa de cerca de 100 famílias de posseiros cuja posse Antônio Abreu (que já seria o responsável por cerca de oito mortes) vinha tentando tomar. [Fonte: MST]

Eliseu Possione, lavrador de Esperantinópolis, morto em novembro de 1979, num ataque de capangas do grileiro José Gonçalves Neto, num episódio em que outro lavrador ficou ferido gravemente. O fato foi denunciado em praça pública, numa manifestação popular organizada pela direção do STR de Esperantinópolis, na qual estavam presentes cerca de 3 mil lavradores da região e representantes de STRs do interior do Estado. [Fonte: MST]

Eduardo Resende de Souza, trabalhador rural, do município de Tuntum, morto em dezembro de 1979, em conflito iniciado ainda em 1962, quando José Gomes de Almeida grila a terra e pressiona os posseiros. Em junho de 1979, José vende a terra ao industrial piauiense Manoel Valente, que cerca a propriedade e, com a ajuda de policiais militares e capangas, tenta expulsar os posseiros, que, por sua vez, derrubam as cercas construídas. No final daquele ano há o assassinato de Eduardo Resende. Em julho de 1980, o delegado de Pedreiros, com seis soldados e três capangas, cometem violências contra outro trabalhador, Manoel Saraiva. [Fonte: MST]

Francisco Jesus da Silva, jovem lavrador, do município de Esperantinópolis, morto em janeiro de 1980, com um tiro no peito e outro no ouvido, quando dançava com a namorada numa festa do povoado de Alagoinha. O STR da localidade acusa o irmão de um grileiro de haver planejado, meses antes, matar lavradores de Alagoinha para facilitar a invasão de grileiros. [Fonte: MST]

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

João Antero da Silva, suplente de delegado sindical, do município de Tuntum, assassinado em maio de 1980, em crime encomendado por grileiros. [Fonte: MST]

Antônio Genésio Veras, lavrador e comerciante do povoado de Brejeron, morto em julho de 1980 com um tiro nas costas. Dois meses antes, o lavrador teve sua casa invadida pela décima vez e derrubada a golpes de machado por capangas do grileiro Eugênio Sá Coutinho. Eles inutilizaram 4.500 quilos de arroz encharcando-os com querosene. O conflito começou em 1977 quando o grileiro apareceu na região exigindo pagamento de arrendamento e exclusividade na venda da produção, sem nunca comprovar ser dono das terras, que, segundo o presidente da Fetaema, Francisco de Oliveira, são de domínio público. Ao longo dos anos, várias violências foram registradas. Numa dessas ações, em julho de 1980, cerca de 15 casas foram queimadas. [Fonte: MST]

Cícero Catarino, lavrador do povoado de João Vito, encontrado morto nas águas do rio Itapecuru, em agosto de 1980. Tinha sinais de torturas, afundamento da nuca e havia levado um tiro no olho direito. O crime foi executado por pistoleiros a mando do grileiro Eugênio Sá Coutinho, mencionado antes. [Fonte: Contag; MST]

Napoleão, lavrador do povoado de Belmonte, encontrado em julho de 1980 no quilômetro 100 da MA-034, no município de Caxias, com a cabeça decepada. Crime cometido por pistoleiros a mando do grileiro Eugênio Sá Coutinho. [Fonte: Contag; MST]

José Martins de Souza, jovem posseiro, morador da localidade de São Pedro da Água Branca, Imperatriz. Retirava madeira da mata para a construção de uma casa de taipa quando foi morto a tiros. O crime foi encomendado pelo grileiro Ararizon Evangelista do Nascimento. [Fonte: MST]

Gregório Alves, Raimundo Oliveira Lima, Francisco Nobre e Lourival Gaia, presos e espancados em Floresta, município de Santa Luzia, por mais de 60 soldados, em 1980. [Fonte: Contag]

Marcelo dos Santos, delegado sindical de Cajazeiras, município de Codó, morto em sua própria casa com sete tiros e nove facadas, em maio de 1981. As investigações apontavam que o crime, cometido por pistoleiros, estava relacionado com o conflito de terras que envolve mais de 400 famílias numa área de 10 mil hectares pretendida por vários grileiros. [Fontes: Contag; MST]

Edson Rodrigues Moreira, trabalhador rural do município de Santa Luzia, morto por pistoleiro em julho de 1981. Antes mesmo do crime, o mandante, o grileiro Fernandinho Vilela, vinha espalhando o terror entre os posseiros, com o objetivo de se apropriar de uma área de 12 mil hectares. [Fontes: Contag; MST]

Cícero Francisco de Souza, presidente do STR de Vargem Grande, preso e agredido a socos, pontapés e coronhadas na Delegacia de Polícia, em 1981. [Fonte: Contag]

Elias-Zi Costa Lima (o "Zizi"), presidente do STR de Santa Luzia, assassinado no mercado da cidade em novembro de 1982, diante de dezenas de testemunhas, por filhos do grileiro José Gomes Novaes. [Fonte: Contag; MST]

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

- João Alves do Nascimento**, presidente do STR de Olho d'Água das Cunhas, vítima de atentado em 1982, no qual sobreviveu. [Fonte: Contag]
- Enéas Matias**, baleado pelo grileiro José Sindra em 1982, em Esperantinópolis. [Fonte: Contag]
- João Carneiro**, lavrador do município de Turiaçu, assassinado em 1982. Na ocasião da morte, ao invés de proceder às investigações, a polícia ainda prendeu outros quatro lavradores – Sebastião Costa, Agenor Silva, Cecílio Silva e José Mocuta. Eles foram despidos numa cela totalmente fechada e espancados. [Fonte: MST]
- Luis Viana**, lavrador, residente no povoado de Nazaré, município de São Domingos, baleado com um tiro de espingarda em julho de 1982. Morreu dias depois. Há tempos, o grileiro vinha pressionando as famílias daquela região, ameaçando-as e cobrando uma renda de coco muito alta. [Fonte: MST]
- João Brito**, lavrador, residente no povoado de Cordeiro, em Pio XII, morto em 1982, a mando do latifundiário Zé Dico, que tentava se apropriar de mais de 13 mil hectares de terra e vinha ameaçando as famílias da região. [Fonte: MST]
- Cícero Reinaldo de Souza**, morador da localidade de Anajá, município de Grajaú, morto devido a questões de terra em 1982. Naquele contexto, sob o comando do sargento José Maria, a polícia vinha assegurando a grilagem da fazenda Citema. Cerca de 70 posseiros foram impedidos de trabalhar e o gerente da fazenda contratou mais 30 capangas a expulsão das famílias. [Fonte: MST]
- Aristides Teixeira dos Santos**, líder da comunidade Santa Tereza, município de Brejo, assassinado em 1983. Seu filho, Antônio Aristides, ficou ferido. [Fonte: Contag]
- João José de Lima**, deficiente físico, da localidade de Sítio Novo, município de Bacabal, assassinado em 1983, por grileiro, defronte à representação do Incra em Bacabal. [Fonte: Contag]
- Raimundo Nonato Lopes**, trabalhador rural da localidade de Cumbique, município de Passo do Lumiar, assassinado em 1983. [Fonte: Contag]
- Aristides Teixeira Santos**, posseiro, 80 anos, residente em Santa Tereza, município de Brejo, morto em sua casa com 17 facadas no dia 23 de março de 1983, enquanto almoçava com a família. O crime foi cometido por pistoleiros contratados pelo grileiro Raimundo Matos de Carvalho, que tentava expulsar da área 48 famílias. [Fonte: MST]
- João Alves de Lima**, lavrador, 60 anos, morador do Sítio Novo, Bacabal, posseiro havia 25 anos, morto a tiros na porta da representação local do Incra, em 24 de agosto de 1983. Ele foi executado pelo fazendeiro Adílio Soares, filho do grileiro Cícero Soares, diante de várias pessoas. Os latifundiários vinham tentando expulsar da área 10 famílias de posseiros e João Alves havia recebido do Incra e promessa de regulamentação de sua posse. [Fonte: MST]
- Raimundo Nonato Lopes**, posseiro havia mais de 30 anos no povoado de Cumbique, município de Paço do Lumiar, morto com um tiro de revólver

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

em 28 de agosto de 1983. Antes de morrer, o trabalhador matou o assassino – Avelino Souza Abreu, capataz da fazenda Terra Rica – a golpes de faca. O episódio insere-se num conflito entre a Imobiliária Terra Rica e dez famílias de posseiros da localidade de Cumbique. [Fonte: MST]

Paulo Caetano da Silva, vaqueiro, morador da localidade de Arame, município de Grajaú, assassinado em 26 de novembro de 1983, após uma discussão com o capataz da fazenda Soberana, Lindonaldo Rodrigues da Silva, conhecido como “Gago”. O proprietário da fazenda Soberana pleiteava a posse das terras ocupadas por familiares do vaqueiro. [Fonte: MST]

Benedito Rodrigues Ramos e Raimunda Ramos, lavradores da localidade de Surrão, município de Urbano Santos, assassinados em 10 de dezembro de 1983. Benedito era líder dos trabalhadores da região e foi morto juntamente com sua irmã, Raimunda, num episódio em que o grileiro da área, acompanhado de 12 jagunços, cercou o acesso à fonte em que as famílias se serviam. A terra em que se deu a chacina estava em questão judicial havia uma década. Depois do massacre, que ainda deixou quatro feridos, os agressores se refugiaram numa das casas do grileiro Francisco da Silva Araújo, o “Nazinho”. [Fonte: MST]

José Custódio, lavrador, morador da localidade de Lago do Mato, município de Governador Archer, morto em 1983, a mando do grileiro Edésio Bananeira. O grileiro vinha há mais de cinco anos pressionando as 50 famílias de agricultores desta localidade a abandonarem suas terras. [Fonte: MST]

Julião Pinto de Souza e Bento Alves de Lima, posseiros de Juçaral, município de Lago Verde, mortos em 22 de janeiro de 1984. O crime foi encomendado pelo fazendeiro Cocino Gabriel Ramos, que vinha, por todos os meios, tentando expulsar as 50 famílias de posseiros que viviam e trabalhavam na área havia muitos anos. [Fonte: MST]

Benedito Raquel Mendes e Acelino Raquel, pai e filho, respectivamente, lavradores na fazenda Sapucaia, povoado Aparizal, município de Santa Luzia, mortos no dia 25 de fevereiro de 1984. O executor foi o gerente da fazenda Sapucaia, Carlindo Paiva Maia. [Fonte: MST]

José Machado, lavrador, residente no povoado de Juraçal do Vital, em Pio XII, líder sindical e participante da pastoral da Igreja Católica, faleceu dias depois de ter sido baleado com tiros de grosso calibre, por pistoleiros, em 1984. Ele pertencia à Animação dos Cristãos no Meio Rural e prestava serviço de evangelização na Diocese de Bacabal. A emboscada aconteceu quando cinco homens que estavam num carro amarelo o chamaram e pediram ajuda. Quando o trabalhador se aproximou, foi agarrado e recebeu seis tiros. José Machado liderava a luta de 100 famílias de posseiros ameaçados de expulsão pelos grileiros Joaquim da Costa e Severo, que vinham também perseguindo mulheres quebradeiras de coco da localidade. [Fonte: MST]

Cantídio Diniz, lavrador, líder sindical, morador do povoado de Cardeais, em Joselândia, morto na noite de 29 de fevereiro de 1984, numa emboscada, com um tiro de espingarda. Ele liderava a luta de 200 famílias

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

de posseiros nos povoados de Macacos, Juazeiro, Boa Vista, Lagoa do Honorato, Careca, Serrinha e Lagoa do Ferreira, ameaçados de expulsão por pistoleiros comandados por membros da família Teixeira. Cerca de 20 capangas da família haviam queimado casas, destruído plantações e ameaçado os lavradores. [Fonte: MST]

Francisco Rodrigues Batista, lavrador da localidade de Macaúba, município de Coroatá, morto em 15 de abril de 1984, devido a conflitos de terras. A questão remonta a 1976, quando o grileiro Emetério Cardoso Amorim apareceu, dizendo-se o proprietário das terras ocupadas pela família de Francisco. Depois de entrar na Justiça e diante da resistência dos lavradores, o grileiro passou a contratar pistoleiros para resolver o caso. [Fonte: MST]

Raimundo Alves da Silva (“Nonatinho”), tesoureiro do STR Santa Luzia, o primeiro presidente da entidade, assassinado a tiros em 17 de setembro de 1984. Ele foi morto nas proximidades de sua casa, em Santa Luzia, com quatro tiros disparados por pistoleiros. O sindicalista de 50 anos, casado e pai de 12 filhos, tinha sido um dos principais líderes na luta dos trabalhadores rurais na região de Pindaré. [Fonte: MST]

André Carneiro, lavrador, morador da fazenda Ceres, município de Turiaçu, morto em dezembro de 1984. As informações disponíveis dão conta que um clima de medo reinava na localidade antes do crime. A fazenda Ceres pleiteava a posse de 50 mil hectares de terra onde estão localizados mais de 30 povoados e cuja população é constituída de lavradores que vivem ali há mais de 30 anos. Os trabalhadores denunciaram violências praticadas pela Ceres S/A, tais como queima de casas e destruição de roças por tratores, além de prisões arbitrárias e espancamentos por parte de policiais de Turiaçu. [Fonte: MST]

Valentin e José (“Zezinho Careca”), lavrador e sindicalista, respectivamente, moradores do município de Santa Luzia, mortos na localidade de Arapari, em 16 de junho de 1985. No conflito, os comerciantes Raimundo Zeca, Luís Chaves e Francisco Emiliano, que executaram os dois trabalhadores, cobravam uma dívida referente à produção de arroz que os lavradores não tinham podido pagar em função de uma praga que reduziu a sua colheita em 80%. As informações disponíveis dão conta que os comerciantes haviam recebido dinheiro da fazenda Faisa para cometer o crime. O dono da fazenda pretendia, desta forma, tomar a posse dos lavradores. [Fonte: MST]

Abílio Muniz, posseiro, morador do município de Codó, nove filhos, assassinado com 12 tiros, no dia 2 de julho de 1985, a mando do proprietário da fazenda Sagrisa, Fernando Pernambucano, que já havia comandado a destruição de casas e roças de lavradores da área. Abílio era ocupante da área havia 16 anos e vinha sendo perseguido pelo gerente da Sagrisa havia cerca de um ano. A perseguição começou quando o trabalhador denunciou ao STR de Codó que a fazenda Sagrisa controlava mais de 11.500 hectares e estava expulsando os posseiros da área. [Fonte: MST]

Domingos Gomes de Melo, lavrador, morador do município de Timbiras, morto por quatro jagunços em sua casa, no dia 19 de julho de 1985, na

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

localidade de Jussara. O crime, encomendado por um latifundiário, foi cometido diante da mulher e dos filhos do trabalhador. [Fonte: MST]

Gonçalo Ferreira Souza Campos ("Ferreirinha"), lavrador, delegado recém-eleito do STR, morador do povoado de Santa Tereza, município de Lagoa da Pedra, pai de 12 filhos, assassinado com quatro tiros no dia 11 de agosto de 1985. No momento do crime, ele se dirigia de bicicleta para cidade, levando consigo um documento pela reforma agrária, um abaixo-assinado e a contribuição sindical de seus companheiros. O crime foi praticado pelo filho do grileiro Osvaldo Alexandre da Costa, a mando do fazendeiro Almir Maia da Costa. [Fonte: MST]

Francisco Ferreira da Silva, lavrador, morador do Centro do Cajueiro do Careca, município de Joselândia, morto a tiros de espingarda por um grupo de pistoleiros, em 1985. Os homens que o assassinaram foram pagos pela família Teixeira, conhecida pela grilagem de terras na localidade. A área envolve quase 2 mil hectares, reunindo os povoados de Cajueiro, Boa Vista, Massa, Lago do Boi, Centro dos Carecas, Lagoa do Honorato, Lagoa do Ferreira e parte de Serrinha. Nesse mesmo conflito, havia sido morto um ano antes o lavrador Cantídio Diniz. [Fonte: MST]

Manoel Ferreira de Souza e Domingos Abreu, posseiros, moradores do município de Coroatá, assassinados num massacre por seis jagunços do latifundiário José Lamar que chegaram armados com espingardas, cartuchearias, revólver e facões. Na chacina, ocorrida em 1985, ficaram feridos outros quatro moradores, inclusive um jovem, filho de Manoel. O capataz-gerente que comandava os agressores, Zé Tereza, morreu no confronto. A maior parte dos agredidos havia sido expulsa três anos antes das terras de Sapucaia pelo fazendeiro Felipe Salomão e morava na periferia da cidade. [Fonte: MST]

Antônio Batista da Silva (ou Antônio Ferreira da Silva), lavrador e delegado sindical, morador do município de Santa Luzia, morto na localidade de Arapari, em 17 de setembro de 1985. O mandante foi um fazendeiro de Minas Gerais que se apresentava como pretenso dono da fazenda Arapari, de 25 mil hectares, onde viviam 500 posseiros. Na ocasião do crime, as lavradoras Maria Lima Silva e Silvana da Silva também foram baleadas pelo pistoleiro. No dia anterior, o marido de Maria já havia sido assassinado pelo pistoleiro Luiz Chaves, a mando do mesmo fazendeiro. [Fonte: MST]

Antônio Inácio, morador do município de Santa Luzia, morto em 17 de setembro de 1985, na localidade de Moirá, pelo capataz da fazenda Aparecida. [Fonte: MST]

José Luís Moraes, lavrador, morador do município de Cajari, assassinado, em 18 de setembro de 1985, a mando do proprietário de terras, José Muniz. [Fonte: MST]

Antenor Sena de Freitas e Francisco Silva, lavradores, moradores da região de Buriticupu, no município de Santa Luzia, mortos no dia 4 de outubro de 1985, por três pistoleiros que atiraram com silenciadores e em seguida fugiram na direção da fazenda Mafisa. O duplo assassinato ocorreu na fazenda Capoema, em Arame, um dos locais marcados como ponto

**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

de partida da reforma agrária. Em 29 de junho daquele ano, 2.500 trabalhadores haviam feito assembleia e 500 famílias sem-terra decidiram ocupar a fazenda Capoeira. O crime foi cometido a mando de Francisco Simeão Neto, então secretário da Indústria e Comércio do Paraná. [Fonte: MST]

Manoel Monteiro de Souza, lavrador e catequista da localidade de Pau Santo, município de Bacabal, morto em 25 de novembro de 1985. O assassinato ocorreu quando da chegada da Polícia Militar para dar cumprimento à ação de reintegração de posse de Aldeia (lugarejo ocupado por antigos posseiros), solicitada pelo fazendeiro Ananias Lins. A área em litígio compreendia 700 hectares, ocupados por lavradores. Comandando uma tropa de 100 soldados, o Secretário de Segurança e Justiça, Silva Júnior, deu cobertura à operação de despejo de 65 famílias que moravam no local. A polícia chegou atirando contra as casas dos posseiros. A casa mais visada era a de José Milton de Carvalho, filho do velho Manoel Monteiro, o único que se encontrava em casa, adoentado. Ao ver sua casa metralhada, Manoel Monteiro tentou fugir pelos fundos, mas foi atingido por uma saraivada de balas. [Fonte: MST]

Antônio Fontenele, posseiro e sindicalista, 25 anos, morador do Centro do Aguiar, município de Largo do Junco, assassinado em 17 de maio de 1986. Os trabalhadores rurais da localidade tinham apoiado a luta dos moradores do povoado São Manoel, que em 13 de abril daquele ano haviam destruído 3.500 metros de cercas de arame farpado. No dia 16 de maio, o povoado Centro do Aguiar foi invadido por sete pistoleiros, contratados pelo fazendeiro Adelino Pereira Lima, que ameaçaram quatro famílias. Ante a ameaça de incêndio no povoado, as famílias fugiram, mas voltaram para dormir em suas casas. Em 17 de maio, os pistoleiros retornaram. Algumas pessoas conseguiram fugir pelos fundos das casas, mas os pistoleiros mataram Fontenele com dois tiros desfechados pelas costas. No sepultamento, os pistoleiros só permitiram que o pai do sindicalista e quatro mulheres da família acompanhassem o corpo ao cemitério. O fazendeiro havia obtido na Justiça a reintegração na posse do imóvel, prevendo a incorporação do povoado São Manoel. Em agosto daquele ano, um grupo de soldados da Polícia Militar e de jagunços contratados pelo fazendeiro derrubou todas as 25 casas do povoado São Manoel, a igreja e os bananais. Na véspera, o catequista José Ribamar Santos havia sido seqüestrado. Naquele período, o bispo Dom Pascácio Rettler, acompanhado por outros sete bispos maranhenses, entregou um dossiê sobre a destruição do povoado ao então deputado José Sarney, no qual denunciava a participação da União Democrática Ruralista (UDR) na violência aos posseiros. [Fonte: MST]

BAHIA

OTONIEL CAMPOS BARRETO, OLDERICO CAMPOS BARRETO E JOSÉ DE ARAÚJO BARRETO

Nas operações policiais montadas para a captura do capitão Carlos Lamarca, um dos líderes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), no sertão baiano de Brotas de Macaúbas, no início dos anos 1970, várias famílias camponesas foram perseguidas, mortas e torturadas. No lugarejo denominado Buriti Cristalino, os irmãos Otoniel Campos Barreto, um jovem camponês, e José Campos Barreto, o “Zequinha”, militante do MR-8, foram assassinados, respectivamente em agosto e setembro de 1971. Na primeira ofensiva, foi preso o irmão deles, Olderico, baleado no rosto, além do pai, José de Araújo Barreto, de 65 anos, que ainda foi submetido a violentas torturas. As informações constam no livro-relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Nesta época, José Campos Barreto, o Zequinha, filho mais velho entre sete de José de Araújo Barreto – um proprietário de roças, lavrador conhecido e respeitado na localidade – era militante do MR-8 e atuava na região. Ele tinha sido designado pela organização para acompanhar as atividades do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca. Semanas depois, Zequinha e Lamarca seriam fuzilados num cerco na mesma região.

Na primeira operação, em agosto, além de Otoniel, os agentes mataram ainda Luiz Antônio Santa Bárbara, apelidado de “Merenda”, um ex-tipógrafo da *Gazeta do Povo*, e militante secundarista. Em 1967, Luiz Antonio tinha começado a atuar na dissidência baiana do PCB, um dos núcleos que formariam o MR-8. Já atuava na clandestinidade desde 1969, depois de enfrentar sua primeira prisão. Ele foi o primeiro militante do MR-8 a ser deslocado para a região de Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas. Entre os moradores, era conhecido como o “professor Roberto”. Ficou hospedado na casa de José de Araújo Barreto, pai de Zequinha, e trabalhava na roça da família.

Bom jogador de futebol, Luiz Antônio era visto como um “craque” na comunidade, o que lhe angariava popularidade e simpatias. Sua tarefa era formar uma escola de alfabetização no povoado, onde poucos sabiam ler e escrever. Todas as tardes, a casa de José de Araújo Barreto se enchia de crianças e adultos para ouvir o professor Roberto. Ele chegou a montar uma encenação teatral sobre as dificuldades sentidas pela população local, advindas da pobreza e da cobrança de impostos. Preocupado com a educação das crianças do vilarejo, o agricultor José de Araújo Barreto já tinha providenciado antes uma professora

OPERAÇÃO MILITAR DE PAJUÇARA, NO SERTÃO DE BROTAS DE MACAÚBAS, MATOU JOVEM CAMPONÊS, PRENDEU E TORTUROU SEU PAI E SEU IRMÃO

Sobreviventes: Olderico (esq.) e Olival tiveram dois irmãos mortos na ofensiva desencadeada pelos órgãos da repressão.

(Carlos Roberto/ Márcio Amêndola)





Cenário da violência:
Casa da família Barreto,
em Buriti Cristalino,
atacada pelos militares.
(Carlos Roberto Márcio
Amêndola)

para lecionar às crianças, hospedando-a em sua própria casa, e mandara também construir a igreja do lugar.

Com o objetivo de capturar ou destruir Lamarca e seu grupo, que estariam tentando implantar uma base guerrilheira na região, o Exército montou a Operação Pajuçara, da qual chegaram a participar 215 homens, escolhidos a dedo entre integrantes da Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Militar da Bahia, DOPS de São Paulo e 19º Batalhão de Caçadores, conforme descreve o relatório elaborado pelo IV Exército. Todos os seus integrantes atuaram à paisana. Um relatório reservado do Exército informava que, além dessas duas centenas de homens usados na operação, as Forças Armadas receberam ainda o empréstimo de carros e aviões da Companhia de Mineração Boquira, uma empresa do grupo francês Penarroya Oxide S.A – um dos líderes mundiais na produção de óxidos de chumbo -, ligado à família Rotschild.⁴² O assassinato de Lamarca e Zequinha viria a ocorrer a poucos quilômetros de Boquira, em Pintada, localidade do município de Ipujiara. De acordo com o livro-relatório da CMDP, outra empresa da região que colaborou com a operação foi a Transminas. Além da parte terrestre, a Operação Pajuçara usou quatro aviões C-47, um C-130 e A5-16, além de dois helicópteros que vasculharam o sertão baiano por mais de 324 horas.⁴³

Na madrugada do dia 28 de agosto de 1971, os agentes cercaram a casa onde acreditavam que estaria Lamarca. Na primeira ofensiva, fuzilaram Luiz Antônio e Otoniel Campos Barreto, ferindo seu irmão Olderico, que foi levado preso juntamente com o pai, José. O relatório oficial da Operação Pajuçara descreve que a fazenda Buriti se transformou numa base similar a um estabelecimento policial, com “grande concentração de equipes, após o estouro do ‘aparelho’, em face da necessidade desenvolver intenso patrulhamento”. O fato de que o local foi transformado numa base de comando é confirmado por depoimentos de moradores, informando que “os militares ficaram por volta de dez dias instalados na casa da família Campos Barreto, dormindo, comendo, dirigindo as operações de busca e mantendo preso o Sr. José de Araújo Barreto”. Segundo os relatos, os agentes “também dormiam na igreja e no mercadinho”.

De acordo com reportagem de *Veja*, de 25/04/1979⁴⁴, desde o dia 28 de agosto de 1971 até a morte de Lamarca e Zequinha, Buriti viveu um rigoroso “estado de sítio”.

Ninguém podia sair de casa após as 18 horas. Durante o dia, quem saísse era seguido, do alto, por um helicóptero; se entrava em alguma casa da redondeza, o helicóptero baixava, descarregava policiais armados e iniciava-se o interrogatório. O inusitado da situação tomava formas diferentes nesse pedaço de sertão baiano. A cinco quilômetros de Buriti, por exemplo, o jogue de um sertanejo não cumpriu a ordem de parar, dada por seu dono em obediência aos policiais, e estes metralharam

42. O fato está registrado no livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade* (2007) e consta ainda da obra *Zequinha Barreto, um revolucionário brasileiro*, de Márcio Amêndola de Oliveira (2008).

43. Informações de *O Globo*, de 07/07/1996, reproduzidas em Oliveira, 2008.

44. A reportagem é citada no livro *Obscuros heróis de capricórnio. Contribuição à memória brasileira*, de Orlando Miranda, de 1987.

o jegue. (...) Em Brotas de Macaúbas, na mesma época, o juiz de Direito proibiu que o sistema de auto-falantes “Constelação” tocasse a música “E agora, José”, composta pelo baiano Paulo Diniz a partir de versos de Carlos Drummond de Andrade. Temia-se que aumentasse, entre a população, a lembrança do Zequinha.

Segundo a versão oficial, Otoniel teria sido abatido ao reagir à prisão, atirando contra os agentes. A versão divulgada pelos jornais diz que o rapaz fez um disparo de arma de fogo e saiu correndo, quando foi atingido. Embora impreciso, o laudo necroscópico permite concluir que ele recebeu um tiro na cabeça, de frente, e foi metralhado pelas costas. O interrogatório de Olderico na Justiça Militar, como outros documentos anexados ao requerimento apresentado junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), fornece mais detalhes sobre o caso.

Segundo Olderico, o irmão Otoniel foi logo detido. Depois, ele próprio, Olderico, reagiu, sendo atingido por tiros desfechados pelos agentes. Então, foi preso e conduzido com o pai e o irmão Otoniel à frente da casa. Contou que Otoniel foi despido, permanecendo apenas de calção e que, em sua calça, deixada nas proximidades, havia uma arma de fogo, fato não percebido pelos agentes. O pai foi levado para o barracão, pendurado em uma corda, de cabeça para baixo. Ameaçado de morte e golpeado com socos e armas, era interrogado sobre o paradeiro do filho Zequinha. Do lado de fora, Otoniel, em desespero pelos gritos do pai, alcançou a arma, deu um disparo e saiu correndo, quando foi atingido. Enquanto era espancado, Olderico ouviu um policial comentar, referindo-se a seu irmão: “Isso é pra ver o que acontece com quem foge”. O relator do processo na CEMDP concluiu que Otoniel, um jovem de 20 anos – sem treinamento militar, ao contrário das acusações, e que nunca havia saído da localidade - já estava detido quando ocorreu o tiroteio. As armas encontradas no chamado “aparelho rural” eram armas de defesa, comuns, como registram as testemunhas, naquela região quase inóspita. O corpo de Otoniel, sepultado no cemitério local, foi exumado e levado a Salvador. Desde então, o cadáver do jovem desapareceu.

Em 2000, o irmão Olderico contou à reportagem do jornal *Campus*, da UnB, sobre sua detenção e as torturas a que foi submetido.⁴⁵

[A prisão] Foi dentro de casa, depois de ter sido ferido. Tomei uma rajada de tiros que me pegou na mão e no rosto e me tirou os sentidos por algum tempo. A minha atitude de atirar contra os homens que cercavam a casa de meu pai não foi de resistência, mas uma forma de avisar o pessoal que estava no acampamento [Zequinha e Lamarca estavam escondidos na mata, a poucos quilômetros do local]. Fui preso, passei a ser torturado e brutalmente espancado, num processo



Homenagem: Olderico recorda a luta dos trabalhadores da região e os irmãos assassinados.

(Carlos Roberto/ Márcio Amêndola)

45. A edição do jornal, produzido por alunos de jornalismo da Universidade de Brasília-UnB, enfocou o tema da guerrilha no sertão da Bahia. Ver *Campus*, edição especial, Nov., 2000.

que foi ficando cada vez mais sofisticado. Eles passaram a usar produtos químicos. Perguntaram se eu ia colaborar, se queria um tratamento de açougueiro ou um tratamento digno. Jogavam mertiolate na mão aberta pelos tiros. O rosto, costuraram na marra, sem anestésico algum. Sentiam prazer fazendo essas coisas. Eu fui tratado simultaneamente por duas equipes que achavam que a outra era “bunda mole”. Quando a equipe de São Paulo me soltava, eu estava quebrado, então vinha a do Rio de Janeiro. Havia uma disputa entre eles para ver quem conseguia mais informações. Mas felizmente eu saí dali íntegro, o corpo todo quebrado, mas não a mente. Depois de 49 dias no hospital da vila militar em Salvador, fui encaminhado para um local onde estavam vários presos políticos.⁴⁶

Olderico ficou preso por mais de dois anos, enquadrado por dois artigos da Lei de Segurança Nacional - resistência armada e terrorismo. Em 1979, com a Lei da Anistia, seu processo foi considerado extinto.

Duas versões cercaram a morte do militante Luiz Antônio, no mesmo dia 28 de agosto. Numa delas, ele teria morrido no tiroteio, como registra o laudo necropsológico. Em outra, teria se suicidado, segundo o relato de testemunhas difundido também no livro e no filme que retratam a história de Lamarca. A tese do suicídio resultou da interpretação que os autores do livro *Lamarca - o capitão da guerrilha*, Emiliano José e Oldack de Miranda, deram aos depoimentos de Olival Barreto, de 10 anos, e José Tadeu, de 16, respectivamente irmão e primo de Otoniel. Eles estavam escondidos debaixo da cama no quarto onde se encontrava Luiz Antônio. Contaram que ele estava armado, atrás da porta. Depois, escutaram um tiro e viram seu corpo cair. A versão oficial divulgada pelos jornais, contida na requisição de exame ao IML e repetida no relatório do Exército de 1993, foi de que o militante morrera em confronto com a polícia.

46. Depoimento de Olderico ao jornal *Campus*, reproduzido em Oliveira, 2008.

Militares mataram Lamarca e Zequinha e seus corpos foram expostos num campo de futebol

A primeira prisão: Zequinha, durante a detenção ocorrida em 1968. (Acervo Instituto Zequinha Barreto)



“Amigos na vida, amigos na morte”. O jovem José Campos Barreto, o Zequinha, costumava lançar mão desta frase durante atividades de militância, ciente dos riscos que implicava uma atuação política naqueles anos de chumbo. Nas trajetórias dele e do capitão Carlos Lamarca – cruzadas pelo engajamento no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) - isso iria, de fato, se confirmar. Uma segunda operação dos agentes de repressão, comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e pelo major Nilton Cerqueira, culminou, em 17 de setembro de 1971, com o fuzilamento de Zequinha e do capitão Carlos Lamarca no sertão baiano de Brotas de Macaúbas.

No começo dos anos 60, com o incentivo da família, Zequinha havia saído da localidade, ainda na adolescência, para estudar num seminário em Garanhuns (PE), onde permaneceu por quatro anos. Em 1964, tendo desistido do projeto de ser padre, mudou-se para São Paulo e serviu no Exército, no quartel de Quitaúna. Foi justamente neste quartel que Lamarca, então militante da VPR, lideraria uma rebelião alguns anos depois, em 1969, quando um grupo de militares desertou levando 63 fuzis e metralhadoras leves que deveriam servir à luta armada contra o regime militar. Meses depois, a VPR se fundiu com o COLINA para formar a VAR-Palmares, mas Lamarca se alinhou ao grupo que tentava reconstituir a VPR. Depois de viver escondido em São Paulo, Lamarca instalou-se no Vale do Ribeira, com reduzido grupo de militantes. O local foi descoberto pelos órgãos de segurança em abril de 1970 e cercado por tropas do Exército e da Polícia Militar. Uma gigantesca operação de cerco se prolongou por 41 dias, mas o grupo guerrilheiro conseguiu escapar. Na mais dura clandestinidade, Lamarca comandou operações de guerrilha urbana. Seis meses antes de sua morte, desligou-se da VPR para integrar-se ao MR-8, que o deslocou ao sertão baiano com o objetivo de estabelecer uma base da organização naquela região.

Zequinha, por sua vez, estudou em Osasco, no Colégio Estadual e Escola Normal Antônio Raposo Tavares, tornando-se presidente do Círculo Estudantil Osasquense. Trabalhou como operário e destacou-se como importante liderança no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 1968. Na empresa Cobrasma, fabricante de aviões, ele protagonizou um de seus mais conhecidos feitos, quando a fábrica foi cercada, durante a greve de 1968. O sindicalista, que ali era conhecido como Barreto, de cima de um vagão, discursou aos soldados, explicando as razões do movimento. De posse de uma tocha acesa, ameaçou explodir o tanque de combustível da fábrica caso o cerco policial não fosse suspenso. A tropa hesitou e muitos operários conseguiram escapar da polícia. Cerca de 400 trabalhadores, no entanto, foram detidos. Barreto sofreu espancamento já no ato de sua prisão. Permaneceu 98 dias nos cárceres do DEIC e da DOPS, até ser libertado por força de um habeas-corpus. Numa viagem a Buriti, ele levou para São Paulo o irmão Olderico. Em 1969, voltou ao sertão baiano para acompanhar a mãe, em seu leito de morte. Nessa época, militava na VPR. Depois, deslocou-se para o Rio de Janeiro e voltou novamente à Bahia, onde passou a militar no MR-8, juntamente com o irmão Olderico. Com a chegada de Lamarca ao estado, foi designado para acompanhá-lo.

Segundo a reconstituição dos fatos pela CEMDP, em agosto de 1971, quando Zequinha e Lamarca ouviram os tiros em Buriti Cristalino, desmontaram a barraca de campanha no sertão e fugiram para dentro da caatinga. Na obra *Zequinha Barreto, um revolucionário brasileiro*, Marcio Amêndola de Oliveira menciona que Zequinha e Lamarca passaram bom tempo de



O capitão da guerrilha:
Lamarca tinha a missão de organizar base do MR-8 no sertão.

*(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)*



Dias de fúria: greve da Cobrasma, em Osasco/SP, que teve a participação de Zequinha, em julho de 1968.

(Companhia da Memória)

ameaçá-lo para que contasse sobre o paradeiro dos fugitivos, mas o sertanejo não se intimidou.

Zequinha e Lamarca caminharam cerca de 300 quilômetros. Fatigados, buscavam alimentação em casas isoladas de sertanejos. O longo período de fuga na região agreste liquidou com suas forças. Zequinha foi visto carregando nos ombros o capitão Lamarca, atacado pela asma e debilitado pelo esforço. Segundo reportagem da revista *Veja*, de 25/4/1979, reproduzida em Oliveira (2008)⁴⁸:

Foram vistos, assim, no engenho Pau D'Arco, a 12 km de Buriti, onde Lamarca disse a um grupo de trabalhadores: - "Meu nome é Lamarca. Meu inimigo é o governo. Estou precisando de ajuda". Os camponeses o ajudaram e, depois, passaram a informação à polícia. Seis quilômetros adiante, em Três Reses, descansaram numa propriedade dos avós de Zequinha. Vários dias depois, pediram e não obtiveram a ajuda de um médico de Ibotirama, a 100 km de distância. Foram vistos, ainda, perto de Brejinhos; mais tarde em Canabrava e, três dias antes de sua morte, estiveram em Carnaúba, situada a 25 km do local de onde partiram.

Algumas semanas depois, o cerco policial se fechou sobre eles quando descansavam sob uma árvore, na região conhecida como Pintada. Tentaram fugir e foram fuzilados. Os cadáveres foram levados para Brotas de Macaúbas e jogados no campo de futebol da cidade para exibição pública. Os agentes policiais comemoraram os assassinatos disparando rajadas para o alto, gritando "vitória" e chutando os corpos. Depois, os cadáveres foram transportados até Salvador em um helicóptero. A família tentou localizar o corpo de Zequinha, sem qualquer informação sobre o local onde poderia estar enterrado. Jamais conseguiu obter seu atestado de óbito.

47. Oliveira, na obra *Zequinha Barreto, um revolucionário brasileiro*, 2008.

48. Oliveira, na obra *Zequinha Barreto, um revolucionário brasileiro*, 2008. ■

Otoniel Campos Barreto, lavrador, morto numa operação militar em agosto de 1971 na Fazenda Buriti, em Brotas de Macaúbas, no sertão baiano, acusado de pertencer ao MR-8. [Fonte: MST; DMV]

Almirando Alves Lima, lavrador de Guanambi, assassinado em outubro de 1974 a mando do fazendeiro Oscar Teixeira de Araújo, que, comandando 15 jagunços, invadiu a propriedade rural de José Monteiro, em Guanambi, no sertão baiano. Almirando foi morto ao tentar resistir e alguns de seus familiares, inclusive crianças, foram espancados. Marcílio Teixeira Araújo, irmão de Oscar, foi apontado pelo delegado de Caitité como o autor dos disparos que mataram o lavrador. Segundo a polícia, a família Teixeira Araújo ingressou em juízo com uma ação possessória contra José Monteiro, que tinha invadido suas terras. O juiz deu ganho de causa à família Teixeira Araújo, condicionando sua reintegração na posse da propriedade ao pagamento de indenização a José Monteiro para cobrir os gastos com benfeitorias feitas por ele. Para fugir a este pagamento, Oscar, segundo o delegado, comandou a invasão, destruiu as benfeitorias, além de matar o lavrador e espancar os familiares. [Fonte: MST]

Marcionília Rodrigues dos Santos, filha de lavrador, assassinada em janeiro de 1976, a tiros, por três pistoleiros que ocupavam um veículo da Companhia Agropecuária do Grande Vale (Granvale). O bebê de 15 meses que a trabalhadora segurava nos braços ficou ferido no atentado. O pai de Marcionília vinha resistindo às ameaças de Roberto Souza Leão Filho, empresário da Granvale acusado de grilagem numa área compreendida entre Barra e Brejolândia. [Fonte: Contag; MST]

Joaquim Pereira dos Santos, posseiro, morador do povoado de Matinha, distrito de Maria Quitéria, Feira de Santana, foi morto com um tiro de fuzil, à queima-roupa, em maio de 1976, durante invasão de soldados da Polícia Militar baiana à fazenda Candéal. O mandante do crime foi o grileiro Emanuel Brito Portugal. As causas da morte estão ligadas ao fato de, em 1976, 120 famílias terem sido intimadas a deixar 400 das 1.000 tarefas de terra daquela fazenda, onde muitos deles residiam havia meio século, tendo feito inúmeras benfeitorias. [Fonte: MST]

Gervásio Pereira da Silva, posseiro, morador da região de Sento Sé desde 1940, foi morto a tiros pela PM em setembro de 1976, depois de os policiais terem invadido sua posse. Depois, foi retalhado pelos policiais, ficando o corpo exposto aos animais durante uma semana, pois a família temia represálias. Quatro filhos de Gervásio, feridos no tiroteio, refugiaram-se na mata. A polícia espalhou terror na região prendendo a esposa e as noras de Gervásio e torturando-as brutalmente para que revelassem o paradeiro dos quatro homens. Atearam fogo na casa e nas plantações e mataram a criação a tiros. Prenderam, ainda, outros moradores e parentes de Gervásio, como Chico Boiadeiro, torturado na mata pela polícia. As filhas de Gervásio Isabel Moreira da Silva e Oscarina Gomes da Silva fizeram um minucioso relato da tragédia que se abateu sobre a família. Elas mandaram cartas e telegramas denun-

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

ciando os crimes ao então presidente Ernesto Geisel, ao ministro da Justiça, Armando Falcão, ao governador da Bahia e ao secretário de Segurança. [Fonte: MST]

Antônio França de Oliveira, lavrador, morador do município de Porto Seguro, morto em outubro de 1977, devido a conflitos envolvendo ameaças de expulsão de 100 famílias de posseiros, pelo grileiro João Anastácio Filho. A viúva Zulmira França de Oliveira prestou depoimento na CPI das Terras e afirmou que, apesar de peregrinar durante 60 dias pedindo justiça às autoridades de Porto Seguro, nenhuma medida foi tomada para apurar o crime. Ela acusou o delegado regional de Ilhéus, o coronel da PM José Luís da Fonseca de ter recebido uma fazenda de João Anastácio para encobrir os casos de expulsão de posseiros e a ameaça que sofreram 100 famílias de lavradores na área. [Fonte: MST]

Antônio (ou Aurelino) Francisco da Silva, lavrador de Retiro da Picada, município de Xique-Xique, morto em fevereiro de 1979, devido a conflito entre os moradores do povoado de Retiro da Picada e a empresa Umbuzeiro Agropecuária Ltda. Os jagunços da empresa cometeram todo tipo de violência contra os posseiros, a fim de amedrontá-los e conseguir que deixassem o Retiro da Picada. A morte de Antônio Francisco ocorreu quando o proprietário da empresa ordenou que fossem soltos bois brabos no povoado. O lavrador, que era um dos líderes do povoado, morreu chifrado por um desses bois. [Fonte: MST]

Dalvo, agricultor de 122 anos, surdo-mudo, morador do Retiro da Picada, município de Xique-Xique, morto em abril de 1979. Os moradores denunciaram uma série de crimes envolvendo os empregados e contratados pelo fazendeiro Antônio Mariani Bittencourt, quando ele começou a pressionar os trabalhadores rurais e moradores do povoado para que abandonassem o local. O velho de nome Dalvo morreu após ser surrado pelos pistoleiros porque não respondia ao que lhe era perguntado. O povoado de Retiro da Picada foi incendiado pelos jagunços da Agropecuária Umbuzeiro, quando foram destruídas 58 das 128 casas do povoado. [Fonte: MST]

Elpídio Martim dos Santos (ou Martim Elpídio dos Santos), posseiro assassinado em março de 1979 por uma força policial composta por 13 soldados e um delegado, em Crisópolis. Ele estava defendendo sua terra contra uma decisão do juiz da Comarca de Itapiricuru, Olival Nunes da Silva, considerada injusta pelos trabalhadores. [Fonte: MST]

Anísio Pereira de Souza, lavrador de Correntina, morto por pistoleiros em julho de 1979, na fazenda Dois Rios. Os três pistoleiros presos confessaram ligações com fazendeiros goianos e três norte-americanos denunciados como grileiros: Marion Mackey, Charles Bradley e George Hommel. [Fonte: MST]

Manoel Cardoso da Silva, posseiro, morador em Serra do Papagaio, município de Una, morto a tiros devido a conflitos de terra em setembro de 1979, envolvendo a família do posseiro e o agente policial Oswal-

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

do Santana Moura. A viúva recorreu ao Departamento de Polícia do Interior e denunciou o agente federal e mais outros três homens, que seriam funcionários da empresa Unacacau, por terem participado do crime. Ela atribuiu à empresa a responsabilidade pelas pressões exercidas contra os posseiros com a finalidade de expulsá-los de suas terras. [Fonte: MST]

Petronílio Costa Farias, posseiro, morador de Vale Verde, município de Porto Seguro, morto em Eunápolis em 1979. Pouco antes de ser assassinado, ele foi expulso de suas terras – uma área superior a 10 alqueires – invadidas pela Bralanda Reflorestamento, numa ação envolvendo a polícia e a guarda da empresa. Em setembro daquele ano, foi espancado a pauladas e morreu no hospital. [Fonte: MST]

Cláudio Silva Nery, presidente do STR de Santa Maria da Vitória, ameaçado de morte em 1980 pelo grileiro João Barros, um dos mandantes do assassinato do advogado Eugênio Lyra. [Fonte: Contag]

José Dias dos Santos, lavrador do município de Formosa do Rio Preto, líder dos posseiros que ocupavam a fazenda Cana Brava, assassinado em março de 1980 nesta mesma localidade. Ele e outros posseiros já haviam viajado a Salvador para denunciar na Assembléia Legislativa as violências cometidas contra eles pelo fazendeiro Félix Soares da Silva. Cerca de 500 famílias habitavam na fazenda. O crime foi denunciado pelo genro da vítima, Manoel Menezes de Oliveira, durante a instalação da CPI da grilagem, em Barreiras. [Fonte: MST]

Antônio Leite dos Santos, trabalhador rural e pedreiro, da localidade de Roda Velha, município de Barreiras, morto em 1980 com três tiros de rifle, devido a uma disputa de terras entre dois grileiros da região, envolvendo o americano Leonard Earl e José Orgete da Silva. [Fonte: MST]

Manoel Alvino do Nascimento, posseiro, morador da fazenda Santa Sofia, município de Nazaré das Farinhas, assassinado em junho de 1981. O fato ocorreu na fazenda, onde cerca de 70 famílias lutavam havia anos pela posse da terra. O crime, cometido pelo grileiro Dilson Souza Brito, foi presenciado por dezenas de pessoas. [Fonte: Contag; MST]

Agenor Dias Farias, lavrador da localidade de Membebe, na fazenda Macambira, município de Paulo Afonso, morto a tiros de espingarda e com a cabeça decepada. O crime, ocorrido em agosto de 1981, foi ocasionado por disputa de terras. O fazendeiro Zacarias Antônio, autor do crime, havia estendido cercas de arame sobre as terras de Agenor, que foram por ele derrubadas. [Fonte: MST]

Salomão Miguel Souza, lavrador, do Morro do Chapéu, assassinado em 1981 na Fazenda Mocambo por empregados do fazendeiro Deusdeth Ribeiro Soares. Depois do crime, os posseiros da localidade denunciaram à FETAG as práticas de grilagem, com violências, cometidas pelo fazendeiro. [Fonte: MST]

José Antônio de Aquino, trabalhador rural do município de Senhor do Bonfim, morto em janeiro de 1981. A vítima havia discutido com o fa-

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

zendeiro Bernardino Gregório de Souza, a quem chegou a ferir. O fazendeiro voltou ao local com dois capangas e o matou. [Fonte: MST]

Antônio Carvalho Neto, lavrador, morador de Conto, distrito de Japu, município de Ilhéus, morto a tiros por fazendeiro, em outubro de 1982, em Mariajape, Ilhéus, em meio a uma discussão por disputa de terras. [Fonte: Contag; MST]

Filinto Alves dos Santos, lavrador, morador da fazenda Baraúna, município de Senhor do Bonfim, assassinado em enfrentamento com grileiros, em outubro de 1982, naquela fazenda. Os trabalhadores – na área moravam cerca de 40 famílias – tentavam defender suas roças que estavam sendo devastadas pelo gado solto no dia anterior pelos grileiros. No mesmo episódio, foi ferido Edmundo de Macedo. [Fonte: Contag; MST]

Joaquim Manoel Dourado (“Quincas da Aleluia”), lavrador, morador da localidade de Lagoas do Pedreiro, Santa Maria da Vitória, morto em junho de 1982 de um derrame cerebral, em consequência de um atentado a bala. Líder da área onde residia, ele vinha sendo constantemente ameaçado pela família Fé de Souza. [Fonte: MST]

Pedro de Bastos, agricultor do município de Formosa do Rio Preto, morto em janeiro de 1982 com vários tiros de revólver, devido a conflitos por questões de terra. [Fonte: MST]

Romualdo da Rosa de Jesus, lavrador, posseiro da localidade de Sarampo, distrito de Barreiros, município de Canavieiras, assassinado a tiros em setembro de 1982, enquanto tirava piaçava na mata. A causa do crime está relacionada ao conflito entre o posseiro e o pretense dono das terras. [Fonte: Contag; MST]

Manoel Dias de Santana, lavrador, posseiro da localidade de Boa Vista do Procópio, município de Barra, assassinado em um choque de 19 posseiros com o grileiro Leão Diniz de Souza Leão Neto e jagunços, ocorrido em setembro de 1982. O grileiro e os jagunços começaram a derrubar, com tratores, casas e cercas de posseiros quando o tiroteio começou. Ficaram feridos um filho e um genro do morto, além do grileiro. [Fonte: Contag; MST]

Napoleão Antônio de Lima, posseiro, morador da fazenda Santa Clara, município de Bom Jesus da Lapa, assassinado a tiros em março de 1983. O posseiro tinha entrado na Justiça com uma ação possessória e tinha sido recebido liminar favorável. Desde então, vinha resistindo na terra. Na véspera do crime, teve seus instrumentos de trabalho apreendidos pela polícia e pelo grileiro Sebastião Alves de Souza. [Fonte: Contag; MST]

Manoel Cantídio de Oliveira, posseiro da localidade de Barreiras/Sarampo, município de Canavieiras, desaparecido por 52 dias, em 1983, foi encontrado morto na mata com evidentes sinais de violência. Naquela área, cerca de 60 famílias ocupavam a terra havia mais de dez anos. Elas vinham denunciando, através da Federação de Trabalhadores na Agricultura (Fetag), as violências e pressões exercidas por parte de gri-

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

leiros e seus pistoleiros. Outros três lavradores ficaram presos e incommunicáveis por 43 dias. [Fonte: Contag; MST]

João Oliveira dos Santos ("João Preto"), posseiro, da localidade de Campo do Zinco, município de Canavieiras, assassinado em confronto com capangas do grileiro Hélio de Jesus Nascimento, em julho de 1983. Neste episódio, ficou ferido o trabalhador "Zé Corisco". O referido grileiro, durante muito tempo, lançou mão de todos os meios para expulsar dezenas de posseiros que ocupavam a terra havia mais de seis anos. [Fonte: Contag; MST]

Cassiano Dionísio Lopes, lavrador, da localidade de Monte Alegre ou Queimada Grande, município de Una, líder de dois grupos de mais de 200 posseiros, assassinado em fevereiro de 1983. O crime ocorreu quatro dias depois de o posseiro ter denunciado à FETAG, na presença da imprensa, as perseguições que ele e outros trabalhadores vinham sofrendo por parte de Sônia Aristeu Dias, dona de cartório de imóveis local e pretensa proprietária das terras. O coronel delegado do Departamento de Polícia do Interior foi à área para apurar o crime e aproveitou a ocasião para interrogar e ameaçar os posseiros e a equipe da CPT local. [Fonte: Contag; MST]

Jorge da Conceição, lavrador, assalariado da fazenda Dampi, município de Simões Filho, morto a tiros de espingarda na própria fazenda em março de 1983. Há informações de que o lavrador vinha exigindo seus direitos trabalhistas. [Fonte: MST]

José Candido dos Santos ("José do Rancho"), lavrador da fazenda Ouro Verde, localidade de Aracata, município de Una, morto por pistoleiros numa emboscada, em março de 1983. Seu corpo foi encontrado próximo à casa onde residia havia mais de 20 anos. [Fonte: MST]

José Oleiro, posseiro, localidade de Arataca, município de Una, morto em abril de 1983 por resistir na terra cobiçada por grileiros. [Fonte: MST]

Boaventura, posseiro do município de Itapebi, morto a pauladas por grileiros num conflito ocorrido em abril de 1983, devido à sua resistência na terra. [Fonte: MST]

José Alves de Oliveira, posseiro do município de Una, morto em abril de 1983 devido a conflitos de terra. [Fonte: MST]

Aparecida Pereira, trabalhadora rural, moradora de Canto da Manga, município de Riacho de Santana, morta em julho de 1983 por resistir na posse. [Fonte: MST]

Gabriel de Oliveira, trabalhador rural, assalariado, morador do município de Vitória da Conquista, espancado até a morte em setembro de 1983. Contratado pelo empreiteiro José Amâncio, ele exigia o cumprimento da legislação trabalhista, o que ocasionou o conflito. O empreiteiro e seu sobrinho surpreenderam Gabriel numa tocaia. [Fonte: MST]

Valdelino Gomes, posseiro, da fazenda Corujas, município de Iaçú, morto a sangue-frio com a enxada na mão, na terra onde seu sogro era posseiro havia 25 anos. O assassinato, a tiros, com armas de grosso calibre, ocorreu em outubro de 1983, motivado pela inconformidade

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

da família Medrado por ter sido a área declarada expropriada para fins de reforma agrária. [Fonte: MST]

Tony Vicente Seabra, trabalhador rural, posseiro da região de Alagoinhas, município de Coribe, morto a tiros em outubro de 1983, quando andava a cavalo, próximo à sua residência e à sede da empresa Coribe Agropecuária. Policiais comandados pelo delegado regional, capitão Dias, e pelo tenente Antônio Marques invadiram a área onde viviam dezenas de posseiros, ameaçando mulheres e crianças e cortando mais de 5.500 hectares de cerca. [Fonte: MST]

Manoel Cirilo dos Santos, posseiro do Conjunto Taboquinhas, município de Wenceslau Guimarães, morto a tiros quando trabalhava em suas terras, em outubro de 1983. Há informações de que jagunços do então prefeito Antônio Lopes seqüestraram e torturaram posseiros daquela região no escritório da empresa Lopes Marques Agropecuária. [Fonte: MST]

José Pereira de Souza (“Zé da Rosa”), posseiro da localidade de Mutum, fazenda Macacos, município de Santa Maria da Vitória, assassinado a tiros enquanto trabalhava na roça, em outubro de 1983. Um dos filhos do posseiro foi baleado. O crime foi cometido pelo fazendeiro José Ferreira da Silva (“Zé da Capa Curta”), que havia invadido uma parte da fazenda Macacos, onde havia um manancial e uma reserva de madeira utilizados por 80 famílias. O fazendeiro ameaçava os posseiros e estes recorreram à Justiça, tentando reaver suas terras. Minutos após a morte de José Pereira, o fazendeiro foi morto a golpes de cacetetes e machados por um grupo de posseiros. [Fonte: MST]

Inácio Telles dos Santos, posseiro no município de Alagoinhas, seqüestrado e espancado, em novembro de 1983, morreu no hospital. O crime é atribuído ao advogado Dionísio Reis dos Santos. [Fonte: MST]

João Fortunato dos Santos e Hildo Fortunato dos Santos, pai e filho, ambos posseiros na localidade de Cumuruxatiba, município do Prado, mortos em dezembro de 1983, num tiroteio com a polícia, que defendia interesses da Bralanda Reflorestamento. A esposa de João Fortunato, após a morte do marido e do filho, ficou com distúrbios psiquiátricos. [Fonte: MST]

Crispiano de Jesus Nascimento, trabalhador rural, morador da fazenda Posto Esperança, município de Pau Brasil, morto a tiros em 10 de janeiro de 1984, pelo filho do dono da fazenda, José Alves dos Santos. O conflito estava relacionado à plantação de cacau que o trabalhador havia feito para o pai do fazendeiro. [Fonte: MST]

José Alves Feitosa, 66 anos, posseiro do município de Una, morto em 17 de fevereiro de 1984. O trabalhador foi seqüestrado, morto com pauladas na cabeça e jogado num matagal da região. [Fonte: MST]

Almir Patrício de Oliveira, posseiro da fazenda Vale Rio, município de Barreiras, morto a tiros em 5 de março de 1984, pelo gerente da referida fazenda. O trabalhador foi atingido por tiros no peito e na cabeça. [Fonte: MST]

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

João Celestino Costa, Adailton Celestino Costa e Maria José Santos, família de moradores da fazenda Boa Esperança, na Serra da Onça, numa área denominada Francônia, distrito de Santa Luzia, município de Canavieiras, assassinada por pistoleiros a mando de grileiros. O trabalhador rural João, sua mulher Maria e seu filho adotivo Adailton, de 12 anos, foram mortos em 16 de março de 1984. João e o filho receberam profundos golpes de facão na cabeça e nas mãos. Maria correu e foi morta a mais de 100 metros de sua casa, cortada a facão e jogada em um buraco. Fazia dois anos que a família morava naquelas terras, consideradas sem dono, até que Paulo Feitosa e Gumercindo Ferraz apareceram afirmando-se proprietários. Em função do conflito, João Celestino chegou a fugir com o filho para outra cidade. O crime ocorreu logo após o retorno deles à localidade. No dia 30 de março, autoridades religiosas e representantes de entidades civis de Itabuna visitaram a região pressionando pela punição dos culpados. [Fonte: MST]

Daniel G. de Oliveira, trabalhador rural, posseiro, morador de Francônia, Serra da Onça, distrito de Santa Luzia, município de Canavieiras, morto a tiros numa emboscada, em 14 de maio de 1984, numa das ruas centrais de Santa Luzia. A vítima era testemunha da chacina da família de João Celestino [descrita acima], na qual estava envolvido o grileiro Paulo Feitosa. [Fonte: MST]

Lourenço José Villaça, lavrador, posseiro, morador do Loteamento Sandra Regina, no município de Barreiras, seqüestrado em 15 de maio de 1984 e conduzido a uma estrada aberta, onde foi espancado e baleado com três tiros no rosto e no peito. [Fonte: MST]

Raimundo Alves de Almeida, lavrador, posseiro, morador de Sarampo, distrito de Barreiras, município de Canavieiras, morto por pistoleiros fortemente armados no dia 27 de setembro de 1984, quando se deslocava da roça para casa. Ao cumprimentar os homens que atravessaram o seu caminho, Raimundo levou três tiros. A cena foi presenciada por vizinhos, pela viúva e por quatro dos seus cinco filhos. O corpo do trabalhador ficou ali abandonado por três dias, devido ao clima de medo que desencadeado pelo assassinato. Os pistoleiros foram contratados pelo grileiro Gerson Alves do Vale e Derli, da fazenda Sarampo. [Fonte: MST]

Luís Nunes da Silva, lavrador, líder dos posseiros e membro das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Malvão, município de Casa Nova, foi morto em 18 de outubro de 1984, quando se dirigia ao trabalho. Casado e com seis filhos, Luís foi atropelado por uma Brasília branca, dirigida por Domingos Caraíba. Segundo testemunhas, o assassino passou o carro várias vezes sobre a vítima. De acordo com a polícia, o crime deve ter sido encomendado em função de conflitos de terra na Ilha do Anselmo, em Casa Nova. A vítima tinha uma propriedade nessa área e o fazendeiro Milton Batista de Castro, conhecido como Milton Beato, apareceu dizendo-se o dono das terras. Durante uma missa em memória ao lavrador, o bispo de Juazeiro Dom José Rodri-

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

gues disse aos 4 mil trabalhadores presentes que Luís Nunes havia sido morto “por causa de sua luta por um pedaço de terra”. [Fonte: MST]

José Cardoso Filho (“Zequinha”), Raimundo Osmar Alves, João Batista Cardoso dos Santos e João “Mineiro”, posseiros, moradores da fazenda Sarampo, município de Canavieiras, chacinados numa ação de 18 pistoleiros fortemente armados que investiram contra o casebre onde os trabalhadores se encontravam, em 2 de julho de 1985. Os posseiros reagiram com espingardas de caça e chegaram a matar dois dos pistoleiros, mas acabaram sendo mortos em seguida. Um dos pistoleiros mortos era um ex-soldado da PM. Os conflitos na área haviam começado uma década antes. Os posseiros lutavam pela desapropriação da fazenda, de 1.574 hectares, pertencente a Dely Dias Santos, conhecido como “Dely Ruim”. Na área, cerca de 70 famílias ocupavam pequenas glebas para cultivar a terra. Dois dias após a chacina, representantes de entidades em defesa dos trabalhadores, de órfãos oficiais e autoridades religiosas reuniram-se em Canavieiras para buscar uma solução para o conflito. [Fonte: MST]

Zacarias José dos Santos, posseiro, delegado sindical, morador havia 20 anos da fazenda Pau a Pique, município de Marcionílio Souza, morto a tiros por pistoleiros em 13 de agosto de 1985, quando participava de um mutirão realizado por 20 lavradores. O grupo foi surpreendido por matadores de aluguel que descarregaram suas armas sobre o líder sindical e feriram ainda outros cinco trabalhadores. A área já havia sido classificada como prioritária no Plano Nacional de Reforma Agrária do Mirad. [Fonte: MST]

Isaiás Nunes, lavrador, morador de Canápolis, morto em 11 de setembro de 1985 pelo delegado de polícia Everaldo Rodrigues dos Santos e por um soldado, na delegacia da localidade. O lavrador havia sido preso por queixa-crime movida pelo fazendeiro Timóteo Bento de Souza, proprietário da fazenda Mosquitão. [Fonte: MST]

Augusto Dias, índio Pataxó destribalizado, trabalhador rural, morador de Porto Seguro, morto em 28 de setembro de 1985 pelo capataz da fazenda Santa Helena, que era também irmão do fazendeiro. A vítima reivindicava a indenização pelo tempo que trabalhou e morou na fazenda e o latifundiário recusava-se ao pagamento. [Fonte: MST]

José Félix Bartim, posseiro, morador de Cipó, município de Ibotirama, assassinado com um tiro de escopeta, em 3 de novembro de 1985, na feira da cidade. O crime teria sido encomendado pelo grileiro e fazendeiro Armando Ollandezzo, que mantinha relações de conflito com oito famílias que viviam à margem da terra demarcada por ele e outras 22 famílias com posse dentro da área demarcada. Nessa mesma área, em 1985, o pai de Armando, o ex-cônsul grego em Salvador Stefano Ollandezzo, mandou queimar mais de 100 casas de posseiros. No dia 11 de novembro, Armando ainda retornou ao local da disputa e queimou a casa do posseiro José de Miúda. [Fonte: MST]

RIO GRANDE DO NORTE

JOSÉ RODRIGUES SOBRINHO

Da infância difícil no interior do estado, onde seu pai trabalhava como meeiro, José Rodrigues Sobrinho - que viria a ser o primeiro presidente de Federação dos Trabalhadores Rurais de Rio Grande do Norte (Fetarn) - guarda na memória como parte das tragédias familiares a morte de um irmãozinho de seis anos, morto “de pobreza”, segundo o pai dizia. Décadas mais tarde, nos tempos sombrios do regime militar, as lutas em defesa dos trabalhadores rurais e o esforço para evitar que, nas famílias de camponeses, mais crianças perecessem de fome, renderiam a José Rodrigues prisões, ameaças de morte, perseguições policiais e o sofrimento do desterro.

Suas atividades de militância começaram na Juventude Agrária Católica, quando a família mudou-se para Pendência (RN), no final dos anos 50. Certa vez, ao assistir uma palestra sobre sindicalismo feita por Julieta Calazans, vinculada ao Ministério do Trabalho, ele começou a discutir com os companheiros a organização de um sindicato. Não existia, ainda, o Estatuto do Trabalhador Rural e não havia nenhum sindicato organizado na região. A única coisa que os trabalhadores sabiam é que havia um sindicato rural fundado em 1943, em Campos (RJ). Ele fez um esforço danado para juntar dinheiro e viajou a Natal, disposto a criar o sindicato de Pendência. Era um tempo em que o Serviço de Assistência Rural (SAR), criado pela Igreja Católica em 1949 naquele estado, tinha grande influência sobre os camponeses. Assim, se tornou presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pendência. Depois, passaria a ocupar a presidência da Fetarn.

No início dos anos 60, o líder sindical, formado sob a influência católica, teve o seu primeiro choque com a Igreja Católica: foi quando os trabalhadores rurais ocuparam a propriedade de um fazendeiro que mantinha relações com o bispo Dom Eugênio Sales. Numa ocasião, o bispo chamou-o em seu escritório. Era de pouca conversa e foi logo dizendo: “Quero que você tire todo pessoal da fazenda!” José Rodrigues respondeu: “Eu não vou tirar ninguém!” Foi uma discussão pesada na qual, segundo o sindicalista, “se ele (o bispo) nunca tinha ouvido palavrão, ouviu neste dia”. Com a intensidade do conflito, no entanto, os trabalhadores tiveram que deixar a fazenda.

Com a organização dos sindicatos e federações rurais em todo o país, começou a ser articulada a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O primeiro nome sugerido para a presidência foi o de José Rodrigues, mas ele próprio indicou o nome de Lyndolpho Silva. Sem estar oficialmente no comando, mantinha uma atuação intensa.

“O golpe pegou a gente com 55 sindicatos e mais delegacias”, contou José Rodrigues em entrevista ao antropólogo Moacir Palmeira, professor do Museu Nacional (UFRJ), em 2008. Ele foi encarcerado no alvorecer do novo regime, em 2



Memória Camponesa, NUAP/NN-UFRJ

“ESTAMOS VIVOS PORQUE A CORAGEM DE DEUS QUIS QUE A GENTE TIVESSE VIVO ATÉ HOJE. TENTATIVAS DE MORTE HOIVE MUITAS”



História sombria: antiga estação de trem, em Nova Cruz, onde os camponeses eram presos em vagões, em abril de 1964.

(Memória Camponesa, NuAPI/MN-UFRJ)

de abril de 1964, acusado de pertencer à Frente de Mobilização Popular e de participar de movimentos grevistas no estado. Nesta época, em sua “inocência política”, como resalta, esperava que o Comandante do IV Exército, Justino Alves Bastos, reagisse ao golpe. Da prisão no quartel do 16º R.I., enviou um telegrama a João Goulart declarando que havia no Rio Grande do Norte cerca de 50 mil trabalhadores “prontos para defender o país”. Foi libertado pouco tempo depois, com a interferência de Dom Eugênio. Mas as perseguições continuaram. “Nós estamos vivos porque a coragem de Deus quis que a gente estivesse vivo até hoje. Isso porque tentativa de morte houve muitas”, afirmava.⁴⁹ Certa vez, os

militares foram procurá-lo em Pendência e não o encontrando agrediram seu pai. As violências da polícia eram frequentes, com invasões armadas nas casinhas pobres de alvenaria nas vizinhanças de onde sua família morava. Os moradores acordavam assustados, sob a mira de metralhadoras e as perguntas cuspidas na face: “Onde está aquele comunista!”

Não desaparecem da memória de José Rodrigues as cenas de trabalhadores rurais que, após o golpe militar, iam sendo presos em vagões de trem, enquanto os agentes da repressão decidiam o que fariam com eles. “Imagina o que acontecia: ao meio-dia numa cidade quente, dentro do vagão, tudo preso, sem água, sem banheiro sem coisíssima nenhuma”. Não fosse uma forte reação da Igreja Católica para sua libertação, esses camponeses teriam morrido de fome, de sede e de calor.

Como as ameaças eram constantes, tinha de viver escondido. Foi para o Rio de Janeiro, onde ficou sob a proteção do bispo Dom Helder Câmara. Certa vez, Dom Helder lhe disse: “Você não pode mais ficar aqui. Você vai para Osasco”. Viajou então para São Paulo, inicialmente abrigando-se no Brooklin, depois, escondendo-se num laboratório da PUC. O grupo que lhe apoiava chegou à conclusão de que ele deveria deixar o país. Em outubro de 1964, seguiu como refugiado político para Lima, no Peru. Numa reunião com outros 15 refugiados – entre os quais o ex-ministro da Justiça do governo João Goulart, Abelardo Jurema – descobriu que teria que partir novamente porque havia um risco iminente de que o governo peruano o entregasse ao governo brasileiro. Dali foi a Santiago, no Chile. Nesta época, lá havia uma confederação latino-americana que dava cobertura aos refugiados. Passou a trabalhar numa entidade voltada para a organização de trabalhadores rurais.

Quando ocorreu o Congresso Internacional da Federação Campesina Latino Americana, no Panamá, José Rodrigues foi representar a entidade no evento e acabou sendo eleito secretário executivo da federação. Encontrou-se em Genebra com o sindicalista Lyndolpho Silva. As conversas giravam num só tema: reorganizar a luta dos trabalhadores rurais no Brasil. Com essa missão, voltou ao país em 1965. “Eu cheguei aqui no Rio e disse: ‘E agora?’” Um dos seus primeiros contatos foi com o sindicalista Francisco Urbano, que portava más notícias: ‘Olha, Zé, dos sindicatos e das delegacias que você deixou no Rio Grande do Norte, tem cinco sindicatos que abrem no dia de feira. Os presidentes estão assombrados’. Mesmo visado pela repressão, foi visitar o Rio Grande do Norte. Constatou que quase todos os sindicatos tinham sido fechados,

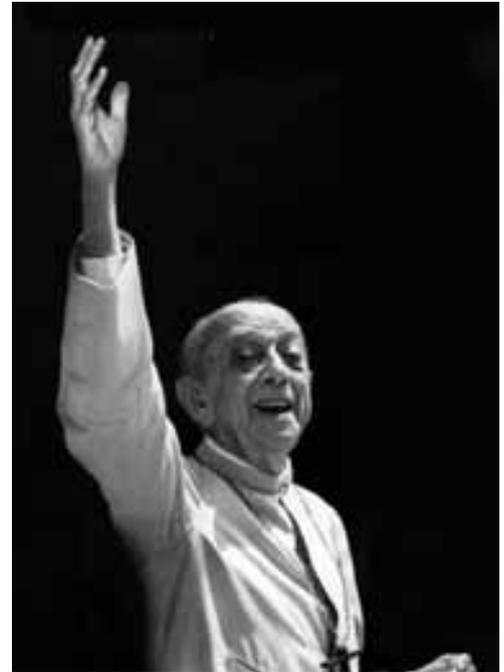
49. Depoimento de José Rodrigues durante a Mesa Redonda “As lutas no campo, no evento 40 anos de 1968, realizado em 2008, no Rio de Janeiro.

com exceção de uns poucos que funcionavam de forma precária. O ex-líder sindical Cesário Batista lembrava que, com a prisão de José Rodrigues, houve imenso retrocesso na organização dos camponeses da região. “Ele foi preso, exportado como nós chamamos, e aí acabou tudo, tudo. Você chegava ao sindicato com três mil associados, como em Ceará Mirim, que tinha três mil e tantos, [e já] não tinha ninguém. O associado tinha escondido a carteira, tinha rasgado, tocado fogo, não tinha ninguém...”.

Em 1967, José Rodrigues foi designado para ir a um congresso latino-americano em São Domingos, na República Dominicana. Em 1963, um golpe de Estado patrocinado pelos Estados Unidos, havia derrubado o presidente hondurenho Juan Bosch, quando assumiu o ditador Joaquín Balaguer.⁵⁰ No ano seguinte, a ditadura militar brasileira, juntamente com aliados, enviou tropas para solidarizar-se com o regime imposto em Honduras. Este era o contexto do país na ocasião da visita de José Rodrigues. Com as dificuldades de entrada no país, ele obteve um visto na Venezuela, como vendedor de livros. Ao chegar a São Domingos, foi conhecer a situação dos trabalhadores canavieiros. Em sua exposição, durante o congresso de trabalhadores, o sindicalista pediu desculpas ao povo dominicano pela ocupação brasileira e pela subserviência do exército brasileiro aos americanos. Logo depois, de volta ao hotel, ouviu soarem as sirenes da polícia. “Era eu que eles procuravam. Eu não pensei que era tão perigoso!” Foi expulso do país e embarcado num avião que seguia para Curaçau. Lá, ao desembarcar, foi recebido por um grupo de companheiros que lhe prestou solidariedade. “Nós estávamos engajados e a assessoria maior era da AP [Ação Popular]. Eles davam muita assessoria política”.

Depois, fez uma rota para retornar ao Brasil, passando por Caracas, Santiago e Assunção, até Ponta Porã, onde ficaria abrigado na residência de um militante do PCB. De volta ao Rio, passou a trabalhar na articulação política para a eleição de José Francisco da Silva na Contag. Certa vez, hospedado na casa de um padre, em São Paulo, foi expulso pela mãe do religioso: “Saia daqui, seu comunista! Você está botando o meu filho no mau caminho!” Nessas andanças, ainda foi preso com um companheiro, depois de tomar um táxi em Cravinhos (SP) para voltar a Ribeirão Preto. O motorista entregou-os à polícia, afirmando que estava sendo “seqüestrado por dois comunistas”. Uma multidão curiosa se aglomerava para vê-los. O que os salvou foi o fato de que o delegado, ex-colega de um deles, respeitava suas posições políticas. Libertou-os numa rua deserta, onde o único estabelecimento era um cabaré. Poderiam permanecer ali até que a poeira baixasse. Com um carro emprestado, seguiram viagem.

No final de 1979, José Rodrigues recebeu uma proposta para trabalhar numa empresa de mineração de cassiterita em Goiás. Monte Alegre, para onde iria, era uma cidade de garimpeiros, em que “os assassinatos corriam solto”. Ele e a mulher se instalaram na cidade vizinha de Campo Belo. Em 1982, nas primeiras eleições municipais desde o início do regime militar, ele ajudou a preparar um candidato progressista que acabou vencendo a eleição. Naquele mesmo ano, juntamente com



Um grito de liberdade: Dom Helder Câmara abrigou Zé Rodrigues e o ajudou a partir para o exílio.

50. Ver A memória redescoberta dos dominicanos. In: *Correio da Unesco*, 2009, n.9.

Aldo Arantes, militante de esquerda, liderou a ocupação de um latifúndio em Goiás. O líder sindical recorda-se da cena de 14 aviões sobrevoando a área invadida pelos trabalhadores e as manchetes da imprensa noticiando: “Goiás volta a ter ocupação de terra”. Anos depois, finda a ditadura, voltaria ao Rio Grande do Norte, onde mais tarde passaria a dirigir a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A luta contra o “cambão” na Fazenda Lapa

Mais de uma vez, José Rodrigues escapou de morrer em ofensivas policiais e de jagunços das fazendas. Numa ocasião, quando abria a porteira da fazenda Lapa, em Nova Cruz, ficou sob a mira de um empregado da fazenda, que mais tarde lhe disse: “Você desceu para abrir a porteira e eu levantei três vezes para te matar e quando eu queria apertar o gatilho alguma coisa dizia que eu não [atirasse].... Por isso, me impressionei e hoje estou do seu lado”. O homem foi apresentado a Zé Rodrigues por Joaquim, delegado sindical em Nova Cruz.

Depois de uma reunião, na ocasião, os líderes sindicais revolveram pôr fim ao regime de exploração dos trabalhadores por meio do “cambão”. O cambão ali correspondia a três dias de trabalho de graça para o proprietário da fazenda. Se o administrador exigisse, o trabalhador ficava obrigado a dar ainda mais um dia. Como alimentação, recebia um peixe velho e seco. Decisão tomada, os líderes foram até o local onde o tal peixe seria distribuído. Passaram a noite e acompanharam a chegada do caminhãozinho carregado com os peixes que seriam distribuídos a um grupo de trabalhadores. Joaquim, que era um homem muito bravo, ameaçou, com o facão balançando no ar: “Vocês são livres trabalhadores para apanhar essa porcaria aí! Agora, o que apanhar esse peixe eu corto o braço!” O próprio peixe era chamado pelos trabalhadores de “cambão”. Aquele foi o primeiro passo para acabar com aquele regime de exploração na fazenda. A partir desse episódio, José Rodrigues explicava: “Nós tínhamos o objetivo de acabar com o cambão. Nós tínhamos era que lutar pela terra, pela posse da terra. Por isso, fomos presos e éramos chamados de comunistas”.

Naquele tempo, na fazenda Lapa, cuja vastidão cobria algo como cinco municípios, o proprietário cobrava dos trabalhadores um “cambão” equivalente a um ou dois dias de trabalho de graça. No final do ano, os trabalhadores ainda tinham que pagar o “foro” (a renda anual ao dono de engenho ou usineiro). O sindicalista Luiz Oliveira se recorda do caso de um pai de família, em cuja casa não havia água e que tinha apenas uma cabra para dar leite ao filho que iria nascer. Na época de acertar o foro, ele disse ao patrão que, naquele ano, não teria como fazer o pagamento. O proprietário ameaçou mandar buscá-lo “amarrado no rabo de uma burra”. Aterrorizado, o morador ofereceu por algum tempo a cabra que devia

Sob a mira do jagunço:
capangas de fazendeiros
impunham o regime do medo
aos trabalhadores.

(Acervo Projeto República/UFG)



alimentar o bebê. Mas a cabra morreu no caminho. O fazendeiro então passou a cobrar dele dois dias de trabalho de graça por semana, enquanto que a cobrança sobre os demais moradores era de um dia. Se o trabalhador não cumprisse, o patrão “mandava dar uma surra”. Era assim: “se cortasse um pé de palha era uma surra. Davam aquela coça boa no cara e o medo era esse”.

Quando José Rodrigues estava detido no 16º R.I, o comandante ordenou que o colocassem dentro de um caminhão baú vazio e o levassem para Lagoa da Serra, na Fazenda Lapa, para apresentá-lo aos trabalhadores em condições desmoralizantes. Os militares já haviam praticado ali ações para atemorizar e humilhar os camponeses da região, desferindo tiros junto aos seus pés e raspando-lhes a cabeça. Lembra-se que era um domingo – “porque quando se está preso é preciso não perder a noção dos dias” – quando foi levado para a área em que estavam os trabalhadores. Um militar fazia um discurso louvando o regime militar e passou a interrogar o mais velho do grupo de camponeses: “Não é este o comunista safado que trouxe vocês pra cá?” O velho olhou para José Rodrigues, olhou, olhou e respondeu: “Coronel, eu nunca vi esse homem aqui!” O militar ficou enfurecido. Mas continuou com a sessão de intimidação:

Coronel - Essas pessoas em que vocês acreditam não são nada! Ele está aqui preso e humilhado na frente de vocês! É um comunista! Vocês conhecem esse comunista? Foi ele quem mandou arrancar as cercas aqui?

Trabalhador - Não, ele não mandou não. Arrancamos porque essa cerca tomava as nossas terras.

Coronel - Foi ele quem mandou arrancar as bananeiras? Que arrancava as roças?

Trabalhador - Não, não foi.

Coronel - Vocês conhecem esse homem?

Trabalhador - Não, nós não conhecemos.

Coronel - Mas isso não é possível! Ele vinha fazer reunião com vocês quase todo dia e agora vocês não conhecem?!

Trabalhador - Não, nós não conhecemos e nem foi ele quem mandou nós fazermos nada disso. Foi o patrão que fez uma cerca tomando as nossas terras e nós arrancamos a cerca. Eles arrancaram as bananeiras e as roças dos nossos camaradas e nós arrancamos a deles também!

Essas reações dos trabalhadores, já conscientes dos seus direitos, davam-lhe alento naqueles dias difíceis de prisão.

“Vocês conhecem esse comunista safado?”



Dom Helder: arcebispo ajudou centenas de perseguidos a escaparem da repressão após o golpe de 1964.

LUIZ OLIVEIRA

AMEAÇAS DE
SURRAS PELO
PATRÃO E FUGA
PARA SÃO SER
PRESO PELOS
MILITARES

O ex-sindicalista Luiz Oliveira atuou com José Rodrigues na criação de sindicatos de trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte. Ele se recorda que, até 1961, quando Zé Rodrigues apareceu em Nova Cruz, os trabalhadores viviam ali “como se fossem escravos”, e o novo líder ia explicando o que era um sindicato, sob a reação desconfiada dos moradores. Uma das primeiras reuniões em Nova Cruz, com 18 trabalhadores, foi realizada debaixo de um cajueiro. Muitos, com medo dos patrões, negavam-se a participar, dizendo: “Vou perder o roçado que o patrão me deu para ir atrás de negócio de sindicato?!” Mas na medida em que os líderes mostravam sua coragem para enfrentar as ameaças e a perseguição dos patrões para evitar que trabalhadores fossem expulsos da terra, começaram a ser respeitados. O sindicato, instalado numa casinha velha, com apenas uma banca de tábua, passava a ser um lugar para se conhecer os direitos e onde se encontrava solidariedade e esperança. “Aí o povo foi acreditando, aí o povo foi tomando gosto pela coisa, né. Viu que tinha fundamento. Foi tomando gosto, tomando gosto, aparecendo sócio e a gente cadastrando”, lembra Luiz Oliveira.

Quando Zé Rodrigues começou a atuar na localidade, os fazendeiros diziam que “aquele homem que veio de fora era um comunista”. O fazendeiro Luizinho ameaçou Luiz Oliveira advertindo que se ele insistisse em participar de reuniões do sindicato, ia levar uma surra. Quando José Rodrigues teve de sair do país, Luiz Oliveira sentiu-se só, vendo a organização dos trabalhadores esboroar em pouco tempo. “Eu dizia cá comigo: ‘mas um dia ele volta’. E de fato voltou. Chegou até a me abraçar em Natal”.

Logo depois do golpe militar, o proprietário da área, o fazendeiro Luizinho mandou chamar Luiz Oliveira e recomendou ao portador do recado: “Diga a Luiz Oliveira que venha!” Ele apresentou-se então ao fazendeiro: “Coronel pra que o senhor mandou me chamar?” A resposta: “Eu mandei lhe chamar, cabra, pra você dar o seu depoimento. Que mesa que você está implantando aqui desse tal sindicato se vocês não são sindicalistas, vocês são um bocado de comunistas?!” Luiz Oliveira respondeu:

Eu vou dizer a verdade, eu não sei nem para onde vai esse tal de comunista. Eu sou agricultor, filho da terra aqui, meu pai nasceu na terra e se criou na terra. Eu sou filho de meu pai, nasci naquela terra que o senhor conhece, trabalhador seu, empregado seu, morador seu. O que eu estou entendendo é que nós somos agricultores. Toda entidade tem a sua defesa. Nós somos os pequenos agricultores e nós não temos defesa nenhuma.

Luiz Oliveira ainda completou dizendo que a associação era para que os trabalhadores tivessem os seus direitos. E lascou a questão: “O senhor é latifundiário, um proprietário grande, rico. O senhor tem o seu sindicato, o senhor tem a sua associação?” O patrão estranhou o rumo da conversa: “Não”, disse. O líder sindical

aconselhou: “Faça! Faça o seu sindicato!” O patrão: “De onde você vem com essa idéia?” “De minha autoria”, respondeu. Pouco tempo depois, voltava da feira na Ladeira Grande quando as portas de dois carros se abriram à sua passagem. Viu que quatro carros participavam da operação “para lhe dar um nó”. Correu e entrou no mato, saindo apenas no dia seguinte. Naquela época, ia se casar e tinha construído uma casa na área de propriedade do fazendeiro. Depois daquela conversa – em que ele mostrava uma audácia que não agradou ao patrão – sua casa foi derrubada por jagunços. Não teve então outra saída senão fugir, primeiro para o Rio de Janeiro, depois para São Paulo. Com o episódio de depredação da casa, acabou desistindo do casamento.

Para intimidá-lo, a polícia bateu na casa de seus amigos, ameaçou-os de morte e levou-os presos. Entre estes, estavam Mané Floriano e Joaquim de Mila. Seu cunhado foi avisá-lo das prisões. Luiz Oliveira recorda-se que eram oito horas da noite e sua mãe lhe disse: “Vá-se embora, menino!” Era uma espécie de bênção materna para que ele fugisse e tentasse se salvar. Não tinha um centavo no bolso. A mãe esvaziou um pote e entregou-lhe uns trocados. Foi para Natal e de lá embarcou para São Paulo.

O sindicalista José Ferreira lembrava que, no Ceará-Mirim (RN), o líder camponês Zé Martins, para fugir à perseguição dos militares, contou com a ajuda da Igreja Católica, refugiando-se na Alemanha e na Itália. Lembrava que Luiz Oliveira “não teve essa proteção da Igreja [Católica] para sumir”. Teve de contar com a ajuda da família para a fuga, passando um tempo afastado da região “para não morrer”.

Depoimento

“O medo era tanto que os trabalhadores enterravam a carteirinha do sindicato”

O primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Cruz, Antônio Teixeira, foi preso pelo regime militar após o golpe de 64. Nos anos 1970, o temor era tão grande que os trabalhadores passaram a exterminar as provas de que eram associados ao sindicato: “Teve gente que pegava a carteirinha, cavava um buraco no chão e enterrava ali com medo da repressão”, contou Damião Gomes da Silva, que assumiu a direção da entidade em 1972. Naquele período, as Ligas Camponesas desenvolviam um trabalho na região, mas foi a Igreja Católica, através de Dom Eugênio Sales, que apoiou o surgimento do sindicalismo rural.

Ele relatava que ocorreram muitas lutas naquela região porque a fazenda Lapa, com mais de 60 mil hectares, concentrava todo poder político. Era um tempo em que “a política mandava muito, mas os patrões e os coronéis mandavam muito mais do que a política e mais até do que a Polícia Militar”. Foi nesta fazenda, que na época pertencia a Luiz Moreira, conhecido como o “Coronel” Lula Moreira, que ocorreu um dos principais conflitos de terra na

região. Um dos herdeiros do coronel era Luizinho Moreira, filho adotivo do fazendeiro. O pai de Damião havia nascido e tinha sido criado na fazenda, assim como sua mãe.

A repressão dos proprietários da fazenda Lapa marcou fortemente seus moradores. O trabalhador colhia algodão e vendia pelo preço que o proprietário queria. Nem a pesagem do algodão o trabalhador podia acompanhar. Assim, depois de um ano de trabalho, o valor recebido pelo trabalhador era muito pequeno “porque tudo ficava para o dono da fazenda”. Neste período, o morador era obrigado a se submeter ao regime de “cambão”. A terra era coberta de mato e cada trabalhador fazia ali seu roçado para sobreviver, de forma que, no final do ano, além desse dia de trabalho de graça, devia ainda pagar o “foro” ao proprietário da terra, de acordo com o que ele exigisse.

Damião recorda que quando o líder sindical José Rodrigues chegou a Nova Cruz, havia grande insatisfação com o regime de exploração do trabalho, mas o sentimento de medo era muito forte. Neste período, ele tinha ouvido falar das Ligas Camponesas. Certa vez, um líder das Ligas foi a Nova Cruz conversar com os trabalhadores, mas a organização ainda era vista com desconfiança: “Muita gente tinha as Ligas Camponesas como comunistas”, acentua Damião. Neste período, as Ligas conquistaram certo número de adeptos na região Agreste, marcada por numerosos conflitos, enquanto que a região de Nova Cruz recebia influências da Igreja Católica. Antes do golpe, quase toda a gente da região havia se sindicalizado. Com o regime militar, os trabalhadores passaram a viver sob o império do medo. Além das violências cometidas pelos proprietários e jagunços, havia a ameaça dos militares.

Um episódio de intimidação aos trabalhadores ocorreu na fazenda Jenipapo, também pertencente à fazenda Lapa. O proprietário tinha vendido uma parte da área. O novo dono decidiu resolver livrar-se dos moradores. O líder sindical convocou uma reunião com os trabalhadores. A reunião, marcada para ocorrer numa escola, já ia começar quando chegou o administrador da fazenda, acompanhado por jagunços. De forma truculenta, inquiriu: “Você entrou aqui com a ordem de quem?” Damião respondeu: “Rapaz, eu entrei com a minha, porque os trabalhadores me convidaram. E eu estou num prédio da prefeitura, não estou na terra do Dr. Armando!” O administrador deixou o revólver à mostra e deu uma chibatada na mesa. A escola, repleta de trabalhadores, esvaziou-se em segundos. O recado aos sindicalistas era de que fossem falar com o fazendeiro. Quando estavam saindo, um capanga agrediu o outro dirigente sindical. Naquela época, Damião pensou que não sosseitaria enquanto não obtivesse a desapropriação da Fazenda Jenipapo. Essa desapropriação ocorreria, de fato, mais tarde.

José Geraldo Rodrigues Sobrinho, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (Fetarn), perseguido, preso em 1964 e exilado durante o regime militar. [Fonte: Contag]

Pedro Inácio da Silva, lavrador, presidente do STR de São José do Mipibu, município de São José do Mipibu, preso durante o regime militar. [Fonte: Contag; MST]

Manoel Pereira, presidente do STR de Ceará-Mirim, município de Ceará-Mirim, desaparecido durante o regime militar. [Fonte: Contag;MST]

Manoel Xavier da Silva, lavrador, presidente do STR de Nízia Floresta, município de Nízia Floresta, desaparecido durante o regime militar. [Fonte: Contag; MST]

Antônio Teixeira, presidente do STR de Mossoró, município de Mossoró, desaparecido durante o regime militar. [Fonte: Contag; MST]

Antônio Teixeira, presidente do STR de Nova Cruz, município de Nova Cruz, desaparecido durante o regime militar. [Fonte: Contag; MST]

José da Cruz, lavrador, presidente do STR de Ceará-Mirim, município de Ceará-Mirim, desaparecido durante o regime militar. [Fonte: Contag; MST]

João Batista Bezerra, presidente do STR Ceará-Mirim, ameaçado de morte durante uma audiência na Justiça, em 1983. [Fonte: Contag]

Antonio Godinho, presidente do STR de Augusto Severo, ameaçado de morte em 1983, pela família Costa Brito. [Fonte: Contag]

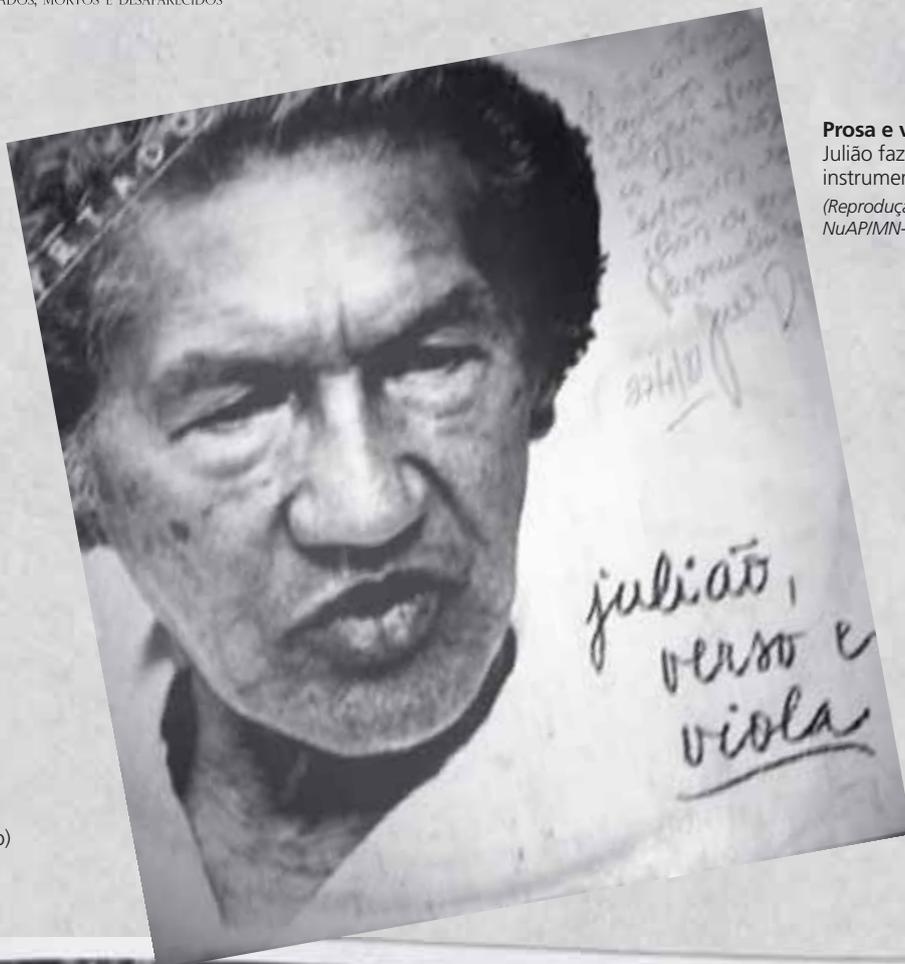
Júlio Terto Moura, secretário do STR de Jucurutu, sobreviveu a tentativa de assassinato, pelo fazendeiro Janúncio Medeiros Neto, em 1983, após discussão sobre questão de terra na Delegacia de Polícia. [Fonte: Contag]

José Ferreira da Silva, agricultor do município de Canguaretama, morto em 31 de agosto de 1983, na fazenda Pituaçu, devido a conflitos de terra. [Fonte: MST]

Severino Antônio Nicácio, trabalhador rural de Ceará-Mirim, casado, oito filhos, assassinado com dois tiros à queima-roupa pelo administrador da usina São Francisco, da Fazenda Trigueiro, quando se apresentava para trabalhar em 26 de setembro de 1984. Severino tinha ido reclamar seus direitos trabalhistas quando foi alvejado pelo administrador da usina. [Fonte: MST]

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS



Prosa e verso: Francisco Julião fazia da arte um instrumento de mobilização.
(Reprodução Marta Cioccarí, NuAPI/MN-UFRJ)

Heróis da resistência: foto de dirigentes do PCB que reúne Luiz Carlos Prestes (no centro) e, atrás dele, Gregório Bezerra.

(Acervo Jurandir Bezerra, CMH/UFPPE)



REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Revisitando o campo: lutas, organizações, contradições, Pernambuco-1962-1987*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2003.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o Sindicalismo Rural. Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Ed. Da UFPE, 2005.
- _____. Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e repressão. *CLIO. Série História do Nordeste (UFPE)*, v.22, p. 189-213, 2006.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais, um relato para a história*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Editora Vozes, 1985, 7ª edição.
- ARQUIVOS do DOPS em Pernambuco. Prontuário sobre o Massacre de Matapiruma, em Escada (PE), fornecida a este projeto pelo professor Antônio Montenegro, da UFPE.
- ASSIS LEMOS SOUZA, Francisco de. *Nordeste, o Vietnã que não houve: As ligas camponesas e o golpe de 1964*. Londrina: Ed. UEL / Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1996.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Lourdes; Miele, Neide; Godoy, Rosa (orgs.). *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Ed. Universitária/Manufatura, 1997.
- BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder. Conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- _____. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BERNARDES, Denis A.de M. Octávio Ianni e a Questão Nordeste. In: LIMA, Marcos Costa. (org.) *A sociologia crítica de Octávio Ianni: uma homenagem*. Editora Universitária, UFPE, 2005.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Primeira parte: 1900-1945; Segunda parte: 1946-1969, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- CALLADO, Antônio. *Os Galileus de Pernambuco e os industriais da seca*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960.
- _____. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção O Mundo hoje), 1980.
- CONCEIÇÃO, Manoel da. *Essa terra é nossa*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- CONCEIÇÃO Manoel da. Reforma agrária, utopia revisitada. In: STARLING, Heloísa M. Gurgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (orgs.). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- CONCEIÇÃO, Manoel da. *Chão de minha utopia*. SOARES, Paula Elise Ferreira; ANTUNES, Wilkie Buzatti (orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- CONFEDERAÇÃO Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag. *As lutas camponesas no Brasil*. 1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.
- _____. Contag: 30 anos de luta. Brasília, DF, novembro, 1993

_____. Contag: 40 anos. Brasília, DF, 2003.

FONTE, Romeu da. *Doutor Romeu*. Recife: Facform, 2009.

JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack de. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. Global Editora, 2004 (16ª edição).

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1962.

_____. *Até quarta, Isabela! (Carta escrita do cárcere)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

GULLAR, Ferreira. *História de um valente*. Poesia de cordel, 1964.

HAM, Antônia; CALADO, Alder, et al. (orgs). *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba*. Deixemos o povo falar... João Pessoa: Ed. Idéia, 2006.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974*. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010.

MANOEL DA CONCEIÇÃO. Entrevista a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo, em 2005, disponível em <http://www.redportiamerica.com/site/index.php/memoria-brasileira-manoel-da-conceicao-santos>. Último acesso: 30/10/2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MIRAD. Coordenadoria de Conflitos Agrários. *Conflitos de terra*. V.1, Brasília, 1986.

MIRANDA, Orlando. *Obscuros heróis de capricórnio. Contribuição à memória brasileira*. Global Editora, 1987.

MONTENEGRO, Antonio. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. In: Projeto História. São Paulo, nº 29, tomo 02, 2004.

_____. *Cabra marcado para morrer. Entre a memória e a história*. s/d. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/montenegro.2.pdf> Acesso: 10/10/2010.

_____. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

_____. Direitos trabalhistas, assassinato e repressão política em tempos de regime militar. Exposição na mesa redonda “Dilemas contemporâneos e molduras historiográficas”, no Simpósio História e Margem, IFCS-UFRJ, outubro 2010.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986*. São Paulo: Global Editora, 1987.

OLIVEIRA, Marcio Amêndola. *Zequinha Barreto, um revolucionário brasileiro*. Sindicato dos Químicos/Instituto Zequinha Barreto. Osasco, SP, 2008. Disponível no site: <http://contextohistorico.blog.terra.com.br/files/2009/12/zequinha-barreto-um-revolucionario-brasileiro.pdf> E ainda no site do Instituto Zequinha Barreto: <http://www.zequinhabarreto.org.br/izb/> Acesso em: 30/11/2010.

OLIVEIRA, Papito de (org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil – 1955-1964*. Tradução de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v.1, n.1, p. 41-56, 1979.

_____. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: Vanilda Paiva (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, v.3, n.7, p. 87-108, 1989.

_____. Burocracia, Política e Reforma Agrária. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução. Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

SECRETARIA ESPECIAL dos Direitos Humanos. *Livro-relatório Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: 2007. Portal Memórias Reveladas: <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf> Acesso em: 10/10/2010.

SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião. Luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA E BARROS, Dacier; SANTANA, Cecília. Protagonistas de um passado histórico recente: lutas e visões de uma crença em um mundo mais justo. In: *Memória em Movimento*. UFPE, v.2, n.2. Disponível em: <http://www.ufpe.br/memoriaemmovimento/protagonistas.pdf> Acesso em 05/11/2010.

SOARES, José Arlindo. *A Frente dos Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1982.

SODRÉ, F. Novaes. *Quem é Francisco Julião*. Ed. Redenção Nacional.

SYDOW, Evanize. A impunidade no caso Margarida Alves. 27/08/2003. In: http://www.dhnet.org.br/denunciar/Brasil_2001/Cap3_Impunidade.htm.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999, 3ª ed., p. 125-126.

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

AMORIM, Antônio. Entrevista concedida a esta pesquisa no âmbito do projeto Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985, em Fortaleza (CE), setembro/2010.

ARAÚJO, Neide. Depoimento no seminário Memória Camponesa da Paraíba, realizado em João Pessoa (PB), em 2006. Versão impressa. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.

BARRETO, Luiz Inocêncio. Entrevista concedida a Antônio Montenegro, em 05/08/1998, no município do Cabo (PE). O material, referente ao projeto “Guerreiros do Além Mar”, foi cedido para uso na presente publicação.

BEZERRA, Jurandir. Entrevista concedida a esta pesquisa no âmbito do projeto Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985, em Recife (PE), setembro/2010.

CONCEIÇÃO, Manoel da. Depoimento na mesa-redonda “As lutas no campo”, no evento *40 anos de 1968*, realizado em 2008, no Rio de Janeiro. Versão impressa. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.

DIAS, Marina. Depoimento no seminário Memória Camponesa da Paraíba, realizado em João Pessoa (PB), em 2006. Versão impressa. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.

FERREIRA, José. Entrevista concedida a Moacir Palmeira (MN-UFRJ), no âmbito do projeto Memória Camponesa. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

FONTE, Romeu da. Entrevista concedida a esta pesquisa no âmbito do projeto Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985, em Recife (PE), setembro/2010.

JULIÃO, Francisco. Depoimento a Aspásia Camargo, México, 1977. Transcrição disponível no CPDOC-FGV.

LEITÃO, Tarcísio. Depoimento no Seminário Memória Camponesa do Ceará, realizado em João Pessoa, em 2007, DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.

LEITÃO, Tarcísio. Entrevista concedida a esta pesquisa no âmbito do projeto Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985, em Fortaleza (CE), setembro/2010.

LEMONS SOUZA, Francisco de Assis. Depoimento no Seminário Memória Camponesa da Paraíba, realizado em João Pessoa (PB), em 2006. Versão impressa. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.

NASCIMENTO, Euclides. Depoimento na mesa redonda “As lutas no campo”, no evento *40 Anos de 68*, realizado no Rio de Janeiro, em 2008. Impresso. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

NASCIMENTO, Euclides. Entrevista concedida a esta pesquisa no âmbito do projeto Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985, em Recife (PE), setembro/ 2010.

OLIVEIRA, Luiz. Entrevista concedida a Moacir Palmeira (MN-UFRJ), no âmbito do projeto Memória Camponesa. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

RODRIGUES SOBRINHO, José. Depoimento no Seminário Memória Camponesa no Rio Grande do Norte, realizado em Natal (RN), em 2005. DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

RODRIGUES SOBRINHO, José. Depoimento na Mesa Redonda “As lutas no campo”, no evento *40 Anos de 68*, realizado no Rio de Janeiro, em 2008. Impresso. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

RODRIGUES SOBRINHO, José. Entrevista concedida a Moacir Palmeira (MN-UFRJ), no âmbito do projeto Memória Camponesa. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

SANTIAGO, Sebastião. Depoimento na mesa redonda “As lutas no campo”, no evento *40 Anos de 68*, realizado no Rio de Janeiro, em 2008. Impresso. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

SANTIAGO, Sebastião. Entrevista concedida a esta pesquisa no âmbito do projeto Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985, em Brasília (DF), outubro/2010.

SILVA, Damião Gomes da. Entrevista concedida a Moacir Palmeira (MN-UFRJ), no âmbito do projeto Memória Camponesa. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

SILVA, José Francisco da. Entrevista concedida a Moacir Palmeira (MN-UFRJ), no âmbito do projeto Memória Camponesa. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

SILVA, José Francisco da. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Recife (PE), setembro/ 2010.

SILVA, Marcos Martins da. Depoimento no Seminário Memória Camponesa de Pernambuco, realizado em Carpina, 2005. DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

SILVA, Marcos Martins da. Entrevista concedida a esta pesquisa no âmbito do projeto Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985, em Goiás, outubro/ 2010.

- SILVA, Vicente Pompeu da. Depoimento no Seminário Memória Camponesa do Ceará, realizado em Fortaleza, em 2007, DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.
- SILVA, Vicente Pompeu da. Entrevista concedida a esta pesquisa no âmbito do projeto Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985, em Fortaleza (CE), setembro/ 2010.
- TEIXEIRA, Elizabeth. Depoimento no seminário Memória Camponesa da Paraíba, realizado em João Pessoa (PB), em 2006. Versão impressa. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.
- TEIXEIRA, Elizabeth. Entrevistas concedidas a Leonilde Sérvolo Medeiros. Arquivos do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, CPDA/UFRRJ.
- TEIXEIRA, Elizabeth. Entrevista concedida à Irmã Antonia Ham. In: HAM, Antônia; CALADO, Alder, et al. (orgs). *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba*. Deixemos o povo falar... João Pessoa: Ed. Idéia, 2006.
- URBANO, Francisco. Depoimento na mesa redonda “As lutas no campo”, no âmbito do evento *40 Anos de 68*, realizado no Rio de Janeiro, em 2008. Impresso. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.
- URBANO, Francisco. Entrevista concedida a esta pesquisa no âmbito do projeto Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985, em Brasília (DF), outubro/2010.

PERIÓDICOS E JORNAIS

- A MEMÓRIA redescoberta dos dominicanos. In: *Correio da Unesco*, 2009, n.9. Disponível: <http://typo38.unesco.org/pt/cour-09-2009/cour-09-2009-30.html> Acesso: 30/11/2010.
- A PRIMEIRA LIGA Camponesa. *Terra Livre*, Ano XI, n. 90, abril, 1960.
- CANAVIEIROS em greve. Campanhas salariais e sindicalismo. *Cadernos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação*, n.14, São Paulo, dezembro, 1985.
- CONTAG, poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo. *Terra Livre*, Ano XIV, n.130, jan, 1964.
- CRECEM AS Ligas Camponesas. *Terra Livre*, Junho 1961, p. 2.
- ENTREVISTA com um subversivo indomável: Manoel da Conceição. *Pasquim*, 11 (549): 18-27, 4/10 jan 1980.
- ESPECIAL Assis Lemos. *A União*. Jornal do governo do Estado da Paraíba. 21/05/2009.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, Fortaleza (CE). Cobertura sobre o caso Japuara, em Canindé (CE). Edições de 05 a 07/01/1971, 13/01/1971, 31/01/1971, 13/11/1971, 17 e 18/11/1971.
- GÊNESE SINDICAL sob a marca da repressão, *O Povo*, Fortaleza, Ceará, 20/04/2004, p.4.
- JULIÃO, Francisco, Entrevista ao jornal *Pasquim*, 1979.
- FRANCISCO JULIÃO, os comunistas e a revolução brasileira. Artigo de Giocondo Dias. *Terra Livre*, julho, 1962.
- FURTADO, Celso. Entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, 04/03/2004.
- MADEIRA, Raimundo. Gênese sindical sob a marca da repressão. *O Povo*. Fortaleza, Ceará, terça-feira, 20/04/2004, p. 4.

MAIS HISTÓRIAS de repressão aos camponeses. *Movimento*, 07 a 13/9/1981, p. 5.

MP PEDE ANULAÇÃO de julgamento de fazendeiro. *Jornal do Comércio*, Recife, 05/06/2003, s/p.

O LATIFÚNDIO armado. *Movimento*, 06/07 e 03/08/1981, n. 314 e 318.

O POVO, Fortaleza (CE). Cobertura sobre o caso Japuaara, em Canindé (CE). Edições de 04/01/1971, 05/01/1971, 06/02/1971 e 07/02/1971.

OS QUE DISSERAM NÃO ao golpe militar. 40 anos do golpe. *Diário Oficial*. Prefeitura Municipal de Campinas. 31/03/2004, n.8403, p. 4 e 5.

O VAGALUME. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, Ano 1, Julho de 1979, n.3.

O VAGALUME. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, Ano 1, Novembro e Dezembro de 1979, n.4.

REENCONTRO DE Elizabeth Teixeira com os trabalhadores de cana da Paraíba. *Cadernos do CEDI* - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, n. 14, São Paulo, dez. 1985, p.9-17.

REVISTA da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape). Edição comemorativa aos 40 anos. Recife, julho de 2006.

SANTIAGO, Vandek. Antes e depois do golpe, a luta armada. *Diário de Pernambuco*, 14/07/2009.

SANTIAGO, Vandek. Kennedy e as Ligas: a peleja esquecida; Papel dos camponeses na revolução. *Diário de Pernambuco*, 15/07/2009.

SANTIAGO, Vandek. Golpe prejudicou mais o Nordeste. *Diário de Pernambuco*, 17/07/2009.

SOLIDARIEDADE à família de João Pedro Teixeira. *Terra Livre*, Ano XII, n.111, junho, 1962.

TRIBUNA DO CEARÁ, cobertura sobre o caso Japuaara, Canindé (CE). Edições de 06/01/1971, 12/01/1971 e 13/01/1971.

FILMES, DOCUMENTÁRIOS E VÍDEOS

ALMEIDA, Daniela. *A voz do campo*. Euclides Nascimento e o Sindicalismo Rural de Pernambuco, 2010.

AZEVEDO, Maria Tereza. *Memórias clandestinas*. Documentário das memórias de Alexina Crespo, primeira mulher de Francisco Julião, 2007.

COUTINHO, Eduardo. *Um cabra marcado para morrer*. Documentário sobre a trajetória e o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, na Paraíba, 1984.

GREGÓRIO Bezerra. *Uma entrevista histórica*. Entrevista com o líder comunista no seu aniversário de 76 anos, no exílio, 1976.

SANTOS, Murilo. *Quem matou Elias Zi?*. Documentário de animação sobre a morte do sindicalista no Maranhão, 1986.

SEMINÁRIO Memória Camponesa em Pernambuco, realizado em Carpina, 2005, DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ

SEMINÁRIO Memória Camponesa no Rio Grande do Norte, realizado em Natal, 2005, DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ

SEMINÁRIO Memória Camponesa na Paraíba, realizado em João Pessoa, 2006, DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ

SEMINÁRIO Memória Camponesa no Ceará, realizado em Fortaleza, 2007, DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.

VIANA, Clarice; BARCELLOS, Fernando. *Francisco Julião: na lei ou na marra*. Documentário sobre o Líder das Ligas Camponesas, 2008.

D. Josefa Carneiro segura o retrato do irmão, o sindicalista Eloy Ferreira da Silva, assassinado a mando de grileiros ao norte de Minas Gerais.
(Damiana Campos)



O “CAMPONÊS” FORJADO NAS MASSAS

RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO
MINAS GERAIS



INTRODUÇÃO

As trajetórias a seguir são, em geral, exemplares da condição de migrantes imposta aos camponeses em todo o país: expulsos pela lógica do latifúndio, nômades do grande capital sob a tutela do regime militar. Na região sudeste, estes deslocamentos pessoais assumem ainda, como traço singular, uma circulação constante e às vezes tensa entre campo e cidade. A urbanização promovida pelo desenvolvimentismo do governo militar, afinal, passava justamente pela concentração fundiária e tinha, como conseqüente destino dos camponeses, agrupamentos precários de moradias em uma incipiente periferia rural. Esta se emendava, pela via marginalizada, aos centros urbanos cada vez mais próximos e conectados. A figura do “camponês” revelada através das biografias deste capítulo inclui, assim, aqueles que, de origem familiar rural, vieram para as metrópoles, onde cresceram, se formaram (operários, serventes...) e, depois de adultos, optaram pela vida na roça – decisão muitas vezes de deliberada motivação política. Mas a categoria política do “camponês”, construída nos relatos desta memória coletiva, inclui também aqueles que viviam da lavoura e eram, ao mesmo tempo, “urbanos”; imersos que estavam no processo de construção de estradas, especulação imobiliária e industrialização agrícola.

A violência que se abateu em nome de tal progresso nacional confrontou-se, durante a ditadura militar, com um quadro diversificado e potente de lideranças rurais atuando em variadas formas de organização coletiva. Do movimento messiânico de Aparecido Galdino passando pelos tantos casos de posseiros unidos contra a violência grileira. A consciência do direito, especialmente do direito à posse, pontua o percurso de formação política de boa parte dos lavradores biografados a seguir. Entre eles, alguns foram forjados como lideranças, na esteira dos processos de “aliança operário-camponesa”. Comissões, associações e sindicatos pipocavam por toda a região. Apesar das diversas visitas de Francisco Julião às associações da região, no sudeste as Ligas estiveram longe da adesão atingida pelos sindicatos. Neste contexto, linhas de força como o Partido Comunista e o estímulo à sindicalização rural durante o governo João Goulart são frequentemente mencionados, mas que se ressalve a autonomia dos movimentos aqui descritos. Note-se, por exemplo, o encontro entre



Ação policial em manifestação de trabalhadores rurais.

Arquivo Contag

forças políticas e partidárias diversas, no acontecimento que, como escreveu Rui Facó, foi “um dos momentos mais decisivos de nossa história contemporânea”. O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte no ano de 1961, aparece em diversas das trajetórias pessoais, influenciando-as direta ou indiretamente. Finalmente, manifestações diversas da “luta camponesa” uniam-se ali em nome da reforma agrária e alcançavam o centro do debate político nacional. Não é à toa que o acontecimento do golpe militar aparece nos relatos de alguns lavradores como uma “surpresa”. Os episódios de prisão, tortura e assassinato que se seguiram ao 1º de abril de 1964 chegam a ser, às vezes, deliberadamente silenciados por suas testemunhas. O que se constrói é antes a memória das conquistas interrompidas. Como se, na saudade irrevogável da esperança vivida nos anos pré-64, se desvelasse a mais brutal das práticas de violência.

RIO DE JANEIRO

JOSÉ PUREZA DA SILVA, O ZÉ PUREZA

“O líder não se faz”, explica José Pureza a respeito de sua própria trajetória. “O líder se tempera como aço na própria luta (...). A massa faz o líder na luta, na têmpera”, avalia, encerrando seu relato sobre o fechamento dos sindicatos de trabalhadores rurais e a persegui o aos dirigentes após 1964¹. A partir dali, o que se seguiu foi a clandestinidade, a prisão, a tortura. Doente do cora o, o líder morreria quase uma década mais tarde, vítima das vicissitudes sofridas como perseguido político. Em seu relato autobiográfico, entretanto, o período da repressão quer ocultar-se sob a força de sua luta anterior ao regime militar, quando os líderes se formavam junto às organiza es camponesas. Ao falar daquilo que a ditadura calou, Pureza nos faz percorrer não só uma vasta geografia de situa es de conflitos no campo, como também uma diversidade de pessoas, notórias ou an nimas, que sofreram o duro golpe contra suas incipientes conquistas. O caso do município de Cachoeiras de Macacu, por exemplo, d -nos a ver a dimensão espetacular assumida pela violência contra tais conquistas, prolongando-se no tempo, herdeiro de conflitos agrários iniciados no estado do Rio de Janeiro no in cio dos anos 60. E se estendendo também no espaço, articulando-se a diferentes áreas de atua o sindical. Conforme noticia o *Jornal do Brasil*, em janeiro de 1980:

*“Os lavradores foram recolhidos em toda a região e obrigados a derrubar, sem ferramentas, as precárias casas de madeira. Usavam só as mãos, pois foices, martelos e facões tinham sido confiscados pela polícia. Depois, foram levados pela 26  DP, (...). Todos foram trancados no fundo da delegacia, sem alimenta o”*².

Naquela ocasião, policiais haviam chegado a pedido de grileiros locais, que buscavam tomar a terra onde os posseiros haviam se instalado, uma área desocupada havia mais de 15 anos. Conforme noticiou   época o recém criado *Jornal do Partido dos Trabalhadores*:

*“A questão surgida em Cachoeiras de Macacu não   única no campo do estado do Rio, onde a luta pela posse da terra se estende das fazendas de Trindade e Laranjeiras em Parati, aos municípios de Valença, Trajano de Moraes, Campos, Macaé, Silva Jardim e Duque de Caxias. Nestes conflitos, o INCRA, a EMBRAPA, e o IBDF, todos órgãos do Ministério da Agricultura, tomam sempre a defesa dos grandes grupos nacionais e multinacionais, dos fazendeiros e empresários imobiliários, contra os trabalhadores que há anos cultivam e moram naquelas terras”*³.



Última Hora (2/5/1963), reprodu o.

O LÍDER SE FAZ
NA MASSA

1. Os depoimentos aqui foram extraídos de PUREZA (1982).

2. *Jornal do Brasil* (31/01/1980)

3. *Jornal do PT*, n. 1, (Fev/1980).



José Pureza e o conflito de Imbé em matéria publicada pelo Jornal Última Hora (02/05/1963).

PUREZA: "SÓ MORTOS LAVRADORES DEIXARÃO AS TERRAS DE IMBÉ!"

José Pureza (foto), líder dos camponeses que se instalaram em Imbé, localidade de Campos, disse, ontem, a UN, que "só mortos os lavradores deixarão aquelas glebas". Frisando que aquelas terras pertencem ao Estado, o Sr. Pureza afirmou que a principal causa de morte dos Imbé foi a falta de emprego nos lavradores camponeses. Anunciou que a SUPRA e o Plano de Ação Agrária já estão trabalhando a respeito da fazenda para a distribuição das terras aos camponeses.

Pureza Comanda os 300 do Imbé

Um levantamento do líder José Pureza Silva, chefe de 300 camponeses que se instalaram em Imbé, município de Campos, RJ, em 1962, revelou que a principal causa de morte dos Imbé foi a falta de emprego nos lavradores camponeses. Anunciou que a SUPRA e o Plano de Ação Agrária já estão trabalhando a respeito da fazenda para a distribuição das terras aos camponeses.



Manifestação de trabalhadores rurais nos anos 60, retratada em publicação comemorativa dos 30 anos da Contag (Novembro/1993).

As lutas do começo

A luta dos trabalhadores rurais brasileiros pela posse da terra é um movimento de luta social e política. O movimento começou no Rio de Janeiro, em 1962, com a criação da Federação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Rio de Janeiro. A luta se espalhou para outras regiões do Brasil, com destaque para o Nordeste e o Sudeste. O movimento foi marcado por grandes manifestações e conflitos com o poder público. A luta pela terra é uma luta constante e necessária para a sobrevivência dos trabalhadores rurais no Brasil.

Fundada em Niterói a Federação dos Lavradores



José Pureza da Silva, o líder camponês do Imbé, eleito presidente da Federação dos Trabalhadores Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Estado do Rio de Janeiro.

A fundação da Federação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Rio de Janeiro, em 1963, representava a adequação da Falerj à regulamentação sindical, criando as condições para a criação da Contag. (Jornal Terra Livre, novembro/1963).

Em assembléia, realizada para esse fim, no dia 21 de outubro na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria Textil, em Niterói, foi fundada a Federação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Estado do Rio de Janeiro. Depois da aprovação dos estatutos, foi eleita a sua Diretoria encabezada por José Pureza da Silva, e Bráulio Rodrigues da Silva, e seu Conselho Fiscal e os seus representantes no Conselho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Num ambiente de grande contentamento, todos os seus dirigentes tomaram posse e receberam os cumprimentos de velhos dirigentes do movimento operário.

Presos lavradores de Macacu



PM prende padre e posseiros no RJ

Um padre e dois posseiros foram presos por policiais militares em Macacu, RJ, durante uma manifestação. O padre, conhecido por seu envolvimento com os posseiros, foi detido juntamente com dois outros indivíduos. A prisão ocorreu em meio a tensões locais relacionadas à disputa por terras. O caso gerou repercussão na comunidade e levantou questões sobre o papel da Igreja e o tratamento dos posseiros pelo poder público.

Posseiros de Macacu enfrentam repressão pela posse da terra

Os posseiros de Macacu enfrentam a repressão do poder público em sua luta pela posse da terra. O movimento dos posseiros tem ganhado força na região, com muitos indivíduos ocupando áreas de terra sem documentação adequada. O poder público tem respondido com operações de limpeza e prisões, gerando medo e insegurança entre a população local. A luta pela terra é uma luta constante e necessária para a sobrevivência dos posseiros em Macacu.



Matérias de imprensa sobre a repressão à luta pela posse da terra em Cachoeiras de Macacu (Janeiro/1980).

Em suas memórias, Zé Pureza faz referência à valiosa transformação dos trabalhadores rurais em quadros de liderança, chamando atenção para outra amplitude da repressão aplicada no período militar. Mais do que indivíduos isolados, o que se atingia duramente era o “movimento camponês”. E este, ainda nas palavras de Pureza, assumiu uma dramaticidade “só compreensível para quem conhece o significado que tem para o camponês a posse do seu pedaço de terra”. Neste sentido, é curioso que tenham ocorrido na cidade, e não no campo, suas primeiras experiências com movimentos sociais. “Os camponeses da cidade estavam se organizando, mas eu achava que os dois movimentos – campo e cidade – deveriam marchar juntos”, conta Zé Pureza. Este mostra como o valor do trabalho na terra, de cujo esforço depende todo alimento, toda vida, marcava a própria maneira com que os lavradores se engajavam nas mobilizações de massa que José defendia.

“Sempre considerei a organização no campo como as próprias plantações. Se você prepara a terra para plantar, por exemplo, feijão, colhe do que plantar depois. Mas se não teve tempo, ou por algum motivo, não deu o tratamento adequado, vai ter uma colheita fraca, conforme o tratamento que deu. Porém, quando se dá o cuidado que a planta precisa, a safra é boa”.

Em 1947, quando Pureza chegou a Xerém, na Baixada Fluminense, iniciava-se um período histórico de “organizar plantações”. Alagoano do município de Pilar, Zé Pureza migrara muito jovem para a cidade do Rio de Janeiro. Ali, trabalhou na construção civil e participou de organizações operárias, de onde decidiu sair para tentar a vida no campo. Ouvira dizer que “estavam dando terras em Xerém...”. Mas era, ao mesmo tempo, uma opção política. Ao longo de toda a década de 1950 e início dos anos 1960, as mobilizações camponesas nasciam e se intensificavam à mesma medida em que as terras da Baixada se valorizavam. O programa de drenagem implantado pelo governo federal na década de 40, propondo criar um “cinturão verde” para abastecer a capital, atraía não apenas lavradores de diversas regiões como também fazendeiros e especuladores imobiliários, em geral grileiros que formaram verdadeiros latifúndios loteando terras devolutas, muitas das quais já ocupadas por posseiros. Com isto, estes foram sendo expulsos arbitrariamente, pela ação de jagunços e policiais armados.

Em 1949, Pureza e três vizinhos criaram uma “Comissão” que seria o embrião da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), primeira organização camponesa do estado do Rio de Janeiro registrada como organização civil. O trabalho da ALF consistiu na criação de “núcleos” espalhados por todo o estado: a diretoria da entidade em Xerém recebia os chamados de lavradores interessados em se organizar e viajavam às diversas localidades para promover reuniões nas quais se ouviam as questões locais para se debater vias de solução e assessorar a criação formal dos núcleos. “De grão em grão a galinha enche o papo”, avalia José, “da mesma forma, de ‘Associação’ em ‘Associação’, sentimos a necessidade de fundar uma entidade que coordenasse a luta em todo o estado do Rio de Janeiro”. A Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) nasceria no ano de 1959,



Ilustração publicada por boletim sindical da Fetagri (Janeiro/1985).

(MSPP/CPDA-UFRRJ)

durante a “I Conferência Estadual”, reunindo em sua diretoria membros das associações de lavradores dos diversos municípios fluminenses. Até 1963, quando se tornou presidente da entidade, ao lado de Bráulio Rodrigues, José Pureza assumiu diversos outros cargos em sua diretoria. Em 1963, em uma situação de conflito entre usineiros e trabalhadores da cana em Imbé, Pureza conta que ele e seus companheiros da Federação foram recebidos com alarde – já eram reconhecidos em toda a região como “o povo da Reforma Agrária”.

A violência e opressão contra o movimento dos lavradores – fosse pela ação armada dos jagunços, fosse por meio de prisões arbitrárias ou pela simples difusão do medo – vinha como reação imediata ao fortalecimento de sua organização política. Logo após a criação da ALF, por exemplo, o delegado de Caxias criava um posto policial na região de Xerém. Noutra ocasião, as mercadorias da Cooperativa da Associação seriam apreendidas pela polícia sem qualquer explicação justificada. Com o golpe militar, o clima de tensão e incerteza deu lugar

à perseguição explícita. Lideranças do movimento sindical ligadas a Pureza, como Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira Lima, foram presas rapidamente. José Pureza conseguiu se esconder na serra de Magé, para dali seguir até o nordeste. Em sua terra natal, participou do movimento camponês até finalmente ser capturado pelo regime militar. Preso de 1973 a 1975, findou por mais tarde afastar-se do movimento: o corpo enfraquecido pelo sofrimento da tortura, a alma desintegrada junto aos movimentos dos quais participara.

Em 1979, José reencontraria seus antigos companheiros, Bráulio e Manoel, em uma reunião em sua casa para, quem sabe, retomar as atividades sindicais. Este encontro foi presenciado por Eliane Cantarino, que o conheceu naquela ocasião e, mais tarde, captaria o belo relato histórico feito pelo próprio Pureza. Mas não era dos anos do regime militar que ele gostava de falar. “Gostava mesmo de conversar era sobre o movimento camponês anterior a 1964, as lutas travadas pela desapropriação das terras em litígio”, escreve Cantarino. Morto em 1983, em conseqüência de problemas cardíacos agravados pela tortura, José Pureza, naqueles idos de 1979, queria resgatar a força de uma época interrompida, dar-lhe a voz que ele pretendia ouvir naquela gradual retomada democrática. “Nossa luta não acabou”, ressaltou por fim.

Fazenda São José da Boa Morte

O nome foi dado pelos lavradores à Fazenda Agro-Brasil, no Vale do Macacu, a uma área limítrofe entre os municípios de Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, e se referia à seqüência de lutas por terra ocorridas ali. Desde 1952, a área pertencia ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC),

que destinou 700 alqueires aos posseiros que já habitavam o local. Em 1960, cerca de trinta e cinco soldados armados fazem o despejo de dez famílias a mando de supostos proprietários, os mesmos que cobravam preços cada vez mais altos pela extração da madeira para carvão. Por várias vezes, os que ficam vêem suas plantações de subsistência serem queimadas. Chegou-se então ao número de seiscentos posseiros armados em um movimento de resistência com a participação das Ligas Camponesas do Rio de Janeiro. Uma ação da polícia militar do estado faz vinte prisioneiros entre os colonos e desintegra a ocupação da Fazenda Boa Morte. Mas a força política alcançada pelos camponeses manteve-se através dos tempos: na imprensa e na memória camponesa, foi identificada como uma versão brasileira da experiência cubana de *Sierra Maestra*. O período e as estratégias de resistência dos lavradores (como a postura de negociação e a dinâmica espacial desenvolvida) serviriam de exemplo a diversos outros movimentos e lideranças no estado fluminense.

Referência: O'DWER, Eliane Cantarino (1988). *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ; SIGAUD, Lygia et al. 2010. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj; “Chico Julião no Rio”, In: *Terra Livre* (jun/1960). *Luta Democrática* (21/11/1961).

JOSEFA PAULINO DA SILVA PUREZA

Da infância em família de bóias-frias, Josefa Paulino da Silva passou a órfã migrante, partindo de Alagoas para Pernambuco, onde ainda criança manteve-se como empregada na casa que lhe abrigara. Em 1942, casou-se com José Pureza e veio para o Rio de Janeiro. Nunca deixou, contudo, de ser “filha de Alagoas”, conforme define em seu relato autobiográfico aos pesquisadores Marlúcia S. de Souza e Evandro Cyrillo⁴. A definição tem o seu porquê. “Filhos do nordeste” como tantas outras lideranças da região sudeste do país, Josefa – assim como o marido José – tornou-se operária urbana na cidade do Rio de Janeiro para depois dar a reviravolta, de volta às origens familiares da vida no campo. Agora, na Baixada Fluminense. O marido seguiu o mesmo caminho pouco antes. Entrou para o Partido Comunista em 1945 e, no dizer de Josefa, “se apaixonou pela palavra ‘aliança operário-camponesa’”. Na ocasião, ela relutava; temia repetir as trajetórias sofridas de vida na roça, por que passaram seus pais. Mas acabou seguindo o rumo do marido; a situação na cidade, afinal, tampouco estava fácil. Buscar a sorte no campo não era apenas um projeto de vida familiar, mas a escolha de um destino político.

No universo masculino das lutas sindicais, indo além do papel de esposa então reservado às mulheres, Josefa não se separava de suas próprias convicções particulares. Já nas primeiras mobilizações camponesas, em Xerém, ela e outras mulheres não só ajudaram a organizar a Associação dos Lavradores Fluminenses. Obtinham recursos financeiros significativos para o movimento, organizando festas, por exemplo, e



Schumaker, Schuma, 2004.

FILHA DE ALAGOAS

4. Depoimentos extraídos do documentário de MAXWELL e LIMA (2002), realizado com base na pesquisa dos historiadores Marlúcia S. de Souza e Evandro Cyrillo.

importantes formas de resistência à repressão policial. Aos domingos, praticamente de quinze em quinze dias, conta Josefa, a polícia chegava às reuniões da associação e prendia os seus maridos. “Aí nós descíamos no trem, juntava todo mundo em Belford Roxo, e a gente pegava tudo o mesmo ônibus até Caxias”. As esposas então armavam seus motins em frente à delegacia. Se os maridos não voltassem para a casa até o trem das oito do dia seguinte, ameaçavam elas, voltariam ali em número três vezes maior. “Aí meu marido chegava no último trem das oito e eu já sabia que não tinha ninguém preso. Porque ele era o último a sair da porta da polícia, até saírem os lavradores todos”. A estratégia tanto surtiu efeito que acabou por mobilizar as mulheres na criação de uma “*Comissão Feminina*”, ligada à associação. Estava ali a semente dos “Departamentos Femininos” mais tarde incluídos na estrutura das associações fluminenses. As atividades políticas das mulheres, em geral pouco presentes na construção da memória sobre os movimentos sociais, ressurgem com força no hino entoado por Josefa.

*“Desperta-te, mulher! Pra luta, com força e fé! Por todos os nossos direitos/
Ganhando os companheiros! Dentro do campo inteiro! E exigindo respeito
Mulher tem luta específica! Senhoras sindicalistas! Todas precisam falar! Dentro
do seu sindicato! Saindo do anonimato! Tendo direito a votar”.*

De 1949 a 1964, relata Josefa, a polícia não a conhecia. “Porque eu estava ali no meio, não na ponta. Porque sozinho a gente não é ninguém. A gente só é muita coisa junto com o povo”. A partir do golpe, entretanto, a perseguição ao marido, o líder Zé Pureza, estendeu-se também a ela e, em 1973, é presa dentro de sua casa, enquanto o esposo era capturado noutra local. “Nós fomos presos unicamente porque tínhamos organizado os lavradores do estado do Rio de Janeiro”. Josefa foi logo liberada da cadeia, mas a liberdade não chegaria tão cedo: a família se dispersara para depois reencontrar-se ainda sob a perseguição política a Zé Pureza. Mas

se o engajamento deste tendeu a se reduzir após o período de prisão, a trajetória de Josefa alcança uma nova linha de força surgida em meados dos anos 70 em favor da luta democrática: o feminismo. Por esta nova perspectiva política, Josefa mais uma vez transitaria entre as organizações sociais do campo e da cidade, tendo tomado parte, por exemplo, na criação do Centro Brasileiro de Mulheres de Niterói, em 1978. “Nesse momento ditatorial, a visão do movimento de mulheres era bastante pejorativa”, conta uma de suas companheiras. Por outro lado, o preconceito contra a participação das mulheres em mobilizações políticas dava ao feminismo a possibilidade de explorar certas “brechas” da prática repressiva. Como conta outra companheira de Josefa:

Ilustração publicada por boletim sindical da Fetagri (Janeiro/1985). (MSPP/CPDA-UFRRJ)

Nilson



“Os militares achavam que esse movimento de mulheres não era nada de tão importante, ao que se devia dar atenção. Eram umas ‘loucas’ que deviam estar fazendo qualquer coisa que não trazia perigo nenhum pra questão da ditadura. Então, com isso, eles deixaram passar muitas atividades nossas que eram feitas clandestinamente”⁵.

É também através de “brechas” criadas em seu próprio discurso que Josefa transforma seu histórico de sofrimento causado pela repressão política; contando uma história aberta à esperança da luta coletiva, fazendo desta a potência de seu sucesso pessoal: “Pelas peripécias que eu passei, eu fico me admirando hoje – “você não vão acreditar!”, ressalva ela, “ainda fui candidata a deputada federal!”. E encerra seu relato cantando o hino que gostaria de levar às lavradoras e lavradores das novas gerações:

*“Ergamos nossas cabeças./ A luta não é temporária/ Seja ou não sindicalista/
Queremos Reforma Agrária
Pra conseguir a vitória/ Estamos todos unidos/ Para construir a história/ Vamos lutar com certeza/ Com toda nossa firmeza/ Pra conseguir/ Nossa Glória”*

ROSA GERALDA DA SILVEIRA

“Eu quero dizer pra vocês o seguinte, a minha luta eu comecei a lutar aos nove anos de idade. Aos nove anos de idade eu tive a minha primeira luta contra a escravatura. Porque já tinha terminada a escravidão, mas a escravatura continuava e continua até hoje”⁶.

O pai de Rosa Geralda da Silveira foi um dos “escravos” mantidos a despeito da secular abolição da escravatura. Como arrendatário, trabalhava de graça para o patrão em troca de uma roça que mal servia ao sustento da casa. Era, ao menos, algum alimento para a família. Vez por outra, contudo, o patrão exigia a plantação de capim, alimento para o gado. Certa feita, no momento seguinte à plantação do milho, e logo após a abençoada chuva que a roça necessitava, o patrão mandou que desfizessem o trabalho e plantassem capim. “E eu resolvi não plantar o capim”, conta Rosa. Seu pai ameaçou-a com uma surra pela desobediência ao patrão, mas a menina não arredou da decisão.

“E as carroçadas de capim, começou tudo a chegar. E minhas irmãs plantando. E eu arranquei todo o capim que elas plantaram enquanto ele foi buscar outra carroçada. Eu arranquei o capim e coloquei tudo num monte. E fiquei perto do monte de capim porque eu sabia que ia apanhar”.

A reação do pai, entretanto, surpreendeu-a: orientou que as filhas interrompessem o trabalho e fossem embora para casa. “Rosa hoje me deu uma lição. Eu nunca

5. Os depoimentos foram extraídos de ARRUDA (2005).

6. Depoimentos extraídos do registro audiovisual *Projeto Memória Camponesa-RJ* (PALMEIRA; MEDEIROS; GUARANÁ e ERNANDEZ, 2005).

6. Depoimentos aqui foram extraídos do registro audiovisual *Projeto Memória Camponesa-RJ* (PALMEIRA; MEDEIROS; GUARANÁ e ERNANDEZ, 2005).



Memória Camponesa, NuAP/UFRRJ

A SENHORA DO CAMPO



Ilustração publicada por boletim sindical da Fetagri (Janeiro/1985).

(MSPP/CPDA-UFRRJ)

mais eu vou plantar capim na roça de fazendeiro”. Planejaram partir em busca de um sítio, mas o patrão, logo que soube do ocorrido, reagiu também de modo surpreendente. Conta Dona Rosa que ele se dirigiu à sua casa e pediu ao empregado que não partisse. “Que ficasse ali. Que não plantasse mais o capim, mas não dissesse aos outros rendeiros que tinha acontecido aquilo porque os outros iam seguir meu pai. Então eu ganhei essa luta com nove anos de idade. E daí me veio o vírus na cabeça que nunca mais eu parei de lutar. Continuei lutando”.

O “vírus” da consciência política na luta por seus direitos “contaminou”, pode-se dizer, toda a trajetória de Dona Rosa, tornando-a uma figura emblemática no contexto de Campos Novos, estado do Rio de Janeiro. Na grande área abrangendo parte dos municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, os grileiros eram, nas palavras de Rosa, como a temperatura climática: mudavam a todo momento. “Eram os grileiros; trocavam igual a temperatura. Era um grileiro, daqui a pouco era outro.(...) Cada grileiro que vinha fazia pior do que o primeiro que já tinha feito”. Parte da área de Campos Novos encontrava-se na Fazenda Caveira, onde Dona Rosa morava e onde iniciou sua luta de toda vida, motivada desde o início pela resistência ao despejo. O sistema imposto era arrendar a terra para os lavradores plantarem. O trabalho era mais do que penoso; sob a vigilância dos jagunços, não podiam interromper um instante a labuta imposta pelo patrão. E quando bem se entendesse, os lavradores eram despejados, deviam partir sem rumo certo.

*“Foi na década de 50,/ Nós começamos a lutar/ Contra um grupo de grileiros,/ Que veio pra nos expulsar
Conhecido por Marquês/ Um tal de Antônio Paterno/ Quis transformar nossa vida/ Quar um verdadeiro inferno
Chamou o velho Severino/ E o Sr. Marcelo Gaspar/ Quando foram pagar renda/ Prum tal papel assinar
Os velho não aceitaram/ A ordem que estava lá/ Vocês só vão tomá água/ Se meu jagunço mandar/ Tira o cachimbo da boca/ Você não pode fumar/ Se não obedecer as ordens/ Já pode se retirar”*

Os versos de Dona Rosa dão cor ao impasse então criado. Recusando-se a assinar o documento no qual se comprometiam a deixar a terra conforme o desmando dos grileiros, os lavradores das fazendas Caveira e Botafogo decidiram tomar as rédeas de seu destino. Iniciou-se assim o movimento de resistência que acabou por atrair outras famílias; estas ocupavam um pedaço de terra para plantar nas vizinhanças de Dona Rosa e seus companheiros, envolvendo-se na mobilização. Crescia o contingente de posseiros, fortificava-se a luta.

Pensamos numa união/ Chamamos trabalhadores/ Fizemos uma reunião/ Uma palavra de ordem/ Nunca mais pagamos renda/ Morre a palavra patrão

A história da fazenda Caveira rendeu a criação de uma associação, que depois viria a se tornar sindicato. No clássico percurso dos movimentos sociais fluminenses desse período, a entidade recebeu o apoio da Falerj e, mesmo antes de sua criação, passava a existir na inquietação de um grupo com propósito comum, que reunia pessoas como José Pureza, Eraldo Lírio de Azevedo e padre Álvaro, que estiveram no local para reuniões e debates sobre a caminhada a ser seguida. Entre as vitórias, conseguiram a regularização fundiária de uma parte da fazenda. Mas o movimento de resistência aos grileiros nunca pôde cessar; sobreviveu-se coletivamente às tragédias individuais, que só fizeram aumentar após 1964.

“Mataram Manoel Mangueira, mataram Elísio, mataram Zé Moco. Mataram Tarugo. Mas eles faziam, cada um eles matavam de uma forma. O Elísio, eles sumiram com o corpo do Elísio, depois nós soubemos que eles colocaram dentro do rio, no rio que tinha lá no... lá no lugar lá, esqueci o nome agora. O Manoel Mangueira até hoje a gente não sabe do corpo. O Zé Moco, o homem saiu com uma enxada pra ir pra roça e até hoje não voltou. Ninguém sabe como é que foi. E o Tião Lam eles mataram lá na. Mas na época do Tião Lam eu estava na lista pra morrer. Era o Tião Lam, o Dragotinho, o Manoel e depois eu”⁷.

O 29 de junho de 1970 é uma data que Dona Rosa não esquece, foi quando tocaram fogo na roça de um de seus vizinhos. No mesmo dia, ela passava pelo chefe dos jagunços quando o ouviu dizer a outro: “ah, nós vamos atirar, nós dois vamos matar, vamos fazer”. As ameaças de violência regularmente se concretizavam, pontuando toda a história de permanência dos lavradores na terra. Uma vez, por exemplo, um grileiro quis matar uma pessoa e apanhou em troca um garoto de 13 anos. O menino era o neto de Dona Rosa. “Deu uma surra no meu neto e botou o garoto numa lagoa e botou um mourão em cima do garoto em uma lagoa pra dizer que tinha morrido afogado”.

A memória de Dona Rosa deve se deixar contar por suas próprias palavras; seu relato é tão poético quanto potente. “Terra, terra, terra, terra pra trabalhar. Porque se não tiver a terra nada nós plantamos. Se não plantamos, nada colhemos. Então, eu vou pedir a vocês, lutem para que os lavradores tenham terra, porque o dia que o lavrador terminar sem ter terra (...) vocês também na cidade, vocês não vão se alimentar. Vocês vão se alimentar de que? O que é que dá na cidade pra vocês se alimentarem?”. Na ocasião do encontro realizado pelo Projeto Memória Camponesa, no Rio de Janeiro, Rosa assim encerra seu depoimento, com um pedido de ajuda aos da cidade, pois a luta é de todos, explica. Terra, trabalho e vida são elementos inseparáveis, mas uma distribuição fundiária justa, define esta senhora liderança do campo, ultrapassa não só as fronteiras rurais, como também os limites da ordem vigente. “Não é só a terra que eles têm que entregar. Eles têm que entregar o imaginário, têm que entregar o dinheiro, eles têm que entregar condições pra o homem do campo fazer viver, e viver”.

7. Projeto Memória Camponesa-RJ (PALMEIRA; MEDEIROS; GUARANÁ e ERNANDEZ, 2005).

Depoimento

Rosas apedrejadas: uma luta das mulheres

Dona Rosa, que se tornaria uma liderança da luta pela terra na região de Cabo Frio, relata as dificuldades que a condição de mulher implicava para aquelas que escolhiam o engajamento político:

“Na época eu era difamada como prostituta porque lutava, eu era discriminada (...) Já sofri muito na minha vida, e coragem Deus me deu. Eu com 2 filhas, discriminada como prostituta e não me rendi, lutei, hoje tenho certeza absoluta que na luta as minhas filhas se orgulham de mim. Vou dizer outra coisa, quando a Marta Rocha era miss do estado do Rio de Janeiro, houve um ato público em Cabo Frio, eu fui e usei da palavra no palanque, e gritei muito pela reforma agrária, reforma agrária é a solução, com terra para todos trabalhar – e fui apedrejada – e tive a felicidade de ver naquele mesmo dia a Marta Rocha ser carregada no colo, cercada de rosas, flores, mas eu não me senti discriminada, eu me senti como se fosse a verdadeira Marta Rocha, porque ela estava fazendo o papel dela e eu estava fazendo o meu. (...). Eu me senti orgulhosa de ser apedrejada, senti as pedras como se fossem as mesmas pétalas de rosa (...). Hoje, eu vejo as mulheres da luta, todas aplaudidas, batem palmas para elas, a reforma agrária taí, mal feita, mas tá, estamos batalhando para que ela venha melhor, para ter melhores dias. As mulheres gritam e são aplaudidas. Então é uma felicidade, é uma luta que eu acatei há trinta anos atrás – hoje as mulheres são aplaudidas. Que coisa boa! (...) Esse aplauso de vocês é uma felicidade, é um heroísmo!”

Referência: entrevista concedida em 1989 nos quadros do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA-UFRRJ).

8. Os depoimentos aqui foram extraídos de SILVA e MEDEIROS (2008).

BRÁULIO RODRIGUES

Bráulio Rodrigues optou pela vida no campo no início dos anos 50; ali onde, àquela época, constituía-se uma área rural em que se inauguravam os efeitos do desenvolvimento industrial carioca: a Baixada Fluminense. Órfão aos seis anos de idade, Bráulio era ainda criança quando partiu de sua terra natal, Januária, ao norte de Minas Gerais. Fora colocado em cima de um caminhão de carvão, “amarrado para não cair”, seguindo para Belo Horizonte. Internado em abrigo de menores, depois amparado pelo Instituto Pestalozzi, cresceu virando-se em trabalhos como ajudante de sapateiro e entregador de jornais. Entrando na vida adulta, serviu no quartel militar até deixar o serviço e descobrir sua vocação política, inserindo-se nas atividades da Juventude Comunista da capital mineira. Em suas memórias publicadas, Bráulio traz detalhes da experiência de mobilização dos anos 70⁸, quando ajudou a formar a Comissão Pastoral da Terra em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, e se tornou, a partir daí,



Memória Camponesa, NuAP/UFRRJ

“O MUNDO É
UMA BOLA DE
CRISTAL”

uma liderança sindical de destaque. Nesse período, filiou-se ao MDB e não mais freqüentava as reuniões do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora afirme ter sempre mantido contado com a entidade que foi sua principal “escola” política. “Membro do Partido eu não era, nunca fui. (...). Nunca tive ficha no Partido, mas era comunista. Fazia tarefa o partido, as tarefas que o Partido me dava”.

“Comecei a ver naquele movimento pela libertação do Brasil, contra a ditadura Vargas, pela anistia de Carlos Prestes e dos demais membros do Partido Comunista. Participei de greves, ajudando. (...) Eu não conhecia ninguém do Partido antes. Achei aquele movimento interessante. Achei bonito, entrei para ajudar nas passeatas, nos comícios, que ainda eram perseguidos. Comecei a participar da vida política”.

Uma greve na oficina da Estrada de Ferro Leopoldina, na capital mineira, conta Bráulio, “foi o primeiro movimento sério de que fiz parte. Fui preso, a serviço do Partido”. Levado para o DOPS, em 1946, diz ter “sofrido muitas coisas” antes de ser liberado, tendo sido fichado na polícia como “agitador”. “E caí na luta democrática do Brasil”. A luta prosseguiu quando veio para o Rio de Janeiro, na siderúrgica de Volta Redonda, a serviço da qual derrubou laranjais e, mais tarde, serviu de “apontador”, fiscalizando seus colegas de trabalho. A situação tinha seus melindres, lembra, mas, com o tempo, foi “pegando conhecimento com outras pessoas” que, junto a ele, findaram por organizar o Partido Comunista nessa cidade. A disciplina partidária foi por certo um traço forte de sua formação pessoal, “o sujeito tinha que andar mais ou menos de acordo com as orientações do Partido”, mas não se encerravam ali os ensinamentos do Partido. Em analogia ao gesto de “ganhar terra firme”, Bráulio descreve sua posição na militância ao se aproximar das mobilizações camponesas de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu. Chegara ali clandestino, perseguido pela polícia devido às atividades em Volta Redonda, quando o PCB entrou na ilegalidade, em 1948. Ajudando e assumindo tarefas, estava longe de ser uma liderança; chegou como aprendiz, conta, adotando a estratégia apreendida desde cedo no Partido. “Examinar primeiro, botar um pé, ver se está firme, depois botar outro e ir devagarzinho”. O destino em Nova Iguaçu surgira desta maneira, por meio de um folheto displicente, distribuído nas proximidades de seu então mais novo trabalho na construção civil. “Um dia vi um convitezinho de distribuição de terras em Pedra Lisa (...). Depois que acabei o que estava fazendo, falei: ‘Eu vou voltar para lá! Agora eu vou para o campo!’”.

Bráulio estava em Pedra Lisa quando acompanhou pelo rádio a notícia da deposição de Jango: estava deixando o país e isto foi uma surpresa para os que, da roça, imaginavam estar vivendo outros rumos no processo político nacional. “Nós estávamos nos preparando para o contragolpe. E não éramos só nós em Pedra Lisa: havia muitos outros setores no campo na mesma situação”. Reuniram-se os que estavam por ali e concluíram que logo chegariam os grileiros e jagunços; era preciso dispersar.

“Pois não deu outra coisa: saí e, em 40 minutos, chegou um monte de pessoas procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era

polícia. Eram justamente essas pessoas, ligadas a grileiros, que aproveitaram o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país”.

Bráulio escondeu-se na serra, onde permaneceu por quatro dias escondido sob a cavidade de uma pedra; depois seguiu caminho: “ia para Nilópolis, seguia para Caxias, fui para Campo Grande, só pulando...”. Em 1966, foi preso e permaneceu detido por seis meses, três dos quais, incomunicável. Até 1974, seria preso, segundo seus próprios cálculos, mais de vinte vezes. Na última delas, estava trabalhando na roça quando um general o abordou obrigando-o a sair de seu sítio. Bráulio perdeu as benfeitorias, os animais, a roça. “Ou eu saía ou eu morria. Reuni os companheiros e eles disseram: ‘Olha, seu Bráulio, é melhor o senhor sair. É melhor um herói vivo do que um herói morto’”. Mas, de todas as torturas e agruras por que passou – a comida que o fazia vomitar como se fora veneno e o cano colocado em sua cama provocando-lhe choques elétricos – Bráulio destaca o interrogatório ao qual foi submetido, em seu primeiro encarceramento: no sol, com sede e fome, durante muitas horas. “Eu sofri medo (...). Esse depoimento foi o que mais me sacrificou: saí de lá quase anêmico”.

Em encontro do Projeto Memória Camponesa, o advogado Paulo Amaral, que prestou auxílio jurídico a diversas pessoas e movimentos sociais do campo no estado do Rio de Janeiro, contou o que testemunhara:

“Eu não sei se e é por modéstia que ele [Bráulio] não gosta de falar disso. Mas ele se esqueceu de dizer das vezes que ele foi preso. Eu uma das quais, no DOPS ali em Niterói, e ele foi, desculpe a expressão, igual a um bicho amarrado em uma corda dentro da barca. Todo mundo olhando e o Bráulio levado para Niterói. Eu sei disso tudo porque eu nunca consegui ser amigo do Bráulio, (...) do Laerte, eu amo essas pessoas, são meus heróis”.

Ao sair de sua última prisão, em 1974, envolveu-se com as lutas ligadas aos movimentos de moradia numa área rural em processo de urbanização. Junto a outras lideranças, como Laerte Bastos e Manoelão, mobilizou pessoas que queria sair da cidade e ir para a roça, onde organizavam ocupações em áreas abandonadas. “Um belo dia apareceram uns 50 militares, todos armados”, lembra Bráulio. E o número de presos foi tamanho que tiveram que transportá-los em vários ônibus. Neste contexto, conheceu o bispo Dom Adriano, que o chamou para ajudar a formar a CPT em Nova Iguaçu. Iniciou, então, as seqüências de discussões promovidas pela pastoral sobre questões de terra. Os assuntos religiosos, conta Bráulio, reduziam-se à reza do Pai Nosso no início das reuniões, pois a maioria dos lavradores da região era evangélica. A resistência à Igreja Católica aumentara no início dos anos 50, quando o padre local recusara-se a realizar batismos ou matrimônios, alegando que ali eram todos “subversivos”. O trabalho reverberou; “começamos

Ilustração publicada por boletim sindical da Fetagri (Janeiro/1985).
(MSPP/CPDA-UFRRJ)



a correr a área rural e conseguimos organizar novos núcleos em Nova Iguaçu (...). Fomos também para Cachoeiras de Macacu, Paraty e Angra dos Reis”. E foram contatando não apenas lavradores e religiosos como também pessoas da FASE e advogados que ajudavam aquela causa. A questão maior consistia nos despejos em área urbana, realizados pela política habitacional conduzida pelo BNH. Alcançaram algumas vitórias contra tais despejos, em uma instigante configuração de forças na qual o campo se aproximava dos trabalhadores urbanos, ajudando-lhe na criação de soluções e força política. Como ensina Bráulio, “são essas coisas que a gente vai aprendendo no mundo. O mundo é uma bola de cristal... está sempre rolando, rolando... a gente está aqui hoje, amanhã está rolando, está em outros lugares...”.

Pedra Lisa

Já em 1948, o movimento de organização da resistência gerava a Associação dos Lavradores de Pedra Lisa, fundada por Bráulio Rodrigues, primeira associação de lavradores registrada na Baixada Fluminense. Em nome desta, Bráulio e os companheiros de luta da fazenda Santa Alice conseguiram ser pessoalmente recebidos pelo governador do estado e pelo presidente da república João Goulart, conhecido por Jango, em visita emergencial e sem hora marcada, ao Palácio das Laranjeiras. “Na lei ou na marra”, teriam anunciado ao então presidente sobre o direito à posse das terras onde moravam e trabalhavam, no que Jango lhes teria retrucado: “Olha, na marra eu não aconselho, mas na lei vocês vão conseguir tudo”.

Em Nova Iguaçu (RJ), a fazenda Pedra Lisa era uma conhecida “terra de posseiros”. Mas para que assim fosse, havia em sua entrada uma tabuleta indicando: “Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terras têm donos. Cada palmo de chão roubado há de custar a vida de todos nós”. Conforme noticiava o jornal *Imprensa Popular* de 28/12/1954. Era uma “zona conflagrada”, nomeava o sub-delegado da região. O litígio começara como em tantas outras fazendas da Baixada Fluminense: o governo federal iniciou as obras de drenagem na área e logo chegaram os grileiros, derrubando as matas e expulsando os moradores que viviam ali, muitos, havia mais de vinte anos. Foram vários os despejos contra estes lavradores promovidos por ações bárbaras dos jagunços. Nos anos 50, a resistência dos lavradores contava eventualmente com o recurso armado: facões, foices, enxadas e espingardas de caça. Mas incluía também uma seqüência de tentativas de negociação dos representantes dos lavradores com seus opositores. A eficácia das ações, contudo, era desigual: os posseiros conseguiam no máximo prolongar sua permanência na terra, sem a regularização, e, portanto, mantinham-se sujeitos às constantes ameaças e violências dos jagunços a serviço de grileiros. Além disso, frequentemente uma decisão judicial provisória em favor dos posseiros se revertia e eles eram violentamente despejados. Os posseiros saíam da terra e no dia seguinte retornavam, resistindo. No início

dos anos 60, a integração maior entre os movimentos camponês e operário, bem como as entidades intersindicais rurais, refletiam-se nas casas legislativas, onde a questão agrária ganhava legitimidade como um problema político, não como caso de polícia. Em 1959, o governo de Roberto Silveira (PTB), eleito por uma coligação de forças de esquerda, apontava neste caminho. Algumas desapropriações chegaram a ser realizadas em diversos municípios da Baixada, inclusive uma área da Pedra Lisa. Com o golpe, entretanto, as desapropriações tornaram-se inócuas; a violência grileira voltou a prosperar, agora ainda com mais força e legitimação oficial.

Fonte: Mario Grynszpan. 1987. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ (Dissertação de mestrado).

9. Depoimentos extraídos da entrevista concedida a Leonilde Sêrvolo de Medeiros, em 1982, em pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA-UFRJ).

MANUEL FERREIRA LIMA

Nascido e criado em Pernambuco, Manuel Ferreira Lima veio para o Rio de Janeiro como militar. “Participando nessas revoluções de 1930 e 1932, depois dei baixa no Exército, no ano de 1935, e vim para a fábrica”⁹. Foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, e depois de vários sindicatos rurais do estado do Rio de Janeiro. Como ocorreu com Bráulio e Pureza, parceiros no trabalho nas pontas da Associação dos Lavradores Fluminenses, a ida de Manuel para a área rural foi uma consequência natural da sua militância operária. A relação com o campo já existia no próprio funcionamento do complexo fabril, cuja área incluía lavouras destinadas à produção de alimentos dos operários ou à produção da goma de mandioca usada nos tecidos. Quando não, as terras sob domínio da fábrica eram garantidas por meio do artifício característico dos grandes grileiros: cercavam a área e a ocupavam implantando a criação extensiva de gado. “Fui para o campo fazer a Reforma Agrária”, lembra Manuel. Corria o ano de 1952. Em 1955, chegou a ser eleito vereador em Magé, pelo Partido Socialista Brasileiro. Filho de lavrador, a luta pela justiça na distribuição fundiária sempre esteve presente. “Então eu senti esse desejo, e tomei consciência que o homem do campo é duramente sacrificado, injustiçado, em todos os pontos de vista. Caí na luta”.

A associação fundada em Magé, que depois se transformaria em sindicato, iniciou-se nas lutas por direitos primordiais, como a da criação de escolas para os filhos de lavradores. E se fortaleceu no processo de despejo, realizado pela América Fabril, dos moradores de terras devolutas sob domínio da fábrica. A luta atraiu para sua causa gente de diversas regiões e de procedências variadas. “Era operário, tinha deles que era até mesmo da polícia, tinha todo tipo de gente”. Em 1963, com o Plano Piloto de Ação Agrária,

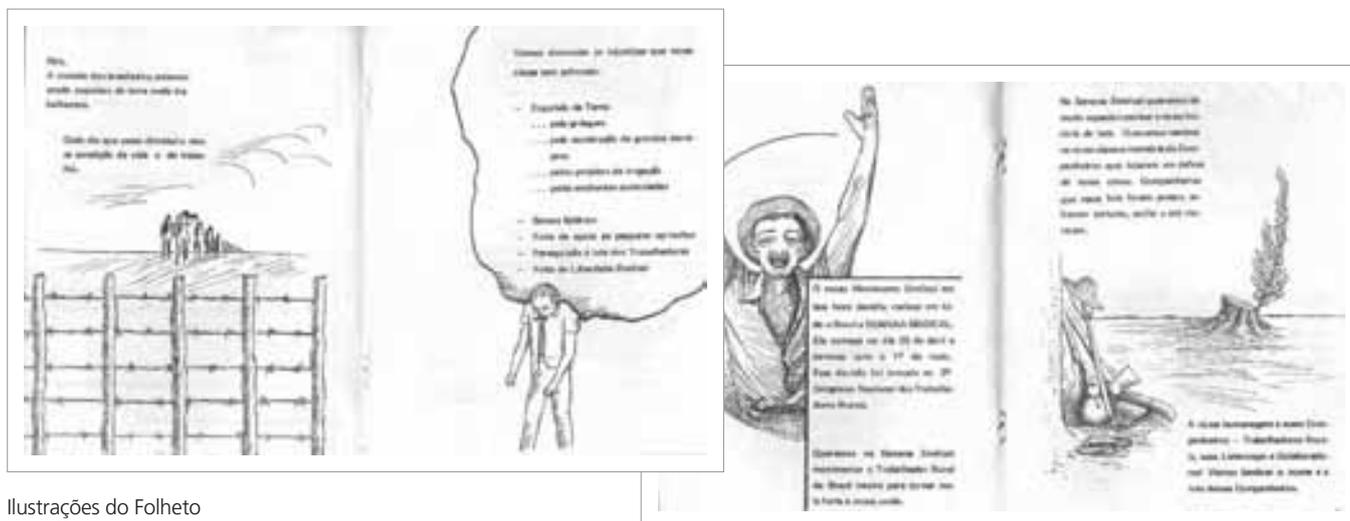
“PARA NASCER A LEI JUSTA”

Em publicação comemorativa de seus 30 anos, a Contag descreve a luta das organizações de trabalhadores rurais após o golpe e cobra a promessa de reforma agrária pela promulgação do Estatuto da Terra. (Novembro/1993) (MSPP/CPDA-UFRJ)



Movimento não se dobra ao golpe

Associação dos Lavradores Fluminenses, fundada em Magé, no Rio de Janeiro, em 1952, tornou-se um dos principais sindicatos rurais do estado. Seu objetivo principal é a luta pela reforma agrária, especialmente em relação à desapropriação das terras devolutas sob domínio da América Fabril. O movimento não se dobra ao golpe de 1964, mantendo sua luta por justiça social e econômica. A Contag, em sua publicação comemorativa, destaca a resistência dos trabalhadores rurais e a importância da promulgação do Estatuto da Terra para a realização da reforma agrária.



Ilustrações do Folheto
nº 1 da Contag
(Fevereiro/1980).
(MSPP/CPDA-UFRJ)

conseguiram garantir as terras dos posseiros. “Aquela gente, quando entrou, foi fazendo... Plantando bananeira, aquela coisa toda”. A hostilidade policial, entretanto, permaneceu. No decorrer de 1964, Manuel e vários de seus companheiros caíram na Lei de Segurança Nacional. “Fui então trancafiado. Nesses quatro anos, eu preso como político, não gozei o privilégio político, não gozei o privilégio político, fui atirado no meio dos marginais”. Saindo da prisão, Manuel arranhou-se em um sítio, onde plantava enquanto participava da luta que, como ele conta, chegava então no seguinte estado:

“Praticamente a Revolução [de 1964] conseguiu desbaratar todos os revolucionários. (...) Eu com a prisão preventiva, eu era vigiado como todos os outros companheiros. Não podia mudar o passo que não fosse controlado às vistas dos próprios elementos do exército, secretos no campo todo”.

Mesmo com a prisão preventiva, Manuel chegou a fazer parte do conselho deliberativo da Cooperativa do Incra em Papucaia. Demitiu-se ao perceber que não havia qualquer possibilidade de real participação nas deliberações do conselho. “Era a pura ditadura”, conta. Posteriormente afastou-se da militância antiga e entrou para o Partido dos Trabalhadores, do qual também viria a se desligar mais tarde, mas sem nunca romper com seus membros. Os movimentos de Manuel buscavam driblar sectarismos em torno do que considera ter sido a principal bandeira da Associação de Lavradores Fluminenses: a causa dos posseiros. “Essa gente é a quem realmente deve pertencer todas as atividades do governo, para nascer a lei justa”.

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

Sebastião Gomes da Silva. Líder camponês fuzilado durante a prisão, no projeto de colonização do IBRA, em abril de 1969, no município de Papucaia. [Fontes: CBA; CPT; MST].

Félix Escobar Sobrinho. Ativista político e sindical, desaparecido em setembro/outubro de 1971, no Rio de Janeiro. Foi visto pela última vez no interior da PE da Vila Militar do Rio, conduzido por policiais do DOI-CODI. [Fonte: MST].

Manoel Mangueira. Posseiro. Assassinado em 1971 na sua posse na área chamada Campos Novos, abrangendo parte do município de São Pedro da Aldeia e de Cabo Frio. Campos Novos tornou-se um marco de resistência e repressão no estado do Rio. [Fontes: Contag; *Jornal do Brasil*, 05/03/78; MST].

Ivo Alves. Lavrador. Assassinado no município de Silva Jardim em 1976. Lutava pela posse da fazenda Conceição, onde morava havia mais de vinte anos junto a outras 180 pessoas. [Fontes: Fetag, CPT; MST].

Adilson da Silva Moura. Parceiro do Incra. Assassinado em 19 de julho de 1978 na localidade de Vecchi, município de Cachoeiras de Macacu. Havia ganhado na Justiça uma ação contra um fazendeiro das imediações, cujo gado havia causado danos à sua lavoura. [Fontes: STR de Cachoeiras de Macacu (RJ); MST].

Ordiney Acácio Araújo. Trabalhador rural. Assassinado em plena luz do dia na fazenda Bacaxá, município de Cachoeiras de Macacu, onde viviam há mais de vinte anos parceiros e arrendatários. Os abusos patronais vinham aumentando até culminar na morte de Ordiney, em 29 de novembro de 1979. [Fontes: STR Cachoeira de Macacu, MST].

José Ferreira Nunes Filho. Trabalhador rural. Assassinado na fazenda Bacaxá, município Rio Bonito, em 1979. Há mais de 20 anos trabalhavam como parceiros e arrendatários, começaram a sofrer arbitrariedades por parte do proprietário da fazenda, que os impediu de vender suas colheitas a terceiros. José Ferreira foi morto quando transportava suas mercadorias para vendê-las. [Fontes: Contag, 1979 e 1981; MST].

Júlio Rita da Silva. Trabalhador rural. Assassinado no município de Cachoeira de Macacu, em 1979, quando lutava pelo direito às suas benfeitorias. [Fontes: STR de Cachoeiras de Macacu; Dossiê do CPV; MST].

Alcides Gonçalves. Pequeno proprietário. Morto por jagunços, após discussão sobre questão de terras, em sua residência, em Faraó, município de Cachoeiras de Macacu, em dezembro de 1980. [Fontes: STR de Cachoeiras de Macacu (RJ), MST].

Manoel Guilherme Gonçalves. Posseiro. Assassinado em 1980, em Cachoeiras de Macacu, após ter ganho uma ação de manutenção de posse. [Fontes: STR de Cachoeiras de Macacu (RJ), MST].

João Lourenço. Trabalhador assalariado assassinado após testemunhar em uma ação demarcatória no município de Cachoeira de Macacu, em 7 de janeiro de 1981. [Fontes: STR de Cachoeira de Macacu (RJ), MST].

Ademir Pereira. Trabalhador rural. Assassinado após uma reclamação trabalhista, na fazenda Areia Branca onde trabalhava, no município de

**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

Cachoeira de Macacu, em 9 de junho de 1981. [Fontes: STR de Cachoeira de Macacu (RJ), MST].

João Ouverney. Posseiro. Assassinado em 1981 no município de Cachoeira de Macacu. A fazenda movia uma ação de despejo contra dezesseis posseiros. [Fontes: STR de Cachoeira de Macacu (RJ), MST].

Jairo Passos Ferreira. Tratorista da fazenda São Barnabé, município de Cachoeira de Macacu, assassinado em 1981 por capangas de propriedade limítrofe, em conflito por questões de cerca. [Fontes: STR de Cachoeira de Macacu (RJ), MST].

Agostinho Rodrigues de Souza. Trabalhador rural. Assassinado em Cachoeira de Macacu, em 18 de fevereiro de 1982, com dezoito facadas e seis tiros a mando de grileiros que pretendiam vender a sua posse. [Fontes: Contag, STR Cachoeiras do Macacu (RJ), MST].

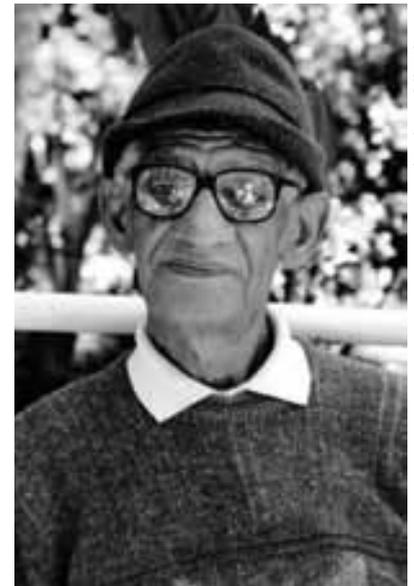
Jotacy Teixeira da Silva. Trabalhador rural. Assassinado na fazenda Tipity, no município de São João da Barra, em 31 de março de 1983. [Fontes: Contag; MST].

SÃO PAULO

LYNDOLPHO SILVA

“A casa que a gente morava, a gente tinha que abandonar, e abandonou, não houve briga, não houve nada! Eu não vi nada, não me recordo de nada”¹⁰. A lacuna na memória de infância narrada por Lyndolpho Silva manifesta, inversamente, uma significativa lembrança de sua despolitização na época em que vivia ainda com os pais, arrendatários em sítios cujos proprietários – fossem seus títulos verdadeiros ou falsos – decidiam expulsá-los a qualquer momento. “Nesse tempo, essas coisas aconteciam assim, de uma maneira muito simples”. O “despertar da política” iniciaria-se depois de deixar a vida na roça, em Mendes, para morar na cidade do Rio de Janeiro, com cerca de dezoito anos de idade, e então tomar conhecimento dos direitos trabalhistas alcançados sob o governo de Getúlio Vargas. “Depois da ditadura [de Vargas], ele lançou a questão da necessidade que os trabalhadores tinham de ter um sindicato, e isso caiu bonito porque foi claro na expressão do sindicato, foi dizer que o sindicato era para o trabalhador defender seus os seus interesses”. O contato com o Partido Comunista, ao qual se filiou em 1946, fez com que este despertar se desenrolasse em uma trajetória típica de “homem partido”; movendo-se na tensão entre as diretrizes partidárias – nas bases das organizações camponesas – e a experiência concreta do campesinato no processo político¹¹.

Fundador da Ultab, Lyndolpho ajudou a organizar o Congresso de Belo Horizonte e, mais tarde, como primeiro presidente da Contag, a mobilizar os trabalhadores rurais para o comício do dia 13 de março de 1964, do qual participou como um dos oradores. A trajetória de Lyndolpho é simetricamente oposta à de quadros de liderança formados no campo, mas tem em sua matéria o sangue e o suor das estruturas organizativas que marcaram os camponeses na luta contra o regime militar. Como disse certa vez o líder Bráulio a respeito de sua própria identidade, também vinculada à fundação da Ultab e aos cargos de direção da Contag, “hoje sou apenas um vibrante admirador. Seja quem tiver na diretoria da Contag, eu sou Contag, eu não sou fulano, nem beltrano. Porque eu passo, mas a entidade fica”¹². Preservar e manter viva a memória dessas entidades é, neste sentido, parte inseparável da luta. A contribuição da memória de Lyndolpho viaja no tempo, estendendo aos ouvintes os efeitos e análises de seu trabalho como dirigente nos quadros do Partido Comunista e em organizações sindicais de âmbito internacional. Já no período de abertura política, Lyndolpho ganhou a alcunha de “Mestre” daqueles então jovens estudiosos da memória comunista, assumindo um lugar importante na formação de gente como Paulo Ribeiro da Cunha, Carmen Lucia Evangelho Lopes e José Luiz Del Roio. Deliciavam-se ao ouvi-lo contar os “cau-



CMLS/CPDA-UFRJ

189

A MEMÓRIA DO
HOMEM-PARTIDO

10. Depoimentos extraídos de CUNHA (2004).

11. A idéia de “homem partido” é atribuída por Paulo Cunha a Marco Aurélio Santana.

12. Depoimento extraído do registro audiovisual do Projeto Memória Camponesa-SP (BERMASCO et al, 2008).

“sos” que fazem a história da resistência à ditadura. Também recebiam do Mestre diversas formas de incentivo e apoio nas iniciativas de organização que se lhe eram apresentadas. Como conta Carmen Lopes a respeito da criação do CMS (Centro de Memória Sindical):

“Registrar uma entidade inter-sindical, nos primeiros anos pós-anistia (...) era um jogo de paciência. O recolhimento e a organização da documentação exigida demandavam uma maturidade organizacional que ainda não tínhamos. Nossa pouca prática (...) levou Lyndolpho a chamar a tarefa para si. Percorreu a via crucis dos papéis, registros, cartórios, etc. Feliz da vida apresentou-me, no dia 13 de outubro de 1980, o registro da entidade: ‘presente de aniversário!’¹³

À época do golpe, Lyndolpho já havia morado em São Paulo, para ajudar na criação da Ultab, mas voltara ao Rio de Janeiro, em função da instalação da Contag. Ficamos lá alguns dias esperando ver como a coisa estava ocorrendo por dentro e o que o partido faria. “E podia fazer algo nesse sentido? (...) O Apolônio Carvalho disse: - Aguarda, aguarda (...). Até que chegou a hora e ele disse: - Você volta para São Paulo”. Ali, viveu em um apartamento cujos vizinhos deviam acreditar que era empregado. A atenção e o cuidado de não estar sendo perseguido eram constantes e faziam Lyndolpho perambular antes de voltar para casa, procurando despistar a polícia ou cidadãos à paisana que surgiam como sombras ameaçadoras em quaisquer dos percursos que fazia.

“Saía de manhã com uma pasta e passava até a parte da tarde, e às vezes até a noite, para a vizinhança saber que eu era empregado. E era uma miséria desgraçada. (...) Nessa altura eu só tinha uma calça, uma camisa, mais duas cuecas que já tinham tanto remendo que não dava pra nada. (...) Recebia um dinheiro do Partido, mas era muito pequeno. (...) Outra coisa, eu não tinha amizades. Houve a questão da segurança, então isso aumentou. (...) Às vezes, a gente via algum parente, mas a gente fazia um esforço para não conversar na rua, porque era um negócio difícil”.

O afastamento da família e a dificuldade em educar os filhos, encerrado no sigilo da vida pessoal imposto pela clandestinidade, são destacados por Lyndolpho em sua longa trajetória como perseguido político. Após o movimento político-militar de 1964, a sede da Contag foi invadida e Lyndolpho destituído de sua presidência. Condenado a cinco anos de reclusão, trabalhou clandestinamente na reconstrução do PCB, fortemente reprimido pelo regime, tornando-se uma figura determinante nos reordenamentos internos ao partido, cindido na questão de como enfrentar a ditadura. Em 1965, teve os direitos políticos cassados por dez anos, por ter seu nome anotado nas famosas “cadernetas de Prestes”, descobertas pela polícia. Foi a partir do início dos anos 70, que “a repressão cai em cima”, conta ele. O Comitê Central do partido foi detonado e a comunicação com o pessoal da direção tornou-se cada vez mais difícil.

13. Prefácio de Carmen Lucia Evangelho Lopes para CUNHA (2004).

Em 1972, foi perseguido devido ao trabalho de mobilização partidária na Volkswagen, condenado a mais dez anos, sem direitos. Foi então que o PCB, na figura de Nestor Veras (ligado à direção nacional), orientou-o a deixar o Brasil. A missão, contudo, implicaria em um longo processo, pontuado por desaparecimentos e mortes de companheiros que o ajudavam. Conseguiu partir, finalmente, em janeiro de 1973, estabelecendo-se em Praga, na Tchecoslováquia, onde integrou o secretariado da União Internacional dos Trabalhadores Agrícolas. Permaneceu ali durante os seis anos e meio de exílio, viajando ocasionalmente a trabalho a África e a América Latina. Sempre com o apoio e a parceria de sua segunda esposa, de nome Esperança. Ao retornar do exílio, anistiado em 1979, Lyndolpho funda em São Paulo o Instituto Cultural Roberto Morena (ICRM), de formação e assessoria sindical, e se engaja na formação de acervos que são hoje centros de referência em pesquisa sobre a história da luta pela democracia¹⁴. Ainda naquele ano, retomaria seu trabalho na seção sindical do PCB, clandestino. Assumiu a editoria de campo do jornal *Correio Sindical de Unidade* e integrou o Conselho da União Internacional dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP). Aposentou-se como jornalista¹⁵.

14. Vale mencionar o acervo da Fundação do Centro de Memória Sindical (CMS), dos núcleos de memória e pesquisa na Unesp (Cedem/Unesp) e do Centro de Memória Lyndolpho Silva (CMLS/CPDA-UFRJ).

15. Cf. *Jornal O Globo*, 21/09/1979 e SANCHES (2000).

Depoimento

Lyndolpho e a longa estrada rumo ao exílio

“Eu tinha que tirar um passaporte. Quem estava trabalhando com isso era o Dibb, e esse negócio estava tão complicado, porque caiu uma turma ali. Então era para eu ter saído em meados de 1972 e não pude sair, porque não havia meios (...). Outra questão que houve ali antes foi exatamente o desaparecimento do (...) David Capistrano. A coisa estava assim, eu não podia receber documento do partido, nada. Então resolvemos o seguinte: eu fui. (...) Eu tinha uma carteira de identidade que tirei no Rio de Janeiro. O nome era Ivan. E tinha ponto com um companheiro do PCB. (...) Veio outro carro e me pegou para me levar. Eu pensei que iam me levar direto para o Uruguai, mas me conduziram até Curitiba. (...) Depois dessa confusão toda ficou uma dúvida danada, e resolveram que não ia ter mais passaporte aqui, que eu viajasse como se fosse turista para o Uruguai. (...) No Uruguai, tinha que permanecer uns dois dias para ir para Buenos Aires e lá entrar em contato com um elemento que me deram o nome, membro do partido argentino. (...) A coisa maior foi chegar no Uruguai, e ali ninguém sabia se estava bem ou não. (...) Fui de Curitiba para Porto Alegre, embarquei ali e aí fui comprar passagem. Foi dito: - Não senta tão na frente do ônibus, senta mais pra trás. E finge que está dormindo. Agora, você presta atenção, porque eles recolhem os documentos dos passageiros, para a polícia ver. (...) Senti um pouco de medo. (...) Como eu ia para Buenos Aires? Quer saber de uma coisa? Peguei a embar-



Discurso de Lyndolpho Silva na Conferência da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP), Moscou, 1975.

(CMLS/CPDA-UFRJ)

cação ali, cheguei em Buenos Aires. (...) Mas demorei quase quinze dias lá. Nesse meio tempo, ficava andando, andando. Não tinha contato. (...) Uns dias depois eu encontrei com um companheiro do PCB tomando chope. (...) Daí, embarquei para o Chile, por avião. (...) Tinha uns outros lá, do PCB, que eu não conhecia. Aí lá melhorei minha roupa, porque estava numa merda de fazer gosto. Então sai de lá e fui para em Paris. (...) Um dia depois, eu fui direto para Praga”.

Referência: depoimento extraído das memórias compiladas por CUNHA, Paulo Ribeiro da. 2004. *O Camponês e a história: a construção da Ulta e a Fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira.

JÔFRE CORRÊA NETTO

192



Arquivo pessoal Clifford A. Welch

O FIDEL SERTANEJO

O pai gaúcho e a mãe matogrossense, nasceu às margens do Rio Uruguai, mas foi em Santa Fé do Sul, São Paulo, que Jôfre ganhou a fama de “Capitão Jôfre”. No conflito em que 800 famílias de arrendatários resistiram às arbitrariedades do pecuarista Zico Diniz, no caso que ficou conhecido como “Arranca Capim”, Jôfre alcançou notoriedade na imprensa nacional, que deu ao “capitão” o apelido de “Fidel Castro Sertanejo”. Não bastasse isto, o capitão camponês sofreria um atentado do qual sobreviveu, depois de ter sido julgado morto. O historiador Clifford Welch publicou trabalhos em que explora aspectos pouco claros na trajetória deste capitão camponês¹⁶: o estatuto de seu vínculo com o PCB, a definição precisa de quem e o que motivou o atentado

sofrido por Jôfre poucas semanas depois da criação da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Santa Fé do Sul. Por intermédio de Jôfre, a associação de arrendatários desenvolveria contatos com uma ampla rede de organizações de esquerda, recebendo acompanhamento atento da imprensa nacional. Mas a figura heróica de Jôfre, cultivada na memória coletiva de pesquisadores, jornalistas e militantes de esquerda, é complexificada sob a perspectiva camponesa reconstituída pelo historiador. A repressão nem sempre se faz de atos criminosos; sua força brutal também reside em disputas sutis: além de versões contraditórias sobre fatos vividos em comum, o regime de repressão opõe pessoas que, noutras circunstâncias, chegam a ser amigas.

Com o passar do tempo, versões diversificadas surgiriam a respeito da figura de Jôfre. Fosse o detalhe de que a própria vítima teria dado carona ao seu matador, o que indicaria certo grau de amizade entre ambos; fosse a idéia de um assassinato motivado por sua crescente popularidade, envolvendo questões pessoais entre outras figuras locais. Em todo caso, a profusão de imagens sobre o episódio da tentativa de

16. Cf. WELCH (2006; 2007:63-95; 2008)

assassinato revela o tênue limite a separar intimidade e violência nas relações pessoais, no mundo em que vivia Jôfre. Se isto foi muitas vezes usado para deslegitimar o episódio do atentado como um crime “político”, deve-se notar, ao contrário, que esta pessoalidade das relações de opressão implica viver a violência sob a brutalidade da tensão cotidiana.

As representações contraditórias dão força à imagem de Jôfre: de um lado, uma liderança política vinda das bases, um lavrador autêntico; de outro, um homem com trânsito na imprensa, na militância urbana e entre pessoas importantes da política institucional. Um documento do Departamento Estadual de Ordem Polícia e Social do Estado de São Paulo (Dops) de 1959 registra, com alarme, o fato de que Jôfre teria sido escalonado para falar em uma “reunião extraordinária” do clandestino PUI (Pacto de Unidade Intersindical), vinculado ao comunismo. Em relatório escrito por um agente do Dops, acusa-se o “quase-mártir” camponês ao mesmo tempo em que se requer a destruição de toda a associação de arrendatários de Santa Fé do Sul, cuja face ameaçadora, diz o documento, era a transformação de uma relação patronal em “revolução comunista”:

“É preciso que esses lavradores sejam esclarecidos de que não serão possuidores das terras pertencentes ao Sr. José de Carvalho Diniz, como promete constantemente o malandro Jôfre Corrêa Netto, dissolvendo-se a Associação. Essa providencia – estou certo – só se fará com medidas drásticas, talvez com violências; as medidas paliativas até agora tomadas, somente contribuirão para agravar a situação e implicarão em maiores dificuldades futuras”¹⁷.

Era 1959. Em Cuba, uma pequena força revolucionária baseada na zona rural acabava de tomar o poder em nome do comunismo; neste contexto, a alcunha de um “Fidel Sertanejo” certamente soava explosiva e dava força às manchetes de jornal. O movimento de Jôfre, entretanto, começara um pouco antes deste estardalhaço. Em 1957, o homem que alegava ser o dono das terras queimara suas casas e destruíra suas plantações. “Quando voltei das minhas viagens, eles haviam queimado quarenta e cinco casas, galpões, queimando junto todo o dinheirinho que cada família tinha economizado durante todo o ano, queimando a suas colheitas que estavam armazenadas dentro dos galpões”¹⁸. Que o relato não seja mal interpretado, contudo, a idéia, explorada por parte da imprensa na época, do humilde camponês contra os poderosos proprietários, seria refutada pelo próprio Jôfre. E talvez por isto, anos depois ele daria um relato no qual sua versão anterior da história sofre alguns deslocamentos: sobretudo, enfatiza sua falta de cautela no desfecho do caso. A imagem de vítima não lhe convinha.

A assembléia para formação da associação de arrendatários era uma resposta grandiosa à brutalidade sofrida pelos lavradores de Santa Fé. Na ocasião, compareceram mais de mil camponeses e Jôfre foi eleito presidente por aclamação. O atentado ocorreria dias depois. Consta que Jôfre, depois de ter levado dois tiros à queima roupa disparados por um capanga do suposto proprietário das terras, foi encaminhado à clínica local, onde esperou por sete horas até ser atendido. Depois seguiu até o

17. WELCH (2007)

18. WELCH (2008).

Hospital das Clínicas de São Paulo, a 640 quilômetros dali acompanhado por um repórter do jornal *Última Hora*, a quem deu seu primeiro relato dos fatos. O tiro, por fim, saiu pela culatra: a vítima tornou-se herói. Depois de se recuperar, Jôfre ganhou treinamento do PCB para trabalhar na formação de diversas associações e sindicatos de trabalhadores rurais, viajando pela região centro-sul. Ao longo do início da década de 60, pipocaram lideranças rurais formadas na luta da “guerra do capim” em outras áreas. Em 1960, o “capitão camponês” retornou a Santa Fé do Sul e deu início a outro movimento de resistência, mas então o Estado ocupou-se diretamente dele, aplicando-lhe a Lei de Segurança Nacional. Jôfre e outras lideranças da associação foram presos e liberados em seguida, graças a uma campanha nacional articulada pelo PCB. De volta à prisão em 1963, seria solto em 1964, dois meses depois do golpe, e em 1973, novamente veio a ser encarcerado, no município de Jundiá, São Paulo, pelo Deops, que alegava “atividades terroristas”. Desde então, Jôfre permaneceu distante dos holofotes, tendo sido “redescoberto” apenas em 1988, quando pesquisadores passaram a se interessar por sua história. Conforme destaca Welch, que o acompanhou por quase 15 anos, é difícil reconstituir o que se passou após a prisão em 73. Sem entrar em detalhes, Jôfre contou apenas que foi brutalmente torturado pela polícia. Depois de liberado, já nos anos 80, trabalhou no garimpo de pedras preciosas em Tocantins, nesta mesma época, voltou a atuar como militante do PCB. Sabe-se que, durante os anos 90, viveu em meio a ciganos em Goiás. Mas de sua trajetória, a ênfase está sempre nas lutas pela terra do pré-64, sua época de glória.

Arranca Capim

Ilustração publicada por boletim sindical da Fetagri (Janeiro/1985).
(MSPP/CPDA-UFRRJ)

Nilson



Quanto ao início das mobilizações que geraram o chamado conflito do “Arranca Capim”, também as versões são controversas. Ter ido a Santa Fé do Sul, a mando do Partido Comunista, como alega Jôfre, por exemplo, é um fato negado pelo dirigente comunista Lyndolpho Silva: “não tinha nada de ligação conosco”, atestou este. Neste caso, a filiação e o treinamento como militante comunista nos quadros de formação partidária ocorreriam bem depois. E apenas em seguida ao episódio do “Arranca Capim”, o PCB tomaria parte no acontecimento, enviando para lá o então presidente interino da Ultab, Pedro Renaux Duarte. Este conta, sobre o primeiro contato com Jôfre, “eu não sei se ele era membro do partido, (...) ele era um líder nato do pessoal de lá”.

O conflito que precedeu o atentado ao líder Jôfre Corrêa teve forte repercussão política em todo o estado. Além do pagamento da renda pelo uso da terra, os arrendatários de Santa Fé do Sul eram obriga-

dos a deixar o lote, devendo ainda entregá-lo ao suposto proprietário com o pasto plantado. No caso da fazenda de Zico Diniz, os subarrendatários conseguiram da Justiça o direito à renovação dos contratos, mas viram suas lavouras destruídas pela plantação do capim feita à força sob mando do patrão. Foi então que os pequenos arrendatários, com apoio do PCB, iniciaram a operação de arrancar o capim, em protesto e recusa à arbitrariedade grileira. Na esteira do conflito, nasce a Associação de Lavradores de Santa Fé do Sul. E logo depois, Jôfre sofre a tentativa de assassinato, episódio que findou pensando a favor do movimento. À exceção de alguns lavradores considerados “inaceitáveis” pelo dono da terra, estabeleceu-se um novo contrato, valendo por um ano. Ao final do prazo, em 1960, os lavradores iniciam um novo “arranca capim” e novo recurso à Justiça. E o fazendeiro Zico Diniz solta o gado sobre suas plantações, destruindo-as e afugentando-as. A Associação é processada pelo Dops paulista e os trabalhadores não conseguem permanecer em suas roças. Mas o “capitão camponês” soube fazer do forte simbolismo de sua própria imagem uma arma política de longo alcance. Na ocasião em que defendia, ao lado dos seus, suas terras arrendadas recém destruídas, aparecia no jornal *O Estado de São Paulo* conclamando a revolta com ironia: “Meu povo! Vamos tratar agora com carinho esse capim, para mandar depois para São Paulo, para o governador e o Zico Diniz comerem!”



Ilustração publicada por boletim sindical da Fetagri (Janeiro/1985).
(MSPP/CPDA-UFRJ)

195

A Revista *Brasiliense* 36 (julho/agosto, 1961, p. 190-196) publicou um poema escrito por Olímpio Pereira Machado que, junto a Jôfre e a José Correia de Lira, fundou a associação de lavradores (transformada, em 1963, em um sindicato de trabalhadores rurais existente até hoje). A seguir, um trecho do poema onde se descreve a situação de horror que motivou uma “revolta de verdade”:

“Neste Século de Cultural/ Ver tanta bestialidade?! Provocadas por humanos/ Nos revolta de verdade! E este Zico em sangue friol/ Assistindo as crueldades

Com esses pacatos roceiros/ Nossos irmãos, nossa raça! Que fugiam espavoridos/ Vendo suas casas em fumaça! Que os policiais punham fogo! As ordens desse “Carcassa”

Queimavam casa com tudo! E os pobres saiu sem nada! Alguns doentes com febres! Saiu prá morrer na estrada! O que aconteceu a uma pobre! Que ficou louca coitada”

Revolta de Verdade

Aparecido Galdino no filme-documentário *O Profeta das Águas* (Direção de Leopoldo Nunes; fotografia de Cleumo Segond, 2007).



O PROFETA DAS ÁGUAS

APARECIDO GALDINO JACINTO

“Deus está em todo lugar. Deus é a natureza completa de tudo o que existe. (...) Que esse mundo é um mundo encantado. Puro mistério”, diz Aparecido Galdino. A natureza está também na terra, que dá aos homens o alimento, a vida¹⁹. Diante de tamanha dádiva divina, o homem deve apenas retribuir, através de seu trabalho. O dono da terra é quem lavra a terra. Com esta formulação, o senhor – que mais tarde a imprensa identificaria como “Galdino, o Aparecidão” – define sua “profecia”. Aparecidão, como tantas outras figuras sertanejas, nasceu com o dom de benzer. “Curava o povo” por meio de

conhecimentos sobre rezas católicas e plantas medicinais. A fama de seu poder de cura veio a alcançar alguma distância, e sua casa se enchia cada vez mais da multidão vinda à procura de ajuda. Dali o homem passou a ganhar discípulos, atraídos não só pela cura do corpo como pelos dizeres da profecia.

Eram, afinal, palavras coerentes. Naquele início dos anos 1970, na cidade de Rubinéia, São Paulo, e seus arredores, as casas e terras estavam sendo tomadas pelas águas do rio Paraná, represado para a construção da barragem e hidrelétrica de Ilha Solteira. Na expectativa de haver justiça aos verdadeiros donos da terra - aqueles que tiram dela, o alimento - lavradores vizinhos e chegantes de Seu Galdino integraram-se a um grupo de seguidores: durante o dia, cumpriam uma dura rotina de trabalho na roça coletiva; à noite, encontravam-se para os trabalhos espirituais, reuniões com rezas católicas e treinamento dos médiuns. No momento oportuno, todos receberiam a visita dos espíritos que os ajudariam a “salvar o povo”, “salvar os camponeses”; protegê-los contra as águas que afetavam o rumo certo da natureza e seu mistério. Portavam fardas azuis (os homens solteiros), verdes (os homens casados) ou brancas (as mulheres), simbolizando, respectivamente, o céu, o exército e a paz. Preparavam-se assim para formar o “Exército da Salvação”.

“A massa faz o líder”, diria o líder sindicalista José Pureza. Deste modo, Aparecidão, de benzedor, torna-se líder messiânico. Nas palavras do sociólogo José de Souza Martins, “recria o percurso biográfico dos nossos profetas do sertão (...) Neste país de místicos, oprimidos e marginalizados, o profeta sertanejo é a voz dos que não têm voz”²⁰. Como o profeta Antônio Conselheiro – que instigara uma furiosa reação militar alimentada pela paranóia republicana em relação à monarquia – o profeta Aparecido Galdino e seus seguidores sofreram também uma violenta e prolongada perseguição militar. Mas nesse momento, diversamente, a paranóia era em relação ao comunismo. A transformação religiosa de Aparecidão não se descolava, enfim, do caráter político de sua profecia. Rubinéia e o município vizinho de Santa Fé do Sul eram focos de conflito explosivos desde os anos 50. Lideranças rurais como Jôfre Corrêa se formavam ali, na briga entre arrendatários e latifundiários, estes expulsando aqueles a ferro e fogo. Soltavam o gado para destruir as roças semeadas pelos antigos moradores daquelas terras, quando não queimavam suas casas e pertences. Durante o processo de construção da barragem, a violência se acirrou sob a tutela

19. Os depoimentos de Aparecido Galdino foram extraídos do documentário *O Profeta das Águas* (NUNES:2005).

20. Cf. MARTINS (1985).

do Estado. “E comecei a ficar a favor da Reforma Agrária”, conta Galdino sobre o momento de revelação da profecia. Foi este o contexto em que Galdino e os seus receberam a chegada dos homens do Exército, motivada pela denúncia de que os fiéis estavam se armando para cumprir um plano “terrorista”. O pessoal de Aparecidão, contudo, recebeu o Exército desarmado e de braços abertos; entenderam que este vinha a mando dos espíritos, para se o unir ao “Exército da Salvação”. A causa dos que chegavam era outra: não vinham em nome da paz, e sim e dispostos a bater.

“Pegou os trem dele tudo! As imagens, os livros, a Bíblia... Jogou dentro do caminhão, destruiu, quebrou tudo! Aí pegou [o Aparecidão] e jogou ele dentro do carro. Aí foi luta!” (Sebastião Pereira, lavrador de Rubinéia)

“Colocavam ele em cima do caminhão. Os que estavam embaixo puxavam a barba dele até ele cair. Aí ele caía cá no chão. E subiam ele de novo pra cima do caminhão, e recomeçava... Bateram muito nele!” (Josefina Pereira, lavradora de Rubinéia)

Os relatos de testemunhas prosseguem a descrição dos gestos da crueldade dos militares. Aparecido foi levado preso sobre o caminhão, as faces do rosto cobertas de sangue sob a barba arrancada. Alguns dos demais crentes serviram de chacota, montados pelos policiais como se fossem cavalos. Mas a cena dantesca, em outubro de 1970, foi apenas o início de um trajeto de oito anos de penitência. Levado à justiça comum, Aparecido foi absolvido com base na defesa do advogado Alcides da Silva, mas o promotor recorreu e apelou para a Justiça Militar, que alegou a extrema periculosidade do profeta. Entretanto, reduziu o profeta a um louco comum, encaminhando-o ao Manicômio Judiciário de Franco da Rocha.

Em 1978, Aparecidão chegava à última etapa de seu encarceramento. Naquele momento, a revista *Isto É* publicava artigo de José de Souza Martins no qual destacava o caráter político do movimento de Aparecidão, que o levava a sofrer não apenas a violência física, mas também simbólica, de diversos setores da classe dominante brasileira. Esta representada não apenas pelos latifundiários sanguíneos e o governo militar, mas também pela prática médica em conluio com o Estado, e até mesmo por setores da elite intelectual, que preconceituosamente reduziram a figura de Aparecidão a um folclórico e quixotesco profeta. A força política de suas palavras, contudo, havia sido legitimada por seus próprios algozes. Em 1971, o procurador militar responsável pelo caso relatava que “a Justiça Militar de São Paulo não deseja criar mártires, nenhum novo Padre Cícero, Arigó ou Antônio Conselheiro, que levem inquietação às populações rurais do interior do Estado”²¹.

Em 2005, Galdino aparece no filme documentário *O Profeta das Águas*, de Leopoldo Nunes, já idoso e cercado de crianças – oito meninas, um menino e dois bebês – todos, filhos seus. Ao documentarista, ele mostra sua família, sua casa, seu quintal. Com fala mansa, discorre sobre seus conhecimentos das plantas e da natureza. Aparecidão não perdeu o dom da cura, mas não o pratica mais, a pedido da esposa. Esta, com voz reticente, como que travada pelo medo, justifica seu receio quanto à vocação do marido, dizendo-lhe apenas: “Você lembra o que aconteceu em Rubinéia...”.

21. MARTINS (1985: 119).

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

Paulo Kuraki. Trabalhador rural assassinado a tiro em 27 de abril de 1967, na Reserva Florestal da Lagoa São Paulo, Município de Presidente Epitácio. Recusara-se a pagar o foro cobrado pelo fazendeiro, que se dizia dono das terras da Reserva. [Fonte: O E. S. P. 09/02/72, MST].

Denis Casimiro. Lavrador. Preso e levado ao Dops-SP em abril de 1971, foi morto em maio do mesmo ano. Mas foi dado por desaparecido até seu encontrado ser corpo no cemitério de Perus, na cidade de São Paulo. Denis era militante da VPR. Desenvolvia trabalho clandestino no sul do Pará. [Fontes: Cedi, nº79, 21 a 27/08/1979; MST, DMV].

Nestor Veras. Dirigente da Contag. Dirigente da Ultab e posteriormente eleito tesoureiro da Contag. Foi preso em abril de 1975, em São Paulo, depois desapareceu. [Fonte: MST].

Carlos da Silva. Lavrador, líder das comunidades de São Pedro e Lavrinha, no vale do Ribeira. Assassinado em 3 de junho de 1982, quando seu padrao foi baleado, em uma emboscada feita por jagunços a serviço de um grileiro que tentava expulsar Carlos e outras famílias de suas áreas de posse. [Fontes: CPT, MST].

Sérgio Pereira de Souza. Lavrador. Assassinado em 15 de fevereiro de 1984, por questões de terra, em Itaperica da Serra. Na ocasião, atearam fogo em seu barraco, disparando tiros contra o que ali estavam. [Fontes: CPT, MST].

MINAS GERAIS

RANDOLFO FERNANDES DE LIMA

A OUTRA
MARGEM DO RIO
SÃO FRANCISCO

199

“Da outra margem do rio havia um mato muito bom. Procurei saber de quem eram aquelas terras”, conta Randolfo Fernandes de Lima. E pediu para trabalhar por ali como arrendatário. Em 1959, o homem que diziam ser o dono daquela grande área não cultivada recusou a proposta. Ciente de que, pela Lei, a União tem domínio sobre até trinta metros às margens dos rios navegáveis, Randolfo decidiu ocupar uma gleba daquelas à beira do São Francisco, no estado de Minas Gerais, a dois quilômetros da barragem de Três Marias. Tomou posse da área junto a outras famílias, em um total de cento e vinte pessoas. Construíram seus ranchos e passaram a plantar arroz, feijão, milho, mandioca, cana, banana e hortaliças. Em pouco tempo, outras famílias uniram-se à empreitada de Randolfo. A reação do pretense dono não tardou. Em 1961, vieram os representantes dos fazendeiros: oficiais de Justiça munidos de um mandado de reintegração de posse e capangas armados. Além de expulsos, os posseiros tiveram suas roças e casas destruídas, tendo que se deslocar para a localidade de “Córrego Seco”, onde, como sugeria o nome, viveram à míngua, sem ter como cultivar. Mas o movimento dos posseiros ali se consolidava, fundando-se na consciência de que fortaleciam um movimento social de âmbito nacional²².

Era o ano do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte (conhecido por Congresso de Belo Horizonte), e no qual compareceram nada menos do que trezentos e seis representantes da então recém criada Associação de Lavradores de Três Marias. O conflito às margens do rio São Francisco transformava-se assim em luta política de toda uma classe. Na fundação da associação, a causa dos camponeses posseiros respaldava-se pela presença de quinhentas pessoas, entre lavradores e figuras notórias, como o professor Tiago Cintra, o líder camponês Jôfre Correia, o deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Hernani Maia e o advogado Romanelli. Sob forte tensão, foram todos ameaçados por um grupo de jagunços que gritavam “os cubanos estão aqui!”; “eles são comunistas!”. Mas a luta não esmoreceu. Ao contrário, ganharam de volta o direito à posse e, a partir daí, articularam-se a diversas forças políticas de esquerda, como as Ligas Camponesas com a visita de Francisco Julião, o PCB, a AP, e a POLOP. Com três mil membros, a associação transformou-se no Sindicato Rural dos Produtores Autônomos de Três Marias. Em 1963, perderam na Justiça o direito a permanecer nas terras, mas, em resposta à carta aberta destinada ao presidente da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), João Pinheiro Neto, obtiveram a intervenção favorável direta do presidente João Goulart. Por meio de Decreto, Jango anula a decisão judicial, destinando a terra “à fixação dos camponeses que ali se encontram trabalhando e produzindo, tendo em vista solucionar gravíssimo problema social

22. SOUZA (2010). *Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória/UFMG*.

ESTADO DE MINAS

DIÁRIO DO Povo

ANO XXVI

BELO HORIZONTE, SÁBADO, 12 DE JULHO DE 1962



O LIDER E OITO DETIDOS - À esquerda, montado no seu burrinho, está o Sr. João Leite, chefe da Liga Camponesa em Três Marias. Atrás dele são presos com o cargo de delegado Francisco João. Esses oito indivíduos foram os acusados de serem líderes da Liga Camponesa em Três Marias e de serem "terroristas". A direita, outros oito presos que foram levados ao quartel-general da polícia em Belo Horizonte, onde se encontram.

DELEGADO DE TRÊS MARIAS: MUITO SANGUE PODERÁ CORRER

SECRETARIA DE SEGURANÇA DIZ QUE NÃO TEM PROFUNDIDADE A INVASÃO DE TERRAS



Juliano Mineiro a UH: "Ninguém Será Capaz de Meter as Ligas em Minas; Miséria Nos Ajuda"

ENVIAM MENSAGEM AO CONGRESSO LIMITANDO O Povo do Estado de Minas

As Fitas, aos Lavradores e aos Operários de Três Marias

A Comissão Organizadora desta reunião, realizada em 12 de julho de 1962 em Minas Gerais, em homenagem ao aniversário de 100 anos da República Brasileira, tem o prazer de convidar os Lavradores e Operários de Três Marias.

Essa Assembleia será realizada para discutir os interesses dos Lavradores.

A reunião será realizada em dia 12 de julho de 1962, às 14 horas, no auditório do "ESTADO DE MINAS".

Para assistência para o transporte de alimentos, consulte o Sr. Francisco de Paula, a Sr. Maria de Fátima, a Sr. Maria de Lourdes, a Sr. Maria de Conceição e a Sr. Maria de Antônia, em Três Marias.

A Comissão Organizadora

41 - Presidente: Francisco de Paula
Vice-Presidente: Maria de Fátima
Secretário: Maria de Lourdes
Tesoureiro: Maria de Conceição
Assessor: Maria de Antônia

Fazendeiros pedem garantia policial contra os membros da Liga Camponesa



Fazendeiros de Três Marias, acompanhados pelo Sr. João Leite, chefe da Liga Camponesa em Três Marias, pedem garantia policial contra os membros da Liga Camponesa.

A Diretoria da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (ATA-MG), fundada em 20 e 26 de setembro de 1960, o Conselho Estadual dos Trabalhadores Agrícolas e das Ligas Camponesas do Brasil, e o Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a ser realizado em Belo Horizonte, de 1º a 2 de outubro de 1962, tem o prazer de convidar a todos os Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais e de todo o país a comparecerem ao ponto de partida desta grande reunião nacional em Belo Horizonte, a ser realizada em 12 de julho de 1962, às 14 horas, no auditório do "ESTADO DE MINAS".

Esta reunião será realizada para discutir os interesses dos Lavradores e Operários de Minas Gerais.

A reunião será realizada em dia 12 de julho de 1962, às 14 horas, no auditório do "ESTADO DE MINAS".

Para assistência para o transporte de alimentos, consulte o Sr. Francisco de Paula, a Sr. Maria de Fátima, a Sr. Maria de Lourdes, a Sr. Maria de Conceição e a Sr. Maria de Antônia, em Três Marias.

A Comissão Organizadora

41 - Presidente: Francisco de Paula
Vice-Presidente: Maria de Fátima
Secretário: Maria de Lourdes
Tesoureiro: Maria de Conceição
Assessor: Maria de Antônia

[...]”²³. A notícia repercutiu e, em reportagem do *Estado de Minas*, os fazendeiros prometiam reação. O golpe militar viria em seguida. Randolpho Fernandes e outros líderes de Três Marias foram presos, os demais camponeses, de uma vez por todas expulsos de suas terras.

FRANCISCO RAIMUNDO DA PAIXÃO

“A revolução que estava programada para o dia 1º de abril, começou dois dias antes em Governador Valadares”. A frase, dita pelo coronel Altino Machado – ex-delegado de polícia, proprietário rural e um dos principais coordenadores do movimento paramilitar de Governador Valadares – dá idéia de como os acontecimentos no imediato pré-golpe transformaram a chamada Princesinha do Vale em palco privilegiado da radical polarização que então tomou conta da cena política nacional²⁴. A notícia da entrega de títulos da fazenda do Ministério da Agricultura aos trabalhadores rurais do município espalhava-se pela cidade. Seus habitantes eram convocados a assistir ao comício de comemoração, que seria realizado no dia 31 de março de 1964, na própria fazenda, e para o qual cerca de vinte mil camponeses eram esperados. Um comando fora especialmente criado para organizar o evento, sob a coordenação do líder sindical Francisco Raimundo da Paixão, o “Chicão”. Para a manifestação, haviam recebido recursos da própria Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA)²⁵. Cogitava-se a presença do presidente deste órgão federal, João Pinheiro Neto, bem como de políticos de toda a região, representantes da CGT, do ministro da Agricultura, do governador mineiro, e quiçá do presidente da República e do deputado Leonel Brizola²⁶. Diante de tamanha repercussão, os fazendeiros da região partiram para o conflito aberto: no dia 30 de março atacaram a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, que funcionava na sapataria do Chicão. O confronto desenrolou-se em tiroteio e houve diversos feridos, como a esposa e a filha de cinco anos do líder camponês (baleada com um tiro na boca), e uma morte, a de um fazendeiro, genro de um importante líder ruralista do Vale do Rio Doce. Como resultado, a comemoração camponesa foi abortada e uma manifestação dos familiares dos latifundiários foi realizada como prenúncio. Faixas com dizeres moralizantes reproduziam os ideais da Marcha com Deus pela Pátria e a Família. Ao mesmo tempo, na periferia da cidade, uma centena de membros dos setores subalternos do campo fazia vigília na sede do sindicato. Ali, no dia 1º de abril, um novo confronto resultaria no assassinato dos lavradores Augusto Soares da Cunha e seu pai Otávio Soares Ferreira da Cunha. Logo em seguida, Chicão e os demais envolvidos na luta pelo direito à terra sofreriam as conseqüências mais dramáticas da violência de jagunços e policiais locais, agora endossados pelo golpe militar.

23. *Estado de Minas* (7/02/1964).

24. Cf. EMILIA (2010).

25. *Diário de Minas* (29/03/1964, p. 7).

26. *Diário de Minas* (17/03/1964, p. 5). Ver, também, capa do jornal *O Combate*, 15 a 21 de março de 1964. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Acervo do DOPS, pasta 4632, imagem 61.

O GOLPE NA “PRINCESINHA DO VALE

Otávio Soares Ferreira Cunha (1898 -1964) foi vítima de atentado de fazendeiros no dia do golpe militar que resultou em sua morte e na de seu filho, Wilson, por apoiar a luta de camponeses pela reforma agrária, liderada por Chicão em Governador Valadares.

Projeto República
(Departamento de História/
UFMG)



O Superior Tribunal Militar declarava o “Estado de Guerra” em Minas Gerais, em processo no qual se convocavam reservistas para prestarem serviços em Governador Valadares, “localizando e interceptando elementos comunistas e conduzindo-os à Delegacia”²⁷. Um rápido retrospecto na história de Francisco Raimundo da Paixão e do movimento camponês na região ajuda a desvelar o crescente acirramento de uma disputa que opunha duas maneiras de lidar com a terra: a da produção de alimentos e a da concentração da propriedade privada com atividades agropecuárias extensivas. Grileiros transformavam-se em grandes fazendeiros ocupando áreas cada vez maiores com a criação de gado. Com o aval das autoridades locais, expulsavam-se famílias de posseiros que moravam ali por cerca de quinze anos. A truculência latifundiária contava com figuras como a do pistoleiro conhecido por “Come Cru” e com artimanhas, como a difusão de boatarias contra os lavradores. O caso mítico de um fazendeiro que teria sido obrigado por camponeses a cavar sua própria cova é um exemplo do “barril de pólvoras” em que se transformara Governador Valadares.

Conforme um antigo ditado da região do Vale do Rio Doce, os indivíduos que a febre amarela não exterminou, a terra fértil abrigou. Até os anos 40, a agricultura de subsistência dos posseiros imigrantes ainda não incomodava os grandes fazendeiros e seus jagunços. Foi quando se tornou uma das principais áreas da pecuária de corte, e passou a sediar grandes siderúrgicas e empresas destinadas à extração e à exploração de mica e berilo, que o ideal da terra como bem ilimitado moveu-se para fronteiras mais distantes dali. Já em 1955, dez mil camponeses reuniam-se na Praça da Estação, em Governador Valadares, em manifestação organizada pela Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Pedra Corrida. O mote, “Terra pra fazer fartura”, sustentava o ideal de reforma agrária que, mais tarde, daria os rumos da luta de Chicão. Em 1959, o então governador Bias Fortes assinava lei concedendo as terras devolutas aos latifundiários dos Vales do Rio Doce e do Mucuri. Por este viés, à medida que os antigos posseiros eram expulsos, aumentavam as áreas de periferia urbana. Em 1964, o jornal *Última Hora* calculava que, entre os desabrigados da cidade, “mais de 13 mil famílias passavam a vida nas favelas, debaixo de marquises dos prédios, nos passeios e debaixo das pontes”²⁸.

Esta foi também a história familiar de Francisco Raimundo da Paixão, expulso com seus pais da área rural onde moravam e de onde tiravam seu sustento. Quando, já casado e pai de quatro filhos, Chicão monta sua pequena sapataria em um bairro periférico de Governador Valadares, criando ali um eixo nodal do movimento camponês de Valadares, é acusado pelos ruralistas de não ser um verdadeiro lavrador, mas um “agente comunista” instaurador da “desordem” e dos ideais “subversivos”. A tentativa de deslegitimação da luta ignorava a força que as palavras do líder rapidamente ganhavam entre posseiros e trabalhadores rurais, exatamente porque carregavam em sua história individual a marca de todos eles. Em 1961, fundava-se a primeira associação de lavradores e trabalhadores agrícolas de Governador Valadares. No mesmo ano, a cidade recebia a vista de Francisco Julião e, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas instigava o debate sobre as formas de organização camponesa em prol da reforma agrária. Chicão volta da capital mineira com o propósito de fundar o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares, o

27. Cf. BRASIL (2007).

28. *Última Hora* (28/02/1964, p. 5). In: CAMISASCA (2009:154)

Estúpido crime em Santa Terezinha: Chicão era o Visado

— HAMBURGUÊS — O crime de Santa Terezinha, em Santa Catarina, foi cometido por um estrangeiro, um alemão, chamado Chicão, que se apresentou como visado de entrada para o Brasil. O crime ocorreu em 1964, durante o governo de Getúlio Vargas.

Chicão era o visado, o nome verdadeiro do criminoso. Ele se apresentou como um estrangeiro que queria entrar no Brasil. O crime ocorreu em Santa Terezinha, em Santa Catarina.



...E BRIZOLA FALOU

Além de ter sido o visado de entrada para o Brasil, Chicão também era o nome verdadeiro do criminoso. Ele se apresentou como um estrangeiro que queria entrar no Brasil.

Contato P-14-3-64

Preparam Levante Armado Contra Governo

Comunidade de trabalhadores de Santa Catarina prepara um levante armado contra o governo federal. O plano envolve a participação de milhares de trabalhadores em todo o estado.

Os líderes do movimento afirmam que o objetivo é derrubar o governo atual e estabelecer um novo governo baseado em princípios democráticos e sociais.

COMBATE
20
CRUZEIROS
172 - C. Valadarez - Rua de R. e 14 de março de 1964 - Ano 3

Jango inicia Reformas com povo na praça



CHICÃO ANUNCIA UGANTESCA Concentração Campesina



Chicão anunciou uma gigantesca concentração de camponeses em Santa Catarina. O evento será realizado em uma praça pública e contará com a participação de milhares de agricultores.

Líderes Sindicais Dão Solidariedade aos Lavradores

Para mostrar solidariedade aos lavradores, os líderes sindicais de Santa Catarina organizaram uma manifestação. O objetivo é apoiar as reivindicações dos agricultores e lutar por melhores condições de trabalho e remuneração.

Com a participação dos líderes sindicais, os lavradores têm mais chances de alcançar seus objetivos. A solidariedade é fundamental para a luta por justiça social e econômica.

que ocorre em 1963, com ajuda do Sindicato dos Trabalhadores da Extração da Mica, e o apoio e a orientação de militantes do PCB, ao qual Chicão era filiado. Em apenas quinze dias, mil novecentos e trinta e nove camponeses se sindicalizam. Pouco depois, outros seis sindicatos de trabalhadores rurais surgem na região.

A participação do Partido Comunista no meio rural da região de Governador Valadares é evidenciada não apenas pelo vínculo partidário de algumas lideranças rurais. O jornal *O Combate* seguia uma linha editorial comprometida com as lutas sociais e políticas de esquerda, sintonizado com o PCB, ao qual o jornalista Carlos Olavo, criador do jornal, era filiado, bem como o advogado Plínio Mendes Martins, colaborador do periódico. É significativo que Carlos Olavo – depois da experiência de uma série de reportagens especiais sobre os despejos em massa de posseiros no Vale do Rio Doce – tenha deixado Belo Horizonte para viver em Governador Valadares. *O Combate* estabeleceu-se como veículo de denúncias e de divulgação questões ligadas aos conflitos agrários e, publicado com letras vermelhas, alcançou grande penetração popular²⁹. Contudo, note-se que, longe do que acusavam os opositores das lutas camponesas, diversas lideranças rurais de projeção guardavam uma importante autonomia ideológica e intelectual em relação às orientações do Partido. O caso de Chicão e do movimento camponês em Governador Valadares é, neste sentido, exemplar. Naquele momento explosivo, a orientação do PCB era fazer dos sindicatos um espaço de luta por direitos trabalhistas, mas em pouco tempo foi ganhando força a idéia de tomar a fazenda do Ministério da Agricultura. Foi aí que Chicão surgiu como o novo presidente do órgão, afastando-se da linha política dos “miqueiros” (trabalhadores da extração de mica). A “Reforma Agrária na lei ou na marra”, conforme a palavra de ordem de Julião e das Ligas Camponesas, defendida também por membros da POLOP, era o que reverberava entre Chicão e os seus (não por acaso, este seria desligado do partido). Os quase dois mil sindicalizados, saídos do campo e das favelas de Governador Valadares, faziam ferver a massa e valer a luta quando falavam na reconquista de suas terras perdidas. Para o camponês, quem dá valor e direito à terra é o trabalho, não a lógica da concentração fundiária. Esta idéia, por certo a mais revolucionária de todas, horrorizava os latifundiários e orientara suas extremadas reações diante do contexto de mobilizações camponesas e das sinalizações de reforma agrária do presidente João Goulart. No dia 1º de abril de 1964, os ruralistas da região já haviam organizado milícias e solicitado ajuda ao Exército. O confronto imediatamente após o golpe militar teve, entre seus resultados, a prisão de Chicão e o empastelamento do jornal *O Combate*.

Depoimento

O Congresso de Belo Horizonte

Testemunha ocular do evento, o jornalista Rui Facó afirmou: os habitantes de Belo Horizonte eram unânimes em dizer que jamais haviam assistido a “uma tão grandiosa assembléia” em ambiente fechado. Nas ruas, alto-falantes transmitiam os discursos dos oradores. O I Congresso Nacio-

29. Transcrição de Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado em Governador Valadares (06/05/ 1964). APM. DOPS. Pasta 0583. Imagem 0546. In: CAMISASCA (2009: 154).

nal de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ocorreu na capital mineira entre os dias 15 e 17 de novembro de 1961, e atraiu mil e seiscentos delegados de todo o país. Sua sessão de encerramento, que contou com palestra do presidente João Goulart, foi “uma verdadeira avalanche humana”, escreveu o jornalista, e obrigou os organizadores a suspender o acesso às salas, onde o evento só terminaria às duas horas da manhã. Promovido pela Ultab, o Congresso teve a participação de outras forças comprometidas com a reforma agrária, como o Master (RS) e as Ligas Camponesas (NE). A gama de reivindicações reunia problemas como o das formas de arrendamento e parceria, a ajuda aos pequenos agricultores, direitos salariais e direitos de pequenos e médios proprietários. Na época, em seu relato entusiasmado, Rui Facó publica sobre o que viu no Congresso de BH, “o ponto de partida de uma situação nova que está se criando no campo”:

“Sua característica mais marcante foi a união de pontos de vista quanto à definição do que querem e de como conseguí-lo. (...) Na sessão de encerramento, os cartazes que se espalhavam pelo salão traduziam o sentimento que se generalizara: ‘Reforma Agrária na lei ou na marra’. (...) Num dos grupos um camponês, talvez de Minas Gerais, pronto para partir. (...) Não podia mais obrigar seus pés a aguentar tamanho suplício: talvez pela primeira vez usasse sapatos. Ia voltar, reintegrar-se com a terra, juntar-se aos seus vizinhos e companheiros, contar-lhes o espetáculo que fora o Congresso. (...) Ainda que nada existisse no campo da consciência dos direitos de classe, estes homens seriam o fermento da revolução camponesa que começa a se atear no Brasil – para a liquidação completa do latifúndio semifeudal, do monopólio da terra”.

Referência: FACÓ, Rui. 1994. “O Congresso Nacional de camponeses decidiu: reforma agrária na lei ou na marra”. In: Costa, Luiz Flávio Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural Sociedade do Livro.



O jornal Terra Livre noticia o Congresso de Belo Horizonte (novembro/1961)

O Comício de
13 de Março
de 1964

As “Reformas de Base”, uma das principais bandeiras do governo do Presidente João Goulart entre os anos de 1961 a 1964, visavam transformações estruturais de ordem econômica e política do país. Isso significava, sobretudo, realizar a reforma agrária, incluindo ainda as reformas bancária, fiscal,

urbana, administrativa, e universitária, além da extensão de votos para anal-fabetos e oficiais não graduados das forças armadas. De teor nacionalista, vi-savam a uma maior intervenção do Estado na economia e um maior controle dos investimentos estrangeiros. A reforma agrária transformou-se no principal tema desse conjunto de propostas, sendo encarado pelos setores progressistas como eixo necessário para o desenvolvimento nacional. Dentre as medidas que indicavam o real comprometimento de Jango com a causa, ressaltam-se sua participação no Congresso de Belo Horizonte, em 1961, a criação de sindicatos e federações de trabalhadores rurais durante seu mandato, a exten-são de direitos trabalhistas ao campo com o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, e a criação da Superintendência de Política Agrária (SU-PRA). O comício das Reformas de Base, realizado em 13 de março de 1964, na estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, tinha por intuito fortalecer os setores populares de esquerda por meio de grandes manifestações, gerando pressão no Congresso para aprovar tais reformas. No comício, o anúncio fei-to por Jango da desapropriação de terras localizadas às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas foi, na opinião de muitos analistas, o verdadeiro estopim para o golpe militar, ocorrido menos de um mês depois.

Referência: BANDEIRA. 1978 *João Goulart: as lutas sociais no Brasil* e FERREIRA. *Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e Cultura Popular 1954-1964*. (pp. 343-351).

ELOY FERREIRA DA SILVA

Arquivo da família



HERÓI DOS
POSSEIROS

O município de Chapada Gaúcha situa-se ao norte de Minas Gerais. O nome carrega sua história: em 1979, estimulados por um programa de assentamento do governo federal, imigrantes gaúchos chegaram às terras sertanejas para iniciar ali grandes empreendimentos agrícolas. Em meio ao cerrado, surgia então a Vila dos Gaúchos, mais tarde transformada em sede municipal. Nessa área, vivia Eloy Ferreira da Silva, sindicalista rural assassinado em dezembro de 1984 com três tiros pelas costas. Enquanto viveu, a localidade pertencia ao município de São Francisco e ainda se caracterizava pela completa ausência de serviços urbanos: integrava a paisagem dos “Ge-rais”, o Sertão das veredas de João Guimarães Rosa.

Em 1978, Eloy era delegado sindical de base do distrito de Serra das Araras, localizado naquele município, e liderou os primeiros movimentos de resistência à invasão dos grandes grileiros nas terras de seu povo. Eleito presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Francisco em 1981, envol-veu-se intensamente na liderança de conflitos que se aguçavam ali no período final do regime militar. Na fazenda Vereda Grande, onde moravam 36 famílias de antigos posseiros antigos, um grande latifundiário buscou se apropriar da área, lançando máquinas agrícolas sobre as roças familiares, e teve como resposta a desapropriação

da fazenda pelo Incra, em 1983, graças ao trabalho de pressão da organização sindical na região³⁰. Violentas pressões mantiveram-se, contudo, em contra-reação proporcional ao movimento dos posseiros. Eloy Ferreira da Silva, representante notório de sua causa, viveu muitos anos sob as ameaças de conhecidos fazendeiros e de seus jagunços. Após seu assassinato, a Contag recebeu um telegrama denunciando que o crime havia sido cometido em virtude da atuação do líder sindical em defesa das famílias de agricultores pressionadas por grileiros. Em 1981, Eloy já denunciara publicamente a perseguição a que ele e seu companheiro sindical Marcelino Pereira da Silva eram submetidos pelo juiz local. Na mesma ocasião, informou que o Incra desalojara onze pequenos proprietários para aumentar a fazenda de um conhecido grileiro. O juiz havia obrigado os pequenos produtores rurais a assinar um documento concordando com as novas delimitações da fazenda grilada. A maioria desses lavradores, por ser de analfabetos, firmou o documento com suas impressões digitais. O Sindicato de São Francisco estava trabalhando para anular as procurações quando Eloy foi baleado e morto³¹.



207

Muito católico, Eloy enfrentara a luta com a coragem que a proteção religiosa lhe dava. Conta-se hoje que ele possuía “o corpo fechado”. E foi assim que, para ser morto, precisou que o pistoleiro, a mando de fazendeiros, o matasse com requintes de crueldade. Após os tiros à queima roupa, conta-se que o assassino quebrou a cabeça de Eloy em pedaços, a golpes de machado: para “quebrar a proteção”. Com o acontecimento, a esposa e os dez filhos de Eloy se mudaram para a cidade de São Francisco, afastando-se de seu povo e desta triste memória.

Eloy e seus parentes viveram como “agregados”, isto é, ganhavam a permissão de construir uma casa e roçar um pequeno lote em propriedade alheia, mas para isto impunha-se que trabalhassem de graça para o dono da terra. Como ocorreu com muitos dos descendentes de famílias de agregados, Eloy tornar-se-ia posseiro em terras devolutas. A consciência aguda da opressão política imposta por esta condição rendeu-lhe o codinome “herói dos posseiros”, conforme a memória do povo da região. Em Urucuia (MG), uma escola leva o nome do líder como homenagem; assim como o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), em Contagem (MG). Chapada Gaúcha emancipou-se em 1989, já após a morte do sindicalista, e tem na sede do município uma rua com o nome do mártir. A antiga Vila dos Gaúchos é hoje uma pequena cidade de cerca de quatro mil habitantes, rodeada por

30. Cf. www.cedefes.org.br

31. Jornal Folha de São Paulo (18/12/1984).

grandes monoculturas de soja e capim. A paisagem do “cerradão” foi substituída e, ainda onde existe, é frequentemente interrompida por carvoarias ilegais e pelo incipiente investimento em eucalipto, o “reflorestamento”. Desde a época de Eloy Ferreira da Silva, empreendedores latifundiários vêm enriquecendo e crescendo suas propriedades espalhadas pelas terras devolutas do Sertão.

Depoimento

A memória de Mundinho

Atual prefeito pelo Partido dos Trabalhadores de Chapada Gaúcha (MG), José Raimundo Ribeiro Gomes, conhecido como Mundinho, é primo de segundo grau de Eloy Ferreira da Silva. Tendo seguido, como este, a trajetória política dentro da ação sindical, Mundinho relata algumas recordações guardadas do parente assassinado:

“Tenho lembranças vivas sobre Eloy Ferreira da Silva, pois desde criança cresci vendo acontecer reuniões de sindicato. E uma das grandes preocupações de Eloy era a posse de terra, pois na região toda estava acontecendo especulação de terras principalmente pelas reflorestadoras que recebia financiamento e incentivos fiscais, e precisavam de terra para implantar projetos, principalmente de eucalipto e pinos. Essas terras quase na totalidade eram devolutas e o Estado legalizava para as reflorestadoras, que compravam as posses dos moradores antigos quase de graça, e ainda acontecia casos em que os posseiros eram lisonjeados a venderem seus direitos de posse com falsas promessa de emprego nas firmas. (...) Quando resistiam, eram ameaçados de perderem as terras e não receber nada, então muitas vezes vendiam obrigados, por pressão, e se mesmo assim insistissem, a firma cercava toda a área e ‘adonava’, deixava o morador em uma pequena área, que era insuficiente para plantar suas roças e criar suas criações gado e cavalo, isso aconteceu em todo o norte de Minas e resultou que estes moradores migraram para as cidades, como São Francisco, Januária e outras; ou foram para os grandes centros, Brasília e São Paulo. (...)”



O Eloy, além de fazer reunião nas localidades, fez muitas reuniões na [sede distrital] Serra das Araras, pois ali era mais central e podia reunir pessoas das [comunidades] da Serra, dos Buracos, Ribeirão de Areia, Marimbas e Catarina. Muitas vezes os moradores iam a cavalo até 40 km, pois viviam em um momento de conturbação e medo de perder suas

Mundinho espelhou-se na trajetória do primo Eloy Ferreira da Silva e hoje é prefeito de Chapada Gaúcha (MG).
(Arquivo pessoal)

terras. Suas vidas presumiam a suas casas e suas propriedades, não tinham estudo tinham muita falta de informação, que muitas vezes era obtida através do rádio, um privilégio de poucos.

Eloy para este povo foi uma luz, foi um verdadeiro mensageiro, pois sempre defendeu o posseiro, o trabalhador rural, e lutou muito contra a opressão contra os trabalhadores; lutou por direitos como aposentadoria, direito à terra, e uma vida mais digna. Ele questionava os sistema de governo, o militarismo, e o coronelismo que dominava a região. E, principalmente, defendeu os ‘agregados’ que trabalhavam a vida toda nas fazendas e não tinham direito a nada.”

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

Otávio Soares Ferreira da Cunha. Defensor da Reforma Agrária. Companheiro do líder “Chicão”. Assassinado por fazendeiros em 4 de abril de 1964, Governador Valadares. [Fonte: DMV].

Marcionílio. Possheiro desaparecido em 1967 na fazenda Ramalhudo, município de Mátires, depois de rebelar-se ao ser expulso com 212 outros posseiros. [Fonte: O E.S.P. 22/11/73].

José Máximo da Fonseca. Possheiro, líder dos trabalhadores rurais de Perdidos, Município de São José da Safira, Minas Gerais. Assassinado em 25 de maio de 1968. [Fontes: CPT NAC; MST].

Praxedes Ferreira da Silva. Possheiro. Assassinado a tiros em Riacho Fundo, município de Sumidouro, em 28 de outubro de 1978, depois de sofrer intensas ameaças, cercas cortadas, terras invadidas. [Fontes: FETAG (MG), MST].

Geraldo Gonçalves de Oliveira. Lavrador. Assassinado a tiros em 2 de novembro de 1984, a mando de fazendeiro que o pressionava para deixar a terra, no município de Bocaiúva. Após a morte, novas ameaças foram feitas à família e ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. [Fontes: CPT (MG), Diário da Tarde, BH, 18/12/84, MST].

Aureliano Manoel dos Santos. Lavrador. Assassinado por três tiros em 6 de novembro de 1984, no município de Monte Alegre de Minas, depois de reivindicar aumento salarial e cumprimento de causas trabalhistas. [Fontes: CPT (MG), Diário da Tarde, BH, 18/12/84, MST].

Juraci José Alves. Lavrador, posseiro. Era um dos líderes de 40 famílias que reivindicavam a posse da fazenda onde trabalhavam havia mais de uma geração. Assassinado com seis tiros à queima-roupa em 9 de novembro de 1984, na fazenda Barreiro, município de Iturama. [Fontes: FETAEMG, Jornal dos Sem Terra nº49, MST].

Jorge Rodrigues Caldeiras. Possheiro. Assassinado em 22 de dezembro de 1984 no município de Virgem da Lapa, Vale do Jequitinhonha. Levou um tiro de fazendeiro vizinho com quem discutira; este último não permitia que Jorge transitasse por suas terras, isolando-o em sua pequena área. [Fontes: Jornal de Brasília, 23/01/85, Pelejando, nº14, fev./85, CPT-MG, MST].

José Gomes da Silva. Dirigente sindical. Assassinado no município de Capelinha em 1 de fevereiro de 1985. [Fontes: CPT, Informe CONTAG/CPT/CIMI/CNBB/ABRA/IBRASE/ nº11 jun/julh/ago-85; MST].

Eli Braga. Lavrador, posseiro, líder dos posseiros. Assassinado com três tiros nas costas e no peito, na Comunidade de Serra Negra em 20 de março de 1985. [Fontes: CPT, Informativo Terra nº2, maio/85 (FETAEMG), MST].

José Felipe, Alceu Ribeiro. Lavradores. Assassinados por pistoleiros em 23 de março de 1985, no município de Malacacheta, devido a disputas de terras. [Fontes: CPT; FETAEMG, MST].

Moacir da Silva. Trabalhador rural. Assassinado a tiros entre as cidades de São Romão e Riachinho, município de São Francisco. Morto por pistoleiro após ter discutido com fazendeiros sobre reivindicações salariais

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

acordadas. [Fontes: CPT, Informe CONTAG/CPT/Cimi/CNBB/ABRA/IBA-SE – nº11 jun/jul/ago/85; MST].

Durvalino Soares dos Santos. Possreiro. Assassinado a tiros à queima-roupa quando trabalhava na lavoura, na localidade de Córrego do Gravatá, município de Porteirinha, em 9 de maio de 1985. O executor fora um jagunço a serviço do fazendeiro que o expulsara da terra, tendo Durvalino resistido. Seu sepultamento contou com lideranças sindicais de todo o norte de Minas [Fontes: CPT; Informativo Terra nº2, maio/85 (FETAEMG), MST].

Minalvo Pereira da Silva. Possreiro. Assassinado na localidade de Córrego do Gravatá, município de Porteirinha em 9 de maio de 1895, ao lado do companheiro Durvalino quando trabalhavam na lavoura. Sepultamento seguido de protesto de lideranças rurais [Fontes: CPT, O E.S.P. 11/05/85; Jornal do País 27/03 a 03/04/85, MST].

José Esteves Viana. Lavrador. Assassinado no município de Novo Cruzeiro, em 2 de outubro de 1985, por um pistoleiro que já estava de tocaia na terra de onde um fazendeiro queria expulsar o lavrador. [Fontes: CPT (MG), MST].

Julio Rodrigues de Miranda. Possreiro, presidente do STR de Unaí. Assasinado com vários tiros na fazenda Riacho dos Cavalos, localidade de Mandiocal em 6 de outubro de 1985; foi sucedido na direção dos sindicato por sua filha, Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, posteriormente dirigente da CUT. [Fontes: CPT (MG)/CEBs/PT-Unaí; Ass. Moradores B. Canaã, MST].

Divino Balbino Lana. Possreiro. Assassinado em 15 de outubro de 1985 no município de Engenheiro Caldas. Havia entrado com ação na Justiça contra fazendeiros que tentavam expulsá-lo da terra. [Fontes: CPT, Diário do Rio Doce de Governador Valadares, 25/10/85, MST].

Congressos sindicais de trabalhadores rurais. (MSPP/CPDA-UFRRJ)



3º Congresso: salto de qualidade

O 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1979, reuniu 1.500 delegados em Brasília, constituindo-se nesse momento em salto de qualidade no movimento MST. Além das reivindicações e denúncias, o Congresso reafirmou o caráter político e coletivo das lutas. Formulando políticas específicas para cada setor, o Congresso traçou, para cada um, uma

Central Sindical dos Trabalhadores, congregando todas as categorias. Após o 3º CNTR, foi realizada uma ampla campanha de massificação de suas deliberações, através de cursos, cartilhas e debates. Os resultados práticos não se faria por esperar. Com o aumento das mobilizações, aumentam também as pressões do regime militar contra o CNTR. Em 1980 o presidente da Silva, José Francisco de Sá, juntamente com os companheiros sindicais Lúcia Inácio Lúcia da Silva, Chico Mendes e Jairo Bitar, entre outros, foram processados pela Lei de Segurança Nacional, acusados de incitar a desobediência e a luta entre as classes e a desobediência coletiva às leis do País. A denúncia foi feita tendo por base a sua participação em ato público de rejeição ao assassinato do presidente

CPT, Ceni CNBB Agra e base. No ato de sua fundação estiveram presentes a OAB, ABI e Comissão Nacional Pró-CUT. Mais do que uma questão exclusiva dos trabalhadores rurais, a Reforma Agrária passou a ser vista como algo de interesse direto de toda a sociedade. A Campanha mobilizou o País, com a realização de atos públicos em todas as capitais e no interior. O período do governo Figueredo foi marcado pelo avanço da luta pela redemocratização do País, na qual a Contag está diretamente inserida, junto aos setores populares. Inicou-se a campanha pela Anistia, ampla, geral e irretrair, e a luta pela defesa da Amazônia, que vão culminar com o amplo movimento de massas da Diretas Já, do qual a Contag participou de maneira ativa e atuante. A derrocada do regime militar, já prometida no movimento das Diretas Já, tem como a alteração da legislação partidária, liberando as diversas forças políticas agrárias no MDB, permitiram o avanço e a expansão de suas



PROPOSIÇÕES APROVADAS PELO MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES RURAIS
CONTAG - FEDERAÇÕES - STRs



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. 1982. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Rio de Janeiro: UFRJ/Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia. (Dissertação de Mestrado).
- AREZZO, Dryden de C. 1998. “A administração fundiária no estado do Rio de Janeiro”. In: Carneiro et al (orgs.). *Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- ARRUDA, Aparecida N. Pinto. 2005. *Mulheres e violência: memórias e lutas na cidade de Niterói*. Niterói (RJ): UFF/Escola de Serviço Social. Dissertação de Mestrado.
- BANDEIRA, João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. 2004. “Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais” In: *Revista Brasileira de História*, vol.24 no.47.
- _____. 1988. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. Belo Horizonte: Dep. de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG. (Dissertação de Mestrado).
- BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. 2007. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, pp. 57.
- BRUNO, Regina. 2002. *Senhores da Terra, senhores da guerra*. Rio de Janeiro: Forense/Edur.
- CAMISASCA, Marina Mesquita. 2009. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG. (Dissertação de Mestrado).
- CEDI. 1985 *Canavieiros em Greve Campanhas Salariais e Sindicalismo - Cadernos do CEDI*. São Paulo: CEDI.
- CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. *Violência no campo*. 1985. Petrópolis: Vozes em co-edição com Ibase.
- CORRÊA, Elisa F. e ERNANDEZ, Marcelo. 2007. “Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 15, n. 2. Outubro.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. 1994. *O Congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural Sociedade do Livro.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. 2004. *O Camponês e a história: a construção da Utiab e a Fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira.
- EMILIA, Ana. 2010. “Governador Valadares: mito esperança e conflito por causa da terra” - *Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória/UFMG (Mimeo)*.
- FACÓ, Rui. 1994. “O Congresso Nacional de camponeses decidiu: reforma agrária na lei ou na marra”.
- GRYNSZPAN, Mario. 2002. “Da barbárie à terra prometida: o campo das lutas sociais na história da República”. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. (org) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- _____. 1988. “Os idiomas da patronagem. Um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14, ano V. Cachambu-MG: Anpocs.
- _____. 1987. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ (Dissertação de mestrado).
- GRZYBOWSKI, Cândido. 1987. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes.
- LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- MARTINS, José de Souza. 1985. “O Boiadeiro Galdino – do Tribunal Militar ao Manicômio Judiciário” In: *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 1989. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase.
- _____. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad.
- _____. 1984. *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. São Paulo: Cedec/CPDA (Relatório de pesquisa sobre questão agrária no Rio de Janeiro).
- _____. 2002. *Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD.
- MOTTA, Márcia (org). *Dicionário da Terra*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 2010
- NOVAES, Roberto Novaes e ALVES, Francisco. 2003. *No eito da cana: exploração e luta por direitos na região de Ribeirão Preto (SP)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Feraesp/Serviço Pastoral do Migrante/UFSCar.
- NOVICK, Victor de A. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. 1988. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ. (Tese de Doutorado).
- _____. “Prefácio”. 1982. In: Pureza, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- _____. 1977. *Laranja e lavoura branca: um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ (Dissertação de Mestrado).
- PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloísa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha. (orgs) *Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de república*. Belo Horizonte: UFMG. 2006.
- PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. 1999. *Nas terras do rio sem dono*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record.
- PUREZA, José. 1982. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- RIBEIRO, Ana Maria Motta. 1987. *Passeio de beija-flor: a luta do sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses: um estudo da ação sindical no campo*. Itaguaí: CPDA/UFRRJ. (Dissertação de Mestrado).
- RICCI, Rudá. 1999. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. São Paulo: Ed. Unicamp.
- ROSA JÚNIOR, Ailton da. 2009. *A pedra e a bala: a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu (1960-1964)*. Niterói: UFF. (Dissertação de Mestrado).

SANCHES, Luiz Elias. (2000). *Lyndolpho Silva: biografia de uma militância*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. e MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). 2008. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Soropédica (RJ): EDUR.

SILVA, Francisco José da. (s/d). *Reforma agrária em Duque de Caxias: 1952-1992*. Rio de Janeiro. (Mimeo)

SOARES, Ruth. 1983. *Memórias de uma cidade*. Governador Valadares: Tribuna Fiel.

SOUZA, Leonardo. 2010. “À margem esquerda do rio São Francisco: lutas camponesas em Três Marias (1961-1964)” - *Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória/UFMG*. (Mimeo)

SIGAUD, Lygia e ERNADEZ, Marcelo e ROSA, Marcelo. 2010. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. 2010. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj.

TAVARES, Ricardo. 1992. *Contag. Da ditadura à transição – memória social e construção política do “campe-sinato”*. Rio de Janeiro: Iuperj (Dissertação de Mestrado).

WELCH, Clif ord. 2008. *Jôfre Corrêa Netto, capitão camponês (1921 a 2002)*. Presidente Prudente (SP): UNESP.

_____. 2007. “O atentado: tentando encontrar a história nos relatos de um assassinato que não houve” In: *Projeto História, São Paulo*, n. 35, pp. 63-95.

_____. 2006. “Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX” In: *Lutas & Resistências*, Londrina, n.1, setembro.

FILMES-DOCUMENTÁRIOS E REGISTROS AUDIOVISUAIS:

BERGAMASCO, Sônia (coord). *Projeto Memória Camponesa-SP*. São Paulo: Nuap/PPGAS-MN/UFRRJ; Uniara; Cesres/Unicamp; Feagri/Unicamp.

MAXWELL, Roberto e LIMA, L. Claudio. 2002. *Josefá: uma mulher camponesa* (pesquisa de Marlúcia S. de Souza e Evandro Cyrillo).

NOVAES, Beto. 1992. *Os rurais da CUT: imagens e memórias*.

_____. 1991. *Califórnia à Brasileira*.

NUNES, Leopoldo. 2005. *O Profeta das Águas*.

PALMEIRA; MEDEIROS; GUARANÁ e ERNANDEZ (coords.). 2005. *Projeto Memória Camponesa-RJ*. Rio de Janeiro: Nuap/PPGAS-MN/UFRRJ; CPDA-UFRRJ e UERJ.

SÍTIOS NA INTERNET:

www.armazemmemoria.com.br

www.cedem.unesp.br

www.cedefes.org.br

<http://cpdoc.fgv.br/>

<http://nuap.ppgasmuseu.etc.br>

www.ufrrj.br/cpda/als

José Porfírio, o líder dos posseiros de Trombas e Formoso (GO), entre o deputado estadual Mário de Mendonça Netto (à esquerda, de chapéu) e um fotógrafo da revista *O Cruzeiro*, em meados dos anos 50.



AS TERRAS PIONEIRAS E O SANGUE DAS FRONTEIRAS

GOIÁS
MATO GROSSO
PARÁ
ACRE



INTRODUÇÃO

Na região de Conceição do Araguaia, ao sul do Pará, um peão de uma grande fazenda teve sua pele do rosto arrancada, após ter sido assassinado, evitando-se o reconhecimento do cadáver pela esposa, que, entretanto, acabou tomando conhecimento do episódio. Outras vítimas eram feitas naquele momento se que se necessitasse de tal artimanha; morriam longe da família, sem conhecidos no local onde estavam. Eram esses os “peões-do-trecho”, lavradores vindos em busca de sorte e trabalho, desaparecidos para sempre da história oficial¹. Se considerarmos a vasta área e a brutal quantidade de casos de violência política durante a ditadura militar nas regiões centro-oeste e norte, as histórias de vida contadas a seguir compõem um retrato de dimensões bem reduzidas. Poder-se-ia dizer uma fotografia 3x4, pois, embora pequena, serve-nos a dar “identidade” a esta violência que sequer tem um “rosto” definido. Criadas no rastro das rodovias abertas rumo ao norte, e dos grandes empreendimentos do capital nas “terras sem homens da Amazônia”, as trajetórias descritas aqui guardam a memória de extermínios tão atrozes quanto ocultados. O “processo civilizador” das “terras selvagens” - conforme o discurso de campanhas oficiais do governo Médici - devastaria os povos da terra à maneira com que os tratores devastavam as matas, engolindo-as em nome do “progresso da Nação”.

Os conflitos agrários abordados adiante envolvem uma seqüência repetida de variações na política agrária de Estado: estimulava-se a migração para, em seguida, temer a ocupação das terras como foco de “subversão”, ameaça ao “interesse nacional”. A história começa ainda na Era Vargas, quando a campanha da “Marcha para o Oeste” atrai ao estado de Goiás gente como José Porfírio e seus companheiros de Trombas e Formoso, cuja vitoriosa organização de resistência seria dizimada logo após o golpe militar. O percurso da violência estende-se no tempo e no espaço, levando-nos em direção ao norte. Através dos relatos de Tonho Toca, por exemplo, os efeitos da abertura de rodovias - viabilizando o escoamento econômico de Mato Grosso até Rondônia - repetem a histórica violência grileira, potencializada pela ação policial do regime autoritário. Resultado da valorização fundiária, na esteira dos incentivos do governo federal, a violência que acompanha os movimentos mi-

1. Sobre os “peões-do-trecho”, cf. FIGUEIRA (1985: 184). Sobre o processo de proletarianização do campesinato como marca do capitalismo autoritário, cf. VELHO (1972; 1976).



Cidade de Trombas (GO), na década de 1960.

Projeto Memorial da Revolta de Trombas e Formoso (Facomb/UFG)

gratórios mantém-se ao “subirmos” o mapa. Assim, se a construção da rodovia Transamazônica ativou um processo de colonização que chegou a promover desapropriações em favor de posseiros, a chegada de empresários do Sul - motivados por subsídios governamentais - reverteria tal configuração política. Sobretudo a partir de 1973, em meio às operações militares armadas contra a Guerrilha do Araguaia, o governo assume a política repressiva, em geral alimentada pela paranóia militar em relação a agentes externos, “os comunistas”, “os subversivos” (fossem sindicalistas, guerrilheiros comunistas, religiosos ou agentes pastorais). A expropriação das populações rurais para implantação da grande empresa capitalista intensifica-se, então, com a ajuda de órgãos estatais, como a Sudam e o Getat, e a opressão patronal contra os lavradores mistura-se à repressão oficial contra quaisquer mobilizações pelo direito à terra.

No vasto território das chamadas terras pioneiras, a história feita de terra e sangue registrava-se sinistramente em listas nas quais os latifundiários e seus aliados, “os tubarões”, indicavam a seqüência de pessoas a serem assassinadas. De notório conhecimento das populações locais, tais listas foram algumas vezes dribladas pelos lavradores organizados, mas seriam freqüentemente cumpridas, como se poderá notar nos relatos que seguem. As mortes, porém, deixaram também a herança da coragem na memória dos que sobreviveram para contar. “Se eu morrer lutando pelo povo, eu morro alegre”, dissera o líder sindical Raimundo ‘Gringo’ à sua esposa, antes de desaparecer. “Morre eu, mas a história fica”, refletira o líder Expedito a um amigo, antes de ser assassinado. “A luta pela terra está na estrutura da sociedade brasileira”, escreve José Martins de Souza². Nas palavras de Dom Celso Pereira de Almeida, “foi no sangue que se construiu a base da sociedade”. Mas “o povo unido não tem medo de sangue”, continuaria este em discurso proferido no protesto contra o assassinato de Gringo: “e hoje nós temos o sangue de Gringo, construindo a base da chapa de oposição no sindicato livre de Conceição do Araguaia”³. Às margens dos rios Araguaia e Tocantins percorre-se a área que se pode definir como a mais tensa em termos de conflitos agrários no país; aquela onde talvez se encontre o maior número de lutas coletivas ligados à questão fundiária. Ligando o norte do Mato Grosso e o sul do Pará, abrangendo quiçá parte do estado do Maranhão, a área que foi alvo do Getat aparece como uma espécie de síntese daquilo que se vê representado neste capítulo.

O conjunto de biografias aqui não corresponde afinal às fronteiras regionais da União, mas antes àquelas abertas à custa de sangue. É significativo que a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) tenha ocorrido nesta área, “nascida da região do Araguaia, (...), nascida do chão, do sangue, da repressão”, conta Dom Pedro Casaldáliga. O papel dos religiosos tem um peso considerável na história dessas lutas; seja através de suas próprias trajetórias (que faz deles, a um só tempo, personagens e historiadores do que se passou), seja através das comunidades eclesiais de base e de

2. MARTINS (1985: 118).

3. *Jornal Movimento* (16 a 22/06/1980)

outras organizações populares de cunho religioso. Diversamente das relações contratuais necessárias ao engajamento sindical, a Igreja Católica “fala a língua entendida pelas populações trabalhadoras”⁴, ou ao menos este fora o esforço dos religiosos presentes aqui. Instigados pela Teoria da Libertação, vieram de outros países ou nasceram ali mesmo, como padre Josimo, mas são, de um modo ou de outro, “frutos da terra”. Por outro lado, cabe adiantar as escusas quanto à ausência de representantes dos povos indígenas nos relatos a seguir. Esta falta de modo algum corresponde à realidade desta área. Casaldáliga menciona a importância do CIMI na formação da CPT, mas os índios de um modo geral não foram encarados pelos militares como “atores sociais”, com peso político. Talvez fossem, por eles, então considerados demasiado selvagens, menos do que humanos.

GOIÁS

JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA

Nas palavras de uma de suas filhas, a morte de Zé Porfírio é narrada em sua face mais brutal: “Cadê os restos mortais? Por que esconder tanto? O que fizeram? Por que não dizer? O que querem com os ossos? Porque isso só interessa a nós, que somos a família. Temos esse direito, não temos?”⁵. Negar à família o direito de devolver à terra os restos mortais de Porfírio é como deixar na sombra o acontecimento passado, negando-lhe a memória. O Estado militar pretenderia por certo exterminar, junto com seu líder, toda a história daquela organização popular que, por tamanho sucesso, chegou a ser temidamente anunciada como um “Estado Comunista”, a “República de Trombas e Formoso”.

José Porfírio de Souza nasceu em 1912 no município de Pedro Afonso (MA). Ali viveu e se casou com a primeira esposa, Rosa Amélia de Farias, com quem teve nove filhos. Do segundo casamento, com Dorina Pinto da Silva, viriam mais nove. Um dos filhos de Porfírio faleceu ainda bebê, outros três outros viriam a desaparecer; capturados por jagunços ou pela polícia, não se sabe ao certo, ao longo dos conflitos em Trombas e Formoso, Goiás. Também Zé Porfírio teve destino desconhecido. Principal liderança do movimento desapareceu depois de supostamente liberado pelo DOI-CODI, em 1973. Sua segunda esposa não gosta das lembranças. “Nunca mais vi. Acharam quatro ‘Zé Profiro’, mas nenhum era ele. Eles mataram. (...) Ele não ficou lá nem um mês na cadeia”. O início de sua história, assim como o trágico final, foi compartilhado por inúmeros lavradores e tantos outros migrantes camponeses pelo interior do país, rotineiramente expulsos de suas terras. Mas esta história foi particularmente intensa no estado de Goiás. Com a campanha varguista da “Marcha Para o Oeste”, para ocupar “as terras sem homens” de Goiás, camponeses de diversos estados nordestinos chegaram em busca do prometido pedaço de terra na Colônia Agrícola de Ceres (CANG). Escutavam as palavras do então presidente Getúlio Vargas: “o sertão, o isolamento, a falta de contacto são os únicos inimigos do país”⁶. Mas quando José Porfírio chegou ao centro-oeste, ao final dos anos 40, e ele e sua família, assim como outros chegantes, não puderam se estabelecer na colônia, que já estava esgotada. Partiram então para a região de Uruaçu, onde havia os povoados de Trombas e Formoso. Ali, a ocupação de pequenas posses cresceu, tornando-se uma comarca, graças à qual foi nomeado o primeiro juiz de direito, que passou a trabalhar na fraude sistemática dos grileiros que então começavam a chegar. Com a abertura da rodovia Transbrasiliana - a futura Belém-Brasília dos Anos JK - as terras valorizavam-se. No lugar de abrigar gente, passavam a ser vistas como objeto de especulação. Para expulsar os que lá estavam, as



Arquivo Projeto República/JFM/G

A REPÚBLICA DE TROMBAS E FORMOSO

5. Os depoimentos aqui foram extraídos do documentário *Cadê Zé Porfírio?* (BRITO, 2004).

6. BARBOSA (1988: 115-122).

estratégias de grilagem associavam-se a atos de violência explícita: casas e pertences eram incendiados, lavradores quaisquer eram ameaçados, quando não efetivamente capturados e mortos. Neste período de início dos anos 50, Porfírio iniciava-se como liderança do grupo, fazendo viagens a Goiânia, recorrendo às autoridades estaduais em favor do direito a trabalhar e viver das terras devolutas onde se encontravam ele e os seus. Voltando de uma destas viagens, encontrou sua casa em brasas. A mulher e os filhos, em estado de choque, choravam arrasados. Alguns meses depois, ela morreria em decorrência do sofrimento causado. Conta-se que, durante o enterro, Porfírio fez promessa aos seus santos: não permitiria mais que abusassem dele.

Ao lado dos jagunços, a polícia local se esforçava para invadir Trombas e Formoso, que passou a viver entre trincheiras. Os camponeses viram-se então feito soldados: as armas outrora usadas na caça para o alimento transformaram-se em artilharia eficaz. Do lado de lá, soldados e pistoleiros tentaram contra os posseiros algumas incursões mal sucedidas. Em um desses episódios, um sargento é morto pelo posseiro Nêgo Carreiro, tornando-se o mote do acirramento da violência. A guerra estava declarada: soldados da Polícia Militar foram usados em uma sistemática operação de captura dos líderes posseiros; atrocidades inimagináveis passaram a ser cometidas pelos jagunços em conluio: aos amigos capturados de Porfírio, chegou-se a obrigar que comessem fezes e sapo vivo. Diante do fracasso das operações militares, os soldados usaram as mulheres e filhos dos posseiros como escudo humano, avançando em um caminhão sobre o qual os familiares gritavam em desespero.

Mas a resistência dos posseiros incrementou-se, configurando-se ali uma organização comunitária politicamente coesa e economicamente próspera. Os lavradores se reuniam regularmente para discutir seus problemas e estratégias de luta: organizavam o plantio, os mutirões e a defesa da área; dividiam os lotes e os trabalhos de acordo com os chamados “Conselhos de Córregos”, cada qual com um representante eleito pelos moradores de determinado córrego. Diz-se que a fama e a força dos camponeses de Trombas e Formoso fizeram com que o Batalhão de Formoso recebesse naquele momento uma enxurrada de atestados médicos de seus soldados: eles fugiam à luta por temor aos posseiros. A partir de 1954, chegaram ao local, enviados pelo Partido Comunista, Dirce Machado, seu marido José Ribeiro, João Soares, Geraldo Marques e Geraldo Tibúrcio. A notícia da mobilização camponesa ganhou repercussão nacional e Zé Porfírio figurava como herói de uma causa justa. Na cidade de Goiânia, estudantes universitários pressionavam a opinião pública em protestos e passeatas a favor dos posseiros. Em nome destes, José Porfírio escreveu a mão uma carta pública ao governador:

“Não queremos terra de graça. Queremos comprá-las do estado. Achamos que o Governo deve vendê-las para nós que nelas trabalhamos e produzimos e não para parasitas que não trabalham. Para provar nosso interesse em comprar as terras estamos dispostas a entrar com parte do pagamento nesta safra. Nas nossas casas e nas nossas propriedades temos parte das nossas vidas, não podemos perdê-las. (...). Confiamos no Sr. Governador e em todos os homens de bem de Goiás. Apenas queremos trabalhar e viver em paz”⁷.

7. “Carta de José Porfírio a Alfredo Nasser”, *Jornal de Notícias*, 15 de março de 1957. In: ESTEVES (2007: 102).

Àquela época, a tensão em Goiás alimentava o discurso em oposição à construção de Brasília naquela “terra selvagem”. A resistência camponesa estendia-se por meses enquanto os posseiros ganhavam seu espaço na terra e no ambiente político: os representantes do poder público retiraram-se da área e o vácuo representativo foi ocupado pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Trombas e Formoso. Fundada por camponeses com o apoio dos militantes comunistas, a entidade obteve a filiação imediata e maciça dos camponeses de toda a região, e elegeu Zé Porfírio seu primeiro presidente. Em 1960, ele é eleito deputado estadual pela coligação PTB-PSD (o primeiro deputado estadual de origem camponesa da história do Brasil); seu companheiro Bartolomeu Gomes da Silva, também posseiro, elege-se prefeito de Formoso. Em 1962, o governador Mauro Borges concede aos posseiros 20 mil títulos de terra. Em 1963, apesar dos elogios ao governador, o deputado José Porfírio mantém sua posição em seus discursos na tribuna:



“Continuo com meu ponto de vista de que, para se iniciar uma reforma agrária, primeiro temos que amparar quem trabalha na terra, depois levar para a terra quem nela quiser trabalhar. Esse é o primeiro passo, porque enquanto estiver faltando terra, e o dono da propriedade tirando quem nela está produzindo, não estamos caminhando para a reforma agrária, estamos caminhando para um problema social que os Senhores sempre se referem, o problema da agitação. Enquanto caminharmos por esse caminho, a agitação continua e continuará cada vez mais”⁸.

José Porfírio ouve discurso de um companheiro do movimento de Trombas e Formoso (GO).

Projeto Memorial da Revolta de Trombas e Formoso (Facomb/UFG)

Em 1964, contudo, o golpe de Estado vem calar a “agitação” por caminhos outros. “O 1º de abril de 1964 foi uma verdadeira bomba de azar, destruiu tudo”, conta Dirce Machado. Os títulos das posses de Trombas e Formoso são revogados. Porfírio e Bartolomeu têm seus mandatos cassados. O primeiro escapa de Goiânia sob troca de tiros, e se refugia no Maranhão, onde passa a atuar junto à Ação Popular, acompanhando, em seguida, a dissidência que dá origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Em sua vida clandestina, empenha-se no trabalho de alfabetização de filhos de lavradores. Neste período, seu filho Durvalino Porfírio de Souza, aos 17 anos, é preso em Goiás e torturado para revelar o paradeiro do pai. Com a tortura, o rapaz enlouquece e, depois dos últimos dias internado em um hospital psiquiátrico, desaparece sem deixar rastro aos familiares. Em 1972, José Porfírio é enfim capturado. Denunciado por um fazendeiro do Maranhão à Polícia Federal é preso para ser solto pouco depois, em 1973, e desaparecer também sem deixar pistas. Na ocasião de sua prisão, Porfírio estava acompanhado de outro de seus filhos, que lembra, a voz hesitante, das humilhações ditas pelo policial ao líder camponês, levado amarrado por uma corda. Sabe-se que no DOI-CODI em Bra-

8. Diário da Assembléia do Estado de Goiás, 2 de julho de 1963. Idem (p.147)

sília, para onde José Porfírio foi levado, os presos ouviam *Amada Amante*, a música de sucesso na época, na voz de Roberto Carlos. A canção tocada era sinal de que um companheiro estava naquele momento sendo torturado, pois era posta a ser executada pelos torturadores, com o intuito de abafar os gritos de horror de suas vítimas políticas. É o que contaram os sobreviventes, lembra a companheira Dirce Machado. Não há relatos sobre as bárbaras torturas físicas e psicológicas sofridas por José Porfírio durante a detenção. O pior dos destinos lhe fora reservado, abafado no próprio gesto de violência. Já na prisão, Porfírio devia imaginá-lo, como conta seu filho Jeová, ao lembrar da visita que fez ao pai detento. “Ele disse que não sabia se ia voltar. Que se fosse solto, procurava a família. Se não, que a gente procurasse ser um bom cidadão, do jeito que ele tinha passado pra gente”⁹.

Nêgo Carreiro: o estopim da guerra

O episódio conhecido como o estopim do confronto entre a polícia e os posseiros de Trombas e Formoso ocorreu com o camponês Nego Carreiro. Fixado em uma terra da região, pagou o arrendamento tratado com o suposto



Geraldo Marques e Nêgo Carreiro.

Projeto Memorial da Revolta de Trombas e Formoso (Facomb/UFG)

dono da terra, mas se recusou a assinar um contrato pelo qual deveria deixar o local e entregar toda a colheita de sua lavoura. Este impasse desencadeou confronto entre Nêgo Carreiro e o sargento Nelson, que acabou morto com um tiro dado pelo primeiro. O fato já é lendário e, portanto, recontado segundo diversas versões. Dirce Machado lembra em detalhes o momento do ocorrido: o sargento chegara à casa de Nêgo para matá-lo e, enquanto retirava a arma da cinta, o lavrador sacou sua

pequena garruchinha e surpreendeu seu algoz com a rapidez certa de sua pontaria. “O sargento morreu com a mão no cabo do revólver”, conta Dirce. Uma versão ligeiramente distinta aparece no artigo de Melgaço Barbosa, onde o episódio aparece como posterior ao trabalho de espionagem já encomendado pelo sargento, levando-o a atacar a área de Coqueiro do Galho, local ainda mais fraco da organização: “O sargento Nelson (...) reuniu um bando de jagunços e foi ao local dos posseiros, num momento em que nos ranchos encontravam-se somente mulheres e crianças. Os jagunços, então, abusaram das mulheres e atearam fogo em tudo: no paiol, nos currais e inda roubaram mantimentos. Depois entraram nos caminhões dirigiram-se para as roças para cobrarem o arrendo, mas foram surpreendidos pelas trincheiras e um tiroteio intenso provocou a morte do sargento Nelson. Com a morte do sargento, os jagunços caíram em pânico e fugiram desesperados”.

Referência: Barbosa, Ycarim Melgaço. 1988. “O Movimento Camponês de Trombas e Formoso”. In: *Terra Livre 6: da luta pela terra ao direito à vida*. São Paulo: Ed. Marco Zero/Assoc. dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

9. Depoimentos extraídos de BRITO (2004).

DIRCE MACHADO

De como a menina filha de arrendatários explorados nas terras de Rio Verde, Goiás, alcançaria importante papel na resistência de um dos principais movimentos de posseiros do país, é uma história de causar surpresa ao seu próprio curso - tão cheia de encantamento e horror que mal caberia em um só roteiro de ficção. Assim foi desde o despertar para a vida política, quando Dirce Machado da Silva, ainda menina, viu-se designada à tarefa de queimar os livros de seu tio comunista. Era 1948 e o Partido Comunista entrava na ilegalidade. Ela obedeceu à incumbência familiar, com exceção de um único título, que lhe agradou especialmente: chamava-se “O Cavaleiro da Esperança”, escrito por Jorge Amado.



UMA MULHSSER
COMUNISTA
NA RESISTÊNCIA
CAMPONESA

227

“Eu tinha 14 anos e me apaixonei pelo livro. Minha mãe não gostava que eu lesse porque eu ficava triste, chorava muito. Nossa luz era de lamparina, então quando meus pais dormiam, eu ia pro paiol, pegava a lamparina que tinha escondido e ia para lá ler, lia até tarde. Eu lia trecho por trecho, cheguei quase a decorar o livro. Eu achava que o personagem do livro era fictício”¹⁰

Certo dia chegou à fazenda um exemplar do jornal *Terra Livre* portando a manchete “Aniversário do Cavaleiro da Esperança”, em referência ao apelido de Luiz Carlos Prestes, que dera nome ao livro descoberto por Dirce. O cavaleiro era um personagem real, deduziu ela com espanto. Como contou à pesquisadora Ana Lúcia Nunes, sentiu então o sangue subir, o rosto embranquecer, a visão escurecer. Era como se a ficção invadissem a desavisada realidade; e, neste instante, a jovem leitora tomasse as rédeas de seu próprio destino, tornando-se futuro personagem da história nacional. É possível mudar o rumo do mundo, entendeu a menina. Aos 14 anos de idade, Dirce entrou para o Partido Comunista. Aos 15, mudou-se para Goiânia, onde militou na União da Juventude Comunista (UJC). “Tive muita formação política durante minha adolescência no Partido. Era da secretaria de finanças. Fazíamos campanhas de finanças, rifas e tínhamos vários contribuintes voluntários”. Na militância, conheceu José Ribeiro Silva, com quem se casou e se mudou de volta para o campo, sob orientação do Partido. Após o “Manifesto de Agosto de 1950”, os comunistas lançavam-se ao interior do país para, dali, seguindo o exemplo da China, alcançar as cidades e instaurar a revolução. A então recente revolta de Porecatu, no Paraná, configurava-se como caso promissor no Brasil. Similarmente, em Goiás, os povoados de Trombas e Formoso, no município de Uruaçu, organizavam-se contra a violência dos grileiros, formando um notório foco de resistência e luta pela terra. Foi ali, na Colônia Agrícola de Ceres (CANG), para onde Dirce e seu marido se mudaram, acompanhados de outros militantes comunistas, onde viveram seus melhores anos de construção da esperança. Além de ajudar nas tarefas gerais de organização do Partido, Dirce desenvolveu um trabalho especial juntos às mulheres, que acabaram por formar o chamado “Quartel General Feminino”. Eram cerca de dez

10. NUNES (2009: 21).



Reunião de lideranças do movimento camponês de Trombas e Formoso

Projeto Memorial da Revolta de Trombas e Formoso (Facomb/ UFG)

mulheres, mas muitas outras ajudavam, conta ela, fosse cuidando dos filhos das que estavam à frente do movimento, fosse levando-lhes notícias e mantimentos. “Nós pegamos em armas. Não houve enfrentamento porque os grileiros não entraram, mas se houvessem entrado, estaríamos preparadas”. As atividades do “QG” feminino iam além da preparação militar; formavam ali o ambiente e as condições necessárias à vida comunitária. Como uma grande família, a rotina dos posseiros se fazia no lastro do sentimento de companheirismo.

Em 1964, a notícia do golpe e das atrocidades cometidas contra seus opositores estimulou a fuga de Dirce e de seu marido, então primeiro secretário do PCB. O casal deixou os filhos sob os cuidados de parentes e se escondeu debaixo das pedras, em meio à mata, como lembra Dirce:

“Fiquei 15 dias sozinha, debaixo de uma pedra grande, Dirce Machado da Silva dentro da mata. Os aviões passavam em vôo rasante. Meu marido tinha ido encontrar outros membros da direção da associação. Fui picada por uma lacraia da pedra e minha perna infeccionou, provocando uma dor horrível. Foi um sofrimento. Meus peitos cheios de leite, longe de minha nenezinha, eu não sabendo o que ia nos acontecer. Sentia muita dor na perna, nos peitos... Tinha febre alta, sem remédios, dentro da mata. Chovia muito. E eu só ouvia e sentia a presença de bichos”¹¹.

Em busca de tratamento, guiada por um amigo, Dirce viajou montada a cavalo durante dois dias e duas noites. Atravessaram rio, seguiram um trecho a pé e enfim chegaram a Brasília, onde ela foi atendida e tratou os ferimentos. Quatro meses depois, voltaria a encontrar o marido nas montanhas, onde viveram clandestinamente, até decidirem voltar ao acampamento de Formoso, em 1965. Uma noite, surpreendidos por um pelotão comandado pelo Dops, foram presos. “Espancaram um tio meu, que era deficiente e nem conseguia falar direito. Espancaram o José Severino, quase o arrebentaram de tanto bater”. Os prisioneiros tiveram que seguir algemados e a pé, noite adentro, por 12 km até onde encontraram três viaturas policiais. O casal e o irmão de Dirce, César Machado da Silveira, passaram a ouvir toda espécie de ameaças. Os policiais dirigiram mais um pouco e, depois de beber algumas garrafas de cachaça, pararam em meio ao cerrado fechado.

“Aí foi o terror. Começaram a espancar meu marido e o meu irmão. E eu virava o rosto para não ver. Os soldados me deram um safanão e puxaram meus cabelos, para que eu assistisse à horrível cena. (...) Diziam que eu era uma “puta safada”, que eu preferia ver meu marido e meu irmão morrerem picadinhos e não contar onde estavam meus cúmplices. Meu irmão roxo de pancada, riscado de faca e queimado de cigarros; meu marido com o nariz quebrado, o rosto deformado de pancadas, ambos ensangüentados”.

11. Depoimentos aqui foram extraídos de SILVA (2008).

Além do sofrimento físico, a dor causada pela tortura psicológica não tem pé nem tem cabeça. É apenas monstruosa. “Tem hora que a gente perde o raciocínio, né?”, explica Dirce, ao lembrar que, depois de ouvir dos soldados que seu marido havia sido morto enforcado e vê-lo pendurado a uma árvore pelos pés, a cara ensangüentada, pensou “enforcado pelos pés?!” e soltou uma gargalhada. Com isto, recebeu mais pancada. “O plano deles era me fazer ficar de joelhos, chorando, implorando, isso eles não conseguiram nunca”.

Quando foram liberados da prisão, voltaram para Formoso. “Chegamos arrasados, doentes, fracos e aterrorizados”. Seu rancho havia sido saqueado pela polícia, não tinham mais roça nem o de comer. Plantaram e recomeçaram a vida. Em 1972, sob severa vigia policial, buscavam seguir adiante, até seu marido ser preso novamente, junto a outros companheiros; ela, interrogada e ameaçada várias vezes. Sem saber o destino dos prisioneiros. Trinta dias depois, o marido retornou - doente, magro, pálido de tanto sofrer na prisão.



Time de futebol formado pelos filhos dos lavradores de Trombas e Formoso.

Projeto Memorial da Revolta de Trombas e Formoso (Facomb/UFG)

“Ele nunca mais teve saúde. Era uma guerra de nervos permanente. Meus filhos e eu estávamos arrasados, ninguém tinha mais sossego. Meus filhos tiveram prejuízos nos estudos e na saúde. Economicamente, o prejuízo foi incalculável. Com as torturas, meu marido, meu irmão e eu ficamos arrebatados. Mas sabemos que o nosso sofrimento não foi em vão. Nos resta a certeza de que, quando tudo terminar, a nossa contribuição continuará presente em cada conquista da sociedade futura. Nunca deve ser esquecido o mal que a ditadura fez ao povo¹²”.

“A traição era um brincadeira que a gente tirava com os companheiros chegantes ou em dificuldades, que por qualquer motivo não dava conta de tirar a produção para a família. A traição era uma forma alegre e solidária da união dos posseiros. Chegavam umas 200 pessoas entre homens, mulheres e crianças. O traidor era aquele que convidava todo mundo para pregar uma peça no vizinho. O traidor organizava tudo com auxílio dos convidados, alimentação, prato, faca, garfo, enxada, punha tudo no carro de boi e ia até a casa do traído. Ai, então a gente chegava, escondia o carro de boi com tudo, e começava a dizer que sem comida a gente não ia trabalhar não. Os homens se achegava e pedia café e brincava que visita tinha que ser tratada. Então o dono da casa, o traído ficava naquela situação, não tinha nem para ele, como é que ia dar de comer a 200 pessoas? Nós, buscava o carro de boi e fazia o café da manhã. Metade das mulheres ia cardar e fiar a lã, outra metade fazia a comida e olhava as crianças. Os homens dividia

Vida de posseiro: o ritual da “traição”

12. Em 1980, Dirce foi vereadora por dois mandatos em Formoso, pelo PMDB. Vive atualmente em Goiânia.

em turmas, uns ia plantar, outros colher, outros consertar e fazer cercas, outros iam capiná pasto. A gente fazia traição no sábado e no domingo. À tardinha todo mundo banhava no rio, acendia a fogueira com muitas violas, a gente fazia o baile. Depois cada qual ia pra sua casa cantando”.

Referência: Fernandes, M.E.C. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia. Ed. UFGO, 1988.

JOSÉ RIBEIRO, JOÃO SOARES, SEBASTIÃO GABRIEL BAILÃO GERALDO TIBÚRCIO, GERALDO MARQUES

OS DESTINOS
COMUNS DE
JOSÉ, JOÃO,
BAILÃO,
GERALDO E
GERALDÃO

Quando, no início dos anos 50, o PCB passa a ver a região de Trombas e Formoso como um foco potencializador (ou mesmo “o” foco principal) da revolução brasileira, envia para lá alguns de seus militantes. Seu intuito era ajudar na organização da resistência camponesa já empenhada ali, e na ampliação da consciência política das mobilizações. Na região, existiam alguns lavradores que já haviam tido certo contato com o partido em épocas anteriores, alguns que já tinham sido expulsos de outras regiões, e também antigos combatentes da Coluna Prestes. Mas esta nova incursão comunista se diferiu das outras à medida que se formava por quadros de origem camponesa. Neste sentido, são exemplares e comuns as trajetórias de José Ribeiro, João Soares, Sebastião Gabriel Bailão, Geraldo Tibúrcio e Geraldo Marques (“Geraldão”). “Não viemos aqui como corpo estranho. Vocês fazem isso, fazem aquilo. Não, aqui nós viemos pra cá viver a vida aqui (...) passar fome junto com eles, viver a vida junto com eles, e por isso ganhamos a confiança deles”¹³, conta José. A maneira com que a experiência comunista foi agregada à tática e à sabedoria camponesas talvez tenha sido o grande trunfo deste movimento, que pelo mesmo motivo viria a ser o principal alvo militar da intervenção em Goiás, quando da eclosão do golpe.

O primeiro comunista a fazer contato com a área de conflito foi Geraldo Tibúrcio, que era de Catalão e representava a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás. Procurou ali por José Firmino, liderança de Formoso que já tentara - ao lado de José Porfírio, em Trombas - mediações com autoridades do estado, sem sucesso. Uma frase dita por um procurador do estado teria sido uma espécie de “senha” para a organização da resistência. “Não há grota na região?”, perguntara o homem. Referia-se aos possíveis locais onde, na falta de vagas nas cadeias, ficariam presos os camponeses em conflito, que pareciam chegar a somar algumas centenas. Naquele momento, o principal problema dos lavradores era a ameaça dos grileiros de tomar toda a produção das terras arrendadas. “Neste tempo, nós tínhamos alguns companheiros em Uruaçu (GO), principalmente o José Sobrinho, que era o nosso grande apoio”, lembra Walter Valadares, jovem militante do PCB que à

13. Depoimento extraído de CUNHA (1994: 154).



Lideranças da revolta de Formoso e Trombas (GO), em 1960. José Porfírio é o segundo da esquerda para direita. *Movimento*, 21/08/78 (Acervo Projeto República/UFMG)

época integrava a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e deixou o emprego em Goiânia para se unir ao movimento camponês. O então estudante levou com ele o mimeógrafo que ajudaria no esforço comunista para, a um só tempo, politizar a luta camponesa e integrar os diversos focos de resistência camponesa, como chegou a ser feito entre os povoados de Trombas e Formoso. “Os soldados e os jagunços estavam por todos os lados. Então, entrávamos pelos fundos das casas dos camponeses. (...) O trabalho de politização das massas camponesas dependia, também, de conseguir furar o cerco policial e dos jagunços que cercavam as redondezas”. Para isto, conta Walter, foi decisiva a experiência das lideranças locais associada aos quadros partidários de origem rural como José, João, Bailão, Geraldo e Geraldão. Os quatro primeiros migrados de áreas do interior de Minas Gerais para o estado de Goiás, acompanhando o movimento de “Marcha para o Oeste” estimulado pelo governo Vargas. José, por exemplo, fora guia de carro de boi em Araguari (MG) desde os oito anos de idade. Geraldão, antes de se mudar para Goiânia, trabalhara como arrendatário, meeiro e também como assalariado. Tibúrcio chegou a trabalhar no garimpo, na região de Chapada dos Veadeiros (GO), para depois voltar à sua terra natal e, só mais tarde, chegar a Goiânia, cidade onde acabaria por se tornar um importante líder camponês. Sobre a experiência formadora e transformadora em Trombas e Formoso, José Ribeiro conta:

“A facilidade que teve aqui da gente organizar o povo é porque havia o espírito de revolta do povo aqui. O povo estava ameaçado, eles sabiam se não tomasse posição não tinha outra saída (...) e principalmente nós trabalhávamos no campo da enxada, da foice, do machado, fazendo cerca, carpindo roça, colhendo arroz junto com o povo aqui, ombro a ombro”¹⁴.

14. Depoimento extraído de CUNHA (1997: 87).

Com a ajuda dos chegantes, as lideranças locais fundariam a Associação dos Lavradores do Formoso e de Trombas, que, com o sucesso do movimento, passaria a dominar a política na região, tendo entre seus filiados o prefeito do município de Formoso e a maioria na câmara dos vereadores. “Quando sentimos que já havia uma aceitação dos camponeses e, paralelamente, apoio de outras localidades, marcamos uma reunião para criar a associação dentro do Formoso, onde estavam as tropas da polícia. Os que não eram prata da casa, como eu, o Geraldão, o João Soares não participaram da reunião para evitar provocações”. Para que um movimento clandestino de militantes se transformasse em um movimento de massas como o da associação, desenvolveu-se ali um processo político radicalmente fundado na coletividade. Como conta Geraldão,

“Nós só sabia que qualquer coisa que a gente fizesse tinha que ser coletiva, democrática. Só a participação da maioria é que valia (...) A aceitação do povo quando a gente dizia que era comunista era difícil. Mas era engraçado, tudo que o partido propunha, desde organização da resistência, visando o coletivo, da associação dos trabalhadores rurais até a luta armada, a maioria dos camponeses concordava. Só não concordava com o comunismo (...). Eles tratavam a gente bem porque a gente era camponês também, e eu via que eles tinham vontade de participar da luta que nós propúnhamos. (...) O medo não era do programa do partido, era do comunismo, que eles nem sabiam o que era”.

Pesquisadores e testemunhos do movimento divergem quanto ao peso da influência do Partido Comunista na luta dos posseiros goianos. Contra a memória, pesa a história de deslegitimação do comunismo construída pelo discurso oficial, mas é certo que, antes da chegada dos militantes do PCB, o movimento de Porfírio nascera e crescera como resposta genuína e corajosa ao latifúndio em sua expansão destruidora. Um exemplo da autonomia dos pontos de vista dos camponeses em relação à direção do PCB ocorreu na ocasião do golpe. Fugido de Goiânia, o então deputado José Porfírio volta para Trombas na expectativa de ali se juntar à resistência armada, no que foi imediatamente frustrado, conforme ele mesmo conta:

“Chegando lá, chamei o Geraldão e determinei-lhe que reunisse alguns homens, para com eles discutirmos a conveniência ou não da resistência. Enquanto isso eu permaneci escondido. Mas Geraldão não cumpriu as ordens, recusando-se, inclusive, a entregar-me o armamento existente em Trombas. Geraldão acabou escondendo-se de mim”¹⁵.

O golpe de Estado fora apoiado pelo então governado goiano Mauro Borges, de modo que ali logo foi lançada a seqüência de intervenções em todos os sindicatos e associações rurais do estado, seguidas de prisões e torturas. Como seria de se esperar, Trombas e Formoso foi o primeiro e principal alvo militar. De lá, a maioria dos líderes camponeses conseguiu escapar antes da chegada do Exército. Geraldo Tibúrcio e José Porfírio viajaram de canoa para o Maranhão. Sebastião Bailão foi

15. *Cinco de Março*, 7/8 a 13/8 de 1972. In: ESTEVES (2007: 154-155)

pego já em 1964 e depois preso novamente, no início dos anos 70, quando o Ato Institucional nº 5 acirra a onda repressiva. Foi preso pelo DOI-CODI, onde sofreu torturas físicas e psicológicas; e, em seguida, foi levado para o Pelotão de Investigações Criminais do Exército (PIC), em Brasília, onde ficou por mais seis meses. Sofreu ali os mais diversos espancamentos. Foi submetido, por exemplo, ao chamado “pau-de-arara”, no qual o torturado era posto pendurado enquanto sofria choques elétricos. Passou por simulações de fuzilamento, e pancadas por todo o corpo. As atrocidades quase o levaram à morte.

Em 1972, cerca de cinquenta pessoas foram presas em apenas um dia de operação, o único a escapar foi João Soares. Todos foram levados para o PIC, em Brasília. A maioria foi solta, no entanto, Porfírio, Geraldo Marques, Geraldo Tibúrcio e José Ribeiro permaneceram detidos para, depois de muita tortura, serem liberados, com exceção de José Porfírio, que veio a desaparecer. Com a caça às lideranças, a Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso praticamente deixa de existir, bem como a experiência comunitária de Trombas e Formoso. A partir dali, a presença dominante das grandes propriedades transformaria para sempre, e cada vez mais, a paisagem daquelas terras; convertendo “o tempo dos posseiros” em heróica memória do povo antigo.

Depoimento

Nelson Pereira: tortura e humilhação

Nélson Pereira Marinho era da diretoria da Associação dos Posseiros de Trombas quando o Exército dizimou toda a organização dos lavradores da região. Sua esposa Carmina Castro Marinho relata o longo e tortuoso processo de humilhação e tortura por que passaram, Nélson e sua família, durante a Ditadura Militar:

“Em abril de 1965, fui abordada por policiais da DOPS de Goiânia, que me forçaram, por meio de torturas e da mira das armas, a dizer-lhes onde se encontrava o meu marido. Logo que ele chegou da roça, recebeu ordem de prisão (...). Lá, ele foi algemado e levado para a cadeia de Formoso, onde permaneceu três dias. Juntaram-se a ele, também como prisioneiros, o José Ribeiro da Silva, César Machado, Onézimo Montesuma, Geraldo Tibúrcio e um jornalista. Foram todos transferidos para Goiânia e posteriormente para Brasília, ficando nas celas do PIC (Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército). Lá, o meu marido sofreu muitas atrocidades, como choque elétrico, corte do couro cabeludo e, segundo ele mesmo, fizeram-no beber a própria urina, punção nas unhas da mão... Apanhou até perder o sentido e perdeu a voz, devido aos espancamentos na garganta, com arame e ferro, isso tudo estando encapuzado. (...) Situações tão constrangedoras e humilhantes, que não tinha coragem de contar para ninguém (...). Quando voltou, começou a ingerir bebida alcoólica, tornando-se um alcoólatra. Nessa época, meus filhos e eu sofremos as conseqüências das seqüelas que

ficaram por causa da revolta e da prisão. Nélon Marinho tornou-se um homem amargo e distante (...), inválido e incapaz de conduzir a própria vida. A sua segunda prisão ocorreu no ano 1972 em Trombas. Levaram-no para fora da cidade e o colocaram num acampamento improvisado, onde ficou dois dias amarrado, despido. (...) [Levado para Brasília], as torturas foram ainda mais intensas. Ao ser liberado, a sua situação muito se agravou, em vista das inúmeras sessões de choques elétricos que sofreu nos órgãos genitais, tornando-o impotente sexualmente. (...) Em função da vida que levava depois das torturas, veio contrair cirrose hepática e câncer estomacal, que o levaram à morte em 15 de setembro de 1991. (...) Sofremos muito. Certa vez, os policiais chegaram em nossa casa e apontaram as suas metralhadoras a fim de nos intimidar para contar onde o meu esposo se encontrava. Nós todos fomos expostos a humilhações, ameaças e pressões de toda natureza. Certa feita fui obrigada a defecar diante de um policial que me vigiava dia e noite”.

Referência: Marinho, Carmina Castro. 2008. “Repressão levou posseiro à morte”. In: SALLES, Antônio Pinheiro (coord). 2008. *A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital (pp. 67-70).

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

Cassimiro Luiz de Freitas. Lavrador, sindicalista e militante (VAR-PALMARES). Morreu em 19 de março de 1970, em Pontalina, três dias depois de ter sido preso. Foi encontrado em péssimo estado de saúde e marcas de tortura. [Fonte: DMV]

Antônio Viana da Costa. Possheiro. Assassinado em 02 de dezembro de 1974, em Aruanã, município de Araguaína, onde os residentes posseiros desde 1963 enfrentaram as tentativas de despejo de um grileiro chegado ali em 1973. Após o assassinato de Antônio, o juiz de Direito de Araguaína ordenou o despejo de todos os posseiros. As casas foram queimadas e os pertences recolhidos à Delegacia. [Fontes: Depoimento D. Pedro Casaldáliga, à CPI da Terra (14/07/1977); *Jornal Cinco de Março* (20 a 26/06/77); MST].

Sindovaldo. Possheiro assassinado no município de Itaguatins, em 1976. Em 1974, grileiros haviam chegado ao local e, depois de comprar algumas casas dos posseiros, colocaram fogo noutras. Em 1980, oito policiais prenderam e humilharam dois lavradores com posse na mesma área. [Fontes: *A Voz Rural*, jun/79; F.S.P.(21/08/81); MST].

João Gonçalves Moreira e Nilson Medeiros de Andrade. Lavradores assassinados por espancamento na cidade de Cachoeira de Goiás, por três policiais militares, em 28 de abril de 1978. Os lavradores haviam sido espancados por soldados que eram também acusados de terem enterrado vivos dois outros lavradores. Segundo testemunhas, o corpo de um dos lavradores foi publicamente exposto ensangüentado pelos policiais. [Fonte: *Jornal de Brasília*, 02/06/78; MST].

Elvécio Rodovalho, Edson Alves Ribeiro. Lavradores. Seqüestrados e mortos em Crixás, em agosto de 1980, por jagunços. O motivo foi a luta pela posse das terras férteis da fazenda Cachoeira. [Fonte: *Diário da Manhã* (20/06/81); MST]

João Mendes de Souza. Lavrador, dirigente do STR. Assassinado com tiro na cabeça em Colina, em 27 de dezembro de 1980 por jagunços. Trabalhava na terra em sistema de "meia". O fazendeiro negava-se a continuar o trato. João Mendes resistia e não saiu até o dia de seu assassinato. [Fontes: *Chão e Roça* – jan/fev. – 1980. MST].

João José Rodrigues (Juca Caburé). Camponês. Preso, ferido a golpes de faca, morreu de hemorragia em 10 de setembro de 1977, Dourados. Participara da organização de Trombas e Formoso (GO). Perseguido pela polícia após o golpe, foi preso e torturado em 1964. Conseguiu fugir da prisão, mas anos depois foi preso novamente, em Dourados (MS), acusado de homicídio. Em 1977, foi encontrado ferido com golpes de faca, que provocaram hemorragia seguida de morte. [Fonte: DMV].

Antônio Alves Rodovalho, Darcilene Pereira Faria, Ene Júnior (4 anos), Marco Antônio (5 anos). Lavradores e seus filhos. Assassinados em 5 de junho de 1981 na fazenda Cachoeira, município de Crixás. Os assassinatos estiveram ligados à luta por terras férteis da fazenda Cachoeira, de onde havia vários anos uma família de fazendeiros de Crixás

**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

expulsavam com violência inúmeros posseiros. [Fontes: CPT; Diário da Manhã (Goiânia, 20/06/81), MST].

Otaviano Alves Ferreira. Lavrador, posseiro. Assassinado, com 14 tiros, inúmeras facas, diversos ossos quebrados e garganta cortada, na área de 4 mil alqueires da terra devoluta em Araguaçu, em 9 de agosto de 1981. [Fontes: Jornal do Comércio – RJ – 18/09/82; CPT- Nac. folheto de 09/10/81; Folha de Goiás (Goiânia 10 e 18/09/81); MST].

Benedito Ferraz da Silva. Lavrador. Assassinado com tiro na cabeça em 11 de agosto de 1982 no município de Petrolina de Goiás. Ele ia a FETAEG levar os documentos para mover ação de indenização por perdas e danos contra o fazendeiro José Andrade Rezende. [Fontes: CPT, Diário da Manhã (Goiânia, 12/09/82); CPT; MST].

Waldir José Rodrigues. Trabalhador rural, casado pai de duas crianças. Assassinado em 26 de dezembro de 1982 na fazenda Arizona, no município de São Miguel do Araguaia, provavelmente a mando do dono da fazenda. Após a morte, a viúva recebeu Cr\$ 5 mil para deixar as terras. [Fontes: CPT, Jornal “Diário da Manhã” (Goiânia, 27/01/82); MST].

Rufino Correia Coelho. Lavrador. Assassinado a tiro em Nazaré em 25 de fevereiro de 1983, ao acudir o velho Guardiano Souza Nascimento, que estava sendo espancado pela polícia para confessar onde estavam os posseiros João Celino e João Alexandre, lideranças rurais. [Fontes: CPT; FETAG; MST].

João Soares de Lima. Lavrador. Assassinado em Araguaína em 26 de fevereiro de 1983 por resistir aos grileiros que tentavam expulsá-los de suas terras. [Fontes: CPT; MST].

Tarcísio Satil de Medeiros. Lavrador. Assassinado com três tiros à queimadura em 10 de março de 1983 na fazenda Boa Esperança, em Itaberá pelo proprietário da fazenda onde tinha contrato para trabalhar a safra. O dono da fazenda quis interromper o contrato e retirar sua família das terras. Todo processo após julgamento deu ganho de causa a favor do dono da fazenda, mas não determinou ordem despejo a família. Tarcísio continuou na fazenda por mais algum tempo plantando feijão e arroz. No dia 10, foi até a casa do fazendeiro e foi surpreendido com tiros. [Fontes: CPT–Centro-Sul; FETAEG; MST].

Lourenço Cardoso da Silva. Posseiro. Assassinado com vários tiros, próximo de sua casa, na região de Pau Seco, em Araguaçu, em 25 de abril de 1983 por jagunços desconhecidos. A morte de Lourenço foi encomendada por fazendeiros paulistas que ameaçaram as famílias ali residentes há mais de 13 anos dizendo serem proprietários de toda área. [Fontes: CPT, FETAEG, MST].

José Carlos Menezes. Peão de fazenda localizada entre Goianópolis e Leopoldo Bulhões. Assassinado por espancamento em julho de 1983 em Goianópolis após combinação de valores para venda do feijão cultivado. Posteriormente, o preço foi descombinado seguindo de discussão e assassinato. [Fontes: CPT, MST].

Belmiro Antônio Filho. Parceiro agrícola na fazenda Baú, município de Niquelândia. Assassinado enquanto dormia em 20 de setembro de

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

1983 pelos filhos de seu patrão. Belmiro foi ameaçado de despejo pelo patrão, mas não se intimidou e lutava por seus direitos na Justiça. [Fontes: CPT, MST].

João José de Carvalho. Lavrador. Assassinado a tiros em setembro de 1983 na localidade de Taquari, em Porto Nacional por grileiros que tentavam expulsá-los de uma área de 25 alqueires, onde vivia e trabalhava há mais de dezoito anos. [Fontes: CPT, MST].

Cariovaldo Pereira de Araújo. Sebastião Pereira de Araújo. Lavradores. Assassinados a tiros na Fazenda Lajinha, Cristalina, em 25 de março de 1984 por fazendeiros supostos proprietários de terras griladas. Fonte: [MST].

James Carlos da Silva. Posseiro. Hugo Ferreira de Sousa. Lavrador, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Assassinados perto do povoado de Pau Seco, município de Arapoema, em 9 de agosto de 1984 por jagunços não identificados e policiais. A causa apontada foi conflito de terra entre 38 famílias de trabalhadores rurais e o grileiro de terras. [Fontes: CPT, FETAEG, CONTAG, CEDI nº274. MST].

Sebastião Rosa da Paz. Lavrador, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, agente pastoral das Comunidades Eclesiais de Base. Assassinado em Uruaçu em 28 de agosto de 1984. Nesta ocasião defendia a causa trabalhista do lavrador Isaias, contra os fazendeiros, proprietários da fazenda da Lavinha de Baixo. [Fontes: CPT, CPT Centro-Sul, MST].

Bartolomeu Coelho Carneiro. Lavrador. Assassinado, em 1 de setembro de 1984, na fazenda Novo Acordo, Porto Nacional por pistoleiros. Bartolomeu foi friamente executado a mando do proprietário que pagou aos pistoleiros a quantia de Cr\$ 4 mil e um par de botinas. [Fontes: CPT Arag. Toc., F.S.P. 09/09/84, in: Aconteceu CEDI 276, MST].

Domingos da Cruz do Espírito Santo. Lavrador, posseiro. Assassinado na Fazenda Agropig em Gurupi em 19 de setembro de 1984 por pistoleiros. Os posseiros já tinham o decreto de desapropriação da área, porém a companhia Agropig continuou invadindo e ameaçando os posseiros. [Fonte: CPT, MST].

Salvador Rodrigues Ramos. Lavrador. Assassinado com dois tiros na cabeça em sua casa na Fazenda Cinza, região de Goianorte, em Natividade, em 27 de setembro de 1984 por pistoleiros da região ligados aos grileiros de terra. [Fonte: CPT, MST].

Dorico Corintio de Sousa. Lavrador. Assassinado com quatro tiros em Bela Vista, em 25 de outubro de 1984 por pistoleiros desconhecidos a mando de grileiros de terra. [Fontes: CPT, MST].

João Alberto e Julia. Lavradores, posseiros, casados. Assassinados na fazenda Pacu, município Santa Terezinha de Goiás, em 11 de janeiro de 1985, por um grileiro, após várias ameaças de retirada de suas terras. Por várias vezes a família fora ameaçada. Fonte: [CPT – Centro Sul Goiás, MST].

Luiz Mendes Carvalho. Lavrador. Assassinado a tiros no Povoado São Pedroem 21 de outubro de 1985 por pistoleiros, após emboscada feita por grileiros. Fontes: [“Nas Terras do Araguaia-Tocantins”, out./Nov.85. MST].

**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

Nativo Natividade de Oliveira (1953-1985). Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Carmo do Rio Verde (GO), membro da CUT e militante do PT, assassinado em Goiânia (Acervo Projeto República/UFMG)

Nativo da Natividade de Oliveira. Lavrador, dirigente sindical, secretário rural da CUT. Assassinado na porta do Sindicato no município de Carmo do Rio Verde, em 23 de outubro de 1985, por pistoleiros, após vários conflitos de terra. O crime teve como causa os conflitos de terra constantes em Carmo do Rio Verde. O problema enfrentado pelos lavradores ali provinha do confronto com uma cooperativa de usinas de cana. O advogado desta fizera ameaça de morte a Nativo e seus companheiros de chapa na ocasião da eleição para diretoria sindical. Ao velório de Nativo, compareceram mais de 1.000 trabalhadores rurais e urbanos. Entre eles, o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli; o bispo de Goiás Dom Tomás Baduíno; diretores da Contag e Fetaeg; representantes de diretórios municipais do PT e dirigentes de mais de quarenta entidades de trabalhadores rurais e urbanos de todo o país. Seu processo encontra-se em fase final de análise na CEMDP. Fontes: [O Popular, dia 24/10/85, O E.S.P. dia 26/10/85, MST].

Domingos da Silva Santarém. Lavrador. Assassinado em sua casa, na fazenda Lavrinha, no município de São João da Aliança em 26 de outubro de 1985 por pistoleiros a mando de grileiro de terra. Fonte: [MST].

MATO GROSSO

ANTÔNIO TAVARES SOBRINHO

A TERRA PROMETIDA DE TONHO TOCA

“Saímos do nordeste por falta de água... Não tinha mais água nem pra fazer a comida”, conta Antônio Tavares Sobrinho - o Tonho Toca - sobre sua partida junto à família, de sua terra natal para o norte do Paraná, onde viveu dos seis anos de idade até “virar homem formado”¹⁶. Trabalhando como arrendatários nas lavouras de café, viram-se impossibilitados de sobreviver quando o período de geada prejudicou a produção. Deslocaram-se então para o sul do estado, onde novamente o pagamento do arrendo, agora competindo com a mecanização da terra, tornou inviável a sobrevivência da família. Esta se mudou, então, para o Mato Grosso, onde, mais uma vez, à precariedade das relações de trabalho sucedeu-se nova etapa de migração; desta vez em direção ao sul do estado. Eram fins dos anos 70, a propaganda sobre terras férteis e baratas na região estimulava a família de Tonho Toca a finalmente conseguir um lote para seu sustento. Já no município de Pontes e Lacerda, depois de ser despejada de umas terras sob domínio do grilo, a família de nordestinos migrantes tem notícia do processo de ocupação de posseiros na gleba de São Domingos, no Vale do Guaporé. A partir de então, a história de Tonho mistura-se à de dezenas de famílias que se viram, ali, entre a esperança da terra e o medo da morte, forjado na íntima relação entre o Estado militar e a ilegalidade dos interesses do grande capital.

Na análise do historiador João Ivo Puhl, “inquietação, preocupação e desassossego” pontuam os relatos dos personagens da gleba de São Domingos sobre a época de luta por seus direitos de posse. Com estas palavras, os lavradores definem a época em que o crime privado dos latifundiários vinculava-se rotineiramente às autoridades do Estado. Na ausência de uma política efetiva de loteamento do Incra - como ocorreu no norte de Mato Grosso, Pará, Acre e Rondônia, nos anos 70 e 80 - o sonho da terra própria transformava a possibilidade de reforma agrária em uma “reforma a bala”, conforme a memória dos posseiros. Pelo relato de Tonho Toca ao pesquisador, feito em 2001, observa-se como o fluxo migratório iniciado em meados dos anos 60 para a região do Vale do Guaporé confrontou-se com a construção da BR 174, dando vazão ao movimento de ocupação de Rondônia. A rodovia respondia a negociações entre o governo militar e empresários que passavam a se apropriar das terras, agora valorizadas pela nova estrada. Em 1969, pressionado pelos conflitos agrários na região, o governo do estado busca uma política de ordenamento da ocupação dos lotes através da Codemat (Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso). Mas a maneira como as terras públicas foram ali negociadas - envolvendo procuradores, imobiliárias e cartórios em práticas

16. As informações e os depoimentos presentes aqui foram extraídos de PUHL (2003).



Ilustração de boletim sindical da Fetagri (Acervo MSPP/CPDA-UFRJ)

fraudulentas de titulação das terras - resultou no processo de acumulação fundiária à base da grilagem de grandes áreas ou dos chamados “títulos voadores”, concedidos pelo estado apesar de documentação irregular. Sob o pretenso apoio da “lei”, as grandes fazendas eram protegidas pela violência dos jagunços associados à ação da polícia. Em sua rotina de medo, o que mais horrorizava os posseiros era a situação em que os fazendeiros conseguiam que a força pública policial, ou de ex-policiais, se encarregasse da segurança de suas propriedades. Eram policiais agindo contra as normas jurídicas ou grupos de pistoleiros portando fardas e fingindo de policiais. O pavor de ser pego pela polícia era constante, pois sua ação se dava de forma “disfarçada”, apoiando-se no elemento surpresa como estratégia. “Corremos várias vezes para escapar da polícia. (...) Entrava caminhão de polícia adoidado e se escondiam na mata (...). Quantas pessoas foram pegas na entrada e na saída da gleba!”, conta Antônio Toca. Ele lembra como sua mãe ficava “louquinha” ao saber sobre a presença da polícia na área do grilo. Temia pelos filhos, pois sabia o que aconteceria se fossem presos.

“Deus me livre quando a polícia pegava: os presos apanhavam. Teve cara que apanhou muito. Eles melavam o peão com coisa doce e deixavam deitado na grama onde ajuntava formiga em cima dele que ficava desgraçado mesmo. Amarrado e deitado no chão, os bichos mordiam e as formigas roíam. Fazer o quê? Não tinha jeito. Ficava gente amarrada dentro do curral, ali no Barretos. Vinte companheiros que pegaram aqui, dizem que ficaram presos três dias com três noites, num cubículo de dois metros quadrados”.

A despeito da abertura política que despontava naquele início dos anos 80 em âmbito nacional, no Mato Grosso a repressão aos camponeses mantinha-se nos moldes dos “anos de chumbo”. Em 1982, o governo de Julio Campos nomeia, como secretário de Segurança, um conhecido repressor dos lavradores da região. A tensão e os conflitos entre posseiros e “jagunços-policiais” tomaram o cotidiano de Pontes e Lacerda durante todo final dos anos 70 até os 80. Em 1978, o confronto, onde morreram dois policiais civis e um posseiro, além de fazer vários feridos, teria sido o estopim para a revolta dos posseiros contra o então delegado especial da polícia civil, configurando-se ali uma verdadeira guerra. Como noticiou à época o jornal *O Estado de São Paulo*,

“a pequena vila de pouco mais de 4 mil habitantes ficou praticamente

17. Cf. jornais *O Estado de São Paulo* (5 e 28/03/1978); *O Dia e Correio da Imprensa* (20 e 21/09/1980); *Diário de Cuiabá e O Dia* (29/10/1983) e *Diário de Cuiabá* (31/07/1984).

*paralisada, o comércio caiu em quase 70% e o comandante do policiamento do interior (...), para conter mais de 400 colonos revoltados, implantou uma espécie de 'toque de recolher', mantido por 42 soldados que patrulham as ruas*¹⁷.

A resistência nas terras de São Domingos manteve-se, contudo, firme. Seus lavradores estabeleceram sistemas de informação e de fuga e se mantiveram ali com a coragem de sua fé. “Nunca fomos presos de tanta fé que tínhamos”, diz Tonho Toca ao pesquisador Ivo Puhl. Este nota a força com que a idéia de esperteza e inteligência surge nestas narrativas de fé e coragem. Um trio lembrado pelos apelidos de João Bispo, Baiano do Rato (Marinho) e Chapéu Couro são mencionados por Toca como “pessoas sabidas” que exerciam a liderança no movimento daquela gleba. Apelidos sem sobrenomes; heróis sem suas estátuas. Vale aqui registrar mais alguns desses nomes lembrados pelos entrevistados de Puhl. Que seja para notarmos quantos outros apelidos perdidos no tempo permanecem enterrados sob esquecimento: Mitio Kaku, Joelzinho, Denizão, Deusdete Azambuja, Zé Mineiro, bem como os dirigentes sindicais Otávio Fernando da Cunha (Figueirópolis/Jauru), Valdevino (Quatro Marcos) e Mané do Sindicato (Pontes e Lacerda) – todos eles, heróis nacionais.



Ilustração de boletim sindical da Fetagri
(Acervo MSPP/CPDA-UFRJ)

Depoimento

Jagunços fardados 1

Em pesquisa feita a partir de relatos de posseiros que participaram da luta pela terra de São Domingos, Ivo Puhl mostra a ação policial militar, no contexto de Pontes e Lacerda em fins dos anos 70 e início dos 80, intimamente ligada ao interesse dos fazendeiros. Muitas vezes, estes pagavam combustível, alimentação e hospedagem para a tropa pública, quando a serviço da Justiça para o cumprimento de sentenças de reintegração de posse ou de manutenção de posse, executando o despejo judicial. Noutras ocasiões, os latifundiários conseguiam ações policiais sem autorização judicial ou extrapolando medidas judiciais, por meio de suborno.

No processo 431/82-INCRA/MT (fls. 25 e 67; e fl 66), o pesquisador encontra um telegrama no qual se lê: “Situação São Domingos estah sob observação PT informo 30 PM’s conduziram 22 posseiros ateh município de Jauru VG fim serem ouvido instrução inquérito instaurado pela PM PT objetiva apurar autores tiroteio ocorrido São Domingos contra presumíveis policiais PT tenente Narciso informou executor não ter sido ferido nenhum PM referido tiroteio PT esposas posseiros preocupadas com demora seus maridos VG tendo em vista ausência mesmos desde dia 16 VG domingo último PT – PFGV”. A figura dos “presumíveis policiais” referidos no documento indica uma das diversas formas de articulação entre fazendeiros e polícia (como a de atuar com for-

18. CPT (1985: 31).
19. Os depoimentos pessoais de Casaldáliga presentes aqui foram extraídos de FORCANO et al (2002) e de entrevista realizada ao programa televisivo *Papo Capital* (TV Paraná Educativa/Telesur, 2004).
20. *Jornal Movimento* (22 a 28/12/80).

ças paramilitares, por exemplo), conforme se observa no relato de um posseiro:

“Não se sabe se eram da polícia (...) vinham trajados de polícia. Falavam que eram mandados dos fazendeiros que trajavam seus pistoleiros de polícia. Disfarçados assim, chegavam e davam voz de prisão ou atiravam. Outros diziam que os fazendeiros tinham um certo controle com o comandante de Cáceres que lhes liberava uma equipe de policiamento. O Bráulio vestia a farda nos peões dele. Um peão que trabalhava com ele, falou-nos assim: estou cansado de vestir a farda de polícia com o Bráulio. Dizem que ele tinha um grau no exército, com acesso ao fardamento. Chegava e trajava os peões dele, os pistoleiros e dizia assim: caiam no mato, quem vocês pegarem podem descer o pau e dizer que são da polícia. Podem espancar mesmo. Dizem também que policiais entravam neste sistema, pois conseguiam a liberação de cima e então agiam. Por isso aconteciam problemas como a prisão dos posseiros em Jauru sem o controle das autoridades”.

Referência: Puhl, João Ivo. 2003. *O tempo do grilo: posseiros na gleba São Domingos (1979-1983)*. Cuiabá: UFMT (Dissertação de Mestrado)

DOM PEDRO CASALDÁLIGA

Milton de Freitas Cury



TERRA DE
SANGUE E
LIBERDADE ÀS
MARGENS DO
ARAGUAIA

Equatorial, na África. “Aí que senti o apelo queimante do Terceiro Mundo”, conta ele ao lembrar que escandalizava a todos ao se dizer “apaixonado por Che Guevara”. Por este caminho, chegou às terras do Mato Grosso, na Prelazia de São Félix do Araguaia, justo no ano de 1968. “Eram os estudantes indo às ruas na Europa e as guerrilhas eclodindo por toda parte na América Latina (...) Todo o fascínio e o desafio da América eu encontrei então em 1968, quando cheguei (...)”²⁰. O ambiente de contestação e criatividade descoberto ali era o que alimentaria para sempre sua missão religiosa, fundada no que ele entende como “a essência do Evangelho”: “Deus é amor e Deus é para os pobres”.

“Sete dias de caminhão pela estrada poeirenta de Barra do Garça a São Félix, uma prelazia com cerca de 150 mil km², uma região que foi a porta do grande lati-

fúndio agropecuário”, recorda Casaldáliga sobre sua chegada às terras do Araguaia. “Deu para perceber naquelas viagens a cavalo, na voadeira, que estávamos entre uma população retirante, à procura de terra e sossego”. Nascia então com clareza sua vocação para enfrentar as injustiças, conta ele. À época, logo começaram a chegar a São Félix agentes pastorais preocupados em desenvolver trabalhos nos povoados, “eram esplêndidos jovens, leigos e religiosos, brasileiros e estrangeiros, e que sofreram muito em seu trabalho: prisões, torturas, ameaças”. Em 1971, nomeado bispo prelado de São Félix, Casaldáliga declara em sua carta pastoral de sagração as paixões e convicções que o moviam naqueles tempos explosivos, publicando sua missão como a de construir “uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. Em terras brasileiras sob os domínios da ditadura militar, eram palavras também explosivas.

Com a presença das autoridades locais e os mais influentes fazendeiros da região, a cerimônia de sagração ocorreu às margens do rio Araguaia, a céu aberto. Dom Pedro escolheu usar, no lugar da mitra, um chapéu de palha; ao invés do báculo, uma enxada, e, por meio de sua carta, tornou público seu compromisso: “São Félix será a Igreja do povo, ou não existirá!”.

Em 1985, uma publicação em homenagem aos 10 anos de existência da CPT traz “uma palavra de entrada” escrita por Casaldáliga, na qual o bispo afirma que “superados o tempo e a saudade – que nem todos conseguem superar – (...), a CPT trouxe inegavelmente à igreja do Brasil uma novidade pastoral, seguindo o jeito pioneiro do Cimi (Conselho Indigenista Missionário)”²¹. Ivo Poletto arrisca-se em dizer que São Félix é um marco decisivo para toda a igreja no Brasil, trilhando um caminho de pastoral popular, “radicalmente a serviço da luta dos oprimidos”, e resume o que testemunhou na ocasião da sagração de Dom Pedro: “nada de compromisso com o latifúndio e seus defensores. (...) Não poderá ser igreja de bezerras e bois, coisa inevitável se não apoiar a resistência dos posseiros e índios contra a ganância do capital dos modernos latifúndios”²². Ocorre que era justamente ali, à beira do Araguaia, que a perversidade da terra como acumulação de renda mostrava-se em plena potência, sob patrocínio da ditadura. Ao norte do Mato Grosso, a região de Barra do Garças até a divisa do Pará, foi pioneira dos incentivos fiscais patrocinados pela Sudam, e ali se estabeleceram as grandes fazendas como a Suiá-missu, a Codeara, a Santa Terezinha, a Bordon – inimigas autodeclaradas dos índios, dos posseiros e dos peões. A oposição ao latifúndio valeu a estes, então, a mira irada da polícia e do exército.

“Alguns latifundiários reagiram mais agressivamente, com ameaças”, conta o bispo, precisando o motivo que o levaria a ser, mais tarde, um dos principais inimigos do regime militar: a equipe pastoral de São Félix começou, a partir dali, a documentar as lutas dos posseiros da região, procurando formas de assessorá-los. “Isso fez com que nossa caminhada se baseasse no social, no político. (...) Se falássemos apenas em problemas sociais e não atingíssemos os problemas econômicos, seríamos até tolerados, considerados uns caridosos missionários, inofensivos”. Os problemas da terra vinham de fazendeiros vindos do sul do país, trazendo com eles a agropecuária e a destruição dos povos amazônicos. A convivência com os índios

21. CPT (1985: 7).

22. CPT (1985: 31).



Dom Pedro Casaldáliga em visita a Fidel Castro.

Karajá e os Javaé despertou-lhe para os problemas da causa indígena, e os movimentos pastorais foram se avolumando e, como ele diz, “a luz do fogo clareou as vistas e esquentou a fé”. Em entrevista ao Jornal *Movimento*, no ano de 1980, dezesseis anos após sua chegada ao Brasil, o bispo conta sobre a luta diária contra jagunços, fazendeiros, políticos e organismos do governo, numa briga ainda muito viva àquele momento da reportagem. A perseguição a Dom Pedro inclui cerca de cinco ou seis tentativas de expulsá-lo de São Félix. Nos setores mais conservadores da igreja, bem como entre fazendeiros e empresários brasileiros, circulava uma espécie de campanha difamatória contra sua prelazia. “Nós éramos maldosamente chamados de comunistas, terroristas, diziam que estávamos envolvidos com a guerrilha no Pará. Advertiam a quem chegava: cuidado com a Prelazia, cuidado com o bispo²³. Em 1972, toda a equipe pastoral de São Félix, incluindo o bispo, é enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Acusados de “subversão”, Dom Pedro, os padres e as religiosas ficam em prisão domiciliar enquanto, na mesma ocasião, quatro padres são detidos e torturados.

“Outras vezes fui ameaçado mais diretamente, como quando – no momento talvez mais dramático da minha vida – mataram o padre João Bosco, ao meu lado, numa delegacia de polícia em Ribeirão Bonito, norte do Mato Grosso. Naquela ocasião, o povo revoltado, invadiu a cadeia, incendiando-a e depois destruiu-a (...). E segundo eu soube, de boa fonte, o general Geisel teria dito que se ficasse provado qualquer envolvimento meu junto ao povo que destruiu a cadeia ninguém poderia me salvar da expulsão”.

“A igreja de Dom Pedro é a igreja dos apóstolos e dos mártires”, diz Dom Tomás Balduino sobre Casaldáliga. À época, conta este, não havia qualquer espécie de serviço de assistência à população local; além de serem explorados economicamente, eram povos isolados dos direitos que o Estado lhes devia. Da mesma forma, a resistência à violência militar sofria a questão do isolamento. Como ser solidários e construir canais de comunicação? A idéia de fazer do compromisso pastoral efetivamente popular uma rede de solidariedade articulada lavrou, assim, o chão de onde nasceu a Comissão Pastoral da Terra, em 1975. “A CPT nasceu da região do Araguaia, (...) dos camponeses sem comunicação. Nasceu do chão, do sangue, da repressão”. De Goiás, uma caravana partiu em 1973 com a equipe que rodaria mais de dez mil quilômetros, do nordeste, ao sul, ao leste, contatando padres e bispos que iniciariam os esforços para a criação da CPT, que ocorreria em 1975. A biografia de Dom Pedro Casaldáliga, inseparável desta trajetória da ação católica, no lastro da Teologia da Libertação, marca o lema de sua atividade pastoral: nada possuir, nada carregar, nada pedir, nada calar e, sobretudo, nada matar. Como poeta e autor de várias obras, semeou a idéia da terra como fonte de vida, e não motivo de morte, definindo o latifúndio como “a palavra mais diabólica, mais iníqua, mais perversa que pode existir”.

23. Entrevista a Rodrigo Vargas. *Diário de Cuiabá*, 23/02/2003

Dom Pedro permanece até hoje em sua pequena casa. Encontram-se ali, à mostra, relíquias que são pedaços de memória: mensagens, panfletos e ilustrações ocupam cada diminuto espaço de suas paredes envoltas pelo verde da mata. Ali, Casaldáliga responde às centenas de cartas que recebe, bem como as visitas de pesquisadores, admiradores, fiéis e jornalistas. Nas horas de deleite, lê muito e ainda escreve. Com sua vocação apaixonada, desvela sua verve ao descrever a relação com a terra que se tornou a sua: “Eu nunca serei expulso daqui, mesmo que me mandem embora, porque meu coração ficará certamente com o povo humilhado e oprimido. Casei-me com esta terra Moema de Santa Cruz e ganhei dela uma filha que se chama Liberdade”.

Depoimento

Jagunços fardados 2:

“Vestidos com o uniforme do Exército, jagunços da fazenda Frenova, em Porto Alegre do Norte, cidade do norte do Mato Grosso, seqüestraram em julho a folclorista Fernanda Macruz, que se encontrava na região para fazer pesquisas (...) e também visitando sua filha, professora junto à Prelazia de São Félix do Araguaia. (...) Um grupo de seis jagunços uniformizados e um à paisana parou o veículo. Fernanda e a filha, junto com dois posseiros, foram levadas para outra caminhoneta e submetidas a um interrogatório de uma hora e meia. Além disso, revistaram seus pertences. Em Porto Alegre do Norte, a folclorista procurou a polícia; a resposta do sargento foi a de que tinha ‘ordens superiores para não mexer com os proprietários da fazenda’ por onde passavam. (...) Segundo a folclorista, posseiros são freqüentemente obrigados pelos jagunços a assinar papéis concordando em deixar suas terras, além de sofrerem as tradicionais violências”.

Referência: Nota escrita por Jô Oliveira no Jornal *Movimento* (07 a 13/09/1981, p.5).

Em dezembro de 1980, o Jornal *Movimento* identificava cerca de 20 padres missionários estrangeiros ameaçados de expulsão ou morte, a maioria deles atuante nas regiões centro-oeste e norte, como o italiano “João Caboclo”, que defendera a resistência armada de posseiros em Rondônia; o espanhol Dom Pedro Casaldáliga, do Mato Grosso, que obteve em seu favor um manifesto assinado por três mil posseiros; e o francês Aristides Camio. Em um conselho diocesano em 1980, uma pessoa que trabalhava para um grupo de fazendeiros avisou aos religiosos que “os tubarões” (jagunços, grileiros e pistoleiros ligados a este grupo) preparavam-se para matar Aristides. Cinco

Os “tubarões”
e a caça aos
padres

Recortes do suplemento especial do Jornal Movimento (22 a 28/12/1980).

Porque caçam estes padres



A cima, o bispo Pedro Casaldáliga. A esquerda, Bernardo Hoyos (foto) e João Bruchmann, de Belém. A direita, Alois Tebalisti (foto acima), entre posseiros, Vito Marzoglio e Aristides Canio.

246



Um ano após a morte de Gringo, a repressão por e humilha a ritua On. Sobre os padres Aristides Canio e Chico faz lan com Casaldáliga, tom presos, para a ameaça expulsão do país. Ambos chegaram ao Araguaia em 70, expulsos do Laos. Curio tentou impedir a amizade deles com o povo. Depois tentou, também em vão, cooptá-los.

ARAGUAIA

Polícia implanta o medo em São Geraldo

Depois de um enfrentamento com posseiros, a PF acusa dois padres como "incitadores" e os mantém presos incomunicáveis

Por isso, ele foi assassinado



O. Estevão Avpitlar, ex-bispo de Conceição do Araguaia, na missa campal do largo da matriz.



O padre Aristides Canio (esq.) está ameaçado de morte. Ao lado, o padre Nelson, da mesma região.

pistoleiros foram contratados para executar a tarefa no prazo de quinze dias. Padre Aristides recusou-se a deixar a área, conforme fora aconselhado pelos amigos. “Vou ficar onde é meu lugar” e então os lavradores se organizaram para protegê-lo. Em certos momentos, chegava a cinquenta o número de lavradores que lhe davam proteção dia e noite. O prazo de quinze dias expirou-se e os pistoleiros perderam o serviço.

A trajetória destes padres inclui muitas vezes trabalhos em outros países do Terceiro Mundo, e a vinda ao Brasil é motivada pela Teologia da Libertação. “É uma teologia diferente, porque não se aprende estudando, mas sim através da prática com o povo. A ligação entre a fé e o povo – com as injustiças – tem uma resposta, uma visão que se encontra até mesmo na Bíblia”, explica padre Emílio des Tombes, francês que estivera por 16 anos no Camboja, antes de chegar ao Brasil. Por esta perspectiva, os padres eram acusados de “subversivos” e sofriam as duras conseqüências que o adjetivo implicava. Em um retiro de padres dominicanos que trabalhavam na região do Bico do Papagaio, confluência entre o sul do Pará e o norte de Tocantins, o padre Henrique des Roziers é apresentado no jornal de acordo com a fama adquirida, à época, devido à violência sistemática a que vinha sendo submetido, depois de suas denúncias contra trabalhadores mortos e torturados por grileiros da região. Preso em Araguaína, foi interrogado pelo coronel que então ocupava o cargo de secretário de Segurança de Goiás e de oficiais do Exército e delegados da Polícia Federal. O diálogo com as autoridades foi intimidador, como conta o padre: “De repente, o coronel me injuriou histericamente, gritando, me acusando de não ser verdadeiramente padre. Eu saí e eles continuaram a gritar por muito tempo. Um dos oficiais do exército gritava; ‘É preciso quebrar a cara deles, acabar com eles!’”.

Fonte: Jornal *Movimento*, 22 a 28/12/80 e IBASE. 1985. *Violência no campo*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes Ltda.

Na delegacia de Ribeirão Bonito (MT), após discussão com os policiais, o padre João Bosco Penido Burnier, em companhia de Dom Pedro Casaldáliga, foi agredido depois alvejado com um tiro na nuca. Após a missa de sétimo dia, uma grande procissão seguiu até a delegacia, destruindo o prédio e libertando os presos, em protesto. Naquele lugar, uma igreja foi erguida para ser destruída e reerguida por cinco vezes durante a ditadura. O assassinato do padre jesuíta João Bosco, mencionado por Casaldáliga como o evento mais dramático de sua própria trajetória, foi um dentre muitos durante o período militar, especialmente a partir de 1972, em uma verdadeira caça aos padres envolvidos na ação pastoral. O caso do padre francês Francisco Jentel é, neste sentido, exemplar:

O caso do Padre Jentel



João Bosco Penido Burnier (1917-1976), um dos padres “caçados” pelo regime militar.

(Acervo Projeto República/UFMG)

248

Em Santa Terezinha, a empresa de agropecuária implantada com incentivos da Sudam tentou tomar as terras, e até mesmo a cidade, dos posseiros moradores há mais de vinte anos. Com o apoio do padre Jentel, os camponeses empenharam uma série de lutas de resistência - ora na justiça, ora no conflito armado com os jagunços que, após a resistência dos posseiros, acirraram a truculência e chegaram a destruir o ambulatório médico em construção. O desenrolar do conflito foi positivo: cada família de posseiros recebeu 100 hectares, próximo à cidade. E o governo decretou que não poderiam ser deslocados da terra antes de um ano de cultivo e sem anuência prévia do Ministério da Agricultura. Mas os efeitos na vida de padre Jentel foram outros: acusado de subversão, foi condenado a dez anos de prisão pela Auditoria Militar de Campo Grande. Conseguiu recorrer e partiu por um período na França. Ao retornar ao Brasil, em 15 dias, novamente foi preso e embarcado de volta à França, sob decreto de expulsão assinado pelo General Geisel. Pouco depois, faleceu, como conta Ivo Poletto, “vítima de seu fígado estragado (pelas malárias, injustiças, traições...) e de sua incurável saudade dos Tapirapé, dos posseiros, do Araguaia, do Brasil”.

Referência: Poletto, Ivo. 1985. “A CPT, a Igreja e os camponeses” In: Comissão Pastoral da Terra. *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT-dez anos de caminhada*. Petrópolis: Ed. Vozes.

A CPT e a repressão

A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975, com uma carta de apoio do então presidente da CNBB Dom Aloísio Lorscheider. Contudo, o compromisso assumido em seus objetivos políticos – apoiar os camponeses em suas lutas, estimulando suas organizações e a conquista de seus direitos – geraria contradições internas à própria Igreja, além de uma história de ofensivas vindas de órgãos e pessoas que apoiavam o regime. Ivo Poletto dá alguns exemplos em seu testemunho sobre os primeiros passos da comissão:

“Segundo a palavra de um amigo nosso, então funcionário do Incra, o SNI [Serviço Nacional de Informações] teria em seu arquivo a gravação de todo o encontro pastoral em que se decidiu criar a CPT. Nada impossível. Afinal, nessa ocasião, eles fotografaram quase todos os participantes; andaram com carros por perto do CTL da Arquidiocese de Goiânia, com antenas captadoras (...).

A repressão foi tão séria, que levou o arcebispo Dom Fernando Gomes a dizer, em sua homilia, na catedral de Goiânia: ‘eles tudo fazem para que tenhamos medo; mas não podem retirar-nos a liberdade de decidir se queremos ou não ter medo’. (...).

Os primeiros encontros regionais, realizados em conjunto com o Cimi, no Acre e no Amazonas, em 1976 e 1977, foram marcados pela presença direta da polícia. Para impedir, controlar e criar o terror. (...).

Em dezembro de 1976, porque denunciemos as torturas a que foi submetido o pade. Florentino Marboni, no sul do Pará, recebemos uma agressão direta do ministro Armando Falcão, da Justiça, pela TV Globo. (...) Muitos disseram: 'ou a Igreja consegue manter a 'disciplina' dentro dela – declarando quem é que faz a pastoral e quem não faz – ou outras autoridades terão de fazê-lo'".

Referência: POLETTO, Ivo. "A CPT, a Igreja e os camponeses". In: *Comissão Pastoral da Terra: Conquistar a terra, reconstruir a vida: cpt – dez anos de caminhada*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes Ltda., 1985. (p.46-47).

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

250

Manoel Roxo. Possreiro. Após ser preso devido aos conflitos por terra entre posseiros e a empresa Codeara, no município de Santa Terezinha, adoeceu e morreu em 5 de maio de 1972. [Fontes: *Jornal da Tarde*, 27/05/72; MST].

Gildo Montanhole. Trabalhador Rural. Assassinado por jagunços com tiros na cabeça em 31 de dezembro de 1975, no município de Diamantino. A esposa, que o acompanhava, levou um tiro abaixo da orelha e foi jogada em uma vala, de onde saiu com vida junto com a filha de um ano. O mandante do crime foi um fazendeiro de uma grande empresa pecuária da Amazônia. [Fontes: FETAGRI, jan./1976, nº27; MST].

Aristeu da Costa. Lavrador. Assassinado com tiro na nuca na localidade de Cascalheira, município de Barra do Garça, em 1975, na região da Prelazia de São Félix do Araguaia. Após o crime, apurou-se que o denunciador do crime era um agente dos órgãos de informação do regime militar, infiltrado na Prelazia. [Fontes: F.S.P., 07/03/76; MST].

Padre Rodolfo Lunkenbein. Missionário junto aos índios Bororo. Assassinado em uma aldeia Bororo. Há duas versões para o crime. Segundo o jornal Estado de São Paulo, os responsáveis foram posseiros que foram ao local buscando acordo amigável, visto que a Funai estava demarcando terras indígenas ali onde ficavam suas terras. O jornal Movimento informa que o assassinato, ocorrido em 15/07/1976, na Aldeia Meruri, município de Barra da Garça/General Carneiro, foi cometido por um grupo de fazendeiros que havia ido às terras indígenas para intimidar os índios, buscando expulsá-los da área. [Fontes: O E.S.P., 16, 20 e 27/07/76; Boletim do CIMI, ano 5, nº30, julho/76; *Jornal Movimento*, 26/07/1976].

Padre João Bosco Penido Burnier. Assassinado a tiros por um soldado de Ribeirão Bonito, em 12 de novembro de 1976, quando acompanhava Dom Pedro Casaldáliga à cadeia para protestar contra insultos e barbaridades cometidos contra a população local. [Fontes: *Veja*, 20/10/76; O E.S.P.; 13 e 14/11/76; CIMI, 12/10/1976; MST].

Elias Fonseca. Colono. Assassinado por asfixia, ao ser enterrado vivo depois de ferido por dois tiros, nas proximidades da BR 364, em junho de 1977. Estava em disputa pela posse de uma área no seringal Curralinho. [Fontes: O E.S.P., 28/06/1977; MST].

Horácio Alves. Possreiro. Assassinado com tiro no coração, no município de Diamantino, em agosto de 1976, por pistoleiros que trabalhavam a serviço de um grileiro da região. [Fontes: *Jornal do Brasil*, 10/09/77 e 27/09/77; MST].

Aristides Antônio Oliveira. Colono, posseiro. Assassinado no município de Pontes e Lacerda, em março de 1978. O crime foi devido a um conflito que, desde 1977, envolvia 400 posseiros. Eles buscavam demarcar suas posses nas terras devolutas de uma área chamada Sepe-tuba, e foram barrados por um fazendeiro da região. [Fontes: O E.S.P., 05/03/78; O E.S.P., 05/03/78; CPT-MT; MST].

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

Piauí. Vaqueiro e empreiteiro. Assassinado no município de Luciara, em 1978, depois de fazer reivindicações trabalhistas ao ex-patrão. [Fonte: Boletim Alvorada, nov/78; MST]

Pedro Basílio dos Santos (Pedrinho Marceneiro). Posseiro. Assassinado em 21 de abril de 1980, no município de Barra da Garça. Trinta e duas famílias de posseiros da Gleba Boqueirão, povoado de Ribeirão Bonito/Cascalheiras, viviam na área havia mais de doze anos, quando passaram a sofrer pressões e ameaças violentas de um grileiro da região. Para expulsar as famílias, o grileiro havia mandado queimar suas benfeitorias. Cerca de um mês antes do crime, houvera um tiroteio por conta disto e os trabalhadores, sem apoio das autoridades locais, tiveram que se refugiar na mata. [Fontes: CONTAG – julho/81; CPT; MST].

Nardir Caratti. Pedrinho Tibola Martins. Agricultores, colonos gaúchos. Assassinados no município de Nova Xavantina em 1981, por pistoleiros. Segundo o denunciante, a insegurança e a perseguição são tantas que uma família foi ameaçada pela polícia. Após espancar a todos, obrigaram os colonos a assinarem um cheque no valor de Cr\$ 50.000 em nome de um dos pistoleiros. [Fonte: O E.S.P. 17/03/81; MST].

Joaquim das Neves Norte. Advogado, assessor do STR, colaborador da CPT. Assassinado na Praça Filito Müller, em frente ao seu escritório no município de Navaraí, em 12 de junho de 1981. As causas do crime são ligadas as inimizades colidas após defesa dos arrendatários das fazendas. Ele também defendia os trabalhadores das serrarias locais [Fontes: Violência Rural, CPV, F.S.P. 20/06/81 in: Aconteceu CEDI, nº150. MST].

Joaquim Pereira Brito. Posseiro. Sequestrado e assassinado em 28 de julho de 1982, em Barra das Graças. O proprietário da fazenda Babilônia José Soares Ribeiro, moveu ação contra Joaquim. Era dada como certa a vitória do posseiro, quando foi seqüestrado e assassinado logo depois. [Fonte: Jornal “Diário da Manhã”, Goiânia, 29/07/82, MST].

Custódio Fidelis de Lana. Posseiro. Sequestrado, torturado e assassinado com 40 tiros na Fazenda Mirassol em Jauru, em 31 de julho de 1983 por pistoleiros e grileiros de terra. Custódio pertencia ao MST e residia naquela fazenda junto com mais de 1.100 famílias com apoio do Incra. Pistoleiros da Agropecuária Mirassol após matarem Custódio espancaram violentamente sua esposa. Fontes: [CPT-MT, O E.S.P. 01/07/83, Realidade Rural out./83, MST].

José Otacílio Cavalcanti (O “Zé dos Cachorros”). Posseiro. Desaparecido. Sequestrado em sua casa, em 23 de novembro de 1983, no município de Luciara, por pistoleiros da fazenda Frenova-Medeiros. Fontes: [CPT-MT, F.S.P. 22/12/83; F.S.P. 09/01/84, MST].

Aílton Pereira Xavier. Trabalhador rural. Assassinado com 3 tiros no município de Luciara entre 28 de novembro e 3 de dezembro de 1983 por pistoleiros da fazenda Frenova, a mando de grileiros. Fontes: [CPT-MT, F.S.P. 22.12.83, 09.01.84, MST].

**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

José Rodrigues. Trabalhador rural. Assassinado em 14 de maio de 1984 na localidade de Serra Nova, em São Félix do Araguaia pelo fazendeiro José Reni. O executor queria que José Rodrigues abandonasse suas terras (fazenda Conquista) junto com sua família. [Fontes: CPT, “Alvorada” – Prelazia de São F. Araguaia – Jul.84, MST].

Sebastião Assis de Moura. Israel Alves Moreira. Posseiros. Assassinados a tiros no município de Jauru, em 26 de outubro de 1984, após conflito envolvendo 1.100 famílias e a Agropecuária Mirassol. [Fonte: CPT-MT, Jornal Sem Terra nº40, F.S.P. 04/11/84 in: Aconteceu – CEDI nº283, MST].

Valdir Rocha. Posseiro. Assassinado a tiros na localidade de Palmito Torto, no município de Pontes e Lacerda, em 20 de março de 1985 por pistoleiros. [Fontes: CPT-MT, CONTAG/CPT/CIMI/CNBB/IBASE – nº11 de jun/jul/ago-85, MST].

Ezechielle Ramin. Padre, missionário italiano. Assassinado com 15 tiros na Fazenda Catuva, no município de Aripuanã, em 24 de julho de 1985 por jagunços. Ezechielle assumiu a causa dos trabalhadores sem terra e dos índios. Ganhou a confiança dos caciques Suruí e ao longo de sua vida defendeu muitas lideranças. Fontes: [CPT, “O Porantim” ano VIII, Boletim Caminhada nº129, MST].

José Ricardo do Nascimento. Peão. **Márcia.** Trabalhadora rural. Assassinados em Iridaía Grande em 4 de agosto de 1985 por pistoleiros. [Fontes: CPT, Jornal dos Sem Terra, nº47, pág. 9, ano IV, setembro/85, MST].

Adão Marques dos Sanros. Trabalhador rural. Assassinado a tiros pelas costas em 5 de outubro de 1985 na Gleba Cágados, município de Pontes e Lacerda por fazendeiros da região. [Fonte: CPT-MT – Depoimentos de posseiros. MST].

Manoel Pimenta. Posseiro da Gleba Cágados, município de Pontes e Lacerda, assassinado em novembro de 1985 por pistoleiros da região. [Fontes: CPT-MT depoimentos de posseiros, MST].

PARÁ

RAIMUNDO FERREIRA LIMA, O GRINGO

A família de Raimundo Ferreira Lima o viu pela última vez em abril de 1980, quando partia de sua casa, em Itaipavas, zona rural de Conceição do Araguaia, Pará. Era conhecido como “Gringo” e seguia para um encontro de oposições sindicais em São Paulo. No caminho de volta, sabe-se que pernitoou em Araguaína, hoje no estado de Tocantins. Depois desapareceu. Foi encontrado em 29 de maio de 1980, na entrada deste município. Um motorista avistou o corpo jogado à beira da estrada, ainda agonizante: apresentava dois tiros nas costas, um braço quebrado e a cabeça marcada de sangue por pancadas. O sogro, vindo à delegacia de Araguaína para reconhecimento do cadáver, desmaiou abalado diante do que viu. Mas a brutalidade não chegava a ser uma surpresa. Em reportagem sobre o crime no jornal *Movimento*, representantes da CPT denunciavam a existência de duas listas, preparadas provavelmente por uma madeireira paraense, onde se registravam os nomes das pessoas marcadas para morrer²⁴. Além de Raimundo, constavam padre Aristides, dois agentes pastorais e três posseiros. Em 1976, a polícia invadira a casa de Gringo quando este se ausentara, procurando-o com o fuzil apontado para sua esposa, Maria Oneide. “Ele sempre me dizia: olha, tu te prepara, porque qualquer hora tu recebe a notícia que eu morri. Porque na luta em que estou, pelo povo, a qualquer hora me matam por aí”, conta Oneide sobre o que ouvia do marido²⁵. O montante de dinheiro que a vítima levava na ocasião não fora sequer tocado pelo criminoso, o que decerto comprovava a motivação política do feito.

Poucos dias antes do crime, o destino de Gringo fora publicamente anunciado pelo capataz de um fazendeiro. Durante conflito com posseiros no município de Xinguara, vizinho a Conceição do Araguaia, o capataz fizera um “juramento” diante dos posseiros: iria matar Gringo. Mais tarde, ao investigar as circunstâncias do crime em Araguaína, o advogado da CPT Paulo Fontelles ouviria do delegado local que a morte do lavrador era certa, “porque ele era um agitador”. Pode-se dizer que se tratava de uma posição oficial. No caso de Gringo, a intimidação e o terror coordenados pelas ações federais desvelam-se em uma seqüência de operações articuladas. De um lado, é exemplar a impunidade do crime: o mesmo capataz que jurara Raimundo de morte aos posseiros de Xinguara estivera hospedado, na noite do crime, em um hotel a poucos metros da casa onde este pernitoara. Fugiria, entretanto, no dia seguinte, escondendo-se sem ser perseguido. A polícia abriria inquérito apenas dois dias depois, por pressão da CPT. De outro lado, a punição sem perdão combatia os posseiros envolvidos em conflitos que gerassem feridos do lado dos fazendeiros.

O DESTINO
DA MORTE NA
MEMÓRIA DOS
VIVOS

24. Jornal *Movimento* (09 a 15/06/80), rep. Luiz Maklouf de Carvalho e José Carlos Ruy.

25. Jornal *Movimento* (16 a 22/6/80), rep. Luiz Maklouf de Carvalho.

“Entre as barbaridades cometidas pela PM, os membros da CPT denunciaram que os posseiros são obrigados a beber urina de soldados, engolir cigarros acesos e a manter relações sexuais com outros posseiros, entre outras coisas”²⁶.

O Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), criado pelo governo federal para “resolver conflitos” por terras na região, seria uma experiência-piloto que findaria por legitimar arbitrariedades e violências dos latifundiários. Enquanto o Major Curió, representante do Getat, movia-se entre a omissão e um ambíguo processo de negociação com os posseiros organizados, estes mal podiam defender-se da polícia militar. Além das prisões e ameaças dos grileiros e grandes proprietários, muitas vezes apoiados pelo arsenal militar, a presença massiva das forças armadas acompanhava as eleições sindicais de Conceição do Araguaia e municípios vizinhos, dando apoio logístico às chapas interventoras e até mesmo descartando cédulas para garantir a derrota das chapas de oposição, como ocorreu em 1980, em um dos pleitos que precederam o assassinato de Gringo²⁷. Note-se que Gringo concorria, como candidato opositor, à presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia quando foi assassinado.

Mais de um ano após o assassinato de Gringo, um conflito de terras no qual um gerente de fazenda havia sido morto, e dois policiais foram feridos, levou o Getat a enviar às proximidades de Conceição do Araguaia um delegado especial para apurar o assunto. Enquanto isso, treze posseiros e dois padres – os franceses Aristides Camio e Aristides Gouriou, atuantes na região em favor dos posseiros – estavam sendo presos em regime de incomunicabilidade absoluta. Maria Oneide, viúva da vítima dos fazendeiros, ficaria presa em regime domiciliar. Sem ter recebido a indenização que lhe era devida pelo Funrural por causa da morte do esposo fora abrigada pelos padres e lá estava na ocasião em que os policiais invadiram a casa. Estes aproveitaram para acrescentar, aos gestos de violência policial, a difamação e calúnia pessoal contra Oneide, acusando-a de ser “amante” dos religiosos.

O crime contra Raimundo Ferreira Lima foi apenas um entre muitos já cometidos. Os números levantados pela ação eclesial do sul do Pará em 1984 dão a feição da política de terras àquela época na região: em apenas um ano, 130 ameaças de morte; 26 pessoas espancadas, feridas e torturadas pela polícia ou por pistoleiros; 321 famílias despejadas; 2.772 ameaças de despejo; e 133 despejos nos quais as casas foram queimadas, os pertences, benfeitorias e roças, destruídos. Conforme registrou padre Ricardo Rezende em 1983,

“A conseqüência disso é que temos nos últimos três anos e cinco meses, no mínimo, 80 mortes. Quer dizer: nós temos uma média de mais de três pessoas que morrem por mês nos conflitos de terra, envolvendo lavradores, pistoleiros, fazendeiros e peões. Este número é extremamente modesto frente à realidade, porque muitas informações não nos chegam”²⁸.

Gringo tinha 43 anos quando foi morto. Era casado e pai de onze filhos, o maior de onze anos, o menor de oito meses. Além da atividade sindical, era agente

26. Jornal Movimento (16 a 22/6/80), rep. Luiz Maklouf de Carvalho.

27. FIGUEIRA (1985: 185).

28. FIGUEIRA (1985: 184).

pastoral. Sua participação nas organizações coletivas de luta pela terra iniciara-se com o primeiro despejo de sua trajetória, quando, ainda jovem, morava com a família da esposa em Itaipavas, zona rural de Marabá, sua terra natal. Gringo estudou por conta própria e chegou a cursar aulas de prática veterinária com um médico de Marabá. Seu percurso de liderança – instigado pelas lutas, calado pela violência militar – manteve o rumo mesmo após a morte. “Se eu morrer lutando pelo povo, eu morro alegre”, dizia o lavrador à sua esposa²⁹. O cortejo de Gringo transformou-se em ato de protesto, no qual compareceram, além dos líderes locais, representantes da Contag, do Movimento contra a Carestia de São Paulo, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, e figuras políticas do Pará. E havia, é claro, os lavradores sem notoriedade ou posição quaisquer, apenas companheiros de luta. Em discurso proferido durante o enterro, um desses homens descreveu tal condição, homenageando a vítima em um relato sobre a liberdade à custa de sangue: “Eu tenho um muito sentimento de ver o Brasil numa ditadura. O prazer desse pessoal é ver todo mundo analfabeto, pra ninguém saber defender o seu direito. Mas todo analfabeto também sente o sangue derramado, todo analfabeto também é brasileiro”.

O major Marcos Antônio Luchini – conhecido como “doutor Curió”, ou “major Curió” – foi o principal articulador do Getat, criado em fevereiro de 1980. Antes disto já se tornara uma figura mítica, oficiosamente responsável pela descoberta das informações que orientariam as forças armadas no extermínio da guerrilha do Araguaia. O rosto do major era desconhecido e mesmo seu nome completo permanecera em sigilo até que as primeiras notícias da imprensa nacional romperam o cerco da censura e expuseram as barbaridades cometidas pelo exército contra aquela guerrilha, organizada por membros do Partido Comunista do Brasil vindos dos centros urbanos para desenvolver, na região do Araguaia-Tocantins, um foco revolucionário a se estender por todo o país. O *Coojornal*, de Porto Alegre, e o jornal *Movimento*, apresentavam o major como criador intelectual das estradas operacionais (OP-1; OP-2 e OP-3), agregando os lavradores que – em geral sob ameaças ou torturas – cooperassem com as investigações militares. Com reconhecido trânsito entre os lavradores, dono de notório carisma pessoal, Curió chegou a tentar aliciar a igreja local, procurando pelo bispo de Conceição do Araguaia para afirmar seus propósitos democráticos, dizendo-se malquisto pelo sistema vigente. Mas, como noticia o jornal *Movimento* em 1980, ele era então “o militar que coordena a presença da repressão na região; um especialista em transmitir para o povo a ideologia do regime e caracterizar o trabalho da Igreja popular como ‘subversão’”.

Em um seminário acadêmico realizado em novembro de 1983, padre Ricardo Rezende dá o seguinte depoimento sobre a presença de Curió na

Guerrilha do Araguaia 1: Major Curió e os lavradores

29. Jornal *Movimento* (16 a 22/6/1980).



O cruel assassinato de "Gringo"

Dois Grcs na emboscada matam o líder camponês Maimunda Ferreira Lima, o "Gringo"

Luiz Stabile de Carvalho e José Carlos Wey



Um assassinato de grande repercussão ocorreu em Santana do Araguaia, no Estado de Mato Grosso do Sul, no dia 21 de maio de 1979. O líder camponês Maimunda Ferreira Lima, conhecido como "Gringo", foi morto por dois integrantes do Grupo de Resistência Camponesa (GRC).

De acordo com o relatório do GRC, o assassinato ocorreu durante uma reunião em uma fazenda. Os dois integrantes do GRC, Luiz Stabile de Carvalho e José Carlos Wey, foram os responsáveis pelo crime.

Recorte de matérias do jornal Movimento, publicadas entre junho e dezembro de 1980.

256

Matéria sobre a violência no campo, publicada em edição comemorativa dos trinta anos da Contag. (MSPP/CPDA-UFRJ)

Manuscrito do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia (PA), em 1979, orientando os lavradores posseiros a protegerem da ação dos grileiros. (MSPP/CPDA-UFRJ)

Movimento ganha as ruas

O 3º Congresso do Comitê Estadual de 21 a 25 de maio de 1979, em Brasília, reuniu 1.200 delegados. Esse congresso destacou-se pela nova denominação que lhe foi dada: Movimento de Luta e de Produção para a Situação de Trabalho do MST, substituindo as antigas siglas de MST, MSTC e MSTB.



Transcrição sobre: debate em movimento popular. O Congresso do Comitê Estadual de 21 a 25 de maio de 1979, em Brasília, reuniu 1.200 delegados. Esse congresso destacou-se pela nova denominação que lhe foi dada: Movimento de Luta e de Produção para a Situação de Trabalho do MST.

Militarização chega ao campo

O início de década de 80 foi marcado pela militarização do campo. O Exército Brasileiro para a Amazônia Funilaria-MAF, com o apoio do Exército de Defesa Araguaia, e a criação do Grupo Executivo de Defesa Araguaia e do Grupo Executivo de Defesa Araguaia e do Grupo Executivo de Defesa Araguaia.



Forças militares e fazendeiros em uma operação.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia
Barra do Campo 29 de 11/79
Prezados Camponeses Se possível
Tudo comitê para que não se movam
e deixem um documento de pedido
de renda de posse com documento de terra,
renda para o grileiro e ataca ao latifundiário
origem. Não me esqueça de avisar
um bilhete dos posseiros, incluindo
renda de posse. Amigos vai o bilhete
Olho que Francisco queramos calar no
Bairro da estrada BR 798 nas áreas
degradação de fazendas, e ocupada por
Lavradores, queremos assegurar o terra para
trabalho, não para alugar, o terra para
comitê com quem de direito e me socorro
pedindo 2 coisas. As possessemos provida renda de
pedindo 2 coisas. As possessemos provida renda de
Alto ao senhor com os terra no latifúndio de BR
158 ali quanto tem os terra no latifúndio de BR
pergunte o que faz para apoiar do latifundiário

guerrilha do Araguaia: “De 1972 a 1974, houve a guerrilha do Araguaia. A partir de 1972, a presença do exército na região, e das forças armadas em geral, foi uma presença autoritária, inflexível e, eu diria, excludente. Quer dizer, excluía do projeto governamental os lavradores, que eram tratados na base da pancadaria. Houve um momento, durante a guerrilha, que o exército mudou de tática e tratou um pouco melhor os lavradores, para utilizá-los na caça aos guerrilheiros; mas, em geral, o trabalho do exército foi extremamente prepotente e violento até 1979. (...) Curió passou a atuar na OP2 e na OP3. Um grupo de lavradores, que o havia auxiliado no combate à guerrilha, foi assentado de um lado e de outro das duas estradas operacionais. O militar impôs a esses lavradores um regime extremamente austero e mesmo prepotente. Os lavradores, de um lado, tinham algumas regalias: direito à terra, assistência médica, e algumas vezes recebiam até gado e coisas parecidas. Mas não tinham nenhuma liberdade, por exemplo: não tinham liberdade para receber o padre da diocese de Marabá, nem o bispo eles podiam receber. Era um regime muito autoritário”

Referência: Trechos extraídos respectivamente do Jornal Movimento, 04 a 10/8/80 (p.12-13) e de depoimento do Padre Ricardo Rezende publicado em Vanilda Paiva (org.). Igreja e questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985. (p.181-182).

30. Os depoimentos aqui presentes foram extraídos do documentário *Expedito: em busca de outros nortes* (MARQUES e NOVAES, 2006), feito a partir do argumento de Padre Ricardo Rezende.

EXPEDITO RIBEIRO

“Foi entre as montanhas de Minas, a doce terra em que nasci./ Mas com apenas oito anos, fui obrigado a partir./ Deixei meu torrão querido,/ aonde fui nascido, aonde tão pouco vivi./ Saí mundo afora, em busca de outros nortes./ Correndo atrás de aventura, andando em busca de sorte”

Lavrador, sindicalista e poeta, Expedito nasceu no município de Frei Inocência, Minas Gerais. A família, plantadora de roça, virava-se com dificuldade nos trabalhos de colheita em lavouras de café. Mudaram-se todos para Colatina, no estado do Espírito Santo, onde a pequena terra comprada por seu pai tampouco daria para o sustento familiar. Em 1968, partiram para São Miguel do Araguaia, hoje estado de Tocantins. Dali, Expedito seguiria até o Pará, “a terra sem homens da Amazônia, a ser ocupada pelos homens sem terra”, de acordo com o mote do governo Médici. Conforme a propaganda oficial, “a vocação econômica da Amazônia” seria dar terra fértil àqueles que sofriam com “a terra castigada pela seca” no nordeste e noutras partes do país. “Disseram que estavam dando terra no Pará e ele foi”, conta Maria, a esposa de Expedito. No documentário *Expedito, em busca de outros nortes*, seu filho recorda a ocasião: um fazendeiro havia soltado o gado para destruir as roças do pai³⁰. “E meu pai, que era meio esquentado,



Reproduzido do filme de Marques e Novaes, 2006

EM BUSCA DE
SORTE E OUTROS
NORTES

reagiu... Acabou dando uma confusão ali. E aí que ele foi pro Pará e a gente ficou”. Em seguida, o lavrador mandaria buscar a mulher, os filhos e os pais, deixando para trás seus irmãos e outros parentes. Estes, apenas vinte e quatro anos mais tarde teriam notícia dos que haviam partido. Haveria de ser pela TV, ao assistir à reportagem sobre a morte do lavrador do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no Pará, de nome Expedito Ribeiro. “Era ele! Só podia ser o meu irmão!”; “e foi aí que nós ficamos sabendo de toda essa luta...”.

“Ele nasceu no dia 13 de agosto!”, conta um dos irmãos, “minha mãe ainda falou: ‘Olha que dia que meu filho foi nascer! Isso é que é sorte!’ Me lembro como hoje, dia 13 de agosto de 1947”. Outra irmã, mais nova, era pequena quando parte da família seguiu para o norte, mas repete o que lembram hoje os mais velhos. Expedito era predestinado, conta ela, seu nome era uma promessa. Conta-se que a mãe, em trabalho de parto, quase morre sem conseguir expulsar o bebê da barriga, quando uma rezadeira de nome Maria gritou o nome de Santo Expedito – o das causas impossíveis – e fez a reza. Logo então o menino deu-se à luz. “Nasceu pesando seis quilos!”. Vinte e seis anos mais tarde, o espírito predestinado de Expedito o levaria “em busca de sorte” até uma pequena cidade à beira de um rio que também tinha, por nome, Maria.

A sede municipal de Rio Maria, então recém desmembrada do município de Conceição do Araguaia, via sua população crescer repentinamente com a chegada de gente de diversos estados, gente em busca de sorte. Era 1973 e o Incra divulgava campanha prometendo terra aos lavradores que chegassem dispostos a “dissipar a assombração do inferno verde, com a disciplina do trabalho”, “a sacrificar-se em nome do progresso nacional”. Em filme-reportagem da Agência Nacional, as imagens do presidente Médici no ato de inauguração da rodovia Transamazônica anunciam-na como “elemento essencial à integração nacional”. Ampliar-se-iam as fronteiras econômicas do país, transformando, nas palavras do locutor, “a Amazônia de ontem em página de folclore”. A cena de tratores rasgando a floresta, como que engolindo suas árvores, faz-nos lembrar canhões de guerra. A promessa de terras, por fim, atraía grandes empreendimentos de madeireiras e outras grandes empresas como Volkswagen, Bradesco, Bamerindus, entre outras. “E o que acontece é que as terras estava tudo na mão dos fazendeiros, explica um atual sindicalista de Conceição do Araguaia, Felipe Macedo. “Porque na verdade as terras não foram cortadas pensando em pessoas do nosso tipo, porque foram cortados lotes de 900 alqueires, só pra fazendeiro”. Como conta Terezinha Cavalcanti, do Comitê de Rio Maria, as terras foram destinadas ao fazendeiro, “que grilava uma terra do Estado (que na verdade ele não era fazendeiro coisa nenhuma; ele chegava, cercava a terra, e dizia: ‘é minha’)”. O processo de concentração fundiária mostrava assim ser o verdadeiro efeito dos incentivos federais, mas, como no verso entoado por Expedito e adaptado para os cultos católicos de base, “a enxada é companheira (...). Ela não é diplomada e só vive pelo chão. Mas se um dia resolver abandonar a profissão, eu queria ver, seu ricoço tubarão, investir seu Cadillac e comer televisão.”

A ocupação no sul do Pará constituiu-se deste modo dilacerada entre dois regimes incompatíveis de direito à terra: o das titulações – compradas ou falsifi-

cadadas – sobrepondo-se ao direito de posse, conquistado pelos que haviam chegado ali em busca de outros nortes. “Eles [os militares] falavam em Reforma Agrária! Que Reforma Agrária coisa nenhuma! Eles queriam matar o povo de malária!”, ironiza um dos irmãos de Expedito. De fato, o que os lavradores migrantes encontraram rumo ao norte foi uma rotina de sobreposição de títulos de terra, fraudes em cartório e cercas delimitando grandes lotes sob a guarda de jagunços e policiais. A situação complicara-se quando os cerca de cem mil garimpeiros desempregados se dispersaram na região após o fim de Serra Pelada. Além disto, entre 1972 e 1974, a tensão se acirra à proporção das violentas operações do Exército, chegado ali para combater a Guerrilha do Araguaia. E em 1975 o Estado rompe oficialmente com a igreja local, após desentendimento entre Dom Estêvão Cardoso de Avelar e o general Euclides Figueiredo³¹. Ao longo deste período, as lutas populares sobrevivem buscando canais alternativos de atuação enquanto resistem às empreitadas cada vez mais duras do Estado e do capital. O número de mártires da questão agrária no sul do Pará cresce em escala geométrica. No registro de um encontro da CUT, realizado em São Paulo em meados dos anos 80, Expedito palestra com voz suave sobre o destino que parecia insistir em lhe ser predestinado, uma vez na condição de presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Rio Maria. De memória, foi nomeando:

“Tem o desaparecimento do companheiro Cecílio, que trabalhava na Vale do Rio Doce; morreu Pioxó, com 140 tiros; morreu João Canuto, morreram os irmãos Canuto; morreu Irmã Adelaide; morreu Gabriel Pimenta, em Marabá... E assim centenas de companheiros... (...) Eu não tenho a menor segurança, isso porque as autoridades do Pará são coniventes com os crimes, com as barbaridades cometidas contra o trabalhador rural. (...). Daqui, eu vou voltar para Belém, e não sei se eu posso ficar em Rio Maria. Eu quero ficar. Tenho a minha família lá e tenho a responsabilidade porque sou presidente do sindicato, mas não sei se posso ficar. Porque, realmente, sem segurança, é a mesma coisa que entregar a vida para os pistoleiros, entregar na mão deles.”

A declaração pública de Expedito convivía, entretanto, com muita reticência: Expeditos tampouco queria “entregar a terra na mão dos pistoleiros”. Sua esposa Maria lhe dizia, “vamos embora daqui antes que eles peguem você!”. Mas ele resistia, lembra ela. “Se acaso eu morrer, seja a vontade de Deus! Morre eu, mas a história fica”, dissera Expedito a um amigo que nos conta: “me lembro como



Ilustração de boletim sindical da Fetagri
(Acervo MSPPI/CPDA-UFRRI)

se fosse hoje, ele dizendo, ‘morre eu, mas história fica!’”. Assim contam também diversos companheiros de luta durante o período militar na região do Araguaia-Tocantins. Ricardo Rezende, então pároco na região, considera que, com exceção de algumas lideranças, como Raimundo ‘Gringo’, na época da ditadura a violência se dava de modo mais generalizado. Os pistoleiros eram conhecidos, viviam rondando as casas dos lavradores, fazendo-lhes vigia – vez e outra chegaram à casa de Expedito, ou no sindicato, perguntando por ele, para desespero e tensão de sua família. Alguns eram decerto mais visados, e após ameaças tomavam o cuidado de circular apenas sob a “escolta” de companheiros lavradores. Mas a perseguição sistemática às lideranças rurais no sul paraense parece ter-se desenvolvido justamente no período de abertura, analisa Rezende, quando da proposição do Plano Nacional de Reforma Agrária, no governo José Sarney. No rastro da ditadura, a feroz articulação entre fazendeiros, grileiros, jagunços e pistoleiros – os chamados “tubarões” – não contaria mais com o apoio deliberado das forças oficiais. Contudo, a prática da violência como rotina, ateadada durante os vinte anos sob comando militar, não se apagaria tão fácil. A UDR (União Democrática Ruralista) nascia composta basicamente por pecuaristas, articulando-se à representação sindical patronal, buscando métodos de ação mais espetaculares: assassinatos, espancamentos e perseguições eram feitos por milícias armadas renovando o fôlego de organizações contra a luta pelo direito à terra. Assim, uma seqüência premeditada de lideranças sindicais rurais começa a ser exterminada de modo quase ordenado. João Canuto de Oliveira, primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, foi morto em 18 de dezembro de 1985, com 18 tiros, por dois pistoleiros. Cinco anos depois, três de seus filhos – José, Paulo e Orlando – foram seqüestrados. Os dois primeiros morreram assassinados enquanto o terceiro escapou para ouvir dos assassinos que a próxima vítima seria Expedito. Em 1991, este seria por fim morto a tiros.

Depoimento

PA-150: rodovia da tortura

Os atos de violência cometidos contra a população do Pará por oficiais militares chegaram a ganhar feições surrealistas, por tamanha monstruosidade. A rodovia PA-150 era palco de notícias sobre um leque de crueldade e estupidez gratuitas. A seguir, o padre Paulo Joamil da Silva, de Marabá, relata um desses casos, ocorrido na rodovia em janeiro de 1980, por volta das 21h30:

“(...) prenderam a senhora Carmosina; colocaram-na num jeep da Eletronorte, e a levaram para o destacamento. Lá chegando, mandaram que ela tirasse a roupa. Nisso vendo que a janela estava aberta, Carmosina fugiu. (...) Após quinze dias, foi presa pela segunda vez. Jogaram-na num Toyota da Eletronorte, agredindo-a com empurrões e socos nas costas e no rosto. No destacamento, foi empurrada para uma cela onde estavam dois homens

presos, nus. Ali, o soldado obrigou que ela tirasse a roupa. Ela negou. Então o soldado deu-lhe violentos tapas. Nisso chegou outro soldado, que rasgou as roupas de Carmosina e lhe aplicou violentos chutes nas pernas e no abdômen, e em seguida mandou que ela deitasse no chão. Como ela recusou, ele aplicou-lhe mais chutes, obrigando-a a deitar no chão e abrir as pernas. Em seguida, o soldado, sempre apontando um revólver 38, tentou praticar relação sexual com ela e disse que os presos fariam o mesmo. Ele trouxe latas de água e jogou nela, dizendo que era o banho antes do serviço”.

Referência: *Jornal Movimento*, 18 a 24/02/80 (p.23).

PADRE JOSIMO MORAIS TAVARES

261

Em 10 de maio de 1986, mesmo dia em que os ruralistas se organizavam para manter sua estrutura de repressão através da criação da UDR, já em fins de ditadura, foi assassinado Josimo Moraes Tavares, “o padre negro das sandálias surradas”. Morreu em Imperatriz (MA), com um tiro nas costas, subindo as escadas da sede local da CPT. O enterro contou com a presença de três mil lavradores, 58 padres, dezenas de freiras e agentes de pastoral, bem como do então Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro. A missa de sétimo dia reuniu cerca de 10 mil pessoas de todo o país em São Sebastião do Tocantins (no hoje estado de Tocantins), onde o padre então vivia.

A TERRA DE
GUERRILHA
DO BICO DO
PAPAGAIO

Diferente de grande parte dos missionários religiosos envolvidos com a pastoral popular, Josimo carregava em sua própria origem o traçado da luta pelo direito à terra. Filho de camponeses, nasceu em Marabá. Conta-se que sua mãe, lavadeira, sentiu as dores do parto no domingo de páscoa de 1953, à beira do rio Araguaia, e ali mesmo deu à luz ao menino que se tornaria padre. Ainda criança, Josimo mudou-se com a família para a cidade de Xambioá (hoje no estado de Tocantins). Aos 11 anos, foi estudar em um seminário em Tocantinópolis (TO); de lá, rumou para Brasília, depois Aparecida do Norte (SP), em seguida, Petrópolis (RJ), onde cursou o seminário franciscano tendo entre seus professores o teólogo Leonardo Bof. Encerrados os estudos em Petrópolis, voltou a Xambioá para se dedicar à causa dos trabalhadores rurais. Nesta localidade, foi ordenado padre, em 1979. Quatro anos depois, em 1984, passaria a trabalhar em São Sebastião do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, aonde viria a se tornar um dos coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Abrangendo o norte do Tocantins, o sul do Pará e o oeste do Maranhão, a área conhecida historicamente por intensos conflitos de disputa pela terra havia sido o cenário da guerrilha do Araguaia (1972-1975).

Sobretudo a partir de abril de 1973, depois de duas operações sem obter sucesso, as forças armadas iniciariam a chamada Operação Sucuri: agentes disfarçados de “camponeses” coletavam informações da população sobre os guerrilheiros. Por

diversos pontos do Araguaia, espalhavam-se trinta e dois agentes do CIE (Centro de Informações do Exército), que chegou a comprar uma fazenda nas proximidades. Conforme a pesquisa histórica de Wellington Sampaio da Silva (2008), ali seus agentes aprendiam a trabalhar com enxada, adquirindo calos nas mãos, enquanto buscavam absorver o sotaque local. Ao ganhar a confiança dos moradores, a inteligência militar difundia contra os guerrilheiros a reputação de “comunistas bandidos”, “subversivos” que estariam contra os interesses nacionais. A aproximação da população local em direção aos ideais trazidos pelos militantes do PC do B, nascida dos anos de convivência entre guerrilheiros e camponeses, haveria de ser, então, “paga” ao governo militar com a moeda das ameaças, fiscalizações, invasões às propriedades, expulsão das terras e exibição sádica dos corpos dos militantes mortos. Durante a caça aos guerrilheiros urbanos escondidos na mata, o Exército instituiria o terror psicológico aos moradores locais, estendendo-lhes o terror da tortura e da prisão. Depois de ganhar a simpatia de alguns lavradores, reforçada pelo carisma e presença duradoura do major Curió, os militares partiriam para a guerra aberta. Foi amplo o leque de agressões e crueldades:

“Eles simulavam tanta coisa pra intimidar a gente, fazia que estavam matando gente, com a porta fechada, batiam na porta, e faziam aquela loucura toda, a noite inteira, não deixava ninguém dormir não, era uma zoada danada... era helicóptero passando por cima, ficava meia hora em cima do prédio lá, só fazendo zoada, aquela zoadona de helicóptero... E quando parava um pouquinho eles faziam aquela zoada, e batiam na porta, faziam que tavam matando gente, gente gritando, gente chorando... Perguntava se a gente conhecia o pessoal, a mim eles só perguntavam isso. O que é que aquela pessoal queria, o que é que eles estavam fazendo. Eu contava o que eu sabia, que eu ouvia falar, né? Não tinha.... não tinha como contar muita coisa...”³².

Alguns anos depois, o povo do Araguaia carregaria o medo como herança da repressão à guerrilha. Em 1984, Josimo encontrava ali a memória do terror militar manifestada no silêncio de agricultores, donas de casa, garimpeiros, enfermeiras, comerciantes, barqueiros. A partir dali, a vida de Josimo seria marcada pelo sofrimento de seu povo; sua atuação pastoral traçaria os rumos de uma nova esperança: o direito à voz no ainda frágil processo de democratização. No dia 23 de junho de 1984, um ato público pela Reforma Agrária em Augustinópolis, do qual participaram seis mil trabalhadores, teve por desfecho o conflito com dois conhecidos pistoleiros que agrediam os presentes usando pedaços de pau e pedras. Na ocasião, Josimo vai à delegacia pedir socorro, mas como resposta do delegado obteve a ameaça de prisão. No mês seguinte, ao lado de inúmeros lavradores em São Sebastião do Tocantins, Josimo era ameaçado de morte por pistoleiros. E em novembro do mesmo ano, em companhia da agente pastoral Lurdes Lúcia Goi, acabaria preso em Itaguatins (TO), sob acusação de ser o mentor intelectual da morte de um fazendeiro. Tratava-se de um episódio decorrente do conflito por terra no município de Axixá (MA), no qual 13 lavradores haviam sido presos e torturados pela polícia militar. Em 15 de abril de 1986, padre Josimo sofre um atentado à bala, na estrada entre São Sebastião do

32. Entrevista concedida a Silva (2008).

Tocantins (TO) e Imperatriz (MA), quando um carro dirigido por conhecido pistoleiro emparelhou ao seu e disparou. Na ocasião, Josimo declarou:

“Entendo que este atentado se põe dentro do contexto social da região, em seu aspecto de luta pela posse da terra. Os lavradores do Bico do Papagaio, vindos de vários estados do Brasil, há muitos anos estão resistindo em pedacinhos de terra, estão enfrentando, sob risco de vida, a violência das grilagens, o roubo de terras. Grileiros e fazendeiros da região, considerando a possibilidade real de uma distribuição de terra em favor dos posseiros, liderada pelo governo federal, se armam com fortes calibres e tentam destruir as pessoas que eles julgam serem os cabeças de todo o movimento dos trabalhadores rurais. O que sofri é, pois, a demonstração objetiva, inquebrantável, da vontade e da decisão política dos grileiros e de parte de fazendeiros da região de impedir uma mínima realização do Plano Nacional de Reforma Agrária, do governo Sarney. Pois qualquer tentativa de aplicação do PNRA significaria também, para eles, uma perda do enorme poder político e administrativo que controlam neste norte goiano”³³.

Depoimento

Guerrilha do Araguaia 2: Palestina do Pará

“Eu sou Jovanir de Brito, eu sou descendente de pernambucano e piauiense. Comecei minha vida no sul de Goiás, porque meus velhos viajaram para o sul, eu fui criado no sul. Então, com o destino daquela época,



A maior parte dos guerrilheiros era de classe média. Menos de 10% eram de operários e cerca de 20% camponeses. Sobre os camponeses desaparecidos, pouco se sabe. Não são nomeados. Na imagem, lista elaborada pelo PCdoB.

(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)

33. *Jornal dos Sem Terra*, jun. 1986, n.54, ano V.

do desenvolvimento da Amazônia, a gente desceu aqui para a Palestina, eu cheguei aqui no dia 10 de agosto de 74, com o destino de trabalhar, conseguir uma terra, e trabalhar na região, aqui do Pará, sul do Pará (...). Esta história da gente entrar nas organizações do sindicato, quando a gente chegou praqui era uma dificuldade muito grande. Aí é onde a gente tem que mexer no assunto da Guerrilha do Araguaia, porque a gente pegou uma época que aqui era a época do “fala baixo”, ou “cochichar”. Ninguém podia falar. Se a gente falasse alto, a gente era punido, a gente era perseguido, a gente entrava naquela suspeita de subversivo. Então, aquela onda foi muito grande, era desde, começou pela onda de 72, veio vindo, em 74, quando nós chegamos aqui, a gente ainda recebeu equipes do Exército na nossa casa, na nossa barraca, que a gente tava numa barraca alheia, e ainda recebeu equipes do Exército, ainda tomaram café na nossa casa. Fizem várias prisões por aí, segundo as informações. Aí, com aquele negócio do pessoal viver assombrado, a gente começou a organizar, começamos a... como se diz a história, começamos a cochichar... fomos cochichando... foi indo... começamos a falar. Fomos muito perseguidos”.

Camponês, ex-guia na Guerrilha do Araguaia, mostra cartaz com procurados pela polícia durante o regime militar.

(Cláudia Linhares/Iconographia)

Referência: trecho extraído de SILVA, Dácia Ibiapina da. 2002. *Memórias da Guerrilha do Araguaia: relatos de moradores de Palestina do Pará*. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA (Tese de Doutorado).

Depoimento

Guerrilha do Araguaia 3: cabeça carregada

“Cícero Pereira Gomes, atualmente com 68 anos, vive em São Geraldo do Araguaia (PA), onde foi contatado pelo Exército em 1973, tendo sido então recrutado para trabalhar como ‘guia’. Recentemente, contou ao jornal *Correio Brasiliense* (28/11/2001) que assistiu à morte do guerrilheiro Adriano Fonseca Fernandes, conhecido como Chicão ou Queixada: ‘ele foi morto por Raimundinho com um tiro de espingarda no peito, a mando do tenente que comandava a operação. (...). Quando recebeu a bala, o Chicão botou a mão no rosto e deu um gemido doído que até hoje parece que escuto’. O atirador era morador da região e, depois de matar o guerrilheiro, cortou-lhe a cabeça. Cícero conta que ajudou a carregar a cabeça em um saco, pelo meio da mata, e completa: ‘pesava tanto que parecia um corpo inteiro’. Como se nota, a memória deste narrador foi impregnada por certas



sensações, que retornam por ocasião do relato. Ele disse que tem a consciência pesada, que não quer morrer sem antes contar tudo o que viu, que tem problemas de saúde – hipertensão – e que tem uma sensação estranha na barriga: ‘É como se um sapo estivesse passeando dentro de mim’.

Referência: trecho extraído de SILVA, Dácia Ibiapina da. 2002. *Memórias da Guerrilha do Araguaia: relatos de moradores de Palestina do Pará*. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA (Tese de Doutorado).

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

- Benedito Serra.** Lavrador e presidente da União dos Lavradores da Zona Bragantina. Acusado de pertencer ao PCdoB, foi preso e recolhido pelas forças armadas. Apareceu morto no Hospital Militar em 18 de maio de 1964, no município de Castanhal. [Fontes: A Província do Pará, 19.05.64, pág.06, MST].
- Francisco Sales Duarte.** Trabalhador rural. Assassinado por grileiro de terra na localidade de Araras, município de Jacundá em 7 e janeiro de 1980. [Fontes: Contag; CPV – Violência Rural in: A voz dos Trabalhadores, MST].
- Manoel Lopes Luis.** Lavrador. Assassinado a tiro em 6 de abril de 1965, na localidade de Jurujaia, município de Paragominas. Segundo moradores a morte fora encomendada. O corpo nunca foi localizado. [Fontes: A Província do Pará; A Folha do Norte, 26/05/65, MST].
- Virgílio Ferreira da Costa.** Lavrador. Assassinado, atingido por pau na cabeça e nos rins em 22 de junho de 1965, no povoado de Apinagés, após negar voz de prisão. [Fontes: A Província do Pará, 25/06/65, MST].
- José Nogueira de Farias.** Lavrador. Assassinado a “terçadadas” (golpes de “terçados”, facas de folha curta). O crime ocorreu em 24 de setembro de 1967, no Povoado de Baiana, Município de Santo Antônio do Tauá por motivos ligados a conflitos de terras. [Fonte: A Província do Pará, 12/10/68, MST].
- José Manoel.** Trabalhador rural. Assassinado em setembro de 1967, em Pique das Panelas – km 80 da “futura” rodovia Altamira-Santarém. [Fontes: Província do Pará, 19/09/67, MST].
- Reinaldo Costa.** Colono. Assassinado a tiro em 12 de dezembro de 1967, na localidade de Água Preta, Santarém, por questões de conflito de terras. [Fontes: A Província do Pará. 15/12/67, MST].
- Enoque Manoel Borges.** Lavrador. Assassinado a tiro em 16 de outubro de 1969, na localidade de Itamirim, município de São João do Araguaia. Enoque Manoel vinha lutando por anos pela pose de suas terras. [Fontes: Folha do Norte, 16/10/69, MST].
- Luiz dos Santos.** Lavrador. Desaparecido em Araguaia em 1971. No requerimento apresentado à CEMDP por um primo de Luiz, “no ano de 1971 ele foi morar na mata com um pessoal que eu não sei quem era, (...) nunca mais voltou para casa; foi na época da guerrilha”. [Fonte: DMV, pág. 267].
- Sebastião Vieira Gama.** Lavrador. Preso e torturado na localidade de Poço Azul, Serra das Andorinhas, por tropas militares que combatiam a guerrilha na região, em 1971. Oito dias depois, diante da gravidade de seus ferimentos, veio a falecer em Marabá, em janeiro de 1972 sem assistência médica. [Fonte: DMV].
- Lourival Moura Paulino.** Barqueiro, lavrador. Preso em 18 de maio de 1972 pelo Exército, sob a suspeita de colaborar com a guerrilha do Araguaia. Foi encontrado morto na delegacia de polícia de Xambioá, como se tivesse se enforcado. 21/05/1972. [Fonte: DMV]

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

Joaquim de Sousa. Desaparecido em junho de 1973, em Araguaia. Segundo depoimento do lavrador Valdemar Cruz Moura ao Ministério Público Federal, em 15/07/2001, em São Domingos do Araguaia, “no ano de 1973, ele morava no lugarejo de Pedra da Colher, município de Xambioá, juntamente com seu pai Joaquim de Souza. (...) No dia 18 de junho de 1973, seu pai saiu para trabalhar e não retornou mais. Acredita que foi morto pelo Exército, pois o nome de Joaquim constava no cartaz das vítimas da guerrilha. [Fonte: DMV].

Francisco Moura Leite. Lavrador. Baleado em frente a uma escola em Conceição do Araguaia por questões de terra. Faleceu no dia 11 de julho de 1973. [Fontes: O E.S.P. – 02/08/73, Jornal Movimento – 22/09/75; MST].

Manoel Pereira Marinho (16 anos). Camponês. Passou a caminhar com os guerrilheiros pela mata. Desaparecido em setembro de 1973, Araguaia. [Fonte: DMV].

Antonio Alfredo de Lima. Lavrador, militante da Guerrilha do Araguaia. Foi morto pelas forças armadas, no dia 14 de outubro de 1973, em sua roça, às margens do rio Fortaleza, em São João do Araguaia. [Fonte: DMV].

José Alves da Costa. Trabalhador Rural. Assassinado a tiro por pistoleiros e grileiros de terra em 10 de novembro de 1973, no município de Conceição do Araguaia. [Fontes: A Província do Pará, 13/11/73, MST].

Clóvis Ribeiro dos Santos. Camponês. Foi preso e torturado em fevereiro de 1974 pelos militares, sendo libertado em novembro do mesmo ano. Após sua soltura, entretanto, continuava com a obrigação de apresentar-se no acampamento de Bacaba (PA), de oito em oito dias. Numa dessas ocasiões, segundo relato constante nos autos, nunca mais retornou para a sua residência, nem foi localizado. Desaparecido em 1974, Araguaia. [Fonte: DMV].

José Machado da Silva. Camponês. Desaparecido em 1974, Marabá. Segundo informações de seu irmão, Luiz Machado da Siva, José teria sido obrigado a se apresentar toda semana na base do Exército em Bacaba (PA). Numa dessas ocasiões, José se encontrava em frente à base para pegar uma carona e “houve uma batida em nosso carro quando foi atingido e socorrido por um informante do exército na região, que levou de helicóptero para Marabá, não resistindo e vindo a falecer no hospital do SESP”. [Fonte: DMV].

José Ribeiro Dourado. Camponês. Foi preso em sua roça, em Pau Preto e desaparecido em 1974, Marabá. Conhecido como José Madaleno. Segundo o depoimento prestado por seu filho em Xambioá, em 11/04/1991, à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos durante a ditadura, José foi preso e obrigado a ser guia do exército. A esposa, Madalena, contou que seu marido fora assassinado porque, dias antes, tinha dado comida ao guerrilheiro Oswaldão. O jornal *A Província do Pará* publicou, em 1996, matéria com entrevista de Madalena: “ela conta que na época ia todo dia ao exército pergun-

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

tar pelo marido. ‘Eles diziam que ele se encontrava na mata e que ia voltar para casa’, conta enxugando as lágrimas”. [Fonte: DMV].

Dernevaldo Nunes dos Santos. Trabalhador Rural. Assassinado a tiro em 31 de dezembro de 1973, no município de Paragominas, km 130, na fazenda de propriedade do assassino. [Fontes: O Liberal, 01/01/74; MST].

Pedro Carretel (há registros de que seu nome completo seria Pedro Matias de Oliveira). Posseiro, se incorporou ao movimento guerrilheiro do Araguaia. Esteve preso em Bacaba, juntamente com sua esposa. Desapareceu no início de 1974. [Fonte: DMV].

José Sinval dos Santos Maia. Lavrador. Assassinado a tiro na altura do ouvido esquerdo em 6 de junho de 1974, no município de Barcarena por fazendeiros vizinhos de propriedade, com evidências de conflito de terras. [Fontes: A Província do Pará, 02/07/74; MST].

Antônio José da Silva. Lavrador. Assassinado em 10 de junho de 1974 na Vila Rondon, município de São Domingos do Capim por pistoleiros da região. [Fonte: A Província do Pará, 12/06/74; MST].

Pedro Moraes da Silva. Lavrador. Assassinado a tiro no km 31 da rodovia PA-70, município de Marabá, em 7 de julho de 1976. Estava resistindo a sair de uma terra onde morava havia mais de dez anos, quando chegou um suposto proprietário da área. [Fonte: A Província do Pará, 09/09/76; MST].

Antonio Araújo Veloso (Sitônio). Lavrador piauiense, radicado em na região do Araguaia. Preso em abril de 1972, foi submetido a brutais torturas, que resultaram em seqüelas permanentes, perseguido de morte em 31 de agosto de 1976. [Fonte: DMV].

Antonio Cardoso da Silva. Trabalhador rural, posseiro. Assassinado no município de Paragominas, em setembro de 1976, por pistoleiros da região. “Após diversas pressões e violências, tais como a derrubada de cercas, destruição de lavoura pelo gado, casas incendiadas e prisões de trinta e seis famílias por interferência (sic) da polícia local. Alguns com mais de dez anos de posse, os posseiros foram vítimas de uma ação de Reintegração de Posse, cujos autores foram os dois maiores latifundiários de Paragominas. Apesar de a Secretaria de Agricultura do Pará (...) ter negado a autenticidade do título da terra, o juiz concedeu a reintegração”. [Fontes: Contag – O Trabalhador Rural – dez/79; MST].

Antonio Soares da Rocha. Trabalhador rural. Assassinado por pistoleiros com dois tiros, na Colônia do Jamic, município de Tomé-Açu, em 20 de setembro de 1977. A causa do assassinato, segundo relatos, foi o conflito com um grande fazendeiro da região. Moradores do local contam que o mesmo pistoleiro cometeu diversos outros crimes a mando do fazendeiro. Um dos peões assassinados teve seu couro retirado pelo pistoleiro e, de acordo com testemunhas, é guardado pelo fazendeiro como recordação. [Fontes: A Província do Pará, 15/10/77; MST].

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

Leandro Santana, Antônio Vicente. Lavradores. Leandro foi assassinado em Marabá e Antônio foi assassinado na Vila Jacundá. Ambos em março de 1979. Leandro foi retirado de sua casa e espancado na delegacia de polícia local. Antônio foi morto por se negar a exibir sua carteira de identidade, com um tiro na testa pelo PM Faustino. [Fontes: O E.S.P. – 28/08/79, Jornal do Brasil – 28/09/79; MST].

Antônio de Souza. Lavrador. Assassinado em abril de 1979 na rodovia PA 150, km 95, margem do rio Mojú, município de Jacundá. Em 1978, a PM havia expulso as famílias da área. Em fevereiro de 1979, o grileiro de 1.800 ha de terra naquela área expulsou mais famílias. Dois meses depois, Antônio, um dos moradores da terra, é assassinado. [Fontes: Jornal de Goiânia; MST].

Paulo. Lavrador. Assassinado por pistoleiros a tiro em 29 de maio de 1979 na rodovia PA150 – km 95, margem do rio Mojú, município de Jacundá. O mesmo grileiro que mandara matar Antônio de Souza ganhou a reintegração de posse da juíza local e, com a ajuda de 30 soldados, retirou as famílias do local, dentre as quais a de Paulo, morto logo depois. [Fontes: CPT – N II. *Cinco de Março*; Jornal de Goiânia; MST].

João Moreira Mesquita. Posseiro. Assassinado em 15 de outubro de 1979 no município de Xinguara. Segundo relatos o assassinato foi ligado a conflito de terras com grileiros e pistoleiros da região. [Fontes: A Província do Pará – 26/10/79; MST].

Francisco das Chagas Cruz. Lavrador. Assassinado com três tiros nas costas no município de Tucuruí, em 1979, por supostos proprietários da terra. Nenhuma providência jurídica foi tomada. [Fontes: A Província do Pará, 26/04/79; MST].

Ananias. Trabalhador rural. Assassinado com tiros na cabeça no município de São João do Capim em 1979. O crime foi cometido por um policial, que encostou o cano de sua arma e a detonou. O lavrador havia sido preso por ter discutido questões de salário com o grileiro para o qual trabalhava. [Fontes: CPT – N II. “5 de março” – Goiânia, 09 a 15 de julho/79; MST].

Honorato Oliveira da Silva, João Costa Figueiredo. Trabalhadores rurais moradores da PA-150. Assassinados na localidade de Arraias, município de Jacundá em 26 de junho de 1980. O mandante do crime foi um grileiro que mais tarde se tornaria presidente do Sindicato Rural (patronal) de Marabá. [Fontes: “Grito da PA – 150”, CPT, MST].

Otávio. Lavrador. Assassinado pelas costas em 29 de junho de 1980 na localidade de Nova Ipixuna, enquanto corria tentando se livrar de perseguição policial. [Fontes: “O Grito da PA-150”, ano I nº2 – junho/80, MST].

Garcia. Trabalhador rural. Assassinado na localidade de Arraias, município de Jacundá, em 28 de julho de 1980. Foi revistado em um bar por um policial da PM, que lhe deu um tapa. Garcia tentou fugir mas foi

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

pego e espancado pelo policial. Morreria no dia seguinte, no hospital, devido aos ferimentos. [Fontes: O Liberal, 07/08/80, MST].

Osmar. Lavrador. Assassinado em Goianésia (PA), PA-150, km 162, em 10 de agosto de 1980. Fora preso e apareceu morto na cadeia, com sinais de tortura. Estava envolvido em reivindicações salariais e resistência na terra diante de pressões do grileiro Guerra. [Fontes: CPT; Pixirum; MST].

Vicente Pádua Justo, Francois, Edileuza (4 anos), Elizabeth (1 ano e 6 meses). Chacina de Goianésia. Lavradores. Assassinados em 17 de setembro de 1980 na PA-70 próximo à Vila Abel Figueiredo e na PA-263, a seis quilômetros de Goianésia. Os crimes foram cometidos por policiais que cobravam impostos sobre os lotes ocupados por lavradores. Após a chacina, a população expulsou a polícia dos povoados na PA-150, com a destruição da delegacia de Nova Jacundá (Arraias), numa onda de revolta contra a violência policial. [Fontes: CPT; Jornal O Estado do Pará, 27/09/80 in: O Grito da PA 150, ano I, nº5, setembro/80, MST].

Francisco Matias. Posseiro. Assassinado em 7 de outubro de 1980 no município de Xinguara. O crime foi o desfecho de um conflito iniciado em 1977, quando pistoleiros ameaçavam posseiros para que estes deixassem as terras ocupadas. Os posseiros haviam se organizado e dividido a área em lotes de 100 ha, impedindo ali o funcionamento de uma serraria. [Fontes: CPT/Araguaia-Tocantins; CPT – Rel. das Ativ. 1976 e 02/1981, MST].

José Manoel de Souza (José Piau). Lavrador. Assassinado em 2 de janeiro de 1981 na sua casa, localizada no km 158 da PA 150 – Gleba Marabá, Nova Jacundá/Conceição do Araguaia. Causa do assassinato, segundo relatos, foi por questões de terra. [Fontes: Jornal Resistência – fevereiro de 1981. Dossiê – CONTAG; Violência Rural CPV – A Voz dos Trabalhadores, MST].

Sebastião Souza de Oliveira (Sebastião Mearim). Trabalhador rural, líder sindical. Assassinado a tiro em sua casa, no município de Viseu, em 8 de janeiro de 1981. Sebastião fazia parte da lista de morte encomendadas por grileiros de terra da sua região. [Fonte: CONTAG – Dossiê, CPT – Conflitos. Bol. da Dioc. de Araçai – MG. Fev-mar/81. Jornal Província do Pará – 14/07/81, ano I, nº9, jan/81; Jornal Resistência, fev/81, MST].

Francisco Jacinto de Oliveira (O Sinhôzinho). Posseiro, líder sindical. Assassinado a tiro na Fazenda São Francisco, município de Conceição do Araguaia em 2 de junho de 1981. O mandante do crime foi um fazendeiro da região que brigava para grilar as terras de Francisco. [Fontes: Jornal do Brasil, 10/06/81, CONTAG – Dossiê; Violência Rural – CPV in: Paneiro, julho/81, MST].

Florisvaldo Oliveira Mendes. Lavrador, morador da PA-150. Assassinado a tiro nas costas por pistoleiros no município de Marabá, em 27 de julho de 1981, a mando de um grileiro. [Fontes: Grito da PA, nº15, julho 81, MST].

Jurandir Antônio de Araújo. Peão. Assassinado com uma carga de cartucho no peito no município de Xinguara, em julho de 1981. O crime

**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

foi desfecho de conflito entre posseiros, de um lado, e polícia e jagunços, de outro, no Castanhal Dois Irmãos. No conflito, 30 posseiros foram presos e várias famílias foram despejadas por soldados da PM. [Fontes: CPT Araguaia – Tocantins, Conceição do Araguaia, 1982. Depoimento Pe. Ricardo Resende, 01/07/83, O E.S.P. – 11/11/81; F.S.P. – 14/07/81 e 14/11/81, MST].

Fernando Francelino. Trabalhador rural. Assassinado com quatro tiros nas costas em 17 de agosto de 1981 no município de Jacundá por militares. [Fontes: Jornal do Brasil, 12/08/81. F.S.P. – 03/09/81, MST].

Lúcio Souza de Oliveira. Lavrador, líder dos posseiros. Assassinado no Igarapé Arauari, município de Moju em 9 de setembro de 1981, após o conflito Igarapé-Arauari, no qual um fazendeiro fechara os caminhos de acesso dos posseiros aos igarapés. [Fontes: STR de Moju, 08.05.84 (MST)].

Belchior Martins Costa. Posseiro. Assassinado com 140 balaços e peçoço quebrado, em 2 de março de 1982 na localidade de Rio Maria. Belchior e mais dez chefes de família haviam ocupado uma área cortada pelo Incra, um fazendeiro dizendo ser dono da área foi o mandante do crime. [Fontes: CPT – Araguaia – Tocantins. CONTAG Depoimento do Lavrador Luís Bernardido de Paula, MST].

Antônio Raimundo Silva e Manoel Raimundo de Souza. Lavradores. Sequestrados, torturados e assassinados em 27 de fevereiro de 1982, em Altamira. Os corpos foram encontrados por tratoristas, um deles com a cabeça cortada, a língua e orelha decepadas e olhos vazados. O crime ocorreu devido após reivindicações de acertos trabalhistas dos lavradores com funcionários da empresa construtora Conan, em cujas terras os corpos foram achados. [Fontes: CPT, Prelazia do Xingu – fev./82; Bol. Informativo CER – N III – CNBB – Ano X/1982 p.p. 9-10, Jornal de Brasília 4/02/84, 18/05/84, MST].

Avelino Ribeiro da Silva. Delegado sindical e lavrador. Assassinado a tiros em frente de casa em Igarapé Preto, no município de Santarém, em 24 de março de 1982 por fazendeiro da região. Avelino defendia a causa dos posseiros, por causa desta luta foi preso injustamente em 28 de fevereiro de 1982. [Fonte: MST].

Marcos (17 anos). Lavrador. Assassinado por um policial militar em 20 de julho de 1982 na localidade de Cachoeirinha, município de Conceição do Araguaia. [Fontes: Aconteceu nº193, MST].

Adão. Lavrador. Assassinado pela polícia militar, em Jacundá (PA), em 2 de novembro de 1982. [Fontes: CPT Araguaia-Tocantins, MST].

Helton Batista Nascimento. Peão. Assassinado por um fazendeiro na fazenda Rio da Prata, município Santana do Araguaia em 16 de fevereiro de 1983. Teve a pele do rosto arrancada para não ser reconhecido. [Fontes: CPT, A Tribuna do Pará, 6/9/83, MST].

Pedro Paulo Alves de Oliveira. Trabalhador rural. Assassinado em 18 de abril de 1983, em Redenção. Segundo relatos sua morte foi causada por questões trabalhistas. [Fonte: CPT, MST].

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

Wilmar Costa Marinho. Possheiro. Assassinado na localidade de Pacu, município de Xingara, em 15 de agosto de 1983, enquanto dormia, por dez pistoleiros fortemente armados. [Fontes: CPT, A Tribuna do Pará, 06/09/83, O São Paulo, 16 a 21/09/83, MST].

José Milan. Trabalhador rural. Membro da Contag. Assassinado por grileiros de terra na Colônia Bananal, no município de Paragominas em 28 de setembro de 1983. Teve suas orelhas decepadas. [Fontes: CONTAG, MST].

José do Carmo. Possheiro. Assassinado pelas costas no município de Afuá em 19 de dezembro de 1983. Na localidade do crime, várias famílias de posseiros resistiam a tentativas de expulsão por parte do grileiro Pedro Araújo de Souza. [Fontes: CPT – N II, CDDH Petrópolis, Jornal “O São Paulo” (27/01 a 22/02/84) Denúncia feita na Assembléia Legislativa – PA, MST].

José Raimundo de Souza. Colono. Assassinado com 16 tiros numa emboscada armada por pistoleiros no município de Viseu. No tiroteio, Walquires Rodrigues de Souza (16 anos), ficou gravemente ferido e Waldério Rodrigues de Souza (16 anos) foi sequestrado. De acordo com testemunhas, o crime fora motivado por conflito por posse da terra, embora tenha sido noticiado como questão pessoal. [Fontes: CPT II, Jornal “O Liberal” Belém 28.12.83. Fonte: CPT N II, MST]

Marcelino do Carmo Souza. Possheiro. Assassinado com 3 tiros por pistoleiros da região em 24 de dezembro de 1983 no município de Viseu, no mesmo conflito em que foi morto seu filho José Raimundo de Souza. [Fontes: CPT II, Jornal “O Liberal” Belém 28.12.83, CPT N II, MST].

João Honório Gomes da Silva. Possheiro. Assassinado a tiros em 27 de dezembro de 1983, por soldados da polícia militar, na localidade de Três Morros, próximo do município de Conceição do Araguaia. [Fontes: CPT Araguaia – Tocantins, O Liberal 28/01/84, MST].

Dimas Jesuíno Baião. Lavrador e pequeno comerciante. Assassinado em 24 de janeiro de 1984, na localidade de Paraúnas, município de Xingara. Dimas comprava castanhas contra o monopólio dos grandes castanheiros da área. Dias depois de seu assassinato, o coronel Castor (grande castanheiro) foi ao povoado de Paraúnas acompanhado de uma diligência da PM, intimidando e ameaçando o povo. Dimas chegou a ser identificado como ‘chefe de quadrilha’ pela imprensa, mas a CPT divulgou nota, publicada no jornal *O Liberal*, contestando e esclarecendo que os posseiros de Paraúnas não são ladrões de quadrilha, como se difama, sendo esta idéia parte da estratégia de opressão dos grandes castanheiros. [Fontes: CPT, “O Globo” 02/02/84; O Liberal (Belém, 03/02/1984); MST].

Antônio Ulides Leite. Trabalhador rural. Assassinado a tiros pela PM e pistoleiros na localidade de Paraúnas, município de Xingara em março de 1984. [Fontes: CPT N II, A Província do Pará 31/01/84 e 10/03/84, MST].

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

Francisco Machão da Silva. Lavrador. Assassinado a tiros por pistoleiros na localidade de Rio Vermelho, município de Marabá em 25 de abril de 1984. O crime foi desfecho do conflito conhecido como 'Motor Queimado', envolvendo trezentas famílias e dez alqueires. Várias ameaças de morte já haviam sido feitas por pistoleiros a Francisco, que denunciara à delegacia de polícia de Marabá, sem que quaisquer providências fossem tomadas. [Fontes: Tribuna da Luta Operária, 21 a 27/05/84, MST].

José Martins Reis. Trabalhador rural. Assassinado em 18 de junho de 1984 na localidade de Paraúnas, município de Xinguara. Ameaçado por pistoleiros do coronel Castor, José foi morto na mesma ocasião de seu companheiro Dimas Jesuíno Baião. [Fontes: CPT N II, "O Loberal" 02/02/84, MST]

Amaro de Amorim. Lavrador. Assassinado a tiros no km 15 da Transamazônica, Município de Marabá, em junho de 1984. A área estava em litígio, envolvendo cerca de oitenta famílias. [Fontes: CPT N II, MST].

Benedito Alves Pereira ("Benezinho"). Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Assassinado a tiros na porta do Sindicato em Tomé-Açu, em 04 de julho de 1984. A causa do assassinato foi o apoio do sindicato aos posseiros em conflito com o fazendeiro da Fazenda Colatina (próxima ao rio Acará). [Fontes: CPT N II, F.S.P. 7/07/84 in: Aconteceu CEDI nº272. Dossiê Benezinho, MST].

Adelino Gomes Moreira. Trabalhador rural. Assassinado a tiros no município de Xinguara, em 5 de agosto de 1984, por policiais e pistoleiros de um fazendeiro que requeria as terras da fazenda Jussara, onde o corpo de Adelino foi encontrado varado a balas. [Fontes: CPT N II, CONTAG, MST].

Joaquim Ribeiro Souza, Cícero Pereira Cavalcanti, João Batista Alves, José Leite Cavalcanti. Trabalhadores rurais. Assassinados a tiros em 12 de agosto de 1984 no município de Xinguara, no Castanhal Terra Nova. Mais de vinte pistoleiros cercaram, ao amanhecer, os ranchos dos trabalhadores que foram mortos sem poder reagir. [Fontes: CPT Arag. Toc. ; O E.S.P. 14/08/84 in: Aconteceu CEDI nº274, CONTAG-Ofício nºACO/1291/84, MST].

Leocádio. Trabalhador rural, posseiro. Assassinado a tiro por pistoleiros, em 20 de agosto de 1984, na localidade de terra Nova em São Geraldo, Município de Xinguara, em confronto envolvendo posseiros e grandes castanheiros. [Fontes: CPT N II, MST].

Domingos Neto. Trabalhador rural. Morto por pistoleiros de um fazendeiro quando tentava paralisar o trator que este enviara para derrubada da roça. Assassinado a tiro na localidade de Formiga, município de Xinguara em setembro de 1984. [Fontes: CPT, F.S.P. 09/09/84 in: Aconteceu CEDI nº276, MST].

Elisbron Pereira do Lago. Posseiro. Assassinado a tiros na Gleba 10 em Xinguara, em 7 de novembro de 1984. Participava de uma ação judicial em andamento. Na primeira instância, Elisbron e os lavradores

**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

posseiros perderam a causa devido à perda de prazos pelo advogado imposto pelo Getat. Na aplicação da liminar contra os lavradores, foram queimadas quinze casas. Segundo testemunhas, a PM e policiais do DOPS ridicularizaram a equipe de sindicalistas que foi fazer a denúncia em companhia de agentes pastorais. [Fontes: CPT Boletim nº55, CPT, MST].

Antônia (grávida de 4 meses). Moradora de Viseu, assassinada pela polícia militar em dezembro de 1984, em uma emboscada na área da CIDA-PAR. [Fontes: CPT – N II, MST].

ACRE

WILSON PINHEIRO

“Precisamente, o início da noite do dia 21 do mês de julho de 1980. Tudo era modesto na cidade de pouco mais de três mil habitantes. O rio de águas barrentas corria indolente, dividindo os espaços do Brasil, para um lado, e da Bolívia, para o outro”. Assim o pesquisador Francisco de Moura Pinheiro descreve o momento em que os quatro tiros disparados contra o sindicalista Wilson Pinheiro irromperam na silenciosa Brasiléia. A vítima: “um homem alto, pele queimada pelo sol, mãos calejadas pelo ofício de seringueiro desde os primeiros anos de vida, apreciador de cigarros fortes, incansável na sua faina”³⁴. O jeito manso, de poucas palavras, continha o poder de ação que fez história no movimento pelo direito à terra do povo acreano. “Lembro de uma vez que meu pai precisou ir a um empate enfrentar pessoas armadas e não tinha sequer um canivete no bolso. Não sei dizer se ele era corajoso ou muito inocente pra fazer isso”, conta sua filha Hiamar de Paiva Pinheiro³⁵.

Como tantos outros moradores da região, Wilson Pinheiro estava jurado de morte por latifundiários da agropecuária – chegados ali com incentivos estatais para transformar a mata em pasto, e com isto “limpar” da área também os povos da floresta. Mas “Wilsão” decerto sentia-se seguro na sede de sua resistência, o Sindicato no qual ocupava o cargo de presidente em seu segundo mandato. “Quando ele não podia voltar pra casa, o sindicato era o local de trabalho e o local de morar também”, conta Hiamar. Ali ele se encontrava quando três homens chegaram atirando contra os membros da diretoria sindical, acertando Wilson pelas costas, na nuca. Conta-se que na ocasião o seringueiro assistia a novela “Água Viva”, justamente a cena em que o personagem Miguel Fragonard caía morto em sua residência, atingido por um tiro. Neste instante, o companheiro de diretoria João Bronzeado reclamara aos que assistiam à TV: “isso não dá futuro para trabalhador!”. Wilson levantou-se displicente e mal teve tempo de responder ao amigo; tombou morto ali mesmo, com a ofensiva repentina³⁶. “No dicionário de meu pai não existia a palavra covardia. O pistoleiro que assassinou meu pai, sim, era covarde porque atirou pelas costas”, conta Hiamar.

O assassinato de Wilson Pinheiro gerou imediata onda de protestos. Já no dia seguinte, companheiros viajaram até Rio Branco para comunicar o crime ao delegado regional da Contag, João Maia Filho. Em nota, a entidade denunciou a contínua situação de violência patronal e repressão oficial por que passavam os dirigentes sindicais no meio rural, lembrando que, em pleno momento de “abertura política”, um secretário municipal de Xapuri já declarara a solução para a tensão naquela região: “matar o presidente do sindicato, os padres e o delegado da Contag”. Acatara-se a recomendação, portanto. Condenações públicas vieram do então presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como da bancada federal do PMDB. E o enterro foi



Adalberto Dantas/Agência F-4 (Jornal Movimento, 1980)

BRASILÉIA
FERVILHANDO
DE GENTE DA
FLORESTA

34. PINHEIRO (2009).

35. Cf. www.ocombatente.com.br36. Depoimento de Elson Martins, “Memória de um movimento” (www.bibliotecaflorista.ac.gov.br).

adiado em um dia, para que desse tempo de chegar a Brasiléia os representantes e dirigentes sindicais de inúmeras localidades. Tornou-se um verdadeiro acontecimento: o sepultamento contou com a presença de mais de 1.500 pessoas. Os protestos que se seguiram reuniram figuras como João Maia, então delegado regional da Contag, José Francisco da Silva, então presidente da Contag, Lula, Jacó Bittar e dirigentes locais do PT e do PMDB, representantes dos trabalhadores urbanos, da igreja e de outras entidades civis. O assassinato de Wilson Pinheiro, entretanto, permaneceria impune, conforme noticiava, poucos meses depois, o jornal *Movimento*:

“Dois dias depois [do assassinato] circularam em Brasiléia notícias de que um grupo de camponeses, revoltados, matara um fazendeiro, e a polícia local – que até agora não conseguiu nenhuma pista sobre o assassinato de Wilson – ameaçou intimidar para depor os dirigentes locais do PT, os representantes da CONTAG e outros líderes, sob pretexto de que eles haviam ‘incitado’ à morte do fazendeiro, com suas palavras de protesto”³⁷.

Sob tal pretexto, Lula, José Francisco, Jacó Bittar João Maia e Chico Mendes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. No lastro da perseguição governamental, uma história de violência. “Mataram o nosso presidente, mas não vão matar a nossa união”, diziam as faixas que acompanharam o cortejo fúnebre. O protesto reforçara assim a memória do movimento coletivo representado por aquele que foi “o primeiro líder dos povos da floresta”, nas palavras de Elson Martins, em seu relato sobre o momento em que conheceu Wilson.

Era dezembro de 1975, quando da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, o primeiro do Acre. “E Wilsão estava lá, destacando-se com seus quase dois metros de altura, magreza e olhar triste”. Naquele momento, por incentivos estatais, fazendeiros vindos do centro sul haviam comprado cerca de um terço das terras acreanas, transformando a vida dos que ali já estavam em uma rotina de pânico. No episódio de criação do sindicato, lembra Martins, foram ouvidas diversas versões do medo. As mulheres dos seringueiros e pequenos agricultores localizados na BR-317 – ligando Rio Branco a Assis Brasil – narravam:

“Sujeitos estranhos com revólver na cintura, bota de cano longo e chapelão na cabeça apareciam nas colocações em horas que os maridos se encontravam na mata cortando seringa. Parecia assombração: perguntavam pelo dono da casa num tom que deixava mulher e filhos aterrorizados. O medo se espalhava. Um gerente de fazenda, chamado Horácio, estabeleceu prazos no seringal Carmem para o pessoal sair. Quem tivesse benfeitoria poderia receber pequena indenização; quem não tivesse, nem isso. Com um detalhe: barraco, defumador e pequenos roçados não contavam. Os primeiros ‘acordos’ foram feitos na sede dos proprietários com jagunços apontando armas para os seringueiros. Alguns aceitaram pequenos lotes, que abandonaram em seguida. A cena se repetia no estado todo, do vale do Acre ao Vale do Juruá. Ouvia-se o ronco da moto-serra e o estalar do fogo nas matas. Era o fim do mundo”³⁸.

37. Jornal *Movimento* (07 a 13/09/1981).

38. Depoimento de Elson Martins, “Memória de um movimento” (www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br).

O governador Francisco Wanderley Dantas (1971/1975), seguindo a linha do governo federal, colocara o estado em leilão: os seringais eram vendidos com as casas dos seringueiros dentro; do outro lado, fazendeiros e grileiros recebiam o reforço policial e jurídico para derrubar seringueiras, castanheiras, e moradias. O “Acre tradicional”, representado pelos que viviam do extrativismo florestal, deveria desaparecer em nome do “desenvolvimento da Nação”. Neste sentido, a trajetória política de Wilson Pinheiro expande os limites da categoria política do “camponês”, incluindo nela a idéia de “povos extrativistas” que, mais tarde, fundamentaria a criação das reservas extrativistas e boa parte dos movimentos sociais amazônicos. Os direitos pela terra assumiam, naquela região, a singularidade que faria de seus líderes camponeses a semente do discurso ambientalista de hoje. Pois, nascido em Janauacá, pequeno município do Amazonas, Wilson viveu na própria trajetória as agruras de um modelo econômico baseado na destruição de povos e matas: trabalhou como lixeiro da Prefeitura de Manaus (AM) e como garimpeiro em Porto Velho (RO), adquiriu malária enquanto se mantinha às duras penas, para enviar dinheiro à família, da qual acabou perdendo notícias. Meteu-se então nas matas acreanas e se tornou seringueiro. Casado e pai de oito filhos, vivia há vinte anos no seringal Sacado quando chegaram os fazendeiros.

Em Brasiléia, o sindicato nasceu na casa de dona Valdiza Alencar de Souza, uma antiga seringueira do Sacado. O movimento sindicalista dos seringueiros e pequenos lavradores cresceu com a ajuda das Comunidades Eclesiais de Base, que na época contavam mais de 500 na região amazônica, e com o apoio constante da Contag. Elson Martins conta como Valdiza fazia as vezes de anfitriã, no papel de delegada sindical. Com a presença do então delegado regional da Contag, João Maia, “a cidade de Brasiléia fervilhava de gente da floresta. (...) João Maia pedia moderação na cachaça: ‘trabalhador não pode ser chamado de arruaceiro!’ (...). O quieto Wilson Pinheiro e o desconhecido Chico Mendes ajudaram na mobilização e se tornaram membros da diretoria.”³⁹. Wilson foi o grande incentivador dos chamados “empates”, mobilizações realizadas desde 1966, quando, diante da ameaça permanente de expulsão das suas posses, seringueiros resistiam buscando impedir o desmatamento predatório, baseando-se em dispositivos do Código Florestal. Em 1976, ocorreu o primeiro empate em nome do sindicato: “uma família ameaçada de expulsão permaneceu na colocação. Foi o sindicato!”. Sob a liderança de Wilson Pinheiro, um “grande mutirão contra a jagunçada”, na estrada de Boca do Acre, reuniu, em 1979, mais de 300 sindicalistas. O episódio tornou-se um marco na história de resistência do povo acreano contra a destruição da floresta, dando munição aos disparos que matariam Wilson no ano seguinte. Cerca de dez anos depois, morreria assassinado seu “filho político” mais famoso, Chico Mendes, crescendo-se a uma cadeia de mortes estendidas tempo⁴⁰.



Wilson Pinheiro, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia (AC), assassinado em 1980; “pai político” de Chico Mendes.

(Acervo Projeto Memória/UFMG)

39. Depoimento de Elson Martins, “Memória de um movimento” (www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br).

40. Cf. CONTAG (1980: 105-112).



Matéria do Jornal do Comércio (dez./1984) sobre absolvição de Lula no processo. (Reproduzido de Fonte, 2009)

É PRECISO CONTINUAR A LUTA

Quando encerrávamos esta edição, fomos surpreendidos pela notícia do covarde assassinato de mais um companheiro: WILSON SOUZA PINHEIRO, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, no Acre.

Wilson foi morto por dois pistoleiros, quando se encontrava na sede do Sindicato, em companhia de outros companheiros, às vinte horas do dia 21 de julho. Os criminosos fugiram, apressados para a escuridão que reinava nas ruas da cidade.

Já há algum tempo Wilson vinha recebendo ameaças de morte de grileiros da região, por causa de sua atuação firme e corajosa à frente do Sindicato. Essas ameaças se estendem a outros companheiros, ao Delegado da CONTAG no Acre e a alguns pais de família na área.

O próprio Secretário Municipal de Xapuri, Guilherme, encontrou com fazendeiros, seringueiros, o Prefeito do município e representantes do INCRA, disse que não há como resolver os problemas de terras no Acre e manifestando interesse em negociar com os sindicatos, o Delegado da CONTAG e os pais de família.

Não há dúvidas, portanto, de que o crime faz parte de uma planejada ação que visa enraquecer o Movimento Sindical e impedir a luta dos trabalhadores rurais de todo o Brasil. É preciso, pois, que os trabalhadores rurais, manifestando através dos seus Sindicatos e Federações que, além de um companheiro, atingiu a toda a Classe Trabalhadora do Acre em seu legítimo direito de associação para seus interesses.

Em menos de dois meses, perdemos dois companheiros. Os líderes, que dedicaram suas vidas à causa da Justiça, não nos sentimos muito essa perda, mas isto não deve nos desanimar em nossa união e nossa luta; muito pelo contrário, devemos continuar acreditando no trabalho que realizamos, reforçando o nosso ânimo, pois somente a transformação dessa estrutura agrária tão opressora, principal responsável pela situação de miséria e injustiça em que vivem os milhões de trabalhadores rurais brasileiros, poderá nos dar a certeza da paz de que precisamos para produzir o alimento dos nossos filhos e contribuir para o desenvolvimento do País.

555555555555

Folheto protestando contra o assassinato de Wilson Pinheiro. (MSPP/CPDA-UFRR)



Manifestantes pedem absolvição de José Francisco no processo que envolveu a Lei de Segurança Nacional após a morte de Wilson Pinheiro. (Arquivo Fetape)

Depoimento

Valdiza Alencar: uma mulher na fundação do sindicato

“Uma antiga seringueira do Sacado, dona Valdiza Alencar de Souza, ouviu pelo rádio a notícia da chegada de João Maia e de sua missão. Ela morava no km 71 da estrada de Assis Brasil, intransitável no inverno (hoje asfaltada e caminho para o oceano Pacífico). Mas não contou conversa: meteu o pé na lama e chegou a Brasiléia. Dali pegou um ônibus e foi conhecer o doutor João Maia [delegado da Contag] em Rio Branco. O delegado pediu a ela que reunisse os seringueiros em sua residência, na BR, e foi até lá com o advogado Pedro Marques, um ex-caminhoneiro cearense com 1,85 de altura, gordo, valente e preparado. Fui com eles. Contratamos um sujeito apelidado de ‘Espanhol’, dono de uma camionete com tração nas quatro rodas, para nos levar até lá, e vivemos um rali indescritível. Ali, na casa de dona Valdiza, se deu o passo inicial para criação do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Brasiléia. (...) Chovia muito. Dona Valdiza chamou todo mundo para dentro da casa, onde havia uma sala grande com dois ou três bancos compridos encostados à parede e um corredor que dava para o quarto e cozinha. Em volta só existia a floresta densa. Ela sentia-se feliz com o evento porque os homens do seringal não acreditavam que uma mulher fosse capaz de conseguir alguma ajuda, sobretudo naquela situação aflitiva. Mas ali estava João Maia em carne e osso”.

Referência: “Memórias de um movimento”, depoimento de Elson Martins ao sítio www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br.

Depoimento

Sob a Lei de Segurança Nacional

“Ele [Wilson Pinheiro] morreu, mas estava vivo em cada posseiro que estava ali presente no ato”, lembra José Francisco da Silva, então presidente da Contag, em entrevista concedida a este projeto, na cidade de Recife, em setembro de 2010. Zé Francisco explica o contexto no qual aquela entidade motivou-se a organizar o grande ato de protesto contra o assassinato do sindicalista, em Brasiléia. Era o momento das esperanças trazidas pelo anúncio da abertura política. Era o momento imediatamente posterior ao 3º Congresso da Contag, onde, diante das então recentes prisões no ABC paulista, publicara-se a moção de apoio a Lula e aos metalúrgicos do ABC. Quando os trabalhadores de Brasiléia fizeram o ato pedindo punição aos assassinos de Wilson Pinheiro, Lula estava no Acre fundando o PT:

“E aí, convida ou não convida o Lula? Convida. E ele foi para o ato de Brasiléia e foi um ato muito bonito. Ouvimos primeiro a falação dos compa-



José Francisco em palestra no Seminário sobre Sindicalismo Rural, em dezembro de 2010.

(Projeto Memória Camponesa, Nuap/MN-UFRJ)

280

nheiros delegados, do Chico Mendes, o que se passou com Wilson Pinheiro, as ameaças de morte. O pessoal dizia: 'Ou o governo pune ou a gente vai vingar a morte do nosso companheiro'. Nesta situação, a gente não vai botar água na fervura (...). Em sua fala, Lula disse: 'chegou a hora de a onça beber água. Não esmoreçam, vão em frente!'

Não houve prisão dos assassinos. Dias depois, "os trabalhadores atravessaram uma camionete na estrada do fazendeiro, houve um tiroteio e o fazendeiro foi morto". Foi então, relata Zé Francisco, que ele próprio, Lula, Jacó Bittar, João Maia e Chico Mendes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), como responsáveis pelo incitamento à ação de vingança. O processo começou no Acre e teve uma defesa muito bem fundamentada, envolvendo a atuação brilhante de advogados como Edson Lucena e Romeu da Fonte. O julgamento só se desenrolaria em Manaus, quatro anos depois, em 1984. Em meio a uma mobilização nacional, com a realização de atos públicos em todo o país contra o enquadramento na LSN, os réus foram absolvidos.

Os militares e a terra sem homens: índio não é gente?

A campanha dos governos militares estimulando a ocupação das "terras sem homens da Amazônia" não apenas conduziu a situação da região aos intensos conflitos entre posseiros e representantes do grande capital; fizeram, sobretudo, a desgraça dos povos indígenas que estavam ali "desde sempre". Em geral à margem até mesmo das formas coletivas de resistência camponesa contra a violência política, os índios viam-se jogados a uma condição de classe que sequer existia em seu mundo. Em 1980, o sociólogo José de Souza Martins narrou alguns desses tristes episódios:

"A pressão de imigrantes do sul do país sobre as terras férteis do território de Rondônia, no oeste, tem levado à maciça invasão de terras dos índios suruí nestes últimos tempos. Segundo consta, os órgãos governamentais não têm se empenhado para evitar que as invasões prossigam, o que tem sido tomado como estímulo a novas invasões. Em consequência, já houve mortos e feridos dos dois lados nesse conflito, sem nenhuma perspectiva de sua solução.

"Ainda há pouco, os índios xavante, do Mato Grosso, decidiram ocupar fazendas localizadas em seu território e expulsar fazendeiros e seus empregados para forçar

a definitiva demarcação das terras da Reserva Indígena de Pimentel Barbosa e, com isso, conter a invasão que vem sendo feita pelas grandes fazendas de gado.

“No norte do Mato Grosso, graças a uma certidão da Fundação Nacional do Índio de que não havia indígenas naquelas terras, grandes empresas agropecuárias conseguiram ocupar o território em que os índios tapirapé vivem há dezenas de anos, na confluência dos rios Tapirapé e Araguaia. São empresas que operam com dinheiro proveniente dos incentivos fiscais concedidos pelo governo, através do Banco da Amazônia (...). Os tapirapé são lavradores e a invasão de suas terras ameaça sua própria sobrevivência”.

Referência: José de Souza Martins. “Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia legal” In: Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes Ltda, 1983 (p.107-108).

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

Jesus Matias de Araújo. Dirigente sindical e motorista. Assassinado com tiro na nuca na cidade de Brasiléia, por um pistoleiro, em 2 de dezembro de 1983. Segundo testemunhas, o crime foi encomendado por fazendeiros da região. Provavelmente porque planejavam fazer um grande desmatamento de seringueiros e castanheiras na região e a entidade sindical os vinha impedindo. A morte de Jesus teria sido então uma maneira de inibir a ação do sindicato. Por três vezes, seu irmão havia estado na delegacia para registrar queixa de ameaças de morte contra Jesus, mas o delegado não lhe dera atenção e nada havia sido feito. Jesus estava sendo processado pela morte de Nilo Sérgio de Oliveira, apontado como mandante do assassinato de Wilson Pinheiro. [Fontes: CPT, CONTAG, FSP 13/01/84, MST].

Raimundo Paulino de Souza. Seringueiro. Assassinado em 19 de julho de 1984, no Seringal Água Preta, no município de Rio Branco. Raimundo foi morto por policiais que haviam armado emboscada no terreno de sua casa. Desde janeiro de 1984, o gerente da fazenda vinha invadindo a posse de Raimundo. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco enviara dois ofícios para a Secretaria de Segurança, pedindo providências contra as arbitrariedades da polícia, que havia estado duas vezes na casa de Raimundo para lhe tomar castanha, borracha e espingarda. Enquanto isto, o gerente o ameaçava de morte. [Fontes: CPT, MST].

Valdevino Delara. Parceleiro. Assassinado com um tiro no coração em 28 de outubro de 1985, no município de Plácido Castro. [Fontes: Folha do Acre, Rio Branco, 30/10/85, 06-07-09/11/85, MST].

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sebastião de Barros. 1985. *Trombas: a guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília: Ed. Goethe.
- ALDIGHIERI, Mário. 1993. *Josimo: a terra, a vida*. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra, Edições Loyola.
- CABRAL, Pedro Corrêa. 1983. *Xambioá: Guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record.
- CARNEIRO, Maria Esperança. 1986. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Ed. UFGO
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *O Coronel rompe o silêncio*. São Paulo: Objetiva, 2004.
- CARVALHO, Murilo. 1966. “A guerra camponesa de Trombas e Formoso”. In: *Movimento*, n. 164, 21/08/1978.
- CPT. 1985. *Conquistar a terra, reconstruir a vida: cpt – dez anos de caminhada*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes Ltda.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. 1997. “Redescobrimo a história: a república de Formoso e Trombas”. *Cadernos AEL*, n. 7.
- _____. 2007. CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu Longe Demais. A Luta pela Terra dos Posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp.
- _____. CUNHA. 2008. “Utopia e realidade na luta camponesa de Formoso e Trombas”. In: STARLING, Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela. *Utopias Agrárias*. Belo Horizonte: UFMG.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. 1988. “O movimento camponês de Trombas e Formoso”. In: *Terra Livre 6 – Território e cidadania: da luta pela terra ao direito à vida*. São Paulo: Marco Zero/Assoc. dos Geógrafos Brasileiros (AGB). (pp. 115-122).
- CONTAG. 1980. “Os conflitos do Acre e a Lei de Segurança Nacional”. In: CONTAG. *As lutas camponesas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Ltda.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. 1974. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de Colonização*. Goiânia: UFG/Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG. (Dissertação de Mestrado)
- DUTRA E SILVA, Sandro. 2002. *No oeste, a terra e o céu: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Goiânia: UFG/Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia/Dep. Ciências Sociais. (Dissertação de Mestrado)
- ESTEVEVES, Carlos Leandro da Silva. 2007. *Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964): uma resistência ampliada*. Niterói: UFF/ICHF. Dep. História (Dissertação de Mestrado).
- FERRAZ, Siney. *O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo*. 2 ed. Imperatriz (MA): Ética Editora., 2000.
- FERNANDES, M. 1988. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia. Ed. UFGO.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. 2008. *Rio Maria: canto da terra*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

- _____. 1986. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda.
- _____. 1986. Depoimento do Padre Ricardo Rezende, coordenador CPT em Araguaína. In: OAB - Conselho Federal. (Org.). *Violência no Campo: documento da OAB Conselho Federal*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora Ltda.
- _____. 1985. “Depoimento do Pe. Ricardo Rezende, de Conceição do Araguaia”. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Ed. Loyola.
- _____. 1982. “Conflitos no Araguaia”. São Paulo: *Vida Pastoral*, v. Ano 23, n. 107, p. 24-26.
- FORCANO, Benjamín et all. (coord.). 2002. *Pedro Casaldáliga – As causas que imprimem sentido à sua vida – Retrato de uma personalidade*. Goiânia: Ed. Ave-Maria
- GARCIA DUARTE, Élio. 1999. “Da luta pela terra à luta pela reforma agrária em Goiás. A luta pela terra no Bico do Papagaio”. Trabalho apresentado no XX Simpósio Nacional da ANPUH.
- IBASE. 1985. *Violência no campo*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes Ltda.
- LE BRETON, Binka. 2000. *Todos Sabiam: a Morte Anunciada do Padre Josimo*. São Paulo: Edições Loyola.
- MARINHO, Carmina Castro. 2008. “Repressão levou posseiro à morte”. In: SALLES, Antônio Pinheiro (coord). *A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Of -set e Digital (pp. 67-70)
- MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado”. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Ed. Loyola. (pp.110-126).
- _____. 1984. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes.
- _____. 1983. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes Ltda, 1983.
- NEIVA, I. C. 1984. *O outro lado da colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Brasília: Universidade de Brasília/ Instituto de Ciências Humanas. (Dissertação de Mestrado).
- NETO, João Silva. 2008. “Uma sucessão de sofrimentos e martírios”. SALLES, Antônio Pinheiro (coord). 2008. *A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Of -set e Digital.
- NUNES, Ana Lúcia. 2009. Dirce Machado: uma mulher de coragem. Rio de Janeiro: *A Nova Democracia*, ano 7 n.50, fev. (pp. 21).
- PINHEIRO, Francisco de Moura. 2009. “A invenção da Florestania”. Trabalho apresentado em: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação / XIV Congresso de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro, 7 a 9 de maio de 2009.
- POLETTTO, Ivo. “A CPT, a Igreja e os camponeses”. In: *Comissão Pastoral da Terra: Conquistar a terra, reconstruir a vida: cpt – dez anos de caminhada*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes Ltda., 1985. (p.46-47).
- PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil. A saga do Araguaia*. São Paulo: Global, 2002.
- PUHL, João Ivo. *O Tempo do grilo: posseiros na gleba de São Domingos – 1979-1983*. Cuiabá: UFMT/ ICHS, 2003. (Dissertação de Mestrado).
- SÁ, Glênio. *Araguaia: Relato de um guerrilheiro*. 2ª edição, São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

SALLES, Antônio Pinheiro (coord). 2008. *A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Of -set e Digital.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. 2003. *A história da resistência dos posseiros de Porangatu-GO (1940-1964)*. UFG: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia/ Programa de História das Sociedades Agrárias. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Dácia Ibiapina da. 2002. *Memórias da Guerrilha do Araguaia: relatos de moradores de Palestina do Pará*. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA (Tese de Doutorado).

SILVA, Dirce Machado da. 2008. "Terror levado aos camponeses de Trombas e Formoso". In: SALLES, Antônio Pinheiro (coord). *A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Of -set e Digital. (pp.71-80).

SILVA, Wellington Sampaio da. 2008. *A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia*. João Pessoa: UFPB/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Programa de Pós-Graduação em História. (Dissertação de Mestrado)

VALVERDE, Orlando e DIAS, Catharina Vergolino. 1967. *A Rodovia Belém-Brasília*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia.

VELHO, Octavio. 1976. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Diefel.

_____. 1972. *Frente de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar.

VILLAÇA, Paulo. 2005. "Bico do Papagaio". In: Motta, Márcia (orgs.). *Dicionário da terra*. São Paulo: Editora Record.

FILMES-DOCUMENTÁRIOS E REGISTROS AUDIOVISUAIS:

BRITO, Hélio. 2004. *Cadê Zé Porfírio?*

MARQUES, Aída e NOVAES, Beto. 2006. *Expedito: em busca de outros nortes*.

TV PARANÁ EDUCATIVA e TELESUR. 2004. *Entrevista com Dom Pedro Casaldáliga* (rep. Beto Almeida, participação de Dom Tomás Balduino e João Pedro Stédile).

SÍTIOS NA INTERNET:

www.anovademocracia.com.br

www.armazemmemoria.com.br

www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br

www.ocombatente.com.br

www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br

www.trombaseformoso.com

A rebelião dos posseiros:
no final dos anos 50,
trabalhadores do sudoeste
do Paraná tomaram cidades
em protesto à ação das
companhias colonizadoras.

*(Projeto República/Departamento de
História da UFMG)*



REVOLTAS E OCUPAÇÕES: A ORDEM DESAFIADA NO SUL

RIO GRANDE DO SUL
PARANÁ



INTRODUÇÃO

Os efeitos do golpe militar atingiram de forma derradeira a organização, ainda incipiente, dos trabalhadores rurais na região sul do país. Logo nos primeiros dias do novo regime, em abril de 1964, centenas de líderes camponeses foram presos no Rio Grande do Sul, no Paraná e em Santa Catarina. Entre os gaúchos, os órgãos de repressão perseguiram de forma mais brutal os militantes dos Grupos dos Onze – organizados por Leonel Brizola pouco antes de inaugurado o regime de exceção – e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), surgido nos anos 50. As violências sofridas pelo agricultor Leopoldo Chiapetti, militante do Grupo dos Onze em Mariano Moro (RS), preso em 30 de abril, ilustra de forma contundente as atrocidades cometidas pela polícia sobre os líderes rurais. Durante o período em que esteve preso, o agricultor foi barbaramente torturado, permanecendo nu e incomunicável durante todo o período de detenção, para que “entregasse informações sobre as ações do grupo e as armas”. Por sua vez, um dos líderes do Master, João Machado dos Santos, mais conhecido como “João Sem Terra”, foi perseguido, preso e ameaçado de morte. Para fugir à repressão, João empreendeu a viagem mais dolorosa de sua vida: a de um exílio em seu próprio país, vivendo 25 anos de forma clandestina, com nome falso, nos confins de Goiás.

Ainda que as experiências mais expressivas das Ligas Camponesas tenham se desenvolvido no nordeste, essas organizações também tiveram seus núcleos nos estados do Paraná, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de Goiás. Entre 1960 e 1961, federações das Ligas estavam organizadas em dez estados brasileiros. No caso do Paraná, uma característica singular que marcou a atuação das ligas foi o caráter localizado dessas lutas. Cada conflito se reduzia à sua própria esfera.¹ Ainda que houvesse um esforço das lideranças para romper com o



Sob ameaça dos fuzis: ditadura instalada no país em 1964 perseguiu duramente os líderes camponeses.

*(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)*

1. A análise, desenvolvida por Abramovay, é referida por Suely Martins, 2009.

isolamento, especialmente por parte dos líderes do PCB engajados na organização dos trabalhadores, a deflagração do golpe de 1964 acabou de lançar por terra essa possibilidade. Isoladas, mas nem por isso menos valentes e determinadas, as mobilizações de camponeses no Paraná foram marcadas por movimentos que ficaram conhecidos como “A Guerrilha de Porecatu”, no nordeste do estado, e a “Revolta dos posseiros”, no sudoeste.

Tratar da repressão política no período compreendido entre 1962 e 1985 implica, em certos casos, abordar trajetórias políticas que remontam a décadas anteriores. Para os sobreviventes que prosseguiram com suas lutas, seria necessário considerar ainda o período da redemocratização, após 1985. Um dos personagens referidos neste capítulo, Manoel Jacinto Correia, militante do PCB e, depois, do PCBR, um dos líderes na Guerrilha de Porecatu, tem suas primeiras perseguições políticas registradas ainda nos 40. Em função de suas atividades políticas, Manoel enfrentou 17 detenções e cinco processos, tendo vivido dez anos de sua vida na clandestinidade. Suas “ações subversivas” ocupam grande número de anotações no prontuário do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná – envolvendo o período de 1945 a 1975.

Assim como em outros estados, a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais no Paraná foi objeto de intensa disputa entre o PCB e a Igreja Católica.² Com o golpe militar de 1964, a maioria dos sindicatos sofreu intervenção. Aqueles que permaneceram em atividade acabaram sendo confiados pelo regime militar a quadros indicados pela Igreja Católica. No período posterior ao golpe, as lutas sindicais se ancoraram no cumprimento da legislação em vigor – o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural. No entanto, mesmo a defesa dos direitos já consagrados em lei, era, não raro, encarada como um desafio à ordem imposta pela ditadura, nas suas alianças com os grandes proprietários de terra.

No período entre 1966 e 1971, foram organizados no Paraná alguns núcleos da Ação Popular (AP), que atuaram na organização de lutas de trabalhadores rurais e urbanos. Com o recrudescimento da repressão política, porém, a maioria das organizações foi silenciada, mantendo-se em atividade somente os sindicatos sob a tutela do Estado. Em meados dos anos de 1970, foi-se esboçando uma reação, quando as oposições sindicais, com o apoio da Igreja Católica, começaram a se organizar.³ O medo imposto pelo regime militar impediria que, nas décadas seguintes, ressurgissem no estado as mobilizações camponesas nos mesmos moldes das que tinham sido inspiradas pelos comunistas nos anos 40 e 50. Nos anos 80, outras formas de organização surgiriam, através do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens – ambos enraizados nas lutas por terra que marcaram o sudoeste.

Depois das prisões e dos desaparecimentos dos líderes camponeses, a luta pela terra no Rio Grande do Sul seria retomada somente no final dos anos 70, com a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, no complexo da fazenda Sarandi – desembocando na criação do MST, em 1984. Dali em diante, surgia na paisagem gaúcha os acampamentos de sem terra, abrigados sob lonas pretas à beira das estradas. Mudava o cenário e a forma de organização dos trabalhadores, mas a violência dos latifundiários e as ações truculentas da polícia continuavam.

2. A este respeito, ver a obra de Osvaldo Silva, *A foice e a cruz*, 2006.

3. Ver Martins, 2009.

RIO GRANDE DO SUL

JOÃO MACHADO DOS SANTOS, O JOÃO SEM TERRA

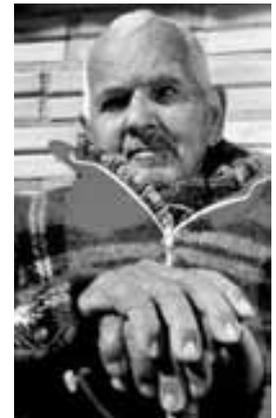
A trajetória de João Machado dos Santos, o João Sem Terra, no Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) sintetiza boa parte das lutas dos trabalhadores rurais gaúchos entre 1959 e o período que se seguiu ao golpe militar. Foi quando se organizaram as primeiras ações no estado na luta pela terra e pela Reforma Agrária. O engajamento nesta causa rendeu ao líder camponês seqüestros, prisões e torturas entre 1963 e 1964. Em meados de 2010, ele contou ao repórter Nilson Mariano, de Zero Hora, sobre uma de suas prisões:

Quatro torturadores me aplicaram choques elétricos. Chegou a um ponto que disse para eles: “Me matem de uma vez...”

João nasceu em 1924 no interior de Santo Antônio da Patrulha (RS). Era um dos filhos do fazendeiro Pedro Nazário dos Santos, um médio proprietário de terras da região, que censurava as atitudes revolucionárias do filho. Para o irmão José Eloy dos Santos, um relojoeiro da capital, João fora sempre “uma pessoa inquieta”. Pode-se dizer: inquieta e posicionada ao lado dos camponeses desvalidos. Depois de prisões e maus-tratos no começo do regime militar, ele foi considerado desaparecido até o final dos anos 80. Um de seus filhos, morto num acidente de moto aos 22 anos, sequer chegou a conhecê-lo, mas guardava no bolso da jaqueta uma foto surrada do pai. O mistério de seu desaparecimento foi desfeito quando o jornalista Carlos Wagner publicou uma série de reportagens em Zero Hora, indagando sobre seu paradeiro. Um dos textos começava assim:

Onde andar­á João Sem Terra? Há 25 anos, João Machado dos Santos, conhecido como João Sem Terra, por ser um dos mais ativos líderes camponeses que atuavam no final da década de 50 e início dos anos 60 na questão da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, foi dado como desaparecido pelos seus familiares e companheiros de luta depois de ter caído na clandestinidade em janeiro de 64. Em 1963, ele tinha sido seqüestrado, torturado e solto, várias vezes, pelos agentes do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sob a acusação de estar traficando armas para os 12 acampamentos de agricultores sem-terra que existiam na época.⁴

Ao tomar conhecimento das matérias, transformadas depois no livro *A saga do João Sem Terra*, o líder camponês reapareceu. Depois de 25 anos num exílio forçado – em que viveu nos confins de Goiás, usando um nome falso por temer a perseguição e a violência à qual havia sobrevivido –, rompeu com o silêncio tecido pelo



Adriana Francos/Agência RBS

PARA FUGIR À REPRESSÃO, MILITANTE DO MASTER SUBMETEU-SE A UM EXÍLIO DE 25 ANOS NO PRÓPRIO PAÍS.

4. Wagner, 1989, p. 10.

medo. Contou que não havia retornado antes porque acreditava que a Anistia era apenas uma isca para prender os militantes de esquerda. Posteriormente, revelaria meandros de sua história no documentário *João Sem Terra*, já de volta às paisagens de sua infância, no litoral norte do Rio Grande do Sul. João Sem Terra já havia se tornado, de novo, um João Sem Medo. Em junho de 2010, pouco depois do lançamento do filme em sua homenagem, dirigido por Teresa Noll Trindade, e ao qual ele não pôde comparecer por problemas de saúde, disse ao jornalista Nilson Mariano: “Sabe, dei todas as minhas forças pelo movimento da Reforma Agrária”.

Nos anos 80, período em que nascia e florescia no Rio Grande do Sul o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a história de João Sem Terra era contada pelos colonos aos seus filhos debaixo das lonas pretas dos acampamentos espalhados pelas estradas gaúchas - inclusive a poucos metros ao local onde João tentou promover, por conta própria, um uso mais justo da terra. Ele acreditava que só uma Reforma Agrária radical, seguida de uma organização em forma de cooperativa no assentamento, faria com que o camponês rompesse com a miséria a que fora condenado pela estrutura fundiária e a política agrícola. Tornou-se numa espécie de herói para os camponeses, mas era considerado um “agitador” pelos órgãos de segurança do Estado.

João casou-se nos anos 50 com a professora rural Wanda, com quem teve sete filhos. Neste período, ainda era conhecido como Machado. A ex-mulher contou que poucos dias depois do casamento viu que tinha ido morar “com um homem que adorava se meter em política”. Machado era dono de uma bodega no interior de Santo Antônio da Patrulha, que tinha as paredes cobertas com a propaganda de seu partido à prefeitura. Por conta de uma aposta que perdeu, teve de assistir os contrários sujarem as paredes do estabelecimento. Ficou lá sentado, rindo, enquanto os simpatizantes da candidatura rival executavam o trabalho. Desde essa época, no início dos anos 50, deixava claro que pretendia fazer algo pelos agricultores sofridos. Havia recebido do pai o legado político do engajamento no PTB, ambos fiéis às idéias de Leonel Brizola. Em 1953, João e a família foram morar num lugar conhecido como Rincão dos Ildefonsos, em Encruzilhada do Sul. Local de escassos recursos, João viu de perto o drama dos camponeses pobres. No ano seguinte, a família mudou-se para Rolante, onde ele comprou um pedaço de terra e um caminhão, estabelecendo-se entre a cidade de Rolante e localidade conhecida como Rio da Ilha, interior de Taquara.

De acordo com o filho Cláudio Tadeu, foi na eleição de Leonel Brizola, em 1958, que João passou a atuar mais intensamente na política. Na época, Brizola, candidato pelo PTB em coligação com o PRP, percorreu o Estado numa campanha bem-sucedida, que lhe rendeu 55,18% dos votos.

Em 1960, boa parte das lideranças engajadas na luta pela Reforma Agrária no estado pertencia ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), criado em Encruzilhada do Sul pelo prefeito petebista Milton Serres Rodrigues e seus aliados. O dirigente comunista Ari Saldanha, um dos ativistas, contou que João Sem Terra “era um homem que agia junto ao campesinato”. O jornalista João Aveline, militante comunista que nos anos 60 trabalhava na redação de *Última Hora*, descreveu João

Sem Terra como “um homem com idéias próprias”. Segundo Aveline, ele “queria fazer a revolução ao seu modo. Era um combatente solitário”. Seria uma imagem precisa para caracterizar a atuação do líder camponês no período seguinte.

No início de 1961, João montou uma cooperativa de produtores em Rolante e passou a instruir os agricultores sobre o processo de venda de seus produtos. Utilizava o próprio caminhão para a distribuição aos mercados da capital. Os comerciantes da região, incomodados com a iniciativa, uniram-se aos latifundiários para persegui-lo. O filho Claudio Tadeu recordava-se que, numa ocasião, depois de conversar com agricultores, o pai foi atacado por desconhecidos – todas as características de uma violência encomendada por grandes proprietários de terra. João não se intimidou e, pouco tempo depois, passava a integrar a direção do Master.

Em 1962, o Master articulou a criação de 12 acampamentos de agricultores sem terra no Rio Grande do Sul, realizando cerca de dez grandes concentrações. Os acampamentos mais expressivos foram os da fazenda Sarandi, ao norte do estado, numa propriedade de 26 mil hectares, e do Banhado do Colégio, em Camaquã, no sul do estado. Os prefeitos de Encruzilhada do Sul e de Nonoai, alinhados à esquerda do PTB, participaram ativamente das articulações para pressionar o governador Leonel Brizola a desapropriar a fazenda Sarandi.

Neste período, João decidiu conduzir seu próprio ensaio de Reforma Agrária. Segundo informações fornecidas por sua família, ele comprou a fazenda Mato das Flores, de 400 hectares, em São Francisco de Paula, e reassentou ali 30 famílias de agricultores. Ao longo de dois meses, o projeto prosperou. No entanto, as coisas começaram a ir mal quando João Kief er reivindicou a posse da área que ele dizia ter comprado. Sem uma articulação política, o assentamento tornou-se vulnerável. O pretense proprietário contou com o apoio da Brigada Militar (BM) para expulsar João Sem Terra e as famílias de posseiros. Claudio Tadeu, filho de João, relatava as violências cometidas pelos policiais: “Durante o dia os brigadianos fardados escorraçavam os agricultores, e à noite, à paisana, colocavam fogo em suas casas e plantações”.

Com a vitória do candidato Ildo Meneghetti nas eleições para o governo do Estado, em 1962, os acampamentos sofreriam novas violências policiais. Em 1963, uma operação chefiada pelo coronel reformado da Brigada Militar Gonzalino Curi de Carvalho foi montada para acabar com os seis acampamentos de agricultores que existiam no Estado. O principal deles era o de Passo do Feio, em Nonoai, onde 5 mil camponeses reivindicavam terras. O dirigente comunista Ari Saldanha contou que, com a operação policial, a situação dos trabalhadores tornou-se crítica. Eles foram cercados pelas tropas da BM, que havia cortado inclusive o fornecimento de água às famílias. Convocado para uma reunião, João entrou de forma clandestina no acampamento. Mas foi seqüestrado pela polícia militar e submetido a um interrogatório na delegacia de Nonoai. Os agentes indagavam sobre supostas armas e



De volta às paragens: imagem do documentário João Sem Terra, dirigido por Teresa Noll Trindade, sobre o líder camponês.

(Estrada Filmes e Catatonia Filmes)



Ao lado dos colonos: enquanto era governador do Estado, Brizola assinou a desapropriação das terras do Banhado do Colégio.

(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)

294

sobre suas ligações com Partido Comunista. Preso, acusado de ser um “comunista a serviço do Master”, foi conduzido a Porto Alegre. A direção do Master, em contato com o delegado da Superintendência da Reforma Agrária (Supra) – órgão federal que depois se transformaria no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) –, contratou os advogados Anselmo Amaral e Mathias Nagelstein para defendê-lo. O líder camponês foi libertado, mas o processo contra ele continuou correndo.

Mesmo depois de posto em liberdade, era implacável a perseguição de agentes do DOPS, em especial do delegado Delmar Kuhn. O trabalhador ainda foi seqüestrado e preso por diversas vezes, sendo submetido a interrogatórios intermináveis. Numa ocasião, conseguiu enviar para fora da delegacia um bilhete que foi publicado no *Última*

Hora pelo jornalista João Aveline, denunciando sua prisão ilegal.

Nas mais de duas décadas em que esteve desaparecido, eram escassas as pistas sobre seu paradeiro. Seus companheiros mencionavam uma viagem que ele fizera ao Rio de Janeiro nas articulações para a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ari Saldanha, que participou do encontro, contou que João havia adotado um nome falso e seguido com a comitiva de Goiás, disposto a se integrar às lutas camponesas de Trombas e Formoso. De fato, foi no sertão goiano que João Machado dos Santos passou a se chamar Moisés Manuel da Silva. Ali, formou uma nova família, que não sabia de seu passado. Mas a militância ele não abandonou: seguia defendendo os sem-terra e tinha encampado a luta de pequenos garimpeiros da região.

João Sem Terra morreu no dia 20 de outubro de 2010, aos 86 anos, em decorrência de problemas cardíacos, no hospital de Santo Antônio da Patrulha. Nos últimos tempos, já viúvo, morava com uma filha, o genro e três netas na chácara de seis hectares herdada do pai, onde mantinha as suas lides de agricultor.

Semente
plantada
pelo Master
germinaria
com o MST

Precursor do atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) foi criado em 24 de agosto de 1950 em Encruzilhada do Sul, na região gaúcha do Vale do Rio Pardo. O pivô da criação do movimento foi a tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área com cerca de 1.800 hectares situada no distrito de Faxinal que era habitada, havia 40 anos, por cerca de 300 famílias. A mobilização dos trabalhadores se fortaleceu e algum tempo depois dezenas de associações de agricultores sem-terra foram criadas em municípios gaúchos. O surgimento do Master imprimiu assim um impulso considerável à luta pela terra no Rio Grande do Sul nos anos 60. Coordenado por militantes do PCB e do PTB, o movimento tinha à sua direita a Frente Agrária Gaúcha (FAG),

criada pela Igreja Católica, e à esquerda as Ligas Camponesas, criadas sob a inspiração de Francisco Julião. As lideranças do Master disputavam espaço político com as Ligas que, na região, tinham uma penetração menos intensa. O governo do estado, por sua vez, havia fundado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária.

Um estudo realizado por Córdula Eckert apontou que a vida do Master passou por fases distintas.⁵ Na primeira, até 1962, o movimento ganhou o apoio decisivo de Leonel Brizola, governador do Estado entre 1959 e 1962. O mês de janeiro de 1962 marcou uma expansão considerável do movimento, com a instalação de diversos acampamentos de sem-terra como forma de pressionar por desapropriações e assentamentos. Neste período, os ativistas começaram a participar de encontros nacionais dos sem-terra. De junho de 1960 a março de 1964, o Master coordenou a criação de 35 acampamentos em terras públicas e privadas e de 20 mobilizações pela Reforma Agrária, reunindo, ao todo, cerca de 100 mil camponeses. A maior adesão ocorria principalmente entre os trabalhadores chamados “pêlo duro” – designação usada para se referir aos camponeses que não descendiam de imigrantes alemães ou italianos. A pesquisa conduzida por Eckert registrou que os agricultores sem-terra reunidos pelo Master eram, em geral, assalariados permanentes e temporários, posseiros, parceiros, arrendatários, agregados e pequenos proprietários.

O movimento viveu sua última fase em 1964, com a deflagração do golpe militar. Foi quando os líderes e militantes mais visados passaram a viver na clandestinidade, sendo perseguidos, presos, torturados e exilados. A luta pela terra no estado seria retomada somente em 1979, com a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, no complexo da fazenda Sarandi – ocupação que se tornaria a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nascido em 1984.



Encruzilhada Natalino: na ocupação da fazenda, entre Ronda Alta e Sarandi, esboçava-se a organização do MST, no início dos anos 80.

Numa tentativa de localizar João Sem Terra, Claudio Tadeu e João Altair, filhos do líder camponês passaram a percorrer os acampamentos de trabalhadores rurais nos anos 80. Acreditavam que se o pai havia estado em todos aqueles lugares um dia, ele iria retornar nestas grandes lutas travadas pelos camponeses. Em 1980, depois de acompanhar pela imprensa as notícias sobre o acampamento de Encruzilhada Natalino, entre Ronda Alta e Sarandi, João Altair foi para lá em busca do pai. Ali, pediu que os acampados dessem o seguinte recado no sistema de auto-falante: “Atenção, atenção, companheiro João Sem Terra. O seu filho o aguarda perto da cruz”. A mensagem foi repetida diversas vezes, mas o líder camponês não apareceu.

Na procura pelo pai desaparecido, a milonga João Sem Terra

5. Tese de doutorado defendida na UFRRJ, citada por Carlos Wagner.

Jornal Movimento destaca a miséria dos acampados em Ronda Alta.

(Movimento, 8 a 14/6/1981)

CENA BRASILEIRA

I — O inferno dos Sem-Terra

Um corredor de miséria, em Ronda Alta, RS.

Vera Flores e Sérgio Weigert

mento dos outros, mas todos sofrem mais ou menos igual". Salvador Plabreiro, fala passado, sem nenhuma nota trágica na voz, aspirando forte o palheiro para avisar a brasa ameaçada pelo vento. Ele é um dos mais recentes moradores do acampamento. Sua história é quase rítmica das demais. Até chegar aqui odeia barracos e taquara, construiu também com capim e taquara, conseguiu biscate para si e filhos, conseguindo trabalhar em...



Ao lado de terras ociosas o medo da morte por subnutrição

296



Infância sob lonas: crianças dos sem-terra crescem sob o signo da precariedade.

(Movimento, 8 a 14/6/1981)



A cruz da revolta: manifestações dos sem-terra pressionam por soluções do governo.

(Movimento, 3 a 9/8/1981)

COLONOS

Drama dos sem terra no Rio Grande do Sul

Em 1986, foi Claudio Tadeu quem acalentou a esperança de encontrar o pai entre os trabalhadores sem terra quando 400 colonos marcharam da fazenda Anonni até Porto Alegre para sensibilizar a sociedade gaúcha para a urgência de uma Reforma Agrária. Quando a marcha passou por Novo Hamburgo, Tadeu não desgrudou os olhos da multidão, escrutinando os traços dos homens para ver se reconhecia seu pai. Foi em vão. Mas ali aconteceu algo significativo: a música cantada pelos camponeses, *João Sem Terra*, uma milonga de Antonio Gringo e Paulo Carus, prestava homenagem ao pai, como mostram os versos abaixo:

João Sem Terra, teu tempo chegou. (...) Levanta tua enxada, faz dela bandeira de rua redenção./ Do som do arado que abre as entranhas da terra./ Faz hino de guerra, de pão e esperança./ Que mude esta história antiga, contada nas noites de chuvas./ Em ranchos tão pobres, daqueles que lutam por vida melhor./

João Sem Terra, evoca o passado./ Retorna no tempo e prega a igualdade entre os teus irmãos./ Levanta tua enxada, faz dela bandeira da tua redenção. / Aí hão de ouvir o teu grito de paz./ E não andarás qual cusco sem dono./ Perdido nas terras do imenso Rio Grande./ Vivendo sem terra no imenso Brasil./ João Sem Terra teu tempo chegou...

Depois dos eventos protagonizados por *João Sem Terra*, antes de 1964, em 1979, começariam as primeiras ocupações organizadas de terra no Brasil. Os acampamentos de lonas pretas à beira das estradas começaram a se tornar parte da paisagem gaúcha, com a formação do acampamento de Ronda Alta, nas fazendas Macali e Brilhante, de propriedade do governo do estado do Rio Grande do Sul. Mesmo com o intenso cerco policial, os camponeses não arrenderam pé e conquistaram a terra. Como conta Frei Sergio Görgen:

Aqueles seiscentos barracos à beira da estrada que liga Ronda Alta a Passo Fundo marcou a história do Brasil. Foi este acampamento que trouxe a questão da Reforma Agrária de novo ao cenário político, em 1981.

O acampamento de Encruzilhada Natalino foi cercado pelo Exército, Polícia Federal e Brigada Militar no mês de agosto de 1981, em operação encomendada pelo então famoso Coronel Curió [conhecido pela repressão na região do Bico do Papagaio, no Norte do país]. Este começou com a tática do convencimento e, quando viu que esta não dava efeito, passou à repressão suspendendo, inclusive, o direito de ir e vir.

Teve momentos em que foi difícil persuadir alguns colonos, dispostos a matar o Coronel Curió, a não fazê-lo.⁶

A primeira ocupação de terras na região gaúcha do Alto Uruguai ocorreu em Santo Augusto, em fins de agosto de 1984. A área, de propriedade do estado,



Lições de esperança: novas gerações incorporadas à luta pela reforma agrária e a justiça no campo.

(Imagem reproduzida em Espaço Plural, 2007)

6. Görgen, 1990, p.19-20.



O legado: primeiras ocupações de terra no país ensinaram as trilhas que viriam a ser percorridas pelo movimento.

(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)

298

com mais de 1.000 hectares ociosos, foi ocupada por 85 famílias sem terra da região Celeiro. O então governador Jair Soares nem chegou a entrar na Justiça. Não houve mandado judicial de despejo. Os agricultores entraram numa noite e na seguinte, sob um frio de lascar, foram brutalmente despejados pela Brigada Militar. Nesta ação, muitos trabalhadores foram espancados.

Em outubro de 1985, na fazenda Anonni, no município de Sarandi, no acampamento que se tornaria o símbolo da luta pela Reforma Agrária no país, duas mil famílias ocuparam um latifúndio de 9.300 hectares, em processo de desapropriação desde 1970. Policiais militares fortemente armados faziam uma barreira para cercar os camponeses organizados pelo MST. Quatrocentas crianças, filhas de acampados, caminharam então em sua direção e lhes ofereceram flores. A cena foi descrita pelo jornalista Carlos Wagner, um dos repórteres que cobriu o evento:

Soldados da Brigada Militar fortemente armados cercavam os camponeses por todos os lados. Um helicóptero do governo do Estado, com o tenente-coronel Carlos Stocker a bordo, dava vôos rasantes onde estavam os acampados. (...)

O jornalista lembrava que o cerco era similar ao que ocorreu em 1963 no acampamento dos sem-terra no Passo do Feio, em Nonoai, a 70 quilômetros ao norte dali. Na ocasião, havia sido preso o líder camponês João Sem Terra. Havia se passado 25 anos: as armas dos soldados eram mais modernas, mas a repressão aos camponeses continuava. Wagner notou que algo mais uniria os dois eventos: o agricultor Ary Oliveira, que meses depois seria ferido por um policial com um pontão de baioneta, era descendente de trabalhadores rurais que haviam participado, nos anos 60, do movimento no Passo do Feio, que foi arrasado pela polícia.⁷

No caso da Anonni, o desfecho seria outro porque desde as primeiras mobilizações, tinha havido um significativo aprendizado pelo movimento. Naquela ocasião, de forma hábil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra montou duas frentes de combate. A primeira foi a resistência pacífica, simbolizada pela marcha dos meninos e meninas que ofereceram flores aos soldados. Um dos oficiais confessaria mais tarde que isso “abateu o moral das tropas”. Havia também um permanente esclarecimento à opinião pública sobre a luta pela terra. Por sua vez, como estratégia militar, o coronel Stocker tentava injetar nos meios de comunicação informações sobre supostos “traficantes de armas no acampamento” ou casos de “lideranças que estariam envolvidas em desvio de doações”. Outra frente de combate montada pelo MST foi a construção de um apoio político que fizesse frente ao então governador do estado, Jair Soares. A própria direção da Federação dos Trabalhadores na

7. Wagner, Carlos. *A saga do João Sem Terra*, 1989, p.106-107.

Agricultura (Fetag-RS) manifestou, pela primeira vez, seu apoio ao MST. Depois disso, a cada ocupação, o movimento foi se fortalecendo e obtendo maior reconhecimento da sociedade.

LEOPOLDO CHIAPETTI

Nascido em Garibaldi, na serra gaúcha, o agricultor Leopoldo Chiapetti foi preso pela polícia militar em sua casa, na cidade de Mariano Moro (RS), no dia 30 de abril de 1964, sob a acusação de participar de atividades políticas contrárias ao regime, como militante do Grupo dos Onze, ligado a Leonel Brizola. Um relatório da Delegacia Regional de Polícia de Erechim, afirmava que ele era presidente da organização na localidade, o que levou ao seu enquadramento no Artigo 24 da Lei de Segurança Nacional (LSN). Durante o período em que permaneceu preso na delegacia de Severiano de Almeida e no presídio regional de Erechim, de 30 de abril a 21 de maio de 1964, o agricultor foi barbaramente torturado, submetido a afogamentos em água gelada, a choques elétricos e sevícias. Sofreu ainda torturas psicológicas, permanecendo nu e incomunicável durante todo o período de detenção, para que “entregasse informações sobre as ações do grupo e as armas”.

No dia 03 de maio de 1964, Leopoldo foi internado devido a graves lesões ocasionadas pela tortura e ficou sob custódia no Hospital Santa Terezinha, de Erechim, como atestam os documentos armazenados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Posto em liberdade no dia 21 de maio de 1964, o agricultor continuou sendo obrigado a comparecer semanalmente à delegacia de Severiano de Almeida para assinar o livro dos “elementos vigiados”. Era uma medida destinada a mantê-lo sob rigorosa vigilância e a minar, pouco a pouco, a sua dignidade.

Num conjunto de processos de “subversão”, cuja denúncia foi oferecida na Auditoria Militar de Santa Maria (RS), além de Leopoldo Chiapetti, havia uma série de agricultores gaúchos que foram processados pela participação no Grupo dos Onze. O processo de nº 1964 apontava, além de Leopoldo, de 57 anos, o também agricultor Helmuth Pedro Notar, de 50 anos, e o vereador pelo PTB Jofre Lourau, de 28 anos, como “cabeças” do movimento em Mariano Moro, distrito de Erechim. A denúncia foi feita em 24 de dezembro de 1964 pelo promotor Sivo Deprat Barreto. Os três acusados foram absolvidos pela Auditoria Militar de Santa Maria em 19 de março de 1966 e condenados pelo Superior Tribunal Militar a seis meses de prisão em 24 de outubro de 1966. A punibilidade de Leopoldo Chiapetti foi extinta devido à sua morte, em 1965.

Em depoimentos prestados entre 28 e 30 de abril de 1964 na Delegacia de Polícia de Erechim, Leopoldo, Helmuth e Jofre afirmaram que a fundação do Grupo dos Onze na localidade havia sido uma resposta às solicitações de Leonel Brizola transmitidas pela Rádio Mayrink Veiga. De acordo com eles, Brizola havia garantido benefícios importantes para o distrito, tais como o fornecimento de luz elétrica e

NA PRISÃO,
VIOLÊNCIAS PARA
REVELAR AÇÕES
DO GRUPO
DOS ONZE.
LIBERTADO,
ERA OBRIGADO
A VOLTAR À
DELEGACIA
PARA ASSINAR
O “LIVRO DOS
VIGIADOS”

a construção de oito escolas. Ao se solidarizarem com o movimento, acreditavam obter novas melhorias para o distrito. Leopoldo afirmou que não conhecia a proibição da escrita de documentos, tais como uma ata de fundação e também sobre as ações relativas à própria organização do Grupo dos Onze. Disse ainda ignorar que os mesmos tivessem “fundamentos comunistas” e que se tratasse de uma “técnica subversiva”. Os três homens negaram que fossem comunistas, argumentando que sempre foram “democratas” e “católicos”. A ata de fundação do Grupo, anexada ao inquérito, mencionava o apoio à atuação política da organização “dentro dos princípios democráticos e cristãos do ex-governador Leonel Brizola”, manifestando seu apoio às Reformas de Base.

Em decorrência dos maus-tratos sofridos na prisão, Leopoldo ficou com a saúde debilitada. Mesmo tendo se submetido a tratamento médico-hospitalar durante meses, morreu em consequência dos problemas ocasionados pela tortura, em 21 de maio de 1965, aos 59 anos. Jofre Laurau afirmou que Leopoldo sofreu mais violências na prisão porque era considerado pelos militares como sendo o líder do grupo. Segundo ele, a morte de seu companheiro não ocorreu pela causa mencionada na certidão de óbito, o “choque operatório”, mas em consequência das graves lesões corporais que resultaram das torturas - das quais ele jamais se recuperou. Jofre afirmou que nenhum médico da localidade havia se arriscado a declarar a verdade, sob pena de sofrer retaliações. Outro conhecido, Artêmio Mocelin, relatou que a família de Leopoldo consumiu quase toda a sua pequena propriedade rural para tentar salvá-lo. Uma de suas filhas, Leda, na época com sete anos, precisou de tratamento médico e psicológico por ter presenciado a prisão do pai e por tê-lo visto desfigurado em sua volta para casa. Outras testemunhas confirmaram que Leopoldo, considerado um importante líder político na região de Mariano Moro, ficou abalado física e psicologicamente com a prisão e com o martírio sofrido no cárcere.

Grupos dos Onze inspiraram-se na organização de equipes de futebol

A organização denominada de Grupos dos Onze foi criada pelo líder trabalhista Leonel Brizola, em diferentes regiões do país, entre 1963 e 1964, com o objetivo de pressionar o presidente João Goulart a realizar mais rapidamente as Reformas de Base. Neste período, o governo Goulart estava sob fogo cruzado. De um lado, as pressões norte-americanas e da oposição conservadora da União Democrática Brasileira (UDN), de outro, a crítica dos grupos de esquerda nacionalista trabalhista. Em pronunciamentos feitos pela cadeia de rádio carioca Mayrink Veiga – e divulgados pelo jornal *Panorama* –, Brizola conclamava a população a se organizar em grupos de onze pessoas – tais como em equipes de futebol. O movimento recebeu o nome de Comandos Nacionalistas ou Grupos dos Onze Companheiros, mais conhecidos como Grupos dos Onze. Entre o final de 1963 e os meses que antecederam o início do regime militar, calcula-se que tenham sido criados no país em torno de 24

Grupos dos Onze: jornal Panfleto e outros documentos da organização criada por Leonel Brizola, em 1963. (Projeto República/Departamento de História da UFMG)



Primeira página de Panfleto em 23 de março de 1964.

A INFORMAÇÃO IMPARCIAL NA INTERPRETAÇÃO BRASILEIRA:
REPÓRTER PETROBRÁS
 ÀS 7:30 - 12:54 - 18:39 - 20:24 E 22:04 HS.
 (AOS DOMINGOS, ÀS 12:34 HS.) PELA

RÁDIO MAYRINK VEIGA
 EMISSORA DA REDE PARANÁ

PRODUÇÃO DO DEP. POLÍTICO E JORNALÍSTICO DA PRA-9 SOB A DIREÇÃO DE RAIMUNDO NOBRE DE ALMEIDA

* OUVINDO A MAYRINK VOCÊ FICA SABENDO DE TUDO!

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709

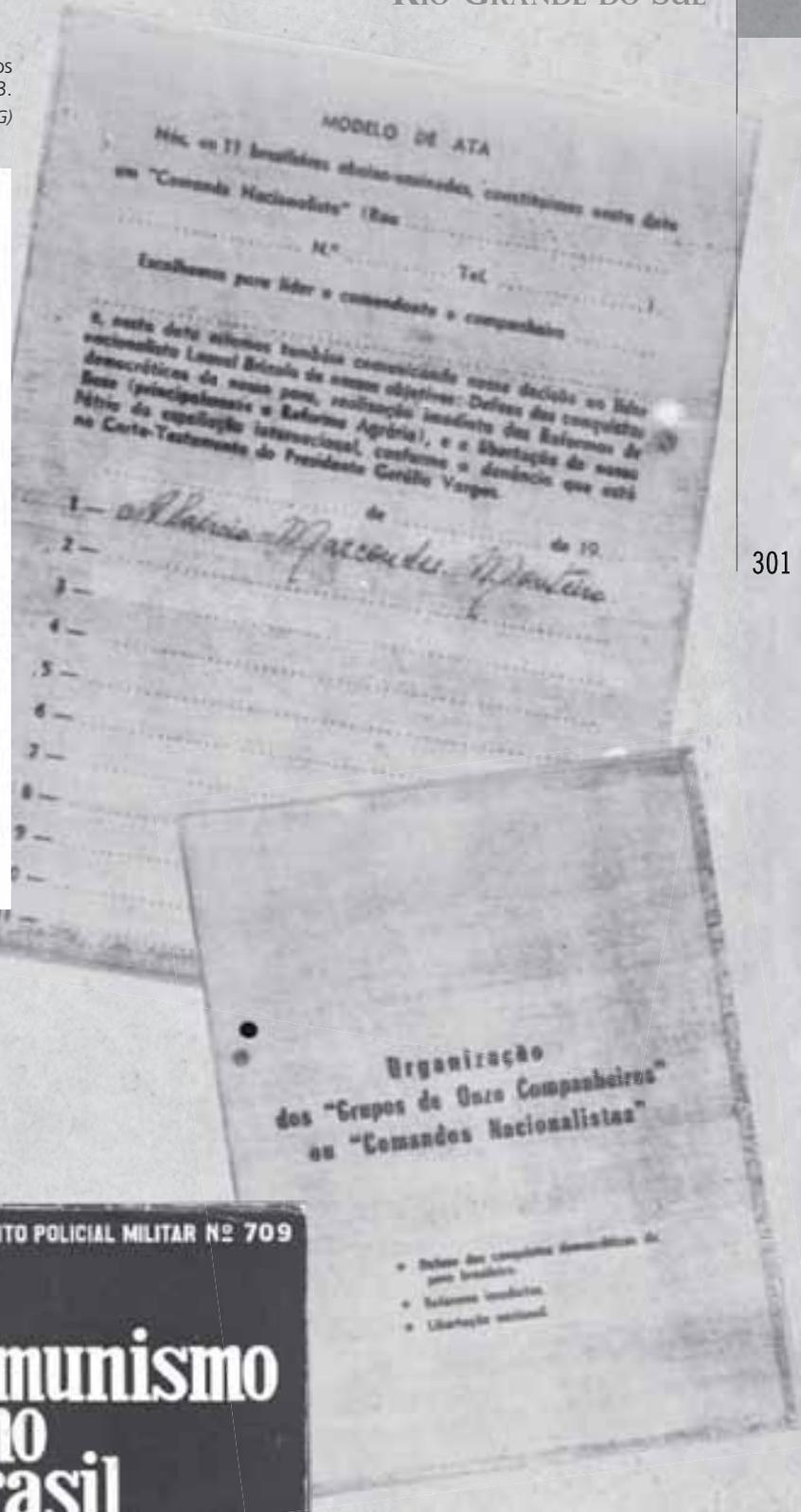
O comunismo no Brasil

Y- A AÇÃO VIOLENTA

Biblioteca do Exército - Col. 1074

40 VOL

IPM sobre o comunismo: documento descreve a ação dos Grupos dos Onze no volume "A ação violenta". (Reprodução do 4º volume do IPM/Biblioteca do Exército)



mil grupos. Seu propósito era nacionalizar as empresas estrangeiras, impor o controle de remessa de lucros para o exterior, lutar pelo programa das Reformas de Base e, principalmente, pela Reforma Agrária.

Quando foi deflagrado o golpe militar de 1964, os grupos foram imediatamente desmantelados e seus membros presos, perseguidos e mortos. Um pronunciamento de Brizola em 25 de outubro de 1963, na rádio Mayrink Veiga, havia sido registrado no Inquérito Policial Militar número 709, sobre "O Comunismo no Brasil". Neste discurso, quando o Brasil havia recentemente conquistado o bicampeonato mundial de futebol (com as vitórias de 1958 e 1962), Brizola utilizava metáforas tiradas do universo esportivo para traduzir em linguagem simples as suas propostas:

*Nós agora ingressamos na fase em que precisamos trabalhar, atuar, agir em equipe. Passamos agora a entrar no campo para jogar a partida; até agora estávamos dando balãozinho; cada um podia fazer seu jogo individual, tomar suas iniciativas e dar balãozinho à vontade; agora estamos em campo. O jogo, agora, é no campo; observem que na hora da partida são onze jogadores, um só não adianta, nem dois, nem três; são onze jogadores, precisamos agora agir, trabalhar, atuar, lutar em equipe. Então, quero pedir a todos os brasileiros patriotas de todas as gerações, homens e mulheres de todos os recantos da pátria, das cidades, das oficinas, dos escritórios e dos campos; organizemo-nos em equipe (...); procurem um grupo de amigos, companheiros e formem um círculo, um grupo, uma unidade, cujo nome daremos depois a seguir; formem uma equipe. Vamos formar um time de futebol com unidade de onze (...).*⁸

O documento apreendido no regime militar continha "instruções secretas", reservadas aos "comandantes regionais", sugerindo que o ideal seria constituir Grupos dos Onze nas categorias profissionais e evitar parentes consanguíneos e amigos íntimos. Outro item comparava grupos à Guarda Vermelha da Revolução Russa de 1917. Havia instruções a "ação preliminar", segundo as quais "a escassez inicial de armas poderosas e verdadeiramente militares" seria suprida "pelos aliados militares" na Guanabara, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. O ponto sobre "Tática Geral de Guerrilha Nacional" mencionava que a greve geral seria o "sinal inicial de que a massa operária está disposta à luta em qualquer terreno". O documento orientava que "os companheiros dos Grupos dos Onze deveriam ter pseudônimos, somente conhecido de seu próprio grupo", como nas demais organizações clandestinas da época.



As rádios como tribuna:

assim como fizera na Cadeia da Legalidade (foto acima, de 1961), Brizola utilizaria programas radiofônicos para concitar à adesão aos Grupos dos Onze.

(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)

8. IPM. O comunismo no Brasil. 1967, p. 393.



ACUSADO DE
ATUAR EM
GUERRILHA,
FOI PRESO,
ESPANCADO
E JOGADO
DO SEGUNDO
ANDAR DO
BATALHÃO DE
FRONTEIRAS

304

SILVANO SOARES DOS SANTOS

Filho de camponês, o agricultor Silvano Soares dos Santos nasceu em 1929, em Três Passos (RS). Morador de Campo Novo (RS) e militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), ligado a Leonel Brizola, Silvano foi preso por tropas do Exército, em 1965, quando participava da chamada “Guerrilha de Três Passos”, deflagrada na cidade do mesmo nome, no norte gaúcho.

Devido às suas atividades políticas, ele foi preso novamente pelo regime militar, em 10 de junho de 1970, no 2º andar do Batalhão de Fronteiras. Morreu na prisão 15 dias depois de sua detenção. A denúncia de sua morte foi feita pelo irmão Alberi Vieira dos Santos, ex-sargento da PM gaúcha, considerado o braço direito do comandante da guerrilha, o coronel cassado do Exército Jefferson Cardim. De acordo com a denúncia de Alberi – também assassinado pelas forças de repressão em 1979 –, Silvano foi preso, torturado e jogado do 2º andar do Batalhão de Fronteiras. Morreu em 26 de junho, aos 41 anos de idade, vítima de um derrame provocado pelas violências que sofrera. O médico que assinou o atestado de óbito indicou como causa da morte “caquexia”, sustentando que Silvano havia morrido em sua própria residência.

A viúva de Silvano ingressou com requerimento junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) para obter o reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte do marido. No entanto, os dados relativos à segunda prisão do camponês não foram localizados para que o pedido fosse deferido. O processo não foi reapresentado após a ampliação dos critérios da Lei nº 9.140/95, o que, segundo o relatório da Comissão Especial, poderia ter permitido seu deferimento.

A Guerrilha de Três Passos

A chamada “Guerrilha de Três Passos”, iniciada em 25 de março de 1965 na região norte do Rio Grande do Sul, foi um movimento de curta duração: sua gestão e deflagração ocorreu em 144 horas e em 36 horas já havia sido derrotada pelo Exército. O levante armado – comandado pelo ex-coronel do Exército Jefferson Cardim, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e pelo sargento da Brigada Militar gaúcha Alberi Vieira dos Santos – originou-se da perplexidade dos exilados brasileiros no Uruguai diante da ação violenta da ditadura e das dificuldades encontradas pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) para iniciar ações de resistência armada no Brasil.

A Operação Três Passos devia ser lançada até 31 de março de 1965, data do primeiro aniversário do golpe que instaurou a ditadura militar no país. O plano compreendia uma ação armada de grande repercussão que estragasse a comemoração da “Redentora”. Em dois dias, os guerrilheiros obtiveram mil

CONFIDENCIAL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - RJ
SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO

N.º 12.170-1/79

10/07/79
 Sr. ALBERTO ALBERI VIEIRA DOS SANTOS
 RJ 28 11/79 - 01/01/79/79
 01/01/79/79
 1-2

 01/01/79/79
 CÓPIA "LAIAS DE SEQUE DE SUBVERSÃO" E DE FOTOGRAFIA

1- ALBERTO VIEIRA DOS SANTOS, natural de Três Passos/RS, nascido em 2 10/07/37, filho de Antônio Vieira dos Santos e Márcia Soares de Lima, que se tornou conhecido após liberar, em 1º de dezembro de 1978, o então deputado, ex tenente coronel Jefferson Cardim de Melo, ex tenente coronel de Três Passos, RJ, com um lance armado entre o exército militar constituído no dia.

2- Em 1979 teve a nacionalidade brasileira preventiva decretada pela JUIZ Adjunto de Comarca de Cristiana/RS, com base no art. 111 e 112 do CPP.

3- Informa-se ainda que o mencionado em 1976, usou o nome de JACQUES GONDES DE LIMA e sob o 19 argentino em nome de ALBERTO VIEIRA DE LIMA, bem como o apelido de "Cavaleiro", no Rio de Janeiro - RJ, sendo que nesse nome o ALBERTO se teria introduzido na Argentina para o Brasil, sendo que o nome de origem (paraguai e outros dados) é - Coronel que ALBERTO VIEIRA DOS SANTOS, possui passaporte emitido no México que em 1º/09/76, Carteira de Identidade nº - 31400047 do que teria sido o nome de nascimento no México.

4- Pela Circular nº 12/02/79 do Instituto de Polícia nº 10/79-00/79/79. 142

5- Pela Circular nº 12/02/79 do Instituto de Polícia nº 10/79-00/79/79. 142

CONFIDENCIAL



Um coronel rebelde: Jefferson Cardim, que chefiou a Guerrilha de Três Passos (RS), aparece preso na foto maior, depois de ter sido torturado pelos militares. Nas imagens menores, cartão assinado por Cardim; prisão de outro guerrilheiro; e documento sobre o sargento Alberi Vieira dos Santos, assassinado pela repressão.

(Projeto República/Departamento de História da UFMG)



Col. Jefferson Cardim de Almeida Correia
 OFICIAL DO EXERCITO
 Com. das Forças Armadas de Libertação Nacional

Col. Jefferson escreveu do próprio punho: Comandante das Forças Armadas de Libertação Nacional.



A prisão dos guerrilheiros: Coluna comandada por Cardim foi cercada e derrotada pelas forças do Exército em 25 de março de 1965, próximo a Cascavel (PR).

*(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)*

dólares, três armas de caça tchecas e três mil tiros de munição. Uma coluna de 25 guerrilheiros atravessou de caminhão a fronteira do Uruguai com o Brasil e chegou à cidade gaúcha de Três Passos, em 25 de março daquele ano. Ali, atacou com sucesso dois alvos em busca de armas e munições: o destacamento da Brigada Militar e um presídio. O ataque ao alvo seguinte – uma agência do Banco do Brasil – foi frustrado, porque era preciso arrombar o cofre e os guerrilheiros não tinham nem meios nem treinamento para isso.

No mesmo dia, Cardim e seus homens ocuparam a estação da Rádio Difusora e divulgaram um manifesto à Nação. Na sequência, a coluna partiu em direção ao norte, atravessou Santa Catarina e avançou até a cidade de Francisco Beltrão, perto de Foz do Iguaçu, no Paraná. Vários camponeses dos estados do Sul, a maioria deles simpatizante das idéias de Leonel Brizola, incorporaram-se ao levante. No trajeto, os guerrilheiros atacaram quartéis e destacamentos policiais, em busca de armamentos. O plano era seguir até o Mato Grosso, mas a coluna foi cercada por tropas do Exército no dia 25 de março nas imediações do município de Cascavel (PR). O manifesto havia sido retransmitido por emissoras da rádio que, alarmadas, anunciavam um exército guerrilheiro de 400 homens. Uma operação de vulto foi montada pelos militares para liquidar com o movimento. Os guerrilheiros chegaram a entrar em combate com o Exército que utilizava, inclusive, aviões de reconhecimento para rastreamento da área. Preso, o ex-coronel Jefferson Cardim foi barbaramente torturado. Dois dias depois, foi capturado o sargento Alberi Vieira dos Santos, o outro líder do movimento, que também sofreu espancamentos antes de ser preso.

ZELMO BOSA

DEPOIS DE
SUCESSIVAS
DETENÇÕES,
O CAMPONESES
DESAPARECEU
EM 1976

Na década de 1960, o agricultor Zelmo Bosa, nascido em Ronda Alta (RS) em 1937, atuou ativamente na organização dos Grupos dos Onze na localidade de Trindade do Sul, na época pertencente ao município de Nonoai, onde chegou a ser vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De acordo com documentos reunidos pela Comissão Especial pela Anistia no Rio Grande do Sul, depois do golpe militar de 1964, o trabalhador foi detido diversas vezes em função de suas atividades políticas. Embora as informações sejam imprecisas, ele teria desaparecido por volta de 1976.

Entre as atividades consideradas “subversivas”, Zelmo teria participado de ocupações de terra para pressionar pela desapropriação das áreas. O vereador João Maria Antunes contou que, em 1964 ou 1965, “alguns brigadianos chefiados pelo cabo João, estiveram na casa de Zelmo e o prenderam”. Depois disso, o agricultor teria desaparecido. Outro depoimento, de Antônio Conceição dos Santos Machado, mencionava que, entre 1974 e 1975, o agricultor passou na sua casa e pediu-lhe mantimentos, pois enfrentava dificuldades por estar sendo perseguido pela polícia. Outro conhecido, Cleto dos Santos, líder do PTB em 1964 em Nonoai, contou que o agricultor esteve em certo momento ligado à “Guerrilha de Três Passos”, deflagrada em 1965 na cidade do norte gaúcho, sob o comando do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. Zelmo teria sido preso em abril daquele ano numa praça de Nonoai e reagido à prisão, numa operação chefiada pelo coronel Gonçalo Curi de Carvalho e pelo delegado Sebastião Nunes.

Segundo uma das versões, depois das perseguições de que foi vítima, Zelmo teria ido para o Paraná e depois para o Mato Grosso. De forma clandestina, teria retornado algumas vezes a Nonoai para visitar a família. Em outra versão, ele teria sido assassinado pela polícia num local denominado Cascata do Lobo. Depoimentos reunidos pela Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos (CEMDP) registram que, na ocasião do desaparecimento do trabalhador, os amigos Cleto dos Santos e João Maria Antunes procuraram por ele nas delegacias de polícia e no Instituto Médico Legal (IML), mas não encontraram qualquer vestígio dele, “vivo ou morto”. A própria imprecisão e fragmentação das pistas caracteriza boa parte dos desaparecimentos e assassinatos praticados durante o regime militar.

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

308

Avelmar Moreira de Barros,
assassinado no DOPS-RS
em 1970.

(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)



João Machado dos Santos (“João Sem Terra”), pequeno proprietário rural, um dos líderes do Movimento dos Agricultores sem Terra (Master) no Estado, preso e torturado em 1963, viveu 25 anos na clandestinidade, com nome falso em Goiás, para fugir à repressão intensificada com o golpe de 1964. [Fonte: Livro *João sem Terra*, 1987; filme *João Sem Terra*, 2010]

Leopoldo Chiapetti, agricultor do município de Mariano Moro, preso e torturado pela Polícia Militar gaúcha, em 30 de abril de 1964, acusado de pertencer ao Grupo dos Onze na região. [Fonte: DMV]

Zelmo Bosa, agricultor, atuava na organização dos Grupos dos Onze na localidade de Trindade do Sul (RS), preso diversas vezes em função de suas atividades políticas após o golpe de 1964, desapareceu provavelmente em 1976. [Fonte: DMV]

Silvano Soares dos Santos, jovem líder camponês de Campo Novo, que participou da Operação Três Passos, comandada pelo coronel Jeferson Cardim, em março de 1965, foi assassinado no mesmo ano, após prisão no Batalhão de Fronteiras. [Fonte: Contag; MST]

Avelmar Moreira de Barros, camponês nascido em Viamão, preso no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RS) em 22 de março de 1970 e assassinado na prisão dois dias depois. Ele era chacareiro do ex-tenente Dario Viana dos Reis, membro da VAR-PALMARES, que também foi preso e torturado neste período. Depois da morte, o DOPS divulgou a versão de que Avelmar havia se suicidado na prisão. A necropsia, realizada pelo IML/RS, descreve ferimentos no rosto e punhos, além de corte na carótida. A versão oficial da morte foi “suicídio no xadrez do DOPS”, com uma lâmina de barbear, que teria sido entregue a ele - estranhamente - nos dois dias em que era torturado pelos agentes da repressão. [Fonte: DMV].

Constâncio Soares, trabalhador rural, peão no município de São Gabriel, torturado até a morte, em julho de 1980. As sevícias foram ordenadas pelo fazendeiro Odacyr Denardin, como vingança ao fato de que o trabalhador havia ingressado na Justiça do Trabalho, exigindo o pagamento de seus vencimentos. O peão foi encontrado com um atestado de óbito falso, que atestava a morte por “enfarto do miocárdio”. Entretanto, os advogados contratados pelo enteado da vítima solicitaram a exumação do cadáver, quando ficou constatado que a verdadeira causa da morte foram as graves lesões nas pernas, fratura no crânio e lesões nos órgãos genitais, sofridas durante as torturas. Um filho do peão e uma testemunha revelaram que estavam sofrendo ameaças por parte do fazendeiro e de um cabo da polícia militar, também envolvido no crime. [Fonte: MST]

PARANÁ

MANOEL JACINTO CORREIA

Conhecido como “Velho Mané”, Manoel Jacinto Correia, nascido em 1917, em São João do Cariri, Paraíba, chegou ao Paraná ainda moço e conheceu o Partido Comunista ao chegar à região norte do estado, por meio do médico Newton Câmara. Foi vereador pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e se tornou um dos protagonistas da “Guerrilha de Porecatu”. Preso 17 vezes e indiciado em cinco processos, Manoel viveu dez anos na clandestinidade. Militante do PCB nos anos 40 e 50, ele fundou a União dos Trabalhadores de Londrina e as primeiras associações profissionais da cidade, além de ter sido pioneiro na criação dos sindicatos dos trabalhadores rurais na região.

Aos sete anos de idade, Manoel era guia de seu pai, um trabalhador cego e pobre, que agredia o menino quando este não conseguia alguns trocados. Ao crescer, o jovem Manoel desempenhou as atividades de vaqueiro, tropeiro, pregador, pedreiro, marceneiro, além de corretor de seguros. De acordo com informações obtidas por Fernandes (2007) em pesquisa dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná, em 1975, quando foi preso na Operação Marumbi, o líder comunista declarou ter 15 filhos, sendo oito legítimos, quatro naturais e três adotivos.

Segundo as informações armazenadas pelos órgãos de repressão, Manoel foi acusado, em 30 de janeiro de 1949, de organizar um churrasco para carroceiros às margens do rio Tibagi, em Jataizinho, com o objetivo de arrecadar dinheiro para o extinto PCB. Na ocasião, ele foi detido juntamente com outras 11 pessoas, entre elas, alguns operários. Na época, já era vereador e gozava de estima por parte de seus colegas da Câmara Municipal, de forma que os protestos contra sua prisão mobilizaram não apenas seus correligionários, mas também opositores, tais como o fazendeiro Milton Menezes, da UDN, e o então prefeito e também fazendeiro, Hugo Cabral. Um protesto verbal à prisão de Manoel valeria a Menezes a pecha de “comunista” e também, por sua vez, uma ficha no DOPS/PR. Algum tempo depois, em 17 de junho de 1951, quando a polícia promoveu as prisões em Londrina de Manoel Jacinto e Flávio Ribeiro, entre outros, Menezes tomou conhecimento de que seu nome constava nos arquivos do DOPS/PR. Uma correspondência dele ao governador solicitava o cancelamento daquelas anotações.

As primeiras anotações sobre Manoel Jacinto no DOPS/RS datam de janeiro de 1947, constando ainda um ofício do Comitê Municipal do PCB encaminhado ao juiz da 27ª Zona Eleitoral com a indicação de seu nome às eleições. Em 1948, já como vereador eleito, foi secretário do Comitê Muni-



Reproduzida em Fernandes, 2007

UM DOS LÍDERES DA GUERRILHA DE PORECATU, CONTINUOU A SER PERSEGUIDO PELOS MILITARES ATÉ MEADOS DOS ANOS 70

principal do partido e suplente do Comitê estadual. Foi neste período que o PCB fez seus primeiros contatos com os posseiros de Porecatu, através do Comitê Municipal de Jaquapitá. Diante da gravidade da situação das famílias dos posseiros, Manoel Jacinto solicitou apoio ao Comitê Estadual. A partir daí, outros militantes passaram a comparecer à região, entre eles, o vereador Newton Câmara e o advogado Flávio Ribeiro. A decisão do partido de assumir a organização da luta armada no norte do Paraná teria sido formalizada em novembro de 1948.

Uma das detenções de Manoel ocorreu em 7 de agosto de 1949, quando ele participava do Congresso Estadual Pró-Paz, no quintal da residência do médico Newton Câmara, para onde se encaminhavam centenas de ativistas. A bandeira de defesa da paz mundial possibilitava ao PCB, na clandestinidade, uma atuação junto aos setores populares. No relatório do inquérito relativo aos acontecimentos de Porecatu, de 3 de julho de 1951, as notas feitas pelos agentes da repressão referiam-se a Manoel Jacinto como um “elemento de direção comunista”, em cujo poder “foi apreendido farto material de propaganda subversiva”.

Em 1952, Manoel Jacinto foi preso novamente em São Paulo, na cidade de Barretos. O jornal comunista *Hoje* anunciou no ano seguinte uma campanha de arrecadação de recursos para custear a defesa de dois presos políticos: o próprio Manoel e Eduardo Figueiredo, que acabaram sendo libertados. Em agosto de 1961, as notas feitas em seu prontuário no DOPS revelavam a suspeita de que ele fosse o “elemento de ligação entre a capital e os comunistas de Maringá”.

Já no governo militar, em 1967, Manoel foi indiciado no Inquérito Policial Militar instaurado para apurar atividades do PCB no Paraná e em Santa Catarina, e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Absolvido no ano seguinte, sofreria outro indiciamento em inquérito por atividades relacionadas à militância no PCB em janeiro de 1971. Em 7 de abril de 1969, os agentes da repressão registraram;

Comunista atuante em Foz do Iguaçu. Antes da Revolução distribuía propaganda ostensivamente e recebia dinheiro do exterior. Esteve desaparecido na época da Revolução, mas agora começou agir novamente. Pertence à linha Chinesa.⁹

Os registros feitos no ano de 1970 davam conta de seu ingresso no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Em 1973, uma anotação informava sobre sua detenção, pelo DOPS/SP para “averiguações sobre atividades subversivas”. Em setembro de 1975, Manoel seria novamente encarcerado na chamada “Operação Marumbi”, desencadeada pelos órgãos de repressão no ataque a subversivos e comunistas – similar à Operação Oban, desenvolvida em São Paulo, e à Operação Barriga Verde, em Santa Catarina.

Em suas declarações durante interrogatório no DOI do III Exército, em Curitiba – certamente para despistar os agentes –, Manoel adotava um discurso de contrição. Dizia estar “queimado” com o PCB e que não sabia das atividades políticas de sua filha, Elza Correia. Admitiu que talvez pudesse ter tomado alguma “atitude de caráter comunista”, mas afirmou que não era comunista e que estava disposto a escrever uma carta à imprensa repudiando o marxismo.¹⁰ Duas notas feitas em 1975 lhe atribuíam

9. Reproduzido por Fernandes, 2007.

10. Uma reprodução desses documentos foi feita por Fernandes (2007), em sua dissertação de mestrado.

diferentes pertencimentos partidários. Na primeira, feita em maio daquele ano, era considerado como vinculado ao PCB, dado que teria sido obtido no “desbaratamento das gráficas do PCB no Rio e em São Paulo”. Na anotação seguinte, feita em agosto, como parte do Relatório do IPM sobre o PCBR, era mencionado que, em fevereiro de 1969, Manoel representou aquela organização durante reunião realizada na localidade de Pontal do Sul (PR) e teria sido indiciado no IPM de Apucarana.

Outros registros feitos no mesmo ano davam conta da mobilização de carros de diferentes cidades num sítio que seria de propriedade de Manoel. Ao ser questionado sobre essas reuniões, num dos interrogatórios, Manoel disse que, após o seu indiciamento no IPM do PCBR, em 1970, ele teria abandonado a militância e que as reuniões em sua casa eram para a prática do espiritismo. Afirmou que antes, em 1966, ingressara no PCBR por discordar da condução do PCB.

Na ocasião, o comandante do CODI-DOI justificou que aquela prisão, especificamente, tinha sido decretada em razão da informação de que Manoel havia hospedado o advogado Luiz Ferreira Gonzaga, “foragido” da Bahia em 1964. Manoel admitiu que conhecia o advogado, o qual havia estado na sua residência numa ocasião. Indagado então sobre suas idas a uma chácara misteriosa nos fins de semana – viagens essas que eram monitoradas pelos agentes –, ele afirmou que seria a residência de sua “amante”, Lídia Sena Ribeiro, que lá vivia com quatro filhos.

Entre os documentos apreendidos pela repressão, havia um bilhete manuscrito, sem a identificação do ano, enviado “ao companheiro Manoel Jacinto Correia” pelo líder comunista Gregório Bezerra, no qual este se referia a “fortes lutas” que estariam travando. Um dos contatos que mantinham era, justamente, relativo aos conflitos de Porecatu. Informações disponíveis dão conta que os líderes comunistas Gregório e Agildo Barata teriam ido pessoalmente conferir as operações no norte do estado. Naquele contexto, Manoel era considerado uma espécie de emissário, que saía de Londrina para acompanhar as atividades da guerrilha. De acordo com a esposa, Anita Correia, ele era “muito dedicado” e

*“passava meses seguidos enfurnado no mato... às vezes, voltava de madrugada, com até 10 posseiros pra gente alojar e dar comida... Ele não falava muito sobre a situação... só dizia que a coisa estava feia, que era pra gente se preparar porque ele podia ser morto em combate”.*¹¹

O conflito de Porecatu foi uma espécie de embrião para a implantação do PCB no campo, que modelaria, ainda, as primeiras formas de representação coletiva em torno do campesinato.¹² Naquele período, o partido havia organizado Ligas Camponesas nos municípios de Porecatu, Centenário do Sul e em Jaguapitã – esta última reunia 400 associados. Apesar da longa resistência em Porecatu, no final, em 1951, como explica Manoel Jacinto, os posseiros “já não lutavam mais para manter suas áreas, mas para fugir da polícia”. Com o aniquilamento do movimento pelas forças policiais, os comunistas remanescentes serviriam de elo para o desenvolvimento posterior das “uniões gerais de trabalhadores”, que dariam origem aos primeiros sindicatos de trabalhadores agrícolas.¹³

11. Registro feito por Silva, 2006, p.66.

12. Silva, 2006, p. 19.

13. Ver Silva, 2006, p.20

Manoel Jacinto morreu em 1983, devido a problemas pulmonares, uma seqüela das más condições de vida e das torturas que sofreu na prisão. Em 2009, o governo do estado do Paraná criou o Arquivo Manoel Jacinto Correia, em homenagem ao líder comunista, com o objetivo de preservar e difundir a memória social e política dos movimentos populares. Na inauguração do acervo – que reúne livros, cartazes, manifestos, panfletos, jornais e arquivos de áudio e vídeo retratando a mobilização de trabalhadores e estudantes na região –, Elza Correia, filha de Manoel, afirmou que seu pai lhe mostrou “que é possível lutar por uma vida mais justa”, considerando que ele havia se tornado um “herói” das lutas dos trabalhadores naquele estado.

“Guerrilha de Porecatu”, a única experiência de luta armada do PCB

312

Nas décadas de 40 e 50, conflitos importantes mobilizaram camponeses na região norte do Paraná. A região vinha sendo palco de enfrentamentos envolvendo posseiros, grileiros, fazendeiros e, inclusive o Estado, que deram lugar à chamada “Guerrilha de Porecatu”. De um lado, estavam as forças policiais dos estados do Paraná e de São Paulo, que apoiavam jagunços, fazendeiros e grileiros; de outro, posseiros, apoiados por militantes comunistas.¹⁴ O conflito foi abertamente deflagrado quando os camponeses que habitavam as terras devolutas de Jaguapitã e Porecatu passaram a resistir aos despejos de suas terras, em ações armadas. O conflito eclodiu na área formada pelos municípios de Jaguapitã, Guaraci, Centenário do Sul e Porecatu, situados na região limítrofe ao estado de São Paulo. O epicentro da revolta situou-se em Porecatu, na área do “grilo” conhecida por Barra de Tibagi, com cerca de 4 mil hectares, delimitada pelos rios Paranapanema, Centenário, Ribeirão do Tenente e a rodovia Porecatu-Centenário do Sul.¹⁵

Especialmente a partir dos anos de 1940, a região norte assistiu a uma ocupação desenfreada de pequenos posseiros, grileiros e cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais que se misturaram à população que já ocupava o local. Em 1945, o governador do Paraná, Moisés Lupion, concedeu títulos de terras na região para apadrinhados políticos, embora muitas dessas terras já se encontrassem ocupadas por posseiros e, em alguns casos, estes tivessem ainda o título de propriedade. Os posseiros começaram a ser expulsos da região através de ações violentas comandadas pelos grandes proprietários. Com a intensificação do conflito, em 1947, o governador Lupion prometeu títulos de propriedade no município de Paranaíba para os posseiros que concordassem em deixar a região. Muitos aceitaram a proposta, mas o governador não cumpriu a promessa. Revoltados, os trabalhadores recorreram a lideranças do PCB. Sob a orientação deste partido, inicialmente, a tática adotada foi denunciar a situação aos meios de comunicação e encaminhar judicialmente a questão. Porém, os resultados não foram animadores. O próximo passo foi a adoção da tática de guerrilha como forma de luta contra os fazendeiros. Foi

14. Silva, 2006, p.51.

15. Silva, 2006, p.55.

a primeira vez no país que o PCB engajou-se na preparação de um combate armado. O envio de representantes do partido à região do conflito se tornou cada vez mais freqüente, segundo um registro feito por Silva (2006), a partir de documentos da época:

“Aos poucos, esses emissários foram conduzindo a questão para o lado do comunismo, trazendo sempre jornais e boletins e pregando a necessidade de se unirem em defesa do solo, que pertencia a quem nele trabalhava, procurando sempre fazer uma campanha de indisposição dos trabalhadores contra os fazendeiros, até que um deles propôs que se unissem todos em bandos armados, para tomarem conta do solo à força, resistindo até ao governo, se possível fosse”.¹⁶

Com a orientação do PCB, os camponeses passaram a receber treinamento de guerrilha na mata. Uma das primeiras ações dos rebeldes foi a constituição de duas equipes para realizar ações táticas. Essas equipes eram compostas por 12 homens, em média, liderados por Hilário Gonçalves Padilha Filho, o Itagiba, e por Arildo Gajardone, conhecido como Strogof. Desde a constituição dos grupos, os dois chefes já tinham status de quadros do Partido Comunista. Os grupos estavam divididos em acampamentos de tipo militar, instalados na mata. Alguns de seus membros tinham experiência no Exército, de forma que a organização seguia uma disciplina rígida. Nessa época, os posseiros encontravam-se organizados em Ligas Camponesas, fundadas sob a orientação do PCB. Naquele período, o PCB de Londrina mantinha intensa atividade de propaganda no meio rural. O jornal *O Momento*, que viria a ser porta-voz dos posseiros era editado em Londrina, assim como os panfletos e impressos sobre o movimento.

Por meio das Ligas, os posseiros enfrentaram fazendeiros e jagunços. Cenas de violência se sucederam até o dia 10 de outubro de 1950, quando ocorreu o enfrentamento mais grave. Na ocasião, tropas militares chegaram para despejar os posseiros da fazenda Palmeira. Três violentos combates deixaram um saldo de seis mortos – quatro posseiros, um adolescente, e um jagunço –, além de vários feridos. Depois desse dia, as forças policiais passaram a temer entrar nas posses. Outra forma de pressão sobre os proprietários de terras foi feita através das greves rurais, estimuladas pelos comunistas. Para espalhar o pânico entre as elites e seus aliados, os rebeldes prepararam uma “lista negra” – nunca divulgada – que conteria o nome dos que seriam executados de forma sumária.¹⁷

Os posseiros resistiram por muito tempo, mas, em 1951, o movimento ficou acuado, num período

16. Silva, 2006, p.62.

17. Silva, 2006, p. 73-74.

Cenas de um combate:

imagens da revista *O Cruzeiro* sobre a Guerrilha de Porecatu, ocorrida no norte do Paraná no começo dos anos 50.

Revista *O Cruzeiro*, 1951.

(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)



marcado por uma cisão entre os posseiros e os líderes do PCB. A crise se agravou quando, em 1951, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto fez uma proposta aos trabalhadores acenando com o compromisso de assentá-los na própria região. Os líderes do PCB estabeleciam uma série de condições para o acordo, até que o governador endureceu as negociações e, depois de uma série de cercos militares, pôs fim ao conflito. Os posseiros foram obrigados a aceitar terras na região oeste do Estado.

Depoimento

Um grileiro a outro: “E os corpos?” A resposta: “Pergunte aos peixes do rio”

“No ônibus em que eu viajava [ao Norte do Paraná] iam também dois grileiros conversando; pela conversa – que ouvi – percebi que a situação dos posseiros era dramática na região. Um dos grileiros perguntou ao outro como ia a questão dele com os “intrusos” que tinham ocupado as terras que lhe pertenciam; o outro respondeu que havia liquidado tudo.

- A questão?
- Os intrusos.
- E os corpos?
- Pergunte aos peixes do rio.

Contei a conversa aos companheiros que me acolheram em Londrina e um deles disse que se lembrava de ter lido na Gazeta de Londrina, poucos dias antes, que tinham sido recolhidos em redes de pescadores, no rio Paraná, cinco ou seis cadáveres, amarrados em um só feixe por uma corda.

Os camaradas do Comitê Regional puseram-me a par das dificuldades da região e do partido. O partido lá estava numa crise financeira grave. Seu crédito estava bastante abalado; devia a Deus e ao diabo. Nossos contribuintes mais compreensivos eram constantemente procurados e já estavam recebendo de cara fechada nossos representantes, em virtude das visitas repetidas. Discutimos e elaboramos um plano para enfrentar essa situação.

Normalizada a situação financeira, fiz um giro pela região, entrando em contato com os companheiros de diversos municípios. Voltei a Londrina e de lá fui a Maringá. Instalei-me no centro de uma rica região agrícola: Alto Paraná, Paranaíba, Pirabiru, Campo Mourão, Cascavel, Toledo, Engenheiro Beltrão, Mamboré, Cianorte, Terra Nova. Toda a produção dessa zona se escoava para Maringá.

Lançamo-nos ao trabalho e aos poucos o partido começou a crescer em toda a região. Dávamos especial importância à organização dos posseiros contra a grilagem. Sempre que possível, explicávamos aos trabalhadores a importância da união de todos eles para poderem enfrentar os grileiros, os jagunços, os donos de cartório, os juizes corruptos, a polícia. Uma vez, em

Cascavel, fui chamado à parte por um camponês, que me disse: “Eu conheço você, Gregório. Fui operário da fábrica de fiação e tecelagem de Paulista. Em 1945, votei em Prestes para o senado e votei em você para deputado federal. Depois, fui expulso da fábrica e acabei vindo bater com os costados aqui por estas bandas. Aqui tenho prosperado: colhi boas safras, possuo umas vaquinhas e um mangueiro de porcos. Conte comigo; farei tudo para ajudar meus irmãos posseiros e o partido”. Este companheiro, de fato, nos prestou depois boa ajuda.

(...)

Em Cascavel, realizou-se uma assembléia da União dos Posseiros, que mobilizou mais de cem camponeses, inclusive posseiros da serra do Boi Preto. A massa ficou entusiasmada com Terra Livre [jornal do PCB dirigido aos camponeses]. Todos queriam o jornal, apesar de mais de 80% serem analfabetos. Sugeri que os que não soubessem ler se agrupassem em torno de um posseiro que pudesse ler em voz alta. (...)

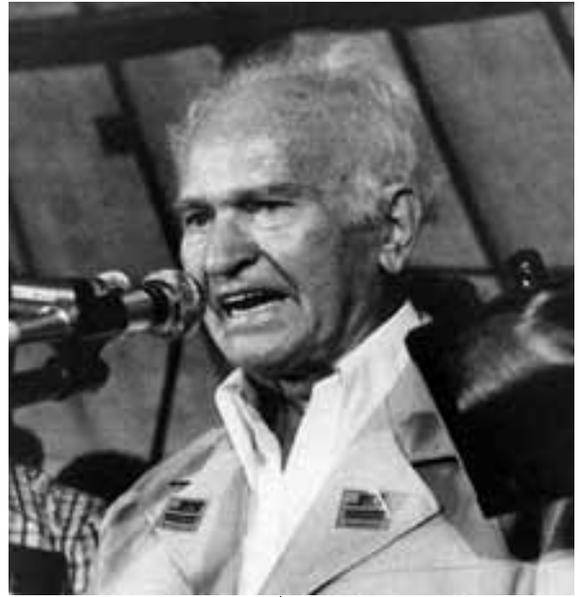
Em minha atividade na região de Campo Mourão, Mamboré e Toledo, andei passando por algumas situações difíceis. Lá existiam alguns posseiros enriquecidos que também se tornavam grileiros. Precisava estar atento para não me iludir com os posseiros ricos fantasiados de posseiros pobres. Uma vez, escapei por pouco de um grupo de pistoleiros; consegui me esgueirar, mas saí com um balaço no corpo. Um posseiro pobre me transportou até Pirabiru, onde fui tratado.

Lançamos uma campanha – muito bem sucedida – pela sindicalização em massa dos camponeses. Em menos de três meses, só o sindicato de Londrina já contava com mais de 18 mil associados. Com a ajuda dos advogados, começamos a intimar os fazendeiros para comparecerem à Justiça. Os fazendeiros, irritados, comentavam:

- A geada não é nada. A geada só mata café novo, de um a dois anos. E o governo indeniza, a gente acaba não perdendo nada. O pior é a praga do comunismo, que está se alastrando pelo Norte do Paraná! Os sindicatos já estão mandando em tudo, os peões, os colonos e demais trabalhadores não nos respeitam mais, querem discutir de igual para igual com os patrões. Quem já viu semelhante absurdo? Só mesmo uma ditadura militar pra dar jeito nesta baderna!

Mas ainda não foi daquela vez que veio a ditadura pela qual os fazendeiros ansiavam (...). Estávamos em 1955.

(...) Fui mandado, então, a Porecatu. Tinha muita vontade de ir lá, pois em Porecatu havia sido travada uma luta que durara 18 meses. Um punhado de bravos combatentes (entre os quais alguns comunistas) havia mostrado à massa dos posseiros que, unidos e organizados, os camponeses



A solidariedade

comunista: Gregório Bezerra (acima, em foto de 1980) lançou campanha pela sindicalização de camponeses no norte do Estado.

(Acervo Iconographia)

podiam resistir e enfrentar até mesmo destacamentos da Polícia Militar. A luta de Porecatu só terminou quando os posseiros – os maiores interessados – começaram a abandonar a região, vendendo suas terras e transferindo-se para outras zonas. Pouco a pouco, eles foram se afastando da luta; mas não foram batidos, nem presos.

Em 1969, quando ouvia falar tanto de guerrilhas, quando via tantos jovens de diferentes correntes de esquerda empenhados na preparação da luta de guerrilhas, sem contarem com o apoio de uma poderosa organização à sua retaguarda, ficava sempre profundamente penalizado; não por sentimentalismo pequeno-burguês, mas por ver tanta energia e tanta coragem desperdiçadas. Acreditava, sem vacilação, na honestidade desses jovens, no elevado espírito patriótico e no desprendimento deles. Todos lutavam contra o fascismo, contra o imperialismo ianque e a reação. Sonhavam com um Brasil verdadeiramente democrático. Mais tarde, foram forçados a parar para refletir, pois se deram conta do fato de que estavam com a cabeça muito alta, mas sem apoio nos pés. Os equívocos desses jovens me faziam lembrar da nossa precipitação em 1935 e me faziam lembrar também da guerrilha de Porecatu, no Paraná.

Em fins de 1955, quando tive ocasião de ir a Porecatu, a situação do partido era difícil; tinham saído de lá muitos dos nossos militantes, quando terminara a luta armada. Ficara pouca gente para servir de ponto de apoio para o trabalho de reconstrução do partido e dos sindicatos.”

■ Trecho da obra *Memórias*, de Gregório Bezerra, 1979, Segunda Parte: 1946-1969, p. 122-126

A revolta dos posseiros no sudoeste

Nos final dos anos 50, a região sudoeste do Paraná foi marcada por intensos conflitos no campo. Os enfrentamentos começaram quando os trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras pela ação do governo estadual. Organizados em “assembléias gerais do povo” e “juntas governativas”, eles avançaram sobre a cidade de Francisco Beltrão e outras localidades da região, expulsando as autoridades. Os posseiros – em sua maioria oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – rebelaram-se frente às companhias colonizadoras que se instalaram na região a partir de negociatas com o governador Moisés Lupion. As terras da região faziam parte de litígios entre o governo federal e o governo estadual. Antes de um pronunciamento da Justiça sobre a quem caberia o direito sobre as terras devolutas, o governador Getúlio Vargas criou a Colônia Nacional General Osório (Cango), em 1943. O objetivo era atrair excedente de mão-de-obra do Rio Grande do Sul para o Paraná. Em fins dos anos de 1940, o governador do Paraná, recebeu como pagamento de dívidas o equivalente a 425,731 mil hectares de terras na região, cuja destinação estava sendo estruturada pela Cango. Isso tornou



A hora e a vez dos posseiros: trabalhadores rurais expulsos de suas terras assumiram o controle de cidades do sudoeste e destituíram autoridades.

*(Projeto República/
Departamento de História da
UFMG)*

as coisas mais complicadas para os posseiros. Em 1950, juntamente com o grupo de empresários paranaenses, Lupion criou a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) e iniciou a venda de lotes aos próprios posseiros e colonos, porém estes estavam impedidos de registrar as escrituras das terras.¹⁸ Após vários impasses, o governador cedeu parte das terras da CITLA para duas outras empresas colonizadoras associadas: a Comercial – Companhia Comercial Agrícola Paraná e a Apucarana – Companhia Colonizadora Apucarana Ltda. A CITLA e essas outras empresas retomaram o processo de vendas das terras, contratando “agenciadores” para convencerem os posseiros a regularizarem a situação de seus lotes.

Desconfiados, os posseiros passaram a rejeitar as propostas das colonizadoras e se recusaram a assinar as notas promissórias que lhes eram apresentadas como forma de garantir o pagamento daquilo que tratavam como dívida. Isso desencadeou uma onda de violência contra os pequenos produtores. Aqueles que se recusavam a assinar as notas promissoras eram ameaçados de morte e tinham suas casas queimadas, mulheres e crianças eram violentadas, muitos trabalhadores foram assassinados. Então, os posseiros iniciaram uma reação contra as companhias colonizadoras.

O conflito atingiu o seu ápice em outubro de 1957, quando os posseiros resolveram tomar de assalto a cidade de Francisco Beltrão: os camponeses foram organizados em grupos de 25 a 30 homens, encarregados de tomar os pontos estratégicos da cidade. Era 10 de outubro de 1957 quando cerca de 6 mil camponeses chegaram à sede do município, a bordo de caminhões, de carroças, a cavalo ou mesmo a pé, portando nas mãos velhas foices, revólveres quase enferrujados, espingardas de caça, enxadas e pedaços de pau. Essa cena e os embates que se seguiriam marcariam a história dos movimentos sociais no campo no país. Os trabalhadores concentraram-se na Praça da Matriz, onde ficava a estação de rádio, transformada em centro de operações. Invadiram a prefeitura e a delegacia de polícia. O juiz de Direito foi colocado em prisão domiciliar e o Promotor Público ficaria sob custódia

18. Para maiores detalhes, ver a pesquisa desenvolvida por Suely Aparecida Martins, 2009.

do Exército. A pesquisadora Iria Zanoni Gomes, vivendo em Francisco Beltrão com a família desde o ano anterior, registraria essas cenas na obra *1957, A revolta dos posseiros*.¹⁹

Na mesma época, outros municípios foram tomados pelo movimento, como Pato Branco. Ali, no dia 9 de outubro havia sido constituída uma comissão de representantes de várias facções políticas. No dia 10, chegava o major Reinaldo Machado, com o encargo de fechar os escritórios das companhias de terra responsáveis pelo clima de tensão na região. Em Francisco Beltrão, a evacuação dos jagunços e funcionários das companhias era feita pelo Exército. No dia 11, os colonos invadiram os escritórios das companhias e destruíram os papéis e notas promissórias, que haviam sido assinados sob coação, espalhando-os pela avenida central da cidade. Nesse mesmo dia, o chefe de Polícia do Estado deslocou-se à região, com a incumbência de acalmar os revoltosos. Uma descrição feita por Roberto Gomes, assinala:

*Fotografias da época mostram homens rudes, de feições angulosas, feitas a machado, metidos em calças largas, botas, camisas quadriculadas e por debaixo de grandes chapéus. Estão felizes e riem, cada um deles rasgando pedaços dos malditos papéis que haviam transformado sua vida num inferno. Noutra foto, eles erguem, em frente às janelas da Rádio..., suas espingardas, enxadas, pedaços de pau e realizam o último ato da revolta: elegem por aclamação o novo delegado da cidade.*²⁰

Um dos líderes na localidade de Santo Antônio, Pedrinho Barbeiro, que deveria encaminhar um abaixo-assinado ao presidente da República, foi assassinado por jagunços das companhias. Foi no enterro de Pedrinho que o advogado Potiguara Publitz decidiu assumir a causa dos colonos em Santo Antônio. Em função de seu engajamento, o advogado sofreu várias represálias, ameaças de morte por parte de jagunços e prisão por ordem da Chefatura de Polícia da localidade. Como ele conta,

*Quando largaram o caixão no fundo da cova,...a viúva e os filhos jogaram um punhadinho de terra em cima do caixão como despedia... Senti uma revolta muito grande... tomei neste momento a decisão de ficar ao lado do povo e lutar desse o que desse... A partir daí, eu fui claro para todos os colonos que vinham. Que eu estava ao lado deles, que contassem comigo.*²¹

O primeiro confronto ocorreu no distrito de Verê. Um grupo de colonos armados foi marchando pela avenida principal em direção aos escritórios das companhias. A multidão era liderada por um trabalhador conhecido como “Alemão”. O líder havia sido expedicionário e, para mostrar o propósito pacífico da manifestação, enrolou-se numa bandeira do Brasil. Morreu mesmo assim, atravessado pelas balas dos jagunços.²² O enfrentamento final, em Pato Branco, foi motivado por uma ação dos jagunços das companhias espalhando

19. Gomes, 1986, p.9-13.

20. Roberto Gomes, em *O levante de 1957 no Sudoeste do Paraná*, 1977.

21. Publitz, citado por Iria Gomes, 1986, p. 69.

22. O registro foi feito por Pécoits, citado por Iria Gomes, 1986, p. 71.

três crianças. Uma delas era filha de Otto Zwiker, que havia entrado com um requerimento solicitando abertura de ação possessória contra a Companhia Comercial. Depois disso, os trabalhadores passaram a ser ameaçados de morte pelos jagunços e esconderam-se no mato. Como não contassem sobre o paradeiro dos pais, as crianças foram surradas com “açoiteira” - instrumento usado para bater em cavalo. Foi uma gota d’água para a revolta.

Devido ao acirramento dos conflitos, o governador determinou, em 11 de outubro de 1957, o fechamento das empresas colonizadoras. A expulsão das companhias colonizadoras assinalou o reconhecimento, por parte do Estado, do direito de posse dos posseiros e contribuiu para o fim do levante. A posse definitiva da terra aos colonos só foi viabilizada a partir de 1962, com a criação do Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (Getsop), ligado ao governo federal.

LISTA DE VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO CAMPO

MORTOS,
DESAPARECIDOS,
PRESOS E
TORTURADOS

Manoel Jacinto Correia, um dos líderes da chamada “Guerrilha de Porecatu” no norte do Estado, nos anos 50, militante do PCB, e, depois, do PCBR, preso 17 vezes, torturado, respondeu a cinco processos. Boa parte das perseguições policiais ocorreu durante o regime militar. [Fonte: Fernandes, 2007; Silva, 2006]

Luiz Isidoro da Silva, agricultor do município de Bragantina, morto em julho de 1970, devido a conflitos de terra. O mandante foi Oscar Martinez e os executores eram jagunços da Colonizadora Norte do Paraná. [Fonte: MST]

Jonas Adelino de Araújo, posseiro da fazenda Rimacla, município de Santa Helena, morto em outubro de 1971. Em dezembro daquele ano, dois posseiros não identificados também foram mortos naquela fazenda. [Fonte: MST]

Pedro Felipe, posseiro do município de Santa Helena, assassinado em março de 1973. O corpo foi encontrado pelo grupo de combate do 6º Batalhão da PM do Paraná, que retornou a Cascavel, depois de passar vários dias tentando capturar os assassinos de três outros posseiros mortos na região da fazenda Rimacla. Entre 1972 e 1973, 14 posseiros já tinham sido mortos por jagunços na região. [Fonte: MST]

Orlando Bonfim e Manoel Bonfim, pai e filho, posseiros de Matelândia ou de Medianeira, mortos em 1973, num enfrentamento entre jagunços da fazenda Rimacla e os lavradores que ocupavam terras dessa fazenda, pertencente a João Conrado Mesquita. Para solucionar o problema de ocupação de terras, foram assinados acordos entre fazendeiros e os lavradores. Alguns posseiros ficaram em suas glebas, outros se retiraram. A informação disponível é que três posseiros teriam invadido a área da fazenda e foram atacados a tiros. Morreram Orlando Bonfim e Manoel Bonfim, enquanto que o lavrador Marcolino Alves ficou gravemente ferido. [Fonte: MST]

Moisés Camargo, arrendatário da fazenda Marfim, no município de Santa Tereza, morto em 1974, no tiroteio que se seguiu ao ataque dos jagunços contratados pelo fazendeiro Felício Maquiote, que arrendou a fazenda Marfim, de 100 alqueires a 15 famílias que ali fizeram culturas de subsistência. Cerca de cinco anos antes, Felício tinha decidido retomar parte da área, mas houve resistência por parte dos arrendatários, que diziam ter sido o contrato feito por tempo indeterminado. O fazendeiro, então, contratou os jagunços e deu ordem de matar as 15 famílias e seus assalariados, a começar por Pedro Camargo de Andrade, que liderava os arrendatários. Cientes da iminência do ataque, os arrendatários foram a Cascavel denunciar Felício à polícia e pedir garantias de vida. Ao retornarem, foram atacados num lugar chamado *Celito*, pelos jagunços. Moisés Camargo morreu no local, Pedro Camargo foi internado em estado grave. [Fonte: MST]

Dorival (ou Adelino) Ferreira, posseiro, morador da fazenda Brigadeiro, no município de Cascavel, morto em setembro de 1974 por jagunços, que ainda esquartejaram seu cavalo. [Fonte: MST]

LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO

Isauro Alkmin, lavrador, morador do distrito de Aparecidinha, município de Cascavel, assassinado em novembro de 1975, com mais de 13 perfurações a bala. Seu corpo foi encontrado na estrada entre Juvinópolis e Aparecidinha. [Fonte: MST]

Ilda Ferreira, jovem sitiante, moradora do sítio Guavira, município de Cascavel, morta em fevereiro de 1976. Seu marido denunciou que havia algum tempo pistoleiros queriam desalojá-los de suas terras. No dia do crime, ele e Ilda saíram do sítio quando foram tocaiados. Ela foi atingida por vários tiros. [Fonte: MST]

João Antunes de Oliveira, posseiro do município de Castro, morto em fevereiro de 1977, em consequência de ferimentos que sofreu durante um conflito com a polícia. Ele morreu na Casa de Saúde Bom Jesus. [Fonte: MST]

Mathias Javorski, lavrador, polonês imigrante, assassinado em agosto de 1977 no município de Araucária, quando um pelotão de 33 soldados da PM do Paraná cercou sua casa e o matou com seis tiros. Realizando a ação sem mandato judicial, os policiais, comandados pelo delegado João Manoel, espancaram ainda a mulher da vítima, Maria Javorski, e levaram presas as filhas do casal. Pouco antes do crime, o filho de Mathias, João, durante uma discussão sobre terras, tinha baleado no braço o prefeito de Araucária, Rizio Wachowicz. [Fonte: MST]

Gentil Soares, agricultor, morador do município de Assis Chateaubriand, assassinado devido a conflito pela posse de terra com a Colonizadora Norte do Paraná. Segundo relatos, jagunços da Colonizadora passaram veneno mata-capim em frente à casa do agricultor enquanto ele estava almoçando. Intoxicado, morreu 22 dias depois. [Fonte: MST]

Nelson Macedo, agricultor da localidade de Lindoeste, Cascavel, morto em novembro de 1978, por ter denunciado à polícia o jagunço Pedro Cordeiro, que expulsou e aterrorizou cinco famílias de arrendatários da fazenda Independência. [Fonte: MST]

Manoel Bispo dos Santos, posseiro da fazenda Curitiba, município de Terra Rica, assassinado em 1978 pelo jagunço Antônio José da Silva, que em seguida acabou sendo morto por um irmão da vítima. Os proprietários da fazenda Curitiba tentavam retirar a força os arrendatários fixados na área. [Fonte: MST]

Nércio Macedo de Almeida, lavrador, da gleba Cielito, município de Cascavel, morreu em novembro de 1978. Sua família e a de Santos Marcondes haviam sido expulsas da gleba por jagunços, tendo cada uma três alqueires. O lavrador foi morto quando tentava reaver a propriedade tomada. A denúncia dos despejos e da morte de Nércio foi feita pelo então presidente do STR de Cascavel, Nicanor Schumacher. [Fonte: MST]

João Cargo da Luz, agricultor do município de Manoel Ribas, assassinado em 1980. Ele era parente de Ana Camargo dos Santos, que ganhou na Justiça de Ivaporã, Comarca de Manoel Ribas, o direito de 10 dos 20 alqueires onde residia havia uma década. Com isso, desencadearam-se

**LISTA DE VÍTIMAS
DA REPRESSÃO
NO CAMPO**

as ameaças por parte de empregado do fazendeiro Sebastião Coelho da Silva sobre a família de Ana Camargo, culminando com a morte de João Cargo da Luz. [Fonte: MST]

João Maria de Paula, posseiro, 52 anos, nove filhos, morador da fazenda Anoni, município de Marmeleiro, morto em 21 de julho com um tiro disparado por pistoleiros, contratados pelo latifundiário João Icarton. Em 1980, o Incra havia desapropriado a área da fazenda Anoni, mas o proprietário não aceitara a decisão. Mesmo depois da morte de João, cerca de 500 famílias continuaram resistindo na área. [Fonte: MST]

Raimundo Nonato de Oliveira, agricultor, morador da fazenda Padroeira, município de Matelândia, no Sudoeste do Paraná, morto a tiros em 5 de maio de 1984. Raimundo era líder dos colonos que ocuparam a referida fazenda, de 7.500 hectares e, segundo a versão do delegado de polícia da localidade, Benedito Alves de Carvalho, a morte do agricultor se deu durante uma tentativa de invasão de uma área de propriedade, que mobilizou cerca de 60 colonos. Essa versão, no entanto, foi desmentida pelos trabalhadores, afirmando que o líder foi morto numa tocaia, baleado com vários tiros, num momento em que as famílias viviam um clima de expectativa, acreditando numa solução definitiva para aquele conflito de terras. [Fonte: MST]

REFERÊNCIAS

- ALVES, Tairara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e de Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Segunda parte: 1946-1969: Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- DIREITO à memória e à verdade. Livro-relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2007.
- DIREITO à memória e à verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. CD-ROM, 2010.
- FABRINI, João E.; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. Espaço Plural, Ano VIII, nº 16, 1º Semestre 2007.
- FERNANDES, Reginaldo Junior. *O Delito dos Proscritos: a marginalidade política em Londrina (1956-1967)*. Dissertação de mestrado em História e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Mestre em História, 2007.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, no. 47, São Paulo, 2004.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.
- GOMES, Iria Zanoni. 1957: *A revolta dos posseiros*. Curitiba; Criar Edições, 1986.
- GÖRGEN, Frei Sergio (coord.). *Uma foice longe da terra: repressão aos sem-terra em Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709. *O comunismo no Brasil. V. A ação violenta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARTINS, Suely Aparecida. *A formação política da juventude no movimento sem terra no Estado do Paraná*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- PALMAR, Aluizio. A guerrilha de Três Passos. In: PALMAR, A. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.
- STATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos 11: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: Ed. da UPE, 2003.
- SILVA, Oswaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WAGNER, Carlos. *A saga do João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

PERIÓDICOS E JORNAIS

MARIANO, Nilson. O sem-terra que virou ator de cinema. *Zero Hora*, 12/06/2010.

FILMES, DOCUMENTÁRIOS E VÍDEOS

CARMO, Carlos. *Sarandi*. Documentário sobre a ocupação da fazenda pelos trabalhadores sem terra, 2007.

CENTENO, Ayrton; CUNHA, Guaracy. *Encruzilhada Natalino*. Documentário, 1981.

MORAES, Tetê. *Terra para Rose*. Documentário sobre a história de Rose e de mais 8 mil pessoas que invadiram a Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, em 1985., 1987.

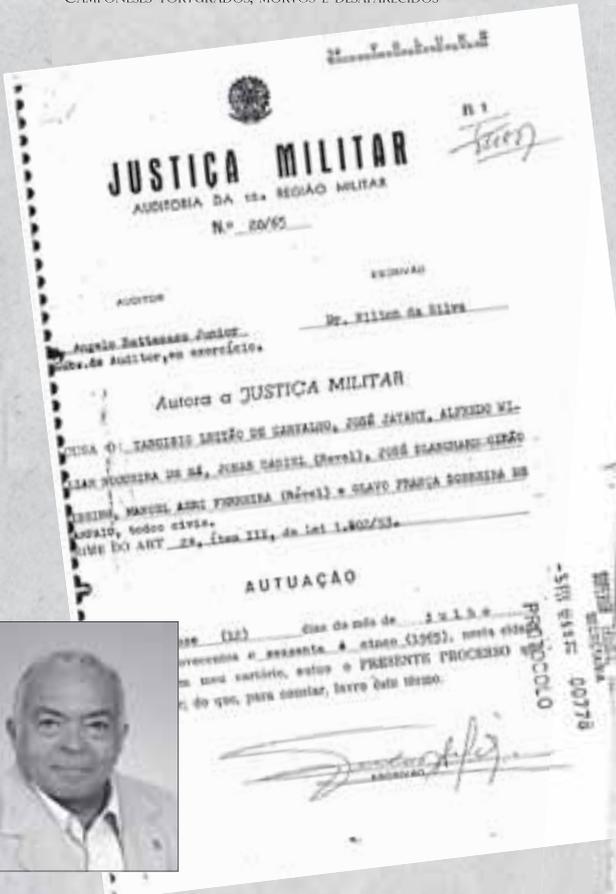
SEMINÁRIO Memória Camponesa no Paraná, realizado em Curitiba, em 2007. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ, DVD.

SEMINÁRIO Memória Camponesa no Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre, em 2007. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ, DVD.

TRINDADE, Tereza Noll. *João Sem Terra*. Documentário sobre o líder camponês João Machado dos Santos. Estrada Filmes e Catatonia Filmes, 2010.

ADVOGADOS QUE
ATUAVAM EM DEFESA
DOS TRABALHADORES
FORAM ALVO DA
REPRESSÃO MILITAR
E DA VIOLÊNCIA
DE LATIFUNDIÁRIOS





326

Inquérito Policial Militar: o advogado Tarcísio Leitão, do Ceará, foi preso diversas vezes e torturado durante a ditadura.

MP pede anulação de julgamento de fazendeiro

32-05/04/03

O Ministério Público da entrada amanhã num recurso no Tribunal de Justiça solicitando a anulação do julgamento que absolveu anteontem o fazendeiro Severino Sival Leal de Farias, acusado de ser um dos três autores intelectuais do assassinato do advogado Evandro Cavalcanti, ocorrido há 16 anos, em Surubim, Agreste do Estado. O fazendeiro foi considerado inocente pelo júri, com quatro votos a favor e três contra. A acusação vai entrar com o recurso defendendo que o fazendeiro participou diretamente das negociações para encomendar a morte do advogado.

prisão e vamos pedir a participação da Polícia Federal na busca, já que eles estão fora do Estado. Iremos até ao presidente Lula."

Ontem, a viúva do advogado, Jucilene Cavalcanti, lamentou a absolvição de Severino Sival. "Ficamos indignados. Principalmente pelo fato de que os outros cinco réus foram condenados a 18 e 19 anos de prisão. Não temos dúvidas sobre a participação do fazendeiro e achamos que ele só foi absolvido por-

que tem dinheiro."

Evandro Cavalcanti era vereador de Surubim e advogado de 17 sindicatos de trabalhadores rurais no Estado. Ele foi morto com oito tiros no dia 21 de fevereiro de 1987, quando caminhava pelo centro de Surubim com a esposa e a filha, Andrea Cavalcanti, com 11 anos na época. Três homens efetuaram os disparos. Evandro morreu no local e sua filha ficou ferida na mão. A polícia concluiu que o crime foi motivado por denúncias que o advogado fazia contra proprietários de terra da região. Foram condenados como executores os ex-PMs pernambucanos Valdeci Benício de Sá, Betinho Carneiro dos Santos e Francisco Rodrigues de Souza, e como agenciadores dos pistoleiros o ex-PM pernambucano Gildo Soares e o PM reformado Domingos Gonçalves Pereira.



Evandro Cavalcanti foi assassinado há 16 anos, em Surubim

Segundo o assistente de acusação, Gilberto Marques, a decisão do júri foi contrária às

provas existentes nos autos. "Dos três acusados de serem os mandantes do crime, Severino Sival era tido como o que teve menor participação. Mas ele participou de todas as reuniões feitas para definir a contratação dos pistoleiros que executaram Evandro", argumentou.

Gilberto Marques também afirmou que vai se empenhar para fazer com que os outros dois acusados como autores intelectuais — os fazendeiros Charles de Farias Guerra e José do Rego Neto — sejam presos. "Já estamos solicitando a renovação dos mandados de

prova e a filha, Andrea Cavalcanti, com 11 anos na época. Três homens efetuaram os disparos. Evandro morreu no local e sua filha ficou ferida na mão. A polícia concluiu que o crime foi motivado por denúncias que o advogado fazia contra proprietários de terra da região. Foram condenados como executores os ex-PMs pernambucanos Valdeci Benício de Sá, Betinho Carneiro dos Santos e Francisco Rodrigues de Souza, e como agenciadores dos pistoleiros o ex-PM pernambucano Gildo Soares e o PM reformado Domingos Gonçalves Pereira.

Crime impune: os mandantes do assassinato do advogado Evandro Cavalcanti, que assessorava STRs de Surubim (PE) e região, continuam à solta.

(Jornal do Comércio, 5/6/2003)

II

a)-em caso de dificuldades, falar com o Sr. Carlos [nome], pedindo ajuda para resolver e com

2º SOBRE CASOS CONCRETOS DE BIRRICALIZAÇÃO:

a)-sobre fundação de novas sindicatos, devem ser feitas por intermédio desta Federação, porque as outras não estão funcionando; e José [nome] com alguns casos modernos, para funcionar em casos urgentes, não urgentes podem ficar para outra vez. Não se fazerem demais processos nos meses competidores não vir a servir de dificuldades para nós próprios;

b)-ficar em pedir de Slave Sampaio 3 cartas de sinde que no dia 19 deste, será entregue a carta, este de Charalinho;

c)-o caso dos sindicatos de Itapipoca serão resolvidos nessa vez que será breve;

d)-se livros para sindicatos e carteiros prefizerem: vamos lutar desta maneira agora no Rio, devendo com uma reunião;

e)- se outras cartas de cerca de 15 sindicatos, também trazer desta reunião nesta viagem;

3º SOBRE ALGUMAS DA REGIÃO:

a)-entusiasmo atrozado em data mesma: novembro e dezembro

b)-vamos ver se conseguimos trazer dinheiro para pagar as outras e instalar as novas Federações em outras datas.

4º SOBRE OUTROS ASSUNTOS:

a)- o Vicente Fagundes deve ser aproveitado para sempre concessões de Campesinos que foram chegadas em Forte para falar com as autoridades competentes;

b)-devem ser encaminhados as Comissões para falarem o Secretarias de Estado de Agricultura, de Trabalho e Polícia se for o caso;

c)-devem falar também com o Delegado da DEPTA sede Tr

5º SOBRE ENTENÇÃO DO RIO DE JANEIRO:

a)- COMISSÃO NACIONAL DE BIRRICALIZAÇÃO RURAL, do José

PERNAMBUCO

Luiz Romeu Cavalcanti da Fonte, advogado da Fetape e da Contag, sobreviveu a vários atentados, patrocinados por senhores de engenho e fazendeiros da região, cujos interesses contrariava por estar defendendo os direitos dos trabalhadores. Um dos atentados à bala, em 1974, narrado por ele no livro de memórias *Doutor Romeu* (2009), ocorreu em Floresta dos Navios, quando uma equipe da Fetape retornava a Recife depois de uma defesa em Ação Reivindicatória de Domínio referente à área do Alto da Faveleira, cujas terras eram griladas por Antônio Cavalcanti Novaes, da conhecida família Novaes. Na ocasião, um projétil disparado por um pistoleiro estilhaçou o vidro lateral-esquerdo da Brasília da Fetape, onde se encontrava Romeu, e se alojou em sua valise, amortecido pelas roupas. No veículo, se encontrava ainda o motorista, outro advogado, o dirigente sindical Euclides Nascimento e o líder sindical do Alto da Faveleira, Luiz Inácio. Romeu da Fonte foi o defensor de José Francisco da Silva, então presidente da Contag, no episódio do enquadramento de vários líderes sindicais e políticos na Lei de Segurança Nacional (LSN), depois de um ato de protesto contra o assassinato do sindicalista Wilson Pinheiro, em Brasília, no Acre, em 1980. [Fontes: Contag; entrevista com Luiz Romeu da Fonte, 2010; livro *Doutor Romeu*, 2009]

Djalma Raposo, advogado e ex-procurador em Recife, morto em 1972 com um tiro, quando estava à porta de sua casa no bairro dos Aflitos. Quando era socorrido pelo médico, contou que tinha sido atingido “por um pistoleiro da Usina Santa Tereza, a mando do gerente Rodolfo”. Depois, a viúva encontrou uma carta deixada pelo marido na qual ele denunciava crimes praticados pelos senhores de engenho. A carta, datada de 2 de maio, relatava espancamentos sofridos por trabalhadores da usina e assassinatos, inclusive por enforcamento, e denunciava como responsáveis o gerente-geral da usina (referido apenas como Rodolfo) e o agrônomo Luís Almeida. [Fonte: MST]

Evandro Cavalcanti, vereador e advogado de 17 sindicatos de trabalhadores rurais de Surubim e região, no Agreste do estado, assassinado em 27 de fevereiro de 1987, em Surubim, no Agreste do Estado. O advogado, de 37 anos, caminhava no centro da cidade de Surubim, com a esposa e a filha mais velha, de 11 anos, quando foi atingido por disparos efetuados por três pistoleiros contratados por fazendeiros da região. Evandro morreu no local e a filha foi ferida na mão. A polícia concluiu que o crime foi motivado por denúncias que o advogado vinha fazendo contra proprietários de terra da região. Oito pessoas foram indiciadas como responsáveis pelo crime. Dos mandantes – os fazendeiros Charles Guerra de Farias, José do Rego Neto e Severino Sival Leal de Farias - apenas Severino foi a júri, sendo absolvido. Os outros dois mandantes encontram-se foragidos. Foram condenados como executores os ex-policiais militares paraibanos Valdeci

Romeu da Fonte:
ex-advogado da Fetape
escapou de atentados
praticados por pistoleiros.
(Memória Camponesa, NuAP/
MN-UFRJ)



Benício de Sá, Betâneo Carneiro dos Santos e Francisco Rodrigues de Souza e como agenciadores dos pistoleiros o ex-policia militar pernambucano Gildo Soares e o policial reformado Domingos Gonçalves Pereira.

PARAÍBA

Ophélia Amorim Reinecke, advogada das Ligas Camponesas da Paraíba, presa entre maio e agosto de 1964, respondeu a cinco inquéritos por “subversão” relacionados, principalmente, à sua atuação nas Ligas. Libertada por habeas-corpus, passou a viver na clandestinidade em São Paulo nos anos 60. [Fonte: Jornal Diário Oficial, Prefeitura Municipal de Campinas, 2004; Seminário Memória Camponesa da Paraíba, 2006]

CEARÁ

Lindolfo Cordeiro, advogado, assessor jurídico da Fetraece, preso durante o regime militar, assassinado ao sair da prisão, em 1978, a mando de grandes proprietários de terra. Já havia algum tempo o advogado vinha recebendo ameaças de morte por parte de latifundiários. [Fontes: MST; Contag]

Tarcísio Leitão de Carvalho, advogado de entidades de defesa dos trabalhadores rurais, militante do PCB, preso por diversas vezes e torturado durante o regime militar. Documentos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) destacam minuciosamente as suas atividades “subversivas”, entre elas a de ter recepcionado, em Fortaleza, o líder comunista Luiz Carlos Prestes, em 1960, e no ano seguinte, a mãe do revolucionário Ernesto Che Guevara, Celia Guevara, quando, inclusive, fez um pronunciamento em sua homenagem. A certidão da Abin, composta de 16 páginas, destacava que, em 13 de junho de 1963, numa concentração em homenagem a Amadeu Arraes, Tarcísio teria feito um discurso afirmando que “o povo está disposto a bater palmar para empunhar metralhadoras”. Em outro comício, naquele mesmo ano, teria afirmado que “em breve haveria revolução de sangue” e que ele seria o primeiro a se oferecer à causa. Em 1964, o advogado foi indiciado em Inquérito Policial Militar instaurado pelo comandante da 10ª Região Militar para apurar crimes contra o Estado. Em documento de março de 1972, ele foi relacionado entre “terroristas e subversivos” e preso no mês seguinte numa operação denominada “Barra Limpa”, que investigava militantes da Ação Libertadora Nacional. Na certidão da Abin, as informações sobre as atividades políticas de Tarcísio Leitão seguem até 1987. [Fonte: Entrevista com Tarcísio Leitão, 2010; Certidão da Abin, 2002]

Em defesa das Ligas:

Ophélia Amorim (na foto, ao lado do líder camponês Celestino) respondeu a cinco inquéritos por “subversão” durante o regime militar. (Memória Camponesa, NuAP/ MN-UFRJ)



MARANHÃO

Ana Maria Pinheiro, advogada, assassinada no dia 17 de setembro de 1985, com um tiro no peito, por um jagunço de uma fazenda localizada na fronteira do Maranhão com Goiás. A advogada estava fazendo uma pesquisa de pós-graduação sobre a questão da terra, junto aos trabalhadores rurais. Na hora do crime, ela visitava uma família de lavradores, quando entrou um pistoleiro. Houve uma discussão entre o pistoleiro e o dono da casa. Ana Maria tentou acalmar o pistoleiro, que sacou do revólver e disparou contra ela. [Fonte: MST]

BAHIA

Eugênio Alberto Lyra Silva, advogado do STR de Santa Maria de Vitória e Bom Jesus da Lapa, assassinado em setembro de 1977. As causas para o crime foram os processos que o advogado entrou contra os Fé Souza, além de Valdely Lima Rios, Jenner Pereira Rocha, Alberto Nunes, e contra a empresa do Grupo Cohabita, Coribe Agropecuária S.A. A viúva, Lúcia Lyra, que estava grávida de sete meses à época do assassinato do marido, depôs na CPI da Assembléia Legislativa em 1978. Em seu depoimento de 47 laudas, apresentou oito casos de grilagem na área que era defendida por seu marido e disse acreditar que a sentença de morte para Eugênio foi decretada depois de ele ter ganho a causa do posseiro Isaías Pereira dos Santos, em agosto de 1977, que estava sendo esbulhado pelo grileiro Valdely Lima Rios. Eugênio Lyra foi morto com um tiro de revólver na testa seis dias antes de seu depoimento na CPI da grilagem. Quatro meses antes do assassinato, Eugênio solicitara garantias de vida ao Secretário de Segurança Pública da Bahia, em razão das várias ameaças que vinha sofrendo. [Fonte: Contag]

Hélio Pombo Hilarião, advogado, do município de Senhor do Bonfim, morto por pistoleiros em setembro de 1977, devido a uma série de ações judiciais que movia em favor de posseiros contra grileiros que agiam na região. [Fonte: MST]

Anfilóbio Moreira dos Reis, advogado de vários STRs, entre eles, os de Nova Soure, Tucano, Paripiranga, Ribeira do Pombal e Rio Real, morto a tiros dentro de seu carro, na praça principal de Paripiranga, em janeiro de 1980. [Fonte: MST]

Carlos Alberto de Oliveira, advogado dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Iaçú, Itaberaba e Boa Vista do Tupim, sobreviveu a atentado praticado por pistoleiros em 1982. [Fonte: Contag]

Eduardo José Dias dos Santos, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata de São João, assassinado em Salvador em 16 de julho de 1984, quando foi abordado em seu carro por três pistoleiros que simularam um assalto e o executaram a tiros. O crime ocorreu um mês depois de a vítima ter denunciado,

em entrevista coletiva ocorrida na sede da federação dos trabalhadores rurais, uma grilagem no distrito de Amada Bahia. Na ocasião, foram citados os nomes de Tezozinha Ribeiro Bahia e do delegado Antonio Mesquita como os responsáveis pela expulsão violenta de quase 300 famílias. Naquele período, se esgotava também o prazo judicial para operar a defesa dos trabalhadores rurais em posse das fazendas Jacuípe de Baixo, Jacuípe de Cima e Venda Nova, pertencente a uma empresa de reflorestamento com sede em São Paulo. [Fonte: MST]

RIO GRANDE DO NORTE

Nivardo Gomes de Menezes, advogado do STR Ceará-Mirim, ameaçado de morte durante uma audiência na Justiça, em 1983. [Fonte: Contag]

PARÁ

Gabriel Sales Pimenta, advogado do STR de Marabá (PA), assassinado a tiros em frente à sua casa, em 18 de julho de 1982. Gabriel estava ameaçado de morte desde dezembro de 1981, quando conseguira liminar de reintegração de posse em favor de 128 posseiros da Fazenda Pau-Seco. [Fontes: CPT, CONTAG, O Estado de São Paulo 20/07/82, Diário da Manhã 20/07/82, MST].



Morte anunciada: o advogado Gabriel Pimenta, do STR de Marabá (PA), foi executado por pistoleiros, em 1982.

(Acervo Liga Operária- Luta classista)

Indignação: trabalhadores rurais de Marabá protestam contra o assassinato de Pimenta.



DOCUMENTÁRIOS

A classe roceira

Direção: Berenice Mendes

Duração: 29':01"

Sinopse: Documentário produzido nos anos 80 que retrata a luta pela terra no Paraná e a formação do MST neste estado como resposta à inoperância do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Guarda o registro das músicas cantadas pelos acampados para motivar a luta de todos. 1986.

A terra queima

Direção: Geraldo Sarno

Duração: 56':21"

Sinopse: Baseado em poema de João Cabral de Mello Neto, Duas das Festas da Morte. O Nordeste é uma questão nacional em muitos sentidos. Não foi o clima que produziu o Nordeste como problema, mas os senhores donos da terra, gente de carne e osso que vive no chão e não nas nuvens. Nenhuma fatalidade obrigou o Nordeste a trabalhar a cana-de-açúcar, a plantar o algodão, a criar o gado, mas os mesmos senhores da terra. O Nordeste não inventou o trabalho escravo, nem a exploração do trabalho das mulheres e das crianças, nem os imensos latifúndios. Foram os senhores donos da terra que para cá vieram e cá ficaram. O fato de não chover não produz miséria, assim como o fato de chover não produz riqueza. São os homens concretos. Por isso milhões de nordestinos ficaram sem trabalhar; assim se produziu a migração. Antes que o sol queimasse as costas dos imigrantes, queimou-se o fogo da concentração da terra. 1984.

Assentamento 8 de Abril – a história de uma conquista

Direção: Airton Carlos Pissetti

Duração: 16':07"

Sinopse: Documentário que conta a trajetória de um dos principais exemplos de êxito da luta pela reforma agrária no Brasil. Com narrativa pontuada pelos protagonistas reais dessa saga, os depoimentos resgatam a trajetória das mais de 800 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que ocuparam a fazenda Corumbataí, situada no norte paranaense, e transformaram a mesma em um dos principais núcleos produtivos da região. Em cada depoente um retrato de resistência, perseverança, fé e união.

Cabra marcado para morrer

Direção: Eduardo Coutinho

Duração: 1h54'00"

Sinopse: No início da década de 60, o líder camponês João Pedro Teixeira paraibano é assassinado por ordem de latifundiários de Pernambuco. Em 1964, as filmagens sobre sua vida, interpretada pelos próprios camponeses, foram interrompidas pelo golpe militar. Dezessete anos depois, o diretor retoma o projeto e procura a viúva Elizabeth Teixeira e seus dez filhos, dispersos pela onda de repressão que seguiu ao episódio do assassinato. O tema principal do filme passa a ser a trajetória de cada um dos personagens que, por meio de lembranças e imagens do passado, evocam o drama de uma família de camponeses durante os longos anos do regime militar. 1985.



Cadê Zé Porfírio?**Direção:** Hélio Brito**Duração:** 45':00"

Sinopse: A Reforma Agrária abordada por meio da história do líder camponês José Porfírio de Souza, ou simplesmente Profiro, como ficou conhecido. A trajetória pública de Profiro tem início com a “Revolta de Trombas e Formoso”, movimento camponês tocantinense ocorrido na década de 1940. Nele, milhares de trabalhadores rurais se organizaram para lutar contra a grilagem de suas terras repentinamente valorizadas pelo projeto de construção da Rodovia Belém-Brasília, cujo trajeto cortaria suas propriedades. Profiro elegeu-se deputado estadual em 1960, entrando para a história como o primeiro deputado camponês do Brasil. Cassado no golpe militar de 1964, foi preso e, depois de vários anos, solto. Voltando para casa desapareceu. Até hoje, ninguém sabe dele, que é considerado desaparecido político. 2004.

Chico Mendes: eu quero viver**Direção:** Adrian Cowell e Vicente Rios**Duração:** 56':18"

Sinopse: Com registros feitos entre 1985 e 1988, a equipe acompanhou Chico Mendes na organização dos seringueiros em defesa da floresta, no nascimento da Aliança dos Povos da Floresta e na luta pela demarcação das primeiras Reservas Extrativistas na Amazônia. Mostra, ainda, a trama armada para seu assassinato e as repercussões no Brasil e no mundo. 1989.

Em nome da Segurança Nacional**Direção:** Direção Renato Tapajós**Duração:** 48':00"

Sinopse: Em 1983, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo organizou, no Teatro Municipal de São Paulo, o Tribunal Tiradentes, para julgar a Lei de Segurança Nacional. O material filmado no Tribunal Tiradentes passou a constituir a base narrativa para o documentário, que mostra os efeitos da aplicação dessa doutrina em diversos segmentos da sociedade brasileira. O filme foi proibido pela censura até o final da ditadura militar e recebeu o os prêmios de melhor filme no Festival Internacional do Documentário em Oberhausen, Alemanha, no ano de 1985 e de melhor documentário no Festival Internacional de Havana, Cuba.

Encruzilhada Natalino**Direção:** Ayrton Centeno e Guaracy Cunha**Duração:** 22':04"

Sinopse: Terra e Vida Catarina: a história e a luta dos Sem Terra em Santa Catarina. Como resultado da entrada da monocultura da soja no Rio Grande do Sul, posseiros, arrendatários e pequenos proprietários perderam os poucos hectares que possuíam, transformando se em sem terras. Recorrem então à prática dos acampamentos, visando chamar a atenção do governo para o problema. O maior destes acampamentos, em Encruzilhada Natalino, chegou a abrigar cinco mil homens, mulheres e crianças. Festival Super-8 de Gramado, 1981: melhor documentário.

Encruzilhada Natalino 10 anos**Direção:** Ayrton Centeno e Guaracy Cunha**Duração:** 57':59"

Sinopse: Vídeo registra a celebração dos 10 anos da retomada da luta, conquista e resistência na terra realizada em setembro de 1989 na Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul.

Euclides Nascimento, a voz do campo**Direção:** Daniela Almeida**Sinopse:** Euclides conduz o documentário sobre sua própria história e a história do sindicalis-

mo rural do estado, das vésperas de 64 à Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco de hoje, com 180 sindicatos. Não cabe o mapeamento ou o registro de cifras de sindicatos em cada região, cabe o gênero do sindicalismo forjado, o perfil de cada liderança e sua simbiose com o meio. Sobressai, assim, a militância de Euclides Nascimento; militância longa, insubmissa, eclética e paciente. O primeiro a dar seu depoimento, como escritor e político, é Luciano Siqueira, capturando o assunto do filme com o que ele – o depoente – tem como ofício não menos longo: “Um militante no sentido mais preciso que a palavra pode ter.” Na mesma trilha, focando causa e fenômeno, resume Aristides Santos, presidente da Fetape, “Ele conseguiu conviver com a ditadura sem ceder à ditadura...”. 2009.



Expedito: em busca de outros nortes

Direção: Aída Marques e Beto Novaes

Duração: 75'00”

Sinopse: O documentário “Expedito: Em busca de outros nortes” é um painel da colonização da Amazônia na década de 1970, quando o Governo Federal incentivou amplas frentes de ocupação na região. Expedito Ribeiro de Souza, mineiro trabalhador e poeta do cotidiano, parte então com sua família para a floresta, em busca de um pedaço de terra para cultivar. Seu engajamento nas lutas política e sindical o leva à perseguição e, posteriormente, à morte encomendada por grandes fazendeiros. A história de Expedito passa a servir de exemplo para muitos trabalhadores que se espalham pelo país disseminando suas idéias. 2006.

Francisco Julião: na lei ou na marra

Direção e roteiro: Clarice Viana e Fernando Barcellos

Duração: 23’

Sinopse: O filme resgata a memória e a história de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, um movimento surgido nos canaviais pernambucanos que organizava os camponeses na luta pela terra. Julião era filho e neto de senhores de engenho. Advogado, eleito deputado estadual e federal por Pernambuco, assumiu apaixonadamente a causa dos camponeses. O documentário apresenta essa trajetória de lutas, interrompida em 1964 com o golpe militar, que extinguiu as Ligas, perseguiu seus líderes e cassou o mandato de parlamentar de Julião.

Realização: Observatório Fundiário Fluminense, UFF, IACS – Departamento de Cinema e Vídeo, com apoio UFF, IICA e NEAD-MDA.

Fruto da terra

Direção: Tetê Moraes

Duração: 15’00”

Sinopse: Este curta faz parte do projeto Marco Universal. Marcos Tiarajú foi o primeiro bebê nascido na Fazenda Annoni, em 1985. Os pais fizeram parte das 1500 famílias na ocupação realizada pelo MST, início de uma nova etapa na luta pela reforma agrária no Brasil. Sua mãe, Rose, foi morta durante essa luta. A história dessa ocupação, que culminou com a conquista da terra e de novas oportunidades de vida, é contada nos dois premiados documentários de Tetê Moraes, Terra para Rose e O Sonho de Rose, 10 anos depois. Hoje, com 22 anos, Marcos é bolsista de medicina, em Cuba. Uma saga de conquista de direitos humanos, através da luta social, uma história de superação de desigualdades e injustiças, de marginalização e miséria. 2008

Gregório Bezerra, uma entrevista histórica

Direção: Luiz Alberto Sanz, Lars Safstrom, Leonardo Cespedes e Staf an Lindqvist.

Duração: 30’43”.

Sinopse: Entrevista realizada quando Gregório Bezerra completara 76 anos no exílio.

João Sem Terra**Direção:** Teresa Noll Trindade**Sinopse:** História do camponês João Machado dos Santos. Produção Estrada Filmes e Cata-
tonia Filmes, com apoio NEAD, IICA.**Mãe Terra****Direção:** Lúcia Umbelino**Duração:** 18':32**Sinopse:** Documentário retrata a luta das mulheres trabalhadoras rurais da Paraíba por terra,
respeito e dignidade. Com depoimentos sobre o trabalho de Margarida Alves, martir da Re-
forma Agrária. Produzido pelo MIRAD.**Memórias clandestinas****Direção:** Maria Tereza Azevedo**Sinopse:** História de Alexina Crespo, a primeira mulher de Francisco Julião. Produção Sépia
Cinema, com apoio NEAD, IICA. 2007.**O profeta das Águas****Direção:** Leopoldo Nunes**Duração:** 83'00**Sinopse:** Rubinéia, fronteira de São Paulo com Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, durante
a ditadura militar. Aparecido Galdino Jacintho é o líder religioso conhecido como o “profeta
das águas”. Em 1970 ele rezava com os fiéis à espera do Exército Nacional, que se juntaria
ao Exército da Força Divina e partiria para o Mato Grosso do Sul com o objetivo de curar,
praticar a justiça e a fraternidade, pregar a paz e impedir a construção da usina hidrelétrica
de Ilha Solteira, que expulsaria toda a população local. Os fiéis foram reprimidos pelas forças
militares, que prenderam Aparecido e o levaram para São Paulo. Lá ele fica a cargo de Sérgio
Paranhos Fleury, um dos mais famosos torturadores do período. 2007.**O sonho de Rose****Direção:** Tetê Moraes**Duração:** 1:32'42”**Sinopse:** Relato emocionado e emocionante do reencontro, dez anos depois, da diretora
com os personagens de seu premiado filme TERRA PARA ROSE (1987). O SONHO DE
ROSE acompanha a trajetória de 1500 família de agricultores sem terra, que, depois da
ocupação de um latifúndio improdutivo, em 1985, conseguiram transformar seus sonhos
em realidade. O filme narra os resultados surpreendentes dos assentamentos. E o que terá
acontecido com o sonho de Rose? Ganhador de 9 premios em festivais nacionais e inter-
nacionais. 1998.**Quem matou Benezinho?****Direção:** CEPEPO**Duração:** 33'07”**Sinopse:** Documentário sobre o assassinato do líder sindical e camponês Benedito Alves Ban-
deira, o Benezinho, com músicas de Geraldo Vandré, mostra a situação de conflito por terras
no estado de Pará nos anos de 80, onde só em 1984, 22 pessoas foram assassinadas. Traz o
registro do dia em que a notícia de seu assassinato chega a cidade de Tomé-Açu e a reação da
população em busca de justiça. 1984.**Quem matou Elias Zi?****Direção:** Murilo Santos**Duração:** 15'00”**Sinopse:** Documentário que utiliza a poesia de cordel e o desenho animado como recursos

para narrar o assassinato do líder sindical Elias Zi Costa Lima, o “Zizi”, no município de Santa Luzia, no Maranhão, em 21 de novembro de 1982. Reconstitui as violências cometidas contra os trabalhadores rurais daquela região, culminando com o assassinato de Elias Zi na feira da cidade.

Terra para Rose

Direção: Tetê Moraes

Duração: 1:23':24”

Sinopse: Rose sonhou com a conquista da terra, com um futuro melhor para o seu filho. Como todas as outras mulheres das mil famílias que invadiram a Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, em 1985, Rose aprendeu a compartilhar seu destino com a mesma força com que sonhava. O desejo comum dos sem-terra era para ela mais do que apenas ser solidário na mesma luta. E Rose faltou de Reforma Agrária enquanto amamentava o filho, fazia comida ou ajudava no acampamento. Emoção de verdade é a tônica deste documentário que traz imagens fortes. Imagens das 8 mil pessoas enfrentaram o frio, a fome e as tropas militares enquanto lutavam por um pedaço de terra para plantar. 1987.

Zé Pureza

Direção: Marcelo Ernandez

Duração: 1h37'00”

Sinopse: Zé Pureza foi um dos mais importantes líderes da luta pela terra no Rio de Janeiro, nas décadas de 1950 e 1960. A ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Conceição de Macabu, no Norte Fluminense, recebeu seu nome. O filme apresenta a organização das cerca de 200 famílias, entre abril e novembro de 2000, para a luta pela terra. A ocupação em novembro, o despejo em dezembro, as contradições entre os acampados, o dia-a-dia e a solidariedade que mantém o grupo. Acompanhando a trajetória das famílias por 4 anos, o filme mostra o que é a luta pela terra no Brasil e como o MST participa dessa luta. 2006.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas: a guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília: Ed. Goethe, 1985.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e repressão. *CLIO. Série História do Nordeste (UFPE)*, v.22, p. 189-213, 2006.
- _____. *Revisitando o campo: lutas, organizações, contradições, Pernambuco-1962-1987*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2003.
- _____. *Construindo o Sindicalismo Rural. Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Ed. Da UFPE, 2005.
- ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- ALDIGHIERI, Mário. *Josimo: a terra, a vida*. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra, Edições Loyola, 1993.
- ALVES, Taira Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e de Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- ANTUNES, Wilkie Buzatti; Soares, Paula Elise Ferreira (orgs). *Chão da minha utopia*. Manoel da Conceição Santos. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- ARAÚJO, Luiz Ernani. *A questão fundiária na ordem social*. Porto Alegre: Movimento/FISC, 1985.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Rio de Janeiro: UFRJ/Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia. (Dissertação de Mestrado), 1982.
- AREZZO, Dryden de C. "A administração fundiária no estado do Rio de Janeiro". In: Carneiro et al (orgs.). *Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais, um relato para a história*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Editora Vozes, 7ª edição, 1985.
- ARQUIVOS do DOPS em Pernambuco. Prontuário sobre o Massacre de Matapiruma, em Escada (PE), fornecida a este projeto pelo professor Antônio Montenegro, da UFPE.
- ARRUDA, Aparecida N. Pinto. *Mulheres e violência: memórias e lutas na cidade de Niterói*. Niterói (RJ): UFF/Escola de Serviço Social. (Dissertação de Mestrado). 2005.
- ASSIS LEMOS SOUZA, Francisco de. *Nordeste, o Vietnã que não houve: As ligas camponesas e o golpe de 1964*. Londrina: Ed. UEL / Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1996.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Lourdes. *João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BANDEIRA, Lourdes; Miele, Neide; Godoy, Rosa (orgs.). *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Ed. Universitária/Manufatura, 1997.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. “O movimento camponês de Trombas e Formoso”. In: *Terra Livre 6 – Território e cidadania: da luta pela terra ao direito à vida*. São Paulo: Marco Zero/Assoc. dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 1988.

BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. NuAP, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

_____. *Trilhas e atalhos do poder. Conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BERNARDES, Denis A. de M. “Octávio Ianni e a Questão Nordeste”. In: LIMA, Marcos Costa. (org.) *A sociologia crítica de Octávio Ianni: uma homenagem*. Editora Universitária, UFPE, 2005.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Primeira Parte (1900-1945), Segunda Parte (1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BORGES, Maria Eliza Linhares. “Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais” In: *Revista Brasileira de História*, vol.24 no.47, 2004.

_____. *Utopias e Contra-Utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. Belo Horizonte. Dissertação Mestrado, UFMG. 1988.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, 2007.

_____. *Direito à Memória e à Verdade. Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília, 2009.

BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, senhores da guerra*. Rio de Janeiro: Forense/Edur, 2002.

CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá: Guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

CALLADO, Antônio. *Entre Deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003.

_____. *Tempo de Arnaes: a revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção O Mundo hoje), 1980.

_____. *Os Galileus de Pernambuco e os industriais da seca*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960.

CAMARGO, Aspásia A. de. 1981. “A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”. In: Boris Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano, v.3 t. III*. São Paulo: Difel.

CAMISASCA, Marina Mesquita *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputa e conflito (1961-1964)*. Belo Horizonte, Dissertação Mestrado, UFMG, 2009.

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. *Violência no campo*. Petrópolis: Vozes em co-edição com IBASE, 1985.

CANTARINO, Eliane. (org.) “Prefácio”. *Memória Camponesa*, José Pureza. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

- CARNEIRO, Maria Esperança. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Ed. UFGO, 1986.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. "A Igreja e a questão agrária". In: Vanilda Paiva (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *O Coronel rompe o silêncio*. São Paulo: Objetiva, 2004.
- CARVALHO, Murilo. "A guerra camponesa de Trombas e Formoso". In: *Movimento*, n. 164, 21/08/1978.
- _____. 1966. *Sangue da Terra. A Luta armada no campo*. São Paulo, Brasil, Debates, 1980.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: memórias políticas*. Recife (PE): Ed. Guararapes Ltda, 1982.
- CEDI – Cadernos do CEDI. *Canavieiros em Greve Campanhas Salariais e Sindicalismo*. São Paulo: CEDI, 1985.
- CONCEIÇÃO, Manoel da. *Chão de minha utopia*. SOARES, Paula Elise Ferreira; ANTUNES, Wilkie Buzatti (orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- _____. Reforma agrária, utopia revisitada. In: STARLING, Heloísa M. Gurgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (orgs.). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- _____. *Essa terra é nossa*. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CONTAG. *As lutas camponesas no Brasil*. 1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.
- _____. Contag: 30 anos de luta. Brasília, DF, novembro, 1993
- _____. Contag: 40 anos. Brasília, DF, 2003.
- CORRÊA, Elisa F. e ERNANDEZ, Marcelo. "Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64". In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 15, n. 2. Outubro, 2007.
- COSTA, Luiz Flávio. *O Congresso Nacional Camponês. Trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Universidade Rural, Sociedade do Livro, 1994.
- CPT. *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes Ltda, 1985.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *Aconteceu Longe Demais. A Luta pela Terra dos Posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- _____. *O Camponês e a história*. A construção da Ultab e a Fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira, 2004.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. "Redescobrimo a história: a república de Formoso e Trombas". *Cadernos AEL*, n. 7, 1997.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de Colonização*. Goiânia: UFG/Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG. (Dissertação de Mestrado), 1974.
- DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e agricultura*. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.
- _____. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro, 1996.

DUTRA E SILVA, Sandro. *No oeste, a terra e o céu: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Goiânia: UFG/Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia/Dep. Ciências Sociais. (Dissertação de Mestrado), 2002.

EMILIA, Ana. “Governador Valadares: mito esperança e conflito por causa da terra” - *Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória/UFMG*, 2010. (Mimeo).

ESTEVEZ, Carlos Leandro da Silva. *Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964): uma resistência ampliada*. Niterói: UFF/ICHF. Dep. História (Dissertação de Mestrado), 2007.

FABRINI, João E.; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. Espaço Plural, Ano VIII, nº 16, 1º Semestre 2007.

FACÓ, Rui. “O Congresso Nacional de camponeses decidiu: reforma agrária na lei ou na marra”. In: Costa, Luiz Flávio Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural Sociedade do Livro, 1994.

FERNANDES, M. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia. Ed. UFGO, 1988.

FERNANDES, Reginaldo Junior. *O Delito dos Proscritos: a marginalidade política em Londrina (1956-1967)*. Dissertação de mestrado em História e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Mestre em História, 2007.

FERRAZ, Siney. *O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo*. 2 ed. Imperatriz (MA): Ética Editora, 2000.

FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular”. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, no. 47, São Paulo, 2004.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Rio Maria: canto da terra*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

_____. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 1986.

_____. Depoimento do Padre Ricardo Rezende, coordenador CPT em Araguaína. In: OAB - Conselho Federal. (Org.). *Violência no Campo: documento da OAB Conselho Federal*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora Ltda, 1986.

_____. “Depoimento do Pe. Ricardo Rezende, de Conceição do Araguaia”. In: PAIVA, Vanilda Paiva (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

_____. “Conflitos no Araguaia”. São Paulo: *Vida Pastoral*, v. Ano 23, n. 107, 1982.

FONTE, Romeu da. *Doutor Romeu*. Recife: Facform, 2009.

_____. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro, 1996.

FORCANO, Benjamín et all. (coord.). *Pedro Casaldáliga – As causas que imprimem sentido à sua vida – Retrato de uma personalidade*. Goiânia: Ed. Ave-Maria, 2002.

GARCIA DUARTE, Élio. “Da luta pela terra à luta pela reforma agrária em Goiás. A luta pela terra no Bico do Papagaio”. Trabalho apresentado no *XX Simpósio Nacional da ANPUH*, 1999.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

- GOMES DA SILVA, José. *A reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- GÖRGEN, Frei Sergio (coord.). *Uma foice longe da terra: repressão aos sem-terra em Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ (Dissertação de Mestrado), 1987.
- _____. “Os idiomas da patronagem. Um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14, ano V. Cachambu-MG: Anpocs, 1988.
- _____. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ (Dissertação de Mestrado), 1987.
- _____. Da barbárie à terra prometida: o campo das lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. (org) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GULLAR, Ferreira. *História de um valente*. Poesia de cordel, 1964.
- HAM, Antônia; CALADO, Alder, et al. (orgs). *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba*. Deixemos o povo falar... João Pessoa: Ed. Idéia, 2006.
- IBASE. *Violência no campo*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes Ltda, 1985.
- INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709. *O comunismo no Brasil. V. A ação violenta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.
- JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968*. Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, 1990.
- JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack de. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. Global Editora, 2004 (16ª edição).
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1962.
- _____. *Até quarta, Isabela! (Carta escrita do cárcere)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- _____. Depoimento de seis horas a Aspásia Camargo, México, 1977. Transcrição disponível no CPDOC-FGV.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974*. Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Tese de Doutorado), 2010.
- LE BRETON, Binka. *Todos Sabiam: a Morte Anunciada do Padre Josimo*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Nead/UNESP, 2004.

LEITE LOPES, José Sergio. “Memória camponesa no Nordeste (do ponto de vista da relação com os operários)”. Apresentação realizada na mesa redonda “Movimentos e Conflitos Sociais no Nordeste”, no Seminário “*Ligas Camponesas 1955-2005*”, da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 30/11/2005.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

MARINHO, Carmina Castro. “Repressão levou posseiro à morte”. In: SALLES, Antônio Pinheiro (coord). *A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Of -set e Digital (pp. 67-70), 2008.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, Suely Aparecida. *A formação política da juventude no movimento sem terra no Estado do Paraná*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis (Tese de Doutorado), 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural e Unrisd, 2002.

_____. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad.

_____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. São Paulo: Cedec/CPDA (Relatório de pesquisa sobre questão agrária no Rio de Janeiro), 1984.

MEDEIROS, Leonilde. (Org.); FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.); PAULILO, Maria Ignez (Org.). *O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

MENEZES, Paulo. *Sindicalismo x repressão. A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de camponeses do Brasil*. Recife: Nordestal, 1983.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. *Direito à Memória e à Verdade. Luta, substantivo feminino. Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MIRAD. Coordenadoria de Conflitos Agrários. *Conflitos de terra*. V.1, Brasília, 1986.

MIRANDA, Orlando. *Obscuros heróis de capricórnio. Contribuição à memória brasileira*. Global Editora, 1987.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

_____. “As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964”. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 29, tomo 02, 2004.

_____. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. “História política e cultura do medo”. *Revista Esboços*, v.16, n.21, PP. 23-40, UFSC.

_____. “Cabra marcado para morrer. Entre a memória e a história”. s/d. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/montenegro.2.pdf> Acesso: 10/10/2010.

_____. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

- MOREIRA ALVES, Marcio. *Cristo do Povo. O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Ed. Sabiá, 1968.
- MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MST. *Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986*. São Paulo: Global Editora, 1987.
- _____. *História do MST (1984-2009)*. Cadernos de formação MST-CE, n. 1.
- NAVARRO, Zander. “Mobilização e emancipação: as lutas sociais dos sem terra no Brasil”. In: Santos, Boaventura de Souza. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- NEIVA, I. C. *O outro lado da colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Brasília: Universidade de Brasília/ Instituto de Ciências Humanas. (Dissertação de Mestrado), 1984.
- NETO, João Silva. “Uma sucessão de sofrimento e martírios”. SALLES, Antônio Pinheiro (coord). 2008. *A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Of -set e Digital, 2008.
- NOVAES, Regina. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- NOVAES, Roberto e Alves, Francisco (orgs.). *No eito da cana: exploração e luta por direitos na região de Ribeirão Preto (SP)*. Rio de Janeiro/Sao Paulo: Feraesp; Serviço Pastoral do Migrante; UFSCar, 2003.
- NOVICK, Victor de A. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.
- NUNES, Ana Lúcia. Dirce Machado: uma mulher de coragem. Rio de Janeiro: *A Nova Democracia*, ano 7 n.50, fev. (pp. 21), 2009.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reivenção do campesinato*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRRJ.
- _____. “Prefácio”. In: Pureza, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- _____. *Laranja e lavoura branca: um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRRJ (Dissertação de Mestrado), 1977.
- OLIVEIRA, Marcio Amêndola. *Zequinha Barreto, um revolucionário brasileiro*. Sindicato dos Químicos/ Instituto Zequinha Barreto. Osasco, SP, 2008. Disponível no site: <http://contextohistorico.blog.terra.com.br/files/2009/12/zequinha-barreto-um-revolucionario-brasileiro.pdf> E ainda no site do Instituto Zequinha Barreto: <http://www.zequinhabarreto.org.br/izb/> Acesso em: 30/11/2010.
- OLIVEIRA, Papito de (org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964*. Tradução de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.
- PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- PALMAR, Aluizio. “A guerrilha de Três Passos”. In: PALMAR, A. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.
- PALMEIRA, Moacir. “T e Aftermath of Peasant Mobilization”. In: AGUIAR, Neuma (org.). *The structure of Brazilian development*. New Jersey: Transaction Books, 1979.
- _____. “Desmobilização e conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana”. *Revista de Cultura e Política*, v.1, n.1, p. 41-56, 1979.

_____. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: Vanilda Paiva (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. *Estudos Avançados*, v.3, n.7, p. 87-108, 1989.

_____. “Burocracia, Política e Reforma Agrária”. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

PAULA, Delsy Gonçalves de; Starling, Heloísa Maria Murgel; Guimarães, Juarez Rocha.(orgs). *Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de república*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PINHEIRO, Diógenes. *Batismo de fogo: lideranças políticas em assentamentos rurais*. Campinas: Programa de Doutorado em Ciências Sociais/IFCH/Unicamp (Tese de Doutorado), 1999.

PINHEIRO, Francisco de Moura. “A invenção da Florestania”. Trabalho apresentado em: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação / XIV Congresso de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro, 7 a 9 de maio de 2009.

POLETTI, Ivo. “A CPT, a Igreja e os camponeses”. In: *Comissão Pastoral da Terra: Conquistar a terra, reconstruir a vida: cpt – dez anos de caminhada*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes Ltda., 1985.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução. Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil. A saga do Araguaia*. São Paulo: Global, 2002.

PUHL, João Ivo. *O Tempo do grilo: posseiros na gleba de São Domingos – 1979-1983*. Cuiabá: UFMT/ ICHS (Dissertação de Mestrado), 2003.

PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RANGEL, Inácio. *A Questão Agrária Brasileira*. Rio de Janeiro: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento. Obra divulgada pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1961.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Passeio de beija-flor: a luta do sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses: um estudo da ação sindical no campo*. Itaguaí: CPDA/UFRRJ (Dissertação de Mestrado), 1987.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação rural no Brasil*. Unicamp, 1999.

ROSA JÚNIOR, Ailton da. *A pedra e a bala: a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu (1960-1964)*. Niterói: UFF. (Dissertação de Mestrado), 2009.

SÁ, Glênio. *Araguaia: Relato de um guerrilheiro*. 2ª edição, São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

SALLES, Antônio Pinheiro (coord). *A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Of -set e Digital, 2008.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. *A história da resistência dos posseiros de Porangatu-GO (1940-1964)*. UFG: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia/ Programa de História das Sociedades Agrárias. (Dissertação de Mestrado), 2003.

SANCHES, Luiz Elias. *Lyndolpho Silva: biografia de uma militância*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2000.

SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião. Luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

- SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo e ROSA, Marcelo. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2010.
- SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SILVA, Bráulio Rodrigues da. e MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Soropédica (RJ): EDUR, 2008.
- SILVA, Dácia Ibiapina da. *Memórias da Guerrilha do Araguaia: relatos de moradores de Palestina do Pará*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA (Tese de Doutorado), 2002.
- SILVA, Dirce Machado da. “Terror levado aos camponeses de Trombas e Formoso”. In: SALLES, Antônio Pinheiro (coord). *A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Of -set e Digital, 2008.
- SILVA, Francisco José da. *Reforma agrária em Duque de Caxias: 1952-1992*. Rio de Janeiro. (s/d).
- SILVA, Oswaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.
- SILVA, Wellington Sampaio da. *A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia*. João Pessoa: UFPB/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Programa de Pós-Graduação em História. (Dissertação de Mestrado), 2008.
- SILVA E BARROS, Dacier; SANTANA, Cecília. Protagonistas de um passado histórico recente: lutas e visões de uma crença em um mundo mais justo. In: *Memória em Movimento*. UFPE, v.2, n.2. Disponível em: <http://www.ufpe.br/memoriaemmovimento/protagonistas.pdf> Acesso em 05/11/2010.
- SIQUEIRA, André Ike. “1950: caçada humana no norte do Paraná”. In: *João Saldanha: uma vida em jogo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- SOARES, José Arlindo. *A Frente dos Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1982.
- SOARES, Ruth. *Memórias de uma cidade*. Governador Valadares: Tribuna Fiel, 1983.
- SODRÉ, F. Novaes. *Quem é Francisco Julião*. Ed. Redenção Nacional.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SOUZA, Leonardo. “À margem esquerda do rio São Francisco: lutas camponesas em Três Marias (1961-1964)” - *Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória/UFMG*, 2010. (Mimeo)
- STATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos 11: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: Ed. da UPE, 2003.
- STÉDILE, João Pedro (org) *História e Natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- SYDOW, Evanize. A impunidade no caso Margarida Alves. 27/08/2003. In: http://www.dhnet.org.br/denunciar/Brasil_2001/Cap3_Impunidade.htm.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- TAVARES, Ricardo. “Reforma e contra-reforma agrária na transição política. Brasil (1979-1988)”. Rio de Janeiro: Iuperj. Série *Estudos*, n. 70, 1989.
- _____. *Contag. Da ditadura à transição – memória social e construção política do “campesinato”*. Rio de Janeiro: Iuperj (Dissertação de Mestrado), 1992.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos. Exclusão e luta*. Petrópolis: Vozes, 1993.

VALVERDE, Orlando e DIAS, Catharina Vergolino. *A Rodovia Belém-Brasília*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

VAN HAM, Antônia et al (org.). *Memórias do povo. João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba. Deixemos o povo falar...* João Pessoa: Idéia, 2006.

VILLAÇA, Paulo. “Bico do Papagaio”. In: Motta, Márcia (orgs.). *Dicionário da terra*. São Paulo: Editora Record, 2005.

WAGNER, Carlos. *A saga do João sem terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

WELCH, Clif ord. *A Semente foi plantada: as raízes do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.

_____. “O atentado: tentando encontrar a história nos relatos de um assassinato que não houve” In: *Projeto História, São Paulo*, n. 35, p. 63-95, dezembro, 2007.

_____. *Jófre Corrêa Netto, capitão camponês (1921 a 2002)*. Presidente Prudente (SP): Unesp, 2008.

_____. “Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX” In: *Lutas & Resistências*, Londrina, n.1, setembro, 2006.

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

AMORIM, Antônio. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Fortaleza (CE), setembro/2010.

ARAÚJO, Neide. Depoimento no seminário Memória Camponesa da Paraíba, realizado em João Pessoa (PB). Versão impressa. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ, 2006.

BARRETO, Luiz Inocêncio. Entrevista concedida a Antônio Montenegro, em 05/08/1998, no município do Cabo (PE). O material, referente ao projeto “Guerreiros do Além Mar”, foi cedido para uso na presente publicação.

BEZERRA, Jurandir. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Recife (PE), setembro/2010.

CONCEIÇÃO, Manoel da. Depoimento na mesa-redonda “As lutas no campo”, no evento *40 anos de 1968*, realizado em 2008, no Rio de Janeiro. Versão impressa. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.

DIAS, Marina. Depoimento no seminário Memória Camponesa da Paraíba, realizado em João Pessoa (PB). Versão impressa. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ, 2006.

FERREIRA, José. Entrevista concedida a Moacir Palmeira (MN-UFRJ), no âmbito do projeto Memória Camponesa. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

FONTE, Romeu da. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Recife (PE), setembro/2010.

JULIÃO, Francisco. Depoimento a Aspásia Camargo, México, 1977. Transcrição disponível no CPDOC-FGV.

LEITÃO, Tarcísio. Depoimento no Seminário Memória Camponesa do Ceará, realizado em João Pessoa, em 2007, DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.

LEITÃO, Tarcísio. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Fortaleza (CE), setembro/2010.

LEMOS SOUZA, Francisco de Assis. Depoimento no Seminário Memória Camponesa da Paraíba, realizado em João Pessoa (PB), em 2006. Versão impressa. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.

NASCIMENTO, Euclides. Depoimento na mesa redonda “As lutas no campo”, no evento *40 Anos de 68*, realizado no Rio de Janeiro, em 2008. Impresso. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

NASCIMENTO, Euclides. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Recife (PE), setembro/ 2010.

OLIVEIRA, Luiz. Entrevista concedida a Moacir Palmeira (MN-UFRJ), no âmbito do projeto Memória Camponesa. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

RODRIGUES, Bráulio. Depoimento no Seminário Memória Camponesa do Rio de Janeiro. Coordenação: Elisa Guaraná de Castro, Ênio Pires, Leonilde Medeiros e Marcelo Hernandez. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ, outubro/2005.

RODRIGUES SOBRINHO, José. Depoimento no Seminário Memória Camponesa no Rio Grande do Norte, realizado em Natal (RN), em 2005. DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

RODRIGUES SOBRINHO, José. Depoimento na Mesa Redonda “As lutas no campo”, no evento *40 Anos de 68*, realizado no Rio de Janeiro, em 2008. Impresso. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

RODRIGUES SOBRINHO, José. Entrevista concedida a Moacir Palmeira (MN-UFRJ), no âmbito do projeto Memória Camponesa. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

SANTIAGO, Sebastião. Depoimento na mesa redonda “As lutas no campo”, no evento *40 Anos de 68*, realizado no Rio de Janeiro, em 2008. Impresso. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

SANTIAGO, Sebastião. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Brasília (DF), outubro/2010.

SILVA, Damião Gomes da. Entrevista concedida a Moacir Palmeira (MN-UFRJ), no âmbito do projeto Memória Camponesa. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

SILVA, José Francisco da. Entrevista concedida a Moacir Palmeira (MN-UFRJ), no âmbito do projeto Memória Camponesa. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

_____. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Recife (PE), setembro/ 2010.

SILVA, Marcos Martins da. Depoimento no Seminário Memória Camponesa de Pernambuco, realizado em Carpina, 2005. DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

_____. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Goiás, outubro/ 2010.

SILVA, Vicente Pompeu da. Depoimento no Seminário Memória Camponesa do Ceará, realizado em Fortaleza. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ, 2007.

_____. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Fortaleza (CE), setembro/ 2010.

SILVEIRA, Rosa Geralda da. Depoimento no Seminário Memória Camponesa do Rio de Janeiro. Coordenação: Elisa Guaraná de Castro, Ênio Pires, Leonilde Medeiros e Marcelo Hernandez. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ, outubro/2005.

STARLING, Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela. *Utopias Agrárias*. Belo Horizonte: UFMG.

TEIXEIRA, Elizabeth. Depoimento no seminário Memória Camponesa da Paraíba, realizado em João Pessoa (PB), em 2006. Versão impressa. Arquivos NuAP, Museu Nacional-UFRJ.

TEIXEIRA, Elizabeth. Entrevistas concedidas a Leonilde Sérvolo Medeiros. Arquivos do Núcleo de **Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo**, CPDA/UFRRJ.

TEIXEIRA, Elizabeth. Entrevista concedida à Irmã Antonia Ham. In: HAM, Antônia; CALADO, Alder, et al. (orgs). *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba*. Deixemos o povo falar... João Pessoa: Ed. Idéia, 2006.

URBANO, Francisco. Depoimento na mesa redonda “As lutas no campo”, no âmbito do evento *40 Anos de 68*, realizado no Rio de Janeiro, em 2008. Impresso. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

URBANO, Francisco. Entrevista concedida a esta publicação, no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Brasília (DF), outubro/2010.

PERIÓDICOS E JORNAIS

A GUERRA CAMPONESA DE TROMBAS E FORMOSO. M. Carvalho, *Movimento*, 21/08/1978, n.164, p.10 e 11.

A LUTA pela terra no Sertão Baiano. M. Carvalho. *Movimento*, 14/02/1976, n.85, p.2 e 3.

A MEMÓRIA redescoberta dos dominicanos. In: *Correio da Unesco*, 2009, n.9. Disponível: <http://typo38.unesco.org/pt/cour-09-2009/cour-09-2009-30.html> Acesso: 30/11/2010.

A PRIMEIRA LIGA Camponesa. *Terra Livre*, Ano XI, n. 90, abril, 1960.

ARAGUAIA. Polícia implanta medo em São Geraldo. *Movimento*, 07 a 13/9/1981, p. 5.

CANAVIEIROS em greve. Campanhas salariais e sindicalismo. *Cadernos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação*, n.14, São Paulo, dezembro, 1985.

CONTAG, poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo. *Terra Livre*, Ano XIV, n.130, jan, 1964.

CONDENADO o líder Jofre Corrêa Neto. *Terra Livre*. Ano XIII, n.117, Dezembro, 1962.

CONTAG, poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo. *Terra Livre*, Ano XIV, n.130, jan, 1964.

DEPUTADO latifundiário assassina camponeses. *Terra Livre*. Ano XIII, n.117, Dezembro, 1962.

CRESCEM AS Ligas Camponesas. *Terra Livre*, Junho 1961, p. 2.

GÊNESE SINDICAL sob a marca da repressão, *O Povo*, Fortaleza, Ceará, 20/04/2004, p.4.

ENTREVISTA com um subversivo indomável: Manoel da Conceição. *Pasquim*, 11 (549): 18-27, 4/10 jan 1980.

- ESPECIAL Assis Lemos. *A União*. Jornal do governo do Estado da Paraíba. 21/05/2009.
- FRANCISCO JULIÃO, os comunistas e a revolução brasileira. Artigo de Giocondo Dias. *Terra Livre*, julho, 1962.
- FURTADO, Celso. Entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, 04/03/2004.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, Fortaleza (CE). Cobertura sobre o caso Japuaara, em Canindé (CE). Edições de 05 a 07/01/1971, 13/01/1971, 31/01/1971, 13/11/1971, 17 e 18/11/1971.
- GÊNESE SINDICAL sob a marca da repressão, *O Povo*, Fortaleza, Ceará, 20/04/2004, p.4.
- JUIZ DE DIREITO COMANDA grilagem em Porangatu (GO). *Terra Livre*, Ano XII, n. 103, setembro, 1961.
- JULIÃO, Francisco, Entrevista ao jornal *Pasquim*, 1979.
- LIGAS Camponesas: uma luta secular, Paulo Cavalcanti, *Movimento*, 19/12/1979, n.190, p.2, 11-14.
- LUTA pela terra. Murilo Carvalho. Araguaia, Pará, *Movimento*, 11/08/1975, n.6, p.3.
- LUTAM ORGANIZADOS os posseiros de Goiás. *Terra Livre*, Ano XII, n.104, Outubro, 1961.
- MADEIRA, Raimundo. Gênese sindical sob a marca da repressão. *O Povo*. Fortaleza, Ceará, terça-feira, 20/04/2004, p. 4.
- MAIS HISTÓRIAS de repressão aos camponeses. *Movimento*, 07 a 13/9/1981, p. 5.
- MAIS UM CAMPONÊS assassinado em Goiás (pela polícia do governador Pedro Ludovico). *Terra Livre*, 2ª quinzena, agosto, 1954.
- MAIS UM entre milhares. A morte do sindicalista e ecologista Chico Mendes. *Voz da Unidade*, 06/01 a 12/01/1989, suplemento sindical n.49.
- MARIANO, Nilson. O sem-terra que virou ator de cinema. *Zero Hora*, 12/06/2010.
- MUTIRÃO contra grileiros e bandidos. Camponeses, Maranhão. *Movimento*, 26/11 a 02/12/1979, p. 10.
- MP PEDE ANULAÇÃO de julgamento de fazendeiro. *Jornal do Comércio*, Recife, 05/06/2003, s/p.
- NOVAS AMEAÇAS de prisão contra Jofre. *Terra Livre*, Ano XII, n. 98, março, 1961.
- O CARÁTER novo da luta pela terra. (Com depoimento e fotos de Julião e de Manoel da Conceição), *Movimento*, 01 a 07/09/1980, p. 14.
- O CRUEL ASSASSINATO de “Gringo”. *Movimento*, 09 a 15/06/1980, p. 11.
- O HOMEM e o campo. José Francisco da Silva. Depoimento do presidente da Contag. *Movimento*, 28/6/1976, n. 52, p.4, 5 e 8.
- O INFERNO dos sem-terras. Ronda Alta, RS. *Movimento*, 08/06/1981, n.310, p.10.
- O LATIFÚNDIO armado. *Movimento*, 06/07 e 03/08/1981, n. 314 e 318.
- O POVO, Fortaleza (CE). Cobertura sobre o caso Japuaara, em Canindé (CE). Edições de 04/01/1971, 05/01/1971, 06/02/1971 e 07/02/1971.
- O PROTESTO emocionado. E a promessa. (O assassinato de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, em Conceição do Araguaia, PA, com fotos do enterro e do protesto), *Movimento*, 16 a 22/06/1980, p. 8-9.

OS QUE DISSERAM NÃO ao golpe militar. 40 anos do golpe. *Diário Oficial*. Prefeitura Municipal de Campinas. 31/03/2004, n.8403, p. 4 e 5.

O VAGALUME. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, Ano 1, Julho de 1979, n.3.

O VAGALUME. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, Ano 1, Novembro e Dezembro de 1979, n.4.

POR QUE CAÇAM estes padres? Equipe coordenada por Roldão Oliveira. Religiosos perseguidos pelo regime em todo o país. *Movimento*, 22/12/1980, n. 286, p.9-16.

REENCONTRO DE Elizabeth Teixeira com os trabalhadores de cana da Paraíba. *Cadernos do CEDI* - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, n. 14, São Paulo, dez. 1985, p.9-17.

REVISTA da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape). Edição comemorativa aos 40 anos. Recife, julho de 2006.

SANTIAGO, Vandek. Antes e depois do golpe, a luta armada. *Diário de Pernambuco*, 14/07/2009.

SANTIAGO, Vandek. Kennedy e as Ligas: a peleja esquecida; Papel dos camponeses na revolução. *Diário de Pernambuco*, 15/07/2009.

SANTIAGO, Vandek. Golpe prejudicou mais o Nordeste. *Diário de Pernambuco*, 17/07/2009.

SOLIDARIEDADE à família de João Pedro Teixeira. *Terra Livre*, Ano XII, n.111, junho, 1962.

TRABALHADORES ameaçados em Brasília (AC). *Movimento*, 04 a 10/08/1980, p. 14.

TRIBUNA DO CEARÁ, cobertura sobre o caso Japuaara, Canindé (CE). Edições de 06/01/1971, 12/01/1971 e 13/01/1971.

UM POETA da justiça e da esperança. A. Carlos Moura sobre D. Pedro Casaldáliga e seu livro sobre o Araguaia. *Movimento*, 20/03/1978, n.142, p.16.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ADOPS – Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social
AI5 – Ato Institucional nº 5
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
APML – Ação Popular Marxista-Leninista
BM – Brigada Militar
CANG – Colônia Agrícola de Ceres
CANGO – Colônia Nacional General Osório
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEMDP – Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CIE – Centro de Informações do Exército
CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNLCB – Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil
CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COLINA – Comando de Libertação Nacional
CPDA – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade da UFRRJ
CPJA – Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DMV – Direito à Verdade e à Memória
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações
de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAP – Frente Agrária Paranaense
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FALTAC – Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará
FASE – Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional
FER – Frente de Esquerda Revolucionária
FETRAECE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FETAG-PB – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
FETAG-RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
FETAG-RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins.
GETSOP – Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná
GRANVALE – Companhia Agropecuária do Grande Vale
G-11 – Grupo dos Onze Companheiros
IES – Instituto de Ensino de Sapé
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
IPM – Inquérito Policial Militar
IPPS – Instituto Penal Paulo Sarasate
ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LSN – Lei de Segurança Nacional
MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra
MASTES – Movimento do Agricultor Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste Paranaense
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MSPP – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB – Núcleos de Base
NUAP – Núcleo de Antropologia da Política
OCML-PO – Organização de Combate Marxista-Leninista/Política Operária
ONG – Organização Não Governamental
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PJ – Pastoral da Juventude
PM – Polícia Militar
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POC – Partido Operário Comunista
POLOP – Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
PR – Partido Republicano
PRO-ÁLCOOL – Programa de Estímulo à Produção do Alcool
PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PSD – Partido Social Democrático
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SAR – Serviço de Assistência Rural
SNI – Sistema Nacional de Informação
SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDHEVEA – Superintendência de Desenvolvimento da Borracha
SUPRA – Superintendência de Política e Reforma Agrária
UDR – União Democrática Ruralista
UDN – União Democrática Nacional
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNE – União Nacional dos Estudantes
VAR – Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Agradecimentos

Ana Andrade – Agrônoma da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Ceará (DFDA)

Afrânio Garcia – Professor da EHESS, França

Ana Lúcia Nunes de Sousa - Mestranda da Universidade de Buenos Aires, Argentina

André Guedes – Doutorando do PPGAS/MN-UFRJ

Angélica Gentili - Ex-assessora jurídica da Fetag-RJ

[Irmã] Antonia Ham – Organizadora do livro *Memórias do povo* (2006), PB

Antônio Amorim – Secretário do Desenvolvimento Agrário (SDA-CE)

Antônio Torres Montenegro – Professor da UFPE, coordenador Projeto CMH

Aurora Coentro – Ex-funcionária da Contag, ex-assessora jurídica da Fetag-RJ

Beatriz Heredia – Professora do IFCS-UFRJ

Bráulio Rodrigues da Silva – Ex-líder sindical RJ, um dos fundadores da Falerj e Contag

Caco Bisol – Artista gráfico

Carla de Freitas – Seção de Circulação da Biblioteca Francisca Keller (PPGAS/MN-UFRJ).

Carlos Wagner – Jornalista, autor de *A saga do João Sem Terra* (1989)

Cesar Barreira – Professor da UFC

Christine Rufino Dabat – Professora da UFPE

Clifford Welch – Professor da Unifesp/Guarulhos

Dainis Karepovs – Fundação Perseu Abramo

Damiana Souza Campos – Instituto Rosa e Sertão

Diana Souza Campos – Instituto Rosa e Sertão

Damião Gomes da Silva – Presidente do STR Nova Cruz (RN)

Daniella Almeida – Jornalista, diretora do documentário *A voz do campo*

Elaine Zanatta – Diretora Técnica do AEL

Eliane Cantarino O'Dywer – Professora da UFF

Elisa Guaraná – Professora da UFRRJ

Elizabeth Teixeira – Ex-líder das Ligas Camponesas de Sapé (PB)

Eraldo Lírio de Azevedo – Ex-presidenta da Fetag-RJ

Emília Moreira – Professora da UFPB

Euclides Nascimento – ex-presidente da Fetape

Fernando Lourenço – Professor da Unicamp

Flamarion Silva – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, USP

Flávio Tavares – Jornalista, autor de *Memórias do Esquecimento*, 1999.

Francisco Amaro de Alencar – Professor da UFC

Francisco de Assis Lemos Souza – Ex-deputado e líder das Ligas de Sapé (PB)

Francisco Blaudes de Souza Barros – Filho do ex-líder camponês Pio Nogueira – Canindé (CE)

Francisco Urbano de Araújo Filho – Ex-presidente da Contag

Francisco Sombra – Titular da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Ceará
Georgina dos Reis e Silva - Assessora da Fetape
Heloísa Starling – Professora da UFMG, coordenadora Projeto República
Hugo Emmanuel – Estudante da UFPE, equipe CMH
João Lagüéns – Doutorando no PPGAS-MN-UFRJ
Jorge Galdino – Memorial das Ligas Camponesas de Sapé
José Francisco da Silva – Ex-presidente da Contag
José de Souza Martins – Professor da USP
José Raimundo Ribeiro Gomes – Prefeito de Chapada Gaúcha (MG)
Josefa Carneiro – Lavradora
Josefa Reis – Funcionária do Incra/PE, ex-assessora da Contag
José Ferreira – Sindicalista(RN)
José Rodrigues da Silva – Ex-presidente da Fetape
José Rodrigues Sobrinho – Ex-presidente da Fetarn
José Sergio Leite Lopes – Professor PPGAS-MN-UFRJ
Juarez Ferraz de Maia – Coordenador do Projeto de Extensão Memorial da Revolta de Trombas e Formoso (Facomb/UFG)
Juliana Gomes Moreira – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, CPDA/UFRRJ
Jurandir Bezerra – Filho do líder comunista Gregório Bezerra – PE
Juvenal Boller – Ex-procurador do Instituto de Terras de São Paulo
Leonilde Sérvolo Medeiros – Professora CPDA-UFRRJ
Luiz Flávio Costa – Professor do CPDA-UFRRJ
Luiz Inocêncio Barreto – ex-líder sindical em Escada (PE)
Luiz Oliveira – Ex-líder sindical-RN
Luzardo Souza Barros – Filho do ex-líder camponês Pio Nogueira – Canindé (CE)
Maiara Dourado – Produtora do Projeto de Extensão Memorial da Revolta de Trombas e Formoso (Facomb/UFG)
Manoel da Conceição Santos – Ex-líder camponês no Maranhão
Marcelo Hernandez – Professor da UERJ
Marco Antonio dos Santos Teixeira – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, CPDA/UFRRJ
Marcos Martins da Silva – Ex-presidente do STR de Escada (PE)
Maria Angela da Fonte – Esposa do advogado Romeu da Fonte - Recife, PE
Maria do Socorro de Abreu e Lima – Professora da UFPE
Marilda Menezes – Professora da UFCG
Marina Dias – Irmã do líder camponês João Alfredo Dias (Sapé-PB)
Mílza Maria da Fonseca – Secretária da diretoria da Contag – DF
Moacir Palmeira – Professor do PPGAS-MN-UFRJ
Neide Araújo – Filha do ex-líder camponês Pedro Inácio de Araújo - PB
Ophélia Amorim Reinecke – Ex-advogada das Ligas Camponesas - PB
Oswaldo Heller da Silva – Professor da UFPR
Pablo Porfírio – Doutorando no IFCS-UFRJ
Papito de Oliveira – Delegado Regional do Trabalho – CE

Paulo Ribeiro da Cunha – Professor da Unesp
 Pedro Pontual – Assessor Secretaria Especial de Direitos Humanos
 Plauto de Souza Barros – Filho do ex-líder camponês Pio Nogueira – Canindé (CE)
 Rafael da Cruz – Equipe Projeto República/UFMG
 Regina Beatriz Guimarães Neto – Professora da UFPE
 Regina Reyes Novaes – Professora da UFRJ
 Renata de Castro Menezes – Professora da PPGAS-MN-UFRJ
 Roberto Novaes – Professor da UFRJ
 Rogério Bistene - Museu Nacional-UFRJ.
 Romeu Cavalcanti da Fonte – Ex-assessor jurídico da Fetape, autor de *Doutor Romeu* (2009)
 Sebastião Santiago – Ex-presidente do STR de Palmares (PE)
 Severino “Biu” da Luz – Assessor da Fetape
 Silvanice Santos – Secretária do NuAP-MN-UFRJ
 Sonia Bergamasco – Professora da Unicamp
 Tarcísio Leitão de Carvalho – Dirigente do PCB-CE, ex-advogado trabalhista
 Valéria Santos – Graduada em História e bolsista da FACEPE, equipe CMH-UFPE
 Vera Botta – Professora da Uniara, SP
 Vera Lúcia Costa Acioli – Professora da UFPE, equipe CMH
 Vicente Pompeu da Silva – Ex-presidente da Fetraece
 Wagner Cabral – Professor da UFMA
 Waldir Porfírio – Historiador

ENTIDADES E INSTITUIÇÕES QUE CONTRIBUÍRAM COM A PESQUISA

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
 Centro de Memória e História, da Universidade Federal de Pernambuco (CMH-UFPE)
 Centro de Documentação e Memória (CEDEM), da Universidade Estadual de São Paulo
 (Unesp)
 Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
 Comissão Pastoral da Terra (CPT)
 Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CESMDP)
 CPDA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
 Sociedade da UFRRJ
 CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro
 Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Ceará (DFDA/MDA)
 Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás (Facomb/UFG)
 Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape)
 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará (Fetraece)
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
 Instituto de Ensino de Sapé Ltda (PB)
 Instituto Zequinha Barreto (BA)
 Memorial das Ligas Camponesas de Sapé (PB)
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Núcleo de Antropologia da Política, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
(NuAP-MN-UFRJ)

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas
no Campo, CPDA/UFRRJ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Governo do Estado do Ceará (SDA-CE)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Este livro foi produzido em Brasília, em dezembro de 2010.
O texto foi composto em Adobe Garamond Pro e os títulos em Perpetua Titling ,
sobre papel pólen soft 80g/m². Impresso pela Supernova Gráfica.



“E A GENTE QUER TERRA,
QUER DIREITOS,
QUER SAÚDE,
QUER TRABALHO,
QUER LIBERDADE.

E SE ISSO É NEGADO,
A GENTE TEM QUE SER CONTRA.”



Secretaria de
Direitos Humanos

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

